

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

**Psicologia Social da Práxis de Enrique Pichon-Rivière: migrações para a
interseccionalidade e o esquizogrupos**

GREGORIO ESTEBAN KAZI

São Paulo

2022

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

**Psicologia Social da Práxis de Enrique Pichon-Rivière: migrações para a
interseccionalidade e o esquizogrupo**

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo –
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Social

Orientadora

Profa. Dra. Ianni Regia Scarcelli – USP

GREGORIO ESTEBAN KAZI

São Paulo

2023

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Kazi, Gregorio Esteban
Psicologia Social da Práxis de Enrique Pichon-Rivière: migrações para a
interseccionalidade e o esquizogrupos / Gregorio Esteban Kazi ; orientadora Ianni
Regia Scarcelli . -- São Paulo, 2023.
479 f.
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto
de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2023.

1. Psicologia Social da Praxis . 2. Grupo operativo . 3. Interseccionalidade . 4.
Esquizoanálise . 5. Esquizogrupos . I. Scarcelli, Ianni Regia, orient. II. Título.

Folha de avaliação

Kazi GE. Psicologia Social da Práxis de Enrique Pichon-Rivière: migrações para a interseccionalidade e o esquizogruppo. Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social.

Aprovado em: ___/___/2023.

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). Ianni Regia Scarcelli

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). Maria Inês Assumpção Fernandes

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). Eliane Silvia Costa

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). Thomas Josué Silva

Instituição: Universidade Federal do Pampa

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). Saulo Luders Fernandes

Instituição: Universidade Federal de Alagoas

Julgamento: _____

Dedicatória

Para Janaína, Ivan e Camila por serem terra amorosa que devém, dia a dia, novos mundos.

Agradecimentos

Ianni Régia Scarcelli, por me orientar oferecendo novos horizontes de reflexão crítica, sensibilidades inventivas e incentivar práticas transformadoras. Sua presença tem sido fundamental para poder sustentar processos de criação de conceitos que problematizem nossas intervenções.

Bárbara Barkats por estar sempre presente na minha vida, me apoiar incondicionalmente em cada luta e estar presente em minha formação pichoniana

Francisco Mangone e Andres Alejandro Kazi e Clovis José da Silva pelo afeto e por me apresentar outros modos de perceber a Vida

Gregorio F. Baremlitt, pela relação fraterna e militâncias necessárias, os cuidados, os ensinamentos contínuos e por socializar amorosamente suas invenções revolucionárias. Agradeço também que tenha partilhado comigo sua história viva e, especificamente, seu vínculo com Pichon-Rivière

Tibor Kazi, pela ênfase na formação intelectual associada a práticas militantes concretas

Maria Inês Assumpção Fernandes, por me oferecer suas reflexões sutis e incisivas, percorrer vários projetos de criação prático- conceitual juntos e compreensão de meus processos de vida. A sua coerência ético, política, intelectual, prática e afetiva me acolhem nas minhas caminhadas nômade.

Armando Bauleo, pela amizade genuína e profunda, as aprendizagens contínuas, as realizações nos mais variados territórios e a generosa transmissão sobre os caminhos que percorreu com Enrique Pichon-Rivière.

Fernando Ulloa por ter me ajudado a propor modos contra hegemônicos de relação entre saúde mental e Direitos Humanos e agenciar sua multiplicação pelas nossas terras. Essa conexão foi possível para nós, a partir da década de 90 do século passado, pela construção do que temos denominado, desde então, “psicologia insurgente”. Agradeço a ternura com que expos que tais agenciamentos também entrariam em tensão entre posições abstratas e práxis libertárias.

Ettore Scalon, caro amigo e companheiro, pelas discussões sobre as encruzilhadas entre a Psicologia Social da Práxis e a Esquizoanálise e as ajudas com a revisão deste trabalho. Sua presença no meu cotidiano reafirma a potência dos vínculos.

Carolina Rocha de Carvalho, estimada amiga e companheira de sonhos, pela assistência na redação e o português que foram um grande desafio para mim. Nossos intercâmbios, fundamentalmente os referidos a Byung-Chul Han, foram importantes para me incitar a buscar conexões entre o contemporâneo e a Psicologia Social da Práxis.

Margarete Amorim, por me acolher e acompanhar em vários processos de produção de vida, pelos intercâmbios práxicos e por transitar juntos o belo desafio de dirigir a Fundação Gregorio Baremlitt.

Angel Fiasché, por ter me ensinado desde muito jovem o valor dos grupos, relatado seu vínculo com Pichon-Rivière, e me acompanhado em espaços de afirmação de vida rebelde.

Thomas Josué Silva pelo aprendizado de vida em variados platôs, pelas caminhadas em vários trabalhos e militâncias assim como por compartilhar as reflexões sobre práticas grupais inter e transdisciplinares.

Eliane Silvia Costa por ter me aberto a possibilidade de refletir as perspectivas raciais na composição de uma Psicologia Social da Práxis atualizada assim como pela sua paciência neste processo.

Ao nosso grupo de orientação e pesquisa. Ainda sendo um grupo necessito singularizar as gratidões com minhas/meus companheiras/os. À Carol pela suspicácia das reflexões e capacidade de debater fraternalmente. À Nayara, Gustavo e Mylena pelas intervenções que interpelavam as obviedades e criar a presença encarnada do novo. À Tati por me oferecer novas conexões com as epistemologias do Sul e sua presença generosa. À Fernanda pela sua coragem ético intelectual e amabilidade. À Josi por colocar as complexidades da vida cotidiana nos percursos do trabalho acadêmico permitindo desmistificações do papel deste processo. À Mariana por colocar questões da Psicanálise que me convidaram a refletir renovadamente debates possíveis. A nossa coordenadora por sustentar uma coordenação vividamente pichoniana.

Silvio Yassui, pela sua amizade e compreensão profunda e intensa da Psicologia Social da Práxis. Em cada encontro aprendi uma nova possibilidade para refletir nas interfaces dos grupos e a Saúde Coletiva

Bernardo Parodi Svartman e Antonio Euzébios Filho, professores amáveis e críticos que me abriram novos horizontes para refletir e praticar a Psicologia Social e Comunitária

Cintia Gomide Tosta e Renata Junqueira pelos debates partilhados, pela ética dos intercâmbios e amizade.

Às companheiras/os da Fundação Gregorio Barenblitt que, em cada encontro, ativam nos entremim intensidades que me permitem conviver Utopias Ativas.

Fábio Belloni, pelos amparos amistosos em momentos complexos, por me ajudar a compreender novas militâncias

Matheus Barra e Silva e Guilherme Lino Fernandes pelos intercâmbios, ajudas e solidariedades durante este tempo de realização do doutorado.

Fabio Henrique Martins, companheiro de lutas e vida, pelos seus certos apontamentos sobre a obra de Leon Rozitchner.

Tales Vilela Santeiro por sua transmissão consistente da Psicologia Social pichoniana em uma região onde Enrique Pichon-Rivière prevalentemente é reduzido ou atacado pelos detentores de um saber-poder reprodutores do status quo.

RESUMO

Este trabalho problematiza, a partir da obra de Enrique Pichon Rivière, os saberes, discursos e práticas construídas sobre os fundamentos da psicologia social em geral, os grupos em singular e o sujeito em suas particularidades. O objetivo é debater e criticar, metodológica e epistemologicamente, os princípios filosóficos e ideológicos que sustentam perspectivas teórico-práticas com ênfase nos aspectos reprodutivos da sociedade, instituições, grupos, vínculos e seres humanos. Para sustentar esta tarefa complexa foram relacionadas a aplicação do método do materialismo histórico e dialético e a afirmação da ontologia do ser social que orientam a base da produção conceitual de nosso autor de referência em seu processo de construção do Esquema Conceitual Referencial Operativo. Tal nível de análise delimitou a necessidade de compreender potências e limites da proposição da Epistemologia Convergente visando sua emergência através de um autor da América Latina. O esboço dos alcances e obstáculos decorrentes da correlação entre o ECRO pichoniano e a aparelhagem conceitual agenciada pela articulação de diversas regiões práxicas, definiram discussões sobre a necessidade, visando a construção de psicologias insurgentes, da reatualização das propostas de um dos introdutores da Psicanálise em nossas terras e a superação de limites decorrentes da ausência de problematizações críticas referidas as questões de raça e gênero. Essa nova delimitação estabelece, neste trabalho, diversos platôs interconectados que tensionam suas relações entre movimentos de reatualização da Psicologia Social da práxis com os de sua atualização que exige inovar suas bases epistêmicas surgidas de nossas intervenções como psicólogos sociais. Este desafio implicou polemizar com a própria obra do Enrique Pichon-Rivière, reafirmar variados conceitos de sua obra, aprofundar categorias assim como propor novas noções que permitam a atualização da Psicologia Social da Práxis. Ao interior dessa linha de trabalho debatemos, de modo transversal, a condição sócio-histórica das humanidades em situação, compreendendo o aparelho psíquico, a subjetividade, os processos de subjetivação como emergentes dessa característica central intensificando as elucidações sobre como são compreendidas as diferenças. As noções de vínculo, de ação, de experiência da prática, de corpo, de temporalidades, de espaços, de contradições e movimentos, que aparecem elaboradas na obra de Enrique Pichon-Rivière, nos permitiram distinguir diversos modos de compreender a criação de diferenças. As diferenças relativas umas às outras são contempladas no dispositivo multidimensional do grupo operativo assim como existem elementos, na obra pichoniana, que possibilitam avançar na elucidação as singularidades, diferenças absolutas traçando o horizonte do agenciamento de uma Psicologia Social que não assimile o caráter multiplicatório das vidas ao Uno-racional-branco-binário/heteronormativo-proprietário. Esse propósito exigiu migrar para outras propostas filosóficas, não manifestamente pinçadas por Enrique Pichon-Rivière. Este movimento demarcou nossa aproximação à Filosofia da diferença e à esquizoanálise oferecendo a perspectiva de postular, inicial e introdutoriamente, o que denominamos “esquizogrupo”.

Palavras chaves: Psicologia Social da práxis; Grupo operativo; Interseccionalidade;

Esquizoanálise; Esquizogrupo.

ABSTRACT

Based on the work of Enrique Pichon Rivière, this paper discusses the knowledge, discourses and practices built on the foundations of social psychology in general, groups in singular and the subject in its particularities. The goal is to debate and criticize, methodologically and epistemologically, the philosophical and ideological principles that sustain theoretical and practical perspectives with emphasis on the reproductive aspects of society, institutions, groups, bonds, and human beings. To sustain this complex task, the application of the method of historical and dialectical materialism and the affirmation of the ontology of social being were related, which guide the basis of the conceptual production of our reference author in his process of building the Operative Conceptual Referential Scheme. This level of analysis delimited the need to understand the potentials and limits of the Convergent Epistemology proposition aiming at its emergence through a Latin American author. The outline of the reaches and obstacles resulting from the correlation between the Pichonian ECRO and the conceptual apparatus agencied by the articulation of several praxis regions, defined discussions about the need, aiming at the construction of insurgent psychologies, to re-update the proposals of one of the introducers of Psychoanalysis in our lands as well as to overcome limits resulting from the absence of critical problematizations related to race and gender issues. This new delimitation establishes, in this paper, several interconnected plateaus that tension their relations among movements of re-updating the Social Psychology of praxis seeking to discern its actuality and of updating that required innovating its epistemic bases arising from our interventions as social psychologists. This challenge implied polemicizing with Enrique Pichon-Rivière's own work, reaffirming several concepts of his work, deepening categories as well as proposing new notions that would allow the Social Psychology of Praxis to be updated. Within this line of work, we have debated, in a transversal way, the socio-historical condition of humanities in situation, understanding the psychic apparatus, the subjectivity, the processes of subjectivation as emerging from this central characteristic, intensifying the elucidations about how differences are understood. The notions of bond, action, experience of practice, body, temporalities, spaces, contradictions, and movements, which appear elaborated in the work of Enrique Pichon-Rivière, allowed us to distinguish several ways of understanding the creation of differences. The differences relative to each other are contemplated in the multidimensional device of the operative group, just as there are elements in the Pichonian work that make it possible to advance in the elucidation of singularities, absolute differences, tracing the horizon of the agency of a Social Psychology that does not assimilate the multiplicitarian character of lives to the rational-white-binary/heteronormative-proprietary One. This purpose required migrating to other philosophical proposals, not overtly pinned by Enrique Pichon-Rivière. This movement demarcated our approach to the Philosophy of Difference and schizoanalysis by offering the perspective of postulating, initially and introductively, what we call *esquizogrupo*.

Keywords: social psychology of praxis; Operative group; Intersectionality;

Schizoanalysis; Esquizogrupo.

RESUMEN

Este trabajo problematiza, a partir de la obra de Enrique Pichon-Rivière, los saberes, discursos y prácticas construidas sobre los fundamentos de la psicología social en general, los grupos en singular y el sujeto en sus particularidades. El objetivo es debatir y criticar, metodológica y epistemológicamente, los principios filosóficos e ideológicos que sostienen perspectivas teórico-prácticas con énfasis en los aspectos reproductivos de la sociedad, instituciones, grupos, vínculos y seres humanos. Para realizar esta tarea compleja fueron relacionadas la aplicación del método del materialismo histórico dialéctico y la afirmación de la ontología del ser social que orientan la base de producción conceptual de nuestro autor de referencia en su proceso de construcción del Esquema Conceptual, Referencial y Operativo. Los niveles de análisis delimitaron la necesidad de comprender los límites y potencias de la proposición de la Epistemología Convergente visualizando su aparición a través de un autor de América Latina. El esbozo de los alcances y obstáculos delimitados por la correlación entre el ECRO pichoniano y el aparato conceptual agenciados por la articulación de diversas regiones prácticas, definieron discusiones sobre la necesidad, tomando en cuenta la construcción de psicologías insurgentes, de reactualizar las propuestas de uno de los introductores del Psicoanálisis en nuestras tierras así como superar límites vinculados a la ausencia de problematizaciones críticas referidas a las cuestiones de raza y género. Esa nueva delimitación establece, en este trabajo, distintos niveles interconectados que tensionan sus relaciones entre movimientos de reactualización de la Psicología Social de la Práxis con los de su actualización que nos exige innovar sus bases epistemológicas posibilitadas de nuestras intervenciones como psicólogos sociales. Este desafío implicó polemizar con la propia obra de Enrique Pichon-Rivière, reafirmar variados conceptos de su obra, profundizar categorías así como proponer nuevas nociones que permitiesen la actualización de la Psicología Social de la Práxis. Al interior de esa línea de trabajo debatimos, de modo transversal, la condición socio-histórica de las humanidades en situación, comprendiendo el aparato psíquico, la subjetividad, los procesos de subjetivación como emergentes de esa característica central intensificando las elucidaciones sobre como son entendidas las diferencias. Las nociones de vínculo, de acción, de experiencia de la práctica, de cuerpo, de temporalidades, de espacios, de contradicciones y movimientos, que aparecen elaboradas en la obra de Enrique Pichon-Rivière, nos permitieron distinguir diversos modos de comprender la creación de diferencias. Las diferencias relativas unas a las otras son contempladas en el dispositivo multidimensional del grupo operativo así como existen elementos, en la obra pichoniana, que posibilitan avanzar en la elucidación de las singularidades, diferencias absolutas trazando el horizonte del agenciamiento de una Psicología Social que no asimile el carácter multiplicatorio de las vidas a lo Uno-racional-blancobinario/heteronormativo-propietario. Este propósito exigió emigrar para otras propuestas filosóficas, no manifiestamente pinzadas por Enrique Pichon-Rivière. Tal movimiento demarcó nuestra aproximación a la Filosofía de la Diferencia y al esquizoanálisis ofreciendo la perspectiva de postular, inicial e introductoriamente, lo que denominamos “esquizogrupo”.

Palabras claves: Psicología Social de la Práxis; Grupo operativo; Interseccionalidad;

Esquizoanálisis; Esquizogrupo.

SUMÁRIO

Introdução.....	14
1 - A Psicologia Social da Práxis pichoniana: tateando os objetos da epistemologia convergente e nos aproximando ao método de análise dialético.....	29
2 – Das relações objetais Freudianas para a construção de uma práxis das vincularidades. Rupturas e continuidades, deslocamentos e transmigrações prático conceituais.....	37
3 – As totalidades, o corpo e aproximações ao materialismo histórico na Psicologia Social da Práxis. Rascunhos de enlace e interfaces com a Esquizoanálise.....	50
3.1 – Segunda variação cartográfica.....	60
3.2 – Reconhecimento de si e do outro.....	76
4 – Contexto histórico da escolha pichoniana do materialismo histórico e dialético.....	90
5 – Primeiro movimento sobre as totalidades abertas e fechadas. Gagueiras sobre o ser e os devires grupais. A potência dos espaços.....	96
6 – Primeira variação sobre as heterogeneidades grupais. Alterações iniciais sobre como pensamos e praticamos as diferenças. A interdisciplina pichoniana.....	101
7 – Intermezzo sobre as diferenças: a necessidade da interseccionalidade.....	109
8 - Os metaenquadres e o racismo: agenciamentos coletivos/dispositivos coletivos de enunciação? O Uno Colonizador, possíveis linhas de fuga grupais.....	115
9 – O problema das representações e derivas possíveis para acionar uma Psicologia Social Pichoniana Antirracista. Primeiras aproximações.....	123
10 – Notas dissonantes sobre as diferenças. Esboços para superar a heteronormatividade que cancela a heterogeneidade.....	141
11 – Outra deriva: A psicologia Social da Práxis e o problema da representação e o reconhecimento.....	166
12 – Outro ciclo da espiral dialética sobre o mútuo estranhamento e as representações recíprocas.....	170
13 – Neusa Souzasintando a Psicologia Social da Práxis em processo de Amefricanização.....	202

14 – Psicologia Social da Práxis: sobre a necessidade de construir uma epistemologia Améfrica Landinizada.....	210
15 – Grupos pichonianos: a intervenção analítica como um/vários fazer-es. Um rabisco cartográfico.....	220
16 – Dos “individualismos críticos” aos grupos como dispositivos de subjetivações libertárias.....	234
17 – Do fazer explícito o implícito a potência da experiência da prática. Sobre árvores e rizomas.....	240
18 – O fora.....	275
19 – Errâncias entre o esquizogrupo e o grupo operativo.....	283
20 – A produção de conceitos na Psicologia Social da práxis.....	295
21 – Algumas considerações sobre as diferenças relativas e absolutas. Trilhas e margens de relação (ou não) com uma possível construção do esquizogrupo.....	306
22 – Aclarações sobre o “roubo”, a bricolagem, a inter e transdisciplinar.....	316
23- Atualizações sobre as grupalidades e as invocações de transformações que reafirmam o estabelecido.....	348
24 - Deambular multiplicidades vinculares devindo humanidades não uno.....	394
25 - Os grupos e a contemporaneidade de Byung Chul-Han e Giorgio Agamben...401	
26 - O grupo como naufrágio da individualidade neoliberal. Considerações intermediárias.....	421
27 - Outras quebras e esquinas: a perversão neoliberal como destruição das éticas grupais.....	436
28 - O atual dos grupos: possibilidades de raspar o imediato-transparente. Conclusões finais que geram novas aberturas.....	447

Introdução

Escrever um trabalho sobre a obra de Enrique Pichon Rivière me exigiu uma série de modificações renovadas em todos os trajetos dos percursos dessa tarefa. Em primeiro lugar os objetivos foram se modificando substancialmente. As primeiras inquietações demarcaram que o objetivo do trabalho abrisse linhas de indagação sobre os motivos subjacentes que foram definindo, desde Joseph Henry Pratt (1905), que os grupos são âmbitos de reprodução de processos de ordens e escalas diversas e que, de um modo ou outro permaneciam inalteradas algumas dicotomias utilizadas. Dentro destas últimas notava como a persistência na “doutrina instintivista” freudiana ou nas replicações ideológicas do “individualismo burguês” definiam tácita e intensamente a delimitação de novas antinomias. Dilemas impostos pelas oposições não dialetizadas e derivadas de certas noções sobre o corpo e o anatômico, sobre o indivíduo e a subjetividade que se projetam “explicando” o socio-histórico. A persistência assim dos operadores naturalizados do branco, falocrático-heterobinário masculino, proprietário, europeu apareciam definindo um “Uno” que subordinava o “diferente”. Concluía que problematizar estas questões me permitiriam efetuar releituras da práxis pichonianas onde, a partir de trabalhos teóricos que já tinha realizado e tomando-os como base, poderia avançar na compreensão dos grupos como territórios de transformação e crítica às concepções e práticas que geram novas cisões entre “indivíduo-sociedade-natureza” e assim desconstruir as ambiguidades que dali se desprendem.

A partir dessa base ampliei minha proposta para formular o que denomino “esquizogrupo” como dispositivo-território de produção de diferenças absolutas, não hierarquizadas e rizomáticas, intensivas e “fábricas” de processos de subjetivação. Pensava que a composição deste dispositivo emerge de forma imanente ao grupo operativo pichoniano. Uma vez “demolidas” as antinomias pela reativação do processo dialético que possibilita a raspagem dos equipamentos de registro e controle parapeitadas sobre as transformações,

confrontaria os operadores do Uno. Correlativamente a esse trabalho emergiria outro momento em que a dimensão intensiva do Devir-Acontecimento se realizaria na capacidade de atualizar que atribuo aos vínculos: atualizar entre-corpos, entre-subjetividades, entre-sensibilidades, entre-pensamentos, entre-sociabilidades, entre-criatividades não assimiláveis aos circuitos de representação que regulam de forma estereotipada as Vidas.

Dito de outro modo: o grupo operativo estabeleceria a quebra e/ou flexibilização de “linhas duras e de captura” e o esquizogrupos, como momento diferenciado, agenciaria “linhas de fuga” e produção de devires de “existências aberrantes”.

Desse modo, comecei a me deparar com certos obstáculos que dificultavam substancialmente o trabalho. Para destacar as características transformadoras de obra de Enrique Pichon Rivière de um modo sistematizado e de alguma maneira “integrada”, que não se diluísse nas dimensões “técnicas” e “dinâmicas”, eu contava com a referência da tese de livre-docência de Ianni Régia Scarcelli intitulada “Psicologia Social e políticas públicas: pontes e interfaces no campo da saúde” (Scarcelli, 2016), com as proposições de Maria Inês Assumpção Fernandes (2005), algumas produções de Armando Bauleo (1989), com as escritas de Fernando A. Fabbris e Maria Dolores Galiñanes (2004), propostas de reflexão realizadas pela Ana P. de Quiroga (2014), as interfaces logradas por Dulce Suaya (2013) na criação do instrumento “História Vital do trabalho”. Contava também com os trabalhos e debates realizados com Leon Rozitchner, com as inúmeras conversações e atividades partilhadas com Gregorio Barembliitt, Eduardo Pavlovski, Alfredo Moffat, Fábio Henrique Martins e Fernando Ulloa, os encontros e intercâmbios com Ana M. Fernandez, Alicia Stolkiner, Silvia Bleichmar Hernan Kesselman e Ricardo Rodulfo.

Um dos obstáculos encontrados constituiu-se, basicamente, por ter partilhado experiências com todas e todos eles o que indiscutivelmente me ofereceu muitos elementos para pensar-agir desde posições das criticidades que possa vir a criar. Entretanto, na escrita desta

tese, remetiam uma e outra vez a minhas próprias produções previas enlaçadas as delas/es por serem “sedimentações” desses encontros e intercâmbios. A auto referencialidade, que é um dos grandes problemas do contemporâneo-transparente, é um dos desafios a ser superado pela Psicologia Social Pichoniana, disfarçada de “autoria” me produz uma série de afeições tristes que levantam impedimentos que cerceiam, nos entre-mim, a possibilidade de criar e a percebo como forma de aparição de imposturas que levam a construir o que Luis Buñuel (2009), grande cineasta surrealista, denominou, na sua crítica consistente a Salvador Dalí, “monumentos a si mesmo”.

Não se trata de desmentir o já produzido senão de romper com a operação rasa de fazer passar pelo “eu passado”, como demarcando alguma “centralidade”, aquilo que pretende deflagrar alguma novidade. Para superar esse obstáculo não coloquei nenhum trecho das minhas produções anteriores no “corpo central do texto” e sim as citei como coordenadas de um passado que está sendo atualizado em diferença no presente. Sentia que colocá-las em um “rodapé” significava, de algum modo, expulsá-las para algum “fora” que colocariam os entrecorpos a “rodar” com outros “pés-apoios” que me possibilitassem voar por outros céus conceituais e práticos.

Sobre a obra de alguns dos interlocutores mencionados efetuei alguns pinçamentos que permitissem abrir novos horizontes de reflexão e prática, mas que me afastassem do que já tinha elaborado até o começo deste trabalho. Procurei assim que os vínculos com todas e todos elas/es me “retirassem” de “mim” e agenciassem novos “entres”. Em um primeiro momento procurei realizar o objetivo e transcender estes obstáculos a partir de um esquema metodológico que se demonstrou insuficiente para a consumação dos propósitos estabelecidos. A pesquisa bibliográfica (autor) relacionada a análise do discurso (autor) se demonstraram potentes na elucidação dos operadores conceituais que tracionam os grupos ao seu polo reprodutor mas exigia, por sua vez, que reproduzisse as redes de noções pichonianas que os confrontavam: de

um modo que me produzia perplexidade, eu criticava as teorias sobre grupos que enfatizam a repetição replicando, por sua vez e de minha parte, os modos propostos por Enrique Pichon Rivière que nos orientam para a produção de mudanças sob certas perspectivas. Esta circunstância me levou a entender que essa escolha metodológica reverberava em um obstáculo epistemofílico que me percorria: refletir preponderantemente a partir da construção de estruturas comparativas. Tal modalidade oferece possibilidades importantes, por exemplo vislumbrar diferenças conceituais e práticas, mas no meu caso implantava uma necessidade de caracterizar exaustivamente as diferenças com o risco de, ilusoriamente, esgotá-las, impedindo assim dialetizá-las para abrir novos regimes de heterogeneidade prático-conceitual.

Correlativamente outra circunstância que modificou a primeira delimitação do objetivo da presente tese foi a modalidade de orientação é realizada em grupos operativos coordenados pela nossa Orientadora e ouvir e ser afetado por outras produções/posições me levavam, uma e outra vez, a meus “pontos cegos”. Tal forma de trabalhar foi me modificando e, portanto, operando mudanças nos meus modos de pensar-dizer-sentir e fazer. Ouvir e sentir as produções dos membros de nosso grupo foram instalando novas questões que me deslocavam para outros campos epistêmicos e vivenciais. Fui percebendo as possibilidades que a práxica pichoniana oferecia, mas também os limites que estabelecia referidos a perspectivas interseccionais e decoloniais que necessariamente devem orientar, a meu-nosso critério, nossas teorias-afeições-discursos e práticas.

Isso agudizou minha crise, agora epistemológica, e me dediquei a reler a obra de Enrique Pichon Rivière sendo afetado pela omissão das perspectivas de raça e gênero em sua obra se produzindo, nos entre-mim, uma desterritorialização dos campos previamente referidos: A epistemologia convergente, tal como estava proposta, permite pensar processos de transformação multilateral e dialéticos em termos de classe social mas reproduz a omissão das

questões raciais e de multiplicidade de gênero não subordináveis a branquidade nem a heteronormatividade.

Os debates de nosso grupo e diversas disciplinas que escolhi para re-compreender estudos que, em parte, já tinha realizado, mas que dissociava ou as colocava em jogo timidamente na práxis grupal, levaram-me a procurar sistematizar conexões potenciais de obras que problematizassem as questões de gênero e de raça com o objetivo de procurar perceber como incidiam na epistemologia convergente. Tal trabalho, de revisão bibliográfica exaustiva e das afetações que isto me produzia, intensificou minhas inquietudes modificando substancialmente meus objetivos e práticas.

Estes movimentos implicaram uma nova síntese: Reatualizar a Psicologia Social da práxis indagando seus limites reprodutivos sem desconhecer os processos de mudanças necessárias que propõe, atualizar a epistemologia convergente introduzindo criticamente estudos sobre a colonialidade e da descolonização articuladas a noções do “sistema de sexo-gênero” e criar as bases para efetuar interfaces entre o grupo operativo e o esquizogrupo formulando-o incipientemente a partir das problematizações previamente descritas.

O método de produção teórica foi orientado por um híbrido: apliquei novamente o método dialético sobre minhas práticas grupais passadas e presentes, mas ressignificando-as com a inclusão de novos elementos epistemológicos que permitissem o que denominei Psicologia Social da Práxis em processo de Amefricanização que inclui o pinçamento de noções trabalhadas por Lélia Gonzalez. Estas abriram novos horizontes de conexão com diversas perspectivas libertárias que partem de críticas profundas a colonialidade-colonização e neo-colonização sem deixar de afirmar processos decoloniais. A constante articulação da teoria com a prática (e de discursos e afetos) me conduziram a propor algumas modificações do ECRO pichoniano, tal como ele o formulou, assim como incluir novas categorias conceituais de diversas regiões epistemológicas que o intensificassem em perspectivas de confrontação às

proposições de um mundo totalizado que tem por condição decalcar o sujeito a uma imagem ou modelo de humanidade absolutizada em termos de homogeneidade, adaptação acrítica/passiva, obediência, subordinação até de aceitação das condições de seu próprio extermínio.

Efetuando esse labor e aplicando as leis da dialética sobre o esquema de referência que orienta minhas práticas grupais notei que a ressignificação era insuficiente pois detectei um duplo movimento decorrente de viver pichonianamente: as mudanças pivotam entre mudanças e produção de diferenças relativas e unicamente esboça a possibilidade de agenciar transformações e divergências absolutas. As primeiras são explicadas de forma consistente pelo materialismo histórico e dialético, entretanto as segundas podem ser contornadas de forma incipiente, sugeridas, apontadas de modo germinal pois esse método se debate nas tensões entre o Uno e o múltiplo que, a nosso critério é necessário, mas se depara com os limites de postular um Devir subordinado a “leis” universais que o regulam.

Nessa encruzilhada apliquei a noção de “roubo” como método proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari, “roubando” deles mesmos, assim como apliquei as próprias críticas de Enrique Pichon Rivière para superar os limites de sua obra. O roubo como método de produção de práxicas não é mecânico. Pressupõe deslocar conceitos de um território epistêmico para outro e observar ativamente como essa migração altera as noções, seus funcionamentos e conexões possibilitando, ou não, novos modos de pensar-fazer. A procura, base do híbrido metodológico, foi encontrar regiões em comum entre o materialismo histórico e dialético e a filosofia da diferença que apoia, de modo nômade, a Esquizoanálise. Desta última proposta “retirei” os conceitos de “imanência” que me possibilitava ingressar a uma dimensão reflexiva que incluísse as categorias de Multiplicidade-singularidade que, por sua vez possibilitam elucidar o Devir agenciado pela produção desejante não submetida a “falta” nem a “estruturas”

e sim considerando o inconsciente como usina de produção de diferenças absolutas me retirando, assim, do Inconsciente “teatral-representacional” da psicanálise ortodoxa.

Por outro lado as reflexões dos filósofos franceses, que também se comportam a meu critério como emergentes de crítica radical ao Uno-Europeu, abria compreensões sobre o modelo e funcionamento “arbóreo”-racional-segmentário que impregna o pensamento ocidental como cópia escrupulosa do “Uno imutável” que também subjaz a certas compreensões sobre o sujeito-vínculos-grupos-instituições e sociedade.

A possibilidade de romper com o pensamento e práticas arbóreas, além das aportadas pelo materialismo histórico e dialético em termos de desvendamento de movimentos-diferenças-contradições e sínteses-flexibilizações de totalidades parciais, heterogêneas e abertas, estava dada pela postulação esquizoanalítica do modelo rizomático. Inicialmente a ligação entre os dois métodos foi possível indagando as noções de “protoesquema corporal”, tarefas, esquema corporal, vínculo, vetores do cone, diferença, distancia, transparência, heterogeneidade e transformações em Enrique Pichon Rivière me propondo repensa-las desde a concepção de “superfícies”, “corpo sem órgãos”, “signos assignificantes”, “paixões”, encontros, tarefas positivas e negativas, multiplicidade de temporalidades emaranhadas, fluxos, estratos e sedimentações dentre os mais relevantes para esta tese e generosamente agenciados pelos inventores da Esquizoanálise.

Esta superfície de trabalho comoveu, novamente, o estilo e a “caixa de ferramentas” para efetuar-lo. Aplicar o método dialético significa aplicar as leis do funcionamento da dialética visando a construção de uma espiral que vai do simples ao complexo e do concreto para o abstrato e vice-versa. O problema é que a espiral está constituída por “ciclos” de modo que para tratar um conceito, o mais rigorosamente possível, o mesmo conceito apresenta novas características e composição de relações inéditas em cada fase-movimento, o que me exigia retomá-lo desde outras perspectivas. A outra possibilidade era descrever e definir unicamente

o que era cada conceito para Enrique Pichon Rivière, “explicá-lo” de forma sucinta e com sobriedade acadêmica em “si mesmo”, traçar algumas relações lineares com outros conceitos que ofereçam ilusão de movimento, e comentá-los a partir do apoio que encontrasse em outros autores e minhas reflexões.

Percebi que essa modalidade tende a ser um exercício, bastante mecânico e que desconsidera a dimensão das vivências concretas que nos entre-povoam como seres dos vínculos e histórico sociais. Tomando como referência um autor que toma centralmente estas dimensões como “objeto de estudo”, e que propõe a “experiência da prática” como motor inusitado da dialética, estaria realizando um trabalho para mim mesmo e afirmando uma análise impotente se desejava reatualizar-atualizar o grupo operativo e criar algumas bases para começar a formular o esquizogrupos. Nesse sentido procurei sustentar uma “escrita dialética” que não unicamente definisse conceitos senão que os colocasse em movimento e a partir de “ratificações-retificações” provenientes da relação atual entre teoria-prática “próprias” e junto a outras/outros que partilhamos concretamente ou que me formam relatadas, procurando assim ir modificando os conceitos de acordo a como estes funcionam e se ligam nas suas relações nas realidades em que operamos hoje.

A “tentação” de abstrair na realização de um trabalho academicista, também foi motivada por uma economia do tempo de criação e procurar ajustá-lo ao tempo do desempenho e rendimento aplainados novamente pela lógica dos reconhecimentos formais de nossas sociedades. Optar por esse caminho me produzia angústias e tristezas que percebi emergiam da perda da criatividade na escrita e de liberdade nos processos de produção não unicamente de “esclarecimentos” senão também de novas opacidades instigantes de movimentos de elucidação que me colocassem em territórios já não familiares senão estranhos dentro-fora dos entre-mim. Não se tratava, então, de realizar uma análise dialética, senão aceitar o desafio de agenciar uma tese que obrasse dialeticamente e relançasse a vida que consigo viver em termos de movimento-

diferença-contradição-novas sínteses. Estas dimensões, de aplicação metodológica do materialismo histórico e dialético, apontavam uma e outra vez e em diferença, a aquilo que Lenin (2020) formulou como pergunta: “O que fazer?” Isto delimitava as instâncias das tarefas, seus contornos, direcionalidades e operatividades.

No que diz respeito a Esquizoanálise, ela me ajudava para diferenciar as relações Uno-múltiplo e aceder a vivência-pensamentos sobre as relações Singularidade-Multiplicidade, e tais reflexões me levavam a formular outras perguntas que demarcavam derivas de uma que persiste: Como funciona aquilo que fazemos e com que outros fazeres- funcionamentos conecta em certos territórios de vida? O que me levava a indagar: Quais são os novos territórios de produção de vida onde as singularidades-multiplicidades, que somos capazes de inventar, não sejam recuperados por axiomas que vetorizam e modulam as discrepâncias para assimilá-las ao Uno-Modelo-Estrutura sem movimento? Metodologicamente se abriram novos re-cursos ou ferramentas que se conduzem e nos conduzem a outros campos: aqueles que são “residuais” para a “grande ciência”. Estes “dejetos” adquirem sentido quando compreendemos o devir sendo sempre “devires minoritários” (Deleuze & Guattari, 1995) que afirmam o caráter intensivo das Vidas como atualização de novas e radicais-diferentes modalidades de ser-estar-existir-sentir-se entreencorpar-devir-agir. Tais composições e agenciamentos de vidas que funcionam como “linhas de fuga” respeito do “Uno” e suas regulações disciplinares das pseudo diferenças, aludem a dimensão micropolítica e a processos moleculares. Os instrumentos da dialética os “enxergam”, mas tendem a visibilizá-los em “regimes de luz” que não pretendem anula-los, mas que tendem a remeter o singular-multiplicitário a uma concepção de múltiplo já regulado por leis pré-existentes que elucidam unicamente diferenças relativas entre si. As inquietações se deslocaram para as diferenças absolutas, para os “movimentos aberrantes” e “existências mínimas” (Lapoujade, 2015, 2017), para os “atratores estranhos” e “sustentáculos” caosmóticos (Baremlitt, 2003). Nesses planos a dialética se demonstrava insuficiente abrindo-

se trilhas “estranhas”, que funcionam como riachos singulares se são navegados sem as “bussolas” que nos orientam em nosso pensamento já estruturado e que define casuisticamente aquele que está se estruturando, sendo que os “materiais” para uma embarcação *sui generis* (nosso próprio corpo transmutado) e os “métodos para efetuar travessias” os fui encontrando na Filosofia da diferença. Na tentativa de complementar o materialismo histórico e dialético, e tentando encontrar zonas de juntura e ruptura, apliquei (me implicando) métodos de produção prático-conceitual da Esquizoanálise: os já aludidos “roubos” e “pinçamentos” e o método cartográfico e da bricolagem.

Como definir estes métodos interconectados? Uma tentativa seria realizar uma síntese que descreva como estes funcionaram na escrita deste trabalho.

Na aplicação-implicação do *método cartográfico* (Baremlitt, 2003) que propõe compreender a produção teórica como um território povoado de um emaranhado de conceitos que, nas suas articulações, produzem “linhas” de diversos tipos que estabelecem “perímetros” (variáveis ou não) que demarcam os modos de “funcionar e conectar ou não” dos planos que estão sendo pensados. O propósito é detectar e “pinçar” as linhas de conceitos que operam nesse plano e compreender não unicamente o que “são” esses conceitos senão elucidar como funcionam e de que modos se conectam. Nesse sentido, e explicitando aspectos da teoria Esquizoanalítica, produzir conhecimentos/ práticas é análogo a realizar uma *bricolagem*, onde cada fragmento “retirado-roubado” de sua localização primária adquirirá novos sentidos nas novas composições que se efetuem sendo para esse propósito fundamental o agenciamento de novas conexões (Baremlitt, 2003).

Esta composição metodológica implicou elaborar ansiedades, suscitadas pela retirada de territórios estereotipados de pensamento, que iam se “resolvendo” na ruptura de dilemas, a formulação de problemas, a detecção de ambiguidades e contradições, procurar relançar movimentos entre teoria e prática, vivenciar como funcionam nos grupos e a busca de inventar

novos conceitos que conectem com novas realidades que são vividas a partir da experimentação. Isso nos leva a outras considerações: sobre o estilo de escrita que aparece nesta metodologia e o que consideramos “autoria”. A meu critério estes tópicos devem estar associados a “descrição do método” pois unicamente são compreendidos, realmente, no testemunho¹ e de como estes se relacionam numa prática. O caráter autobiográfico da obra de Enrique Pichon Rivière, plano desvendado de forma perspicaz pela Ianni Régia Scarcelli, me afetava como “crônica externa” que ressoava e se multiplicava em minha “crônica interna”.

O decisivo foi aceitar o esforço de tentar elucidar as “entre crônicas” que emergissem desse novo encontro. E nesse “entre-espço”, que eram percorridos por magmas de afetos, se oferecia um lugar de escrita criativa, autoral, ensaística que aparecia como a possibilidade de experimentar modos outros de escrever. Na hora de “focalizar” alguma linha conceitual surgiam, desse magma-lava, fluxos que ressoavam em conceitos de variados autores como um multi- diapasão que vibrava outras autobiografias obras que sim, habitam diversos mundos, mas que também configuravam meu corpo como “multidão” e não como “eu”.

O esforço para me colocar no lugar de “autor-eu” era demasiadamente triste pois se sobrepunha a sensação de um Uno que “organiza” uma possível “Totalidade fechada” como espelho para refratar a necessidade de reconhecimento. Se todos somos grupelhos (Guattari, 1985) e, como aparece em toda a obra de Enrique Pichon Rivière, todos somos produzidos e produtores da interpenetração dialética entre grupos-internos e grupos externos por quais motivos, em uma contemporaneidade narcísica deveria aceitar a escrita subordinada a um “Eu” representado pela primeira pessoa? Assumo a responsabilidade deste trabalho, mas como

¹ Como descrevi em outro lugar (Kazi, 2006), na antiguidade clássica o “testemunho” era o objeto que circulava entre os atletas de corridas de revezamento, hoje chamado de “bastão”. Tentava ilustrar modos de transmissão onde algo passa de “um para outro” em uma região “entre” que é composta pela relação de movimentos entre dois corpos e a criação de sistemas de passagem daquilo que se porta e que unicamente tem sentido, não competitivo, se tal “objeto” circula cuidando os modos de oferecê-lo. Tomava unicamente a dimensão dos movimentos retirando os modos disciplinares que regulavam essas passagens de objetos-movimentos.

sínteses dos vários que sou, os vários que os outros pulsam nos vários entre-mim e os “povos-conceitos” que “caminham” nos entre. Neste sentido me ajudou o Gilles Deleuze (2017, p. 65):

O nome próprio não designa um sujeito, mas alguma coisa que se passa ao menos entre dois termos que não são sujeitos, mas agentes, elementos. Os nomes próprios não são nomes de pessoa, mas de povos e de tribos, de faunas e de floras, de operações militares ou de tufões, de coletivos, de sociedades anônimas e de escritórios de produção.

O nome próprio, como artifício individual, foi tomado por “povos e tribos” que “falam” línguas da maravilhosa multiplicidade-singularidade e diferença, circunstância que me acompanhou desde que tenho memória apontando para o imemorial de “minha” própria vida, mas que ressignificava os modos imemoriais e presentes no agora, dos silenciamentos que são operados sobre as multidões desprezadas pelo “indivíduo” que “expressa” a visão de mundo de qualquer hegemonia. Nessas encruzilhadas que colocam em primeiro plano os modos de afirmação ontológica percebi a necessidade de avançar na crítica a diversos modos de colonização, propor possíveis transformações conceituais, sustentar mais ainda uma direcionalidade interseccional nas minhas práticas grupais e intensificar movimentos vinculares decoloniais. Se o ponto de partida era um “Eu alienado” e os de chegada transitória dos processos grupais funcionavam fazendo emergir “eus/nós emancipados- insurgidos” a escrita deste trabalho devia partir, paradoxalmente, de pontos práticos de chegada na vida cotidiana e das práticas que ali nos libertam das necropolíticas.

Nesse ponto decidi que o uso do “nós” era o mais pertinente para “fazer falar-me afetar e afetar” aquilo que os métodos me possibilitavam pensar. Foi a passagem do lobo que uiva para a lua-conceitos- satélites para a alcateia que é produzida pelo coral dissonante produzido por vários cosmos (caos e caosmoses) que fazem passar por nós multiplicidades intensivas que podem ser pensadas de vários modos singulares.

Se a escrita é uma arte como funciona sua produção? Gilles Deleuze me ajudou a encontrar certas chaves que me ativassem em outro modo de escrever (Deleuze, 1997, p. 78):

A arte se define então como um processo impessoal onde a obra se compõe um pouco como um cairm, esse montículo de pedras trazidas por diferentes viajantes e por pessoas em devir (mais do que de regresso), pedras que dependem ou não de um mesmo autor.

Esse “monte de pedras” são as que me exigiram me assumir como “nós” para conectar de modo mais intenso possível com os “vários” que foram conectando “formações conceituais” que muitas vezes se apresentavam como modos de pensamento-ação estranhos que me estranhavam. Por outro lado, apareceu outro assunto que porificava a escrita, neste caso acadêmica, e que também podemos elucidá-la a partir das reflexões de Gilles Deleuze quando se refere ao escritor (Deleuze, 1997, p. 120):

...sempre se encontra como um estrangeiro na língua em que se exprime, mesmo quando é sua língua natal. No limite, ele toma suas forças numa minoria muda desconhecida, que só a ele pertence. É um estrangeiro em sua própria língua, não mistura a outra língua a sua e sim talha uma língua estrangeira que não preexiste. Fazer a língua gritar, gaguejar, balbuciar, murmurar em si mesma.

Transitei várias estrangeiridades: da minha língua materna, da minha língua conceitual, da língua das sonoridades de meus territórios de origem, das línguas comunicacionais dos vínculos que compõem minhas matrizes. Essas condições de estrangeiridade me instaram a produzir essas “talhas” e “gagueiras” que, por sua vez, eram necessárias no processo de criação conceitual pois as regiões conhecidas de enunciar limitavam meu trabalho a repetir o que, supostamente, “já sabia”. Esse obstáculo, que se corresponde a minha “verticalidade” de início da tese, se associava a distintas situações xenofóbicas que vivi e que ridiculizavam ou agrediam minhas expressividades em variados planos da vida. Essa superfície dava contornos rígidos a

horizontalidade da qual emanaram atravessamentos que erguiam novos obstáculos a serem elaborados e superados. A verticalidade me exigia voltar ao aparentemente sabido do conhecimento e a horizontalidade, em algumas ocasiões francamente traumáticas, me expulsava do meu contexto atual que, por sua vez, já era um “fora” de meus âmbitos de origem. O entrecruzamento do vertical e o horizontal “coincidia” em um ponto: as diferenças não eram suportadas pois o desejo de me afiliar, pertencer, cooperar, me comunicar, aprender, me vincular era barrado com diversos modos de estigmatizar minha existência sendo enviada ao forasteiro como migração forçada aos territórios da aceitação acrítica ou do isolamento des-historizado. Colocar a autenticidade do meu “ser” significava muitas vezes ser humilhado ou “sujeito” das mais variadas exigências para que depusesse minha singularidade que não rejeitava, inicialmente, a “diferença” do outro. Até que compreendi que o “outro” agressor funciona como decalque do Uno hegemônico nas mais variadas camadas da vida cotidiana. Em outras palavras: se tratava de um outro que tinha renunciado, consciente ou inconscientemente, a sua singularidade e exigia atos de docilidade e obediência ao Uno de minha parte. Escrever em uma língua que era criticada quando fluía da minha boca, sendo essa uma língua outra para mim e sendo “desautorizado” de diversos modos quando me esforçava para seu uso respeitoso, se encadeou as mais variadas demarcações hostis respeito da emergência da diferença em minha pessoa. Falar-escrever em uma língua outra cujos ‘proprietários’ te expulsam foi um trabalho de alta complexidade.

O “âmbito” de resolução deste obstáculo foi novamente a micropolítica grupal onde a ternura abre “fugas” das próprias estereotípias que emergem como engessamentos da língua e como âmbito de resistência a variadas crueldades instituídas e naturalizadas em “mitos” sobre funcionamentos sociais idealizados. Esses grupos são os das orientações já mencionadas e os que consegui agenciar nos âmbitos da vida cotidiana em que consegui viver a estrangeiridade como potência que se deflagrava pelo interjogo vertical-horizontal que não cerceava diferenças

e sim as dialetizava compondo sínteses e “híbridos” não reducionistas. Todo este processo definiu que intensificasse o horizonte da atualização da práxis pichoniana para que ela seja transitada por novos conceitos e relações conceituais que abram territórios afirmativos das existências “desviadas”. Para isso meus “dialetos aberrantes” deviam conversar de outros modos com essas vidas que sempre me afetaram, pois também implicava minha “própria” vida, e me levaram a sustentar as mais diversas práticas de militância e teóricas que, neste contexto, me ofereceriam “tranquilidade”, mas não operatividade no sentido pichoniano. Isso leva a outra linha que é rabiscada na escrita que se junta as tribos-multidões-povos menores e que novamente refere a gestação de um tipo especial de literatura, a acadêmica:

A literatura só se afirma descobrindo sob as pessoas aparentes a força de um impessoal que não é de modo algum uma generalidade, mas uma singularidade no mais alto grau...As duas primeiras pessoas do singular não servem de condição à enunciação literária; a literatura só começa quando nasce em nós uma terceira pessoa que nos destitui do poder de dizer Eu (o “neutro” de Blanchot) (Deleuze, 1997 p.13)

Mesmo considerando as considerações essenciais de Frantz Fanon sobre a “terceira pessoa”, no sentido da “despersonalização” decorrente das violências coloniais e racistas, consegui fazer uso desse recurso uma vez que, como aponta o psiquiatra da Martinica, senti a possibilidade de me afirmar ontologicamente na infrapolítica de vínculos-grupos “aberrantes”. Aí o “nós” posterior desta escrita é emergente dessas redes dissidentes e amorosas, insurgentes e ternas, onde os vários “eus” respiram as realidades-possibilidades de outras vidas- mundos e, portanto, de teorias e práticas rebeldes.

A Psicologia Social da Práxis pichoniana: tateando os objetos da epistemologia convergente e nos aproximando ao método de análise dialético

O que nos move, fundamental e basicamente, no presente trabalho, como objetivo central é indagar se a proposta Pichoniana compreende ao sujeito-vínculos-grupos como dispositivos de produção do novo absoluto, se relativiza a criação do novo concatenando-o a alguma concepção do “prévio” ou se as grupalidades são elucidadas como âmbitos-equipamentos de reprodução. O sujeito, suas relações de vínculo, suas experiências grupais unicamente são a repetição dos processos psíquicos, subjetivos, intersubjetivos, psicossociais e sócio-histórico dinâmico prévios que os constituíram e ofereceram condições de possibilidade de seus desenvolvimentos? Seria tal reprodução parcial? As repetições incluiriam também a produção de diferenciações relativas? Ou também produziriam rupturas absolutas em relação à qualquer lógica reprodutiva? Uma psicologia social que parte do princípio de que o sujeito é estritamente social, constituído e construtor de vínculos desde seus primórdios, estabelece como um dos seus princípios o agenciamento não individual de mudanças radicais?

Essa tarefa supõe analisar a complexidade da obra aberta do Enrique Pichon Rivière (EPR) em variados planos. Para sustentar esse propósito devemos ir percorrendo a concepção do criador da Psicologia Social da Práxis no que se refere aos “objetos” de estudo e intervenção sem desestimar a escolha metodológica que o orienta e problematiza sua concepção de “sujeito” e de “realidade”. A hipótese inicial que orienta este estudo, fundamenta-se ao entendimento de que Pichon-Rivière confronta campos teóricos estagnados dogmaticamente e definidos pelas cisões flagrantes entre diversos elementos de sua abordagem, seja por isolamento totalizante de parcialidades ou por não analisar as relações recíprocas e contraditórias entre estes². Ele efetua essa disputa, inicialmente, abrindo um duplo movimento. Por um lado, se opõe a todo idealismo

² Está claro para nosso autor que tal totalização de parcialidades decorre de uma percepção fragmentada da realidade efetuada por um “indivíduo” alienado. A combinação dos dois elementos determina um pensamento desgarrado da realidade como “totalidade”, tomando como absoluto aquilo que é uma parcialidade.

racionalista e toda abstração anti-dialética (Pichon-Rivière, 1985, pp. 13, 14) e por outro, intimamente conectado ao anterior, afirma um Esquema Conceitual e Operativo que, como totalidade aberta (Lema, 1993, p. 106) reestabelece a complexidade de cada elemento a partir de sua particularidade mutável decorrente de sistemas de relações dinâmicas (Lema, 1985, p. 107) com os outros elementos constitutivos dos “Três aspectos do real” (Lema, 1985, p. 107). As duas linhas convergem no contraste contínuo entre teoria e prática e tal operação permanente supõe a construção dinâmica de totalidade conceituais abertas e heterogêneas que permitam refletir sobre as intervenções efetuadas de modo não fragmentário. O autor parte do propósito de construir uma Psicologia Social integrada e integradora, que interligue os elementos que se encontram cindidos em outras propostas. Para lograr tal objetivo procura demarcar os perímetros territoriais onde sua práxis irá a operar, ou seja, nos três aspectos do real que são delimitados pelas relações em movimento de mútua transformação entre o sujeito, a natureza e a sociedade. Para dar um contorno que delimite nosso debate do “simples ao complexo” e vice-versa percebemos como Enrique Pichon Rivière caracteriza o método de análise que irá possibilitar um projeto dessa magnitude sendo desejável destacar que a análise dialética implica uma prática dialética. Tal correlação entre teoria e prática oferece, segundo o autor, a superação de dissociações e leituras dilemático-abstratas que funcionam como obstáculos epistemológicos e epistemofílicos assim como configuram critérios de “saúde-doença” reprodutores do modelo de humanidade da hegemonia:

Este método é aquele que permite a produção do conhecimento das leis que regem a natureza, a sociedade e o pensamento, três aspectos do real comprometidos naquilo que denominamos “homem em situação”. Com o termo “homem em situação” pretendemos caracterizar um objeto de conhecimento, em uma tarefa que relacione aquilo que se encontra fragmentado por um pensamento dissociado que cinde as relações entre sujeitos, natureza e sociedade”. (Lema, 1985, p.107, tradução nossa)

Tais “leis” as que se refere o criador da Psicologia Social da Práxis são as leis da dialética que estuda a partir de K. Marx, F. Engels e dedicando-se a transmití-las a partir do livro de Georges Politzer “Principios Elementales de Filosofia” (2004) (Pichon-Rivière, 1985, p.132). A escolha dessa base filosófica e metodológica para apoiar a construção de sua proposta é compreensível, entre outros aspectos, porque lhe oferecer as noções para interrelacionar, na teoria e na prática, aquilo que aparece fragmentado nas psicologias e nos modos homogeneizados de vida de nossa sociedade. Sintetizaremos as leis da dialética para definir o modo em que EPR pensa oferecendo, assim, pistas para compreender como sua obra e as práticas que dela se derivam, funciona.

A primeira lei da dialética propõe que tudo está em movimento e nenhum elemento é imutável. O que interessa a quem vive e pensa dialeticamente é o “processo ininterrupto do devir e do transitório” (Politzer, 2004, p.69). No qual cada elemento funciona processualmente produzindo mudanças. Entretanto, nem toda mudança é dialética, também existem mudanças mecânicas. É interessante como G. Politzer (2004, p. 73) exemplifica a mudança mecânica demonstrando que matar um ser vivo é um “câmbio” dessa ordem.

Assim a “conduta” se encontra em movimento e em permanente movimento- mudança sendo indispensável compreender seus devires e não fixá-lo àquilo que supostamente ela é em termos de quietude. Assim como no enrijecimento da relação conduta-sistema pode incluir mudanças mecânicas ou anti-dialéticas que são parte decisiva daquilo descrito por Enrique Pichon-Rivière como “estereotípias” e “adaptações passivas a realidade”. Nestas, as “mudanças” seguem o modelo de uma linha reta e não a da “espiral dialética”. As transformações dialéticas da “conduta-sistema aberto” são denominadas pelo EPR como “adaptações ativas a realidade”.

A segunda lei da dialética é da ação recíproca, sendo que esta é compreensível se consideramos que todos os elementos da vida se encontram em movimento e são produzidos e

produtores de processos não estáticos. As vidas e sua relação recíproca com o mundo não estão acabadas, senão que se encontram em desenvolvimento-mudança a partir das ações que impulsionam suas existências compondo processos. Estas ações-processos incidem umas sobre as outras em reciprocidade compondo regimes de relação e mútua incidência entre os elementos envolvidos. Isto quer dizer que tais conexões são as que possibilitam os processos de mudança contínua, pois estes não operam isolados ou de forma independente. Esta lei aponta para um “encadeamento dos processos” (Poltzer, 2004, p.75) sendo também desejável elucidar a flexibilidade de seus elos. A “conduta”, e seus movimentos-processos, se entrelaçam de modo não harmônico e sim conflitivo, com os movimentos-processos da sociedade e da natureza se estabelecendo assim uma “maranha” interconectada de multi-co-determinações das quais emergem vastidões de “fenômenos”. Unicamente podemos compreendê-los reintegrando aquilo que é distintivo de cada elemento, os processos que lhe são imanentes elucidando os regimes complexos de conexão com os outros elementos-processos em movimento.

A terceira lei é a da existência de contradições internas de todos os elementos da vida assim como de contradições entre todos esses elementos. Dito de outra maneira, cada elemento é “ele mesmo” e, ao mesmo tempo seu contrário, coexistindo assim “forças antagônicas” que deflagram conflitos entre tais opostos. Para o que nos interessa, este princípio rompe com a ilusão de atribuir a cada elemento da vida uma identidade permanente ou quase invariável. pois cada componente da vida não é idêntico a si mesmo. Nas palavras de G. Poltzer:

Assim a dialética comprova a mudança, mas por que mudam as coisas? Mudam porque as coisas não estão de acordo consigo mesmas, porque há luta entre forças, entre os antagonismos internos, porque há contradição. Temos aqui a terceira lei da dialética: as coisas mudam porque contém em si mesmas a contradição. (2004, p. 82, tradução nossa)

Entretanto, essa contradição interna dos elementos dispara movimento de “luta dos contrários” constituindo-se em termos de afirmação/ tese – negação/ antítese e sínteses (Pichon-

Rivière, 1985, p.150) sendo este terceiro momento o de “unidade dos contrários”. Esta “unidade” não é a somatória estável dos elementos antagônicos senão o resultado transitório da solução da disputa entre os contrários: a mudança. Os diversos componentes dos “três aspectos do real” contêm elementos contraditórios ao seu interior que desatam movimentos conflitivos e impulsionam mudanças. Mas devemos considerar que também se encontram em contradição entre eles e não unicamente “ao seu interior”. Nesse sentido, as mudanças “internas” se relacionam as mudanças dos outros elementos que formam parte do contexto em que este se insere e vice-versa. Isto significaria, adicionalmente, que se incluimos as relações dialéticas dentro-fora haveria contradições-mudanças permanentes em “cada coisa” o que determinaria mudanças nas “outras coisas” e, definitivamente, *nas relações-vínculos entre todas elas*.

A quarta lei da dialética formula que a partir do processo acumulativo de quantidades se produz uma conversão súbita que as organiza em uma *nova* qualidade. Para localizar esta lei em nossa discussão citaremos o exemplo de George Politzer que alude a certa perspectiva das Psicologias:

No livro de Engels, *Anti-During*, no capítulo “Dialética, quantidade e qualidade”, encontramos um grande número de exemplos que nos farão compreender que, em tudo, como nas ciências da natureza, se verifica a exatidão da lei, *segundo a qual em certos graus da mudança quantitativa se produz repentinamente uma conversão qualitativa*. Nos encontramos aqui com um novo exemplo, citado por H. Wallon, no tomo VII da Enciclopédia Francesa (onde se remete a Engels): a energia nervosa acumulada na criança provoca a risada, mas se continua aumentando, a risada se transforma em uma crise de lágrimas; assim como quando as crianças se excitam riem em demasia e acabam por chorar (2004, p. 90, tradução e grifo nossos).

A correlação entre o movimento permanente, as ações recíprocas, as relações contraditórias ao “interior” de cada elemento e com todos os outros que povoam-transitam os

contextos de vida e a mudança do quantitativo em novas qualidades caracterizam a metodologia com a qual EPR constrói a Psicologia Social da Práxis.

Tal método demarca, não unicamente, os obstáculos epistemofílicos e epistemológicos a serem superados, mas também nos orienta para a criação de conceitos-ideias-práticas que apontem para uma relação instrumental, significativa e operativa demarcada pelo par ser histórico social-realidade sem reduzir, dicotomizar, negar suas tensões, diferenças, contradições e conflitos. Além de propor a superação das significações obstaculizantes e carregadas de componentes ideológicos e hegemônicos colocadas pela noção de “indivíduo abstrato”, podemos avançar afirmando que para Enrique Pichon Rivière o sujeito é produzido e produtor (ou não) de entre-ações que configuram vínculos e estes decorrem de relações Inter-sistêmicas.

Desde um enfoque totalizador defino a conduta como estrutura, como sistema dialético e significativo, em permanente interação, procurando resolver, desde essa perspectiva, as antinomias mente-corpo, individuo-sociedade, organismo-meio. A inclusão da dialética nos conduz a ampliar a definição de conduta, sendo compreendida não unicamente como estrutura, senão como estruturadora de uma unidade múltipla ou sistema de interação; assim se introduzem o conceito de interação dialética, a noção de modificação mútua, de inter-relação intersistêmica, o mundo interno do sujeito e a relação do mundo interno do sujeito com o mundo externo” (Lema, 1993, pp. 87, 88, tradução nossa)

Podemos dizer que a pergunta renovada durante toda a obra de Enrique Pichon Rivière não é sobre o “ser” dos elementos, que analisa a partir da conceitualização de práticas, e sim como estes se relacionam e, a partir dessa elucidação indagar como funcionam³. A vastidão de

³ O “sujeito” na obra de Pichon Rivière é um sujeito produzido e produtor por/de vínculos e situações. O ser em situação agencia relações/conexões situadas em contextos sócio-históricos. Esses campos de relação mutáveis localizados em territórios em movimento, por sua vez, determinam de modo não absoluto modos de funcionar que o autor define como “adaptação passiva” ou “adaptação ativa a realidade” (Pichon-Rivière, 1985, p.155).

possibilidades emergentes das relações entre elementos que povoam contextos em mudança permanente exige a renúncia a qualquer padronização apriorística assim como, enfatiza a necessidade de compreender o sujeito como ser multiplicatório e singular ao mesmo tempo.

A interligação de todos os elementos muda continuamente definindo assim o câmbio destes e de suas relações/inter-ações. É fundamental compreender que nada desta proposta é possível se não enfatizamos que a “unidade de análise” são os vínculos. O autor compreende que para superar as expressões de um racionalismo universalizado que direciona a denominada realidade e isola seus elementos impondo barreiras aparentemente intransponíveis entre si, e assim totalizar os fragmentos na exaltação de um ser coagulado em sua Identidade-individualidade, deve radicalizar sua práxis para aquilo que existe/emerge/se atualiza *entre* tais elementos. Não em um nem no outro senão *entre*. Nestes entre/vínculos residem as questões que o criador da Psicologia Social da Práxis indagará a partir da dialética que contribui para quebrar as quietudes de totalidades decorrentes da absolutização de “partes”, permitindo os acessos não tanto a uma doutrina dos movimentos, embora os contemple rigorosamente, senão a uma práxis em movimentos inesgotáveis: as de humanidades que transformam se transformando, que determinam o mundo sendo determinados por este (Pichon-Rivière, 1985, p.170)⁴. A psicologia social criada nessas bases em movimento indaga as relações e interações variáveis entre os elementos que compõem multiplicidade de atualizações da Vida Humana e que configuram vínculos compreendidos como estruturas complexas comunicacionais e de aprendizagem, bi-corporais e tri-pessoais (Pichon-Rivière, 1985, p.15). Consideramos dinâmica essa estrutura complexa de relações que define uma dimensão, composta por diversos processos assentados transitoriamente em camadas: trata-se da dimensão dos contextos-situações que

⁴ A partir da leitura de variados autores da América Latina que propõem multiplicidade de mundos, desejamos destacar a produção de Ailton Krenak, “Ideias Para Adiar o fim do Mundo” (2019). A crítica intensa, e que partilhamos, da imposição de um Mundo Totalizado, que sufoca N mundos e os “divergentes” que os produzem, nos leva a propor que “o implacável interjogo do homem com o mundo” de Enrique Pichon Rivière seja modificado pelos “necessárias inter-criações das humanidades com os mundos”.

definem e são definidas pelas humanidades que emergem nos movimentos afirmativos do que somos-devimos. Gilles Deleuze nos traz subsídios para entender os vínculos que são percorridos por linhas de saber-poder-força-subjetivação relacionadas a curvas “dizibilidade” e “visibilidade” (Deleuze, 1990). Nessa perspectiva os vínculos considerados como dispositivos são máquinas de produzir conexões inusitadas e tal característica requer que reconheçamos a mutação contínua de todos os elementos implicados e, nesse sentido, admitir a variabilidade contextual, situacional, territorial que tal processo móvel *per-corre* e quais circuitos de assentamentos singulares e transitórios agencia. Para construir uma nova concepção do sujeito em termos de vincularidade situacional, EPR se depara como obstáculos de diversas ordens e os problematiza desde uma perspectiva dialética.

**Das relações objetais Freudianas para a construção de uma práxica das vincularidades.
Rupturas e continuidades, deslocamentos e transmigrações prático conceituais.**

No prólogo do livro “El proceso grupal. Del Psicoanálisis a la Psicología Social” (1985) encontramos uma aproximação a definição de vínculo que é decisiva em diversas derivas, viragens e rupturas com a Psicanálise:

A indagação analítica desse mundo interno me levou a ampliar o conceito de “relação de objeto”, formulando a noção de vínculo, ao que defino como uma estrutura complexa, que inclui um sujeito, um objeto, sua mútua *interrelação com processos de comunicação e aprendizagem*. (p.10, tradução e grifo nossos)

Por se tratar de uma “ampliação” poderemos dizer que não se refere a uma ruptura e sim de um “aprofundamento” construído na lógica da complementação dos postulados freudianos. Isso se faz como um “pinçamento” de conceitos freudianos colocados em outros horizontes epistemológicos que vislumbram a força criativa e potente da obra pichoniana: as relações exógeno-endógeno são consideradas nas suas relações dialéticas e não hierarquizadas. Tais conexões emergem das *inter-ações* que são experimentadas nos entre-vínculos e estes últimos funcionam como território produzido e produtor de humanidades habitadas pela realidade, além de criadoras e protagonistas desta mesma realidade. As *oper/ações* nos campos abertos nas relações entre seres-mundos conferem a materialidade situacional e singular destes e seu caráter fundamental está definido pela mudança permanente de sistemas de relação entre todos os elementos intervenientes. Isto apresenta uma série de obstáculos epistemológicos e epistemofílicos que também são problematizados por EPR.

Há algumas chaves que abrem os campos de interpelação pichoniana nos seus trânsitos “da psicanálise à psicologia social” e suscitam algumas indagações: Como superar a base

idealista e metafísica das psicologias que se baseiam em uma ontologia do ser abstrato?⁵. Como superar os obstáculos de uma Psicologia social, em sentido amplo, criada com acento em um aparelho psíquico centrado na individualidade para uma Psicologia Social, em sentido estrito, formulando um dispositivo psíquico vincular/relacional/grupal-dialético?

Assim como em outros trechos da obra de EPR, podemos responder parcialmente a esta última pergunta a partir da leitura do capítulo “Freud: punto de partida de la Psicología Social” (Pichon-Rivière, 1985, pág. 41). Nele, o autor reconhece a importância fundacional do texto freudiano “Psicología das massas e análise do ego” e efetua uma leitura sobre o que tal desenvolvimento teórico possibilita (Freud, 2011). Entretanto aponta, citando o criador da Psicanálise, que a concepção ali desenvolvida destaca o caráter “amplo” da Psicologia em termos sociais, mas EPR destaca os obstáculos com os quais nos deparamos se insistimos em algumas direcionalidades conceituais freudianas. Referindo-se a produção do Sigmund Freud supracitada, nosso autor afirma:

Pese a percibir la falacia de la oposición dilemática entre psicología individual y psicología colectiva, su apego a la “mitología” del psicoanálisis, la teoría instintivista y el desconocimiento de la dimensión ecológica le impidieron formularse la vislumbrado, esto es, que *toda psicología, em um sentido estrito, es social*. (Pichon-Rivière, 1985, p. 43).

Esta afirmação coloca no horizonte questões relevantes que apontam a concepções diversas sobre as Psicologias. O deslocamento da categoria “amplo”, colocada por Sigmund Freud para a de “estrito” desenvolvida na obra de EPR não aponta a uma questão de “graus” ou

⁵ Em Enrique Pichon Rivière não encontramos referência a obra de Gyorgy Lukács. Pode resultar enriquecedor a aproximação ao livro “Para uma ontologia do ser social” (2013). Encontramos no filósofo húngaro complementações relevantes nas buscas de Enrique Pichon Rivière por definir determinações socio-históricas da “adaptação passiva a realidade”. Nas conceitualizações da “consciência infeliz” p. 488 “vidas estranhadas” p. 426 e “reificação” p.195 há elementos para avançar na elucidação das cisões nas relações com os mundos que ocuparam parte da produção teórica pichoniana.

“escalas”, mas vislumbra a proposta de mudar as bases filosóficas e epistemológicas das Psicologias. Se trata de que a Psicologia Social da Práxis pichoniana está centrada, de modo estrito e primário, na condição sócio-histórica do sujeito. Embasar e desenvolver tal doutrina também implica a crítica ao modelo de aparelho psíquico que Sigmund Freud atribui ao sujeito. De forma correlativa, a crítica enunciada pelo psiquiatra argentino, inclui a doutrina dos instintos, o desconhecimento da perspectiva ecológica e a adesão a “mitos” universalizados que explicariam a distinção de cada sujeito, o aproxima Pichon Rivière aos embates realizados por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010) à psicanálise. Tal aproximação não deve ser efetuada mecanicamente, pois se trata de pontos de partida filosóficos diversos. Porém, aparece uma região de vizinhança práxica: ambas as posições se opõem às concepções baseadas em totalidades fechadas, construídas na correlação Uno-diverso, no essencialismo idealista, nas premissas metafísico-abstratas que nos levam a considerar que haveria algo imutável e que seria reproduzido pelas humanidades.

Há uma passagem manifesta da ênfase freudiana colocada sobre o inconsciente representacional-teatral e reprodutor (Deleuze, 2017) , assujeitado ao decalque “falho” e repetitivo, decorrente de condições universais de origem particularizadas por percursos “instintuais energéticos” restringidos à complexos-fases-relações objetais-organizações libidinais, para um dispositivo psíquico relacional-vincular onde o que pulsa, vivificando seu funcionamento, não é a relação traçada pela tríade desejo-pulsões-objetos e sim, pelas relações possíveis entre as necessidades-vínculos-interações dialéticas ou estereotipadas em situação/contexto. O modo de funcionamento e relação entre estes últimos termos adquirem seus movimentos, impulsando processos singulares, considerando as conexões que se agenciam multilateralmente entre todos os elementos dispostos situacionalmente, sem que nenhum destes reduza os outros ao seu funcionamento. As quebras teórico-práticas desta passagem metodológica colocam consequências que comovem intensamente os pilares racionalistas da

epistemologia europeia, o modelo universalizado de existência que deve ser marco estanque de processos reprodutivos em cada ser despojado de suas diferenças, a suposta neutralidade científica e a alienada aspiração a- política de muitas propostas teórico práticas das psicologias.

Essas consequências se desprendem de um giro consumado por Enrique Pichon Rivière que é traçado com um corte sagital, expresso manifesta e introdutoriamente, quando efetua uma deriva da noção de “desejo” para a de “necessidade”:

Estas relações intersubjetivas são direcionais e se estabelecem sobre a base de *necessidades, fundamento motivacional do vínculo*. Tais necessidades tem um matiz e intensidade particulares, nas que já intervém a fantasia inconsciente. Todo vínculo, assim entendido, implica a existência de um emissor, um receptor, uma codificação e decodificação da mensagem. Por este processo comunicacional se faz manifesto o sentido da inclusão do objeto no vínculo, o compromisso do objeto em uma relação não linear senão dialética com o sujeito (Pichon-Rivière, 1985. p.10)

A definição de vínculo, que substitui a noção freudiana de “relação de objeto” (Pichon-Rivière, 1985, pp.10, 42), introduz diversos níveis de indagação que se inscrevem na escolha do materialismo dialético como método de análise, de prática e de vida. Tal opção demarca a superação do determinismo reprodutor da doutrina dos “instintos-pulsões” a partir da organização de análises, práticas e modos de viver agenciadas a partir da experiência. Há um nomadismo epistêmico e prático em Enrique Pichon Rivière que pode ser definido como trânsito de totalidades fechadas no Uno-essencial- imutável para totalidades abertas e heterogêneas. Tais modos de se movimentar e elogiar o movimento permanente entre teoria e práticas contextualizadas sócio-histórica e culturalmente, se apoiam na construção da epistemologia convergente e dialética onde encontramos procedimentos de produção científica que podemos nomear como pinçamentos, roubos, bricolagens e tráficos.

Os três primeiros podem ser localizados e compreendidos como formando parte do estilo de produção conceitual e de vida da Esquizoanálise (Baremlitt, 2003, pp. 17, 40). Acrescentamos o tráfico como atividade subterrânea e clandestina de agenciar movimentos não regulados pela normatização estereotipada de procedimentos, métodos e regras a serem seguidas asceticamente para ingressar nos circuitos hegemônicos das Academias, que reproduzem as dinâmicas de reconhecimento dos estamentos de poder estabelecidos nas bases da díade saber-poder-privilégios e reprodução do *status quo*. Não nos referimos as atividades ilegais em relação a lógica jurídica do Estado, e sim, a problematizações de tal racionalidade única que se estende a todos os exercícios das vidas humanas, inclusive as de produção científica⁶. O tráfico ao qual aludimos se refere a abertura de sistemas de deslocamento-moviment/ação prática e conceitual não mapeados nos esquemas de pensar-fazer-dizer e sentir serializados na cópia do modelo epistemológico da Europa e dos Estados Unidos (Grosfoguel, 2016)⁷⁸.

Enrique Pichon Rivière abre permanentemente fissuras nos modos de compreender os acontecimentos das humanidades, pois também colide contra as perspectivas que propõem uma dimensão sócio-histórica excluindo a complexidade da subjetividade- inter/subjetividade, assim

⁶ Um autor, Alfredo Grande, em seu livro “El Edipo después del Edipo. Del Psicoanálisis aplicado al psicoanálisis implicado” (1996), indaga em quais pontos o legal pode ser ilegítimo e se não haveria ilegalidades legítimas, abrindo assim os debates específicos sobre os Terrorismos de estado e as polêmicas amplas que incluem diversas atividades humanas que, a nosso critério incluem modos não consagrados de produção científica que inauguram novas práxicas de vida não ajustadas ao denominado hegemonicamente como “normal”.

⁷ Já desejamos explicitar algo que será retomado em outro momento. Nas consistentes elaborações sobre os epistemicídios, e suas relações com a colonialidade-colonização Ramon Grosfoguel abre o caminho para retomar algo que afirmamos com Armando Bauleo (1990), onde postulamos que Enrique Pichon Rivière tinha sido desaparecido pelo Estado Terrorista Argentino apagando de todas as Universidades a sua obra. Também nos chama a atenção como começou a circular, na lógica da transparência e do rendimento pela via das mídias sociais, uma recuperação-cópia das proposições do Ramon Grosfoguel na proposta dos “teoricídios”. Tal reducionismo, que nunca declara a fonte da qual parte e não se tratando do roubo aludido por Gregorio Baremlitt, confunde a questão lançada pelo Ramon Grosfoguel: não se trata unicamente de supressão de teorias senão de genocídios de vidas que eliminam visões de mundos e, portanto, dos modos de produzir conceitos que delas emergem.

⁸ O Professor Angel Fiasché, amigo de Enrique Pichon Rivière, me relatou que este se retirou da abertura de um Congresso Mundial de Psiquiatria, onde devia dizer umas palavras na abertura, denunciando que pelo que tinha percebido se tratava de um evento alinhado com “O departamento de Estado de Norte- América”. Se trata de um registro da transmissão oral da vida de Pichon Rivière da qual não há registros escritos. Decido incluí-lo pela fidedignidade do meu interlocutor.

como as que se constroem a partir da reificação de um sujeito desprovido das suas conexões múltiplas e de mútua determinação com o sócio-histórico. Nesta linha de análise de seus trabalhos podemos notar que sua disposição a trabalhar com “laboratórios sociais”⁹ e a “pesquisa ação”, inspirado em Kurt Lewin (1978), na relação processos-campos, o levam a formular a relação dialética entre indagação-operação (Pichon-Rivière, 1985). Essa conexão em movimento não demarca uma sequência temporal onde a indagação precede a operação: estas são coexistentes. O criador da Psicologia Social da Práxis vai delimitando uma práxis singular onde as indagações de e sobre o sujeito são inseparáveis das operações/ações, assim definido o trânsito de um sujeito abstrato para um sujeito concreto que define os mundos que também é definido por meio das indagações (in-quietudes/ perguntas)-ações-experiências-práticas-produção de pensamentos-sensibilidades e enunciados. Se fosse também necessário questionar como são construídas as proposições em Enrique Pichon Rivière, perpassadas pelas práticas e intensificando-atualizando seu ECRO, poderíamos dizer que tal “sujeito” não é unicamente o sujeito da pergunta-ação, ou o sujeito que pergunta e age, pois, tal formulação empobreceria sua proposta.

O empobrecimento estaria dado pela fixação ao ser como mediação pétrea entre sujeito e predicado: “O sujeito é o sujeito da pergunta/perguntar”. Se retiramos o verbo “ser” (ou o “é”) e o predicado é formulado em forma de verbo no infinitivo, construiríamos proposições que se

⁹ Como parte da análise da própria implicação relatarei um evento que me ajudou a compreender aquilo que depois me exigiria variados esforços para elucidar uma das propostas básicas da Esquizoanálise e do Esquizodrama: experimentar. Meu pai que era pesquisador na área da química me levou ao laboratório onde efetuava seu trabalho. Me ofereceu uma série de substâncias inócuas e me disse “Experimente enquanto faço meus experimentos”. Nesse momento não tive plena consciência da diferença. Com o tempo compreendi que experimentar era criar, se entregar ao prazer lúdico da espontaneidade, inventar. Fazer experimentos era aplicar métodos precisos, garantir estabilidades, controlar processos e, sobre esse fundo de repetições observar variações, dentre outras questões. A primeira podia até produzir o gozo perante o inútil, mas que agenciava processos e “resultados” onde os elementos se localizavam em territórios da química, dos corpos, das sensações, das percepções novas em um regime de imanência. A segunda perspectiva produzia a satisfação perante a eficácia da reprodução do útil e o novo era recuperado em que funções, localizações, eficácias etc. Em um de nossos últimos diálogos, meu pai, me disse, sem lembrar daquela cena e revistando sua vida: “Deveria ter experimentado mais e fazer menos experimentos”. Me pergunto se consigo gerar intervenções grupais onde os experimentos não nos retirem da pesquisa ação e não sufoquem as experimentações assim como estas não impeçam aos grupos de fazer seus experimentos sem seguir fórmulas prescritas.

aproximariam a um sujeito em permanente Devir como sugere, mas não desenvolve EPR. A formulação de tais proposições, acentuariam mais ainda as rupturas pichonianas a respeito das epistemologias e dogmas que erguem os obstáculos renovadamente assinalados, seria: “Humanidades/seres perguntantes”, “Humanidades/seres trans-formantes”, “Humanidades operacionantes”¹⁰. Tal questão não é secundária, inclusive é um dos tópicos a partir dos quais o autor efetua grande parte de suas críticas ao que considera “carências” nas teorias psicológicas:

A ausência de uma perspectiva realmente totalizadora, *com o escamoteio da dimensão social do comportamento e a marginalização do problema da ação*, de parte das teorias psicológicas, *inclusive* na mais coerente delas, a psicanálise, *impediu* em principio a elaboração de um critério adequado de saúde e doença, e ao mesmo tempo que conduziu com frequência, perante problemas concretos, a utilização de conceitos emergentes do campo psicanalítico (por exemplo, a teoria dos instintos) para explicar fatos *vinculados à gênese e as modalidades de relação entre estrutura de personalidade e estrutura social*. *Os modelos biológicos e individualistas da interpretação da conduta, funcionaram e ainda operam, como obstáculos epistemológicos em sentido estrito* (Pichon-Rivière, 1985, p. 199, tradução e o grifo nossos)

É claro que aqui se apresentam diversos problemas. Um deles é óbvio: um dos fundadores da Primeira Associação Psicanalítica da América Latina, que inspira sua difusão-transmissão, com singularidades locais, pela América Latina, declara a maior coerência da psicanálise, porém no mesmo movimento aponta que a dimensão social do comportamento e a

¹⁰ Este tópico foi discutido e trabalhado com Ettore Scalon e Carolina Rocha de Carvalho e será publicado em uma coletânea da Editora da Fundação Gregorio Barenblitt sob o título “Esquizodrama: Devir e Acontecimento, as insurgências das multiplicidades”. O sujeito é criador de humanidades-mundos e agencia multiplicidade de vínculos-conexões entre tais termos, sendo que é decisivo admitir que nessa proposta é fundamental compreender o ser que devém e o devir que é a partir de afirmações transformantes das (inter) ações-experiências-experimentações.

questão fundamental da ação não são articuladas a uma perspectiva totalizadora nessa doutrina. Em outros trechos da obra pichoniana, reflete que tais dimensões são tratadas de modo “amplo” conotando seu estatuto “secundário” a respeito da primazia do individual (Pichon-Rivière, 1985, p.43) sendo elididas suas relações dialéticas. Estes problemas para o autor são profundos, pois definem critérios não operativos, nem instrumentais, nem direcionais, nem significativos a partir dos quais é possível realizar distinções entre “saúde e doença”. Sim, foram definidos ora por modelos individuais que retraem o socio histórico sobre um indivíduo paradoxalmente cindido ‘estruturalmente’, ora por modelos biológicos, onde ainda havendo rupturas parciais com o positivismo lógico, perdura a ênfase sobre o corpo desde uma perspectiva ambigualmente concreta, enlaçada a processos abstratos e universais que, duvidosamente, abrem lugar para as diferenças e singularidades.

Cabe aqui considerar as diferenças filosóficas e epistemológicas com Jacques Lacan, com quem teve um vínculo amistoso, apontadas pelo criador da Psicologia Social da práxis:

No es esta la circunstancia para tal polémica, pero en principio apuntaría mi crítica al idealismo lacaniano, a ese esencialismo que se desliza en su planteo de la problemática del deseo. Planteo que encuentro impregnado de la concepción hegeliana del sujeto, como primariamente, como esencialmente, deseante de deseos. Concepción que incluye la dialéctica, y en ese sentido permite comprender ciertos aspectos del desarrollo del sujeto, de su historicidad, de su carácter relacional, pero que escamotea los fundamentos, las bases materiales de esa historicidad. En consecuencia la historicidad misma queda soslayada. (Revista Actualidad Psicológica, 2017, p. 2-3)

Não se trata de uma diferença de matiz e sim do apontamento de concepções epistêmicas e filosóficas antagônicas: a compreensão do sujeito é compreendida por Enrique Pichon Rivière a partir da subversão da dialética hegeliana operada por Karl Marx. Essa ruptura também supõe uma posição oposta quando consideramos o sujeito em geral assim como também as

singularidades que o caracterizam como ser que produz conhecimentos, práticas, regimes de signos e afeições. A obra pichoniana é uma das consumações possíveis da tese 11 de Feuerbach proposta por Karl Marx (1888, p.72): “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo”. As derivações do idealismo filosófico, que Enrique Pichon Rivière reconhece como fundamento da obra de Jacques Lacan, colocam em perspectiva outra compreensão de sujeito, pois este se encontra subtraído das dimensões materiais e determinantes do sócio-histórico e, portanto, do ser que é construído e construtor dessa esfera aberta e mutável.

Caracterizando a relação com Lacan e com sua obra, Pichon Rivière expressa:

En tanto idealista, esencialista, lateraliza el, para mí fundante, interjuego necesidad – satisfacción. Interjuego intrincado con el desarrollo de las relaciones sociales, y que, en el aquí y ahora está determinado y reglado, en última instancia, desde las relaciones sociales.

Ese sujeto deseante, sujeto del deseo, es, antes que nada, sujeto de la necesidad y sólo por esto sujeto del deseo. Es a partir del concepto de necesidad que se esclarece el carácter social e históricamente determinado de la esencia del sujeto. Es este concepto el que permite comprender la dialéctica sujeto – mundo. Abordar a ese sujeto en sus condiciones concretas de existencia en su cotidianidad. (Revista Actualidad Psicológica, 2017, p. 2-3)

Neste contraponto o autor de referência deste trabalho delimita os contornos diversos estabelecidos por embasamentos filosóficos antagônicos. Entretanto, há uma série de elementos que pretendemos ir problematizando nos percursos de nossas elucidações. A primeira questão está vinculada ao deslocamento daquilo que funcionaria como estatuto fundante do sujeito: do “desejar desejos” para outra dimensão que seria a satisfação de necessidades. Fica claro, na

leitura integral da obra de Enrique Pichon Rivière, que a esfera material funciona como sustentáculo da emergência do sujeito do desejo. E que a dimensão desejante se articula, dialeticamente ou não, às determinações materiais da existência humana. Essa conexão, definida por movimentos e/ou quietudes são a base para compreender os critérios a partir dos quais são pensados os distintos tipos de adaptação a realidade. Por outro lado, não se trata de movimentos mecanizados, senão que são compreendidos em seu caráter múltiplo e interconectado produzindo modificações nas relações complexas entre o sujeito e a realidade. A aparência destas afirmações é de que são simples. Mas se trata de entender que as proposições pichonianas revestem uma série de consequências que devemos tomar em conta e que, majoritariamente, são desconsideradas como possibilidade para refletir e, a partir dessa atividade “aprender a pensar” (Pichon-Rivière, 1985). Esta reaprendizagem implica repensar, renovadamente nos diversos modos de alienação que nos atravessam, pois estes incidem sobre nossos modos de conhecer-praticar-sentir-dizer-estar na Vida.

No início deste século refletimos sobre os diferentes modos de compreender as alienações procurando ampliar as perspectivas de debate e migrar de esquemas de referência que propõem um tipo universalizado de alienação. A procura de diversos modos de alienação, produzidas por entretecidos flexíveis e dinâmicos entre repressões, dominações, mistificações e extermínios, encontrava também a questão decisiva da alienação primordial exigida pelo desamparo originário do bebê humano, mas procuramos compreender se tal condição de indefeso não é recuperada para perpetuar o regime de dominação instituído hegemonicamente. (Kazi & Pellegrini, 2003). Esse caráter móvel dos modos de produzir e reproduzir quietudes apresentava o desafio de ressignificar a epistemologia convergente proposta por Enrique Pichon Rivière e procurar novas possibilidades de pensamento emergentes de práticas políticas

insurgentes e que, por sua vez, permitissem novas práxis de emancipação das múltiplas fontes de sofrimento do sujeito como expressão singular de sua origem sócio-histórica¹¹.

Ainda sendo clara a posição de Enrique Pichon Rivière sobre as barreiras epistemológicas que apresentam certas correntes da Psicanálise, que também podemos conotar como uma universalização do individual, o criador da Psicologia Social da Práxis considera que as contribuições klenianas favorecem a compreensão de aspectos da Epistemologia convergente. Em um momento de suas reflexões Enrique Pichon Rivière, e se apoiando na psicanalista inglesa, insiste que ali onde Sigmund Freud opõe “fenômenos sociais” a “fenômenos narcísicos” encontramos “relações sociais externas” que se internalizam se inscrevendo como “vínculos internos” que replicam no Ego relações grupais ou ecológicas (Pichon-Rivière, 1985, p.42). A partir desse outro platô de confrontação podemos notar renovadamente as derivas pichonianas que o conduzem a postular uma psicologia que pretende superar antinomias herdadas, a nosso critério, pelos legados mudos da colonização que funciona como acúmulo primitivo do capitalismo e as epistemologias que procuram legitimá-lo “consciente ou inconscientemente”. A consideração, precária ou não, de um dispositivo psíquico relacional-grupal-ecológico é, segundo o compreendemos, revolucionária mais ainda se destacarmos a contextualidade latino-americana da qual essa proposta emerge. Tal deriva exige o esforço de desconstruir os determinismos individualistas que deslocam a absolutização sutil urdida em derredor de concepções que glorificam fragmentariamente “a história do sujeito” para uma concepção dialética, onde o decisivo é a relação mutável e dinâmica que se

¹¹ Nesta linha é interessante consultar o livro “O circuito dos afetos” de Vladimir Safatle. O desafio assumido pelo autor de instituir horizontes necessários de serem elucidados: a recuperação dos afetos/sensibilidades, os circuitos de recuperação das afeições, a proliferação da alienação e as buscas de novos “circuitos” e modos de ser/estar/existir/devir.

agencia entre o Ser da História, as histórias do ser, o ser com história nas pluritopologias oferecidas por múltiplos mundos que se aterram singularmente¹².

Tais problemas levaram a Enrique Pichon Rivière a realizar outro movimento polêmico, mas que esclarece a intensidade da confrontação que encarnou: “Essas estruturas vinculares se configuram sobre a base de **experiências** precocíssimas; por isso *excluimos de nossos sistemas o conceito de instinto, substituindo-o por o de **experiência***” (Pichon-Rivière, 1985)

A substituição da doutrina pulsional por uma práxis da experiência é outro dos níveis de fratura da proposta pichoniana a respeito de modelos, no campo das psicologias, fechadas sobre si, essencialistas e que propõem entender os advires da vida ajustados a destinos pré-determinados e universais e que, ambigualmente, possibilitam o desenvolvimento de uma individualidade tratada como uma particularidade que reside e se assenta “além” dos vínculos-contexto social e histórico. A experiência é sempre relacional e contextual e constrói vínculos singulares, endógenos e exógenos interconectados por meio das inter-ações, inclui a afirmação ontológica particular ligada a realizações ontológicas múltiplas.

Tal como o compreendemos, e a partir de nossas interpretações sobre as proposições de Frantz Fanon (2008), as afirmações ontológicas que particularizam o sujeito, contemplando também sua sociogênese como plano geral e irredutivelmente contextual, são realizações de potência que não devem ser assimiladas a nenhuma universalidade que liquidifique as diferenças que efetivamente nos constituem. Reduzir a socio gênese em uma ontogênese individualista é, a nosso critério, a expressão de um modo muito difundido da alienação do pensamento. Há que acrescentar, e destacar, que para o Frantz Fanon (2008) tal “sociogenesis”

¹² Com o desejo de intensificar o ECRO pichoniano e reconhecendo que já há outros sistemas teóricos que talvez possam nos oferecer perspectivas outras, lembramos que na teoria da relatividade geral (Einstein, 2015) o evento que dá origem, cria o “universo”, é a eclosão do próprio espaço “condensado” em um único ponto. Eclodir as diferentes imposições de “espaços Uno” pode ser uma imagem auspiciosa para compreender os empenhos da Psicologia Social da Práxis. Não desestimamos as postulações da eclosão do “espaço de inclusões recíprocas” de Piera Aulagnier (1989) como referência fértil para este debate. Por outro lado, os desenvolvimentos sobre o “plano de imanência” de Gilles Deleuze e Félix Guattari oferecem outras contribuições para avançar nestas reflexões.

inclui decisivamente o sistema de relações coloniais sendo que nessa elucidação, indefectivelmente, notaremos os modos de retrair a potência do social percorrido por diversidades, para o sofrimento extremo de ser expulso das possibilidades de se afirmar como humanidade que não sejam as decretadas pelas imposições do horror da colonização. Devemos reconhecer que assim como na América Latina Enrique Pichon Rivière confrontava a psiquiatria burguesa desde uma perspectiva classista, Frantz Fanon se retira dos debates localizados no âmbito das etiologias individuais, do disposicional, das semiologias derivadas das psicopatologias e nosografias instituídas. Nesse plano de sua obra racializa o que Enrique Pichon Rivière coloca, unicamente, nas perspectivas de classe social. O psiquiatra originário da Martinica propõe que é necessário acolher a compreensão dos relatos dos pacientes como “notas de psiquiatria” dos efeitos de devastação da sociedade colonial, que fazem, a nosso critério, um paralelismo com a noção de “crônicas internas” do criador da Psicologia Social da Práxis¹³. Nesse sentido, propomos que o ECRO pichoniano se atualize em termos de radicalidade anticolonial e forme parte de todos os esforços de construção de psicologias decoloniais.

¹³ Fizemos estes últimos apontamentos seguindo as contribuições de Maria Helena Souza Patto, presentes em seu artigo “De gestores e cães de guarda: sobre psicologia e violência” (2009). A autora avança caracterizando o trabalho clínico de Frantz Fanon: “[...] faz questão de enfatizar que esses relatos são apenas “notas de psiquiatria” que falam por si mesmas dos danos causados à “pessoa humana” pela barbárie da colonização. Ao contrário, não rotula, mas acolhe, ouve, dialoga, assinala. Os assinalamentos vêm para ajudá-los a contar o acontecido, nomear o sofrimento e identificar-lhe as causas. Situar o “problema no plano da história colonial, tal como ele aparece nas histórias individuais”, “conhecer os motivos” dos distúrbios instalados vale não só como antídoto às falsas explicações da comunidade científica, mas como recurso para trabalhar com os próprios adoecidos a insegurança e o medo, a angústia da humilhação, a identidade destroçada, a personalidade desintegrada e a tendência a se auto culparem pelas situações vividas (Fanon, 1961/1968, p. 263). *Por isso, esse psiquiatra nascido na Martinica recusa o argumento comum entre seus colegas de que é preciso levar em conta predisposições individuais, a história psicológica, afetiva, familiar e biológica do paciente. Para ele, fazê-lo é reforçar preconceitos e a tendência a culpar a vítima, é escamotear o principal causador dos sofrimentos relatados: a desumanidade que instala e mantém a colonização [...]* se trata de estudar situações e não apenas processos patológicos em andamento dentro de indivíduos; que os contextos mais amplos não existem lá fora, em determinada periferia do espaço social, mas estão nos interstícios de tudo o que abrangem” (Patto, 2009, grifo e recorte nossos).

As totalidades, o corpo e aproximações ao materialismo histórico na Psicologia Social da Práxis. Rascunhos de enlace e interfaces com a Esquizoanálise.

Se nas realidades grupais/vinculares/contextuais não encontramos uma “não temporalidade”, é desejável que nossa compreensão das produções conceituais não descontextualizem as teorias dos processos temporais que as permeiam, atravessam e transversalizam. A nosso critério as indagações sobre as doutrinas teóricas que podem tratar, especificamente ou não, o assunto das temporalidades deve se conectar e funcionar processando e relançando registros temporais que rompem com a cronologia universalizada e mistificada pelo idealismo filosófico. Essa temporalidade absolutizada e petrificada é possível de ser concebida a partir da montagem do programa filosófico da racionalidade totalizada e composta pela contemplação desprovida do estatuto fundamental da ação na vida humana (Arendt, 2007). Assim compreendemos o valor determinante da ação na proposta pichoniana: não há uma cisão entre “agir”-“experimentar”-“pensar”-“sentir” e sim, uma imanência de variados movimentos coexistentes que se sedimentam em momentos-sucessivos. O sucessivo neste prisma é um modo de delimitação cujos limites são flexíveis e que intercomunicam, múltipla e dialeticamente, o regime mutável de sucessões. O aspecto aparentemente estático dos conceitos emerge dos momentos de abstrair correlativos ao processo de análise da/s realidades que procuramos compreender.

Henri Lefebvre (1961) é um dos autores que compõem o ECRO pichoniano e, portanto, forma parte dos autores que povoam o processo de construção da epistemologia convergente. O autor se dedica a abarcar intensamente as características do método, análise e práticas do materialismo histórico-dialético que subsidiam nossa compreensão a respeito da escolha pichoniana.

[...] a realidade que devemos apreender através da análise e reconstruir mediante a exposição (sintética) é sempre uma realidade em movimento. [...] Apesar que a análise

começa por destruir esse movimento para chegar aos elementos que compõem, e deste modo, seus resultados são em certo sentido abstrações... o método marxista afirma que *a reconstrução do todo e do movimento é possível*. É necessário, certamente, chegar por abstração aos elementos, e para isso separa-os, asila-os. Mas quando a análise se efetua de maneira adequada, não separa os elementos senão para voltar a encontrar suas conexões, suas relações internas com o todo. E não compara nem descobre analogias senão para discernir melhor as diferenças. Assim, *a reconstrução do conjunto, do todo em movimento, não é incompatível com a análise [...]* (Lefebvre, 1961, p. 18, tradução e grifo nossos).

Enrique Pichon Rivière busca enfaticamente efetuar uma ruptura epistemológica com as bases idealistas e metafísicas das Psicologias. Entretanto, aparecem novos obstáculos a serem problematizados. Podemos pensar, a partir destas considerações iniciais de Henri Lefebvre, certas linhas afirmativas do caráter dinâmico e múltiplo das Vidas, assim como a potência de práxis que a compreendem e a concebem. Essa potência reconhece as forças ativas que percorrem os elementos com os quais trabalhamos na medida em que sua particularidade é decorrente das suas relações-conexões com outros elementos. Isto implica que mesmo aspirando a reconstrução de uma totalidade que aponta a dimensão do geral, o valor de cada “parte” reside nas suas diferenças, nos seus aspectos distintivos que possibilitam seu caráter relacional sendo que qualquer categorização ampla é, dessa forma, transitória.

Encontramo-nos com a afirmação do caráter móvel da realidade que inclui os seres em situação, e que para elucidá-la é pertinente analisar cada elemento, determinar sua particularidade sendo conscientes de que tal operação é outro momento de abstração-a(ilha)mento e que se associa aos outros que já debatemos desde o início deste trabalho. Porém, esse momento é relevante se prosseguimos para a fase da análise que possibilita a re/composição dos vínculos/relações/interações entre os elementos considerados, visando asir

as tensões dos movimentos “entre” disparados, por sua vez, pelas intensidades imanentes a existência de/das diferenças. O problema estaria dado pela noção de “todo”, pois pode remeter a concepções idealistas que referem suas conceitualizações a uma totalidade abstrata e imutável. Mas esta seria uma impugnação que desconsidera a postulação de uma totalidade materialmente definida e que se trans/forma em outra totalidade de modo contínuo. Há que explicitar que, na Psicologia Social da Práxis, trata-se de uma totalidade aberta e heterogênea. Tal condição se sustenta na compreensão do regime de diferenças que geram as contradições e processos que se expressam nos movimentos que funcionam como base da(s) realidade(s). Outro modo de entender este tópico é oferecido pela lógica paradoxal: totalidades parciais, transitórias e fugazmente integradas e conectadas a outras totalidades que configuram “uma parte a mais” (Baremblytt, 2003, p. 57).

Consideramos que a compreensão sobre a corporeidade na Psicologia Social da Práxis delimita planos de convergência entre as “ampliações” da Psicanálise e o materialismo histórico e dialético, assim como pontos claros de divergência com as concepções filosóficas que o autor compreende como “obstáculos epistemológicos”. Previamente, nas possibilidades de atualizar a proposta centrada no grupo operativo como dispositivo de intervenção, nos ocupamos por debater alguns limites deste programa prático complexo. Neste momento pretendemos analisar suas possibilidades-potências.

No capítulo “Uma nova problemática para a psiquiatria” Enrique Pichon Rivière (1985) se esforça para definir certos princípios da Psicologia Social, tal como ele a formula. Trabalhando a “pluralidade fenomênica”, que rompe com a concepção casuística que de forma engessada relaciona uma causa a um fenômeno determinado por esta, define três áreas nas quais a “mente” se projeta: área um (mente), área dois (corpo), área três (mundo exterior) (Pichon-Rivière, 1985, p.19). Nas palavras do Enrique Pichon- Rivière, quando se encontra definindo a

“pluralidade fenomênica” que compõe o “objeto” da Psicologia Social achamos sustento para avançar na concepção dialética da Práxis:

Este princípio se baseia na consideração de *três dimensões fenomênicas*, a mente com suas respectivas projeções denominadas em termos de áreas: área um a mente, área dois o corpo, área três o mundo exterior. Estas três áreas, fenomenicamente, tem importância enquanto o diagnóstico se realiza em função do predomínio de uma delas, porém *uma análise estratigráfica* demonstra a existência ou coexistência das três áreas comprometidas nesse processo em termos de comportamento, mas em diferentes níveis. É isso que constitui o comportamento em termos de uma Gestalt ou Gestaltung em permanente interação das três áreas [...] *Toda outra argumentação que negasse esta totalidade totalizante cairia em uma dicotomia flagrante*” (1985, pp. 18, 19, tradução e grifo nossos).

Encontramos um momento no qual o autor começa a demarcar sua concepção dialética ligada a noção de totalidade se centrando na noção de “comportamento”. Há um duplo esforço: superar o racionalismo e o que ele denomina “instintivismo freudiano” (Pichon-Rivière, 1985, p. 43). A direcionalidade com a que trabalha as “áreas” denota a preocupação por definir, de diversos modos, territórios múltiplos e interconectados que configuram o comportamento como uma Gestalt Gestaltung que permite a passagem, no campo epistêmico das Psicologia, da Totalidade como entelúquia imutável para a Totalidade como sistema aberto e estrutura móvel (Kazi, 2006) assim como também a proposição de um esquema dinâmico e complexo (Scarcelli, 2016; Kazi, 2006). A “estratigráfica” apontada por Enrique Pichon Rivière é de suma relevância para entender o que denomino “estratovincularidade”¹⁴.

¹⁴ Esta noção procura intensificar a caracterização pichoniana citada. Identificamos esse termo e as possibilidades que oferece por termos lido a elaboração de noção de “estratopolítica” realizada por Domenico Uhng Hur (2019).

Há uma correlação a ser efetuada. Estando atentos ao emaranhado epistêmico que estamos procurando percorrer é importante destacar que a inclusão do termo “estratigráfica”, que remete as ciências geológicas, coloca a visão do criador da Psicologia Social da Práxis de um sujeito configurado e configurador de “estratos” que, projetados em um plano demarcam as três “áreas”. Por mais que pareça uma consideração descartável lhe atribuímos valor desde o momento em que o autor realiza um enlace entre o geológico e o geográfico para refletir sobre o “ser em situação”. O modelo epistêmico da geologia, pinçado e re-trabalhado por diversas psicologias, implica também uma arqueologia que muitas vezes procura explicar o presente a partir do passado como determinação mecânica mais ou menos sofisticada ou intenta compreender as superfícies a partir daquilo que acontece nas profundezas. As geografias tomadas como a compreensão de territórios-áreas se aproximam de modo mais incisivo a noção de “situação”, no estatuto de um atual como realização do tempo intempestivo. O tempo intempestivo não se esgota naquilo que o sujeito é em uma ou outra situação, alude a aquilo que ele se torna, aquilo que devém. O estratigráfico alude sim ao pretérito como “arquivo”. O assunto dos arquivos se articula ao denominado “quadra interna”, mencionada por EPR, que seria um território de assentamento não estático das “crônicas internas” que se relacionam a terrenos externos-quadras/ externas-crônicas de e nos mundos. A relação das duas instâncias abre os entre onde todos esses elementos podem ser dialetizados.

Explicativamente podemos dizer que a relação de dois estratos, geológica e geograficamente falando, podem se encontrar de modo divergente-convergente, produzindo a liberação de energia que produz um terremoto que reconfigura todas as superfícies consideradas. Se não o tomamos unicamente como “catástrofe natural” que libera processos destrutivos e, sim, como exemplo do caráter móvel de todos os aspectos da realidade, notaremos que pode haver libertações de fluxos intensivos deflagrados pelo encontro de entidades aparentemente inamovíveis. Assim como a “falha” geográfica suscita processos de

modificação, não sempre trágicos. As “falhas”, quebras, gretas, fissuras de nossos estamentos solidificados, nas suas mais diversas localizações, podem vir a gerar movimentos que, ligados a adaptação ativa à realidade agenciem modificações produtivas de Vidas, que se modificam na transformação das superfícies que transitam. Os estratos como sedimentação de fluxos intensivos, forças, potências propostas por Deleuze e Guattari (2017) na Esquizoanálise nos levam a propor que as três áreas se compõem de “capas” formadas por “partículas” e elementos agenciados por relações e vínculos. Por meio de entre-ações e suas realizações, se definem linhas engessadas, linhas vibráteis ou flexíveis, linhas dissonantes e consonantes, linhas de recuperação, linhas de fuga, linhas semi- maleáveis, que dão contornos, não estáticos, as adaptações ativas- adaptações passivas.

Os estratos mais endurecidos, tomando como exemplo aqueles que são objeto de estudo da geologia, liberam energias, podem gerar movimentos e relação com os dinamismos presentes em outros estratos. Pensando nas vidas humanas e considerando que “Tudo o que é sólido se desmancha no ar” (Marx & Engels, 2017, p. 19), a questão é o que essas energias produzem, como se conectam e como realizar arranjos a partir dos processos intensivos que se deflagram entre os estratos para que liberem a maior quantidade de elementos a serem recombina- dos inventivamente nos vínculos. Os estratos de vínculos estão referidos a modos de organizar as configurações vinculares que se referem ao campo de experiências humanas localizadas nas geografias que foram transitadas para compor uma vida relacional. Os estratos vinculares assentados na família se correspondem aos estratos relacionais que são vividos no social e no institucional, se interpenetram de forma mais ou menos dinâmica. Referir as capas a si mesmas, por exemplo, quando dizemos “esses eram meus vínculos familiares, mas nos escolares acontecia outra coisa”, alude ao momento analítico que discrimina a especificidade de cada estrato. Porém, a estratovincularidade unicamente tem sentido operativo, se procuramos compreender os acontecimentos que se atualizam e fatos que se reatualizam entre estes. Isso

significa, outra vez, atender aos eventos que povoaram e povoam a inter-estrato-vincularidade e que alude aos movimentos intensivos que, como emergência de potências não necessariamente moduladas, produzem mutações nas relações sujeito-mundo. Os estratos, camadas, napas se caracterizam pela relação com outros que se alocam no sujeito-mundo e suas relações podem ser mais ou menos rígidas, mas também são percorridas por forças que transmutam seus estados que, por sua vez, não se correspondem a uma “natureza” fixa. Assim como os elementos que povoam as “três áreas” reconhecem suas singularidades de funcionamento, o relevante é definir que assim funcionam pelos circuitos vinculares que emanam das experiências das humanidades e que as relacionam. Isso também define aqui visualizar as variadas formas em que tais conexões são obstaculizadas ou impedidas.

Retomando as caracterizações de Henri Lefebvre sobre o método de análise do materialismo histórico e dialético, que inspira de forma decisiva a obra do Enrique Pichon Rivièrre, é esclarecedor como caracteriza a possibilidade de superar o caráter fragmentário-dicotômico do pensamento idealista:

Retirar os fatos e as ideias de seu isolamento aparente; descobrir as relações, seguir o movimento do conjunto que se expressa a traves de seus aspectos dispersos, resolver as contradições para alcançar (mediante um progresso repentino) uma realidade o um pensamento mais elevados, amplos, complexos e ricos. (1961, p. 14, grifo e tradução nosso).

Enrique Pichon Rivièrre propõe considerar as três áreas a partir das relações que definem um “con/junto” não estático sendo seus movimentos singulares desatados pelas entre-ações.

Estes movimentos também supõem uma plurilocalização do ser em situação e sua “posição” não está remetida unicamente às doutrinas sobre tal assunto trabalhadas pela psicanálise clássica. Se nos detemos nelas notaremos uma ênfase hierarquizante do endógeno

dividido em instâncias psíquicas constituídas em fases definidas e universalizadas imprimindo uma forma de distribuição-organização libidinal demarcadas pelos movimentos pulsionais-objetos correspondentes localizados em três regiões corporais. Se a “mente” não é referida estritamente a esta doutrina, isto traz como efeito modificações substanciais das outras “áreas”. Assim como há uma ruptura intensa na compreensão de como todos estes elementos se conectam ou não. É decisivo compreender os planos de ruptura do Enrique Pichon Rivière com a Psicanálise Freudiana desde outras perspectivas que enriquecem as já debatidas. A migração da concepção das relações objetais para a de “vínculo-interno/externo” derivada do deslocamento do lugar central do desejo para a postulação das necessidades como motor da Vida, implicam a formulação de outro aparelho psíquico, de outra corporalidade e outra compreensão do real (Pichon-Rivière, 1985). Ao entrelaçar essas duas quebras teórico-práticas notamos uma aproximação da concepção do corpo proposto pela Psicologia Social da Práxis ao corpo trabalhado por B. de Espinosa (2009) no que diz respeito ao conatus-paixões-tipos de encontros entre corpos. Entretanto, desde uma perspectiva Marxista (Marx, 1994) que inclui a relação corpo-força de trabalho-produção de mais-valia, esses encontros definem e são definidos pelo sistema de produção em que estão localizados em situações sócio-históricas. Estas estão definidas e definem modos de relação decorrentes da conexão básica entre meios de produção, forças de produção e relações sociais de produção. Se notamos a intervenção direta e indireta/subterrânea desses dois autores, o problema pode ser resolvido, sem assimilar um nível ao outro, compreendendo a dimensão das necessidades como “intercâmbio de matéria com o meio” (Kazi, 2006) conectada a diversos modos de relação/encontro concretos e simbólicos determinados e determinantes pelo contexto aportado por modos de organização econômico culturais.

O curioso é que Enrique Pichon Rivière coloca estes elementos de modo implícito durante sua obra e parece querer resolver suas sínteses nas críticas à Psicanálise clássica, à

Psicanálise Lacaniana e ao racionalismo idealista, mas optando por colocar a noção de “organismo em situação” (Lagache, 1949, p.120) que provém da psicanálise levada a territórios não dogmáticos pelo autor citado. O assunto da intensificação atual da epistemologia convergente é vasto, mas para tentar realizar esse movimento é necessário compreender uma série de referências tácitas ou explícito-difusas na obra de Pichon Rivière. Contentamo-nos por afirmar, neste momento, que há uma escolha tática do criador da psicologia social da práxis: utilizar todos os elementos teóricos que permitam uma saída das antinomias, dentre elas “mente/corpo-mente/corpo-situação”, e rearticulá-los em outros platôs de reconexão que permitam, em convergência, práticas não fragmentárias que elevam o “fragmento” a uma totalidade-uno. O pinçamento de algumas noções de Daniel Lagache (Pichon-Rivière, 1985, pp. 36, 175, 192) abre duas linhas: o organismo em situação e a compreensão da transferência no processo grupal. Nesse sentido, ambas as linhas permitem pensar em um corpo imanente ao psíquico, mas considerando um corpo ativo, determinado e determinante situacionalmente. E tal corpo ativo não está escravizado ao estatuto reprodutor da cronologia métrica senão que é percorrido também pela sua capacidade de se inventar inventando um agora transformador. Todas as camadas conceituais interconectadas apontam à articulações dinâmicas na e da realidade, sendo o situacional o que define o caráter mutante, em movimento diferencial cada vez e em cada lugar, definindo assim, novamente em outro viés da obra, uma totalidade totalizante aberta¹⁵.

Cabe uma questão além da já colocada de modo incipiente anteriormente. O corpo universalizado em três fases de organização e “evolução” libidinal (Freud, 1905) não recupera

¹⁵ Dentre muitas outras possibilidades as considerações de Foucault (1999; 2008) sobre a biopolítica e o biopoder, também podem oferecer ferramentas de intensificação do ECRO quando estamos trabalhando a questão do organismo-corporeidades constitutivas e constituídas dos e pelos vínculos trabalhados pelo Enrique Pichon Rivière.

as multiplicidades de agenciamentos corporais e entre-corporais singulares que constituem os vínculos?

Por enquanto enfatizaremos que na concepção freudiana, podemos identificar uma ode aos processos intrapsíquicos em detrimento dos subjetivos, intersubjetivos e transobjetivos. Por outro lado, na Psicologia Social da Práxis esses processos remetem a uma dimensão de articulação possível do psicossocial, do sóciodinâmico e institucional, conforme proposto por Enrique Pichon Rivière em sua epistemologia convergente. Nesse sentido, comendo um ECRO em movimento que implica um enfoque multidimensional que, assim supera, uma perspectiva mono ou bi-dimensional. (Kazi, 2006; Scarcelli & Alencar, 2009)

Segunda variação cartográfica

Enrique Pichon Rivière efetua uma escolha evidente: perante as doutrinas racionalistas-idealistas-positivistas, o autor opta pela concepção do materialismo histórico e dialético, pois aspira a uma totalidade totalizante que permita uma “objetividade crescente” (Pichon-Rivière, 1985, p.150) liberando a criação de compreensões-práticas desalienadas e que disparem as mudanças necessárias para o “pleno desenvolvimento através da modificação mútua do homem e da natureza” (Pichon-Rivière, 1985, p.206).

Essa escolha limita ao tempo que possibilita os objetivos de nosso trabalho. Funciona como limite para avançar na direção de uma filosofia da imanência e seus acessos à dimensão do devir e do atual-virtual (Deleuze & Guattari, 2017), mas abre as possibilidades de compreender as “premissas adequadas” (Pichon-Rivière, 1985, p.207) de uma psicologia construída para compreender seu estatuto revolucionário em relação as noções de ser da mudança, vinculado a uma realidade transformável e ambas as linhas se referem a realidades e sujeitos elucidáveis a partir de relações de causalidade dialética. A opção de basear a epistemologia convergente, prevalentemente, no materialismo histórico e dialético está delimitada em grande parte por que esta metodologia contempla a possibilidade não desdenhável de compreender, pela via da práxis, as múltiplas determinações-fenômenos de uma sociedade alienada e alienante (Lema, 1986, p.70) oferecendo a criação de instrumentos de transformação no agenciamento de uma “artesanía” (Pichon-Rivière, 1985, p. 149). Destacamos que a alusão a uma “artesanía” e não à “arte” também aponta a modos não mecanicistas de realização de práxis ao tempo que reivindica estéticas de nossas territorialidades em processo de Amefrica-ladinização (Gonzalez, 1988).

Nesse sentido Henri Lefebvre destaca os territórios que a Psicologia Social da Práxis detecta como assentamentos da alienação e procura desconstruí-los a partir de suas propostas:

A alienação do homem se revela assim em sua temível extensão, em sua real profundidade. Longe de ser unicamente teórica (metafísica, religiosa e moral, em uma palavra, ideológica), é também e sobretudo prática, ou seja, econômica, social e política. Neste plano real, se manifesta no fato que os seres humanos se encontram submetidos a forças hostis que não são, porém, mais que o produto de sua atividade, mas que tem se tornado contra eles e os arrastam para destinos inumanos: crises, guerras, convulsões de toda classe (1961, p.23).

Claramente notamos como a concepção dialética orienta e re-orienta a produção conceitual de Enrique Pichon Rivière, sendo que unicamente compreenderemos esses percursos e suas relações, se não a despossuímos nem de seus objetivos e do método com que pretende alcançá-los. Sim podemos aprofundar e atualizar o ECRO pichoniano e trabalhar a possibilidade de articular conceitos e metodologias eventualmente convergentes na práxis:

A alienação em sentido individual é sinônimo de doença mental. O sujeito já não é capaz de realizar espirales; está estereotipado. Tem um papel fixo: o de doente. A sociedade alienada também está estereotipada. Não há um acionar dinâmico entre as partes, falta a irrupção de uma mudança. (Lema, 1986, p.90, tradução nossa)

Neste ponto devemos colocar uma hipótese sobre a obra de Enrique Pichon Rivière. Perante a dicotomia Uno-Múltiplo, que fundamenta a maioria das Psicologias, radicaliza o múltiplo para desconstruir o Uno. Nesse movimento acede tangencialmente as relações de produção do novo absoluto emergentes das conexões, ao acaso, entre as Singularidades-Multiplicidades. Esses movimentos conceituais são inteligíveis na sua concepção da temporalidade, da experiência, das totalidades abertas e parciais, da realização, aspectos da adaptação ativa a “realidade”, pensada como um porvir inespecífico que se abre aos devires, momentos de definição sobre os vínculos, do seu “modelo dramático” (Pichon-Rivière, 1985, p. 141). O Devir esquizoanalítico não se assimila às estruturas e leis do materialismo histórico

e dialético. O método sustentado por EPR parece querer elucidar os mecanismos e processos que recuperam o devir e, assim, elucidar as leis gerais dessa assimilação e as leis que começam a regular esse devir vetorizando-o¹⁶.

De certo modo é como se, desde uma perspectiva esquizoanalítica, as tarefas na Psicologia Social da Práxis, fossem “tarefas negativas” preponderantemente. Estas tarefas, propostas por Deleuze e Guattari (1976), apontam para a destruição e/ou demolição do Édipo como teatralidade representacional, da ‘ilusão do eu’, das prerrogativas do superego, as territorializações e reterritorializações representativas e representacionais do sujeito relacionado a sua história individual. Essa tarefa, segundo os autores deve ser realizada com ‘paciência e prudência’. Trata-se de ‘fazer fugir’ (Deleuze & Guattari, 1976, p.416) os fluxos desejantes de um inconsciente teatral-representacional suscitando ‘conexões, disjunções, conjunções’ próprias de um inconsciente-fábrica/usina. Se compreendemos que estes autores elevam o Édipo a categoria de ‘axioma’, e este axioma é imanente ao do capitalismo, podemos nos aproximar ao que desejamos expressar: Pichon Rivière parece desdobrar a imanência dos axiomas e se ocupa de ‘demolir’ diretamente o capitalismo e seus equipamentos de corte-recuperação das vidas na reprodução do uno. Mas como efetuar essa raspagem epistêmico-prática aludindo a algumas reflexões de Enrique Pichon Rivière? Haveria elementos, na Psicologia Social da Práxis que re-compreendem a dimensão edípica de outro modo? Isso nos leva a outra consideração complementar. Por que nos preocupa a dimensão edípica e se esta pode ser elucidada de outra maneira a respeito da formulada por Freud?

¹⁶ H. Lefebvre aponta diversas vezes a este problema: “O real não é imóvel, dado, acabado. É devir e, portanto possibilidade” (1961, p.35) mas também demarca um paradoxo que forma parte das preocupações da Psicologia Social da Práxis e que aponta a dimensão da “lei interna do devir”: “Como superar uma concepção do mundo, que inclui em si mesma, uma teoria da superação, que expressamente se pretende mutável por ser uma teoria da mudança e que, si se transforma, se transformará seguindo a lei interna de seu devir?” (Lefebvre, 1961, p. 35, tradução nossa).

Não podemos negar que existem consequências em se apoiar em uma doutrina em que um de seus fundamentos principais está no reconhecimento da “diferença sexual anatômica”. Esta equação não realienaria a potência multiplicatória de um inconsciente produtor àquilo que cabe em um binarismo? Devemos postergar para outro momento uma dúvida que vale a pena deixar estabelecida: quais seriam as correlações entre conceber a sexualidade a partir da simbolização de um dado anatômico, processo que geraria a “aceitação das diferenças”, e pensar na dissimilitude de raças a partir dos “fatos corporais”? Por que as diferenças sexuais anatômicas e as epidérmicas-corporais foram tomadas, em distintos territórios. Um que explica o desenvolvimento psíquico subordinando a mulher e desqualificando composições de gênero não heteronormativas e outra que gera os fenômenos repudiáveis do racismo que, a nosso critério, devemos combater, debater e desvendar. Tais questionamentos, cuja resposta exigiria um trabalho rigoroso e extenso, pode re-orientar futuramente novas atualizações da Psicologia Social da Práxis.

Neste momento explicitamos que o caráter introdutório da atualização da obra pichoniana e a indagação teórica de práticas que nos levam a formular incipientemente o esquizogrupos, exigem a sustentação das perguntas precedentes. Por que afirmamos que no grupo operativo aparece preponderantemente a tarefa como “tarefa negativa”? Assim como Nietzsche organiza sua filosofia distinguindo a “Filosofia do sim” da “Filosofia do “não” nos seus caracteres singulares, mas imanentes entre sim, o esquizogrupos geraria seus processos de um modo análogo. Proporia a raspagem das reproduções/antiproduções de vida de forma coexistente com a intensificação do que produz vida em termos de produção de produção com ênfase no Dever. Já no grupo operativo, desde a própria definição de tarefa latente, a de elaborar ansiedades-medos-obstáculos e resistências à mudança, esta aparece como “negativo-latente” respeito da tarefa explícita. Ambas se interconectam em regimes casuísticos dialéticos que se organizam na lógica da negatividade. O “oculto” que opera no “manifesto” requer sua

desocultação por meio de intervenções do coordenador, assim como pela crescente capacidade grupal de efetuar suas autoanálises. Esse é um dos motivos para caracterizar as tarefas do grupo operativo em termos de tarefas negativas. O outro é entender que a formulação do “não” (negativo) implica a ruptura do “sim”, absolutizado como expressão do Uno positivado. Esses “não”, a rigor, são expressões dos movimentos potenciais que se orientam a colapsar o “sim” homogêneo que recusa sua própria negatividade. No grupo operativo, com ênfase ao que somos como seres em situação dialética, implicaria agenciar recursos onde o não produza diferenças perante o “sim” monocorde da alienação em sínteses sucessivas de des-alienação, operando-se dessa forma sínteses sucessivas de desalienação. A relativização do sim totalizado a partir da contraposição do “não” gera aberturas a vivências do relativo-parcial em movimento. Ali compreendemos, pelo menos em parte, a tarefa em termos de tarefa “negativa”: elaboração-raspagem daquilo que nos recupera nas alienações múltiplas que nos impõem fragmentos como totalidades imutáveis não comunicadas entre si. E como se trata de sucessões, movimentos graduais do simples ao complexo, o momento “posterior” da tarefa como tarefa “positiva” está dado pela intensificação afirmativa do integralizado dialeticamente e que instrumenta o processo de transformar-se transformando. O destaque aqui se centra naquilo que somos como seres em situação produzidos e produtores. E tal ênfase no que somos, a partir do materialismo histórico e dialético, implica questionar nossas capacidades para ir gerando “consciência” e “pensamentos” em movimentos multilaterais conectados com a prática que, progressiva e sucessivamente, nos permitam “asir” a complexidade das humanidades contextualizadas como humanidades relacionadas.

Sendo assim, outra diferença radica que, para a Esquizoanálise, as tarefas positivas e negativas são coexistentes e imanentes. O problema e tensões que devemos sustentar entre uma posição e outra surge por vários motivos. Assim como o materialismo histórico e dialético procura uma “objetividade crescente”, baseada em um pensamento multidirecional sintetizado

em “etapas”, a Esquizoanálise se propõe a composição de novas formas de existir por atualização do devir, sendo a dimensão do pensar postulada como variação contínua e que deve se assentar o menos possível em esquemas de referência prévios.

Retornando ao método pelo qual opta o criador da Psicologia Social da Práxis, e procurando suas referências, poderemos ver que seria falso postular que estaríamos abraçando uma proposta teórico-prática que renega o Devir e se organiza unicamente no Ser. Henri Lefebvre esclarece este ponto:

Mais claramente que os métodos anteriores, o método Marxista insiste *sobre a originalidade* (qualitativa) de cada espécie de objetos estudados e inclusive de cada objeto. Cada objeto possui sua qualidade, suas diferenças, o sábio deve se propor a lei própria desse objeto: *seu devir*. (1961, p.8, tradução e grifos nossos)

Para não incorrer em erros é desejável diferenciar basicamente que aqui se trata de diferentes concepções de devir e não de uma falta de reflexões a respeito dele por parte do materialismo histórico e dialético e, portanto, da Psicologia Social da Práxis. Nesta última, o devir já é atribuído a sua manifestação em “qualidades” de objetos já existentes, que por sua vez supõe a necessidade de entender as leis que possibilitam seu caráter diferencial. Podemos dizer que, desde a esquizoanálise, esse seria um devir já recuperado em “objetos”, “qualidades” que o tornam diferente-relativo e regulado por “leis”. Portanto, estaríamos equivocados ao supor que se trataria da mesma filosofia do Devir. A da Psicologia social da práxis se orienta a uma ontologia do devir que alude ao se tornar, as atualizações do devir já sendo reatualizadas por “atributos-leis” e que já transita nas realidades materiais e multiplamente determinadas.

O Devir esquizoanalítico é pré-ontológico e é compreendido como produtor de toda “realidade”, não respondendo assim a nenhuma realidade prévia, atributos, funções e leis, que não necessariamente, devem decantar em algum tipo de “consciência”. A nosso critério estas

duas concepções devem se complementar e não exercer exclusões empobrecedoras. Esse trabalho de complementação-convergência seria construído a partir de nossas práticas, sendo esta tentativa, uma síntese nesse sentido e emergente de nossas práticas. Se este trabalho é muito vasto vale a pena realizá-lo, pois notamos elementos difusos de compreensão, por outras vias, do Devir Esquizoanalítico por parte do Enrique Pichon Rivière, mas que a nosso critério não o desenvolve ao realizar uma opção pelo Devir marxista que se centra em seres com capacidade de mutação da realidade instituída desenvolvendo sua consciência social. Essa escolha se encontra referida a um sujeito que se reafirma na realidade em seu caráter de ser que se torna outro a partir da “conscientização” das realidades objetivas que só poderiam ser alcançadas a partir de apropriações instrumentais dos Devires intensivos. Estas elucidaciones nos levam a continuar debatendo a questão do Édipo como modelização universal dos modos de se subjetivar. Esse processo nos levaria à algumas reflexões de como isto é pensado na Esquizoanálise e como foi refletido por Enrique Pichon Rivière.

Por outro lado, é um erro supor que a Esquizoanálise nega o Complexo de Édipo. Gilles Deleuze e Félix Guattari o consideram como modalidade, composta ao longo da história e de modo complexo, de re-alienação da potência produtiva do desejo revolucionário nos investimentos e re-investimentos sobre as figuras-cenas familiares. Isto pode ser constatado nas palavras de Gilles Deleuze:

Chamamos idealismo da Psicanálise todo um sistema de assentamentos, de reduções na teoria e prática analíticas: redução da produção desejante a um sistema de representações ditas inconscientes, e a formas de causação, de expressão e de compreensão correspondentes; redução das fábricas do inconsciente a uma cena de teatro, Édipo, Hamlet; redução dos investimentos sociais da libido aos investimentos familiares, assentamento do desejo sobre coordenadas familiares, ainda o Édipo. Não queremos dizer que a Psicanálise inventa o Édipo. Ela responde a demanda, as pessoas chegam

com seu Édipo. A Psicanálise não faz mais do que elevar Édipo ao quadrado [...]. Antes acreditaríamos, com os estruturalistas que é um invariante. Mas é um invariante de um desvio das forças do inconsciente. É por isso que atacamos o Édipo, não em nome de sociedades que não o comportariam, mas naquela que o comporta eminentemente, a nossa, a capitalista” (Deleuze, 1992, pp. 27, 28).

Outra vez nos vemos exigidos a uma leitura atenta das proposições da prática que estamos debatendo e desejamos intensificar. Na obra do criador da Psicologia Social da Práxis, a axiomática Edipiana está contemplada como “situação triangular básica” (Pichon-Rivière, 1985, p. 64) que aparece estruturando os vínculos familiares que funcionam como “marco para a definição e conservação das diferenças humanas” (Pichon-Rivière, 1985, p.8, tradução nossa). É decisivo não perder de vista a concepção dialética do autor que determina que a “definição” das diferenças não é homogênea, a “conservação” destas é possível também pelas variações e descontinuidades. Assim, as diferenças são constitutivas das contradições-movimentos-sínteses transitórias, mas também são constituídas por estes fenômenos e processos. As impugnações ao Enrique Pichon Rivière que problematizam a casuística dialética, parecem não contemplar alguns elementos de análise que aparecem como “fragmentos” aparentemente desconexos, ou nuances conceituais, que compõem um “devir imperceptível” (Deleuze & Guattari, 1997)¹⁷. Se nos atemos a literalidade, a leitura que procura reafirmar a-priori dogmáticos, a obra pichoniana será utilizada ao interior do racionalismo pragmático para reafirmar o instituído. Segundo Deleuze e Guattari (2010) a “reversão” das potências inventivas das existências humanas devem “fazer” fugir os fluxos desejantes das ancoragens edipianas e capitalistas, quebrando assim as

¹⁷ Dentro das críticas realizadas a obra de Enrique Pichon Rivière encontramos a da Regina Benavides de Barros (2017) como, sem dúvidas para nós, a mais consistente e fundamentada. Considerando as suas argumentações férteis e provocadoras reconhecemos que a leitura de seu livro nos desfiou a realizar vários dos percursos deste trabalho. Neste momento unicamente colocaremos em consideração alguns elementos que a autora, que admiramos pelo caráter inaugural deste debate, suas trabalhosas e fluidas conexões, parece não ter considerado. Isso é plenamente justificável pelas cartografias e entradas que efetua e que, como todas elas numa perspectiva não “totalizante estereotipada”, não fecha novas procuras e sim, pelo contrário as incentiva.

“regressões” ao teatro-roteiro do complexo de Édipo/modos de relação reprodutivas da “lei de equivalência geral” do capital assentadas, segundo nossa compreensão, na díade capital-trabalho. A confrontação aos processos de alienação macrossociais é clara em Enrique Pichon Rivière, assim como o território para efetuar essa tarefa: as micropolíticas grupais. Essa territorialidade não pode ser reduzida ao polo reprodutor do “teatro edipiano”, ainda que este esteja trabalhado na Psicologia Social da Práxis, fazendo referência a situação triangular básica já mencionada. Sendo cuidadosos com a vida e a obra do autor que estamos trabalhando reiteraremos que realiza uma opção estratégica: combater a disseminação do Uno intensificando o múltiplo como fundamento da dialética. Isso não significa que não haja “fugas” que indicam a dimensão da multiplicidade que, como dizemos, já está contemplada lateralmente no ECRO como totalidade totalizante. Entretanto a questão do Édipo referida na “situação triangular” pode vir a recuperar o múltiplo do processo dos grupos se for compreendido como um UNO essencial invariável. Pelo contrário, e este “detalhe” parece escapar das leituras críticas referidas a Enrique Pichon Rivière, aparecem formulações claras contra qualquer conceitualização totalizante fechada sobre si mesma. Vejamos como a proposta Pichoniana pivota indicando a saída do Uno a partir do Múltiplo e, desde essa linha, como começar a perceber a multiplicidade¹⁸ que pode produzir as quebras respeito das re-alienações se levamos “Édipo ao quadrado”.

No tópico “Situação triangular” (Pichon-Rivière, 1985, p. 30) o autor começa sugerindo uma representação espacial do Complexo de Édipo e indica que, mesmo sendo um triângulo, se consideramos a bivalência vincular (Pichon-Rivière, 1998) que se constitui pelo par amor-ódio e suas cisões/integrações, nos encontraremos com uma estrutura de quatro vínculos desde

¹⁸ Citaremos o potente trabalho de Hélio Rebello (2007, p. 14): “A terceira frente aberta por Deleuze, nesse âmbito, diz respeito a uma pragmática que se dissemina pela teoria das multiplicidades, isto é, a maneira como podemos recolher, nas coisas, um “acontecimento” que as determina como “multiplicidades concretas” (Deleuze, 1969, p. 69-73, 79, 174-7, 188, 205 e 2011; p. 243-7, 272 e 276-80)”.

cada ângulo ou vértice. A rigor, se aplicamos os critérios de diferença-contradição-movimento-tensão dialética-obstáculos (medos e ansiedades básicas) e sínteses sucessivas, passaremos de um triângulo para diversas maranhas de vínculos movimentados por afeições que interligam o endógeno e o exógeno. Enrique Pichon Rivière inclui como variável aquilo que define como fenômeno universal, não sem antes declarar que este depende do “monto” o “quantidade”¹⁹ de efetuações de intensidades existam em cada vínculo: a adjudicação e assunção de papéis (Pichon-Rivière, 1985, p.152), que colocaria em circulação montantes de “força”. E tais sistemas de circulação são realizados pelas interações-vínculos que podem realienar as forças, assentando-as no grupo primário-esquema de referência familiar recuperando-as a territórios estanques e dissociados (adaptação passiva a realidade), assim como podem se dialetizar em maranhas dinâmicas de conexões que criem conexões-dentro fora em termos de transformações recíprocas (adaptação ativa a realidade). Porém, a análise não se detém nesse ponto. O “detalhe” da obra de Enrique Pichon Rivière, muitas vezes omitido, abre multiplicidade de possibilidades de se subjetivar e é enunciado pelo criador da Psicologia Social da Práxis como segue quando avança sobre a “situação triangular básica”. “Esta totalidade, verdadeira floresta²⁰ de vínculos, forma uma totalidade totalizante, quer dizer uma Gestalt onde a modificação de um dos parâmetros implica a modificação do todo” (Pichon-Rivière, 1985, p. 30. tradução e grifo nosso).

O autor alude a uma ‘floresta de vínculos’ superando a figura geométrica triangular que já havia interpelado colocando em jogo a noção de vínculo e o par amor-ódio que constituem a

¹⁹ Neste ponto podemos aclarar que a referência a ‘quantidade’ não alude a uma concepção acumulativa positivista. Enrique Pichon-Rivière se refere a quarta lei da dialética: a transformação da quantidade em qualidade (Politzer, 2004) e aparece explicitada, por exemplo na página 154 do livro “O processo grupal”, Pichon-Rivière, 1985).

²⁰ Preferimos a palavra “floresta” pois a tradução literal seria ‘selva’ termo que existe em espanhol e o autor não utiliza. Nossa escolha também se baseia em que ‘selva’ provém da palavra em latim ‘silva’ e dela deriva ‘selvagem’ e ‘silvestre’ maiormente utilizados de modo pejorativo. “Jungla”, termo utilizado por Enrique Pichon Rivière provem do hindi “jangal” que significa ‘território não cultivado e despovoado’.

sua bivalência²¹. A primeira questão que desejamos destacar se associa a palavra: “floresta”. Compreendemos que ela é um modelo que resiste a colonização do Uno não estando povoada desse Ser majoritário e sim de devires minoritários. A floresta não se organiza a partir do Uno-Múltiplo e sim nas relações que lampejam entre as Singularidades-Multiplicidades que, nas suas imprevisibilidades agenciam ‘novos possíveis’ (Guattari, 1985)²², não cultivados a priori pelas tecnologias de dominação, recuperação, submetimento ao estabelecido, violências etc. que transformam as florestas em latifúndios improdutivos de Vida ou reprodutivos da antiprodução de vida na lógica do útil (Krenak, 2019) e do rendimento (Han, 2015). O que emerge em cada encontro, no “aqui e agora” vincular pichoniano, não regride as representações que povoam os roteiros restritos que animam o teatro antropocêntrico edipiano localizado nas metrópoles governadas pelo Uno. E sim, “faz fugir” os fluxos intensivos-afeições para novas possibilidades de agenciamentos vinculares-existenciais.

Nesse ‘detalhe’ não nos deparamos unicamente com as possíveis passagens do antropocêntrico ao cosmocêntrico, senão também para o que podemos denominar caosmocêntrico-caosmoexcêntrico como acessos ao caosacêntrico. Para compreender estes movimentos em outros platôs de compreensão-práticas grupais, deveríamos intensificar o ECRO pichoniano nos seus apontamentos peripatético-conceituais a partir do ‘detalhe’ muitas

²¹ Neste ponto é interessante ler a crítica que Félix Guattari realiza a noção de “ambivalência” em “A revolução molecular” (1985, p. 29).

²² Os novos possíveis trabalhados por Félix Guattari aludem a realização de potência que rompe a segmentariedade a partir de multiplicidade de agenciamentos. Nos chama a atenção como são invocados, os ‘novos possíveis’ nas mídias quando são recuperadas pela lógica do ‘empreendedor de si’ que se coloca como modelo identificatório e vendedor de ‘microrevoluções’ circunscritas ora no Ego, ora na ‘consciência’ como recipiente representacional que estende sobre o mundo sua ‘suavidade iluminada’, ‘positivada’. Nesse caso propomos compreender a disseminação do Narcisismo montando a armadilha de ‘sociabilidade’ pois refracta ‘novos prováveis’ do Ego abrindo pseudo inter-locuções tendentes a afirmar uma lógica colonizadora de ‘novos mercados’. É interessante constatar os esforços por tornar supostas sensibilidades ‘rebeldes’ em mercadoria nos ‘nichos’ em disputa das mídias ‘sociais’

vezes omitido²³ inventando as conexões com as postulações de Gilles Deleuze e Félix Guattari sobre a imanência entre Caos-Caosmose e Cosmos (Guattari, 2003, p. 290).

Neste momento de desenvolvimento do presente trabalho optaremos por realizar alguns apontamentos que recapitulam conceitos trabalhados até este ponto. Assim como, seguindo as considerações geográficas do Deleuze e Guattari²⁴ para compreender as relações liso-estriado/intenso-extenso colocando o deserto-cidade nas suas relações de imanência, Enrique Pichon Rivière parece gerar um híbrido, uma mistura epistêmica dialética geo/métrica em relação ao geográfico-botânico-ecológico. Resumindo as argumentações possíveis e explicativas uma pergunta se instala: como cabe uma floresta em um triângulo? E dela deriva outra questão: Quais processos, procedimentos, sistemas de medições efetuam a retração-exploração-devastação da floresta para que se ajuste a forma métrico-peri-metrada de um triângulo?

A resposta de Enrique Pichon-Rivière, nesse ponto é a de propor, a rigor, formar uma “totalidade totalizante”. Porém, devemos apontar que uma ‘estrutura’, ‘esquema’, ‘Gestalt’ dessas características não responde a uma figura geométrica e, menos ainda, se ajusta a “um triângulo”. Sim, é “ajustável” a partir de modos socio-historicamente construídos e impostos de se subjetivar homogêneos em consonância ao Uno, a essa ou qualquer figura geométrica. Os perímetros universalizados sobre a “floresta” se correspondem aos fechamentos das totalidades a partir de extensões, assimilações, apropriações, expropriações, conquistas e colonizações e ao

²³ Além da leitura necessária do livro “A clínica peripatética” do Lancetti (2008), não há que desestimar a reivindicação da modalidade de aprendizagem peripatética realizada por Enrique Pichon Rivière. quando relata seus primeiros contatos com a psicanálise e a ‘anatomia patológica’, em conversas com ‘Canoi’. O criador da psicologia social da práxis alude ao caráter peripatético desse processo (Lema, 1993, p. 69). Estimamos que o estudo desse modo de contato inicial com a psicanálise poderia, conectado a muitos outros fatores biográficos, elucidar a versatilidade em movimento das práxis pichonianas em variadas perspectivas e não unicamente relacionadas a essa área de conhecimento.

²⁴ Colocamos aqui a dimensão geográfica utilizada pelos autores pois nos parece decisiva para confrontar a concepção topológica abstrata e idealista da Psicanálise dogmática. Também, e sem deixar de trabalhar as interpenetrações “entre”, trabalham o ‘modelo tecnológico’, o ‘modelo musical’, o ‘modelo marítimo’ o ‘modelo matemático’, o ‘modelo físico’, o ‘modelo estético’ avançando nas compreensões de diversos espaços, seus processos e articulações (Deleuze & Guattari, 1997). Seguindo nesta articulação possível com a obra de Enrique Pichon Rivière esta abertura permite ir construindo as conexões eventuais entre a “análise estratográfica” referida previamente e o brilhante trabalho de Gilles Deleuze e Félix Guattari sobre os “estratos”, os epistratos, os paraestratos, substratos e interestratos.

que podemos denominar “garimpagens” predatórias das singularidades. Apontar para os mecanismos hegemônicos a partir dos quais essas devastações são consumadas é um objetivo da Psicologia Social da Práxis. Dentro desse movimento de desvendamento são incluídas as epistemologias que justificam essas práticas políticas que correspondem a visões de mundo desde disciplinadoras, de controle e direcionamento, de normalização, de harmonização até instrumentação de genocídios. Estes últimos não são efetuados em um “vácuo” conceitual, que pode estar “preenchido” na “banalidade do mal” (Arendt, 1999), mas devemos destacar que são o “corolário” de processos violentos inerentes a outros modos de organização do capital (Kazi, 2006) prévios que convergem no massacre totalizado. Assim, na América Latina, podemos visualizar o que é uma vivência “muda-silenciada”: etapas de incremento das violências pelas vias das explorações, dominações, repressões de “baixa” intensidade, regulação dos “desvios” pelas vias jurídicas e “científicas”²⁵.

Retornando a “três áreas” não é incorreto defini-las como estratos em ressonância com as estratificações em movimento, não solidificadas a não ser que haja uma “adaptação passiva a realidade”. O autor destaca a relevância de compreender como agenciar camadas de vínculos internos que operem dialeticamente com os externos, sendo assim “crônicas internas” (arquivos

²⁵ Em uma etapa de confrontação com as “novas” formas de extermínio implementadas pelo que denominei “Imperialismo Terrorista” que se ostentavam, dentre variados territórios na base de tortura de Guantánamo, e seguindo a compreensão de Enrique Pichon sobre a superestrutura jurídica do capitalismo (Lema, 1986, p.78) escrevi: “Las “administraciones” estadounidenses y todos sus cómplices son analizadores contundentes al respecto de este último punto. La muerte, la tortura, la humillación, la infusión del terror, la aniquilación, la violación, la animalización son base de la ideología de los “demócratas” que para continuar “desarrollando” una “sociedad justa y equitativa” generan exterminios, desigualdades y la abolición de los derechos que los mismos verdugos han creado para resguardarse y que aun así son “insuficientes” para la proliferación de sus objetivos. Tal es la “maravillosa” ideología de los capitalistas y es a ésta a la que buscan la adscripción acrítica de todos aquellos que renuncien a las capacidades natales del ser histórico social a “favor” de la fatalización en tanto vía regia hacia la propiedad privada, la fetichización, el individualismo, la imbecilidad de “afirmar” la vida en la relación con objetos- cosas suprimiendo los vínculos inventivos con los otros- semejantes. Éste es un plano decisivo en la lucha de clases: quedar asimilado a la lógica del opresor o asumir la localización objetiva y subjetiva que refiere nuestra inserción en el mundo y que se opone, sin más, a las “propuestas existenciales” de los opresores”. (Disponível em: <https://www.voltairenet.org/article138660.html>). Matanças “pontoais” e localizadas até a coroação que evidencia os fundamentos de produção de morte das democracias ocidentais: os Terrorismos de Estado como modalidade de “organização” do capitalismo, centrado supostamente na “família” (triangular, reprodutiva dos operadores do Uno) que triangulariza a “floresta” se afirmando em regimes de individualidade endogâmica reclusa na propriedade privada onde se adora “deus” (que se assemelha, em seu funcionamento axiomático abstrato e concreto, com os processos de reprodução acelerada de capital).

dinâmicos) da “realidade externa”. Assim como tais geografias, as das três áreas entrelaçadas em artesanias e novas tecelagens, se hibridam através de fluxos e intensidades se comportam como processos de subjetivação e atualizam os devires que estranham o “ser que é” para fazê-lo migrar ao devir outro, percorrendo assim novos territórios existenciais. Nestes, as “três áreas” devem ser descobertas em seus agenciamentos de outros corpos, outras mentes, outras “realidades” externas”, assim como seus funcionamentos divergentes implicam novas conexões entre todos os elementos aí presentes em termos de atualizações. As sínteses possíveis são infinitas. Entretanto, podemos nos aproximar a elas dizendo que nesse campo de forças que percorrem relações rizomáticas²⁶ (Deleuze & Guattari, 2017) se atualizam devires como “rascunhos” moveis de si conectados ao acaso com rascunhos do outro, assim como se realizam vínculos como expressão da reatualização de entre-arquivos-crônicas internas-mundo ‘externo’. Rascunhos do agora que se conectam com crônicas internas- externas que unicamente se ajustam a temporalidade cronológica nos momentos da análise destacados pelo Henri Lefebvre e que se inscrevem na necessidade de produzir sentido em termos de alguma continuidade no descontínuo. Nesse sentido se trata de não parapeitar sentidos estagnados naquilo que estamos sendo, ou pelo menos não exclusivamente, e sim como intensificar nossos funcionamentos nas direcionalidades das adaptações ativas. Nesta nova possibilidade de pensar e viver os processos grupais o coordenador e os membros se dedicam a analisar e desvendar as ansiedades que as mudanças suscitam (Pichon-Rivière, 1985) mas também podem assumir a tarefa de se perceber como “micromecânicos” e “micro-auto-analistas”. A questão consiste também em não retrain, uma e outra vez, as florestas vinculares aludidas, a estufa de mudas familiaristas, pois efetuando tal reducionismo nos assemelhamos mais aos experts do

²⁶ Neste ponto é necessário indicar o artigo: "Como a obra de Tim Ingold desdobra a ontologia de Deleuze & Guattari" de Nelson Job e suas considerações sobre estes grandes autores e o avanço que Ingold faz de alguns conceitos esquizoanalíticos como o do rizoma, saindo do modelo botânico proposto por Deleuze e Guattari e utilizando o dos fungos, mais especificamente o micélio fúngico. Trabalho disponível em: <https://cosmosecontexto.org.br/como-a-obra-de-tim-ingold-desdobra-a-ontologia-de-deleuze-guattari/>

agronegócio que a Psicólogos Sociais da Práxis que compreendem libertariamente as relações ecológicas que o Enrique Pichon Rivière propõe como modelo para pensar-fazer grupos que alterem as dissociações e cisões alienadas e alienantes que mistificam e totalizam a realidade tal qual “é”. Se o inconsciente é considerado uma usina que emite fluxos de variação moleculares de forma contínua, sendo assim um “microinconsciente” intenso e potente revolucionariamente, nossa tarefa é também efetuar “microanálises” que permitam compreender/sentir o que ele produz e isso implica dar conta como funciona nos exigindo ser micromecânicos” (Deleuze, 2017, p.34). E tais tarefas são possíveis nas elucidações do que se deflagra “entre” os elementos multiplicatórios dos processos grupais sem retrai-los a nenhuma “individualidade” formatada por uma identidade Uno-Estática. Neste momento nos parece importante a contribuição de Michel Foucault (2011, p. 266):

Se devemos nos posicionar em relação à questão da identidade, temos que partir do fato de que somos seres únicos. Mas as relações que devemos estabelecer conosco mesmos não são relações de identidade, elas devem ser antes relações de diferenciação, de criação, de inovação. É muito chato ser sempre o mesmo. Nós não devemos excluir a identidade se é pelo viés da identidade que as pessoas encontram seu prazer, mas não devemos considerar essa identidade como uma regra ética universal.

Neste sentido a “identidade” é decorrente de relações de diferença-criação e tais relações que sempre implicam os outros, devem incluir afirmações transitórias de um Si-conectivo ao outro em termos de produção de vida dissidente que o autor citado circunscreve a categoria de “prazer”. Outra vez aparece, diferencialmente aquilo que a Psicologia Social almeja como seu fundamento: as diferenças-movimentos-criações estabelecendo modificações contínuas e estas também são elucidáveis a partir da compreensão dos entrelaçamentos multilaterais de vínculos que configuram florestas.

Nessa relação entre florestas o sujeito se debate entre ser reproduzidor das crônicas internas que pretendem colonizar o mundo triangularmente, alienado a colonização do externo que o “modela” geometricamente numa relação estereotipada ou produtor dos “arquivos” que ressoam vibráteis pulsando “rascunhos de si” em relação com os outros gerando assim multiplicidades rizomáticas de conexões, relações, vínculos que inventam novos mundos sem destruir a terra/ florestas. As três áreas e seus estratos não compõem “árvores” individuais em uma floresta onde “sobrevive o mais apto” delimitando o sujeito da competição feroz (Kazi, 2007) que aparece, mais ou menos evidentemente, em toda psicologia adaptacionista ao estabelecido. Compõem diversidades, relativas, umas às outras, construindo um sistema de interdependência dialética. O valor, em Enrique Pichon Rivière não está atribuído a nenhum elemento individual em sua particularidade restringida a si mesma, e sim aos campos complexos de relação entre esses elementos que se efetuam em “florestas” não estáticas. Remarquem novamente que o entendimento de cada elemento elucida suas diferenças-semelhanças com outros elementos para compreender as contradições- movimentos que os relacionam.

Pode ser dito que o criador da Psicologia Social da Práxis lhe dá valor a “árvore”, por exemplo, na noção de “verticalidade” (Pichon-Rivière, 1985, p.150) ou quando destaca a categoria de “indivíduo” (Pichon-Rivière, 1985, p.169). Se prestamos atenção ao método dialético, permanentemente aplicado e evidente nos textos pichonianos, notaremos que a “verticalidade” é inseparável da “horizontalidade” e o “indivíduo” só é compreendido a partir do “vínculo” (com outros) e isso alude a regimes singulares das relações entre endogrupo, exogrupo em circuitos de conexão dinâmica com o sócio-institucional.

Reconhecimento de si e do outro

Este movimento de elucidação exige a articulação de três níveis de análise propostos por Enrique Pichon Rivière: o objeto da Psicologia Social, as considerações sobre o ser humano como sujeito em situação, e os modos de compreender a adaptação ativa e a adaptação passiva.

A obra criada por Enrique Pichon-Rivière não se reduz a uma série de conceitos mais ou menos articulados. E se se tratasse de caracterizá-la nos topamos com uma obra que conecta multilateralmente todos seus conceitos correlacionados dinamicamente com seus instrumentos de intervenção. Tal interligação orienta as experiências da prática associadas aos objetivos que a definem e vice-versa. Comprovamos que estas ligações em movimento, que reconhecem elementos diferenciados, só adquirem valor nas suas relações com todos os outros elementos e assim, apresentam um obra in-quieta e inquietante que coloca maranhas prático conceituais em turbilhoes práxicos. É um autor que mantém diálogos sutis e subterrâneos com multiplicidade de autores e, portanto, com variados aspectos das realidades humanas.

Percorrer esses movimentos exige um trabalho orientado por diversos recursos metodológicos. O desenvolvimento do presente trabalho é um testemunho humilde da afirmação precedente. Em primeiro lugar é uma cartografia de aplicação da práxis pichoniana em grupos operativos funcionando em diversos contextos.

O caráter dinâmico da obra do autor apresenta a necessidade de compreender que existem diversas definições sobre os objetivos da Psicologia Social da Práxis. Assim como, pela compreensão dialética da relação sujeito-realidade, o Psicólogo Social deve ir compreendendo as “sínteses sucessivas” do processo grupal que emergem da maranha complexa de co-determinações/múltiplos fenômenos com os que se opera (Pichon-Rivière, 1985, p.18). A leitura da obra do Enrique Pichon Rivière apresenta o trabalho de efetuar um processo de articulação sucessiva de diversas definições conceituais dos “objetos” que orientam sua

produção teórica. O agenciamento conceitual do autor não se compõe estabelecendo linearidades racionalistas que supõem mecanicismos que aparecem como expressão dogmática das consumações da lógica formal. Nas correlações permanentes entre operar-agir-praticar e pensar-elucidar-produzir conceitos encontramos, na própria obra do criador da Psicologia Social da Práxis, a aplicação do método de análise, que orienta a ação e vice-versa, postulados pelo materialismo histórico e dialético. Existe um viés dinâmico da produção teórica pichoniana que demanda o trabalho de compreender a mutação contínua dos conceitos que se articulam, as metamorfoses permanentes do sujeito, do mundo e da relação entre estes termos. Os conceitos se repetem em diferença: não se trata de um processo acumulativo positivista e sim da inclusão complementar de novos sentidos e direcionalidades relacionados as práticas que reformulam de forma contínua a relação teoria-operação-ação-instrumentos de intervenção. O ser humano é para Enrique Pichon Rivière um sujeito-humanidades em situação e esse é o “objeto de estudo” da Psicologia Social da Práxis (Pichon-Rivière, 1985, p.12). Tal circunscrição do objeto de estudo é complexo e atento a essa característica o autor propõe uma “abordagem pluridimensional”. Ao apontar múltiplas dimensões está também afirmando que estas se encontram articuladas, que se entrecruzam gerando regimes de determinações múltiplas articuladas que produzem diversidade de fenômenos vinculados.

Em outro nível de análise, decorrente da relação dialética entre as práticas e teorias agenciadas pela criação de instrumentos de intervenção, o objeto de estudo são os vínculos. Por sua vez, tomando em conta as correlações entre estes dois níveis, a localização para elucidar as múltiplas determinações dessas duas camadas da definição do “objeto” será o grupo. Este será pensado como “espaço” de articulação e mediação das “humanidades em situação” que são tais pela existência de diversas configurações vinculares. Tal demarcação territorial do âmbito de compreensão dos “objetos” abre a perspectiva de definição de outros propósitos: as interações ou entre/ações serão decisivas para vislumbrar as modalidades de composição de Esquemas

Conceituais, Referenciais e Operativos suscitando o agenciamento de adaptações ativas a realidade e/ou adaptações passivas a realidade. Os esquemas (ECRO) e as matrizes de aprendizado se originam, segundo Enrique Pichon Rivière nos grupos primários, a partir de modalidades de relação disponíveis nas famílias, que, por sua vez, se encontram determinando e determinadas pelo contexto sócio-histórico. A conectividade dialética, que supõe a inter-relação contraditória de todos os elementos constitutivos da realidade, exige a construção de um Esquema referencial epistémico convergente. No caso da Psicologia Social da Práxis podemos asseverar que tal convergência é dinâmica e mutável exigindo o esforço de criar novos conceitos de modo permanente perante a impermanência que os processos de mudança contínua instalam. Os conceitos mudam pois os aspectos das realidades que espremam se transformaram, assim como as conexões entre tais aspectos mutam, instalando novas articulações. Outra questão, aparentemente evidente, entretanto necessária de ser destacada, é que não há “sujeito em situação” (e em “situação”) sem vínculos, assim como não há vínculos sem interações e assim por diante. É desejável compreender as obras-realidades como maranhas complexas em movimento cuja sincronia é um artifício para plasmar as compreensões que o entendimento racional produz/ reproduz como sedimentação que se formaliza em ideias que funcionam como base da conceitualização. Isto não implica que exista sincronia nas realidades/vidas. A questão, eventualmente, é indagar o estatuto de variadas temporalidades que operam nas realidades/vidas e se estas são problematizadas nas redes conceituais. Em Enrique Pichon Rivière a temporalidade aparece conceitualizada na correlação do tempo e o espaço no viés reprodutivo que se ativa no fenômeno da transferência grupal quando prevalece o “ali e então” diferenciado/indiscriminado e interconectado/cindido com o “aqui e agora”. O “aqui-agora-comigo” é enfatizado como motor da mudança desde o momento em que há um deslocamento, pelos caminhos abertos pelos agires, do polo reprodutor do passado para o polo de produção do atual, do porvir e de um passado que se transforma nos encontros/vínculos.

Realçar o “aqui e agora” (Pichon-Rivière, 1985) não significa um convite para o imediatismo contemporâneo (Han, 2017) e sim repensar a atemporalidade do princípio primário de S. Freud em termos de Temporalidade aiônica e a temporalidade cronológica do princípio secundário como sedimento duro e estereotipado da temporalidade dialética. Devemos considerar a impregnação e adesão da cultura ocidental aos seus mitos de origem no viés reprodutivo. Essa exaltação da origem que predeterminaria nosso destino é uma das mistificações da “cultura-Uno” eurocentrada. Os modos de pensar os tempos, e exigir que as vidas se ajustem a esse pensamento, deve nos levar a algumas reflexões.

Khronos não unicamente devora os filhos fagocitando assim as diferenças e porvires alterados em relação a organização métrica de um Universo que triunfa com a arquitetura do Cosmos submetendo o caos, senão que para lograr tais objetivos, castra seu pai Uranos. É relevante oferecer sustentação a aquilo que estamos ponderando. Para tal finalidade convocamos a sólida produção de Mauro Souza Batitsta (2010):

Khronos é o tempo em sua sequência infatigável. Na mitologia grega se refere ao Titã, pai de Zeus, que instaura a realidade ao castrar seu pai Uranos. Nos basta fazer uma rápida lembrança das origens descritas por Hesíodo em sua Teogonia. Os deuses primordiais (Caos, Gea, Tártaro e Eros) não podiam dar início às gerações multiformes, porque tudo o que geravam era desenvolvido por cissiparidade, ou seja, de uma divisão de si mesmos que só gerava o que lhes era idêntico. Nesse ponto, Gea cria um parceiro para que seus filhos, gerados em união amorosa, possam representar um novo fluxo de criações. Contudo, a doce mãe terra não contava com a reprovação ao novo por parte de seu parceiro, que, ao ver a possibilidade de perder a sua função de reprodutor, esmagava seus filhos mantendo-se sempre sobre eles. (p. 87)

Neste sentido, a origem de conceitos também reconhece a influência de mitos²⁷ sendo destacável o modo de ser formulada a relação terra-criação do não igual e as operações de extermínio sobre as diferenças instrumentada pelos pais de diversas gerações (Urano-Khronos) de filhos concebidos como variação do Uno. A organização de uma temporalidade métrica que ambigualmente possibilita a emergência do novo-diferença-terra-filhos heterogêneos, na verdade, impede o advento da criação e a elimina sob uma das figuras de seu barramento: o patriarcado que se reproduz na linearidade cronológica. O autor citado prossegue:

O primeiro impulso para romper com a estrutura monótona da cissiparidade dos deuses originários esbarra na compulsão pela manutenção de poder por parte de Uranos. Ele foi criado para procriar e dar início a uma geração multiforme, mas se essa geração for feita, ele perde a sua função... Ao sufocar os filhos com seu peso, Uranos está mantendo a sua posição patriarcal no mais elevado status, o de jamais, mesmo alcançando o status de pai de família, ter que ser o pai de uma família determinada. (p.88)

Mas como formando estranhamente parte dos processos de repetição do Igual, Khronos castrador do próprio pai²⁸ repete sua tirania em diferença, mas que modeliza as bases da sociedade organizada patriarcalmente:

O direito ao novo foi instaurado como nascimento de Khronos e definitivamente regado com a castração de Uranos. Contudo, essa novidade cronológica tem um limite, não pode ferir ao próprio tempo-Khronos como garantidor de toda novidade. A sucessão dos fatos em seu ritmo alucinado impõe a necessidade do novo, mas se reserva ao direito de jamais mudar [...]. Khronos se torna um novo patriarca sem filhos. O tempo que permite as gerações não reconhece a sua própria geração. O tempo que garante o direito à

²⁷ Na atualização da Psicologia Social da Práxis resulta relevante ir avançando na compreensão de como também as subjetividades são modelizadas ocidentalmente e de que modos tal serialização se corresponde a um Uno cruel que pretende se perpetuar na aniquilação das diferenças.

²⁸ Khronos não constituiria um “superego” retroativo como planteia Freud em Totem e Tabu (1923).

diferença não reconhece o direito daquilo que lhe seja diretamente diferente” (pp.88 e 89)

O Khronos ordenador destitui as variabilidades não lineares em geral, erguendo sua soberania tirânica exigindo espaços geométricos que repliquem a concatenação plenamente positivada da temporalidade rasa de uma totalização fechada sobre si mesma. O pensamento racionalista, que desgarrar a realidade já dissecada pela aplicação mecânica da lógica formal, finca suas raízes no artifício da sincronia: essa arborização megalômana constrói reflexões que aspiram a imutabilidade com conceitos fixos e cindidos entre si. São edificadas monumentos teórico idealistas que esfazem os movimentos múltiplos das temporalidades e espacialidades diversas e imanentes entre si e são reconstruídos pelas ligas petrificadas da formalização estereotipada de obras que não oprim pois são dogmas replicados em práticas que não praticam-experimentam. A sincronia atribuída a realidade e forçadamente instituída no pensamento propondo conceitos imóveis que pretendem imitar a suposta quietude das realidades e seus elementos. O detentor desse saber pétreo funciona como guardião da não mudança (Pichon-Rivière, 1985 p.14) que pretende colonizar com imobilidades estereotipadas aquilo que é movimento multiplicatório. Se nos fixamos às realidades coaguladas pela reticulação racionalista edificaremos conceitos com uma prevalência significativa do sincrônico referido a territórios fixos onde as relações entre elementos são “pensados” pelas definições derivadas da equação Um-Outro.

O problema central é que tal modo de pensar, artificialmente absolutizado pela díade saber-poder, que perpassa todas as relações instituídas por esse Uno, se supõe universal. O Uno totalizado aparece em diversas teorias que “respeitam e acolhem” as diferenças desde o momento em que as define cabalmente, as regula, direciona, submete ao seu próprio funcionamento, as assimila, fagocita, violenta e, de modo explícito ou não, as anexa como extensões a serem reguladas e retificadas para que re-produzam a ordem estática que reafirma

a status quo da Totalidade- enteléquia do Único. Esse problema não é unicamente o referido a uma epistemologia colonizadora da multiplicidade de epistemologias dissidentes, sendo que estas se rebelam ao Uno Totalizado sem movimento. O problema é também que a epistemologia totalitária, se corresponde a condensação de mono-ideias (Lema,1976, p.78), mono-práticas, mono-equipamentos, mono-métodos, que se propagam também na proposição de mono-normas que submetem as multiplicidades a diferentes regimes de obediência e docilidade. As ligações estanques entre elementos estáticos que se comportam como um “Uno”, e supostamente condensam eternamente o diverso suprimindo-o em todos esses níveis é também foco de críticas da Psicologia Social da Práxis. A “coerência” da mesmice que se expressa na proposição de “mono-mundos” referidos a várias replicações do único, como decalque da Racionalidade Uno, forma parte do fenômeno colonial/colonização e funciona, em diversos graus como estrutura de legitimação conceitual de variadíssimos modos de morte-mortificação das diferenças e, nesse sentido, da necropolítica (Mbembe, 2011). A epistemologia convergente pichoniana procura agenciar multilateralmente a compreensão e recriação do caráter situacional do sujeito como protagonista e transformador da situação sócio-histórica, macro e micropolítica, elucidando a singularidade dos vínculos-entre como territórios contraditórios e movimento onde a multiplicidade da vida emerge como acontecimento intempestivo.

Por outro lado a necro-epistemologia des-situa o sujeito singular, lhe imprime violentamente os atributos supostamente essenciais do Uno, lhe exige a adaptação passiva a uma realidade totalizada e que responde aos interesses de classe particulares formulados como universais pela hegemônica (Lema,1976, p.78), liquidifica as variações e alterações transformadoras dos vínculos impondo modos únicos de relação estereotipadas, e suprime as

contradições reduzindo-as a diferenças tomadas como “obstáculos” individuais superáveis pela “ordem e progresso”²⁹.

Esta afirmação nos leva a propor que a Necropolítica (Mbembe, 2011) se efetua também pelas universalizações de gênero, raça, classe, idade e contexto que suprimem as singularidades de cada “seção- segmento” e isso implica a visão de um mundo- terra-seres que, necessariamente devem ser homogêneos e tal homogeneidade é construída por diversos graus de violência e opressão das diferenças por diversas vias que incluem conhecimentos universalizantes fechados em totalidades imóveis. Mas essas tecnologias de dominação, que reconhecem até uma colonização do inconsciente (Guattari, 1985), formam parte do extermínio nas “distintas etapas” da coisificação, estigma, retirada das afirmações ontológicas divergentes, despedaçamento de territórios existenciais “alterados”. Todos esses elementos compõem o “sujeito em situação e seus vínculos singulares”, mas são recusados nas necro-epistemologias e as idealizações opressoras são elevadas ao estatuto de “ciência” replicada do modelo de produção de conhecimento hegemônico exercido pelos colonizadores. Não compreender a produção de conhecimento nas perspectivas ético-políticas supõe crenças/convicções espelhadas na visão de mundo da hegemonia-classe opressora que fez da abstração de totalidades metafísicas um de seus principais instrumentos de dominação cultural. Desde essa posição cúmplice se impõe um processo Totalizador estagnado que não “dialoga” com multiplicidade de visões-práticas de mundos para sim impor o monólogo homogeneizador da “norma”, fixação a padrões, direcionamento das variedades ao Uno “essencial”, repressão sutil

²⁹ Ianni Regia Scarcelli em seu livro “Psicologia social políticas públicas: Pontes e interfaces no campo da saúde”, realiza um trabalho extremamente consistente ao reflexionar sobre “a nova questão social”. Aparece nessa produção, mediada pelo debate de como são consideradas em diferentes teorias a inclusão e a exclusão social, formas de escamotear a complexidade da produção de diferenças, modos reducionistas de compreendê-las e perspectivas para repor categorias interseccionais em movimento com a intenção de agenciar uma visão integral dos processos desatados entre os procedimentos de diferenciação-exclusão. A ênfase crítica sobre as doutrinas liberais essencialistas, individualizantes e naturalizantes abre os caminhos para refletir/fazer umas epistemologias convergentes, não eurocênicas-colonizadoras, que reivindiquem as práxis da América Latina, as multiculturalidades e a transformação do dado-imposto.

ou não das extra-vagâncias, imposição de formas de sofrer as violências sobre as singularidades como se fosse parte de algum tipo de procedimento terapêutico.

Produzir conhecimentos-práticas nessa linha remete a fenômenos correlativos a diversas formas de alienação ou de adesão consciente a doutrinas que disseminam a desaparecimento das multiplicidades e dos agenciamentos de subjetividades-subjetivações. A posição contraposta exige inventar permanentemente ferramentas práxicas que intensificam os processos de subjetivação e não cancelam nem domesticam as singularidades. A “ciência” abstrata, que se apresenta “neutra”, se esconde nas mistificações da essencialidade dominante e assim opera o que propomos denominar “geno-necropolíticas”, não unicamente por estar articuladas a supressão da multiplicidade-singularidade do “sujeito em situação” em geral, senão porque se direciona diferencialmente a cada “grupo” exigindo de seus funcionamentos divergentes a reprodução do igual. Reivindicar as diferenças com postulados eloquentes, mas que na sua aspiração universalizante, fechada sobre si, são negadas e, portanto, violentadas, responde a uma visão-prática de mundo que parte de princípios ordenadores totalizados que confluem em alguma ideia de harmonia, equilíbrio, ausência de conflito, evoluções lineares (Scarcelli, 2016).

Se aceitamos que grande parte das psicologias dicotomizam a relação interno-externo, pretendendo assim negar a multiplicidade de contradições entre estas instâncias, compreenderemos parte das motivações dos reducionismos que cerceiam a possibilidade de se aproximar a concepções-práticas que não sufoquem as diferenças. Se partimos de ideias estáticas do “externo” e de considerações invariáveis daquilo denominado “realidade”, totalizando suas supostas constâncias e universalizamos o “interno” organizando teorias centradas em suas invariâncias, demos o primeiro passo para abraçar doutrinas organizadas em alguma Totalidade Uno que funciona como modelo absoluto. Quebrar a supremacia do invariável- universal Uno sobre o variável-inconstante-singular deve ser uma das bases fundamentais para a construção permanente da Psicologia Social da Práxis.

A proposta pluridimensional de Enrique Pichon Rivière parte da compreensão das relações em movimento entre o psicossocial, o sociodinâmico e o institucional (Pichon-Rivière, 1985, p.38), deflagradas nas três áreas (Pichon-Rivière, 1985, pp. 18, 19), construídas pela assunção-adjudicação de papéis que ressoam, ou não, em verticalidades-horizentalidades mutáveis (Pichon-Rivière, 1985, p.16), veiculadas pelas interações (Pichon-Rivière, 1985, p.149) no contexto sócio-histórico variável, abrindo assim os horizontes para procurar compreender as diferenças no processo dialético da multiplicidade de contradições/obstáculos/conflitos que percorrem as conexões multiplicitárias entre os níveis-gradientes mencionados.

As categorias conceituais aludidas são colocadas pelo criador da Psicologia Social da Práxis como “universais” mas que devem ser entendidas na sua realização singular pois o “objeto de estudo”, insistimos, são os “seres em situação”, e cada sujeito, cada situação e as relações entre esses termos é irrepetível. Dito de um modo ilustrativo e tomando parcialmente uma das categorias mencionadas podemos dizer que sempre há algum tipo de interação entre sujeitos só que cada uma delas é diferente de todas as outras e as situações sócio-históricoculturais que as determinam, sendo por sua vez determinadas, não são redutíveis a nenhum “modelo”. Esta asseveração simples, que corre o risco de ser lida como uma “obviedade”, aponta para a necessidade de exercer a honestidade intelectual decorrente de qualquer modo de agenciamento da consciência crítica. Se o ser humano reproduz modos de funcionamento universais, e estes modos se alojam além das contradições e movimentos contínuos de mudança nas relações sujeito-realidade ligadas a alguma essência estereotipada, não podemos falar, a rigor, que estamos considerando as diferenças. Ou podemos dizer que tais diferenças são derivados relativos do Uno que reproduzem. Por outro lado se vamos romper e superar os acoplamentos duros e fixos entre o Uno totalizado-diferença (ilusória) e compreendemos a escolha do método do materialismo histórico e dialético realizada por Enrique Pichon Rivière,

entenderemos que “não há essência que preceda a existência” histórico social do ser humano (Sartre, 1970, p. 17) assim como não existe uma consciência que define o “ser”.

Aceitando esses postulados afirmaremos que o ser histórico social configura sua consciência a partir da interação com suas condições concretas de existência (Marx, 2008, p. 47). Estas duas referências que permeiam a Psicologia Social da Práxis implicam uma oposição a qualquer essencialismo apriorístico e isso traz como consequência assumir a multiplicidade de agenciamentos das existências, dos estares, dos devires, “consciências”. Tais agenciamentos são possíveis pela relação não supressiva das diferenças que funcionam como substância das contradições que motorizam os movimentos da Vida Humana. Os “objetos” da psicologia social pichoniana são compreendidos como expressões transitórias de sínteses parciais das diferenças que emergem de temporalidades não lineares. Se um dos objetivos, construído a partir da compreensão dialética dos “objetos”, é a de criar “Totalidades totalizantes” é porque estas não totalizam as diferenças.

Nesta linha de reflexão é esclarecedora uma afirmação de Mao TseTung (1975):

“[...] em toda a diferença já há uma contradição, e que a própria diferença é uma contradição.”

Mesmo sendo esquemáticos preferimos resumir este trecho de nosso trabalho, aspirando conecta-o de modo múltiplo com os outros, dizendo que se para Enrique Pichon Rivière é indispensável construir as passagens do antinômico-dilemático-cindido (e apresentado hegemonicamente como “integrado”) para o problemático-contraditório da existência em situação sócio-histórica (Pichon-Rivière, 1985, p.15). Essas passagens do dilemático-cindido para unificações transitórias implica a criação de compreensões, pelas vias abertas nas aprendizagens vinculares, que se integram em “sistemas abertos” (matrizes de aprendizado-ECRO) através de sínteses sucessivas agenciadas pelos pensar-agir dialético. Em um nível básico e ilustrativo podemos pensar que a partir do Igual- Uno não há diferenças, contradições,

movimentos, interações, trocas, proximidades, distâncias. Unicamente a partir das distinções-oposições dialéticas é que emergem as diferenças e, por e desde elas, se geram intercâmbios que são, basicamente, movimentos-ações impulsionadas pela necessidade (Lema, 1986, p.85).

De forma complementar e com a finalidade de compreender a escolha metodológica Pichoniana desde outra perspectiva, devemos entender que as diferenças-contradições funcionam como usinas dos movimentos, mas, por sua vez, o próprio movimento é contraditório (Engels, 2015). Em primeiro lugar porque cada movimento é diferente a todos os outros movimentos. Esta característica define contradições nas relações entre os movimentos, que dialetizados efetuam uma(s) mudança(s) das mobilidades dos elementos e suas conexões, suscitando o novo que os sintetiza. Nesse sentido Enrique Pichon Rivière compreende que o “primeiro movimento” do proto-infans quando se encontra construindo um proto-esquema corporal, como veremos em outro capítulo, inaugura um múltiplo conhecimento do bebê a partir da inscrição inaugural das diferenças: do seu corpo, do mundo, do tempo e do espaço. Enrique Pichon Rivière (Pichon-Rivière, 1988) afirma que o que funda a vida como singularidade é a capacidade primordial do corpo de realizar movimentos e que cada movimento produz diferenças pelos antagonismos que deflagra.

O importante é assumir que tais diferenças são registradas “dentro”, “fora” e “entre”. É desejável entender que as relações e conexões entre as diferenças são dialéticas na “realidade”, mas que pelos fenômenos descritos por Enrique Pichon Rivière, e a instâncias da estereotipia das relações entre vínculos internos-vínculos externos, o “ser em situação” pode assim vivenciá-las ou não. Os obstáculos que Enrique Pichon Rivière elucida e que atravessam a relação dinâmica entre as diferenças se referem a tipos de “in-corporação” de um mundo que se propõe “unificado” em suas fragmentações alienantes-alienadas. A insistência pichoniana nas inter-ações demarca sua preocupação pelos movimentos e de repô-los “dentro”-“fora”-“entre”.

E esses movimentos-inter/ações assim como estabelecem tempos e espaços não estáticos de relação com o situacional de um ser mutável, também exigem um ir compreendendo, de forma integral, a composição de totalidades abertas e heterogêneas, o advir de singularidades e novas diferenças. Com a finalidade de demarcar um problema para a Psicologia Social, já anunciado pelo Frantz Fanon (2008) em seu debate com Jean Paul Sartre, podemos dizer que se a totalidade-universalidade, mesmo em um “ir se estruturando” de maneira permanente e aberta não deve levar a confundir um universal transitório em unificação inacabada com um universal unitário que emana absolutizações de unários. Esse problema é um desafio que devemos assumir sem eludir nosso comprometimento irrestrito com as diferenças-singularidades-multiplicidades que transversalizam a verticalidade e horizontalidade que localizam dinamicamente os “seres em situação”. O universal pode aludir a certos fenômenos que aparecem em diversos momentos históricos e diferentes modos de organização econômico cultural, mas que se realizam em diferença.

Retornando a questão das interações, que o criador da Psicologia Social da Práxis aponta como um dos universais que elucida, devemos prestar atenção a sua relativização. Pois não podemos pensar que as diversas culturas e etnias, as diversas classes, os múltiplos e inventivos modos de agenciar multigêneros, interagem do mesmo modo e determinados pelas mesmas necessidades/desejos/motivações, nem que essas entre-ações são pulsadas pelas mesmas afeições ou se correspondem a um mesmo regime de signos. Nossa atenção deve estar ligada ao advento das singularidades-diferenças que povoam-repovoam umas universalidades em movimento. Também podemos considerar a transitoriedade do Universal como síntese parcial das multiplicidades de relações vidas-mundos³⁰.

³⁰ Hélio Rebello (2007, pp. 20,21), debatendo a Filosofia da Diferença de Gilles Deleuze trata a questão das “Totalidades” de um modo que pode vir a nos ajudar a desvendar possibilidades outras da noção de “Totalidade totalizante” de Enrique Pichon Rivière: “As sínteses como concretude das máquinas redobram o conceito de multiplicidade em sua definição mais geral. Isso Porque, como tivemos oportunidade de assinalar, o conceito de

Ao mesmo tempo devemos indagar a multiplicidade de visões de mundo, de práticas, de estéticas, de composição de sociabilidades/intimidades sem estender nossa “idiossincrasia” reproduzindo assim diversas modalidades de colonização (Krenak, 2019). Inclusive é necessário interrogar, em nossa localização como habitantes da América Latina atravessada histórica e atualmente pelo par colonização-dependência imposta violentamente, se o que supomos ser “nossa idiossincrasia” não reproduz a visão de Mundo Uno dos colonizadores-opressores.

multiplicidade nunca descreve uma totalidade; pelo contrário, as totalidades são efeitos de multiplicidades que não totalizam ou são “totalidades ao lado”.

Contexto histórico da escolha pichoniana do materialismo histórico e dialético.

Em outra dimensão é desejável, antes de realizar qualquer crítica ao “determinismo dialético”, reestabelecer Enrique Pichon-Rivière no contexto da América Latina e considerar que nas décadas de 50-60-70 se insurgiram movimentos revolucionários que procuraram confrontar o Imperialismo Capitalista e seus modos de organização letal e genocida através dos Terrorismos de Estado/Estados Terroristas (Duahalde, 2013). Nessa situação se inscreve, em zigue-zague, a práxis pichoniana. A consciência de nosso autor desse contexto e sua posição crítica às modalidades de extermínio Estatal me foram relatadas pelo Armando Bauleo, Angel Fiasché e Gregorio Barembliitt. Entretanto fica também claro no capítulo final de *Conversaciones con Enrique Pichon Rivière sobre el arte y la locura* (Lema, pp.167-173).

No presente trabalho consideramos necessário colocar sinteticamente uma série de confrontações evidentes às práticas do Estado terrorista realizadas pela práxis pichoniana:

- 1) Perante diversas modalidades e práticas de desaparecimento do sujeito coletivo, encarnados em ‘seres individuais’, Enrique Pichon Rivière propõe dispositivos complexos de recriação do ser histórico social com capacidade de se transformar-transformando a realidade de modo prático.
- 2) Essa recriação não é possível de ser agenciada a traves do aprofundamento da ‘individualidade’ nem na reversão do processo de conhecimento do sujeito sobre ‘si mesmo’. Inclusive essa é uma das premissas do Terrorismo de Estado: a explosão do sujeito histórico social retraído nas implosões intrapsíquicas que o terror impõe (Kazi & Pellegrini, 2003). Tal imposição violenta constrói a ilusão de que “ocupando-se unicamente de si” o sujeito estaria a salvo dos assassinatos-desaparecimentos perpetuados pelo Estado³¹. Sem desestimar um ápice as

³¹ Esse sujeito que se ocupa de si mesmo, fabricado pelo Estado Terrorista, mas também determinado por outros processos, coincide com a descrição da H. Arendt (2007) da figura do “ideon” da Antiguidade Clássica. Ideon, etimologicamente deriva ulteriormente no termo “idiota”. Em outra ocasião (Kazi & Pellegrini, 2003) apresentei outros modos de pensar as alianças inconscientes e pactos denegativos desenvolvidos magistralmente pelo R. Kaës e re-trabalhados de modo potente, na América Latina, pela Professora Maria Inês Assumpção Fernandes (2004) se acrescentando, mais recentemente, as valiosas contribuições da Eliane Costa Santos (2012). Hoje os nomeio

diferenças, ocorre um fenômeno que é visível na prolongação do Estado Terrorista no Estado Neoliberal: se “afirmar” como “sujeito” a partir das recusas do outro como alteridade para assim consumir infra politicamente e “entre cidadãos” (que desconhecem a necessidade de agenciar cidadanias) os prelúdios anunciados pelos Terroristas. A eliminação do outro se concretiza em variadas reduções de sua humanidade para a coisificação em suas mais variadas modalidades ou combinando-as com táticas “diferenciais”: nas relações de trabalho, de gênero, de intimidade, de não cuidado e des-acolhimento, institucionais, de não vizinhança, “comunicacionais”, de direito a cidade, de direito a terra, a educação, a saúde, e assim sucessivamente³².

3) Se repensamos que a relação do Estado Terrorista com a “sociedade civil” se modula paradigmaticamente pela relação torturador-torturado (Kazi, 2004), pelo menos quando se conduz aos setores que encarnam capacidades de transformação subjetivo-coletiva de forma direta e de forma indireta ao ‘conjunto da sociedade’, se operam diversos processos e fenômenos. Antes do que nada o torturador tortura o corpo-existência do torturado dissidente. O destrói sistematicamente, aplicando “métodos” cuidadosamente racionalizados e organizados em práticas que são assumidas, clandestinamente, como “políticas de estado”. Grande parte dos fenômenos já descritos sobre os fenômenos coloniais são aplicados rigorosa e diferencialmente sobre qualquer dissidência³³. Os esquemas de referência, os vínculos, famílias, relações com a

como “pactos de abolição de diferenciações afirmativas”. Pretendo colocar que há pactos de subsistência que, baseados fundamentalmente na opressão e violência verticalizada permitem “sobreviver” a condição de morrer como ser histórico social, isto é como sujeito das relações-vínculos.

³² Analisamos (Kazi, Luciaro & Baremlitt, 2006) expressões da vida cotidiana que eram emergentes deste fenômeno na Argentina. Era frequente, perante uma pergunta relacionada ao político e sobretudo ao destino de alguma pessoa desaparecida, que o interlocutor respondesse: “Eu, Argentino”. Além de várias considerações que efetuei podemos dizer aqui uma que ajuda a compreender o que pretendemos expor: a “argentinidade” se definia pelo desconhecimento-recusa das dimensões sociais, políticas, históricas, vinculares, contextuais etc. E tal “não saber” que determinava a argentinidade definia “identidades-eus” des-relacionais que se ofereciam como suporte de um território nação devastados (nem sentir pois a in- diferença primava nas atitudes cotidianas e não nos amparamos aqui na perspectiva freudiana da “indiferença” nem no “não saber” da consciência assujeitada a sobredeterminação do ICC.

³³ Não é casual que os torturadores da América Latina foram “instruídos” na Escola das Américas de Panamá. Nela e a instancias do Departamento de Estado dos EUA, que sistematizou a aplicação de tortura do exército francês na Argélia que se insurgia perante o colonialismo, os militares dos Estados da América do Sul cipaya, se formaram

dimensão social-política-econômica-afetiva, os esquemas corporais, as possibilidades de agenciar grupos, o valor institucional produtor de variadas mediações, os circuitos de valores e crenças não estereotipados, são literalmente destruídos.

Na Argentina a imposição do Terror reconheceu a “invenção” letal do desaparecido e a prática perversa de apropriação de bebês das/os militantes por parte de seus torturadores-desparecedores³⁴. Mas os efeitos de devastação, que ainda ressoam em nossas terras, mundos e vidas, permitem refletir sobre outros aspectos que se desprendem das práticas estatais terroristas. Em primeiro lugar o Terrorismo de Estado é a consumação mais brutal do desígnio hegemônico de assediar, reprimir, eliminar o sujeito em sua condição e capacidade de sujeito sócio-histórico com capacidade de transformação-invenção.

Isso nos leva a postular novamente que é um modo de configuração particular do capitalismo para afirmar seus modos de funcionamento de forma ‘extrema’. Isto indica que tal modo de afirmação não se corresponde unicamente a suas brutais manifestações ‘evidentes’, senão que configura um de seus fundamentos “latentes” em todas as suas fases, mas que se faz presente em regulações de suas intensidades, massificações ou por se deflagrar sobre “objetivos parciais” dando a falsa impressão de serem de “baixa intensidade”. Mas o torturador tortura um presente corporal e simbólico encarnado no torturado-desaparecido, que testemunha os devires que intensificaram preteritamente suas capacidades e realizações de transformação revolucionária. Tais capacidades de mutar-mutando se agenciam não individualmente, senão vincular-grupal-coletivamente. Sobre o corpo “individual” do lutador insurgido, sobre sua figura depositada nas masmorras da tortura se faz presente um-vários fundos: é uma

nas mais diversas modalidades de aplicação de tormentos para “derrotar” as insurgências e focos revolucionários que operavam em nossas terras. Essa globalização das novas tecnologias de tortura é modulada, diferencialmente e conduzida regulando diversas intensidades, pelo Estado Neoliberal como “continuidade em variação” da infusão do Terror.

³⁴ Neste ponto é recomendável a leitura do livro de Kordon, Edelman, Lagos & Kersner, 2005 o qual escrevi sua apresentação, e que oferece uma vasta e profunda análise sobre as incidências psíquicas-intersubjetivas, grupais, socio comunitário- institucionais do Terrorismo de Estado Argentino.

corporeidade radicalmente relacional que atualiza coletivos-multidões que, “extraindo partículas moléculas” dos entre e liberando intensidades rebeldes, foi devindo corporeidade coletiva-coletivizante. Esses ecos de processos que ressoam no corpo preso do torturado não se referem unicamente a aquilo que ele-ela é/são. Refrata, multiplica, os devires que foram compondo esse corpo como entre-corporeidade revolucionária que se fez carne singularmente.

O torturador tortura o que esse corpo é, mas a rigor o considera derrotado, e assim o “percebe” pois foi arrancado do coletivo para enterrá-lo nas tripas da maquinária mortal dos campos de extermínio. Desse modo perverso declara que a derrota fundamental de um corpo coletivo é isolá-lo e remetê-lo, pela via dos tormentos administrados racionalmente, a sua suposta individualidade. E que para excomungar a peste coletiva da coletivização deve suportar o insuportável, pagar as dívidas com a individualidade a partir da aplicação de sofrimentos não simbolizáveis e, após ser humilhado e massacrado repetidamente, ser eliminado como dejetos abjetos que ousou se rebelar revelando as misérias da individualidade, que agora lhe exigem que a assuma exemplarmente. O torturador tortura sim o ser-corpo do torturado. Mas os assassinos da vida parecem ter “compreendido” que esse corpo é corporeidade revolucionária por ser síntese dialética de vínculos em processos de adaptação ativa, por ser emergente de atualização de devires que pulsam a imanência de ser-dizer-se tornar-sentir-dizer-fazer pensar de modos radicalmente outros, por estar impulsionados pelo fazer-experiência inventando novos territórios e vivenciando tempos não cronológicos (os tempos da utopia ou até do porvir expressos na noção de “esperança” pelo Enrique Pichon-Rivière), por serem analisadores daquilo que um corpo vincular e identidades nômades podem. Isso quer dizer que assim como é torturado o que esse corpo é, a tortura pretende se conduzir a capacidade irreverente do devir que o compõe em movimentos intempestivos. Qual o motivo de exigir, por parte dos torturadores, informações sobre “identidades” do próprio torturado e que uma vez assumida, abolindo seus “heterônimos-pseudônimos-nomes de guerra”, indique a identidade de membros

de sua organização? É ingênuo, até vulgar, supor que essa é a “motivação” central do torturador, pois a essa altura grande parte do sistema de anonimatos (até de devires imperceptíveis) se encontravam desvendados pela máquina sinistra de “informação do estado”. Pressupor que esse equipamento paranoico tem por objeto real obter ‘informações’ e não se motorizar para reconfirmar, com a jactância dos perversos, aquilo que já sabiam maiormente é um erro de avaliação que forma parte lateral do negacionismo em moda.

O propósito é também repor, com a força bestial de administrar massiva e individualmente a morte, um regime social miseravelmente construído na serialização homogênea e paradoxal de indivíduos-identidades estranguladas e petrificadas, des-vinculados de seus agenciamentos conectivos. O objetivo, além dos declarados pelos próprios assassinos, mas presente neles e silenciado, é des-dialetizar, desgarrar o caráter imanente das conexões entre multiplicidades-singularidades, levantar muros infranqueáveis entre o que se diz-sente-pensa e faz, erradicar dissidências, silenciar as relações individual-coletivo-multidão e assim por diante. O torturador tortura o que o sujeito relacional revolucionário é como processo de produção dos devires. Na ‘invenção’ da desapareição e apropriação de bebês, alocam uma maquinaria totalizada que procura não unicamente a eliminação de seres, senão também torturar “a posteriori” os devires que pulsam o ser dialético revolucionário. O torturador tortura o ser, o corpo, os devires que nos tornam rebeldes-dissidentes-diferentes, a capacidade de inventar dialetos, o sentir intensivo, o fazer experiência singular-multiplicitária, o pensar não racionalista segmentário, os vínculos criativos. Também pretende assim, colocando o exemplo de reivindicar a morte como absoluto e vulgarizando o eterno, propor como presente as ausências absolutas e infinitas que as desapareições instalam, torturar os processos de Devir-porvir e as alterações que os futuros seres dialéticos e dialetizantes possam vir a atualizar.

A escolha Pichoniana se direciona também a confrontar estas circunstâncias oferecendo dispositivos que “reparem” aquilo que o terror institucionalizado impõe. Realiza uma opção

pela “realidade” e pelo ser capaz de transformá-la e afirmar que “não existe outro compromisso mais importante que aquele que temos com a vida” (Lema, 1993, p.173). Pode parecer que desse modo “desiste” do Devir. Isso é incorreto pelos elementos que temos destacado e que provém diretamente de sua obra. Mas sim admitimos que o lateraliza assim como manifestamos neste contexto de nossas terras que essa escolha é, a nosso critério, a mais potente. Sem nenhuma ironia pois é clara nossa adesão a Esquizoanálise: Em momentos que antecipam a desapareção massiva no contexto de vários genocídios, que se relacionam aos fundantes de nossos “terruños”, deveríamos enfatizar os devires ou enfatizar os agenciamentos que se sublevem contra o extermínio do ser? A resposta não deve ser imediata nem nos levar a gerar novas antinomias entre Ser-devir. Eventualmente se trata de entender opções tático-metodológicas, compreender seus limites e possibilidades e re-dinamizar a Psicologia Social da Práxis sem renunciar a seu objetivo estratégico: afirmar plenamente as existências como diferenças.

Primeiro movimento sobre as totalidades abertas e fechadas. Gagueiras sobre o ser e os devires grupais. A potência dos espaços

Podemos acrescentar que nesta proposta prático conceitual há um deslocamento a respeito das psicologias “tradicionais”: da pergunta pelo “ser” das coisas-elementos em si mesmos e isolados de seu contexto para as indagações das relações mútuas entre as coisas-elementos que definem e são definidas por um ser em movimento com-textual³⁵. Nesta direção, nosso autor de referência se retira das disquisições sobre o que é o ser humano para questionar o funcionamento deste como emergência do singular interconectado dialeticamente ao particular-geral e a uma Universalidade dinâmica povoada de multiplicidades variáveis.

Este viés, muitas vezes omitido, define um embate epistemológico necessário: a pergunta pelo ser, essencialista e racionalista, nos fixa a uma Totalidade fechada e universal-quieta e é construída por operadores conceituais impostos que são estanques e pre-tensamente imutáveis. Consideramos que a noção de totalidade, e como esta é compreendida por Enrique Pichon Rivière, é uma das categorias fundamentais a partir das que o autor sustenta sua polêmica com o que considera uma “ausência de uma perspectiva realmente totalizadora” (Pichon-Rivière, 1985, p.199) no campo da Saúde Mental. Podemos afirmar que considerava as premissas epistemológicas hegemônicas da psicologia como, eventualmente, totalitárias que seriam o oposto a qualquer postulação de uma totalidade dialética³⁶. Dessa ausência se

³⁵ Em outro lugar trabalhei (Kazi, 2006) a possibilidade de definir aspectos da obra pichoniana como migração do textual para o contextual e desde esse território mutável abrir campos de elucidação para as maranhas das inter-textualidades/ entre-textualidades. A obra de Enrique Pichon Rivière, a nosso critério, é fundamentada em práticas dinâmicas de/nos “entre”. Hoje o desafio da epistemologia convergente seria, também, agenciar práticas pulsadas por transtextualidades que emergem não unicamente entre territórios existenciais senão onde estes se “hibridam”. Em certos sentidos, se aceitamos a proposta da existência da sequência “Guerras assimétricas-guerras híbridas-revoluções coloridas” (Korybko, 2018), criar transterritórios que componham trans-narrativas/textualidade-transações não assimiláveis a axiomática do capital e ao familiarismo patriarcal- eliminação das multiplicidades étnico-raciais, pode vir a ser uma tática de produção de novas periferias/ vizinhanças que interpelem a centralidade do Uno que se disfarça de “diferença”.

³⁶ Este tópico será retomado transversalmente nos percursos deste trabalho sendo que neste momento continuaremos nos apoiando no Gyorgy Lukács considerando que Maurice Merleau Ponty apontava que a sua proposta de totalidade funciona como uma “totalidade da empiria” que se relaciona aos critérios pichonianos de Pluralidade fenomênica múltiplamente determinada dialeticamente. Este ponto e a consideração da categoria de “totalidade” tendo “como função e objeto precisamente a articulação dialética desta pluralidade” pode ser

desprendem binarismos, antinomias, oposições não dialéticas que estereotipadamente, e pelos caminhos das cisões e rupturas das relações em movimento de todos os elementos da denominada “realidade”, definem sistemas de medições estanques e imóveis “aplicados” sobre a variabilidade radical das vidas. Essa padronização, operada sem dúvidas pela maioria das Psicologias e que, em maior ou menor medida nos recupera nessa lógica homogeneizadora do heterogêneo, é quebrada, na Psicologia Social da Práxis em variados platôs. Dentre estes podemos destacar, neste momento introdutório, a confrontação pichoniana aos critérios psicopatológicos hegemônicos onde notamos claramente o deslocamento do “ser” para o “funcionar” sendo este compreendido também como um “estar”.

Neste plano notamos a relação do ECRO pichoniano com algumas linhas do pensamento Sartreano que aparecem trabalhadas tangencialmente no livro “Matrices de aprendizaje” (Quiroga, 2014). Tal diálogo com o existencialismo francês coloca a questão da consciência como “interioridade”, assim como a compreende localizada perante algo que é não-ela e se afirmando pelo *estar* posicional, o ego como exterioridade opalescente, as relações com o objeto e a resistência do real. O “estar no mundo” implica estares em movimento, assim como estar encarcerado no “ser-aquilo que eu sou” funciona como impostura de estar no mundo. O estar no mundo não se reduz nem ao indivíduo nem ao regime de propriedades privadas que supostamente o afirmam em alguma localização. Os estares, as localizações, as proximidades-distâncias são também relacionais-vinculares que funcionam através de sistemas abertos de interconexão³⁷. Acrescentando possibilidades decorrentes de nossa experiência grupal, com base no grupo operativo, podemos apontar a pertinência desse dispositivo para abrir passagens

compreendida na leitura da dissertação de mestrado de Glauber Ataíde (2020) disponível no Repositório da UFMG.

³⁷ Debatemos extensamente esta questão com Hernan Kesselman em uma série de encontros agenciados por Armando Bauleo em reuniões cujo “enquadre” era um café na rua Billinghamurst na cidade de Buenos Aires. A escolha de tal lugar era justificada por este último como modo de “ocupar o público” após o Terrorismo de Estado. A questão do “estar” como categoria que aproximava Enrique Pichon Rivière ao existencialismo sartreano foi assunto extenso de debate. Ele foi sintetizado pelo Hernan Kesselman no artigo “Os estares de Pichon” em um dossiê em homenagem a Rivière de uma revista que eu co-dirigia: *Desbordar*, Número 3, Buenos Aires, 1992

da vivência inicial de “estar em si” para “estar com outros” e desde essa experiência se vivenciar estando nos entre-outros. Se os papéis são também um “estar localizado” em certas posições-funções no grupo, e estes deveriam ser “residências transitórias” e circular entre os membros do grupo, esses fenômenos podem ser disparadores do agenciamento³⁸ da capacidade de estar em movimento entre variadas posições existenciais, vinculadas aos posicionamentos dos outros, passando de papéis fixos no mundo a localizações em movimento contínuo que ofereçam contornos onde o devir das intensidades-potências inventivas e mutáveis caibam e transvasem para outros Territórios de Vidas.

O sujeito, assim pensado e partindo da noção de um dispositivo psíquico como sedimentação permanente da intersubjetividade contextualizada, funciona como um *ser que está* povoado por “grupos internos” que o localizam em relação a “grupos externos” (Pichon-Rivière, 1985) e os vínculos entre estes se localizam em mundos diferentes e potencialmente convergentes dialeticamente. Se a Psicologia Social Pichoniana aspira a constituir uma crítica da vida cotidiana (Pichon-Rivière, 1985, p.205) indagando seus aspectos reprodutivos-alienados- alienantes, para serem superados a partir da adaptação ativa a realidade, também pretende estar localizada nas profundezas não crípticas da vida cotidiana (Pichon-Rivière, 1985, p.206). Não é infrequente, nas cadeias associativas grupais (Fernandes & Hur, 2022) que também emergem nos grupos operativos, que apareça o enunciado que conota uma experiência dos membros nos seguintes termos: “estava em tal lugar, com estas pessoas, e me senti em outro mundo”. Poderíamos pensar que se trata de uma idealização, de fenômenos transferenciais que

³⁸ Durante a totalidade de nosso trabalho utilizaremos as reflexões de Benito Eduardo Araújo Maeso (2020, p.147): “Uma noção mais simples do que as de estrutura ou sistema, o agenciamento é efeito de uma associação de elementos heterogêneos, formando um “objeto” (evento, fato etc.) possível de ser analisado e que provoca efeitos no tecido do real. Em suma, é a relação ocasionada pelas associações que provocam o desejo e são provocadas por ele na realidade. Para Deleuze, “um agenciamento tem quatro dimensões: estado de coisas, enunciações, territórios, movimentos de desterritorialização. E aí que o desejo ocorre...”.

reatualizam mundos-vivências passadas ocultas pelas lembranças encobridoras da infância, de uma expressão do estranho como aquilo velado no familiar e assim sucessivamente.

Nesse caso estaríamos totalizando, de modo fechado e dogmático, nossa compreensão dos acontecimentos que se deflagram nos campos grupais pensando-os unicamente como espaços potenciais que se oferecem como campo confiável para repetir-reproduzir. Os grupos operativos podem ser pensados sim como espaços potenciais retomando e aprofundando a proximidade de Enrique Pichon Rivière com a Escola Inglesa, neste caso convocando outro de seus membros (Winnicott, 1967). Dessa forma estaríamos enfatizando a retomada, em diferença pois se trata dos campos grupais, de quebras do narcisismo e seus restos, a tolerância a frustração que alude a operações constitutivas do “self” e suas recriações, a processos de sustentação/holding que também permitem as intermediações do indiscriminado ao diferenciado com re-enlaces correlativos, a ruptura das simbioses e fusões necessárias para se constituir sujeito individual, sendo esse desenvolvimento e suas reatualizações possibilitadas por espaços, fenômenos e objetos transicionais eu-não eu³⁹. Mas também podem ser pensados como criadores da potência dos espaços inusitados onde e quando os “aqui e agora” fundam novos territórios onde estar sendo-devindo outros. Uma coisa é a refletir sobre os espaços-potenciais e outra sobre a potência dos espaços. Estas duas propostas não deveriam excluir-se, e sim, exigir-nos o trabalho de elucidar o momento de reproduções grupais nos espaços potenciais e momentos de produção intempestiva nas potências que percorrem novos espaços. Prestando atenção às sutilezas da obra pichoniana esta perspectiva é indicada como a criação de um “novo esquema referencial” (Pichon-Rivière, 1985, p.120) e não a reforma dos esquemas de referência prévios. O espaço-território para a liberação de potências-intensidades que compõem novos circuitos-esquemas, para ser-estar-devir produzindo novos corpos-

³⁹ Esta perspectiva pode, por exemplo, considerar a “tarefa grupal” como objeto transicional, os vínculos como “espaços transicionais” e os vetores do cone invertido como “fenômenos transicionais”.

sensibilidades-enunciados-práticas-pensamentos é o grupo operativo como plano percorrido por multiplicidade de processos. Tal plano-espaco-território não está dado, é necessário criá-lo por meio da desterritorialização dos espaços Uno que se correspondem ao sujeito-Uno que reside alienado no Mundo Uno binarizado. Nessa perspectiva não se trata de criar um mundo onde caibam todos os mundos. Esse mundo já existe como maquinária infernal que fagocitou todos os mundos e seres divergentes “incluindo-os” como territórios ocupados, campos devastados, geografias exterminadas nas suas singularidades. Um mundo onde cabem todos os mundos submetidos e massacrados.

Se trata de combater, resistir esse mundo arquitetado como Uno-Imutável compondo existências capazes de criar outros mundos onde as Vidas-Humanidades multiplicárias sejam os novos povos por-vir no aqui e agora⁴⁰. Essas existências se agenciam conectando criativa e criticamente o dissociado, raspando toda antinomia, produzindo vínculos pela via das entre-ações co-operativas, gestando novos corpos em novas relações, atualizando novas sensibilidades, inventando subjetivações imanentes a novos espaços, espremendo potência em estares divergentes decorrentes de alter-ações, experimentando novas composições existenciais que fujam das estereotípias. Tal é a proposta pichoniana e as derivas que esta suporta.

⁴⁰ Podemos nos aproximar, inicialmente, à noção de porvir em Pichon a partir da compreensão da premissa sintetizada por este quando nos convoca a “planificar a esperança” que se articula a dimensão do “projeto” (Pichon-Rivière, 1985)

Primeira variação sobre as heterogeneidades grupais. Alterações iniciais sobre como pensamos e praticamos as diferenças. A interdisciplina pichoniana

Assim como podemos debater e compreender o que um grupo é, podemos, a partir do Ecro pichoniano, também é possível, indagar do que um grupo é capaz. Essa capacidade ou realização de potência singular de cada grupo, está dada pelo interjogo endógeno-exógeno em processo de transformação permanente. As intensidades e forças dos grupos nesse sentido, estão atreladas, em Enrique Pichon Rivière, aos percursos singulares de realização dos fenômenos-processos sistematizados nas noções de esquemas de referência-ecro-mútuas representações-vínculos internos/vínculos externos. Estas noções se visibilizam e analisam, orientando-nos agenciamentos de instrumentos e práticas, nos campos-territórios grupais tomando em conta o processo de atribuição e assunção de papéis, sendo, suas dinâmicas, conflitos e obstáculos os que deflagram os fenômenos sistematizados no cone invertido (afiliação, pertencimento, cooperação, pertinência, aprendizagem, comunicação e tele).

As vicissitudes emergentes do entrecruzamento de todos esses fenômenos/processos devem compreender só o prisma das articulações entre tarefas manifestas e tarefas latentes cujo devir irá produzindo ansiedades básicas, medos básicos, obstáculos e resistência a mudanças que serão elaboradas a partir das intervenções do coordenador do grupo. Este último platô da práxis pichoniana indica que quanto maior seja a integração do fragmentado nos vínculos internos-externos do sujeito pela via das interações grupais, moduladas pela relação com a tarefa, e sendo trabalhadas-elaboradas as resistências as mudanças, maior será a adaptação ativa que define a operatividade grupal.

Pensar na operatividade de um grupo é realçar sua capacidade de transformação desatada entre processos de reprodução não estereotipados pois produzem diferenças relativas, processos de produção de novidade intempestiva ou diferenças absolutas e processos que reproduzem a antiprodução de diferenças (adaptação passiva a realidade).

E tal operatividade singular de um grupo operativo está dada por um princípio que o próprio Enrique Pichon Rivière desenvolve:

Temos mencionado o caráter interdisciplinar dos grupos. Isto nos possibilita reiterar um dos princípios da técnica operativa: quanto maior a heterogeneidade dos membros, heterogeneidade adquirida através da diferenciação de papéis a partir da qual cada membro contribui com o grupo colocando toda sua bagagem de experiências e conhecimentos, e uma homogeneidade na tarefa lograda pela somatória da informação, que adquire o ritmo de uma progressão geométrica, enriquecendo como parcialidade a cada um dos integrantes e, como totalidade ao grupo, logrando uma maior produtividade. (Pichon-Rivière, 1985, p.157)

Há mal-entendidos que pretendemos debater, ou melhor, desvendar. Enrique Pichon Rivière parte do princípio de que o ser é complexo assim como a realidade e que ambas as categorias se relacionam por conjuntos de processos, elementos e fenômenos interligados situacional-territorialmente. Tais meadas entrelaçadas são dissociadas pelas relações instituídas e impostas coercitivamente nos planos delimitados pela relação “estrutura social-fantasia inconsciente” pois, para o autor, no sujeito da Psicologia Social da Práxis, “não há nada nele que não seja resultante da interação entre indivíduos, grupos e classes” (Lema, 1993, p.07). Enrique Pichon Rivière procurando oferecer contornos dinâmicos a categorização de “humanidade em situação”, avança com outra definição de seu objeto de estudo:

A psicologia Social que postulamos tem *como objeto* o estudo do desenvolvimento e *transformação* de uma realidade dialética entre formação ou estrutura social e a fantasia inconsciente do sujeito, assentada nas suas relações de necessidade. Dito de outro modo, a relação entre estrutura social e a configuração do mundo interno do sujeito, relação que é abordada através da noção de vínculo. (Lema, 1993, p.107, tradução e grifo nossos)

Nesse horizonte, o de propor um sujeito protagonista-ativo e ao mesmo tempo produzido, podemos começar a entender as noções de “adaptação ativa” e a de “adaptação passiva” de um sujeito produtor de sínteses processuais e transformadoras assim como reproduzidor estereotipado de cisões nos planos do pensar, sentir, dizer e agir e as relações entre tais processos. Para construir uma epistemologia que possa dar conta de tal complexidade esta deve se nutrir interdisciplinarmente, de modo convergente e dinâmico, suscetível de modificações permanentes. Esse é o nível da construção da Psicologia Social pichoniana com seus objetos abstratos-concretos conectados dialeticamente, pela via da práxis. Outro nível da “interdisciplina”, interligada e não coincidente com o primeiro nível, é o conjunto de saberes, discursos, práticas e afetos de cada membro de grupo na sua verticalidade que se relaciona, pela via das inter-ações, com a horizontalidade grupal motorizada pela assunção-assignação de papéis.

A confusão estaria dada pela suposição de que o grupo deve reproduzir a interdisciplinaridade em movimento a partir da qual se formaliza dinamicamente a Psicologia Social da Práxis, ou ser meramente um campo de aplicação de suas técnicas. O grupo constrói singularmente sua interdisciplina e práticas, mais ou menos interligadas dialeticamente e estas estabelecem um campo de tensões e contradições com a interdisciplina e práticas emergentes da Psicologia Social como Totalidade Totalizante. Nessas interseções tanto o grupo como os psicólogos sociais, com papéis-funções diferentes, mas complementares, vão efetuando suas sínteses sucessivas na elaboração de ansiedades básicas, superação de antinomias trabalhando multiplicidade de contradições e ratificando-retificando seus circuitos de relação-ação com os que operam em mundos que, reciprocamente, operam neles. Haveria, por assim dizê-lo, variadas “interdisciplinas” interconectadas: aquela que se constrói sobre os grupos e aquela que é construída nos e pelos grupos. O problema seria estabelecer coincidências significativas que não eliminem as dissidências operativas que motorizam o agenciamento de mútuas

transformações. Neste sentido, podemos abrir duas linhas de reflexão: a primeira seria problematizar como é composta a “heterogeneidade” na conceitualização da Psicologia social da práxis a partir da epistemologia convergente que constrói Enrique Pichon Rivière. A segunda, derivada da primeira, é debater e ampliar os vetores do cone invertido propostos na práxis que nos ocupa.

Este trabalho surge da necessidade de conceitualizar práticas que temos agenciado com grupos sustentados a partir das propostas pichonianas, da esquizoanálise e do esquizodrama⁴¹.

Uma tarefa dessa magnitude requer indagar os parâmetros a partir dos quais são definidas as diferenças e se estes são propostos como imutáveis ou mutáveis, se são atribuídos ao indivíduo restritivamente ou se emergem de campos de relação-interação, se são abstratamente determinados ou se configuram por casuísticas concretas. Essas indagações requerem sustentar paradoxos e não eliminar contradições, labor que pode ser orientada pela construção de sínteses conjuntivas⁴² e disjuntivas. Poder transitar e elaborar reflexões que contemplem a distinção de elementos que se elucidem a partir da formulação de “isto ou isto” conectadas a “isto e também isto e isto e isto” define campos de pensamento, construídos pela via das práxis, que se aproximam a Psicologia Social pichoniana.

⁴¹ Partilhei e debatemos em muitas ocasiões estas práticas com Gregorio F. Baremlitt com quem nos uniu um vínculo francamente multiplicitário. Meu amigo e companheiro me propôs compreender essas convergências como momentos grupais diversos que exigiam o arranjo de distintos dispositivos. Entretanto, em muitas madrugadas povoadas de conversações sobre os mais variados assuntos, colocava que não desistisse de procurar a compreensão da imanência de platôs que se interpenetram em cada “agora” em um tempo intempestivo. Segundo ele o grupo operativo ainda está capturado na produção de novos relativos associados a uma “realidade objetiva contraditória e a uma intersubjetividade que enfatiza as tensões entre o Uno-múltiplo”. A questão, basicamente, era aceder ao intensivo-multiplicitário-singularidades puras e tal proposta requeria questionar os fundamentos filosóficos e metodológicos de um de seus mestres: Enrique Pichon Rivière. Humildemente tentei e tento realizar essa tarefa e esses esforços também impulsionam (impuls-acionam) este trabalho.

⁴² Gregorio Franklin Barembitt, em sua explicação sobre a Esquizoanálise esclarece a definição das sínteses conectivas: “As Máquinas Desejantes, na Superfície da Produção, se acoplam pela Síntese Conectiva de Produção e é por meio delas que geram todas as realidades “pré” às quais já nos referimos. Esse regime de acoplamento pode ser verbalizado por meio da conjunção “E”. É isto “E” o outro “E” os demais etc.” Assim como nos oferece uma explicação das sínteses disjuntivas compreendendo a mudança de registros- planos: “por meio de Síntese Disjuntiva, pelas quais geram territórios, meios, estratos, assim como todas as entidades que conhecemos clara e separadamente. Neste plano, as sínteses funcionam separada e optativamente. As entidades da Superfície de Registro são “ou” isto, “ou” aquilo, “ou”... assim sucessivamente. (Baremlitt, 2010, p.96)

Entretanto, na prática desta interdisciplina estamos compelidos a reformular de modo contínuo os parâmetros mencionados pois como tudo no seu processo de construção transformadora, deve ser entendido como mutável. Isso implica também reconhecer os limites ideológicos, políticos, teórico-práticos de todos nós, incluindo os do criador desta proposta. Em um nível, podemos dizer, por exemplo, que o vetor da comunicação é considerado como um “universal” na formulação do “esquema do cone invertido” elaborado pela constatação “sistêmica e reiterada de certos fenômenos grupais” (Pichon-Rivière, 1985, p.154) e que define uma escala de avaliação básica de/e sobre o grupo. Este cone, onde dentro de seus vetores encontramos o acima mencionado⁴³ é sim uma sistematização de certos fenômenos considerados universais, mas que unicamente tem valor prático se a modalidade singular com que cada de um desses fenômenos, unificados em categorias-vetores, é produzido pelo grupo, não sendo assimilada à uma totalidade fechada. Não podemos evitar o horizonte dos “seres/humanidades em situação” e se trata de centrar-nos na elucidação de suas singularidades relacionais.

Tal convicção nos propõe compreender que cada sujeito se comunica de variadíssimos modos e níveis e estes são definidos pelas suas localizações de múltiplas (integradas ou não) nos campos culturais-étnico raciais- sexo/gênero, emergentes da dimensão sócio-histórica. Claro que compreender a comunicação verbal e pré-verbal (Pichon-Rivière, 1985, p.154), que

⁴³ Temos aprendido que cada vetor está povoado por inúmeras referências a outros autores em modalidades explícitas ou implícitas. Na questão da comunicação, definida por Enrique Pichon Rivière seja no campo clínico (Pichon-Rivière, 1980), ou como vetor do cone invertido (Pichon-Rivière, 1985, p.154) reconhece a influência de Gregory Bateson no sentido de supor uma “ecologia da mente” e de atribuir a comunicação um “como diferença que faz diferença”. Tais linhas, retomadas diferencialmente por Enrique Pichon-Rivière podem ser consultadas em Bateson (1986; 2000). É interessante com este diálogo aparece também, subterrâneo, e reconhecido no sistema de citações, no livro “Matrices de Aprendizaje. Construcción del sujeto em el proceso de conocimiento” (Quiroga, 2014, p. 40). Em outra linha convergente aparece também uma proximidade significativa com Niklas Luhmann (1927-1998) no que diz respeito da autopoieses decorrente da conexão de multiplicidade de circuitos de consciência conectados (Luhmann, 2010). Poderíamos continuar gerando conexões para intensificar o ECRO pichoniano neste ponto, porém devemos delimitar, em cada momento de nosso trabalho, as linhas que lhe são pertinentes situacionalmente, ou pela incumbência das citações de gerar conexões críticas com aquilo que é desenvolvido no “agora” de nossas reflexões.

se manifestam em gestos e modos de dramatizar, é muito orientador se entendemos também que tais modalidades são diferentes em cada sujeito e em cada cultura.

A questão decisiva é a amplitude radical que possa ser construída a partir do ECRO pichoniano que visa analisar um universal, mas que tal análise não assimile, hierarquize, desestime, subordine, moralize as diferenças de estilos comunicacionais e, ao mesmo tempo, se proponha não diluir as tensões entre os “dialetos” singulares que aparecem como agenciamento de expressividades. Claramente se trata também de trabalhar, e de se opor, a qualquer violência exercida sobre as diferenças, neste caso comunicacionais, e sustentar a capacidade de oferecer técnicas de intensificação de agenciamentos comunicacionais dialógicos entre os membros do grupo e destes como as realidades dos mundos que habitam (Pichon-Rivière, 1985, p.133). Tal compreensão do grupo como dispositivo⁴⁴ múltiplo de enunciação, configurando um/vários corais dissonantes, compostos por sínteses conjuntivas e disjuntivas geradas, por sua vez, a partir de circuitos comunicacionais singulares, é consequência direta das propostas da Psicologia Social Pichoniana se não negamos seus “objetos” e “objetivos”.

Este debate, que tem como propósito também visibilizar aspectos da obra pichoniana, permite avançar sobre epistemologias e práxicas onde a coexistência das diferenças se orienta para processos de transformação multilaterais, de emancipações e libertações nas insurgências das singularidades-multiplicidades. Tal debate também nos oferecerá elementos de compreensão sobre como essas diferenças foram e são compostas conceitual e praticamente. A questão é aparentemente simples: sem diferenças não há heterogeneidade, e sem esta última não é possível a operatividade grupal.

⁴⁴ Todo dispositivo é multilinear, mas há que compreender essas composições como singularidades que não se adequam ao universal. Gilles Deleuze, pensando esta questão propõe que o universal “nada explica e é ele que deve ser explicado. Nessa linha de “repúdio dos universais” Uno, é que os dispositivos produzem o “novo” (Deleuze, 1990).

Sobre a perspectiva libertária do Enrique Pichon Rivière podemos acrescentar a “cura” unicamente pode ser afirmada em processos de mútua transformação da humanidades-vinculares-grupais-em situação que alteram o mundo sendo alterados por este se situando-sendo-estando-devindo “agente de mudança social” (Pichon-Rivière, 1985, p.38). Mas para não sermos “alterados” pelo mundo de modos que vão da humilhação ao extermínio sobre o “desviado”, queremos insistir que devemos agenciar relações com multiplicidade de mundos que nos retirem da relação com o Mundo-Uno. Nesta última relação o perigo permanente, até pela correlação de forças que a permeiam, é sermos recuperados-alienados, reprimidos, violentados etc. como modo instituído de exercício hegemônico de “tolerar as diferenças”. Há variadas análises sobre este fenômeno, inclusive as que realizei em outros trabalhos (Kazi & Ajerez, 2008; Kazi, 2006) onde definia os modos de produção de morte das diferenças, impostos pelo neoliberalismo e que eram justificados, perversamente, como maneira de “resguardar a vida” no contexto das “guerras preventivas”⁴⁵.

As diferenças que permitem então a heterogeneidade do grupo e no grupo, e que não devem ser diluídas na compreensão literal dos vetores do cone invertido, são amplamente pensadas pelo criador da Psicologia Social da Práxis. Se os esquemas conceituais, referencias e operativos/matrizes de aprendizagem se constituem no grupo familiar, e cada família é singular, a estrutura de vínculos com as que cada membro ingressa a um grupo é diferente de todos os outros. Por sua vez se o sofrimento das humanidades está determinado pela sua inserção em uma classe social-estrutura socioeconômica-sistema sexo gênero-raças e conflitos culturais (Pichon-Rivière, 1985, pp. 37, 40), elabora unicamente as duas primeiras categorias, segmentos onde se operam diferencialmente violências estruturais, o modo de processamento

⁴⁵ Em outra dimensão, que consideramos convergente se compreendemos que existem malhagens repressivas que operam extermínios segmentários, mas articulados na reprodução de um modelo único de existência, é recomendável a leitura do livro “Ética Bixa” onde encontramos a análise de variadas armadilhas, mais ou menos evidentes, de supressão das singularidades- diferenças e suas expressividades patologizadas ou judicializadas consideradas “desviadas” (Vidarte, 2019)

destas dimensões reconhece diferenças internas e modos similares de elaboração em cada classe-raça-gênero mas nunca constituindo-se um campo homogêneo. Tanto quanto são notáveis as variações entre todas as dimensões previas se apontamos para as diferenças e conflitos a partir de sua contextualidade.

A interdisciplina pichoniana sobre os grupos inclui, assim, a necessidade de estudar e operar outorgando uma relevância irrenunciável para o segmento da interseccionalidade denominado “classe social” que supõe os conflitos, tensões, contradições, diferenças, relações entre classes sem desestimar como cada uma delas se compõe e que papéis assume na perspectiva da luta de classes. O criador da Psicologia Social da Práxis, sobre esse fundo geral, delimita diferenças determinadas por este sendo assim convocadas umas heterogeneidades moduladas pelas diferenças de classe: atividade, formação, sexo, idade (Pichon-Rivière, 1985, p.208). A heterogeneidade alude a esta caracterização geral importante, mas nos parece decisivo avançar mais ainda em sua correlação com outras determinações que não devem ser subordinadas a dimensão do antagonismo de classes sociais e sim se ligar horizontalmente: raça e gênero.

Intermezzo sobre as diferenças: a necessidade da inter-seccionalidade

Assim como é contemplada por Enrique Pichon-Rivière o que podemos denominar heterogeneidade fundante do grupo, lograda a partir de parâmetros iniciais que não recusem diferenças, e a heterogeneidade adquirida (Pichon-Rivière, 1985, p.86) a partir do funcionamento singular do grupo, estas só podem ser alcançadas na compreensão e produção de diferenças complementares entre raça-gênero-classe-contexto. A interdisciplina sobre os grupos supõe, *hoje*, trabalhar a Psicologia Social da Práxis a partir da análise e práticas interseccionais. Nesta direção, na qual há que correlacionar dialeticamente todos os segmentos, a interdisciplina do grupo estaria dada pela inclusão e participação de integrantes de distintas classes sociais e diversas composições culturais povoadas por raças e multiplicidade de gêneros contextualizados.

O segmento étnico racial parece estar englobado nos conflitos entre culturas que forma parte do conjunto de preocupações de Enrique Pichon Rivière desde sua infância (Pichon-Rivière, 1985, p.7) mas, consideramos que não é desenvolvido como é necessário para cumprir os objetivos básicos da Psicologia Social da Práxis. Este déficit deve ser superado sendo incluídas na epistemologia convergente os estudos e práticas fundantes dos estudos contra a colonialidade-colonialismo e o racismo, para avançar em um processo espiralado ao enriquecimento das perspectivas decoloniais e tais movimentos não são possíveis para nós sem integrar os estudos críticos de gênero. Esses movimentos de abertura possibilitariam interrogar, para atualizar a Psicologia Social da Práxis no contexto da contemporaneidade, algumas proposições realizadas por Enrique Pichon Rivière:

“O grupo é transformado através da tarefa psicoterápica em um verdadeiro grupo operativo, onde, sobre a base de esclarecimentos progressivos, há um reajuste dos papéis, uma maior heterogeneidade em seus membros e uma maior homogeneidade na tarefa” (1985, p.53)

Tal “reajuste” de papéis significa primariamente trabalhar os obstáculos que impedem compor/recompor nossas identidades em termos de potência/individual e coletiva vinculadas a nossas histórias e assim corporear e re/encorpar, em sínteses criativas, os fragmentos naufragados na fossa abissal do colonialismo que nos afunda⁴⁶.

Findar a luminosidade petrificada do Uno-conquistador, que nos eclipsa nas longas noites dos genocídios, supõe que a “maior heterogeneidade” só é possível na criação de lugares-papéis que se tornem as fulgurações transitórias de afirmações ontológicas outras e que consistam nas opalescências desafiadoras de ser-devir a partir da realização irrenunciável de raças não brancas e multiplicidade de gêneros que singularizam as Vidas como liberdades.

Neste momento sócio-histórico a heterogeneidade deve ser enfatizada ao ponto que propomos modificar o princípio previamente enunciado pelo criador da Psicologia Social da Práxis. Se trataria de povoar os campos grupais de *multiplicidades* que, a traves e a partir de seus funcionamentos intensivos, produzam singularidades irreduzíveis que componham heterogeneidades diversas permanentemente. A homogeneidade proclamada por Enrique Pichon Rivière não deve ser entendida como uma diluição das diferenças nem como a eficácia de sujeitos do rendimento. E sim a realização de transformações agenciadas nos vínculos-processo grupal que cria um nós cuja potência raspa a adaptação passiva do ser individual cindido interna e externamente⁴⁷.

⁴⁶ Resulta pertinente lembrar que Enrique Pichon Rivière (1985) não desestima a noção de “identidade”, inclusive, sua construção inscrita nos processos dialéticos e não estereotipados, aparece como objetivo da Escola de Psicologia Social que fundou: “Parece oportuno que a tarefa é a marcha para um objetivo, marcha a partir da qual se adquire identidade. Nosso objetivo-projeto é nos instrumentar para lograr uma leitura crítica e operativa da realidade”.

⁴⁷ Aspiramos, para a Psicologia Social Pichoniana a assunção ético política das questões étnico raciais e as emergentes do sistema sexo-gênero desde uma perspectiva radicalizada e crítica. De outro modo estaria assumindo o papel mistificador de setores que Enrique Pichon-Rivière critica: estamentos intelectuais-políticos-não consideramos nenhuma atividade humana “fora” da política que representam a “resistência a mudança a fim de manter a estrutura existente e impedir sua modificação” (Pichon-Rivière, 1985, p.169).

Porém para aceder a este nível é necessário rever como o vetor da comunicação está pensado, refletir criticamente sobre como foi formalizado e avançar para novos horizontes complementares. Nossa comunicação transmite não unicamente as cisões produzidas pelo capitalismo senão, e também, variadas camadas de fragmentação. Deste modo o vetor da comunicação estaria estabelecido na compreensão de dois momentos. O primeiro distingue os elementos que Enrique Pichon Rivière propõe: emissor-receptor-mensagem-codificação-decodificação-ruído-mal-entendido.

Essas noções aludem a campos comunicacionais, que analisados semântica e sistemicamente permitiriam compreender a expressividade de cada esquema de referência, suas fontes cotidianas e ir definindo “denominadores comuns” que, por sua vez, seriam a base para construir dialeticamente um “Ecro grupal” como superação dos ECROs individuais (Pichon-Rivière, 1985, p.125).

O primeiro momento estaria dado pela emergência de modos de comunicar os esquemas de referência com os que cada membro chega ao grupo e o segundo, a partir da análise crítica destes ir elucidando terrenos comunicacionais em comum para agenciar um ECRO que, povoado pelo “cada um”, expresse um “nós”. Mas considerando a sociedade como colonial-patriarcal-capitalista devemos reformular as afirmações antecedentes. Outra vez devemos analisar em detalhe os postulados pichonianos. Os dois momentos do vetor da comunicação, ligados dialeticamente aos outros vetores do cone, parecem assumir que de fato chegamos ao grupo com linhas de composição de nossos esquemas de referência não alienados aos esquemas de referência dos colonizadores-conquistadores-dominadores pois essa linha de reflexão não está incluída no ECRO pichoniano. Concordamos com o pressuposto da presença de ECROs decoloniais apontando que tais esquemas foram sendo criados a partir de ações de luta e resistência ao Império do Uno. Mas também compreendemos que as insurgências foram sistematicamente exterminadas, assimiladas pela via da recuperação ou isoladas e

desqualificadas. Não podemos partir, então, do suposto que comunicamos “nossos” esquemas de referência se nestes encontramos a incrustação do colonial-patriarcal-capitalista que nos aliena. Ou podemos sim entender que maiormente comunicamos, inclusive assumimos como próprios certos regimes de signos, esquemas de referência que suprimiram, recuperaram, assimilaram os que se correspondem efetivamente a nossas existências. Renovadamente devemos tomar em conta que a possibilidade de assumir criticamente os esquemas de referência que repõem nossas identidades individuais e coletivas significa elaborar o terror decorrente do extermínio sistemático das diferenças e correlativamente se afirmar nas forças ativas que foram destituídas pela imposição do Uno. As nossas espontaneidades, autenticidades, peculiaridades estão ameaçadas assim como foram eliminadas, sócio-historicamente, de variados modos e nossos modos genuínos de nos comunicar não fugiram da homogeneização hegemônica⁴⁸.

Para outorgar o valor que lhe corresponde a obra Pichoniana devemos realizar uma leitura minuciosa desta e perceber elementos que, segundo nos consta, nunca foram debatidos. Quando o criador da Psicologia Social da Práxis se encontra debatendo a relação entre adaptação passiva, adaptação ativa, complementariedade, suplementariedade⁴⁹ e o interjogo de papéis definindo a passagem da estereotipia para a plasticidade e mobilidade a partir da tarefa, entende-se a relação da imanência entre todos os vetores do cone invertido, mas com ênfase nos de comunicação e aprendizagem (Pichon-Rivière, 1985, pp.124, 125, 126). Toda esta

⁴⁸ Outra vez aparecem como interlocutores válidos René Kaës e Pièrre Bengozhi. Se seguimos o modo de pensar esta questão ao interior da obra pichoniana há uma brecha que devemos enfatizar. Essa fissura permite múltiplos povoamentos. Pensar os grupos nas perspectivas inter e transgeracionais significa atender a aquilo que se comunica entre essas instancias e aquilo que é transmitido como “não inscrição”. As alianças e pactos já aludidos podem ser contemplados nas suas articulações com os fenômenos de “desmalhagem”. O grupo é capaz de gerar as “re-malhagens” daquilo que se “desmalhou” e que se correlaciona com as alianças e pactos mencionados. Acrescentamos que a conscientização das relações coloniais, capitalistas, sexistas-patriarcais são necessárias neste processo e isso também significa agenciar modos de se comunicar que não respondam a esses modelos Uno.

⁴⁹ A suplementariedade pode ser entendida como formando parte dos obstáculos grupais e emergentes da resistência a mudança: “Quando aparece a suplementariedade invade, no grupo, uma situação de competência que esteriliza a tarefa” (Pichon-Rivière, 1971, p. 322). Note-se como o autor, em diversos momentos critica a noção de “competência” em tanta rivalidade e “competência” como sinônimo de “desempenho”.

sequência supõe uma tarefa grupal, realizada operativamente, permitindo a desterritorialização do ECRO primário que se reterritorializa no agenciamento de um ECRO secundário.

Para eliminar qualquer dúvida sobre um novo limite supostamente detectável na Psicologia Social Pichoniana há uma nuance que resolve nossos potenciais questionamentos e justifica plenamente a nossa declarada necessidade de repensar todos os vetores do cone e neste momento o da comunicação. Pichon-Rivière, de modo tangencial enuncia nossas preocupações prévias: Mediante a tarefa realizada nos grupos operativos o sujeito “adquire ou recupera um pensamento discriminativo e social”, através do qual, progressivamente e a partir da aprendizagem, se produz a experiência corretora: “o paciente logra consciência de sua própria identidade e da(os) outros, em um nível real” (Pichon-Rivière, 1985, p.126). Nota-se que o autor também contempla que, o sujeito pode vir a adquirir inauguralmente a capacidade de apreender as diferenças sociais a partir desse processo conscientizar a materialidade da sua própria identidade discriminada afirmativamente em relação a identidade dos outros. Não se trata unicamente de recuperar e recriar os regimes identitários senão que devemos atender a uma circunstância mais profunda: a necessidade de agenciá-la em seu caráter dialético pela primeira vez. Nesses trajetos Pichon lança mão as noções de George Mead (1863-1931) “o outro generalizado e de interação” com o qual iremos interagir a partir do self se estruturando um papel operativo discriminado que define dinamicamente o “mim”. Desta maneira, para o fundador da Associação Psicanalítica Argentina, nenhum destes fenômenos e processos estão dados naturalmente e o grupo é um âmbito onde podemos processá-los, cria-los e no caso de privilegiados recriá-los.

Esta série de processos começam “no campo interno” sujeito-grupo indicando assim, que o grupo é primordialmente um dispositivo de produção das diferenças que permitem a afirmação de identidades singulares que, sendo tais, podem se vincular com as outras. Dialeticamente se tais operações forem sustentadas o grupo conseguirá pôr em jogo esse

processo, pela via da criação e sustentação das diferenças, com o campo externo delimitado por aquilo que compreendemos como mundos e realidades. Nada disso é possível se o grupo não estrutura estratégias operativas e instrumentais que são decorrentes de modos de planificação que fundamentam e orientam a ação grupal interna-externamente.

Deste modo vamos nos inventando como emissores de nossos esquemas de referências diversos e emergentes de nossa própria identidade. Esse é um horizonte de chegada e não de partida e acontece quando a identidade está desalienada dos sistemas de re-emissão do esquema de referência hegemônico-colonial-patriarcal-sexista-capitalista. Desta forma, estamos em condições de funcionar como “receptores” de esquemas de referência diferentes quando já não reproduzimos nem a lógica do conquistador que coloniza o outro, nem a condição passiva de sermos novamente receptáculos do Uno colonizador. Neste sentido assumimos e assignamos papéis, na perspectiva de suscitar transformações multilaterais, se elaboramos-demolimos em nós e nos vínculos as incrustações dicotômicas operadas pela colonialidade-racismo-capitalismo-sexismo-descontextualizados e que se replicam em Totalidades fechadas. Este debate nos coloca em uma “margem” que funciona como beirada confrontada a outras margens-beiradas. Avançaremos para o “meio” onde os conceitos percorrem as superfícies de “riachos” epistêmicos que nos possibilitam outras derivas-navegações.

Os metaenquadres e o racismo: agenciamentos coletivos/dispositivos coletivos de enunciação? O Uno Colonizador, possíveis linhas de fuga grupais.

Previamente temos realizado uma leitura crítica sobre a adjudicação-assunção de papéis de maneira ampla que debatia tal processo no sentido de indagar suas condições de possibilidade iniciais em um grupo.

Nosso autor de referência, consegue visualizar os obstáculos que aparecem nessas linhas de análise, de modo estrito, isto quer dizer circunscrito a modos de coordenação grupal que adjudicam papéis a partir da consideração errônea dos membros como um conjunto indiscriminado suscitando-se “atuações patológicas” (Pichon-Rivière, 1985, p.127). Tal modalidade renovada de diluição das diferenças não opera a ruptura dos estereótipos da comunicação, pois os reforça.

Neste sentido, as contribuições de Eliane Silvia Costa trabalhando as noções de enquadre e meta-enquadre, debatendo incisivamente as ideias de Jose Bleger e René Kaës coloca elementos indispensáveis para procurar o trincamento do racismo que se dissemina estruturalmente na nossa sociedade:

O racismo opera como meta-enquadre violento contra o negro (e o indígena) e como o meta-enquadre facilitador para o branco como tal, funciona como antiprocessos. Como ressaltou Bleger, conservar insistentemente certas constantes, certos enquadres e meta-enquadre (em situações que se fazem necessárias transformações indica um antiprocessos, uma tentativa de perpetuação de uma mesma configuração e uma tendência a estereotipia, a burocracia. Esse fenômeno ocorre com frequência em situações nas quais a sociedade separa o que é tido normal do anormal. (Costa, 2015, p.151).

Retomando em diferença e atualizando as proposições fundamentais de Frantz Fanon, considerando os fenômenos de clivagem e segregação a partir dos quais se instalam os limites entre o normal e o anormal, o superior e o inferior, a autora entende como esses mecanismos invadem nossas ferramentas e saberes. De forma versátil distingue formas de organização psíquico e social alinhadas a identidades definidas como “satisfatórias” e outras assimiladas a identidades sobre as quais são depositadas atribuições “negativas”. Cabe ressaltar que também inclui a possibilidade de “recusar ou redimensionar” as atribuições negativas sobre os “alterados” como outra maneira de organizar-se psicossocialmente. Entretanto, a perspectiva inicial de mudança é delineada do seguinte modo:

Modificar conjunturas como essas requer mudança nos meta-enquadres, o que não raramente vem acompanhado de resistências, principalmente por parte dos beneficiados. Em geral, e pelo medo do contato com o que permanece clivado que se reage à passagem para uma configuração nova, para uma experiência diferente. Romper o racismo e o interdito de se falar sobre pode significar trincar ou, quiçá, dismantelar um modelo discursivo hegemonicamente aceito e que marca “significativamente o inconsciente e o imaginário coletivo do povo brasileiro” (Kabengele, 2004) o de que o Brasil é uma nação inclusiva, harmônica e racialmente democrática”. (Costa, 2015, p.151)

Sublinhamos que a autora citada, colocando em outros platôs as contribuições de Leila Gonçalves e Neusa Santos Souza, propõe a necessidade de transformar os meta-enquadres, sendo que, nas disputas e rupturas necessárias com o racismo, o acesso a falar implicaria o agenciamento de outras maneiras de se comunicar desde o momento em que se torna relevante desconstruir “um modelo discursivo hegemonicamente aceito” (Costa, 2015, p. 151)⁵⁰.

⁵⁰ A autora nos proporciona a definição de René Kaës realizada sobre o meta-enquadre (Kaës, 2011, p.68): todo enquadre é enquadrado por um enquadre que o contém, sustenta, atralha ou entrava.

Os grupos operativos devem nutrir-se destas valiosas considerações referidas às relações de imanência e dialéticas entre meta-enquadres-enquadres. Não podemos silenciar uma inquietude que não cessa, que se resiste a calar-se: aquilo que subjaz aos modos de comunicação alienados é o medo da desagregação, de extraviar a identidade como singularidade no contexto coletivo? Ou aquilo que se desliza subterraneamente é evocativo do terror de ter-nos agregado, nos “integrado” a partir dos imperativos do Outro-dominador? A autora mencionada, citando José Bleger, nos oferece uma resposta que imperiosamente deve ser tomada em consideração pela Psicologia Social da Práxis:

Trata-se do medo da desagregação, da perda de identidade de sujeito singular. Do receio de perder os referenciais e não poder agir alicerçado nos modelos já apropriados. Do medo “de uma regressão a níveis de uma sociabilidade sincrética que não está constituída por uma inter-relação ou interação, mas que exige uma dissolução de individualidades. (Bleger, 2007, p.111)

Existiria a possibilidade de intensificar o ECRO pichoniano fazendo-o convergir com as contribuições previamente citadas, mas também re-trabalhando a compreensão do vetor da comunicação pichoniana em outros termos. Para realizar este aspecto de nosso trabalho colocaremos a relevância das compreensões que, deste horizonte, realizou Gregorio Franklin Baremlitt nas suas disquisições sobre a Esquizoanálise.

Enrique Pichon Rivière centra suas reflexões preponderantemente na análise semântica que procura estabelecer conexões entre sistemas de signos e seus referentes definindo assim significações contextuais. Tal modalidade visa encontrar constantes que deem conta da totalidade de variabilidades na expressão. Deste modo a comunicação e seus elementos correm o risco de serem explicados por saberes disciplinares que também tornaram a língua, a fala e os modos de comunicação como seu objeto. Porém, Gilles Deleuze e Félix Guattari, se contrapondo ao estruturalismo, se apoiam em Louis Hjelmslev (2019) abrindo outras

perspectivas⁵¹. O linguista dinamarquês critica toda linguística que procura seu objeto em instâncias e fatos exteriores à própria linguagem. Tal proposta não nega o valor da interdisciplina, mas realiza um embate contra a explicação da linguística a partir, por exemplo, da psicologia, fisiologia, lógica, sociologia e insta a criar uma “estrutura sui generis” que, rompendo com qualquer ideia de transcendência, não “negligencie a própria linguagem” (Hjelmslev, 2019, p.3). A pergunta que o orienta é qual seria o objeto específico da linguística para eventualmente, após a sua definição, gerar as relações que sejam possíveis com outras áreas epistêmicas. Para deixar estabelecido o valor destas propostas para a Psicologia Social da Práxis o apontamento sobre os “dislecta membra” (fragmentos dispersos) e sobre “estruturas específicas de semióticas não linguísticas” (Hjelmslev, 2017, p.115) podem vir a colocar elementos relevantes para recompreender o vetor da comunicação do cone invertido.

Considerando a importância destas novas fontes citaremos a compreensão de Gregorio Barenblitt sobre como é compreendida, parcialmente a linguagem na Esquizoanálise e isso deveria formar, a nosso critério, parte da modificação inicial do vetor da comunicação proposta por Enrique Pichon Rivière:

Assim, essa leitura atribui o funcionamento da língua a instâncias exteriores à linguagem, buscando sua solução nas contribuições de outras disciplinas (psicolinguística, sociolinguística etc.). Essa concepção da linguística atribui à linguagem funções de informação, comunicação, intercâmbio etc. Deleuze e Guattari mostram que toda linguagem se origina no discurso indireto, e dizer se compõe do que se diz acerca do que foi ouvido, e ainda que, em última instância, a principal função da linguagem é transmitir palavras de ordem, consignas, mandatos. Mas essa transmissão,

⁵¹ Félix Guattari esclarece a escolha deste linguista do seguinte modo: “Foi por essa razão que recorremos a Hjelmslev: já há muito tempo ele fez uma espécie de teoria espinosista da linguagem, onde os fluxos, de conteúdo e de expressão, prescindem de significante. A linguagem como sistema de fluxos contínuos de conteúdo e de expressão, recortado por agenciamentos maquímicos de figuras discretas e descontínuas.” (Deleuze, 2017).

devido ao caráter performativo e ilocutório da linguagem, realiza a ordem no mesmo ato de transmiti-la, como acontece, por exemplo, com a sentença de um juiz. A sociedade inclui em si montagens que são agenciamentos coletivos de enunciação que emitem essas ordens para ser enunciadas pelos sujeitos de enunciados (os falantes), que assim as obedecem de jure e de fato. (Baremlitt, 2003, p.129)

Tais aportes não resolvem os problemas que levantamos até este ponto, mas os delimitam em outras geografias teóricas o que deveria implicar o ensaio de produção de outras práticas. Os agenciamentos coletivos de enunciação, que assim pensados são incluídos como equipamentos fundamentais da reprodução de obediências e submissões, e procurando compreender suas montagens, Gilles Deleuze e Félix Guattari oferecem diversos níveis de analítica que, de um modo ou outro, convergem nas migrações do Ser para os Devires o que significa elucidar multiplicidades de processos que se debatem entre a produção desejante, as recuperações do desejo operadas por registros-controles, modos de consumo-consumação e de antiprodução de vida que implicaria modos de propagação diversos da paixão pela abolição (Deleuze & Guattari, 1996; 2010).

Os autores discorrem sobre uma afirmação primordial: o fantasma não é nunca individual, e sim, sempre fantasma de grupo. Deste modo, é decisiva a diferença de como a grupalidade investe a libido: seja no campo social estabelecido ou a instrumentalizando como um contra-investimento que conecte o desejo revolucionário ao campo social existente. Esta segunda possibilidade implicaria um “desinvestimento ou uma ‘desinstituição’ do campo social atual” (Deleuze & Guattari, 2010 p. 48) e afirma intensivamente uma instituição revolucionária do próprio desejo. Este pinçamento nos levaria a compreender o valor dos “grupos sujeitos” e as características dos grupos assujeitados, e nos conduz a vislumbrar a aceleração das formas de descodificação dos fluxos intensivos por parte do capitalismo, assim como a desterritorialização dos *socius* que permanentemente renova.

Os criadores da esquizoanálise compreendem os movimentos permanentes entre aquilo que Enrique Pichon Rivière denomina adaptação passiva a realidade e adaptação ativa a realidade. Estes dois processos aparecem na obra de Deleuze e Guattari sob as figuras dos dois tipos de grupos já mencionados. Entretanto, este fator que se relaciona aos meta-enquadres aludidos, evidencia que a concepção Freudiana estrangula os fantasmas recuperando-os nos seus registros “pseudo-individuais”, montando assim sistemas de assentamento que nos remetem exclusivamente aos grupos assujeitados. Isto implicaria uma renúncia, pois deixaríamos de elucidar no fantasma “um elemento subjacente de potencialidade revolucionária de grupo” (Deleuze & Guattari, 2010, p.90). Fica claro para os autores de que o pai da Psicanálise retrotrai a totalidade dos agentes sociais sobre figuras de reprodução familiar encarcerando a libido na dimensão edipiana que, pelas trilhas universalizadas da castração, recriam uma antinomia entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação, sendo estas características intrínsecas do fantasma “pseudo-individual”.

Os precursores da “Filosofia da diferença”, nos alertam:

“Mas essa dualidade é artificial, derivada, e supõe uma relação direta entre o enunciado e os agentes coletivos de enunciação no fantasma de grupo” (Deleuze & Guattari, 2010, p.90).

Estas afirmações podem nos produzir perplexidade, entretanto, essa sensação nos convida a recategorizar nossas compreensões sobre a dimensão comunicacional nos grupos e tomar em conta todos esses elementos para romper dicotomias e reducionismos. Para sustentar tal propósito, devemos ter presente que a Esquizoanálise atravessa os modos de reativação de formas comunicacionais alienadas ao familiarismo edipiano entrelaçado a axiomática do capital e por tanto aos modos de relação coloniais. É importante destacar que a nova compreensão da linguística por parte da Esquizoanálise, a qual já nos referimos, oferece quebras a respeito das antinomias esmagadoras do processo desejante acima mencionados. Essas quebras, ou linhas

de fuga, são sintetizadas de forma brilhante pelo Gregorio Franklin Barembritt (2003, pp.129, 130):

A Esquizoanálise postula, assim, que a pragmática é a abordagem essencial da Linguística, e que as chamadas constantes sintáticas e semânticas são variáveis a serviço circunstancial das funções pragmáticas. Destaca que a Linguística convencional e seu objeto, a linguagem, têm por finalidade normatizar, qualificando a correção gramatical ou a a-gramaticalidade da imensa diversidade das línguas, que sempre são invenções pragmáticas. Os autores distinguem, assim, línguas maiores ou de Estado, e línguas menores, que são as criadas pelas minorias singulares. Não se trata exatamente das lutas entre línguas "oficiais" e dialetos, mas da capacidade das minorias e dos literatos de colocar em estado de variação contínua sua língua "natal" ou outra adquirida, de maneira a escapar por linhas de fuga expressivas aos mandatos dos agenciamentos coletivos de enunciação e regulação dos poderes da gramaticalidade.

Desta forma, o vetor da comunicação em grande parte está recuperado pelos agenciamentos coletivos de enunciação e que verticalmente regulam os enquadres e meta-enquadres colocados como objeto de discussão pela Eliane Costa (2015). Porém, os grupos também são capazes de tornar-se dispositivos de enunciação imanentes ao sujeito do enunciado de línguas menores, dialetos que se dialetizam criando expressividades diferentes das que surgem da língua colonial-sexista-classista que nos desnatalizou. Em outro ciclo de nossa espiral dialética, que atualiza o grupo operativo, retomamos a potência do grupo enquanto âmbito de produção de encontros com as expressividades corporais e incorporais que nos remetem a culturas, origens, histórias, modos de se subjetivar vedados pelo colonialismo-Uno.

Não se trata de re-criar acessos as ancestralidades que nos constituem *unicamente* como “evocação” do passado. Se trata, a partir do exposto, de criar encontros no agora grupal com cosmologias multiplicárias que nos habitam tendo sido silenciadas e, a partir desses processos,

inventar as formas comunicacionais que não impeçam de tornar-nos o que somos devindo outras humanidades. A partir da possibilidade de tais encontros/criações de relações com o sepultado, os sujeitos-vínculos-grupos, efetivamente heterogêneos e operativos, se reencontraram e recriaram outras versões do “amor fati” e do “eterno retorno” (Nietzsche, 2001). Só podemos “amar a vida como é” e desejar vivê-la uma e outra vez em diferença, espremendo suas infinitas possibilidades, se esta é, basicamente uma usina de Vidas como encarnação afirmativa de desvios do Uno. O Uno-absoluto se propõe como regime total de existência, e dissemina a morte sob as aparências cínicas do “progresso” e “civilização”. Tendo debatido a questão do meta-enquadre e avançado em alguns elementos conceituais complementares, prosseguiremos com algumas noções que permitam uma primeira proposição da Psicologia Social da Práxis antirracista.

O problema das representações e derivas possíveis para acionar uma Psicologia Social Pichoniana Antirracista. Primeiras aproximações.

Desejamos marcar um triplo movimento do processo vincular que formulamos a partir de nossas práticas com grupos operativos. O primeiro estaria dado pelo *índice de estranhamento* respeito de si mesmo que o encontro com o outro produz, sendo que, o único reconhecimento operado é a admissão do outro como encarnação/portador de uma humanidade outra e discrepante. Tal admissão como operação que é instrumentada dentro-fora ou nos territórios *entre*, e se opõe a recusa das diferenças que se associam a segregações violentas (Gonzales, 1988), significa se des-conhecer como Uno-totalitário e como Uno-totalizado-pelo Outro. Implica desconstruir o “fascista-racista-vidas- outras/fóbico” que habita em cada um de nós, (Foucault, 2004) nos entre e nos fora através do estranhamento inicial, perante a presença do outro como alteridade, daquilo que nos centra em um aparelho psíquico vetorizado pelo colonizador. Mas há que destacar diferenças substanciais contemplando a interseccionalidade.

O estranhamento do branco, cis, hétero e proprietário não se iguala a aquele vivenciado, na construção de vínculos transformadores, por uma trans-negra-não proprietária. No primeiro caso, o sujeito deverá suportar o estranhamento que o retire das incrustações coloniais em sentido amplo e estrito e que povoam as distintas instancias de seu ECRO, sejam estas conscientes ou inconscientes. As relações internas moduladas por ser possuidor, detentor de privilégios projetados em acúmulo de objetos que incluem a coisificação do outro, binarizado e binarizante situado nas derivas da “diferença sexual anatômica”, moldado na cópia da branquitude negreira-escravista-bandeirante, deve ser comovida até o ponto de colapsar. De outro modo, a reciprocidade fundante de qualquer vínculo-relação-interação genuína, da qual Frantz Fanon é o interlocutor originário e original neste plano (Fanon, 2008) não seria possível:

“O único método de ruptura com este círculo infernal que me reenvia a mim mesmo é restituir ao outro, através da mediação e do reconhecimento, sua realidade humana, diferente da realidade natural. Ora, o outro deve efetuar a mesma operação.” (p. 181).

Coincidimos plenamente com tal autor, mas, aquilo que ele coloca como condições de possibilidade de afirmação ontológica da negritude em termos de mutação da “certeza subjetiva em verdade objetiva” implica que no branco se produza a assunção dessa verdade demolindo seus “axiomas subjetivos” em reciprocidade. Por outro lado, neste exemplo, na/o branca/o o estranhamento é inicialmente a respeito das suas representações libertando suas afeições para produzir outras inscrições sobre a outreidade. No caso da/o negra/o é se estranhando de suas afeições para atualizar novos modos de se conceber/sentir que não estejam capturadas pelo esquema de referência colonizador. As reflexões de Lucas Veiga (2021) sobre o “auto ódio” das/dos negras/os, assim como a necessidade de elaborá-lo na produção identitária pela via da assunção de variados impossíveis, se oferecem como base sólida para as afirmações previamente colocadas. Se desterritorializar do “auto ódio” alude em nosso trabalho a se estranhar de um regime de afeições que são impostas pela colonialidade-racismo e se reconhecer criando novas representações sobre si no mundo compondo assim “linhas de fuga e de cura” como proposto pelo autor previamente citado. No primeiro caso, a do branco antinomizado, é necessário o dismantelamento da “racionalidade helena” que monta os esquemas representacionais fixos a partir dos que se constroem sistemas de hierarquia, dominação, submetimento e extermínio das diferenças e acessar fluxos intensivos que produzam novas representações que não eliminem outras vidas-mundos. As representações Totalizadas-fechadas, as decorrentes da racionalidade-Uno-eurocentradas, “produzem”, por exemplo, cadeias de significação que sustentam estereotipadamente o “mito negro”, lucidamente analisado e confrontado pela Neusa Santos Souza (1990). Segundo a autora:

“A representação do negro como elo entre o macaco e o homem branco é uma das falas míticas mais significativas de uma visão que o reduz e cristaliza à instancia biológica. Essa representação exclui a entrada do negro na cadeia dos significantes único lugar onde é possível compartilhar do mundo simbólico e passar da biologia para a história” (p.28).

Estas afirmações são decisivas para elucidar o problema das representações e suas relações com “objetos”, aproximando estes últimos aos perigos da objetivação-coisificação-animalização do outro-diferente. Por outro lado, também nos alerta na direção de poder questionar, em algum momento, como essas cadeias de significantes se produzem e por que constituem um “único lugar”.

No segundo caso é desejável se estranhar das afeições *reguladas* pela lógica do exterminador e acessar outras racionalidades que se configuram nas relações que compõem identidades não estáticas ligadas as ancestralidades que as impulsionam no aqui e agora. As potentes reflexões e propostas de Deivison Faustino (2013) abrem estas perspectivas quando trabalha as afirmações sobre campos opositivos estabelecidos entre a racionalidade fria e castradora de ocidente-Europa e uma sensibilidade emotiva africana. Entretanto é também decisivo, para o presente trabalho, como retoma estas questões, multiplicariamente, em sua tese de doutorado⁵².

Deivison Faustino, acertada e solidamente, realiza cartografias críticas sobre a obra de Frantz Fanon e consegue localizar a complexidade da luta contra o colonialismo- racismo, que, insistimos, a Psicologia Social da Práxis deve assumir manifesta e intensamente. O autor debate se a reivindicação e afirmação de culturas específicas historicamente desmentidas e negadas não seria necessária, porém insuficiente. Podemos dizer que assim como tal afirmação pode vir

⁵² A tese intitulada “Por que Fanon? Por que agora?: Frantz Fanon e os fanonismo no brasil” (Faustino, 2015).

a cumprir seu papel nas realizações ontológicas negadas pelo colonizador (Veiga 2021), esta pode ser assimilada e recuperada pela “lógica formal universalizada” que homogeneiza o diverso nas confrontações ou se limitar ao ato, nas palavras de Frantz Fanon (2008), de “comparar sarcófagos”. Recuperação consumada pelo colonialismo a partir da coagulação dos movimentos históricos da “cultura colonizada, engessando-a em catálogos antropológicos” (Faustino, 2015, p.83). As “sensibilidades emotivas” das quais dá conta Leopold Sedar Senghor (1906-2001) e que compreende incisivamente, devem formar parte do campo das resistências culturais, como modo de evocar e reivindicar as diferenças que emergem também pelo contato com a ancestralidade e que se conduziam ao mundo por múltiplos modos de afirmar a existência em *Devir*.

Estas ancestralidades são processadas como expressão de “inferioridade” pelas relações coloniais e suas modalidades de significar o diverso. Essas significações que orientam práticas vi(o)lentas, não unicamente apunham as corporeidades e entrecorporeidades negras incrustando os campos representacionais do branco-branquitude, regulados pela assimetria sexista masculino-feminino na dimensão plana da heteronormatividade, senão que também apontam a necessidade de reverter as potências-fluxos produtores de outras vidas mundos sobre repondo as intensidades emanadas singularmente pela negritude esvaziada de si pelos caminhos da violência colonial.

Os fluxos-potências que atualizavam afeições afirmativas compondo vidas-mundos povoados de singularidades-multiplicidades, e que se co-afetavam em *devir*, foram e são revertidos, pelo colonialismo, sobre os corpos isolados, desgarrados, humilhados e assassinados se convertendo em auto-ódio. Essa reversão-conversão supõe antes do que nada umas assignações-depositações destrutivas das diferenças por parte do colonizador e um “assumir” passivamente, ante a promessa de extermínio perante qualquer “atividade-ação”, a “sensibilidade” do opressor-genocida-colonizador. Fazer o colonizado viver a partir da

“sensibilidade” do exterminador entranhada a chicotadas-torturas no corpo isolado do massacrado, desprovido de todas suas referências existenciais, é uma das “conquistas” e objetivos de qualquer totalitarismo. Estranhar-se da sensibilidade dos canalhas⁵³ significa re-conectar-se com a singularidade de sensibilidades e afeições que foram arrancadas e “substituídas” pelos enxertos da “sensibilidade” colonial que se entremete em âmagos que diferem substancialmente da “essência Uno-Conquistadora”. Ainda assumindo os riscos desta afirmação propomos questionar os alcances atribuídos ao fenômeno da “introjeção”, da “projeção” e a “identificação” que foram e são utilizados nas psicologias, inclusive as de cunho crítico, pois corremos o risco de psicologizar aquilo que se localiza na dimensão sócio-histórica demolindo as subjetividades. Também pode sugerir a implicação “particular” do violentado-oprimido nos sofrimentos que lhe são impostos “culpabilizando-o” direta ou indiretamente. O apontamento não sugere que não haja uma dimensão “individual”. Mas por uma questão de necessidade, inclusive de urgência, colocaríamos a ênfase no sistema de relações impostos hegemonicamente procurando modos de transformá-los e temos a convicção que esse caminho não começa na “individualidade” do massacrado-torturado, e sim em sua “verticalidade” imanente recriada em uma horizontalidade que não suprima discrepâncias se abrindo, continuamente, para as singularidades-multiplicidades onde o grupo operativo atualizado pode funcionar oferecendo essas possibilidades. Eventualmente haverá que se perguntar como visibilizar, “conscientizar”, elucidar como funcionam, e alisar/raspar os sulcos demarcados por

⁵³ Ainda não sendo parte de nosso esquema teórico afirmativo nos parece de suma precisão a definição de J. Lacan do canalha, trabalhada no artigo “A queda do Pai à ascensão do canalha” de Allisson Vasconcelos Oliveira e Marina del Papa: “A canalhice, segundo Lacan (1969-1970/1992, p. 57), “(...) repousa (...) em querer ser o Outro — refiro-me ao grande Outro — de alguém, ali onde se delineiam as figuras em que seu desejo será captado”. Por outro lado, para Santos (2018, p. 249), “(...) o canalha se coloca no lugar de grande Outro para mandar e legislar sobre o desejo do Outro”, movimento esse que suprime a alteridade e leva à uniformidade...” (Vasconcelos Oliveira & Del Papa, 2020, p. 78).

“correntes centrífugas” planteadas por Frantz Fanon e citado por Deivison Faustino (2015, p.83).

De modo coexistente se estranhar das “próprias” representações, ou sistemas representacionais, daqueles formatados uniformemente pelos binarismos impostos como modo “proficuo” pela hegemonia ocidental, adaptados passivamente ou não a tais prerrogativas que também os colocam em posições de privilégio, significa retirar a racionalidade-Uno como suporte totalizado que domestica suas afeições e sensibilidades condenando-as a repetir e alimentar, sutilmente ou não, aquilo que impede as vidas-mundos singulares/multiplicitárias. Se trata, por nossas experimentações, de um movimento de liberação microscópico ao qual acudam afetos que operam catarses das afeições recuperadas e re-cobertas pelo colonizador que não devem ser interpretadas “externamente” e sim agenciar-experimentar, nos vínculos, os recursos e instrumentos para se re-compreender e recriar os esquemas de referência singulares abolidos pelo exercício inercial da violência estrutural, sexista e racista, de nossas sociedades. A composição de outros modos de representar já está presente nos oprimidos, pois eles já formavam parte das ancestralidades ocluídas pelo colonizador assim como outras foram construídas em resistências, ativas e passivas, ao regime de morte colonial. Esses movimentos de reconexão com afeições imanentes a vida singular-multiplicitária, é desejável multiplicá-los na dimensão que se abre nas tensões entre pré-tarefas, tarefas e projetos grupais⁵⁴. Também nos deparamos com processos em que prevalece a culpa do pertencimento alienado a branquitude binarizada heteronormativamente, a vergonha e a angústia em que a perda dos esquemas de referência representacionais-rationais, construídas em consonância alienada as

⁵⁴ Nos parece interessante apontar se não seria necessário avançar sobre as considerações do “momento mitopoético” proposto por René Kaës e trabalhado por Maria Inês Assumpção Fernandes e Domenico Hur (2022). Este momento, a nosso critério e imanente aos outros, mas chamamos a atenção para aquele que o antecede: “momento figurativo transicional” em que o grupo, dentre outras questões, consegue sustentar as diferenças (Assumpção Fernandes & Hur, 2022, p.06)

prerrogativas da sociedade da violência, permite também o aceso a sensibilidades outras que podem vir a funcionar como usinas de construção de novas racionalidades. Nos entrecruzamentos destes mútuos estranhamentos cobra nova relevância a frase de Enrique Pichon Rivière: “Não há cura sem lágrimas”.

Esta afirmação é feita quando o autor está se referindo a sua concepção de cura ligada aos momentos depressivos que suscitam “integração” e “autognose” (Pichon-Rivière, 1985, p.183). Esse sofrimento, que também libera afeições decorrentes da evocação de humilhações-coisificações-violências-alienações-explorações-espoliações causadas pela imposição da morte da singularidade-diferença instituída pelo Uno-colonial, abre a partir da “integração” e o “autoconhecimento”, autoanalíticos no campo de vínculos humanizados-humanizantes no aqui e agora dos grupos, a alegria de satisfazer necessidades delimitadas por identidades afirmativas de outros modos de ser-estar-devir-existir.

Retomando a produção do autor dessa tese maravilhosa (Faustino. 2015), situando os percursos de Frantz Fanon orientados pela luta revolucionária de liberação, abre outra perspectiva:

Assim, seria necessário, caso se queira descer aos verdadeiros infernos para abalar as estruturas do edifício, ir além da – e não se limitar à - afirmação das especificidades culturais historicamente negadas. Para além da paixão desenfreada pela chamada cultura negra, a verdadeira subversão estaria no ato de encontrar o povo, perdendo-se nele para, posteriormente, agitá-lo a partir da luta anticolonial... (p.84).

O “perdendo-se nele” alude ao estranhamento que estamos propondo, mas não desiste de se encontrar/re-encontrar na afirmação de identidades étnico-raciais a partir da prática das lutas revolucionárias anticoloniais. E essa insistência, na ação de não renunciar, permite as consistências necessárias para colocar em um platô libertário as relações entre o psicossocial e

o sócio dinâmico que Enrique Pichon Rivière trabalha e são recategorizadas, se antecipando, pelo Frantz Fanon. Mas esse extraviar-se é possível no encontro da/o negra/o com o povo negro que luta contra o colonialismo-colonialidade-colonização para abrir os territórios existenciais onde se afirmar⁵⁵.

Em outra etapa dos processos de luta que incluem compreender criticamente a Miscigenação, suposta democracia racial (Gonzalez, 1988) e suas consequências no Brasil e na América Latina, a proposta do grupo operativo se depara com variados desafios que estamos tentando debater. O mútuo estranhamento⁵⁶ que estamos construindo como teorização de práticas grupais, implica colocar que se o grupo operativo pichoniano se propõe a trabalhar medos e ansiedades básicas que, em última instância se referem a momentos fundantes da vida, este também deve elaborar o terror como afeto-efeito sinistro que emerge das vivências sociopolíticas e históricas que a ameaçam terminal e constantemente. Como propor um mútuo estranhamento quando a estranheza de si/em contextos é um dos pilares da colonialidade? Se a violência e irracionalidade, untada de racionalidade universalizada, são emergentes do Terror como fundamento das dominações é porque, em parte, há uma proposição hegemônica básica que implica a implementação de variados extermínios.

⁵⁵ É importante o debate sobre as relações ódio- violência nas lutas revolucionárias anti-coloniais. Aparece, diferencialmente tratado por Veiga (2021) e por Faustino (2015) e são nossas fontes para continuar desenvolvendo este e outros assuntos, assim como a “bricolagem” de autores a que nos permitem acessar criticamente. Unicamente diremos que assim como afirmamos junto a eles que o sistema colonial se baseia no ódio e a violência encarnada pelos colonizadores as mesmas afeições não são uma “expressão reversa” nas raças-etnias colonizadas. Acrescentamos que também não são equiparáveis de acordo a classe social, as composições de vida emergentes do sistema sexo-gênero, as diferentes faixas etárias, etc. E todas elas devem ser compreendidas também contextualmente. Para quebrar esse sistema de equivalências hegemônico, onde se chega a postular absurdamente a existência de um “racismo reverso”, lembramos que em outro lugar (Kazi, 2006) propus compreender que o afeto essencial e imanente de quem luta revolucionariamente não é o ódio pelo inimigo da Vida multiplicatória e sim o amor entre companheiras/os que insurgem multiplicidades.

⁵⁶ Um dos problemas fundamentais da Psicologia social é a compreensão do *alheio* como aquilo irredutível a qualquer elucidação absoluta, a construção de conceitos parciais que se articulem a práticas relacionadas aos processamentos subjetivos daquilo que é estranho na diferença sem esgotá-la. Uma contribuição fundamental nesta linha, no processo de construção de uma Psicanálise não dogmática, é realizada por Janine Puget em (Puget & Kaës, 1988). Esta autora debate intensamente a diferença do alheio que contribui a nos constituir como singularidade e os alheios que impedem produzir diferença.

Esta pro-(im)posta se baseia em enunciados e práticas que afirmam que para sobreviver há que aceitar passivamente a expurgação das diferenças e “se deixar” fagocitar pelo Igual. Se podemos descrever o início de si mesmo como diferente, mas vinculado a hegemonia, notaremos que este processo opera “re-tornos” para o igual que caricaturiza diferenças. A inundação de espanto-terror, o do retorno-repetição do Mesmo, será a marca que o poder inscreve sobre os corpos divergentes como forma nefasta de “oferecer” “pertencimento” e “inclusão”. Correlativamente é imposto, a partir da regulação ou massificação de genocídios, que quem produza diferença será homologado e igualado a todos os divergentes sendo exterminado, como base da “Igualdade ocidental” lograda pela imposição, sobre as variações existenciais, da morte como Totalidade-Uno positivada pelo massacre como espetáculo (Kazi, 2007). A estranheza colonial implica tornar perene o estranhamento transitório⁵⁷, decretar sua suposta eternidade e impor a imagem de quem nos violenta, por meio de suas exigências genocidas, como marco absoluto em que nossas existências devem se enquadrar metricamente.

Nesse sentido as intervenções do grupo operativo pichoniano, inter e transeccional, deve considerar as propostas efetuadas pelo Édouard Glissant referidas ao direito a diferença, as críticas aos modos de volta sobre si e exaltação de si, a confrontação às hierarquias que demarcam supostas “superioridades de raça”, a elucidação da exigência de “transparência” que pretende reduzir as diferenças. Consideramos este autor, que nos foi apresentado pelo Lucas Veiga em uma conversa desde perspectivas diferentes a aquelas que já nos nutriam, como aquele que coloca a relação “transparência-opacidade” em platôs prático-conceituais fundamentais para agenciar práxis anti-coloniais e decoloniais nos campos das relações-vínculos e desse modo oferecer novos conceitos que se conectem com novas práticas grupais.

⁵⁷ Nos remetemos a E. Glissant quando, construindo sua poética libertária que produz um paradigma estético-político-conceitual-ético e prático, declara que “Porque, se essa experiência fez de ti, vítima original flutuando sobre os abismos do mar, uma exceção, ela tornou-se comum para fazer de nós, os descendentes, um povo entre outros. Os povos não vivem da exceção. A Relação não é feita de estranheza, mas de conhecimento partilhado” (Glissant, 2011, p. 2)

Para avançar nessa linha flexível devemos suportar o deslocamento da pergunta que indaga o que é o grupo para questionar o que pode. Pode produzir diferenças, poéticas, texturas-contexturas e entretexturas opacas e suscitar os movimentos de des-conquista-descolonização das singularidades atualizando multiplicidades⁵⁸.

E. Glissant, com o estilo poético que não reverencia o Uno, declara:

“Más a própria diferença pode ainda revelar uma redução ao transparente. Se nos examinarmos o processo de “compreensão” dos seres e ideias na perspectiva do pensamento ocidental, reencontramos no seu princípio a exigência desta transparência. Para poder “compreender-te” e, então aceitar-te, preciso levar tua densidade à escala ideal que me fornece elementos para comparações e talvez para julgamentos. Eu preciso reduzir”. (Glissant, 2011, p. 53)

A crítica aos modos de “compreender o outro” a partir das estratificações operadas pelo que podemos chamar “geologia” do pensamento ocidental não deve unicamente ser analisado na elucidação de cada “napa” com o intuito de compreender sua “arqueologia”, senão também na produção de novos territórios existenciais ou geografias interacionais a partir das quais criar lugares de relação (vínculos) onde a singularidade não seja reduzida a uma “natureza”. Podemos acrescentar que se trata de agenciar localizações que não estendam sobre outras posições alguma “essência” que module escalas de medição do outro e sim campos de experimentação de mútuas opacidades. O autor avança na sua proposta:

“Aceitar as diferenças é certamente perturbar a hierarquia da escala. “Compreendo” tua diferença, quer dizer, eu a coloco em relação sem hierarquizar com minha norma.

Admito tua existência em meu sistema. Eu te crio novamente. – Mas talvez seja preciso

⁵⁸ Ainda não dispondo desta compreensão provida pelos novos contatos com E. Glissant propus a experiência grupal-coletiva-comunitária do EZLN como práticas ético-políticas-estético-poéticas-revolucionárias que possibilitavam uma desterritorialização contínua do “eu” com agenciamentos mutáveis e afirmativos de variados “nós” (Kazi, 2016b).

que nós terminemos com a própria ideia de escala.” (Glissant, Édouard, Costa, K. P., & Groke, H. de T. (2008). *Pela opacidade*. Revista Criação & Crítica, (1), 53-55. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v0i1p53-55>

Estas considerações devem comover nossos sistemas representacionais em vários horizontes, mas fundamentalmente naquele que nos impele a realizar medições, escalas, e, assim, determinar “normalidades”. É importante efetuar um apontamento que provém da necessidade de intensificar o ECRO pichoniano: “admito tua existência em meu sistema” deve ser entendido como um direito das denominadas “minorias” (Glissant Édouard, 2008, p.53). Esta afirmação pode ser compreendida de modo simples: a hegemonia ocidental que renovadamente constrói um Uno essencial e Universal admite a existência do outro em “seu sistema” a condição de desmentir, recusar, eliminar suas diferenças-singularidades. A proposta aqui é gerar a mútua admissão entre oprimidos-violentados.

De maneira correlativa é necessário criar grupalmente a reciprocidade possível entre seres que se reconhecem como reprodutores da hegemonia, mas dispostos a questionar tal condição no desejo-necessidade de agenciar/se agenciar contra-hegemonias. As hegemonias, dentre variados fenômenos, se autoproclamam detentoras de escalas de medição da vida e a propagam e disseminam por variados procedimentos de coerção que gera pseudo consensos. Neste horizonte devemos incluir na própria formulação do enquadre⁵⁹ e sua explicitação aos membros do grupo deve incluir que o funcionamento grupal não admite a atuação da violência supressiva das diferenças entre os membros do grupo e que este é um dispositivo tanto para

⁵⁹ Em sintonia com José Bleger, Enrique Pichon Rivière explica a sua concepção de enquadre: “O enquadramento ou a técnica operativa do grupo (conjunto de constantes metodológicas que permitem a compreensão de um processo), facilitam, através do confronto desses modelos internos numa nova situação de interação, e na análise de suas condições de produção, possibilitam a compreensão das pautas sociais internalizadas que geram e organizam as formas observáveis de interação” Pichon-Rivière, 1985, p.211, tradução nossa).

analisar a reprodução de modelos de relação alienados e alienantes assim como de produção de relações que se emancipam do Uno.

Concretamente temos formulado este aspecto do enquadre nas práticas com grupos operativos do seguinte modo: “outras das constantes de funcionamento do grupo é aceitação incondicional das diferenças”. Essa delimitação do enquadre implica não reduzir o outro a “mim” ou iluminar a opalescência do outro com aquilo que é “visível” desde a própria “ideologia” ou esquemas de referência de cada membro. Os grupos-vínculos podem vir a se constituir em operativos se não perdemos de vista a necessidade de trabalhar os mecanismos que obstaculizam/impedem dar conta de si perante o outro sem se estereotipar na pretensão de iluminar as diferenças desde as próprias luzes que desaparecem e parecem a opacidade do outro. Novamente E. Glissant constrói reflexões que abrem as condições de possibilidade para buscar relações de alteridade genuínas:

“Não apenas consentir no direito a diferença, mas, antes disso, no direito a opacidade, que não é o fechamento em uma autarquia impenetrável, mas a subsistência em uma singularidade não redutível.” (Glissant & Groke, 2008).

Se debatemos a rigor a questão em que deveríamos, para nos humanizar, tornar próprio o impróprio (Rodulfo & Rodulfo, 1986) nas passagens do simbiótico ao diferenciado, poderíamos dizer que essa é uma operatória fundante da subjetividade hegemônica. O problema estaria dado aqui por movimentos subsequentes: se simbolizamos como próprio o que nos era impróprio, por exemplo nossos nomes que na origem das nossas vidas nomeavam o desejo de nomeação do outro se imprimindo sobre nossa singularidade-diferença, o que ocorre quando aquilo que conseguimos nos apropriar é saqueado e transformado em “impróprio”, uma vez que foi assimilado para reproduzir uma Subjetividade Uno? Se consentimos com esse esquema a pergunta se desloca das operatórias psíquicas do infans-parentalidade para o sistema devastador da colonialidade onde se opera uma re-alienação absoluta sobre aquilo que negras e negros

tornaram próprio para se constituir. É um retorno violento ao impróprio absolutizado pelo Branco, sendo “próprio” a impropriedade da branquitude. Os regimes de tornar próprio o impróprio se corresponde a composições étnico-raciais-éticas-políticas-sociais-históricas diferentes, opacas entre si, sendo o sistema colonial a imposição de uma luz sinistra-familiar que devasta aquilo que, a rigor, não consegue ver a alteridade como distinção-variação.

Estas considerações nos levam também a questionar a universalidade de processos, agentes, operações, posições, âmbitos etc. que supostamente “constituem” a humanidade como “totalidade”. O horizonte a ser pensado na Psicologia Social da Práxis seria compreender que as relações impróprio/próprio (decorrente das relações externo-interno) emergem de multiplicidades contextuais. Há que considerar as vastíssimas violências étnico raciais, de classe e de gênero, tendo que avançar para a desconstrução daquilo que o sistema de relações sociais hegemônicas tornou “próprio” no sujeito como incrustação daquilo que para ele é absolutamente impróprio. Se a opacidade funda a possibilidade de vínculos autênticos entre alteridades em relação, e a transparência é uma força que a obstaculiza/impede, é importante destacar que há um posicionamento de Enrique Pichon Rivière a respeito.

Intensificando a proposta pichoniana, reformulando a interdisciplina e colocando a noção de heterogeneidade nestas geografias conceituais e transversalizando-as com a práxis inter e transeccional notaremos que várias dimensões da Psicologia Social da Práxis se atualizam em outras texturas-entre-texturas. Quando Enrique Pichon Rivière trabalha a noção de “impostura” aparecem pistas que se articulam com o trabalhado até este ponto. Para isso devemos contextualizar a noção de pré-tarefa onde o sujeito implementa recursos defensivos perante as ansiedades básicas, ligadas prevalentemente a posição esquizoparanóide manifestando estruturas psicopatológicas. Não devemos perder de vista que tais estruturas psicopatológicas se manifestam “nuclearmente” no “indivíduo”, mas conotam processos vinculares, grupais e

socioinstitucionais que o configuram. Em tal momento, o da pre-tarefa⁶⁰, são observáveis cisões do “pensar, atuar e sentir”. Nestes processos, localizados nesse momento que deve ser transitório, aparecem “semi-condutas”, parcializadas, dissociadas, onde as “partes são consideradas todos” definindo o “como si” ou as “imposturas”. É fértil para este momento de nosso trabalho notar como Enrique Pichon Rivière caracteriza tais “imposturas”:

“Si a significação está reduzida e o sujeito não apresenta a *opacidade* que sua presença requer, há uma certa *transparência*” (1985, p.34, tradução e grifo nosso).

O problema que o criador da Psicologia Social da Práxis coloca é muito amplo e complexo. Em relação às nossas proposições devemos destacar que nas relações racistas, classistas, de subordinação de gênero ao masculino-patriarcal o sujeito não coloca a sua opacidade pois foi transparentado como decalque da branquidão-heteronormatividade- alienação a visão de mundo dos proprietários seja como liquidificação de sua consciência no explorador-parasita (Kazi, 2006) ou pela modulação de seu Ego Ideal (Neusa Santos Souza, 1990) a partir da “idealidade” do colonizador. Não nos parece redundante aclarar que tal modo de ser “transparentado” não alude a algum “déficit” do colonizado- violentado/a e sim se refere à crueldade sistemática do regime colonial-classista-sexista e seus agentes. Se a Psicologia Social Pichoniana tem como um de seus objetivos a produção de “sínteses sucessivas” e de “integração daquilo escamoteado e cindido” deve oferecer elementos para desconstruir a transparência do outro sobreimpresa em nossos corpos-afetos-representações, enunciados. Tais elementos devem ser colocados em consideração nos grupos, pois os desterrados-diásporas-exílios e insílios (como exílio dentro de si), decorrentes dos genocídios-etnocídios-genericídios-epistemicídios

⁶⁰ Nos parece pertinente citar a definição da pré-tarefa tal como a compreende EPR: “Em la pretarea se ubican las técnicas defensivas que estructuran lo que se denomina resistencia al cambio, movilizadas por el incremento de las ansiedades de pérdida y ataque. Estas técnicas se emplean con la finalidad de postergar la elaboración de los miedos básicos; a su vez estos últimos, al intensificarse, operan como obstáculo epistemológico em la lectura de la realidad...” (1985, p.33).

massacram as diferenças-singularidades-multiplicidades ou transparentam a opalescência do outro como modo de “permitir” uma subsistência reprodutora daquilo que as colonizações exigem.

De que mundos provimos, quais as histórias, narrativas, signos-enunciados-sensibilidades-estéticas-modos de relação-políticas nos pulsam como autenticidades em um agora que inclui nossos passados e futuros? Esta última inquietude pode ser trabalhada nas intervenções de recriação das ancestralidades nos termos que permitam ligar o passado-presente-futuro em termos de uma ancestralidade aiônica que não se organiza pela cronologia da temporalidade. Esta última, que também suscita opacidades diversas, pode ser formulada como: Somos e devimos agora daqueles que seremos evocados pelos futuros que lampejam no presente e intuições do passado que antecipam os porvires⁶¹. Os exílios-diásporas significam o desgarro e cancelamento de territórios múltiplos de produção de vida imanentes a comunidades-sujeitos singulares, que se constituem processualmente em localidades moveis e localizados em movimento. Suas opacidades são destruídas. E são transparentadas em territórios-relações alheias-alienantes, impostas por todo tipo de violência, que como “fora” do violentado se incrusta como dentro totalizado sem fora. Ou como fora assassino que se torna um dentro assassinado que não inclui nenhum dos sistemas de referência ou ECROS produzidos pelos dentro-foras dos colonizados-assimilados.

Os grupos, trabalhando os arrancamentos e imposições territoriais e seus processos convergentes, deve produzir espaços de evocação não reprodutiva e sim lembranças que

⁶¹ Acedi a esta compreensão a partir de intercâmbios com Gregorio F. Baremlitt em longas noites de trocas e debates. Neste particular o assunto central era a obra de Deleuze e Guattari, a discussão sobre a filogêneses e a ontogêneses em Sigmund Freud e as considerações sobre a temporalidade na obra de H. Bergson. Sobre este último os intercâmbios com Ettore Fonseca Scalón também contribuíram para que eu reformulasse a minha concepção sobre as ancestralidades. Complementarmente os diálogos com Ianni Regia Scarcelli sobre o Zen Budismo também me ajudaram a romper mais ainda com os entendimentos cronológicos ao respeito das humanidades.

recriem as pluri-topologias de afirmação de vida-identidades divergentes e dissidentes nas suas opalescências.

A partir desse trabalho devem suscitar a produção de maranhas vinculares que, como territórios, produzam instancias de criação de novas opalescências que irão se elucidando não na sua “resolução” e sim nas suas potências de agenciamento de regiões em comum onde e quando as diferenças possibilitam se assemelhar na utopia ativa de parir novos mundos relacionais. Nestes sentidos notaremos a necessidade de superar as imposturas fabricadas como estratégia da supervivência decretada pelo colonizador e as instrumentadas como forma de manutenção do status quo por parte de quem ocupa, na vida e no grupo, o papel de opressor. Esta diferenciação, que toma como base as categorizações pichonianas, significa também operar atualizações nas teorizações-práticas do grupo operativo.

Há várias questões para avançar em nosso propósito. A primeira, que excede os propósitos deste momento do debate, mas que deve ser planteado, é se todos os modelos de explicação, investigação e intervenção sobre a *constituição psíquica* são efetivamente universais propondo uma essencialidade que iguala destituindo as diferenças sociais, históricas, culturais, de gêneros, econômicas de multiplicidade de humanidades que habitam na terra, mas produzindo diversidade de mundos-cosmos. Neste momento devemos nos contentar em refletir como esses modelos podem vir a funcionar de modos diferentes a partir de leituras- práticas interseccionai-transeccionais. A segunda é destacar que é importante tomar em conta estas conceitualizações sobre os grupos-vínculos colocadas por Enrique Pichon-Rivière pela sua operatividade, entretanto, devemos “porificar” sua superfície com outros circuitos teórico-práticos.

As ansiedades-medos-defesas são operadas diferencialmente: não podemos homologar como é vivida essa sequência por diversas raças, diversos gêneros e diversas classes em distintos contextos socio-histórico-políticos-econômicos. Em uma perspectiva ampla das

relações Norte-Sul /Sul-Norte as composições existenciais são atravessadas pelo medo-temor-mortificação, mas também pelo Terror que se baseia na ameaça concreta de aniquilação-fatalização. Essas afeições, situadas socio-historicamente, denotariam diferentes sentido se refletimos sobre a utilização de tais mecanismos de defesa, por exemplo. É equiparável a cisão de si e das relações dialéticas com o mundo/outros que barra a “adaptação ativa” e a assunção das “tarefas grupais”, no opressor ou aqueles que o representem, de um ou outro modo, que nos oprimidos? A perda da opalescência seria igual para todas as pessoas? Afirmamos que a impostura- perda de opacidade- transparência dos submetidos desde a divisão social-sexual e racial do trabalho, e suas estratificações e progressões-acelerações, não pode ser a mesma que a dos agentes, conscientes ou inconscientes, da imposição dessas submissões. A impostura do colonizador das diferenças emerge de se assumir como modelo iluminado absolutamente, de se perceber como detentor de um ser-poder portador de atributos “superiores” capaz de deglutir a opalescência do outro eliminando-a em um sistema de relações de hierarquia violentos.

Segundo as nossas experiências, as ansiedades- medos dos reprodutores da opressão em um grupo operativo, que se caracteriza por ser produtor dos entre/diferenças, é a de perder as justificações e ideologias que lhe outorgavam uma identidade pétrea e violenta que funciona como neoarcaísmo do colonizador-conquistador. As convergências, ou não, com as ansiedades ligadas aos modelos de constituição psíquica dos quais dispomos devem ser tomados em conta sem desconhecer a esterilização das heterogeneidades-opacidades entramadas ao sistema colonial.

Por outro lado, a impostura do colonizado emerge da prerrogativa terminal do Branco-Hétero-Cis-Proprietário que exige imperativamente a renúncia da opalescência identitária sob ameaça aterrorizante de ser massacrado-torturado- humilhado se não obedece, se não aceita os disciplinamentos impostos para sobreviver como “inferior”. Se no momento da pré-tarefa aparecem cisões, estas se correspondem a processos e fenômenos diferenciados de acordo a

nossas localizações existenciais e estas são produzidas sócio historicamente. Tais cisões são também produzidas e produtoras de antinomias e ambiguidades que obstaculizam os processos de configuração de vínculos em termos pichonianos. Assim como este compreende os dilemas e ambiguidades, fundamentalmente em termos contextuais e de classe (Pichon-Rivière, 1985, pp.37, 40) atualizar o grupo operativo implica considerar como interferem os vetores de raça e gênero com o objetivo de visibilizá-los, elaborá-los e superá-los.

Procurando atualizar as propostas pichonianas deveríamos passar de Uma Psicologia Social da Práxis da América Latina para umas Psicologias Sociais da Práxis América Ladinas, sendo este trabalho uma tentativa meramente inicial. Ao tentar reformular as bases conceituais dos vínculos, também com o intuito de propor a atualização e atualidade do grupo operativo, insistiremos que tal movimento e suas relações dialéticas com as práticas contextualizadas nesse dispositivo, não pode desconhecer a interseccionalidade e pretender trans-seccionalidades. A interseccionalidade pensada e praticada, dita e sentida, em termos de raças-classes- gêneros-contextos é compreendida, no presente trabalho, pelo questionamento se está composta também por singularidades-multiplicidades. Tal práxis nos permite vislumbrar os modos de expressão das composições existenciais agenciadas pelo fazer-estar-dizer-pensar-sentir-criar-lutar que abrem caminhos para outras vidas-mundos nas confrontações ativas que resistem à se adaptar a um mundo-Uno assim como combate as “adaptações passivas a realidade” que impedem o objetivo antes expresso. Nos é pertinente citar os autores deste capítulo pelo respeito a lugares-territórios de fala-prática-pensamento-afeições.

Notas dissonantes sobre as diferenças. Esboços para superar a heteronormatividade que cancela a heterogeneidade.

É fundamental visar que os “três aspectos do real”, natureza, sociedade e pensamento são apresentados como dimensões entrelaçadas e comprometidas no objeto primordial da Psicologia Social da Práxis: “o *homem* em situação”. Estimando os limites claros da obra de Enrique Pichon Rivière, no que diz respeito a inter e trans seccionalidade e procurando uma intensificação problematizadora de seu ECRO, propomos trocar a demarcação do objeto de estudo de “*homem* em situação” por “seres em situação” e/ou “humanidades contextuais”. Partimos da premissa que as reiteradas afirmações de nosso autor de referência assinalam a necessidade de romper com saberes alienantes e alienados, nos autoriza a criticar e procurar quebrar os conhecimentos cis-coloniais e heteronormativos que orientaram e orientam, prevalente e não exclusivamente, as práticas Psi da América Latina permeadas pela insistência acrítica na “latinidade”.

Podemos levantar a possibilidade de nomear o objeto da Psicologia Social da Práxis como “devires que se atualizam-realizam em situação”. Incluir as dimensões étnico racial e de gênero como singularidades não redutíveis a nenhum binarismo, nos abre a possibilidade de gerar elucidações e práticas que, inscritas na compreensão geral dos conflitos de classe de nossas sociedades, contemplada centralmente pelo Enrique Pichon Rivière, levaria a Psicologia Social da Práxis a novos territórios de afirmação. Aqui deveríamos tomar em conta que a inter e trans seccionalidade não estavam formuladas na época em que nosso autor se encontrava produzindo sua obra. Esse é um argumento fartamente utilizado para “compreender” os limites das produções conceituais de variados autores. Não é nosso caso utilizar esse procedimento que tende a institucionalizar a a-criticidade no campo Acadêmico gerando algo assim como um

comportamento corporativista entre “autores” e leitores-seguidores-devotos⁶². Esta circunstância penosa se articula a resistência ao debate fraterno e honesto, a quase incapacidade de aceitar críticas e formular autocríticas, sendo notável a atitude de se escudar em variados argumentos justificatórios para escamotear a dificuldade para questionar certezas. Segundo nossas experiências esse modo de emergência do dogmatismo é uma prática frequente do “âmbito psi”. Dizemos “âmbito” em singular, pois se trata também disso: de reduzir multiplicidade de territórios epistêmico-práticos a um latifúndio de amparo de narcisismos ao serviço da perpetuação do estabelecido.

Nos parece pertinente aquilo que é colocado no artigo “Por que o Marxismo precisa ser feminista” (Della Torre, Constazo & Meucci, 2022, p.28):

“Não há nada mais matusalêmico do que defender que alguém foi ‘um homem do seu tempo’. A expressão é uma violência dupla, pois é condescendente com a violência do passado e a reafirma no presente”.

Nenhum de nós está isento de reproduzir polos de contradições desgarrados de seu oposto dialético, de reiterar alienadamente preconceitos derivados de tautologias que não somos capazes de relativizar, de ser recuperados na organização de pensamentos e práticas a disseminação de um Uno como se fosse uma essência universal, mesmo se nosso propósito e declaradamente contrário aos fenômenos precedentemente citados⁶³. No caso de Enrique Pichon Rivière encontramos nos seus limites de avançar sobre uma perspectiva anticolonial e

⁶² Neste ponto dialogamos com Thomas Szasz (1977) e suas críticas a certos critérios de ‘verdade’ e ‘objetividade’ que fundam uma vastidão de crenças que, por sua vez, configuram o que ele denominou o “mito da doença mental”. Uma das “verdades” dogmáticas, quase religiosas, está constituída por um mantra- versículo: “a época não lhe permitiu ir *além*”. Como explicar, por exemplo, a existência e luta da Gerda Wegener, inspiração do filme “Garota Dinamarquesa” que provavelmente ‘emociona’ as pessoas que justificam os limites freudianos em termos de “espírito da época”?

⁶³ Uma problematização intensa deste tópico pode ser encontrada no primeiro capítulo do Livro “Psicologia Social e Políticas Públicas: Pontes e interfaces no campo da saúde”, Ianni Régia Scarcelli (2016). Já no primeiro capítulo aparece o debate das filosofias que são alicerces de diferentes modos de interpretar e agir sobre o mundo. Nele são criticados os marcos teóricos que “naturalizam” os conflitos e desigualdades de nossa sociedade gerando o que podemos chamar de “ilusão” de “harmonia e integração”.

antirracista, multiplicitária de gêneros, não binarizada nem hierarquizada, uma “resistência a mudança”. Essa dimensão e a referida a distinção da “arte normal” e “arte patológica” (Pichon-Rivière, 1999) apresentam duas frentes articuladas que configuram limites a serem superados. O aparentemente paradoxal é, que em parte, tal labor pode ser realizada com as próprias ferramentas construídas pelo criador da Psicologia Social da Práxis. Em primeiro lugar ao postular a Psicologia social como “Totalidade totalizante”, baseada na “epistemologia convergente”, se abre a possibilidade de trabalhar a perspectiva de incluir a inter e transeccionalidade como linhas de problematização e fonte de instrumentos práticos imprescindíveis e complementares da inter e transdisciplinariedade⁶⁴.

O modo em que as diferenças são pensadas define as orientações conceituais de nossas práticas. Os limites de nosso autor aparecem em afirmações como a que segue:

“Se essas diferenças são negadas ou negligenciadas, ainda que isso ocorra por parte de um só membro do grupo, modifica-se uma configuração essencial que condiciona a vida normal, criando-se um estado de confusão e de caos.” (Pichon-Rivière, 1971, p.192)

Essa heterogeneidade, neste trecho da obra de EPR embora existam muitas outras definições, sustenta-se nas diferenciações funcionais e biológicas (sexo/idade) que oferecerão as bases sobre as quais irá configurar-se uma estrutura familiar (Pichon-Rivière, 1971, p.191). A produção heterogeneidade é a condição de funcionamento de todo grupo e, portanto, do grupo operativo. Porém restringir a produção de diferenças à uma dimensão anatômica, que irá diferenciar “sexos” (Pichon-Rivière, 1971, p.191), idades e funções, dilui o heterogêneo em marcos conceituais binarizados. Há obstáculos claros em nosso autor e deveremos indagar as

⁶⁴ O caráter inter e trans disciplinar do programa prático pichoniano aparece trabalhado no livro “Psicologia Social e políticas públicas: Pontes e interfaces no campo da saúde”. Ianni Régia Scarcelli, (2016) e no livro ‘Hacia una Psicología Social histórica. Cartografías críticas’. Gregorio Esteban Kazi (2006).

condições de possibilidade de superá-los procurando uma atualização da epistemologia convergente.

As práxis se baseiam na unificação contínua e modificante do prático e do conceitual a partir da ratificação e retificação decorrentes da dialética como método de análise que nos guia para a ação. Tal articulação interpela os saberes constituídos e muitas vezes impostos de variados modos e distintos procedimentos (Pichon-Rivière, 1985, p.150). Aplicar os próprios critérios do autor para superar as antinomias, estereotípias e ambiguidades que sua própria obra coloca é uma trilha a ser criada nas intensificações do ECRO pichoniano. Neste momento colocaremos uma reflexão pichoniana para apoiar nossa proposta:

“Todo ato de conhecimento enriquece o esquema conceitual, referencial e operativo, que se realimenta e mantém flexível o plástico (não estereotipado). Este aspecto é observado através de processos de ratificação de condutas o de retificação de atitudes estereotipadas (ou distorcidas), mantidas em vigência como guardiões de determinadas ideologias ou instituições. Ao funcionar ditas ideologias de um modo mais ou menos inconsciente, se constituem barreiras que impedem a irrupção de novas soluções em forma de emergentes com características de descobertas ou invenções” (Pichon-Rivière, 1985, p.115).

Devemos sublinhar que o conhecimento, se este alude a um “enriquecimento”, emerge de sua usina fundante: a ação criativa do sujeito sobre os mundos. Mas não podemos desdenhar os efeitos de variadas ações do mundo “Uno” sobre esse mesmo sujeito que assim como pode agenciar certos territórios de flexibilidade, a partir da aprendizagem dialética, também é recuperado em circuitos de estereotípias. Esta pode ser quebrada pela ratificação dos “círculos abertos” de dizeres, sentires, fazeres e pensares que se encontram em relação dinâmica e não fechada com a realidade como complexidade não totalizável no Uno. Intensificar esses aspectos do Ecro dialético supõe também “retificar”, nos processos disparados entre críticas e

autocríticas (Pichon-Rivière, 1985, p.150) decorrentes da relação dinâmica teoria-prática, os elementos de nossas matrizes de aprendizagem que nos constituem como agentes de conservação do estabelecido ideológica e institucionalmente. Superar tais elementos que nos escoram na reprodução teórico-prática do ser Uno/mundo Uno-binário significa produzir conhecimentos e ações inventivas que, por ser criativas, não replicam as antinomias que pretendemos dialetizar.

Enrique Pichon Rivière propõe círculos abertos que são construídos a partir das teorias confrontadas de modo contínuo com as práticas. Tal proposta básica instala uma modalidade de pensar e fazer, de dizer e sentir que demarca multiplicidade de horizontes libertários. Uma tarefa da Psicologia Social, sustentada nas retificações necessárias oferecidas por práticas e ações de emancipação coletiva, é desconstruir e demolir as diversas formas de segregação, violência, humilhação, estigmatização, coisificação e eliminação das vidas dissidentes que se contrapõem àquilo que é decretado como “normalidade”. Este debate é delicado, pois esta última é uma proposta clara na vida e na obra de Enrique Pichon Rivière e que pode ser considerado um dos precursores na América Latina neste sentido.

Tal contextualidade deve ir migrando para uma localização Amefrica Landina (Gonzalez, 1988) que produza ideias-práticas-afeições-estéticas-políticas-modos de relação produtoras de novas humanidades-mundos (Krenak, 2019) que desconstruam a colonialidade do poder (Quijano, 2010)⁶⁵. O fato que estamos discutindo não interpela a obra do criador da Psicologia Social da Práxis, senão que pretende romper com vestígios-fragmentos ideológicos, superar crenças difusas, transcender preconceitos que operam como “obstáculos

⁶⁵ Tomamos aqui a proposta da Lélia Gonzalez da categoria de América Landina como sistema etnogeográfico que é produzido localmente por nós relacionados àqueles que nos precedem ancestralmente e se referindo assim a modelos africanos. Também conversaremos com a proposição colocada pelo Ailton Krenak que, desde cosmovisões dos povos tradicionais e originários, debate e confronta a imposição de um mundo Uno e reivindica multiplicidade de Mundos. Esta tentativa deve se articular a colonização cognitiva debatida por Anibal Quijano como parte indispensável da crítica ao mundo colônia.

epistemológicos” que não são justificáveis pela argumentação de que se trata de “um homem de sua época” como já foi remarcado. Mais difícil é ainda nossa ênfase neste plano se consideramos a solidez e fluidez com que nosso autor trabalha as ideologias como barreira ou véu e como pode ser superado o “índice de ambiguidade” derivado dos processos ideológicos quando sintetiza as propostas de Paul Ferdinand Schilder (Pichon-Rivière, 1985, p.114).

Dentro desta dificuldade também se inscreve a contundência a partir da qual desenvolve sua concepção dos já mencionados obstáculos epistemológicos entrecruzando o materialismo histórico e dialético com os trabalhos de Gastão Bachelard (Pichon-Rivière, 1985, pp76, 199). Em outras palavras: pareceria que estamos negando o rotundo trabalho de Enrique Pichon Rivière nestes tópicos ou levantando uma acusação que apontaria a um discurso que não se encontraria sustentado na prática. Nada mais distante desta última possibilidade. O problema responde, a nosso critério, as questões já levantadas e às linhas de reprodução prático conceitual definidas pelas escolhas de Enrique Pichon Rivière como “fundamentos do Ecro”:

A Psicanálise freudiana e a Kleniana, contribuem na epistemologia convergente aportando elementos de elucidação da constituição dos seres humanos no que se refere ao desenvolvimento do aparelho psíquico. O autor procura com versatilidade realizar movimentos convergentes que demarcam um zig-zag interessante. Por um lado, crítica desde o começo de seu livro a obra freudiana em variados planos (Pichon-Rivière, 1985, p.11), mas por outro incorpora elementos que considera pertinentes dessa obra (Pichon-Rivière, 1985 pp.16, 18) assim como também articula sua concepção dialética a postulados não dialéticos formulados por S. Freud (Pichon-Rivière, 1985, p.21). Esses movimentos prático conceituais podem ser impugnados pelo seu suposto “ecleticismo”, mas isso estaria desconsiderando a crítica frontal do autor de referência a tal posição sendo compreendida por ele como posição antidialética e associada a profissionais que sendo aparentemente “flexíveis e democráticos” se comportam de modo autoritário (Pichon-Rivière, 1985 p.38). Em nosso caso teríamos mais cautela,

atualmente, no momento de realizar essa crítica. Inclusive porque o denominado “Ecleticismo superior” descrito pelo Gregorio Franklin Baremlitt (2003), para definir a obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari parece ser aplicável a obra de Enrique Pichon Rivière. Propomos pensar a crítica deste último ao ecleticismo como uma confrontação a “imposturas” (Pichon-Rivière, 1985, p.34) que indicam a estereotipia decorrente a fixações ao momento da pré- tarefa, e que esses profissionais, para evitar as ansiedades e medos perante o novo suscitado pelas conexões entre aquilo que se encontrava cindido e fragmentado, não produzem complementariedades entre o previamente dissociado e sim “suplementariedades”⁶⁶. O criador da Psicologia Social da Práxis navega entre as águas pulsadas pelo que considera potente das correntes conceituais freudianas procurando demarcar novos arquipélagos (Kazi, 2006) prático conceituais, pois realiza a tentativa de conectá-las com os turbilhões de interrelações multilaterais que são pulsados por diversas áreas do conhecimento rigorosamente articuladas às traves da aplicação do método do materialismo histórico e dialético. Mesmo realizando todos estes apontamentos a questão perdura: o que atravessa a capacidade de nosso autor de detectar os limites que vislumbramos em sua obra? Quais elementos conceituais podem ter permanecido determinando este obstáculo ao ponto de não ser questionado pelas práticas que já poderiam oferecer elementos de ruptura como o caráter branco e falocrático da obra de S. Freud (Guattari, 1985)?

Há um ponto que pode aclarar parcialmente este assunto. Enrique Pichon Rivière, não debate explicitamente o modelo de causação das “patologias” formulado por Sigmund Freud

⁶⁶ As relações entre horizontalidade- verticalidade/interjogo de papéis-estereotipia/lei de complementariedade e suplementariedade podem ser compreendidas na página 159 (Pichon-Rivière, 1985). Esta questão pode ser estudada, a nosso critério, nos “profissionais” que pela via das mídias sociais não produzem bricolagens-complementariedades e sim a junção suplementar de afirmações “radicais” que os confirmam no acúmulo de saber-poder de serem empresários de si no mercado de trocas deflagrado pelo “prestígio” outorgado pelo regime dos “likes” (Han, 2017). Parece que as novas hegemonias mercadológicas são impulsionadas por um modo de pertencimento muitas vezes peculiar: ser parte de um “grupo de seguidores” que aplaudem a espetacularização de discursos “garimpados” - não ‘pinçados’- que estão inflamados, muitas vezes, pela ambiguidade de enunciar aquilo que não se pratica.

em termos de “séries complementares” (Freud, 1916-17/1994). Quando expressamos que não é formulado um debate manifesto nos referimos a um viés específico e que de fato é uma sutileza: Enrique Pichon Rivière reformula as “séries complementares”, mas, por algum motivo não expresso nas discussões sobre sua obra, conserva as noções de “constitucional” e “disposicional” (Pichon-Rivière, 1985, p.18) efetuando reformulações substanciais apoiado, fundamentalmente nos postulados sobre a constituição psíquica desenvolvidos pela Melanie Klein. Sendo assim, “amplia” a doutrina das relações objetais freudianas para propor a noção de “vínculos” (Pichon-Rivière, 1985, p.10). É desejável reconhecer aqui que nos percursos da teorização sobre esta dimensão há rupturas já debatidas, mas correlativamente nos deparamos com este ponto de captura na lógica freudiana.

Nos encontramos, dessa forma, com vários assuntos e devemos nos deter neles com a finalidade de elucidar, parcialmente, o obstáculo que assinalamos, pois desejamos superá-lo. Se lemos atentamente o capítulo “implacável interjogo entre o homem e o mundo” (Pichon-Rivière, 1985, p.169) veremos que não se trata unicamente de uma “ampliação” e sim de uma ruptura com a Psicanálise dogmática. Porém, o autor se coloca, alternadamente, em posições de transformação conceitual assim como também em localizações reformistas que, de fato, “ampliam” certos postulados freudianos. Esta última modalidade é produzida a partir de um estilo interessante: nomeia as categorias freudianas, as explica sinteticamente e efetua uma “fuga” para outras possibilidades explicativas que, inclusive rebatem tacitamente a Psicanálise nas suas versões ortodoxas. Aparecem “fugas” sem haver uma explicação dos fundamentos da ruptura. E tal omissão, a de não aclarar os pontos de quebra epistemológicos, suscita confusões nos leitores assim como pode estar indicando aspectos insuficientemente trabalhados, em certos trechos, por parte do autor e talvez, não elaborados e transformados radicalmente em sua “cosmovisão”. Por um lado, Enrique Pichon Rivière nos oferece variados elementos para avançar na compreensão de emergência do ser/humanidades-em-situação. Destacando-se, entre

tais elementos, que o denominado “exógeno” adquire relevância determinante a respeito do “endógeno” assim como esta dimensão determina dialeticamente e em reciprocidade o “externo”. E isso é realizado, justamente, quando de certo modo reivindica as “séries complementares” de Sigmund Freud atribuindo o problema exclusivamente a “psiquiatras clássicos”⁶⁷ e não a “psicanálise ortodoxa”. Poderíamos conjecturar que ambas as categorias estariam contribuindo nessa reprodução de antinomias, concluindo que aquilo que denominamos “psiquiatras clássicos” (e não “clássicos”, pelo menos em parte) podem ter sido/são psicanalistas ortodoxos e todas as combinações possíveis.

Mas o problema não é unicamente esse, senão também detectar fatores que possivelmente determinam o obstáculo que assinalamos e que opera silenciosamente na obra de Pichon Rivière. Dentro da crítica e adesão coexistentes ao tratamento das “séries complementares” aparecem apontados os fenômenos de “frustração-privação-fixação-regressão libidinal” desenvolvidos por Sigmund Freud (Freud, 1915/1996). Note-se que a conceitualização destes fenômenos remetem a certas noções de corpo, certa concepção da libido, certas maneiras de compreender seu desenvolvimento e evolução, e modos de “saída” do Édipo a partir do complexo de castração que se organiza na equação binária fálico-castrado. A questão da homossexualidade não é compreendida como um agenciamento de corporeidades e entre-corporeidades que interpelam e são emergentes da necessidade de questionar o binarismo falocrático da família burguesa branca, edipiana e reprodutora dos axiomas do colonialismo-capitalismo. Sim, são compreendidos como “pontos de fixação” e, portanto, de “regressão” a “etapas” vinculadas ao “narcisismo” que define certas modalidades (supostamente patológicas) de “eleição de objeto” (Freud, 1923/1924).

⁶⁷ EPR, no livro “Del Psicoanálisis a la Psicología Social Tomo II” (1971) se refere a formação médica, em geral, como “parcial” (p.235) por desconhecer o social, e se pergunta qual será a incidência, no campo atitudinal dos futuros psiquiatras, por se formar a partir de um contacto inicial com seu objeto de estudos a partir de “contatos mortos” (p.247).

Neste ponto podemos dizer que, assim como há uma clara migração das concepções hegemônicas de “normalidade”, há restos da doutrina psicanalítica ortodoxa que se filtram subterraneamente nos pinçamentos pichonianos efetuados sobre a obra do Sigmund Freud⁶⁸. Nesse plano não há uma ruptura com o binarismo heteronormativo por parte de Enrique Pichon Rivière por mais que abra várias *possibilidades* que permitam construir uma Psicologia Social da Práxis que se emancipe dos binarismos instituídos. Essa proposta nos implica no agenciamento de práxias não só de “acolhimento” e “compreensão” das multiplicidades de gênero, mas também de oferecer os âmbitos grupais em que se intensifiquem as lutas e resistências necessárias para transformar o mundo se transformando. Para arribar a essas práticas é desejável compreender que tal linha de invenção de vida multiplicitária é decisivamente sustentada quando e onde é interpelada a normatização. Tal combate ao homogêneo/normal claramente é agenciado nas lutas-práticas que emergem das afirmações de multiplicidade de gêneros sendo que, a nosso critério, a criação de diferenças afirmativas de vida relacional intensifica a heterogeneidade necessária do grupo operativo.

Tais modos de agir-sentir-pensar-dizer-se entre/encorpar não deve ser redutível a nenhum outro funcionamento e muito menos ser modulado por modelos comparativos hétero e cis normativos que devemos não unicamente “elaborar” e sim demolir em uma Psicologia emergente de processos emancipatórios. O herdado por Enrique Pichon Rivière da Psicanálise

⁶⁸ Essa influência, a nosso critério inconsciente-ideológica, é de fato um ponto de alienação que aparece na produção-reprodução do Enrique Pichon Rivière. A relação Édipo-homossexualidade aparece na página 164 do “Processo Grupal” (1985) denotando o limite para compreender esse agenciamento ético-político-intensivo de encontros outros nas suas imanências não familiaristas. Por outro lado, também aparecem os limites de nosso autor quando considera uma “infâmia” ter sido acusado de “consentir a homossexualidade” (Lema, 1993, p.74). Entendemos, neste último exemplo, a indignação do criador da Psicologia Social da Práxis perante a multiplicidade de ataques dos quais era objeto por suas posições-práticas revolucionárias. Porém, também é claro, analisando a terminologia e as expressões em espanhol, que não possuía um posicionamento de confrontar aqueles, não só por agredi-lo senão também porque esses setores suponham que ter qualquer posicionamento não repressivo, moralizador ou patologizante da homossexualidade era motivo de desqualificação e violência. Em outras palavras: promover a homossexualidade, como se isso fosse possível a partir de ser algo assim como um “agente imoral” ou “pedagogo de sexualidades” consideradas “anormais”, é um insulto sobre ele e não sobre quem agencia sua vida fora dos binarismos decretados pela sociedade violenta/exterminadora, justamente das diferenças. Compreenda-se a complexidade deste ponto, que não é irrelevante: Um defensor genuíno das diferenças e opositor prático de todo binarismo reproduz aquilo que está empenhado por desconstruir.

ortodoxa neste ponto delimita a multiplicidade intensiva das vidas em regulações binárias que afirmam o Uno. Alguns “pinçamentos” não chegam a colocar aquilo que é “retirado” da obra de Sigmund Freud em outros platôs que quebrem significações estereotipadas que obstaculizam o trabalho grupal, pois este último é unicamente possível por meio da vivência/experiência do caráter multiplicatório da Vida.

Para aceder a essa compreensão, primariamente devemos partir do princípio que as multiplicidades de gênero já colidem, interpelam, questionam, modificam o Mundo Uno-Binário. Seguindo os trajetos que se abrem partindo desse princípio a criação de táticas-logísticas-estratégias do grupo operativo pichoniano (Pichon-Rivière, 1985, p.154), que não devem interferir em nenhum plano com as composições de Vida que se rebelam e resistem a qualquer modelo de serialização-homogeneização, podem contribuir para que os membros-vínculos, nas afirmações de suas singularidades, criem os projetos práxicos que sintam-pensem ser os mais potentes para continuar com os processos de transformação contínua na espiral dialética (Pichon-Rivière, 1985, p.35). Para abrir tal horizonte da epistemologia convergente e suas práxis o respeito incondicional aos modos de composição da operatividade singular é imprescindível.

As articulações entre micro-política e macro-política, que Enrique Pichon Rivière as compreende como relações de tensão entre infraestrutura e superestrutura que permeiam os grupos como estruturas de mediação entre indivíduo-sociedade, podem esclarecer os obstáculos que estamos problematizando. Nessa linha de análise, que destaca entre cruzamentos das obras de Enrique Pichon Rivière e as de Leon Rozitchner, nos permitiria efetuar avanços na consideração do grupo como território fundamental de produção de transformações não unicamente relativas senão também intensivo-absolutas. Para sustentar esse propósito é indispensável introduzir no debate como o sistema de relações sociais instituídas se “faz carne” em perspectivas não tratadas pelo co-fundador da Associação Psicanalítica Argentina.

Leon Rozitchner efetua considerações necessárias neste ponto⁶⁹:

Até que a teoria psicanalítica não volte a encontrar o fundamento da liberação individual na recuperação de um poder coletivo, que unicamente a organização para lutar a torna eficaz, na medida em que não volte a encontrar como fundamento de toda “cura” a necessidade-não aleatória-de dirigir essa violência que o normal e o doente exercem contra si mesmos agora contra o sistema repressor, até que essa necessidade não apareça como uma necessidade inscrita na essência e no fundamento do “aparelho psíquico”, esse aparelho será, em cada um, uma máquina infernal montada pelo inimigo no que é mais próprio. (Rozitchner, 2013, p.29, tradução e grifo nosso).

As coincidências e interfaces com a obra do Enrique Pichon Rivière são evidentes, mas também nos instam a elucidar continuamente àquilo que se infiltra desse inimigo, mencionado por Rozitchner, em nosso autor de referência e em cada “um” de “nos”. O que aparece como um apontamento da escala macrossocial em Leon Rozitchner, a construção do que seria uma frente de organização de massas que contemple a subjetividade do ser com capacidade revolucionária de transformação, é deslocado pelo Enrique Pichon Rivière para a dimensão micropolítica dos grupos operativos sem desconsiderar os outros níveis de realização das Humanidades transformantes.

Os dois autores partem do particular para enlaçá-lo ao geral, procurando estabelecer uma universalidade em movimento. As obras se potencializam em distintos níveis: seja na crítica a ausência de modelos teóricos que compreendam o estatuto da ação como usina de

⁶⁹ O autor deste trabalho e Leon Rozitchner cultivaram uma amizade de 25 anos. No marco dinâmico desta última partilharam inúmeras trocas, experiências e atividades. Nelas a figura e a obra Pichoniana apareciam de modo constante. A diferença entre ambos, segundo o interlocutor de quem escreve, era o desconhecimento das propostas de Merleau-Ponty, a omissão de uma crítica em relação ao programa filosófico de Louis Althusser, e não ter “radicalizado” a crítica ao estruturalismo francês deixando pouco claro outros sentidos sobre a “estrutura” que aparecem timidamente na proposta pichoniana. Eu apresentava desacordos com parte dessas críticas e Leon Rozitchner supunha que era pelo meu “apego” a esquizoanálise e a reivindicação “romântica” do caráter peripatético de vários aspectos da “transmissão” conceitual e prática do Enrique Pichon Rivière.

transformações, o embate à hipertrofia conceitual em derredor do endógeno que parece sustentar filosofias e psicologias e, como consequência desses planos de debate, a necessidade de repensar suas conexões com o exógeno. Ambos destacam a incompreensão da dialética assim como a necessidade de quebrar linearidades deterministas por meio de questionamentos sobre as totalizações, dentre outras coincidências. Efetuar este entrecruzamento é relevante para dar passos nas direções possíveis para agenciar uma Psicologia Social da Práxis sem vestígios epistêmicos-práticos que levantem obstáculos que se aderem, consciente ou inconscientemente, a procedimentos de reprodução de um modelo de vida que decalca o Uno normalizador.

Sublinhamos que há um ponto que contribuiria com a intensificação do ECRO pichoniano: destacar como as relações de poder, refletidas por outro autor da América Latina, aparecem incrustadas nas relações de imanência do dentro/fora-corpo/máquina psíquica. E como essas relações de poder cristalizadas, que conjuram messianicamente as diferenças, se inscrevem no corpo-aparelho psíquico⁷⁰ reverberando nas reproduções de violência do sujeito sobre si como portador de diferenças que, colocadas no social implicariam processos de mudança.

Nesse ponto o grupo se oferece como âmbito, se tomamos em conta contribuição antes citada, de elaboração da violência sobre si, compreender suas fontes efetivas e criar “projetos de mudança” (Pichon-Rivière, 1985, p.183) que se insurjam e se oponham a destruição das diferenças operadas pelo poder hegemônico. Entretanto assim como tal ódio sobre nós mesmos seria estrutural, pela diferença que encarnamos decorrente das relações que constituímos e nos constituem, em qualquer composição de Vida não binarizada devemos compreendê-la como

⁷⁰ No Superego para este autor, no Ideal do Ego para Neusa Santos, que, dito seja de passo são estratificações do Complexo de Édipo universalizado pela Psicanálise. Esta última apreciação pode ser consultada em “Diálogos” (Deleuze & Parnet, 1998, p. 66).

reprodução das violências sociais reproduzidas sobre si, como dramatização sobre o próprio corpo do espetáculo hegemônico de extermínio das diferenças.

Mas a questão central é que esses agenciamentos inventivos de vida multiplicatória, já são um “modo de organização” de empoderamentos não inscritos nos programas de serialização de existências, só que se encontram isolados pois são desterrados pelos guardiões da ordem. Os grupos operativos devem ser espaços de produção de encontros onde as diferenças não podem ser suprimidas, nem recuperadas por esquemas explicativos tão restringidos quando direta, ou indiretamente, repressores. É indispensável que os grupos abram as passagens do “ilhamento” - “isolamento” (Pichon-Rivière, 1985, p.170) a uma sorte de “arquipielização” das diferenças que funcionem como “continentes” estranhos de novos mundos.

Tal dialetização das diferenças só pode ser operada se consideramos as vidas singulares, não vetorizadas pela heteronormatividade naturalizada, como atualizações de potência que realizam singularidades que não podem, nem devem, ser “avaliadas” por padrões que foram construídos para destruir as multiplicidades humanas. E aludindo ao “poder coletivo” proposto por Leon Rozitchner devemos aprender dos modos de organização dos movimentos de gênero que constroem outras composições e que cumprem papéis essenciais nos processos de transformação social. É impertinente que pretendamos efetuar qualquer consideração a este último tópico neste trabalho. Tais considerações devem ser recebidas a partir das trocas radicalmente horizontais que venhamos realizando com os grupos que sustentam essas lutas imprescindíveis e que criam possibilidades de ser-estar-viver-sentir-se encorpar-pensar-dizer-devir nos agenciamentos Vidas-Multiplicidades. Tal “receber” deve ser um receber-dando/dar recebendo (Kazi, 2006) não mediado por nenhum tipo de hierarquização das relações entre-criadas.

Mas como se fizéssemos uma fita de Moebius, há que avançar na perspectiva de gerar intervenções que imanentizem as micropolíticas grupais que Enrique Pichon propõe,

reformulando seus limites, e as macropolíticas aludidas pelo Leon Rozitchner em modalidades criativas de organização que produzam o “poder coletivo” que re-clama. Quando retomamos a questão das “organizações” também estamos propondo prestar atenção aos “organizadores grupais”. Nesse sentido os “fantasmas grupais” desenvolvidos pelo Didier Anzieu (1993, p.58) são, de fato, um obstáculo para a composição de grupos operativos com capacidade de transformar-se transformando. Este último autor parte da premissa de que o grupo reatualiza angústias de fragmentação do “Eu” desde o momento em que a fase inicial de anonimato grupal coloca o risco de ‘se perder’ nas outras pessoas. O grupo constrói um tipo de “união” que reatualiza a vivência intrauterina onde a grupalidade é um corpo e cada participante um “membro”.

Para criar tal ilusão o grupo retira a libido da realidade exterior e a religa na grupalidade sendo desse modo um momento constitucional de investimento narcisista que seguiria o modelo do processo onírico freudiano. A pergunta seria como passar da ilusão à realidade considerando assim o grupo como mediador dessas passagens. Mas se o modelo é o do corpo proposto pelo Sigmund Freud o grupo deve se configurar, a partir de seus processos, como corpo que se ajusta a um modelo de organização específica e universalizada: um corpo erótico vetorizado nas métricas derivadas da equação fálico-castrado. Isso significaria também a subsistência de um corpo relacional, que se instrumenta finalmente em relação a realidade, mas que não questiona os modos de organizar um organismo situacional nos termos prescritos como forma aceita de organização corporal⁷¹.

⁷¹ As contribuições de Laing (1960) contribuem para avançar em nossas reflexões. Nos resulta enriquecedor o trabalho por Marcus Vinicius Oliveira Santos, quando reflete sobre os modos em como as visões sobre a humanidade se distinguem também por uma diferenciação que contém um polo que devemos desconstruir. “Dito isso, cumpre ressaltar que a primeira contribuição de Laing (1960) no trabalho em apreço versa sobre a importância de tratar o paciente como pessoa. O autor asseverou que uma concepção do homem como pessoa difere radicalmente de outra na qual o homem é visto como organismo. No primeiro caso, o homem é visto como responsável, capaz de fazer escolhas, em linhas gerais, como um agente autônomo. No segundo, não há lugar para desejos, temores ou esperanças. Considerado como um organismo, o homem não pode ser mais que um complexo de coisas, de its, descrito a partir de uma tendência a despersonalizar ou objetivar as pessoas.” (Santos, 2018, p.92).

Como propõem Deleuze e Guattari, seria importante distinguir “organismo” de “órgão”, pois o problema do corpo, a partir do qual agimos em mundos, é como este é im-potencializado pelos ajustes a formas de organização métrico-extensas-binarizadas. Órgãos organizados em corpos cheios de “lógica” que reproduzem organismos ou adaptados passivamente a realidade ou reprodutivos das exigências do regime de recuperação e controle da Vida. O “organismo”, como estrutura reprodutora de relações fixas, que se aloca no fisiológico-anatômico racionalizado e “peneirado” pelas axiomáticas do Capital e Edipiana, subordinando as potências dos “órgãos” em “zonas erógenas” definidas, sendo exaltadas as genitais-diferença sexual anatômica, é o corpo da não potência e da inação.

Convocamos a Gilles Deleuze e Félix Guattari para nosso debate:

Percebemos pouco a pouco que o CsO não é de modo algum o contrário dos órgãos. Seus inimigos não são os órgãos. O inimigo é o organismo. O CsO não se opõe aos órgãos, *mas a essa organização dos órgãos que se chama organismo.* (Deleuze & Guattari, 1996, p19.)

Neste momento podemos esclarecer, preliminarmente, que o corpo sem órgãos (CsO) é o agenciamento singular-multiplicatório de corpos intensivos, que não funcionam nos polos e planos de organização métrica que reproduzem organismos “tristes”, “reprodutivos”, “antiprodutivos” e, sim, funcionam impulsionados pela produção desejante do novo.

Aceitando o grande valor da obra do Didier Anzieu (1993), que reorientou nossas práticas grupais no começo de nossos trabalhos, devemos dizer que hoje a compreendemos não unicamente como instrumental conceitual para compreender a relação psíquico individual-formações psíquicas grupais, senão também como ferramenta de compreensão daquilo que aparece como emergente da reprodução de corpos normatizados e serializados hegemonicamente nos grupos como campos recuperados pelo Uno e que nos instam a

reproduzir os estabelecidos. Nesse ponto as organizações grupais devem ser, em certo sentido, âmbitos de des-organização das corporeidades encarceradas nos binarismos-dilemas que definem os obstáculos para suportar o processo de “se extraviar”, “se perder”, inclusive a capacidade de interpelar o “Eu normal” que, a rigor, é uma sedimentação do modo exigido de “ser” e se ‘encorpar’ da hegemonia. Esta última “desterra”, fragmenta os corpos-vidas em diásporas e exílios, para “incluir” os corpos dissidentes no Mundo Uno que é a ilusão a-terra-dora que também perpetua os interesses dos estamentos de poder violento. Des/terram e a-terram, em/terram com imposições existenciais que nada tem a ver com os modos singulares de se aterrar como forma singular de se relacionar com a terra-mundos contra hegemônicos.

O importante de ser destacado aqui é que se o grupo funciona como espaço que se funda pela afirmação de diferenças e não pela sua diluição inicial. As ansiedades perante a “fragmentação” teriam novos sentidos. Tais intensidades, expressas como ansiedades perante a fragmentação, podem ser entendidas como o terror que emerge perante a reatualização dos modos violentos de organizar os “fragmentos” por parte do opressor. Nesse caso as parcialidades são elevadas a categoria de totalidades fechadas sendo significadas pelos esquemas de significação dominante.

Há um fenômeno a ser considerado: quando estamos nos constituindo a ação repressiva do opressor (que pode ser um membro da família, reproduzidor dos modos hegemônicos de relação), ingressa em nosso “dentro” como expropriação das singularidades que nos percorrem. Para Enrique Pichon-Rivière estes processos já são operados desde a vida intrauterina quando se compõe o proto-esquema corporal atravessado pela situação-contexto do corpo materno em relação, dentre outros fatores dos processos sociais⁷² (Pichon-Rivière, 1985b, p.106). As ansiedades deflagram-se perante a “fragmentação” ou são decorrentes da imposição feroz de

⁷² Este tópico deverá ser retomado, em diferença, pela complexidade que porta, em distintos momentos do presente trabalho.

um molde-Uno que retrai as singularidades de composição potencial para um Ser-Universalizado e organizado pelos operadores- organizadores hegemônicos? O problema fundamental seria a “fragmentação” ou os modos com que são impedidas e atacadas as formas de organização singulares-aberrantes que se desviam da formatação de organismos que obedecem ao Uno-Totalidade fechada? Não será essa a dimensão que aponta Leon Rozitchner quando nos alerta sobre uma “máquina infernal” que o ‘inimigo’ incrusta no mais “próprio”?

O corpo, sua aparição no mundo como diferença composta por conexões criativas de diferenças, pulsadas pelas infinitas possibilidades oferecidas pelos órgãos que emitem intensidades puras não hierquizadas, fluxos não organizados, é sem dúvida para nós, alienado a um uno estereotipado do qual os regimes de relação impostos extraem potência para convertê-la em inércia reprodutiva do Igual. Por outro lado, devemos intensificar aspectos que se encontram mencionados, mas não desenvolvidos nas propostas pichonianas.

Assim como no criador da Psicologia social da Práxis, aparece a compreensão dos conflitos culturais (Pichon-Rivière, 1985, p.07), e, Leon Rozitchner (2013) há uma proposta de problematização da colonização. Nessa tentativa estabelece um campo de debate necessário: nos propõe pensar a colonização como processo de dominação e alienação sociocultural articulada a modos de recuperação do psíquico na lógica do dominador-colonizador-colonização. Esse ponto crucial delimita aquilo que funciona como um paradoxo em Leon Rozitchner: por um lado abre linhas de articulação potentes com a obra de S. Freud que contribuem na abertura de campos de visibilidade sobre os mecanismos de alienação daquilo do mais próprio no alheio Uno-Totalidade imutável, delimitado por fissuras, rupturas, fragmentações, proximidades, distancias nas relações dentro- fora/fora no dentro/dentro no fora.

Aparecem campos de articulações inusitadas por meio dos quais se abrem as elucidaciones de camadas de colonização. Estas reflexões conversam, a nosso critério, com a noção de

“adaptação passiva a realidade” do Enrique Pichon Rivière (1985 p. 73), assim como com os desenvolvimentos de Aníbal Quijano (1992) sobre as relações entre Imperialismo e Colonialismo. Este último autor nos aponta que a consolidação do Imperialismo é resultado da sofisticação do Colonialismo ao internalizar aquilo que estava posto como relação hierárquica externa pela utilização de parâmetros de classe social e/ou étnica de modo pretensamente científico produzindo discriminações raciais étnicas, antropológicas, nacionais. É desejável, como já apontamos, que a inclusão das multiplicidades de gênero deve ser tão relevante como as remarcadas pelos autores que acabamos de convocar.

Neste horizonte também encontramos apoio nas produções de Marie Langer, (1989), que lançam advertências sobre as composições epistêmicas derivadas dos processos decorrentes da dependência- “semicolonialidade” - neocolonialidade”. É importante sublinhar que no livro citado a autora, uma das precursoras da Psicanálise na América Latina, cofundadora da primeira Sociedade dessa abordagem junto a Enrique Pichon Rivière consegue, pela via do feminismo, romper com obstáculos fundamentais apresentados por Sigmund Freud:

Sé, y sabía, que la liberación de la mujer *se da solamente en una sociedad liberada*. Pero la línea de mi trabajo acaba, por lo menos sin que me diera demasiada cuenta en ese entonces, *el concepto más ideologizado de Freud: su idea de una familia patriarcal, ahistórica e inamovible* (Langer, 1989, p.106, grifo e tradução nosso)

Em outro momento, após debater que o único aspecto revolucionário da obra de W. Reich e a que se refere a psicologia das massas e o fascismo, aponta: “Y, según Reich —y ahí le creo totalmente—, ir contra la familia patriarcal es prevenir contra el fascismo; además, y simultáneamente, es prevenir contra la neurosis” (Langer, 1989, p.117)

Os enunciados são claros. Podemos inferir deles que a defesa da família patriarcal constitui uma defesa ou uma manutenção das diversas maneiras de expressão do fascismo, sendo

a supressão de agenciamentos corporais-entrecorporais dissidentes uma de suas tautologias. Destacamos que Mimi Langer compõe movimentos reflexivos sobre a necessidade de avançar na construção da interseccionalidade, embora não esteja enunciada desse modo (Langer, 1989, p.118).

Todos estes elementos constituem pontos de partida para retirar a Psicologia Social da Práxis dos limites evidentes de heranças-legados recebidos da Psicanálise ortodoxa e inquestionados até este momento em nossos trabalhos.

Em outro ciclo da espiral dialética destas reflexões podemos destacar que L. Rozitchner efetua uma crítica versátil as recuperações do individualismo burguês e propõe que o sujeito é portador de “verdade histórica” (Rozitchner, 2013, p.29), estabelecendo vizinhanças conceituais com Pichon Rivière (1985, p.234). A assunção dessa dimensão de verdade histórica é um dos caminhos de raspagem da “máquina infernal” visto que isto implicaria assumir aquilo que o autor atribui como o descobrimento mais fértil de Sigmund Freud:

Y hasta tanto no lo haga así, la teoría psicoanalítica será sólo una ideología que se detiene, temerosa, en el umbral de su descubrimiento más fecundo: el descubrimiento de la lucha de clases incluida en la subjetividad del hombre como núcleo de su existencia más individual, y que, por la forma que le impuso el individualismo burgués, ignora de sí mismo” (Rozitchner, 2013 p.29 p.30)

Não é lugar para debater este ponto, mas devemos aclarar que não partilhamos do otimismo do autor citado, entretanto compreendemos que indagar os modos de assimilação da potência singular, por parte do homogêneo, nas instancias mais íntimas é indis/pensável. Leon Rozitchner assume com rigor essa tarefa e a logra ao tempo em que declara seus limites tácitos. Dentre outros motivos podemos citar que nesse momento da obra a invocação de uma psicanálise revolucionária o leva a convocar aspectos dessa doutrina que, como em Enrique

Pichon Rivière, o levam a velejar em oceanos estratificados. Me permitirei uma metáfora que provavelmente esclareça o processo de produção-reprodução conceitual admitindo a complexidade renovada deste debate.

Os dois autores, se os articulamos, distinguem de modo contundente a possibilidade de realizar novas conexões que superem binarismos decorrentes da racionalidade eurocêntrica (Quijano, 1992, p.07). Realizam esse trabalho em variados platôs elaborando de diversas formas o colonialismo e avançam em modos incipientes de construir perspectivas decoloniais na e da América Latina sem recusar a inclusão do papel central, nas reproduções de sofrimento, da sociedade capitalista-patriarcal.

Mas também se torna notável como há um “núcleo duro”, resistente a uma interpelação radical pela via da práxis que impede considerar a multiplicidade de gêneros como afirmação de diferenças pulsada pela vontade de potência NIETZSCHE, F. W. *Assim falou Zaratustra* Tradução de Mário da Silva. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003). Neste livro decisivo na compreensão luta de classes-aparelho psíquico o autor encalha, na noção de “libido homossexual”, ainda conseguindo elucidar os diversos modos de entender distintas qualidades da libido como energias que são forças indispensáveis no agenciamento de processos de transformação. A força centrípeta desta categorização freudiana parece ser uma ancoragem intransponível quando aparecem reproduções de corpos docilizados ainda se tratando de obras-práxis que procuram intensamente movimentos revolucionários. Entretanto⁷³ no livro “Freud y el problema del poder” (Rozitchner, 1987) aparece uma perspectiva que debate a *estrutura* subjetiva considerada como modo de recuperar racionalmente o corpo e as pulsões sob o império da forma social. Nessa fase de suas reflexões, o autor considera que o equipamento psíquico replicaria reproduções sobre o corpo formatando-o em termos de adaptação ao

⁷³ Nesta releitura da obra de meu amigo Leon Rozitchner as provocações que o Doutor Fábio Henrique Martins, do Observatório Indigenista, resultaram cruciais e enriquecedoras.

estabelecido, disciplinando-o por meio de processos sócio-históricos de dominação. Essa abertura, ainda encontrando sustentação nos denominados “textos sociais de Freud” articulados a outras propostas, o levam a compreender, em este último trabalho, dimensões que estimamos muito importantes para a atualização da Psicologia Social Pichoniana.

Acedendo a estas propostas e a aquelas que se referem à análise das ideologias referidas pelo enrique Pichon Rivière, os grupos operativos podem contribuir a recompreender as relações e interações em termos reprodução de estratovincularidades: em certas camadas as corporeidades se encontram recuperadas pelas corporificações-estátuas-coisificadas como “cópia” do organismo dócil que se organiza reproduzindo as relações de saber-poder-submissão. Em outras camadas, aparece a potência inventiva de agenciamento de corpos dissidentes que se organizam-desorganizando os ordenamentos disciplinares montados sobre nós-entre/nós.

Referindo-nos às dimensões complexas de produção de singularidades-multiplicidades de gênero não considerados como “desvios patológicos”, devemos avançar na produção prático-conceitual que gere uma demolição de qualquer antinomia que pretenda normatizar o agenciamento de “movimentos aberrantes” pois, assim como David Lapoujade (2015) as consideramos os modos mais potentes de ser-devir-existir. Podemos sim considerá-los “desvios criadores”⁷⁴ de novas afirmações ontológicas que, como toda afirmação singular de potência, criam conexões-relações com as composições de ser-estar no mundo prévias. O problema básico aparece quando um modo de “Ser” se propõe como modelo universal de funcionamento.

⁷⁴ Gregorio F. Baremlitt, retomando argumentações de Gilles Deleuze e Félix Guattari, destacava as duas acepções etimológicas da palavra “Clínica”: Clinos que remete a “posição quieta e recostada” e Clinamen ou Klinamen que refere ao ‘desvio criador’ de partículas atômicas descrita por Demócrito e Lucrécio. Estes desvios criadores “romperiam” a queda organizada e sequenciada mecanicamente dos átomos produzindo assim novas conexões e a composição de novas realidades. O autor citado salientava que era evidente como a primeira acepção impregnava a maioria das doutrinas e práticas da Psicologia sendo necessária a invenção de “práticas nômades”, em movimento, que não unicamente ‘compreendam e acolham’ cada ‘desvio criador’ senão que os multipliquem e intensifiquem. Este discípulo de Enrique Pichon Rivière, que tomou outros caminhos inventando o esquizodrama é, sem dúvidas, um dos mais destacados intelectuais e militantes que criticam as distintas imposições do “Uno” e propõem variedade de dispositivos de produção de vida singular-multiplicitária.

A partir da definição métrica de seus atributos, supostamente articulados a alguma “essência metafísica” e transcendental, são “detectados” os “seres” que não se ajustam a tal padronização imóvel sendo desqualificados, violentados e massacrados por serem uma “monstruosidade” em relação a um padrão próximo a “pureza”. Um dos problemas deste trabalho está dado pelas questões derivadas da aplicação da lógica formal e do racionalismo (Pichon-Rivière, 1985) que o próprio fundador da Psicologia Social da Práxis reconhece como “grande obstáculo epistemológico” (Pichon-Rivière, 1985, p.200). Entretanto, destacamos que mesmo procurando efetuar linhas de fuga respeito as universalizações abstratas subsidiárias ao “Uno”, que fumiga o outro-diferente se disseminando e corroendo as alteridades, neste ponto, nosso autor não consegue seu propósito⁷⁵. Outra possibilidade de entender a aparição de um preconceito, derivado de ‘visões de mundo’ hegemônicas, é a de destacar que o materialismo histórico dialético, mesmo sendo o fundamento de procura permanente de pensamentos-práticas em movimento que nunca estabelecem “Totalidades fechadas”, não foge da lógica representacional-racional. Ainda que proponha uma modificação continua entre teoria e prática e das representações móveis que a formalizam abrindo a possibilidade de postular expressões diversas da racionalidade, esta parece subsistir também em certos pontos de “quietude”⁷⁶. Esses pontos, que podemos chamar de “buracos negros” (Deleuze & Guattari, 1999, p.42) impedem a composição de racionalidades múltiplas ou multiplicitárias. O pensamento multiplicitário é

⁷⁵ Nosso apontamento pode ser plenamente sustentado na leitura do livro “Psicanálise do Conde de Lautréamont” (Pichon-Rivière, 1992), procurando detectar o papel atribuído a “homossexualidade” na vida-obra do genial precursor-antecipador do Surrealismo. Reconhecemos o imenso esforço efetuado pelo Enrique Pichon Rivière na elucidação dos processos de Produção de Isidore Ducasse sendo destacadas as referidas a noção do “sinistro” e do “maravilhoso”. Mas, mesmo sendo um livro cuja publicação é pelo menos polêmica, não podemos deixar de menciona-lo para uma compreensão integral das reflexões do criador da Psicologia Social da Práxis. As criticáveis considerações apontadas, também aparecem no livro “Del Psiconálisis a la Psicologia Social. Tomo II” (1971, p.17).

⁷⁶ Em outro lugar, em “Hacia una Psicología Social Histórica, cartografías críticas” (2006), trabalhei a questão das quietudes e das inquietudes derivadas de modos de ser-estar-existir considerando multiplicidade de fenômenos e determinações sócio-históricas. Parti da análise do imperativo da quietude relacionada aos modelos adaptacionais das hegemonias políticas e seus saberes, discursos e práticas de repressão das in-quietudes. Um dos níveis de análise destacava que “inquietude” se relaciona a capacidade de perguntar e apontava a diversidade de mecanismos de oclusão das indagações críticas. Desejo salientar que essas reflexões foram incentivadas e possibilitadas pelas trocas e encontros com as Professoras Maria Inês Assumpção Fernandes e Ianni Régia Scarcelli.

interditado em interseções métricas da lógica formal recuperando-o no binarismo Uno-Diferente ou, se há quebras relativas respeito das totalidades fechadas, assimilando-as a antinomia Uno-Múltiplo. Aparecem assim novas antinomias-dilemas ou contradições não problematizadas que podem erguer novos obstáculos a serem confrontados.

Esses limites configuram novos obstáculos epistemológicos e epistemofílicos que, na visão do criador da Psicologia Social da Práxis, se constroem por omitir as relações dialéticas dos elementos que analisamos e, portanto, negam as contradições que motorizam os movimentos e intercâmbios que se geram entre eles.

Considerando os limites da práxis pichoniana, neste ponto que se refere a um dos segmentos da interseccionalidade e que deveria ser debatida para intensificar a miríade da Psicologia Social da Práxis, propomos repensar algumas noções poucas vezes problematizadas. Ainda compreendendo o valor da proposta de mútuas representações (Pichon-Riviére, 1985, p.209) devemos indagar até que ponto a mútua representação não deveria ser um ponto de chegada e não um ponto de partida para estabelecer as bases dos vínculos grupais. Esta inquietude surge da preocupação sobre os modos de reconhecimento estabelecidos macropoliticamente e a sua derivação a dimensões micro e infrapolíticas⁷⁷.

Por um lado, é decisivo reivindicar um mútuo reconhecimento no sentido de produzir interações, trocas, intercâmbios, encontros não enrijecidos a partir das ternuras, das amorosidades, desejos que atualizem desde adaptações ativas a realidade até o agenciamento de co-existências de singularidades-multiplicidades. Para avançar na elaboração criativa de conceitos que dessem conta das operações simbólicas que possibilitam advir do bebê humano em termos relacionais, Rodolfo & Rodolfo (1986) citavam Henri Michaux (1899-1984) quando proclamou: “Amar é dar espaço”. Coincidimos parcialmente com tal afirmação, assim como

⁷⁷ Consideramos este assunto extremamente delicado e, nesse sentido, iremos a problematizá-lo em diversos momentos de nosso trabalho.

destacamos a importância da obra e da prática clínico-conceitual dos autores⁷⁸. A partir do trabalho efetuado por esses autores propomos que a amorosidade, na prática da Psicologia Social da Práxis, esteja entendida e praticada como as potências e afetos que se atualizam em um encontro e que nos retiram dos espaços-estares que configuram, parcialmente, nossas estereotípias. Nesse horizonte o amor implicaria a co-criação de novos espaços que acionam múltiplas possibilidades de devir outros, assim como gestar afirmações ontológicas-identidades dinâmicas quando estas foram impedidas pelas violências estruturais de nossas sociedades. Não negamos o valor da amorosidade parental e a necessidade de amparo e sustentação por parte do bebê e sim nos perguntamos até que ponto essas operações não são recuperadas hegemonicamente para definir relações assimétricas e de subordinação entre quem tem-dá e quem não tem-recebe afirmando a equação estanque ativo-passivo⁷⁹.

⁷⁸ Nos permitimos esta declaração por ter partilhado diversas atividades com o Professor Ricardo Rodolfo, quem também, generosamente, partilhava suas experiências e reflexões nos congressos de Saúde Mental e Direitos Humanos que organizamos durante 9 anos. Assim como podemos testemunhar a potência ético-político-amorosa de suas intervenções clínicas.

⁷⁹ Trabalhamos este e outros pontos no texto “Subjetividad y aparato psíquico: acerca de quietudes e inquietudes” (Kazi & Pellegrini, 2003).

Outra deriva: A psicologia Social da Práxis e o problema da representação e o reconhecimento.

A nosso critério as representações mútuas (Kazi, 2006) devem ser compreendidas como sedimentações de regimes de afetações que se deflagram nos encontros entre humanidades-seres. A questão central é debater também de que representações se trata. Se compreendêssemos o aparelho psíquico vincular configurado por napas, estamentos, placas, mas também de platôs interligados, as representações, como estabelecimento de perímetros que circunscrevem limites específicos de acordo ao lócus em que se assentam, se inscreveriam nos níveis conscientes e inconscientes. As polêmicas de Enrique Pichon Rivière com a Psicanálise e o que nomeia como “doutrina instintivista” o levam a se deslocar das representações de palavra-representações de coisa freudianas para outros modos de concebê-las. De outro modo, o criador da Psicologia social da Práxis reingressaria a “doutrina instintivista” desde o momento em que as representações se inscreveriam seguindo os percursos libidinais enlaçados ao desenvolvimento intrapsíquico motorizado pela correlação desejo-falta/modelos objetais e as já mencionadas relações objetais⁸⁰.

As representações seriam aqui inscrições psíquicas decorrentes das relações múltiplas sujeito-mundo, sendo assim como decantados “internos” de processos internos-externos e motorizados/motivados pelas necessidades das humanidades e seus modos de satisfação sócio-histórica e concretamente determinadas. Também podemos pensá-las, nesta doutrina⁸¹ como a

⁸⁰ Com o desejo de aprofundar as contribuições a partir das quais compreender e intensificar o ECRO pichoniano destacamos outro trecho de sua produção conceitual: “La teoría de la relación de objeto del psicoanálisis es pobre al lado de la teoría del vínculo. La teoría de la relación de objeto sólo tiene una dirección, mientras la teoría del vínculo señala relaciones múltiples, es un desarrollo psicosocial de las relaciones de objetos que hace comprensible la vida en grupo” (Pichon-Rivière, 1985b., p. 114). As relações de objeto serão, então, definidas multilateralmente e nas instâncias psicossociais onde se agenciam as relações intersubjetivas.

⁸¹ As considerações de René Kaës sobre a transferência-trabalho grupal, que aparecem elaboradas de modo profundo em um artigo de Maria Inês Assumpção Fernandes e Domenico Hur (2022) nos leva a compreender que se o que se transfere nos grupos, de forma repartida-difratada e interconectada, são as conexões dos objetos

demarcação de fronteiras não estáticas dos afetos que se atualizam no encontro com os elementos do mundo que são pulsados pela satisfação-insatisfação das necessidades. O necessário não se restringe a aquilo que iria a satisfazer as necessidades, senão também ao campo das relações-vínculos com outros-realidades sem os quais não haveria Vidas Humanas.

Se esses vínculos se restringissem a “representação mútua”, aos campos representacionais recíprocos que demarcam o “outro em mim” e “eu no outro”, compreendendo que aquilo que se inscreve *se relaciona unicamente* ao já inscrito representacionalmente, corremos o risco de cercar o processo no polo reprodutor do prévio, do anterior. Re-presentar e re-conhecer, funções sem dúvidas importantes na atribuição de continuidades perante a descontinuidade radical das relações seres-devires-realidades, podem cercar as capacidades de transformar-se transformando. Esta capacidade depende também de experimentar a presença do outro como alteridade radical respeito das representações-articulações que povoam o aparelho psíquico⁸². A atualização da Psicologia Social da Práxis deve indagar a formação de ideologias, agenciamento do (s) imaginários sociais (não necessariamente coletivos), configurações vinculares e, portanto, a composição de representações ligadas a subordinação do feminino à sua biologia-reprodução-divisão sexual do trabalho que definem papéis sociais-familiares submetidos ao patriarcado-capitalismo de sociedades racistas. Isso, que deveria

inconscientes. O decisivo não seria senão se atentar, nos distintos momentos grupais, *aos enlaces pluritoplógicos possibilitados por regimes de conexão-associação* compreendendo também os fatores que os obstaculizam. São consideradas as derivas deste processo de ligar com uma ênfase na lógica da negatividade: os recalques relacionados as alianças inconscientes, seja através dos pactos denegativos e/ou os pactos narcísicos. Também é demarcável o desafio para a produção de uma epistemologia crítica que embase as práxis grupais considerar as “inscrições psíquicas não representadas” assim como a configuração transferencial que os autores do artigo sintetizam com uma citação de René Kaës: “aquela que transporta “a matéria psíquica informe e carregada de energia de ligação e de desligamento” (Kaës, 2015, p. 169), como os objetos brutos, arcaicos ou fusionais.

⁸² Enrique Pichon-Rivière, no Livro “Teoria del Vínculo” (1985) parece destacar o regime de coincidências entre representações-objetos-papéis enfatizando assim, deliberadamente ou não, o regime de continuidades multilaterais sujeito-mundo. Isso está definido pelo apoio que encontra na obra de George Herbert Mead (1863-1931) e o interacionismo simbólico para problematizar com a psicanálise freudiana. Isto constitui outro ponto polêmico, relativamente complexo, pois pode sugerir que o apontamento do contínuo seria contraditório respeito das transformações que implicam a ruptura do regular. Em primeiro lugar as regularidades incluem variações relativas. Em segundo lugar o “salto da quantidade a uma nova qualidade”, como princípio da dialética, supõe processos de continuidade onde o acúmulo de diferenças, naquilo que coincide não totalmente e sim complementarmente, produziria uma ruptura transformadora e uma nova sínteses.

indagar assimetrias, violências, estratificações, humilhações, espoliações dos homens sobre as mulheres, exige retirar da biologia-naturalidade-individualidade as sexualidades e inseri-las nos circuitos do sistema sexo-gênero como produção sócio-histórica propostos pela Gayle Rubin (1993). Para tal labor é necessário problematizar algumas questões que foram sendo instaladas em diversos percursos da obra da autora citada.

Nesse sentido devemos debater a essencialização da relação entre sexo e reprodução que dilui as diferenças entre sexualidade e gênero. Isto significa, primariamente, desterrar as naturalizações e realizar as passagens do biológico aos modos de produção social dos corpos compreendendo que estes são recuperados como campo de batalha das relações de poder disciplinar-patriarcal-capitalista-racista. Estas categorias dariam novos contornos para pensar os seres em situação-contexto assim como fonte principal da irradiação de modos estereotipados de assignar-impor papéis. Desconstruir as ligaduras fixas, histórica-política e economicamente entre binarismo heteronormativo e suas hierarquizações, que sustentam os esquemas de referência emergentes de grupos primários patriarcais contribui para colocar a Psicologia Social da Práxis perante novos desafios.

Em outro sentido é desejável compreender o gênero como pluralidade de procedimentos, processos, posições e disposições através dos quais a estrutura social muta a sexualidade biológica em agenciamentos da vida humana que satisfazem “necessidades humanas transformadas”⁸³.

Esta visão oferece a consistência básica que outorgaria novas perspectivas ao ECRO pichoniano rompendo as barreiras ideológicas, intuitivistas, biologistas e dilemáticas que o próprio Enrique Pichon Rivière se propôs.

⁸³ Estas reflexões se baseiam no trabalho de Teresita de Barbieri sobre a obra de Gayle Rubin em “Sobre la categoria de genero, Uma Introducción teórica metodológica.” (1993).

Outro ciclo da espiral dialética sobre o mútuo estranhamento e as representações recíprocas

O trabalho até aqui requer repensar nossas formulações sobre as mútuas representações e mútuo estranhamento. Desejamos retomá-las em outros platôs com o intuito de gerar conexões com os debates sobre a colonialidade e o “sistema mundo” que lhe corresponde.

A proposta de repensar as representações mútuas como momento inicial dos vínculos propostos por Enrique Pichon Rivière, assumindo a crítica às representações Uno derivadas da racionalidade Única, deve ser complementada por reflexões em derredor do mútuo estranhamento.

Como debatido previamente, o estranhamento deve ser mútuo e coexistente, pois de outro modo quem se fixa a si mesmo para reconhecer o outro desde seu Ego in-co-movido, ou inclusive desde sua “própria dinâmica”, tende a se entregar as forças mudas que silenciam a singularidade do outro. O agora da recusa da alteridade se interliga a diversas formas de consumação diferencial, em distintos momentos históricos e diversos modos de organização econômico-social-cultural, da rejeição da outreidade. Essas forças, estratificadas nos mecanismos de conquista e colonização de mundos-territórios-outros, são instrumentalizadas através de extermínios, variadas manifestações de violência, supressão das diferenças, humilhação dos diferentes, exploração de suas intensidades retraídas para a reprodução das estruturas-mundos do detentor de poder-oprimir, alienações múltiplas a homogeneidades arbitrárias que pretendem assimilar o heterogêneo, modulá-lo, vetorizá-lo, conduzi-lo e, eventualmente eliminá-lo. Forças que se organizam na coesão totalitária de um modelo de existência universalizado que destrói o amago descentralizado das multiplicidades de vidas-mundos-situações estrangulando e afunilando, em uma direção única, as potências singulares que percorrem cada corpo-entre/corpo. A demarcação dessa coesão totalitária, que liquidifica

as variações em uma massa informe reivindicada como o império da individualidade ilusória de nossas sociedades é operada pela lógica formal-racionalidade europeia como *pattern* único onde deveríamos “espelhar-nos”⁸⁴.

O estranhamento mútuo não está dado pela não coincidência do outro respeito dos regimes representacionais e sim pela capacidade de afetar e ser afetado (Deleuze & Guattari, p.40), processo que se agencia nos encontros e alude as relações de imanência entre corpos-paixões que desencadeiam a intensificação ou des-intensificação da potência de agir⁸⁵. Também não se refere, inicialmente, as significações imaginárias e representacionais que se constroem no trabalho subjetivo e intersubjetivo de associar-dissociar localizando características “intrínsecas” do psíquico (Assumpção Fernandes & Hur, 2022). Aponta ao acesso de campos intensivos que nos tiram de territórios fixos nos quais estamos parapeitados de forma estereotipada e, portanto, adaptados passivamente. E tal desterritorialização implica se entregar às entre-afeições consideradas como potência de agenciamento de novos corpos-entrecorpos onde a “tercereidade”, incluída paulatinamente, é a composição de um corpo sem órgãos que funciona como plano de consistência do plano de imanência. O “terceiro excluído” referido pelo Enrique Pichon Rivière se constrói originariamente no grupo primário e alude diferencial e indiretamente aos postulados freudianos que apontam ao Complexo de Édipo. Como discutido nosso autor considera tal complexo como “situação triangular básica” (Pichon, 1985, p.18), representável em diversas figuras geométricas que não pretendem delimitar com precisão

⁸⁴ Na necessidade de construir novas metapsicologias que contemplem o campo grupal nas suas potências reconhecemos no “O aparelho psíquico grupal” de René Kaës. Da mesma maneira os conceitos de “rasgo unário” e “metabolização radical”, ligados as “representações pictográficas”, reformulam a doutrina clássica do Narcisismo e ajudam a repensar o caráter relacional do aparelho psíquico. A nosso critério esse trabalho é indispensável para superar os limites da concepção do “narcisismo das pequenas diferenças” onde o par não antitético amor-ódio no campo das relações apareceria reduzido a mecanismos constitucionais do aparelho psíquico individual. Retomando a problemática endógeno-exógeno na concepção freudiana os mecanismos de poder são retraídos a processos intrapsíquicos.

⁸⁵ Tal abordagem, realizada pelos criadores da Esquizoanálise, remete a um postulado de Baruch de Espinosa: “Por afecções, entendo as afecções do Corpo pelas quais as potências de agir do próprio Corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou entravada, assim como as ideias dessas afecções” (Espinosa, 1983, p.183).

matemática a “floresta” de vínculos que são produzidos em cada grupo. O suporte material e simbólico desta sequência explicativa é oferecido pela relação entre corpos, já que estes são elementos fundamentais dos vínculos. O registro do corporal na concepção freudiana se encontra vetorizado e modulado pelas prerrogativas dos modos hegemônicos de se constituir nos seios familiares contextualizados, por sua vez, em nossas sociedades. A capacidade de dialetizar as cisões que tal vetorização impõe está dada pela integração dialética do fragmentado.

A obra pichoniana oferece pontos de quebra em relação às dissociações que emergem de qualquer doutrina edificada na lógica das representações. Isso se dá por “fugir” das representações objetais e caminhar em direção às noções de vínculo e experiência. Entretanto, a ruptura radical está sustentada na reivindicação do valor da ação que motoriza a experiência. A nosso critério o par ação-experiência alude a capacidade de se desterritorializar e experimentar novas afeições são suscitadas em encontros possíveis entre dois corpos. Experimentar abre acessos ao intensivo que atualiza outras individuações e, portanto, faz emergir composições corporais desajustadas a sua formatação inicial organizada triangularmente.

Seguindo os postulados de Enrique Pichon-Rivière os grupos são instâncias de re-encontros, mas também, de encontros. Os re-encontros apontam ao polo reprodutor das matrizes de aprendizagem que cada membro é portador. Os encontros aludem a criação de novas modalidades vinculares que produzem novos esquemas de referência partilhados.

Isto implicaria uma articulação de momentos grupais que tendemos a colocar nos acorrentamentos do sucessivo e, assim, o fazemos para fins explicativos e argumentativos, mas compreendemos que são coexistentes devendo distinguir índices de incidência pela prevalência de “incidentes” reprodutivos que tensionam os processos para a dimensão da regularidade, ou/e

índices de diferença radical que atualizam potências que nos desregulam respeito de distintos regimes de normatização⁸⁶.

O estranhamento radical é produzido pela atualização de eventos-acontecimentos dos quais surgem individuações-processos de subjetivação que, como tais, emergem de e na criação de entres intensivos que, por definição, abrem fissuras-frestas no Uno-identidade regulada, basicamente pela racionalidade e seus modos de representar e re(a)presentar⁸⁷. Re-presentar é, também, uma delimitação de extensões que “suportem” aquilo que representam, assim como ligam casuisticamente os afetos que lhe “co-respondem”.

Os grupos pichonianos, cujo objetivo também inclui a passagem de esquemas conceituais, referenciais e operativos primários-estereotipados para esquemas secundários transformados-transformadores grupais, constrói novos circuitos que conectam de outros modos o sentir-pensar-fazer-dizer. Um dos propósitos do presente capítulo é compreender que os afetos não devem “responder” as representações sendo domesticadas por estas. Os afetos e as novas representações, assim como as relações dentro-fora devem funcionar em sínteses dialéticas sucessivas e em imanências coexistentes.

O mútuo estranhamento funciona como um vagar “fora de si” que a pulsação de entre-afetos exige para fundar um vínculo onde o re-conhecer representacional não colonize a outreidade com significações extensivas da “própria identidade” nas relações eu-outro. Essa potência da errância que implica o estranhamento, como agenciamento de distâncias respeito

⁸⁶ Se a psicologia social pichoniana é “uma crítica da vida cotidiana” (Pichon-Rivière, 1985) podemos assumir as definições nesse sentido, realizadas por Enrique Pichon Rivière e conectá-las a uma definição proposta por Vladimir Safatle (2020): “Aceita tal perspectiva, poderíamos imaginar que o trabalho da crítica consistiria na exploração sistemática das contradições performativas entre a realidade das ações e as promessas da racionalidade enunciadas por normas intersubjetivamente partilhadas” (grifo nosso).

⁸⁷ Baremlitt em “Introdução a Esquizoanálise” nos oferece uma explicação consistente sobre este ponto: “as individuações resultam do encontro entre complexos de intensidades, multiplicidades e singularidades sintetizadas como corpos, e a emergência, a partir desses encontros, de uma dimensão incorporal dos mesmos, denominada incorporais-sentidos-acontecimentos. [...] As ações e paixões que se exercem ao acaso nos encontros entre corpos e incorporais-sentidos-acontecimentos que deles surgem, assim como as individuações resultantes, não se relacionam como causas e efeitos e não obedecem a leis.”. (Baremlitt, 2003, p.44).

do que somos até então, e intervalos respeito daquilo que o outro é, possibilita também a produção de novos circuitos dos afetos (Safatle, 2020) que abre outros modos de representar e de figurar. A “mútua representação”, imanente ao “mútuo estranhamento”, se fluidificaria impulsionado pelos fluxos intensivos da produção desejante e não replicando o desejo recuperado na lógica da reprodução⁸⁸.

Sendo que estamos gerando uma “hibridificação”, o mais cuidadosa possível, entre o grupo operativo pichoniano e noções da Esquizoanálise, não é insensato colocar renovadamente suas conexões eventuais. Nesses percursos iremos elucidando, na indagação em variadas dimensões sobre o estatuto reprodutor e produtor dos grupos, as possibilidades de intensificar a epistemologia convergente e embasar conceitualmente as práticas que pivotam entre os grupos operativos e a incipiente postulação dos esquizogrupos. Esta distinção e suas relações estão sendo pensadas como diferentes modos de funcionar coexistentes e imanentes entre si. Definir a prevalência de um índice ou outro nos auxilia a visualizar, não unicamente como consideramos o grupo, senão também como os grupos se vivenciam: em termos de adaptação passiva/ativa se percebendo nos polos reprodutivos-antiprodutivos, fazendo emergir regimes variáveis de composição de diferenças relativas, e/ou se experimentando nos polos produtivos de experimentação de diferenças absolutas- multiplicitárias.

⁸⁸ Para acompanhar esta afirmação estimamos ser necessário realizar uma citação formulada pelos criadores da Esquizoanálise: “Mas não será triste precisamente por já não conseguir suportar as forças da edipianização, da hamletização, que o entalam e não o deixam sair? Mais vale fugir para o corpo sem órgãos, encerrar-se nele, fechar-se sobre si mesmo. A alegria é a esquizofrenização como processo, não o esquizo como entidade clínica. “Do processo vocês fizeram um fim... “. Se forçássemos um psicanalista a penetrar nos domínios do inconsciente produtivo, ele - com todo o seu teatro - sentir-se-ia tão deslocado como uma atriz da Comédie-Française numa fábrica, ou um padre medieval numa cadeia de oficinas. Montar unidades de produção, ligar máquinas desejantes: ainda não se sabe o que se passa numa tal fábrica, que processo é este, quais são as suas angústias e glórias, dores e alegrias”. Advertimos que a nosso critério, neste trecho há uma crítica a noção de inconsciente “teatral” edipiano da Psicanálise onde a “representação” é criticada sob variadas perspectivas. Entretanto subiste outra “representação” atravessada de significações reprodutivas-antiprodutivas: por que, necessariamente, uma atriz da Comédie-Française se sentiria deslocada em uma fábrica?.” (Deleuze & Guattari, 2003, p.118). Assim como em Enrique Pichon Rivière, e em todos nós, é desejável questionar as redes representacionais que tracionam nossa capacidade inventiva inquestionável nestes autores, para polos reprodutores de estereótipos e preconceitos variados.

Devemos destacar que o “mútuo estranhamento” não é decorrente de um “Universal-Uno”. Trata-se de compreender a necessidade de afirmação ontológica de todos (as), cujas identidades-seres foram negadas e de desconstruir as vidas recuperadas em identidades-seres reprodutores do modo hegemônico de ser. A partir desse ponto inventar novas formas de existir implica se estranhar das ligações petrificadas entre afetos-representações que regulam nossos modos vinculares e, portanto, nossas identidades. Essa encruzilhada, demarcada pela tensão entre a reprodução e a criação, nos leva a questionar a dimensão vincular com o intuito de vislumbrar as possibilidades e obstáculos para produzir novas composições existenciais.

Pensar na criação de vínculos exige trabalhar renovadamente a questão das corporeidades. Lembrando que o vínculo é “bi-corporal”, é desejável destacar que o corporal e os espaços que se inauguram entre-corpos foi pensado de distintos modos pelo criador da Psicologia Social da Práxis⁸⁹. Pensar sobre esta dimensão também implicará montar cartografias sobre este assunto na obra pichoniana espremendo sua potência e, correlativamente, abrindo outras geografias epistêmicas que nos permitam realizar trânsitos outros. Tal “heterogeneização” conceitual retoma, em diferença, a proclamada “complementariedade na tarefa” proposta por Enrique Pichon-Rivière.

Pensar os vínculos como entre-territorialidades gestadas pelo encontro entre dois corpos exige a sua revisão crítica. Para nosso autor de referência principal a relação entre corpos

⁸⁹ Há outro detalhe que parece não debatido e forma parte, a partir de um comentário em uma entrevista, da concepção de corpos em EPR como configuração de algum corpo coletivo, comunitário, não individual. E tal corpo grupal-coletivo é colocado como se produzisse afetações que levariam a superar obstáculos “individuais”. EPR expressando a ansiedade que lhe produz a indagação da gênese e modalidades de ralação entre estrutura de personalidade e estrutura social. Mas quando funda a escola de psicologia social parece um fenômeno que se articula com o que temos expressado em outros lugares deste trabalho: “Assim nasceu esta escola, e ver esse ECRO corporizado, dinamizado, crescendo dialeticamente em todos vocês, é o que me mobilizou a vencer uma certa forma de obstáculo epistemofílico que não consistia tanto na minha atitude de não escrever, senão em não outorgar a minha elaboração teórica a cristalização que significa um livro publicado” (Pichon-Rivière, 1985, p.200). Isto também elucida o caráter peripatético da obra pichoniana. Sua rejeição a toda cristalização, pois a considera como parte da estereotipia, não impede que a estude. Demonstra como se ocupa para detê-la até nos seus próprios funcionamentos. Mas isso levanta Uma pergunta: toda cristalização, neste caso um livro, é uma cristalização que fomenta a “adaptação passiva a realidade”? Não haveria “cristalizações”, que depende de como funcionem e como conectem com diversos aspectos das humanidades, ‘simplesmente’ são modos de agenciar “planos de organização-consistência”?

começa na vida intrauterina com a noção de “proto-esquema corporal” onde os limites não “funcionam” ou funcionam “mal” na delimitação de diferenças (Pichon-Rivière, 1985b, p.106). Os limites que permitem a diferenciação meu corpo/teu corpo apareceria na experiência do “primeiro movimento”: o movimento do corpo como ação produz uma superfície inicial de diferenciação sujeito-outro-mundo. Esse movimento inaugural produz limites, pois tal ação se confronta com obstáculos, ou resistências do exógeno, que demarcam a configuração de “contornos e envolturas”. Esta explicação leva a postular uma coexistência de fenômenos e processos muito importantes:

“O primeiro conhecimento que a criança adquire é o de seu corpo. Em realidade corpo e mundo são conhecidos ao mesmo tempo. O conhecimento do corpo e do espaço se realiza, também, simultaneamente.” (Pichon-Rivière, 1985b, p.106. tradução nossa)

O corpo como lugar desde o qual realizar movimentos-moviment/ações e operações-sobre o mundo, é postulado como agente produtor de um conhecimento inicial, decorrente de ações recíprocas corpo-mundo-outros corpos, que produz as diferenças que inauguram a construção simultânea do tempo-espaço referidos a essas experiências. Compreendemos que esses elementos e processos são contextuais definindo a singularidade relacional corpo-mundo-tempo e espaço. A dimensão da contextualidade está permanentemente contemplada como demarcação territorial ao interior da sociedade capitalista, onde as localizações de classe formam parte primordial das determinações para entender os processos e elementos que são analisados. Com o intuito de destacar o modo em que tais categorias ingressam neste plano na obra pichoniana é necessário compreender como o autor reflete sobre os momentos inaugurais das Vidas Humanas.

Aqui também devemos ampliar e intensificar o ECRO pichoniano. O caráter situacional da Psicologia Social da práxis que aspire Amefrica Ladinidades (Gonzalez, 1988) deve relativizar esse processo, aparentemente universal que constitui o “proto-esquema corporal”.

Podemos coincidir que seria desejável que assim funcione, produzindo singularidades-diferenças, o agenciamento de um corpo intenso-extenso para si e em relação com outros. Entretanto, na concepção do criador da Psicologia Social da Práxis, nas suas oscilações entre ampliar e romper com a Psicanálise ortodoxa, o fator “constitucional” é estruturado pela articulação do fenotípico com o genotípico na vida intrauterina. Quais fatores definiriam tal articulação? Para Enrique Pichon Rivière:

Queremos dizer que o feto sofre a influência do meio social ainda no aparente resguardo da sua vida intrauterina, por meio das modificações do meio materno. Por meio dessas modificações impactam o desenvolvimento do feto as distintas alternativas da relação do seus pais, a ausência ou presença do pai, os conflitos do grupo familiar, as vicissitudes de ordem econômica, situações de perigo individual ou social, etc. (Pichon-Rivière, 1985b, p.175, tradução e grifo nosso).

O proto-esquema corporal funciona como base constitucional a partir da qual o bebê recém-nascido irá produzindo seus primeiros conhecimentos e desde eles interagirá com o mundo em suas experiências inaugurais com o externo, em vias de diferenciação a partir das experiências, compondo assim o “disposicional”.

Detendo-nos na construção desse proto-esquema notaremos que o contextual é co-determinante pelas configurações familiares específicas, assim como pelas afeições articuladas a inserção grupal nos processos econômicos da sociedade e situações perigosas individuais-coletivas. Aqui também deveríamos acrescentar as variadíssimas configurações familiares não patriarcais nas quais, a exaltada ausência do pai não deve ser interpretada como uma determinação etiológica dos processos psicopatológicos e, sim como modos de agenciamento grupais não patriarcais que oferecem outras formas subjetivar-se contextualmente. Sim, devemos tomar em conta, considerando o sistema sexo-gênero já mencionado, quais processos de sofrimento se suscitam nessas familiaridades outras, decorrentes da violência sistemática da

sociedade sobre qualquer vínculo-grupo (familiar ou não) que não é organizado pela heteronormatividade naturalizada.

Da mesma maneira, deveríamos colocar a prova os postulados de Enrique Pichon-Rivière no que diz respeito ao proto-esquema corporal de bebês gestados em uma corporeidade cis-hétero e que configuraria o “constitucional”, mas que o “disposicional” é experimentado em um contexto não cis-hétero. À rigor as combinações são vastas, porém a Psicologia Social da Práxis deve assumir o desafio de aprender, pela via da pesquisa ação, quais subjetividades, em termos de afirmação de vidas multiplicárias, se agenciam em grupos familiares não heteronormativizados ou regulados pelo binarismo sexual naturalizado em nossa sociedade.

Esta reflexão nos leva a indagar, novamente, possibilidades que se abrem com as contribuições de Frantz Fanon. Não podemos reduzir as “três áreas”, (mente-corpo-mundo) propostas por Enrique Pichon Rivière, às universalizações que excluam variações determinadas pela multiplicidade de gêneros e pela heterogeneidade étnico racial. O corpo, como parte constitutiva dessas áreas entrelaçadas dialeticamente e como elemento necessário dos vínculos, também deve ser compreendido, atravessado e desgarrado pelo sistema de relações coloniais que ainda perduram como base de sustentação infra e superestrutural de nossa sociedade. Esta inquietude amplia os questionamentos expressos pelo criador da Psicologia Social da Práxis. Ele indaga, parcialmente, os efeitos da emigração- imigração-migração interna (Pichon-Rivière, 1985, pp.75, 161), que devem ser tomadas em conta e debatidas para seu aprofundamento⁹⁰. Nesse sentido, incluindo as diásporas, os exílios e os insílios (ou exílios internos geograficamente falando), sem excluir os deslocamentos territoriais impostos e

⁹⁰ É muito importante destacar como os grupos que se agenciam também, e não unicamente, como grupos operativos, geram no Brasil espaços para gerar práticas e produções teóricas neste sentido. Podemos ver como membros do LAPSO-USP propõem questionar estes assuntos desde diversas perspectivas que a Psicologia Social da Práxis deve considerar: “Corpo familiar e a diversidade cultural no Brasil” (Assumpção Fernandes, 2022) e “Psicologia e racismo: as heranças da clínica psicológica” (Assumpção Fernandes & Benedito, 2020).

emergentes dos genocídios coloniais que são retomados e recategorizados pelos Terrorismos de Estado como formas de organização do Capitalismo (Baremlitt, Kazi & Luciardo, 2006)

Os proto-esquemas corporais e os esquemas corporais estão também determinados pela inserção das corporeidades em um grupo que, por sua vez, estão inseridos em uma sociedade. Assim como se constroem representações em todas estas dimensões contextualizadas e contextualizantes, Enrique Pichon Rivière coloca a ênfase nas afeições que se suscitam nesses campos relacionais e, claro, devemos nos esforçar por compreender como estas se significam e vão se significando. Tratando-se de situações de terror e medos vinculados a extermínios, necessidades imperiosas, torturas, horrores como os decorrentes das imposições coloniais e capitalistas. As vivências são as de corpos destruídos que, nesse contexto, tendem ao decalque do corpo Uno e à reprodução das representações-significações daqueles que administram o extermínio se percebendo-pensando como “objeto-coisa”. Esse é um ponto de partida para pensar o corporal nas relações coloniais-capitalistas. Outras formas de se agenciar sujeito individual-coletivo emerge das lutas pelas libertações revolucionárias, sendo as dimensões grupais-comunitárias insurgentes decisivas na composição de subjetivações decoloniais-não capitalistas que implicam práxis anti-coloniais/anticapitalistas⁹¹.

Antes de avançar em outras direções desejamos nos deter em certas postulações sobre o esquema corporal-imagens do corpo com o objetivo de realizar aproximações e rupturas. É interessante destacar aqui o trabalho de Françoise Dolto (1984) que propõe pensar o corpo como ferramenta de mediação entre o sujeito e o mundo, articulando processualmente o esquema corporal e as imagens do corpo, outorgando um lugar relevante às denominadas “castrações simbolígenas”. Todos estes elementos, segundo a autora, são relacionais.

⁹¹ É redundante em vários pontos realizar algumas distinções entre anticolonialismo e anticapitalismo, pois um é imanente ao outro. Realizamos essa distinção por motivos principalmente expositivos.

A nosso critério as contribuições para a psicanálise infantil, realizadas pela autora francesa, são ricas em todos os aspectos técnicos, conceituais, metodológicos e de relatos de experiências clínicas que enriqueceram essa área das psicologias. Entretanto, estes aspectos devem ser des-universalizados, pois não se trata “da infância”, senão de algumas infâncias contextuais, nem de desenvolvimentos universais e, sim, de desenvolvimentos situacionais, nem de parentalidades essencializadas e, sim, de parentalidades contextualizadas. Os elementos então, segundo a autora, são relacionais. Os pinçamentos e sua migração para outros territórios-geografias de vida-práticas é outra tarefa que a Psicologia Social da Práxis deve assumir com esta notável autora e com qualquer outro inter-locutor que ofereça intercessores prático conceituais, modificados, podem vir a intensificar nossas práxis.

Para a autora, “o esquema corporal específica ao indivíduo enquanto representante da espécie, sejam quais forem o lugar, a época o as condições em que vive” (Dolto, 1984, p.21, tradução e grifos nosso).

Nosso processo de intensificação do ECRO pichoniano nos leva a formular uma modificação nesta proposta a partir daquilo apontado por Enrique Pichon Rivière sobre as determinações sociais na formação do proto-esquema corporal. O esquema corporal da Françoise Dolto, de suma relevância em suas particularizações em certos dispositivos clínicos que, indiscutivelmente, funcionam como “holding” para processos terapêuticos de algumas crianças, dilui na universalidade da “espécie” um problema fundamental. Existem esquemas corporais que por meio da imposição do sistema colonial, do capitalismo e a instrumentação de certos vetores da edipianização das vidas, são rejeitados como representantes da espécie, ou se a “representam” são consideradas representações “inferiores”, “imorais”, “primitivas”, “patológicas”, “desviadas” e, assim, sucessivamente.

Nesse sentido os esquemas corporais, uma das bases dos vínculos nunca independe, para nós, do “lugar, época e condições em que vive”, assim como foi assinalado pelo criador da

Psicologia Social da Práxis. Nas relações coloniais há inúmeras operações violentas para modelar homoganeamente os esquemas corporais dos não-brancos. As violências sistemáticas instrumentadas pelo Colonizador Uno- Branco nos levam a considerar que a invocação de ser “parte da espécie” deve ser esclarecida. A dimensão do universal deve ser discutida de modo contínuo. Em Fanon, encontramos duas pistas:

Como? Apenas abri os olhos que tinham vendado e já querem me afogar no universal? E os outros? Aqueles que “não têm boca”, aqueles que “não têm voz”. Tenho necessidade de me perder na minha negritude, de ver as cinzas, as segregações, as repressões, os estupros, as discriminações, os boicotes. Precisamos botar o dedo em todas as chagas que zebram a libré negra” (Fanon, 2008, p.159)

O “afogamento no Universal” claramente é operado nas águas da brancura ou da não-negritude que impediram e impedem a conscientização da dimensão histórica que recusa as afirmações ontológicas não Uno. O autor, quando se refere a equação totalizada colonialmente, que solda o atributo Negro ao Mal (Fanon, 2008) compreende que o Negro se encontra perante a tarefa de tender a universalidade após afirmar sua particularidade. Como se afirmar a partir de um Universal que condena como não humano, ou humano “inferior” àqueles que não se ajustam, em termos de Identidade-Igual a uma Totalidade que define uma “espécie” humana que decalca uma ideia transcendente de Ser puro que “falta” ao não Branco?

No que denominamos “neodarwinismo neoliberal” (Kazi, 1991) criticávamos as imposições políticas do Imperialismo e seus modos de serializar seres reprodutores sobre premissas darwinistas estendidas a “espécie humana” e seus modos de organização social hegemônica. Em primeiro lugar, a própria ideia de espécie está construída sobre os atributos que definem a brancura-branquitude. A epidermização do racismo, que inclui a incrustação de um esquema corporal alheio, define a negritude como alteridade a ser exterminada, submetida, destruída em todos seus esquemas de referência e tratar os sobreviventes como os “mais aptos

inferiores” a serem reprimidos, humilhados e, nessa linha, lhes impor o embranquecimento como “ideal necessário”, mas impossível (Neusa Santos Souza. 1990). Até o “valor” da pele está regulada pelo Ser-Uno-Colonial. As hierarquias, ao interior da espécie, são também naturalizadas em termos de corporeidades que encarnam o ideal e corporeidades, raças que são tipificadas como desvio abjeto da pureza exigida para ser reconhecido como parte da “civilização” que supera o “primitivo”, o “arcaico”, o “inculto”, o “perigoso”, o “violento”. Enfim, a suposta “barbárie” não branca. Exigindo consistência a esses argumentos notaremos sua irracionalidade: se o branco é o “mais apto” para a supervivência da “espécie” e isso o coloca nas alturas de uma pirâmide repugnante é pelo acúmulo de recursos para efetuar extermínios decorrentes dos mecanismos de violência e produção de morte que se associam a fenômenos de saque, violação, tortura, expropriação, escravização, dominação e, assim sucessivamente. A fragilidade do pensamento está dada por assumir que para “sobreviver como o mais apto” da espécie haveria alguma “superioridade” decorrente da busca do “bem universal”. O que nos resulta claro, a partir da interpretação da história, é que o Uno-Branco demonstrou fartamente sua aptidão para massacrar e expropriar “bens materiais” e montou inúmeras justificações que escamoteiam tal circunstância ocultando-se em supostos princípios “ético- morais”. O suposto “bem universal” que guiaria o “progresso-evolução” esconde o “bem particular” do colonizador construído sobre a base da violência. Os mecanismos e processos de supressão das diferenças, administrados por meio de genocídios e guerras, possibilita ao Branco “adaptado” viver uma “boa vida” construída sobre os fundamentos da violência aplicada no “outro” em variadas etapas da história.

Mas esse sistema nefasto e suas acelerações colocam em risco a vida na terra, e, portanto, também a vida dos proprietários da “espécie”, do “ser”, do “estar” e do “existir”. Devemos manifestar que essa deveria ser nossa preocupação central apontando que, para chegar na extinção generalizada da vida, a lucidez da racionalidade Uno-Branca foi aplicando modos

de exercício dos genocídios como “lógica” subjacente de “preservar” a própria vida. Nesse sentido, é um propósito derivado dos objetivos da Psicologia Social da Práxis: agenciar espaços micropolíticos de resistência onde criar vínculos que resistam a Ideologia da morte.

Está claro que não é a intenção da Françoise Dolto contribuir com os processos de extermínio em nenhuma de suas determinações e consumações. Essa clareza ética, no contato com uma autora-obra, nos leva a estar atentos aos modos em que é proposta uma universalidade que acaba desconsiderando a necessidade de ser indagada. Se o esquema corporal, como universal, não inclui as particularidades de esquemas corporais para efetuar sínteses entre ambas as dimensões, a possibilidade de assumir o esquema como singularidade se encontra impedido.

Seria uma totalidade ideal abstrata despossuída de sua capacidade de estar povoada das conexões entre particularidades-singularidades que a povoam e a definem. Quem forma parte de uma “espécie” horizontalizada e como resistir a pertencer a uma espécie hierarquizada até na definição da universalidade ideal dos esquemas corporais? Em parte, a proposta Pichoniana, baseada no materialismo histórico e dialético que inclui a dimensão psicossocial e intersubjetiva, contextualizadas em estruturas sociais e formas de relação sociodinâmicas, possibilita a compreensão dos esquemas corporais constituindo-se em processos particulares que se generalizam e generalidades que se particularizam reciprocamente. Realizando um contraponto com Frantz Fanon, em que existem corpos sem boca, e não unicamente sem voz, continuaremos citando a Françoise Dolto, agora nos referindo às imagens corporais, para avançar no valor de colocar os esquemas corporais na interseccionalidade:

A imagem do corpo é a síntese viva de nossas experiências emocionais: inter-humanas, repetitivamente vividas a traves das sensações eroticamente eletivas, arcaicas e atuais. Pode ser considerada como a encarnação simbólica inconsciente do sujeito desejante.

[...] O que desejo fazer entender é que o sujeito inconsciente desejante em relação com o corpo já existe desde a concepção (Dolto, 1984 p.21, tradução nossa).

Deveríamos indagar se na desencarnação dos corpos negros de sua particularidade e singularidade, re-encarnada nos termos da corporeidade colonial, operariam “sínteses vivas” ou se, pelo contrário, sínteses mortificadoras e mortíferas concomitantes às expropriações dos corpos-desejos-experiências sobre as quais se baseia o colonialismo e a colonialidade. Qual seria esse “sujeito inconsciente desejante”, relacionado à corporeidade desde a concepção, quando é operada uma abolição sistemática e onímoda sobre estes, instrumentada pelo corpo/visões ideológicas totalitárias da “espécie” com as que o “conquistador” e “colonizador” exterminam corpos e vidas outras?

Nossa posição é a de compreender e trabalhar a potência dos vínculos grupais como agenciamento de entre-territorialidades de reposição dos processos dialéticos que foram suprimidos, pela via das violências, desde que se configurem proto-esquemas corporais e de aprendizagem não assimilados ao Uno Colonial-capitalista. Relemos a práxis pichoniana desde este princípio e tal reelaboração exige a ressignificação das noções com as que trabalhamos, assim como a inclusão de novos conceitos.

A desalienação dos esquemas corporais implica a recriação-criação da dialética do grupo interno que foi/é desajuntada pelo colonialismo. Se os primeiros movimentos, para Enrique Pichon-Rivière produzem as primeiras diferenças, devemos demolir os movimentos coloniais e dos colonizadores que atravessam a composição dos esquemas corporais dos colonizados. As corporeidades colonizadas são condenadas sendo reduzidas à regimes de quietudes como forma incorporada de rejeitar os próprios movimentos. Dessa forma, entrando em consonância com a repugnância expressa pelos genocidas perante qualquer diferença efetiva. Repor a dialética do “grupo interno” (Pichon-Rivière, 1985, p.189) significa a re-apropriação das origens, suas derivas e a reivindicação de histórias divergentes que, na sua

reconstrução, liberem a potência das originalidades e singularidades que nos compõem como dissidentes. Tal dialética interna se encontra regulada pelas “diferenças” coloniais que decretam que as diferenças humanizantes são incompatíveis com a “Vida” Uno. Des-assumir essa “coerência” que rejeita a multiplicidade, re-assumindo ancestralidades, lutas e resistências ao Uno-Colonial, libera movimentos encarcerados desde as origens contextualizadas pelas violências que suprimem o singular como afirmação autopoietica. Recriar as dignidades entre-corporais que foram-são capazes de inventar mundos outros é possível reivindicando as forças humanizadas e humanizantes recusadas pelo Uno-Colonial. Descolonizar as “crônicas internas” impressas como silenciamento da singularidade implica na produção de novas inscrições dialetizadas que entrem em conflito com os monumentos à morte adorados pelo colonialismo incrustando horror des-estruturante nas vidas divergentes.

Assim como acrescentamos, a partir da experiência com grupos operativos que contemplam a interseccionalidade, o mútuo estranhamento-mútuas representações na elucidação de momentos constitucionais de vínculos anticoloniais, devemos repensar algumas noções teóricas da Psicologia Social da Práxis. A afiliação é o primeiro fenômeno grupal (Pichon-Rivière, 1985, p.154) e implica uma distância com o grupo, assim como processos de identificação inicial. Tal distância deve ser compreendida a partir do previamente exposto, nos levando a considerar que se o corpo-mundo-tempo-espço se agenciam a partir do proto-esquema corporal-esquema corporal, os lapsos-intervalos com os outros respondem a diversos motivos. Por um lado, a distância, como forma de intercalar uma interrupção das continuidades eu-outro naturalizadas, impostas pelos regimes de dominação, permite a emergência das diferenças. Essa distância inicial, assim como é desejável que se produzam outras distâncias no decorrer do processo grupal (Pichon-Rivière, 1985, p.05), é um momento onde a afiliação pode vir a operar uma desafiliação inicial respeito dos esquemas de referência que nos des-referenciam de nossa historicidade. A afiliação, assim como suscita processos identificatórios

que podem vir a estabelecer o reconhecimento do comum em diferença, também opera o devir das diferenças que nos desafiliam dos territórios fixos delimitados pelas dominações coloniais-capitalistas-familiaristas. Este interjogo entre afiliação-desafiliação requer algumas considerações. A afiliação é o primeiro passo para a operatividade grupal e opera uma dupla distância: por um lado, com o grupo atual para agenciar, pela via das inter-ações, vínculos como entrelaçamento de diferenças não diluídas. Isso significa outra distância: distanciar-se e romper com continuidades homogêneas que liquidificam corpos-subjetividades no Uno-Colonial e que nos afiliam nos desafiando de nossos esquemas de referência efetivos. Este movimento implica em passar da “série ao grupo”, pois nos desafia do homogêneo colonial e nos re-afilia aos sistemas de referência que nos localizam como autenticidade divergente na terra que suporta multiplicidade de mundos. Tais operações quebram as mimeses como modos únicos de se identificar e que determinam reconhecer-nos como “seres” derivados e submetidos ao Absoluto- inquestionado. Nos processos de se agenciar corpo-sujeito que é, está e existe, como diferença emergente de elementos-relações com outros mundos-esquemas de referência divergentes, operam novas identificações deflagradas pelas distâncias respeito a como fomos identificados sendo abolidas nossas diferenças. E, tal distância, nos aproxima a nossas origens demolidas inaugurando identificações àquilo que concretamente fomos-somos na dialética de interiores- exteriores que foram negados. Tal sequência entre afiliar-desafiliar-reatiliar também alude aos momentos grupais em termos de devir e não unicamente na possibilidade necessária de ser-diferença:

É que devir não é imitar algo ou alguém, identificar-se com ele. Tampouco é proporcionar relações formais. Nenhuma dessas duas figuras de analogia convém ao devir, nem a imitação de um sujeito, nem a proporcionalidade de uma forma. Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e

repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de nos tornarmos e através das quais nos tornamos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo. (Deleuze & Guattari, 1997, p..64)

Estas reflexões nos levam a considerar que tal “extração de partículas”, que aludem ao campo intensivo, de um desejo produtor que não se ajusta a objetos ideais que nos recuperam em identificações-lógicas da falta, produzem as novas afiliações que rompem territórios fixos e criam desterritorializações-re-territorializações agenciadas pelos dispositivos grupais como singularidades não redutíveis. E tal “extração de partículas”, que não são “mensuráveis”, aponta para emergência de novas sensibilidades que, paradoxalmente, se encontram suprimidas e coaguladas nos territórios já existentes nas ancestralidades massacradas pela colonialidade-capitalismo. A liberação necessária da originalidade, que já está presente no passado, pressupõe considerar o grupo como instância de repetir as re-produções que foram ocluídas e assim produzir em devir novas humanidades. Isso, renovadamente, nos leva a gerar novas conexões em nossos esquemas de referência.

Desse modo, a cooperação proposta por Enrique Pichon Rivière, pensado como emaranhado complementar e transformador de entre ações, se imanentiza com co-afetações e/ou entre afetações que abrem também outros territórios para agir em reciprocidade não sendo vetorizados pelas formatações dos afetos operados pelos sistemas de opressão. Dessa forma, o “pertencimento”, como outro vetor do “cone invertido” (Pichon-Rivière, 1985, p.214) também supõe, se postulamos grupalidades que transformam-se transformando, o “des-pertencimento” não unicamente respeito das sedimentações estereotipadas e antidialéticas que provém dos esquemas de referência familiares alienados ao capitalismo, senão também àquelas que se referem ao colonial-patriarcal. Tais desconstruções possibilitam a criação correlativa, como trabalho grupal, de novos pertencimentos não construídos e impostos sobre a base da exclusão, violência e extermínio das diferenças-singularidades-multiplicidades.

Voltando nossa atenção para as análises de Frantz Fanon (2008) encontramos pertinente efetuar uma cartografia sobre os conceitos que orientam nossa proposta, possibilitando sua compreensão. Insistiremos que o critério básico da qualquer atualização da Psicologia Social da Práxis implica uma reatualização do debate sobre as diferenças e como são pensadas-praticadas de diversas formas.

A regulação ominosa das Vidas que destroça as diferenças que são produzidas na dialética e imanência entre as multiplicidades e singularidades, é descrita de forma contundente por Frantz Fanon. Não generalizaremos aquilo que este último autor singulariza nas suas práxis sobre a colonização-colonialidade relacionadas a negritude⁹².

Sim, compreenderemos nosso trabalho como uma cartografia intensiva sobre como é destruída a experiência e a existência das negras e negros por meio da sequência racismo-preconceito-colonialismo-dominação-exploração-expolição-assimilação-violência-extermínio que configuram processos estruturais da sociedade em que vivemos⁹³. Essa descrição, análises, práticas e críticas incisivas, efetuadas na obra do autor citado, não devem ser extrapoladas de um segmento violentado para outro. Sim, podemos colocá-las como linhas intensivas que se efetuam e adquirem sua consistência na cartografia que elucida como o colonizador, atuando junto a todas as figuras derivadas dele em repetição e diferença por meio das relações de hierarquia-verticalidade, suprime a alteridade do outro e a liquidifica em sua identidade estendida e imposta sobre o portador de outreidade. O portador de diferença identitária derivada de outras composições ontológicas, é violentado sistematicamente, e tendo

⁹² Entretanto sim procuraremos gerar convergências na construção contínua do ECRO pichoniano que deveria ser problematizado também a partir de e relacionado com a interseccionalidade (Crenshaw, 1989).

⁹³ Enrique Pichon Rivière procurando enlaçar a dimensão das patologias aos modos de funcionamento social e a necessidade de gerar novos dispositivos de formação dos trabalhadores da saúde, coloca a dimensão do “preconceito” e a intolerância, dentre outros, como parte relevante a ser considerada como parte das indagações sobre a saúde mental no contexto dos “problemas da vida moderna”. (Pichon-Rivière, 1985, p.84). Para efetuar uma atualização de sua obra consideramos relevante contextualizar esse apontamento nos territórios que estamos procurando estabelecer.

sua singularidade retirada e expropriada. Esta última será direcionada, conduzida, definida, categorizada pelo dominador-opressor colonial e o ser/devir do colonizado, assim como suas experiências serão assimiladas, fagocitadas, canibalizadas pela Identidade Uno que se arroga os atributos inquestionáveis do “civilizado”, do “progresso”, da “ordem”, da “bondade”.

Trata-se, segundo o colonizador- destrutor do caráter múltiplo da experiência, de conjurar e exorcizar os perigos “intrínsecos-extrínsecos” da barbárie que lhe é atribuída a modos de ser-estar-existir outros. Constrói-se uma “diferenciação” totalitária para recusar as diferenças e recuperar a “identidade alterada” no funcionamento da Identidade-Uno-Universalizada como suposta expressão acabada das virtudes “essenciais” do Bom, o Justo, o Racional e o Belo. A simbiose apontada por Enrique Pichon Rivière alude a outras situações, processos, discursos, práticas, procedimentos e agentes, sendo necessário compreender essas diferenças.

Efetuada essa compreensão continuaremos trabalhando uma afirmação que realizamos em outro lugar (Kazi, 2006): se acrescentamos na análise os diversos modos de globalização operados historicamente, notaremos um processo que se repete: a hegemonia do Uno constrói o objetivo estratégico de eliminar as diferenças em geral sendo que para alcançá-lo define diferentes táticas caracterizando “tipos de diferença” e as engloba em segmentos sobre os que implementam distintos tipos de recursos de homogeneização que vão da disciplina ao extermínio.

O “fatores comuns” são: 1) a implementação de técnicas de dominação que se aplicam modulando a regulação dos vínculos em termos de estereotipia, impondo um Uno sobre as diferenças das que emergem alteridades, exigindo construções progressivas de subjetividades autocentradas e individualistas; 2) São criados instrumentos de detecção das diferenças que são categorizadas como “anomalias” a serem disciplinadas e reprimidas a partir de pseudo-vínculos que se impostam por meio de relações múltiplas de opressão “justificadas” moralmente e,

também, “cientificamente”; 3) São realizadas formas de extermínio dos sujeitos que se agenciam e agenciam existências não organizadas pelas recuperações individualistas. Essa tática de aniquilação pode ser vislumbrada, compreendida na análise crítica de variados genocídios em cujas bases opera o objetivo de arrasar as vincularidades “anômalas”.

Considerando estes fatores compreendemos a ênfase dada pelo criador da Psicologia Social da Práxis ao grupo operativo, a necessidade de sustentar as diferenças- processos dialéticos e aos vínculos como dispositivo particularizado de agenciamento das singularidades e multiplicidades. Nesse sentido, nos deparamos com uma proposta micropolítica da resistência que se contrapõe à força arrasadora do Uno, assim como com um investimento radicalizado no valor revolucionário da gestação de vínculos que acolham os processos de produção do novo pulsado pelas possibilidades que institui a dialética e a imanência das diferenças. Adquire, assim, sentido potente outro dos objetivos da Psicologia Social construída pelo Dispositivo Pichon:

A psicologia social é a ciência das interações voltada para uma mudança social planejada. Se não for assim, não tem sentido, e todos os seus esforços levariam a um sentimento de impotência, como resultante das contradições quanto a seu aspecto operacional. (Pichon-Rivière. 1985, p. 169)

Enquanto a obra de Enrique Pichon Rivière destaca a necessidade de compreender os efeitos subjetivos da sociedade em que vivemos destacando o regime de produção econômico cultural do capitalismo, Frantz Fanon (2008) elucida de modo inaugural a devastação da negritude, no desenvolvimento e imposição do colonialismo e relações coloniais, sem desconhecer o caráter classista do capitalismo e suas consequências subjetivas.

Apontamos a necessidade de agenciar encontros prático conceituais entre a proposta de Frantz Fanon e Pichon-Rivière: ambas procuram o agenciamento de insurgências revolucionárias. A questão apresenta uma série de obstáculos colocados, de modos diversos, pelos autores citados. Em Enrique Pichon-Rivière encontramos elementos que, trabalhados de modo incisivo e complexo, permitem compreender a dimensão da singularidade e do particular que demarcam a necessidade de ir construindo Psicologias Sociais que avancem na crítica e transformação dos modos específicos em que os universais sufocam o diverso, heterogêneo, variado, “desviado”, multiplicitário. Estes sufocamentos obstaculizam/impedem os processos que possibilitam as afirmações ontológicas e, portanto, distintas composições identitárias. Nessas encruzilhadas a obra de Frantz Fanon oferece elementos decisivos que devemos considerar em qualquer esforço transformador empreendido pela Psicologia Social da Práxis, assim como oferecem novos sentidos às discussões que estamos desenvolvendo.

No capítulo 5, chamado “A experiência vivida pelo Negro”, Frantz Fanon (2008) descreve o processo da negritude perante o colonizador e unicamente considerando-o é que conseguimos ampliar nossas tentativas de intensificação do ECRO pichoniano. A afirmação ontológica da/o negra/o é impedida por variados processos impostos pelo colonizador:

- a) A visão de mundo da/o negra/o é violentada e desvalorizada ou “valorizada” nos termos do colonizador. Esta questão, que se inscreve na disseminação do terror por parte do Colonialismo racista-Totalitarismo Branco reforça que a Psicologia Social da Práxis deve superar concepções que se estruturam sobre o pressuposto de que existe um único mundo e, portanto, uma única visão possível sobre este.
- b) O branco designa uma ausência de resistência ontológica da/o negra/o. Tal assunto, já debatido, está sendo reforçado para afirmar que não há “falta de resistência ontológica” e sim, uma destruição sistemática e programada das resistências ao Ser-Uno e seu operadores aterrorizantes-genocidas.

- c) É imposta recuperação/assimilação/destruição dos esquemas de referência e das culturas dos e das negras por parte do colonizador- sistema de relações coloniais. Neste sentido, há que enfatizar a necessidade de recriar os esquemas de referência abolidos-destroçados que se ofereçam como território de afirmação de existências que antes de ser “não brancas”, são de modo imanente negras e potentes na sua negritude irredutível.
- d) São organizadas e praticadas operações que impedem a experiência corporal como agenciamento singular. O autor as refere claramente e nos alentam a efetuar as propostas previamente realizadas sobre os encorpamentos afirmativos: “O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação” (Fanon, 2008, p.104). Tal descrição dolorosa e crítica nos levou a formular o grupo operativo compreendendo-o como dispositivo de afirmação singular das dissidências corporais e entre corporais.

Aparecem diversos equipamentos de desgarro do corpo do negro, que o experimenta, assim, em terceira pessoa. Violências, humilhações, desprezos, desqualificações, justificações dos estigmas e coisificações. É elaborado “embaixo do esquema corporal”, um esquema “histórico racial” (Fanon, 2008, p.105) constituído pelo branco. A historicidade opera a composição de um esquema corporal já não unicamente em terceira pessoa e sim em “tripla pessoa” que Frantz Fanon o resume do seguinte modo: “ir ao encontro do outro, o outro é hostil e se deflagra a náusea”.

Em Frantz Fanon aparece, de forma rotunda, a dimensão da autoanálise como composição não colonial de pensamentos-corpos-vínculos-afetos não modulados pelo racismo colonial. A nosso critério, tal atividade potente, assim como sua contundência inaugural, nos oferece fundamentos para revalorizar a atividade de “co-pensar” nos grupos operativos pichoniano, assim como destacar as linhas de trabalho propostas para as intervenções comunitário institucionais propostas por Gregorio Franklin Barembliitt eminentemente autoanalíticas (2002).

Frantz Fanon também expressa de forma clara um dos decantados da “experiência vivida pelo negro” quando está administrada pelo Totalitarismo colonizador: “Meu corpo era devolvido desancado, desconjuntado, demolido, todo enlutado.” (Fanon, 2008, p.105)

O grupo operativo deve ser composto como âmbito de elaboração das perdas impostas pelo colonialismo e não unicamente as referidas a “posição depressiva” como fase de constituição do aparelho psíquico. Temos a convicção, derivada de nossas práticas, de que não devemos compreender as operações e fenômenos que constituem nosso psiquismo para referi-los a uma individualidade que, magicamente, explicaria fenômenos sócio-históricos. Não estamos em condições de referir o relato de Frantz Fanon à alguma fantasia fundante e intrapsíquica que, a instâncias da posição esquizoparanóide, “despedaça” o “corpo materno” e espera ser “retaliado” por este. Nem que este corpo materno destroçado será “reparado” na posição depressiva. No interjogo de “indivíduos, grupos e classes” proposto por Enrique Pichon Rivière, mas agora contextualizado no âmbito mortífero e cruel da colonialidade, todo o descrito como fenômeno “psíquico” é, antes de mais nada, a representação subjetiva da realidade imposta pelo colonialismo. Os corpos são desgarrados literalmente, o corpo materno é violado e torturado, as composições e configurações grupais-vinculares são destroçadas e “reunificadas” na lógica do exterminador. Se os fenômenos de frustração-privação nas relações primordiais são decisivos estes devem, a partir do que estamos debatendo, ser compreendidos como secundários e derivados da miserabilização-massacre das vidas que são base primordial do colonialismo-patriarcado-capitalismo. Supor que as fantasias psíquicas sobre corpos desgarrados, seja da mãe, do próprio corpo, de ambos ou do vínculo entre eles, não se correspondem a realidade imposta pelo sistema de morte colonial e sim a mecanismos psíquicos universalizados, constitui uma nova violência sobre aqueles que são despossuídos até do próprio corpo ou que o “possuem” a condição de detestá-lo por se portador de diferenças que repugnam a pureza e perfeição que a branquitude se auto-atribui. Os mecanismos “endo

psíquicos”, de enorme valor para entender a subjetividade hegemônica, devem ser debatidos e repensados para constatar ou não, nas suas reformulações, sua validade no campo que estamos problematizando.

Aqui cabem algumas considerações:

a) O processo de “designação” e “assunção” de papéis, que Enrique Pichon-Rivière caracteriza como universal nos processos grupais, deve ser relativizado. Tal mecanismo de enlace da verticalidade no grupo, representando o esquema conceitual, referencial e operativo de cada membro do grupo e da horizontalidade que coloca o campo complexo do acontecer do grupo atual e que implica consciente e inconscientemente a totalidade dos membros, não é um fenômeno “natural” e sim, se encontra impedido pelos modos de funcionamento social hegemônico colonial capitalista. Desde o momento que os esquemas de referência da negritude foram arrasados, a denominada “verticalidade” de cada membro, está impedida. Esta deve ser agenciada nos dispositivos grupais compreendendo que a construção singular de cada processo já constitui uma mudança respeito a destituição instituída macro/micropoliticamente das relações dialéticas enquanto usinas de produção de diferenças. A verticalidade do dissidente é abolida nas relações coloniais e é imposta sobre seu corpo a verticalidade do colonizador. Pressupor que a verticalidade com a qual chegamos ao grupo não está regulada, em diversas intensidades e quantidades, pelo opressor colonial-capitalista-patriarcal nos leva a mistificar elementos naturalizados que devem ser desconstruídos.

b) Quando Frantz Fanon (2008) coloca a noção de “designado” parece se referir a um processo vertical sem horizontalidade e por tanto sem nenhuma possibilidade de oferecer os territórios de transformação afirmativa dos vínculos. Vínculos em que se dialetizam as diferenças, se recriam as particularidades de um “eu em movimento” e se constrói um “nós” processual. Seria um erro severo dizer que aquilo assignado em uma

relação que devasta a experiência de um dos sujeitos seja um “vínculo” e que o oprimido “assuma” o que lhe foi “designado-depositado”. Para “assumir” ou “não assumir” é necessário “ser” e Frantz Fanon parte do postulado-que, como dado inicial que descreve o caráter genocida do colonialismo, a/o negra/o se percebe como não sendo ou sendo aquilo que o branco impõe e que não se corresponde com sua existência.

c) A destruição das referências é outro ponto para definir que o desenvolvido como ‘ECRO’ por Enrique Pichon-Rivière é esmagado, tendo como consequência a impossibilidade de sustentar qualquer processo dialético concreto e histórico. E, essa fragmentação de mundos, culturas e corpos se corresponde com a perspectiva anti-dialética do colonizador e não de algum “interjogo” entre “visões de mundo”. Os modos de compor a vida a partir da construção dinâmico-vincular-coletiva de referências não estáticas que ofereçam “orientações” singulares nos modos de operar em diversos territórios é destituída e substituída, por meio da via da violência sistemática, pela bússola do opressor-colonizador que impõe pontos fixos de ser-estar no mundo e que se correspondem com sua própria localização estanque.

d) Para finalizar e seguindo a brilhante obra de Frantz Fanon, que se antecipa a noção de vínculo enquanto estrutura complexa bi-corporal e tripessoal (Pichon-Rivière, 1985) retomaremos a questão da necessidade de nos desalienar de afirmações abstratas.

Concretamente não há vínculo nas relações coloniais: os corpos são torturados material e simbolicamente por meio das violações operadas pela penetração colonizadora dos corpos que incrusta um “esquema histórico racial” asfixiando a singularidade-particularidade das corporeidades que funcionavam como agenciamentos ético- políticos portadores de diferença, que se compunham para-si e como expressão de potência de ação transformadora. O arrasamento da experiência instrumentalizado pelo colonialismo, como sistema de relações que supõe a imposição vertical de “humanos” sobre “coisas”, opera, e se dissemina, por esses

caminhos com o objetivo de consolidar alienações, submissões, docilidades, servidões, “equilíbrios” cujas condições são, parcialmente, o despedaçamento de vínculos-corpos outros que além de interpelar a totalidade do Uno, podem produzir o fim de seu império pela produção de pensares, dizeres, fazeres, sensibilidades, estéticas, referencias, encorp-ações outras.

Nesse sentido, a Psicologia Social da Práxis deve avançar nestas compreensões e incentivar as insurgências das singularidades-multiculturalidades-multiracialidades sem as interpretar, aprioristicamente, e sem atravessar afirmações ontológicas singulares. Abrir campos de experimentação que não cancelem nem assimilem as experiências e agenciamentos afirmativos das diferenças, inclui, decisivamente, as negritudes e composições existenciais dos povos originários como singularidades não redutíveis ao “Uno”. Este propósito deve ser compreendido como uma efetuação do objetivo da Psicologia Social da Práxis em tanto estudo de “humanidades em situação sócio-histórica”, protagonistas e transformadoras de si e dos mundos. Enfatizo aqui que, seguindo Frantz Fanon, se partimos da aceitação da necessidade de gestar as entre-territorialidades que não atravessem as afirmações ontológicas destruídas pelo sistema colonial, não podemos operar a necessidade imperiosa de “ser” fazendo uma apologia mistificadora do “devir”. Sim, é necessário compreender, incondicionalmente, o ser que assume sua existência, não demolida, parasitada ou eliminada pelo Uno Idêntico e, por meio dessa assunção singular, irá compondo seus funcionamentos em devires que lhe são imanentes. Talvez o assunto não se reduza a desconstruir a colonização/colonialidade senão de demoli-las, ruir toda sua estrutura, sustentando dispositivos por meio dos quais as composições existenciais que espremam as substâncias disponíveis na multiplicidade de territórios-mundos, se afirmem como singularidades não assimiláveis a nenhuma Identidade Uno-Corpo, nem sejam interpretáveis pelos esquemas epistêmicos que foram construídos para subjuga-las. A criação de conceitos, em práticas grupais que compreendem as multi racialidades des-hierarquizadas e a negritude como afirmação ontológica singular-não assimilável, deve compreender que essa

construção pode ser realizada elucidando o entrelaçamento da composição de outras verticalidades, horizontalidades e transversalidades grupais. Suas interseções e agenciamentos são possibilitados pelo respeito incondicional do entrecruzamento dos lugares de práticas, falas, sensibilidades, racionalidades, estéticas, corporeidades-entre/corporeidades que se comportam como “linhas de fuga” respeito das linhas/maranhas duras do colonialismo que temos debatido. Maranha de novas linhas que não podem ser recuperadas por decalques de processos prévios nem necessariamente conectados a “cartografias” e “mapas” anteriores⁹⁴

Se a Psicologia Social que propõe está contextualizada na América Latina em processo de se agenciar América Latina, é pertinente plantear, tanto sua origem como suas derivas, como novas tecelagens, plumarias nos entre-corpos práticos-conceituais, retrançados na composição de cestarias-recipientes com outras texturas/textos e cujas prático-conceituais, maracatus e congados que porifiquem os movimentos relacionais, compreendendo que isto significa vitalizar sensibilidades insurgentes, atualizar novas suavidades que ofereçam contorno a aquilo que a cultura hegemônica transmite como um “oco”. Novas suavidades concebidas como imanentes a outros modos de pensar-ser-estar-existir-devir nos mundos que reivindicam os povos ancestrais que também são a força para devir novos povos⁹⁵.

Neste ponto, encontramos interessante a produção de Pierre Benghozi (2010), que no contexto europeu e refletindo também sobre as catástrofes e suas conexões com a inter e transgeracionalidade, propõe pensar na diferença, nas conexões e desconexões entre as noções

⁹⁴ Estamos seguindo aqui considerações do Deleuze e Guattari e algumas possibilidades que nos abrem na direção das produções práticas. O decalque segue a doutrina racionalista inicialmente colocada na consideração das “boas cópias” platônicas. Os mapas e cartografias funcionam como “má cópia”/ “simulacros” que possibilitam as quebras referidas a pretensão de reproduzir essências universalizadas. Promovemos, pelas vias do elogio aos simulacros a emergência das singularidades e as sensibilidades necessárias para não as suprimir.

⁹⁵ Félix Guattari coloca a perspectiva da produção de novas suavidades como agenciamento emergente de sua proposta denominada “ecosofia” onde propõe conexões múltiplas entre a ecologia humana, a ecologia natural e a virtual. Desejamos pontuar que este pode vir a ser outro ponto de intensificação da proposta ecológica da Psicologia Social da Práxis (Guattari, 2001, p.116).

de “traço” e “impressão” e aquilo que se transmite em “oco”. Nessa linha propõe o agenciamento de “novos recipientes”⁹⁶.

Se a psicologia social da práxis pretende contribuir com os processos de transformações necessárias para “o desenvolvimento pleno da existência humana” (Pichon-Rivière, 1985, p.150) não deve assimilar os esforços de “aquilombamento” como experiência que produz a expansão da Psicologia Preta (Veiga, 2019), nem os de tribalização das psicologias que recriam/criam o bom viver. É desejável assumir posições claras antirracistas, anti-lgbtqi+fóbicas, descolonizar as vidas que implica também desconstruir/destruir a colonialidade acadêmica que fundamenta, em grande parte, a pretendida perpetuidade de uma única visão de mundo na esfera “perfeita” do conhecimento como equipamento de dominação (Kazi, 2006). Em parte, a descolonização das psicologias é operada pela Esquizoanálise:

É tão verdade dizer que o colonizado resiste à edipianização como dizer que a edipianização procura fechar-se sobre ele. A edipianização é sempre um resultado da colonização [...] Dizem que é um Édipo que não «deixou nunca de existir», quando ele nem sequer tem (fora da colonização) as condições necessárias para começar a existir. Se é verdade que o pensamento se avalia pelo grau de edipianização, temos de reconhecer que, de facto, os Brancos pensam demais. (Deleuze & Guattari, 1976, pp.174-175).

A denúncia que recai sobre a hipertrofia do pensamento Uno-Branco-Colonizador-Cis-Hetero-Patriarcal-Proprietário coloca renovadamente em questão a imposição de uma racionalidade Única que define um ser único como modelo. Nesse sentido a psicologia social

⁹⁶ Lembramos aqui um ensinamento de Alessandro de Oliveira que em uma aula da disciplina que partilhava com Bruno Simões, nos convidou a refletir o fenômeno colonial contemplando que não toda obra Europeia ou norte americana funcionava reproduzindo esse fenômeno. Neste sentido, aclaramos que o livro de Pierre Benghozi (2010) nos resulta importante para refletir sobre os massacres fundantes de nossos territórios existências e que suas perspectivas sobre os grupos nos resultam férteis para trabalhar-intervir na desconstrução dos efeitos dos genocídios assim como contribui para repensar, indiretamente, nossas concepções sobre as ancestralidades.

da práxis deve abrir as condições de possibilidade de interrogar as alienações e naturalizações (Pichon-Rivière & Quiroga, 1985) de nossos modos de nos relacionar com os outros, as vidas, os mundos e a terra. Aqui há um encontro entre Enrique Pichon-Rivière e Martín Baró, quem escreve:

O saber mais importante do ponto de vista psicológico não é o conhecimento explícito e formalizado, mas esse saber inserido na práxis quotidiana, na maioria das vezes implícito, estruturalmente inconsciente, e ideologicamente naturalizado, enquanto adequado ou não às realidades objetivas, enquanto humaniza ou não às pessoas, e enquanto permite ou impede os grupos e povos de manter o controle de sua própria existência. (Martín-Baró, 1996).

Em nossa proposta seria, mas uma questão de protagonismos que de controles, sendo que hoje essa diferença poderia ser resolvida pela categoria de empoderamentos grupais-comunitários. Assim como o grupo é proposto como “campo”⁹⁷, no qual se reproduzem outros campos sendo assim concebido como topologia de reprodução, os empoderamentos são possíveis na ruptura das repetições e, por meio do agenciamento de outras territorialidades onde se atualizem as capacidades de produção do novo.

Perante os exílios e desteros os grupos devem funcionar como potência afirmativa de aterramentos orientados por nossos sistemas de referência singulares-desalienados e não alienantes, pulsar novos mundos que já vibram nos tempos não cronológicos entre-gestando vínculos/entre-corpos nas an/danças possíveis, recriando os esquemas de referência que nos encontram em outras humanidades. Essas humanidades outras são produzidas pelos devires intempestivos dos grupos trans-formantes, mas também retirando do Mundo-Uno, e de seus sarcófagos estereotipados, humanidades que foram/são as encarnações de corpos desviados e

⁹⁷ Este é um dos termos mais utilizados por Enrique Pichon Rivière no livro “O processo grupal”. Tal utilização denota o lugar da teoria do campo de Kurt Lewin na Epistemologia Convergente.

que habitam/habitaram outros mundos. Nestes horizontes aparece a construção das Psicologias decoloniais que não perdem de vista as ações anticoloniais, sendo desejável nos abrir para as propostas de criação de uma psicologia Andina para a libertação (Videla, 2019).

Nesse agenciamento singular e potente aparece a noção de “corazonar” onde “raciocinar” é imanente a “sentir”, indissociável da entre-ação de entre- corpore, produzindo, assim, pensamentos-sensibilidades não subsidiários da racionalidade-Uno colonizadora. Contemplando esse campo de novos possíveis a autora propõe:

No es una propuesta teórica ni técnica, sino solamente el equivalente a un fuerte abrazo para todas, todos, que llegue a transmitir mi deseo de una psicología capaz de apachar, ternurar, corazonar, amar y mimar entre nosotras, nosotros y con los demas. (Videla, 2019, p. 6, grifo nosso)

Destacamos a utilização da palavra “apachachar” que, considerando os saberes de nossos antepassados e apagados pela Epistemologia eurocentrada, alude ao vocábulo *náuatle* que remete a “acariciar as almas”: Tal proposta migra dos entendimentos métricos para se conduzir a conhecimentos que não domesticuem as intensidades imanentes às afetações recíprocas que surgem dos encontros entre humanidades- mundos que não depredam a terras-vidas.

Mirta Videla evoca o valor da proposta pichoniana que confronta o avassalamento e a colonialidade, destacando a proposição de nos formar como “agentes de mudança social” (2019, p. 7). Isso nos leva a expressar o encontro da proposta da autora com uma Psicologia Social da Práxis da América Latina:

Pues como enuncia la sabiduría de nuestros “agüelos”, solo cuando el corazón y la razón, el cóndor y el águila se hermanen en vuelo de libertad, la humanidad encontrará razones para sanar la vida y salvar a la madre tierra, pachamama, que hoy agoniza, por la

voracidad de una civilización que ha dado prioridad a la acumulación del capital a costa de nuestra vida. Por eso estas anticipaciones ancestrales nos mostraban la necesidad de un vuelo conjunto de águilas y cóndores, en este tiempo de corazonar desde una perspectiva psicológica descolonizada y auténticamente nuestra. (Videla, 2019, p. 8).

Os caminhos “autenticamente nossos” irão se configurando ouvindo-sentindo-aprendendo (ou reaprendendo a pensar como propõe Enrique Pichon Rivière) transitando, outra vez-pela primeira vez, o apapachear ancestral, o ternurar das humanidades que se agenciam divergentes e os corazonar de povos porvir que habitem amorosamente esta terra povoada de multiplicidade de mundos, compondo assim “novos recipientes” onde caibam autenticamente nossas histórias, atualidades e porvires emancipantes-emancipados.

Neusa Souzasintando a Psicologia Social da Práxis em processo de América-ladinização

Existem várias críticas a Racionalidade única que fomos trabalhando. Neste platô, o embate realizado por Neusa Santos Souza (1990) define certas regiões da destruição do agenciamento da identidade negra como singularidade emergente da(s) negritude(s). Não podemos deixar de chamar a atenção de que, a afirmação identitária não pode ser criticada como delimitação fixa das existências. Essas críticas, nunca embasadas em práticas interseccionais e sim, baseadas na lógica de mercado das mídias sociais, incompreendem as operações diferenciais da colonialidade- genocídios: ora eliminam as vidas em Devir que produziam identidades nômades como no caso das negritudes, ora destroçam seres identitários cuja capacidade de transformação e luta foram emergentes de seus múltiplos devires. Em um caso e outro vemos que os terrorismos totalitários coloniais e neocoloniais se organizam através da racionalidade Uno-Helena e procuram montar sistemas de eliminação de identidades em movimento onde o debate sobre a prevalência do ser ou do devir é realmente secundária.

Neusa Santos Souza (1990) nos presenteia com certas chaves prático conceituais para intensificar a proposta pichoniana, procurando sistematizar os movimentos de abertura oferecidos por tal autora em seu livro citado:

1- Desmontar o branco como modelo de identidade que devora as distinções, produtivas de vidas outras, agenciadas pela negritude como potência afirmativa. Nas propostas que estamos realizando para compreender a base dos vínculos, produzidos nas tensões entre mútuos estranhamentos-mútuas representações, é criada a possibilidade de raspar os operadores histórico-sociais-políticos que colocam a brancura como proposição de um modelo identificatório universal. Isto implica problematizar em cada grupo a designação-assunção de papéis: este processo é, também, reprodutivo da destruição dos esquemas de referência de negros, negras-singularidade de gênero? Problematizar este fenômeno “universal” não nos resguarda do risco de naturalizar o fato de que também estamos organizados a partir do esquema

de referência do opressor-colonizador? Enfatizamos que nossa proposta aponta a destacar que a situação inicial do encontro vincular nos produz o estranhamento indispensável para gerar as re-migrações para nossos esquemas de referências histórico-raciais, de sexo- gênero e classe. A reconexão com nossas originalidades, por nossa experiência, pulsa assignações/assunções que reparam os circuitos de afetos-outras representações que por sua vez, nos referem as territorialidades existenciais sepultadas pela colonialidade-capitalismo.

2 – O colonialismo e sua forma de devastação das vidas a partir da imposição de formas de relação, que impedem os vínculos, se baseiam em um sistema de continuidades. Por exemplo, a identidade negra, seus esquemas de referência devem ser a continuidade dos mesmos termos formatados na afirmação totalizada da branquidade. Se não há descontinuidade é interposto um grande obstáculo para a delimitação de diferenças-opalescências, pois estas são iluminadas pela identidade Branco como continuum. A noção de distância “ótima” de Enrique Pichon-Rivière, além de outras derivas, supõe a quebra do regime de continuidades que toda naturalização impõe. Ou seja, o funcionamento do grupo operativo exige a descontinuidade do igual e a continuidade variável das diferenças grupais. Para aprofundar este viés da atualização do grupo operativo é necessário interrogar os sistemas de deposição propostos pelo Enrique Pichon-Rivière (1985, p. 60). Nesta linha de argumentação da Psicologia Social da Práxis seu criador nos convida a pensar a dinâmica dos papéis no âmbito grupal, a partir da elucidação de quem são os depositantes, o que é depositado e quem é o depositário. Todo esse desenvolvimento é colocado como processo que possibilita entender como o depositário das ansiedades do resto dos membros do grupo, se constitui como emergente-porta voz da patologia de um grupo. Propomos manter, com os enriquecimentos que as práxis possam ir acrescentando, este esquema explicativo em um grupo que já funciona como grupo operativo transformado-transformante. Outra vez nos encontramos com que aquilo que o criador da Psicologia Social da Práxis pressupõe como ponto de partida e a nosso critério é um ponto de chegada transitório

a ser enriquecido na operatividade revolucionária adquirida por um grupo. Se nos deslocamos para outro ponto de início notaremos que resulta indispensável, antes de mais nada, quebrar as continuidades de certas estereotipias que fixam reprodutivamente este processo. Devemos questionar, em um grupo operativo interseccional o caráter prevalentemente branco, hétero e proprietário-privilegiado, daqueles que se auto assignam o papel de depositantes. As deposições desses membros pretendem definir o depositário não unicamente como “doente”, senão também inferior-subordinado-submisso em termos de etnia/raça/sexo-gênero. Inclusive deveríamos compreender que o sistema das 3 D’s deve ser compreendido através da interseccionalidade, pois a assunção da “doença mental”, por parte das identidades nômades, se encontra inserida no sistema de imposição de continuidade da identidade Uno-branca-colonial-heteronormativa-familiarista-capitalista. Este último ponto pode vir a ser re-compreendido por meio do trabalho pelo Lucas Veiga (2021) no capítulo “Abre caminho” cuja composição autobiográfica abre duas linhas de compreensão:

A) Elucida como a resistência perante a subalternização e supervivências impostas “depositadas” pela branquitude colonial sobre um membro da sua família, implicaram a deposição desse corpo no manicômio para ser violentado, excluído, estigmatizado, despedaçado nas entranhas da maquinaria manicomial que pretende serializar subjetividades.

B) Explícita como a fuga desse familiar do manicômio significou, em uma família negra, rupturas dos sistemas de deposições reprodutores da branquitude. A suposta doença mental foi compreendida, além de todos os cuidados intrafamiliares, como forma existencial desse membro oferecendo, por meio dessa percepção, elementos de composição de lutas e resistências que confrontaram a continuidade e naturalidade da branquitude e, por tanto, exalta o que aquele processo de vida divergente traz como afirmação de uma vida dissidente em sua potência-capacidade.

A Psicologia Social da Práxis atualizada se encontra desafiada a re-compreender que os fenômenos de deposição divergem substancialmente se forem consideradas as composições de raça, classe, gênero e contexto. Tal trabalho deveria partir do reconhecimento que as continuidades de modelos identificatórios totalizados se apoiam nos regimes de deposição derivados do Uno e seus operadores absolutizantes. Ainda reconhecendo que as intervenções grupais pichonianas visam dialetizar as 3D's redistribuindo as deposições sobre os depositantes, consideramos que deveríamos interpor outras 3D's. Como primeiro movimento, correlacionado a etapa do mútuo estranhamento, despovoar-nos daquilo que nos define como depositantes do próprio no outro. Na reversão do depositado no outro na nossa verticalidade podemos desterritorializar-nos do sistema de deposição sócio-histórico e racial binarizado. Tal reversão sobre nós de nossas próprias durezas, decorrentes da alienação, abre a possibilidade de gerar re-territorializações conectados a novos circuitos de afeições-representações multiplicitárias. Isso definiria, inicialmente, a possibilidade de perceber-nos como depositários de formas de vida alienada e alienantes, sendo os despovoamentos, desterritorializações e re-territorializações libertárias, os processos que nos retirariam dos caracteres coercitivos de sermos depositantes de nossa própria estereotipia no outro. As 3D's que propomos implicam *despovoar-se* do Uno, *desterritorializar-se* do sistema territorial que nos coloca como proprietários dos espaços de afirmação de vida e nos *desaliena* de perpetuar a diversidade de desapropriações que o sistema das relações hegemônicas opera sobre todo e qualquer devir minoritário⁹⁸.

⁹⁸ : Incluímos aqui uma definição de Gilles Deleuze sobre as Minorias: “As minorias e as maiorias não se distinguem pelo número. Uma minoria pode ser mais numerosa que uma maioria. O que define a maioria é um modelo ao qual é preciso estar conforme: por exemplo o europeu médio adulto macho habitante das cidades. Ao tempo que a minoria não tem modelo, é um devir, é um processo. Pode-se dizer que a maioria não é ninguém, quando a minoria cria para si modelos, mas sua potência provém do que ela soube criar, e que passara mais ou menos para o modelo, sem dele depender” (Deleuze, 2017, p. 214, grifo nosso). É interessante que não se trata de um “não modelo” e sim da potência criativa que o agencia e não “depende” dele.

O cuidado deve estar dado pela compreensão do caráter diferencial desta proposta. Naqueles devorados pela identidade branca colonial implicaria porificar as superfícies duras que exigem a obediência e submissão para se deslocar a territórios de origem povoados de sistemas vinculares cuja horizontalidade prevalente não se ajusta a tríade depositante, depositado, depositário. Isto significa demolir o Uno depositado sobre o caráter multiplicitário imanente da negritude ancestral e repovoar-se das singularidades irreduzíveis que lhe são próprias. Tudo isso implica desconstruir a brancura incrustada em cada poro da negritude devolvendo os atributos, modos de ser e existir brancos a própria branquitude desapropriando-la daquilo que nunca lhe foi próprio. Nessa perspectiva, se trataria, correlativamente, de: Deslocar, Demolir, Desconstruir, Desapropriar os apropriadores e agenciar encontros/reencontros com à Ancestralidade e atualidade da negritude se reapropriando da existência como diferença-opacidade potente. Este processo supõe também compreender diversos elementos, fenômenos e relações a partir das distintas localizações na interseccionalidade.

3 – A partir das considerações que temos realizados sobre a corporeidade com produção sócio-histórica relacional é indispensável que a proposta da Psicologia Social da Práxis desmonte a vetorização do “ser do outro” a partir de sua pele (Souza, 1990, p. 20) da epidermização (Fanon, 2008, p. 28) ou pela sua biologia. Nesse ponto há que interpelar a distribuição homogênea de supostos atributos existenciais derivados dessas categorizações coloniais, assim como propomos passar da pergunta sobre o que é um grupo, para as questões definidas pelo que os grupos podem. Assim como não podemos permitir sermos guiados pelo que os corpos são e, sim pelo que estes são capazes em termos de invenções de vidas. Isso também traz como consequência assumir a imanência entre corpo/grupo- grupo/corpo. Não podemos deixar de perceber que o sistema de atribuição fixos sobre o outro é expressão da

adaptação passiva à realidade como forma de se adequar a sistemas sócio econômicos e políticos totalitários.

4 - Pelos pontos anteriores é indispensável debater se a circulação de papéis definidas pelo Enrique Pichon Rivière está alienada ou não à reprodução dos padrões raciais de classe-raça, classe e gênero dominantes. Por exemplo, até que ponto não é depositado, o papel de “bode expiatório” ou de “líder de resistência” sobre as pessoas que não encarnam tais padrões? Não haverá, a partir da naturalização e inércia desses padrões, formas imperativas e violentas de assignar esses papeis aos “desviados” e que, sendo assim, não poderíamos falar, à rigor, de que estes tenham a oportunidade de assumir ou não estes papéis?

5 – Para realmente agenciar grupos sobre a base da heterogeneidade, respeito pelas diferenças devemos explicitamente raspar intensivamente o tripé “cor-ideologia do embranquecimento e o mito da democracia racial”. Este triângulo guarda correspondências significativas com: sexo-biologia, ideologia binário patriarcal-heteronormativo familiarista, saber-poder/hierarquia-obediência-submissão. Não interrogar estes pontos significaria trabalhar com pseudo-heterogeneidades e, portanto, com grupos não operativos.

6 – O exímio trabalho de Neusa Santos Souza também nos convida a repensar as noções de ascensão social, eficácia, eficiência, produtividade, status que também são trabalhados na Psicologia Social da Práxis. Enrique Pichon Rivière entrelaça todas essas noções com aquelas de motivação inconsciente. (Pichon-Rivière, 1985, p. 161) Nesse ponto, o criador da Psicologia Social da Práxis nos incita a correlacionar a motivação inconsciente para satisfazer as necessidades e como esse processo se articula com as propostas hegemônicas relacionadas aos processos migratórios europeus, atrelados a uma suposta ascensão social. Não podemos homologar os fenômenos parciais de assimilação cultural e exploração operados sobre os processos migratórios europeus de pós-guerra, com os processos de destruição absoluta e massiva impostos, por meio dos desterrados e diásporas, pelo colonialismo sobre a negritude.

Notamos a validade dos fenômenos que descreve Enrique Pichon-Rivière, relacionados aos migrantes europeus que se debatem entre assimilações e resistências, mas que também são de certa forma reconhecidos afirmativamente pela sua origem territorial e de raça. Demarcariam formas de ascensão social que não necessariamente implicam a negação das culturas de origem e muito menos desmentidas e objeto de recusas, rejeições e segregações raciais. Contudo, poderíamos dizer que assim como na Argentina é dito cotidianamente que o migrante europeu “fez e construiu a América”, não menos verdade e que o colonizador europeu fez uma América que construiu uma negritude embranquecida por meio da violência estrutural. Considerando estes elementos todas as noções colocadas no começo deste ponto devem ser relativizadas nos grupos. Estes devem nos auxiliar na conscientização de que o “Ascensão social”, status e derivados, da negritude é imposta à condição de seu embranquecimento. A ascensão social decretada pelo Uno-branco é antagônico daquele conquistado pela luta e resistência de negras e negros. A eficácia e a eficiência decorrente do sistema de dominação e opressão são gradientes que medem a adaptação passiva das dissidências as padronizações do Uno. Não podemos postular critérios de operatividade, e ascensão social de um grupo aceitando o imperativo hegemônico que requer desaparecimentos identitários, pois isto significaria a pulverização das “motivações-necessidades inconscientes” próprias do ser em situação em sua diferença. Não podemos aceitar que os sistemas das relações sociais impostas definam os funcionamentos grupais determinando assim que, para ascender socialmente esse sujeito em situação, deve não-ser. Avançar sobre outras epistemologias que nos possibilitem intervir na criação de liberdades insurgentes é indispensável. Assumindo este desafio nos aproximaremos a propostas de nossa terra que denunciam os epistemicídios, que se renovou com a “desaparição” da criticidade da obra de Enrique Pichon-Rivière operada pelo Estado Terrorista Argentino. A nosso critério devemos abrir novas florestas conceituais que não depredem as multiplicidades e, sim

intensificar pensamentos- práticas que se conectem com nossas afeições genuínas- desalienadas do Uno.

Psicologia Social da Práxis: sobre a necessidade de construir uma epistemologia Améfrica Landinizada

A Psicologia social da Práxis deve ser indagada a respeito do significado da expressão “sistema mundo colonial moderno capitalista” seus limites e possibilidades de transformação. Tal proposição coloca assuntos que não podem ser alheios a psicologia Social da Práxis desde o momento em que o colonialismo ao desenvolver uma estratégia de conquista-extermínio-imposição-da-unidade sobre o diferente de si, cria também um sistema de escalonamento, de classificação da diferença, gradação da diferença, de inferiorização do diferente e de legitimação da superioridade da unidade. Processo esse originador e intensificador das noções de racismo e sexismo com práticas diversas de extermínio.

Para avançar em nosso propósito utilizaremos textos de Gonçalves (2016), Gonzalez (1988), Grosfoguel (2016) e Quijano (1992) efetuando a tentativa de contribuir aportando novos elementos que o ECRO Pichoniano não pode desconhecer. Estas reflexões, que funcionam também como resenhas “sui generis”, trazem elementos epistêmicos que podem vir a conectar com a necessidade de compor uma epistemologia da Améfrica Landina e a seus diversos níveis de busca pela libertação. Também é uma tentativa complementar a aquelas que já realizamos até este ponto com a finalidade de colocar a proposta pichoniana em outros platôs.

Poderíamos tratar tal expressão como designativo da maquinária hegemônica atual que se sobrepõe totalitariamente à multiplicidade de territórios (mundos) e suas populações e produções de modos de vida diferentes. Tal sistema impõe uma unidade (subjetividade reproduzida) à qual podemos nomear como europeia/ocidental/norte-centrada/branca-heteronormativizada por meio do extermínio e segregação e denegação da diferença, captura, apagamento, substituição das origens ancestrais pela unidade reprodutora artificial que se corresponde a uma pseudorigem. A construção de uma origem ilusória, que se relaciona com a epopeia enunciada pelo colonizador, se instala, ramifica, controla, coopta, fazendo acreditar

que é “real”, “objetiva” e “subjetivamente” (individualmente). Essa abolição do “próprio coletivo” é possível pela negação da intersubjetividade, portanto, negação da grupalidade/coletividade enquanto caráter imanente das produções de vidas. Nesta direção a epistemologia convergente contribui com sua ênfase na intersubjetividade contextual a ser elaborada- reelaborada nos/pelos grupos operativos.

A maquinária que produz-reproduz o sistema (fechado) impresso em um “mundo-Uno”, vem se dando de modo processual, histórico-social, artificial, pela articulação de ações de conquista e extermínio, produção de equipamentos de registro e controle da diferença e reprodução da unidade escolhida, consumo-consumação de tudo segundo hierarquizações externas e internas rigidamente finalistas.

Tal processo culmina em um grande complexo anti-produtor de novidades pelo massacre das diferenças e a imposição despótica e totalizada do Uno-Absoluto. Uno essencial, universalizado, mistificador dos operadores de arrasamento e fatalização das diferenças, variações, heterogeneidades, diferenças (relativas e absolutas) e multiplicidades. Imposição genocida daquilo que se propõe como modelo inquestionável de ser-existir-estar no mundo do Igual sem diferenças. Diferenças reguladas, moduladas e serializadas pelas axiomáticas do Capital e da Racionalidade Única emergente do logocentrismo da Europa que foram instituindo diversos estratos, no processo sócio-histórico, sobre os que se incrusta o Capitalismo mundial integrado (Deleuze e Guattari, 2010) que dentre outras operações e mecanismos de recuperação e imposição destacamos a localidade globalizada (Santos, 1997).

Pretendemos cartografar estas produções compreendendo e pinçando alguns conceitos fundamentais que elucidam a relação de fenômenos de desaparecimento do caráter multiplicatório das Vidas e a institucionalização de processos, disposições, equipamentos, mecanismos, práticas, enunciados de afirmação genocida de um “sistema mundo” proposto como Império do Uno que coagula, amputa e destitui o que funciona como “existências

mínimas” (Lapoujade, 2015), linhas de fuga/ afirmação desviada de potência (Deleuze e Guattari, 1996), insurgências das multiplicidades (Kazi, 2006). Tais existências “mínimas” aludem aos “devires minoritários” que podem ser trabalhados seja na desalienação da vida cotidiana, no grupo como dispositivo micropolítico⁹⁹, na compreensão da dimensão do “projeto” como um “futuro” unicamente modificador e insurgente se, no agora, inventa conexões com ancestralidades denegadas e desgarradas pelos extermínios das conquistas (inclusive atuais) e nos genocídios (sempre presentes na organização da hegemonia). Estas possibilidades se encontram nos percursos do produzido por EPR assim como nas atualizações que podemos fazer sobre sua obra.

As análises sobre as ideologias formam parte de nosso esquema de referência. Elucidar os elementos sobre os que se apoia a ideologia do extermínio é renovadamente necessário, sendo de suma relevância consultar os trabalhos de autores de nossa terra e aliados contra-hegemônicos que habitam outro mundo combatendo-o.

A abertura deste capítulo estabelece seus contornos a partir da afirmação inicial de Ramon Grosfoguel (2016):

“A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais. Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais têm gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos

⁹⁹ No Brasil quem tem inaugurado a possibilidade de avançar na compreensão de grupos como dispositivos é Domenico Uhng Hur. Seu frutífero trabalho o levou a postular a tetralvência dos dispositivos grupais abrindo assim a perspectiva de poder avançar para uma compreensão multivalente das grupalidades em termos processuais desde perspectivas diferentes as estabelecidas. Suas ricas reflexões podem ser consultadas em “O dispositivo de grupo na Esquizoanálise: tetralvência e esquizodrama” (2012).

projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo. Os projetos neoliberais, militares, internacionais, de direitos humanos estão informados pela autoridade do conhecimento Norte-cêntrica que se impõe por meio de mecanismos institucionais universitários, militares, internacionais (ONU, FMI, Banco Mundial), estatais etc. Essa autoridade não é democrática, impõe-se à base da superioridade do conhecimento imposta pela dominação ocidental capitalista do mundo e tem uma história de longa duração...” (Grosfoguel, 2016. p.25)

Em Gonzalez (1988) e Grosfoguel (2016) temos a descrição do processo de criação do complexo racista se dando pelo acoplamento dos polos religioso, étnico, sexual, geográfico inaugural deste “sistema mundo”, forjado pelo processo de conquista e reconquista da Península Ibérica entre os séculos VIII e XVI. Esse processo foi estruturado a partir de uma estratégia de guerra, extermínio e fagocitação dos resquícios, capazes de transformar sociedades e culturas ricas e complexas em populações campesinas orais (Quijano, 1992). Os genocídios-epistemicídios foram realizados em quatro fases direcionadas aos povos muçulmanos e judeus (negros e árabes), aos povos originários das “américas”, aos povos africanos e em relação às mulheres indo-europeias, seguido da exportação da máquina de extermínio estatal. Em um primeiro momento pela Monarquia Imperial Cristã Espanhola, a qual se atribui a engenhosidade perversa da criação dessa maquinaria, sobre os territórios que foi colonizando e, posteriormente, importada por outros grupos europeus dado sua eficiência letal. Este programa eventualmente se volta sobre a Península Ibérica, conseqüentemente sobre a Monarquia Imperial Cristã Espanhola, tomada como local da irracionalidade após derrota bélica pelo exército holandês que transporta o poder à Inglaterra, França, Alemanha, Itália e posteriormente aos Estados Unidos da América. Estarmos atentos a todos os assentamentos de racionalidade Uno, a partir dos que se realizam práticas de eliminação da vida, deve ser um objetivo da Psicologia Social da Práxis assim como agenciar sua raspagem e produzir outros modos de pensar-sentir-fazer e

dizer não submetidos a essa lógica. Esse produzir necessariamente implica se reconectar com o cindido do “passado-presente” da história de nossa terra-povos assim como, a partir dessa re-posição, criar novos modos de liberdade vincular.

Ainda em Gonzalez (1988) e Grosfoguel (2016) toda essa articulação se dá perversamente de maneira praxica, aliando a produção da ação de extermínio à criação de pensamento justificador dessa prática, que podem ser colocados em fases também sobscritas aos processos exterminadores/dominadores/colonizadores. Há um “marcador” que devemos tomar em conta para entender a brutalidade colonial como “acumulação de conhecimentos sobre matar” onde há uma evidente transposição de práticas de racionalização genocida a partir de concepções religiosas. Durante a reconquista ibérica aparece a instituição de uma lógica religiosa que não desumanizando muçulmanos e judeus, os coloca na posição de engano, pessoas que foram seduzidas pelo deus errado e que podem ser “livradas” pela cristianização. Em seguida pela manifestação de Colombo ao entrar em contato com os povos originários das américas como povos sem religião, “sem deus”, se desenvolve uma longa discussão (60 anos) a respeito desses povos possuírem alma ou não, poderem ser escravizados com consentimento do deus da cristandade ou não, por serem humanos ou não, o que lhes outorga a qualidade de povos com almas bárbaras (quase humanos) e que poderiam ser alçados à condição humana pela cristianização.

Contudo, essa discussão abre caminhos para a instituição de uma outra noção, de povos “sem alma”, que não sendo desprezada é utilizada em relação aos muçulmanos e judeus e intensifica o processo escalonando europeus-“índios”-negros segundo a lógica possui alma – possui uma quase alma – não possui alma. O que por si só já contempla três dos quatro genocídios e epistemicídios apresentados. O último se dando sobre as mulheres indo-europeias tomadas como bruxas por possuírem conhecimentos antecessores ao imposto por essa maquinaria e serem capazes de instituírem outras práticas de vida orientadas por outras lógicas,

por outros conhecimentos, por outra capacidade de produção de conhecimento e vida, uma outra relação entre pessoa e mundos, que porém não estava materializada externamente, sim em seus corpos e práxicas de vida. Toda essa sequência se dá justificada e permitida pelo cogito cartesiano, hierarquizador absoluto, que instituindo o indivíduo transporta a esse construto os atributos até então designados à divindade da cristandade, a capacidade de produção autônoma e solitária de conhecimento verdadeiro universal e objetivo, logrado pela relação sujeito-objeto, indivíduo-tudo. Há que destacar que o indivíduo é compreendido como o homem-branco-europeu, primeiro ibérico depois alemão, francês, inglês, italiano e o tentáculo estadunidense.

Os crimes da racionalidade Uno, do “grande obstáculo epistemológico” apontado por EPR (1985, p. 200), nos instam a nos esforçar na procura dos agenciamentos vinculares capazes de desconstruir-demolir essa “lógica” que ainda perdura nas suas realizações diferenciais, mas que mantem inalterado o objetivo de exterminar por meio de equipamentos grosseiros e “sutilizados”. Entretanto, ainda conversando com a as propostas com Ramon Grosfoguel, que por sua vez dialoga com Enrique Dussel, nos permitem avançar na confrontação que temos sustentado em relação a noção de Ego individual e necessidade de desconstruí-lo em práticas-experiências grupais emancipatórias:

“Enrique Dussel (2005) responde a essas perguntas com o seguinte argumento: o "penso, logo existo" de Descartes é precedido por 150 anos de "conquisto, logo existo". O Ego conquiro é a condição de existência do Ego cogito de Descartes. Segundo Dussel, a arrogante e idólatra pretensão de divindade da filosofia cartesiana vem da perspectiva de alguém que se pensa como centro do mundo porque já conquistou o mundo. Quem é esse ser? Segundo Dussel (2005), é o Ser imperial. O "eu conquisto", que começou com a expansão colonial em 1492, é a fundação e a condição da possibilidade do "eu penso" idolátrico que seculariza todos os atributos do Deus cristão e substitui Deus como fundamento do conhecimento. Uma vez que os europeus conquistaram o mundo, assim

o Deus do cristianismo se fez desejável como fundamento do conhecimento. Depois de conquistar o mundo, os homens europeus alcançaram qualidades "divinas" que lhes davam um privilégio epistemológico sobre os demais". (Grosfoguel, 2016. p.30-31)

Seguindo estas reflexões colocamos em outra geografia epistémica a necessidade pichoniana de quebrar com "o Ego conquiro" a partir da dialética contextualizada, assim como elas nos convocam a pensar e nos comprometer com outros modos de aceder à composições racionais não subsidiárias a essa origem cartesiana, reconfigurada e redefinida em diferença pelo neoliberalismo. O redirecionamento dos vetores do cone, a inclusão da interseccionalidade, a re-compreensão dos vínculos pode oferecer pistas que ativem as derivas de ruptura com a sobrecodificação do pensar na racionalidade cartesiana e suas "re-descobertas" hegemônicas.

Gonzalez (1988) traz para a discussão a noção do desenvolvimento de duas máquinas racistas diferentes, um fruto da colonização a partir dos países ibéricos e outra a partir da colonização de países não ibéricos, a primeira sendo segregadora e a segunda denegadora. Aliado a esta concepção temos Quijano (1992) que nos aponta o desenvolvimento do Imperialismo como resultado da sofisticação do Colonialismo ao internalizar aquilo que estava posto como relação hierárquica externa pela utilização de parâmetros de classe social e/ou étnica de modo pretensamente científico produzindo discriminações raciais étnicas, antropológicas, nacionais.

Desenvolvendo os aspectos de segregação e denegação, Gonzalez (1988), localiza que o racismo quando instituído por segregação, ou seja, praticado e institucionalizado abertamente propicia o desenvolvimento de movimentos de resistência e revolução, de articulação do grupo submetido, o que pode ser observado nos movimentos negros estadunidenses e sul-africanos.

Movimentos que não só resultando em modificações locais impactaram todo o contexto mundial ao evidenciar a possibilidade de luta, de mudança, a capacidade de resistência e revolução. Afetando e produzindo movimentos inclusive em países onde o racismo se articula por meio da denegação, como é o caso do Brasil. Ambos os processos parecem estar ligados à hibridização. Nos grupos segregadores apoiando-se sobre a ideia da pureza de sangue enquanto nos grupos denegadores pela dupla negação de sua clara constituição composta também por aqueles que são identificados como Outros, como não-indivíduos. Nega-se o Outro, *se compondo um tornar inconsciente o consciente* que se exala poríficamente, por meio da burocracia, da ideologia, da criação de uma estrutura que faça com que os grupos dominados se apropriem da lógica do dominador e a reproduzam realizando sua manutenção inconscientemente.

Assim como EPR localiza o fenômeno violento da segregação e a denegação das diferenças em outros planos, a inclusão crítica destas e o trabalho de quebra das denegações-rejeições-recusas perversas, mecanismos estes que formam parte dos estamentos de poder em todos seus níveis, deve formar parte tanto na reconfiguração profunda de como é pensada e praticada a heterogeneidade assim como estar presentes desde a enunciação do enquadre grupal e formar parte da tarefa manifesta do grupo.

Quijano (1992) contudo demarca a relação propriedade/conhecimento de maneira interessante, colocando que a noção de propriedade enquanto existente objetivamente, é propícia a exploração, a acumulação primitiva de capital, a retirada das capacidades de produção pelo extermínio epistêmico e genocida, a implementação da lógica e ação reprodutoras, a articulação da divisão internacional do trabalho pela atribuição de lugares precisos orientando as relações de produção entre norte e sul global, países de desenvolvidos e subdesenvolvidos (Gonçalves, 2016), que são atributos claramente capitalistas, a lógica de expropriação e reprodução do capital. Contudo, em contraposição, o conhecimento não obedece

à lógica capitalística ou ao regime de propriedade, só existe intersubjetivamente, sendo produzido localmente, socialmente, bem como sua aplicação e legitimidade é resultantes do reconhecimento da heterogeneidade da realidade, seu caráter contraditório irreduzível, sua legitimidade, desejabilidade e diversidade. Nesta linha seria desejável que os grupos operativos proponham a ocupação dos territórios-vidas na nossa terra que nos foi saqueada (con-texto) para assim relançar nossos modos de exercício-práticas de vida contrapostas ao alheio desestruturante do colonialismo-capitalismo e seus conhecimentos construídos a partir de necro-conceitos produzidos pelo par epistemicídios- genocídios. Em tais grupos repomos a heterogeneidade- diferenças e trabalhamos as contradições inerentes a nossos modos de viver-sentir-saber- praticar não colonizados pela morte. Tal vez, nesse sentido EPR caracteriza, parte do projeto dos grupos, como modo de conceber a “própria morte”, já não alinhados a uma perspectiva fatalista (ou com referências tacitamente hegelianas) senão como parte do processo de não aceitação dos modos de viver e morrer que nos são impostos.

Compreendendo a modernidade como “período” ou classificação dada a partir das modificações realizadas pelo Colonialismo e conseqüentemente parte da produção do Imperialismo, podemos dar como delimitada a expressão que interrogamos no começo do capítulo. Agregamos que seus limites aparecem claros, uma vez que sua constituição se dá como uma implosão em relação à realidade, mas demarcando um plano perverso prático antiprodutor de vida que aniquilando, exterminando, pessoas e conhecimentos (o que se dá em conjunto necessariamente) faz menção ao autoextermínio pelo enormidade de sobreinscrições e intranscrições que intensificam o processo disparado pela maquinaria rumo à aceleração infinita (Han, 2018), o que também acaba dando origem a linhas de fuga orientadas à tentativa de produção e que nos direciona às possibilidade de mudança.

Gonçalves (2016) e Gonzales (1988) nos propõem que as possibilidades de mudança estejam ligadas à produção de novos territórios, populações, culturas, que se deem pela

consciência de que resultam desse processo perverso, que se articulando pelo resgate possível de uma materialidade ancestral, local, concreta, possam se articular produzindo produções de vidas e conhecimentos que surjam de nossas origens-singularidades, compondo linhas de força, capazes não só de resistir sobrevivencialmente ao processo de extermínio, sim, de furar a malha de sobre- e intranscrições intensificando a composição de coletividade e grupalidade que não seja regida por nenhum dos elementos compositores deste sistema mundo colonial moderno capitalista, observando inclusive quais aspectos ancestrais possibilitaram o engate com os aspectos que antecederam a situação atual.

Grupos pichonianos: a intervenção analítica como um/vários fazer-es. Um rabisco cartográfico

A proposta de pensar as existências humanas a partir de geologias, também alude ao processo de compreensão das diversas “napas-estratos” que configuram redes vinculares internas-externas localizadas em territórios. Por outro lado, as geografias de localização do sujeito são imanentes e dialéticas entre si, se encontram conectadas. O comportamento desse ser situado está multideterminado, assim como determina diversos fenômenos nas três áreas que se assentam em diversos regimes territoriais: do superficial ao profundo e vice-versa e do extenso ao intenso em relações de interpenetração.

A dicotomia superficial-profundo está problematizada, em Enrique Pichon-Rivière, pela co-implicação das duas dimensões na espiral dialética. Entretanto, de modo sutil, parece perdurar uma dicotomia: se o coordenador grupal deve “fazer explícito o implícito” o autor parte, *aparentemente*, de uma hierarquização que coloca o “profundo” como determinante e o “superficial” como determinado. Podemos, tangencialmente, omitir este ponto nos escudando na relação de mútua incidência oferecida pelo método dialético. Porém, nosso propósito nos leva a interrogar certas brechas conceituais pelas que aparecem determinismos engessados. Estes últimos podem nos levar a fazer interpretações que, eventualmente, nos orientam em práticas estereotipadas decorrentes da manutenção de dicotomias. Se analisar é “fazer explícito o implícito” (Pichon-Rivière, 1985, p. 63), operação que orienta as intervenções do coordenador-co-pensador, notamos o esforço do autor por desvendar as ansiedades básicas e medos que “coexistentes” e “cooperantes” configuram a “situação básica da resistência a mudança” (Pichon-Rivière, p. 153). Nas palavras de Enrique Pichon-Rivière esta questão aparece formalizada do seguinte modo:

A tarefa consiste então na elaboração de duas ansiedades básicas, medo perante a perda (ansiedade depressiva) das estruturas existentes e medo ao ataque (ansiedade paranoide)

na situação nova...Estas duas ansiedades, coexistentes e cooperantes, configuram a situação básica de resistência a mudança que deve ser superada, no grupo operativo, em um acontecer grupal no qual se cumprem os três momentos dialéticos de teses, antíteses e sínteses, por um processo de esclarecimento que vai do explícito ao implícito. (Pichon-Rivière, 1985, p. 153, tradução nossa)

Tal explicitação, no contexto do grupo operativo, é possibilitada pelo material grupal que apareceria por meio do que é colocado, por exemplo, pelo “porta-voz”. Esse material uma vez interpretado ao grupo permitiria a aparição de um novo emergente grupal. O novo emergente grupal, deflagrado pela realização de análises e interpretações por parte do coordenador, é gestado pela “organização de distintos elementos” que plasmam um “acontecimento sintético”. A explicitação-esclarecimento das ansiedades-medos-resistências implícitas alude a aquilo que já estava presente no grupo operando obstáculos no seu processo. As intervenções não devem ser compreendidas literalmente: que tais fluxos de intensidades, qualificadas como “medos-ansiedades-resistências” tenham estado já presentes, não significa que não sejam experimentadas como novidades, a partir do esclarecimento decorrente da interpretação. A liberação de energias que se encontravam recuperadas no registro do latente irrompem como quantidades que, a partir da sustentação das tarefas, pode vir a produzir novas qualidades relacionais. As quantidades previamente qualificadas pela reprodução dos mecanismos constitutivos do aparelho psíquico são liberadas aparecendo como novas quantidades que podem produzir novas qualidades que aparecem no novo emergente grupal. Tal processo é o que insta ao grupo a criar “novas organizações” na gestão de recursos e instrumentos para integrar, em outro movimento da espiral dialética, os elementos que se encontravam dissociados nos modos anteriores de organização grupal.

Note-se que não aparece formulado um “fato sintético” e sim um “acontecimento sintético”. O acontecimento implica o advir de um novo radical, os eventos-acontecimentos não

se encadeiam mecanicamente a aquilo que formalizamos como “o prévio”. Em outras palavras o Acontecimento¹⁰⁰ é uma atualização e não uma re-atualização assimilável a uma “estrutura” que modulava as “realidades” previamente (Baremlitt, 2003, p. 28). Desata tensões entre os modos de organização prévia já linearizados e os modos de organização a serem agenciados permitindo abrir uma nova etapa da espiral dialética.

O problema, como em qualquer sequência conceitual apresentada por Pichon- Rivière é que aquilo que é apresentado como processo sucessivo (fatos) também é simultâneo (acontecimento), o que reconhece uma temporalidade cronológica está interpenetrada por uma temporalidade intempestiva (Agamben, 2009), aquilo que aparentemente emerge do espaço extenso (pensar, dizer), também implica territorialidades e entre-territorialidades intensivas (fazer e sentir). Disso se trata, também, a noção de totalidade funciona como convergência, sínteses e imanência de multiplicidade de totalidades em movimento.

Outra questão precisa ser debatida. É possível discernir desde quais regiões epistêmicas é realizada a proposta de um autor e qual o “metaenquadre” a partir do qual o significamos? Esta pergunta adquire validade com uma esclarecimento: explícito não significa, em Enrique Pichon Rivière, “superficial” e “implícito” não alude necessariamente a “profundo”. Quando se refere a “superficialidade” está aludindo às defesas maníacas que condicionariam o que poderíamos nomear como certa “rasitude” expressa pelo Ego (Pichon-Rivière, 1985, p. 48). Claramente tais mecanismos de defesa são inconscientes assim como haveria aspectos do Ego que se encontram sob os domínios da repressão e, mesmo assim, o autor não lhes atribui a “profundeza” que classicamente lhes é atribuída.

¹⁰⁰ Para colocar a “trabalhar o ECRO pichoniano” em possíveis interfaces com a Esquizoanálise novamente convocamos as oportunas reflexões de Hélio Rebello: “A terceira frente aberta por Deleuze, nesse âmbito, diz respeito a uma pragmática que se dissemina pela teoria das multiplicidades, isto é, a maneira como podemos recolher, nas coisas, um “acontecimento” que as determina como “multiplicidades concretas” (Rebello, 2007, p, 14)

É provável que quando lemos “implícito” atribuímos, até por mecanismos de alienação a uma Psicologia debatida entre o superficial e o profundo, a qualidade de “profundo”. Na mesma página, quando explica que unicamente os pacientes nos comunicaram seu “sofrimento profundo” experimentam o processo de indagação e seus alívios concomitantes, não está colocando tal termo como escala de medição do “superficial-profundo”. Claramente está colocando o termo para expressar a intensidade das vivências de sofrimento e não uma métrica que as localiza em algum “além” profundo.

Podemos dizer que os implícitos se encontram na superfície, mas na condição de “oculto” ou “velado” e sua desocultação depende da explicitação de relações que se encontravam obstruídas. Inclusive podemos propor que o profundo habita as superfícies assim como essas superfícies moram no profundo. Um dos propósitos da Psicologia Social da Práxis é não reproduzir antinomias, assim como não denunciá-las quando não são essas as que residem na obra de Enrique Pichon Rivière.

Analisar, como foi citado, é um fazer (e não meramente um “dizer”) explícito àquilo que era implícito, o que estava velado pelos entrecruzamentos do “geológico” e do “geográfico,” do endógeno em relação dialética com o exógeno dos membros, dos vínculos e do grupo e esta atividade de “desocultação” remete a uma tensão dialética que pode derivar em uma nova dicotomia. Para procurar não instalar outras antinomias, mesmo “superadoras” das “anteriores”, é necessário sustentar de modo correlativo experimentações grupais junto as interpretações. Admitamos que o “fazer consciente o inconsciente”, decorrente da tríade “emergente-análise-elaboração grupal-novo emergente”, implica enlaçar o “processado” pelos grupos a representações, sejam estas cadeias associativas grupais ou composição de outras narrativas discursivas. A partir da dialética dos vínculos, a aparição de um evento-acontecimento permite a passagem da adaptação passiva a realidade para uma(s) adaptação

ativa a realidade. Neste ponto, devemos advertir que, nos grupos operativos não se seguem a letra os princípios da análise-interpretação freudianas.

Se impõe a necessidade de realizar uma série de considerações. Estas partem da suposta obviedade que há muitos modos de analisar¹⁰¹ e se tratando da produção científica essas modalidades estão sustentadas pela aplicação de métodos diversos. Em outro lugar, propus indagar tudo aquilo que denominei “não obviedade do óbvio” (Kazi, 2006), partindo de uma crítica ao racionalismo cartesiano. Considerei tal proposta filosófica como um programa de ideias que justificava a prática política da Monarquia, reformulava antinomias que legitimavam modos de opressão desde a antiguidade clássica, possuía todos os elementos para ser reivindicada como Totalidade Filosófica fechada e, assim, assimilar outros modos de filosofar-pensar. Desprezava a corporeidade-afetos, sonhos-delírios, sensações-práticas, elogiava um individualismo absolutizado no “cogito” que confirma o caráter racional da afirmação ontológica, antecipava modos de formatar o sujeito em formas existenciais recuperadas pelo regime de produção econômico cultural do capitalismo, dentre outras questões. Aquilo que seja formulado como “obviedade” na aplicação, consciente ou não, desse modo de pensar, exclui vastidões de formas de “esclarecer” e “analisar” para aceder a alguma verdade transitória, parcial, ligada a outras verdades contextualizadas na dimensão sócio-histórica, habitada e habitante de e por sujeitos em situação relacional-inter-ações.

O “óbvio”, neste caso, é que Enrique Pichon Rivière parte de outra concepção de sujeito que não é subsidiária ao modelo freudiano de aparelho psíquico e, definitivamente, difere das

¹⁰¹ EPR sim inclui a interpretação como recurso da coordenação do grupo. Mas qual é o caráter desta? Aponta a “iluminar o caráter transferencial de condutas impertinentes na relação com a tarefa. Tal processo transferencial superpõe fantasias, relacionadas ao arcaico-passado, com o que acontece no aqui- e agora. É ressaltado o aspecto temporal para obter uma instrumentação operativa com o presente grupal. Há uma confrontação temporal e não uma ênfase nos “conteúdos” das fantasias. Tal ênfase permitiria elucidar ansiedades e produzir um “insight” que “modifique a atitude reprodutora pela criativa da aprendizagem, da leitura operativa da realidade” (Pichon-Rivière, 1985, p. 195). Vários elementos se assemelham as compreensões freudianas, entretanto o acento nos processos temporais e um deslocamento não absoluto dos “produtos-produções” desse passado, assim como o insight motorizando a “criatividade operativa”, colocam diferenças substanciais em relação a compreensão psicanalítica clássica da transferência.

formulações de Inconsciente propostas pelo criador da Psicanálise. Como problematizar tal “evidência”?

No processo de construção da Epistemologia convergente, como totalidade aberta e heterogênea, Enrique Pichon-Rivière toma e remove conceitos de variados autores, os coloca em outros platôs práticos, que não os que originaram esses conceitos, e procura compreender como funcionam territorializados em instâncias alheias respeito daquelas nas que formam geradas por meio das relações entre objeto-método-produção conceitual. Neste processo de funcionar como um andarilho, pela mobilidade que transita caminhos não hegemonicamente traçados, como um catador de rua por asir aquilo que a Academia instituída considera residual e como um epistemólogo Latinoamericano, o autor cria bricolagens prático-conceituais que nos possibilitam debater e superar o Uno dos estamentos de poder norte- centrados.

Esse “andarilhar” o caracteriza como um nômade que ex-cursiona e não tanto incursiona, se retira em “ficates” fugazes. Quem pratique a Psicologia Social da Práxis deve “tratar” os conceitos em uma perspectiva de migração-movimento, de transdução que transfere elementos pela via dos saltos do quantitativo para uma nova qualidade, de vizinhança dinâmica que gera limiares híbridos, de proximidade com distâncias, de convergências não estáticas. Nestes horizontes podemos colocar que Enrique Pichon-Rivière é intercessor de cartografias práticas que permitem construir uma Psicologia autóctone que se infiltra nos conceitos de autores que se referem a outras realidades formando parte ou não de modos epistêmico coloniais. Também é destacável como EPR procura interromper o mecanicismo extensivo que parasita as “trilhas outras” de sustentação das práxis. A casuística mecanicista se parapeteia na multiplicidade de movimentos para recuperá-los no funcionamento dos caminhos únicos de métodos-instrumentos-compreensão-conceptualização-práticas baseadas em uma epistemologia formatada como Única.

As realizações práxicas pichonianas correlacionam o dentro no fora e o fora no dentro a partir da explanação sobre cada um desses níveis, quais relações se estabelecem entre eles. Se estamos procurando gerar uma intensificação do ECRO pichoniano encontraremos novos territórios práxicos existenciais não sendo recomendável a aplicação *inercial* de práticas-conceitos prévios. Por se tratar de perspectivas potencialmente inéditas é desejável ressignificar teorias-realizações e criar conceitos desde o momento em que consideramos que podemos embasá-los. As explanações do criador da Psicologia Social da Práxis podem ser tomadas como ex-plano-ações, pois espreme planos de ação prévios (ex) para indicar a necessidade de agenciar, de forma contínua, novos planos de ação que se suscitam em “realidades em movimento” e inclusive as produzem. Se as realidades já dadas se encontram em movimento, os conceitos referidos àquilo que era uma “realidade anterior” já não funcionam senão nos circuitos de continuidade onde o “novo” reconhece alguns elementos do “prévio”. O método de análise, claramente, não é o da “livre associação” como acesso aos conteúdos, produções e representações e formações do Inconsciente (Freud, 1996).

Pela nossa experiência o instrumento de análise é uma “caixa de ferramentas” (Foucault, 1979) povoadas de recursos discursivos, não discursivos, dramáticos, lúdicos, estéticos, que permeiam a análise dialética que pode ser realizada a traves de apontamentos, esclarecimentos, perguntas espontâneas, interpretações, recapitulações, propostas de atividades relacionadas a dinâmica de emergentes do processo grupal trabalhadas pela equipe de coordenação. E, tal analítica, se atualiza em fazeres que se relacionam com os momentos de abstração da ação de pensar¹⁰².

¹⁰² Em variadas ocasiões ouvimos dizer que as equipes levaram uma “dinâmica” para um grupo operativo. Nada nos impede levar variadíssimas “dinâmicas” se as colocamos a consideração a partir do processo singular desse grupo trabalhado pela equipe em suas reuniões de trabalho-leitura dos emergentes que foram se suscitando. Por outro lado, consideramos que a/as “dinâmicas” se correspondem aos movimentos grupais e o que “levamos” para trabalhar questões que definimos como relevantes são recursos- instrumentos que podem auxiliar, ou não, com os obstáculos grupais assim como intensificar sua operatividade relacionada aos diversos registros da(s) tarefa(s). Precisamos pontoar que utilizar estes recursos de forma acrítica, por confundir operatividade com trefismo e

Esses recursos-instrumentos não se subordinam ao propósito de desvendar a relação possível entre representações inconscientes e representações pré-consciente- conscientes que encontram sua validação em outro dispositivo. Certos elementos básicos de estilo possibilitam compreender a itinerância do criador da Psicologia Social da Práxis. Enquanto transita pela região epistêmica da Psicanálise vai “arrancando” conceitos para coloca-os a “trabalhar” modificados, relacionado-os, por sua vez, com outros conceitos “transportados” de diversas propostas prático-conceituais. Desta forma podemos caracterizar, também, a epistemologia convergente como multiplicidade rizomática de conceitos-práticas-discursos-sentires que constituem a fonte variável do(s) ECRO(s) pichoniano(s).

No prólogo do livro “O processo grupal, uma nova problemática para a psiquiatria” (Pichon-Rivière, 1985), o autor nos oferece algumas pistas para compreender a diferença com a Psicanálise Freudiana que foi se agenciando a partir de suas práticas iniciais como terapeuta:

No tratamento com pacientes psicóticos, realizado segundo a técnica analítica e pela indagação de seus processos transferenciais, se fez evidente para mim a existência de objetos internos, múltiplas “imagos”, que se articulam em um progressivo processo de internalização. Esse mundo interno se configura como um cenário no qual é possível reconhecer o fato dinâmico da internalização de objetos e relações. (Pichon-Rivière, 1985, p. 10. Tradução e grifo nosso)

Pela via da transferência, entendido como vínculo singular localizado em um dispositivo específico, o autor elucida a existência de objetos internos que compõem múltiplas “imagos”. Essas “imagos” vão se conectando, nos primórdios da vida humana, a partir do caráter processual da “internalização”, implicando que “algo” está sendo internalizado. Esse “algo” deve ser debatido. De forma complementar devemos indagar como esse “algo”, que é a

rendimento, pela necessidade da coordenação de gerar algum “afeto” (muitas vezes ‘alegria’) que não se corresponde com o processo e obstáculos do grupo, não forma parte da proposta da Psicologia Social da Práxis.

realidade externa, é compreendido e qual função cumpre. As “imagos” apontadas pelo Enrique Pichon-Rivière são totalidades abertas que conectam os elementos das “três áreas” em suas relações dialéticas. Tais “imagos” devem ser entendidas como “pré-marcos” do esquema conceitual, referencial e operativo do “bebê-criança”. Estes se inscrevem a partir da introjeção em relação dialética com a projeção, constituindo uma “matriz” dinâmica de vínculos que mudam de acordo as disposições dos elementos constitutivos/constituintes dos três aspectos do real: sujeito-mundo-natureza.

Com a finalidade de compreender a estilística de nosso autor há que realizar um contraponto que elucide diferenças epistemológicas. O termo “imago” foi utilizado pela primeira vez, nas *Psicologias*, por Carl Gustav Jung em “*Psychology of the Unconscious: a study of the transformation and symbolism of the libido*” (Jung, 1911-12, 1952) e no livro “*Os arquétipos e o inconsciente coletivo*” (2000) inspirado no único romance escrito por Carl Spitteler (2006) e deve ser diferenciado a respeito da caracterização que o criador da Psicologia Social da Práxis lhe atribui. O fundador da Psicologia Analítica articula o conceito de imago e fantasma (Jung, 2000, p. 207) situando-os em um estágio da consciência pouco desenvolvida, caracterizada como de “descontinuidade insular” (Jung, 2000, p. 78). Tal processo de conceptualização ofereceu material para a construção da noção de “arquétipo” fundamental para a formulação do Inconsciente Coletivo. Entanto, o que nos interessa destacar é que as imagos são caracterizadas como:

Haveria, portanto, uma imagem especular inconsciente dos pais que não se assemelharia a eles e até lhes seria completamente estranha e desproporcional, tal como um homem comparado a Deus. Seria concebível, como já afirmamos, que a imagem especular inconsciente não fosse mais do que a imagem de pai e mãe adquirida na primeira infância, supervalorizada e posteriormente reprimida devido à fantasia incestuosa ligada a eles. (Jung, 2000, p. 77).

Essa formação “especular” funciona, ainda com semelhanças ao esquema freudiano dos tempos da repressão (Freud, 1915), na direcionalidade que demarca, sob esta ótica, percursos em que as imagos funcionam na vida psíquica: a fixação como primeiro momento do recalque que localiza “pontos” de regressão. A lógica reprodutiva adquire outra complexidade: aquilo que é reproduzido inclui a modulação de processos complexos que são regulados, por sua vez, pelo Inconsciente Coletivo vetorizado por Arquétipos¹⁰³.

A potência do Carl Jung não pode ser negada, assim como as de outros autores da Psicologia que ofereceram esquemas práticos de compreensão do ser humano procurando destacar, de um modo ou outro, o caráter fundamental das relações com o outro. O que nos importa destacar é que o conceito “imago” nasce de uma bifurcação: por um lado enfatiza a relevância decisiva do outro na configuração do sujeito e tal importância aponta, quase invariavelmente, a prematuração, a indefensão, dando lugar a distintas maneiras de formalizar o desenvolvimento do aparelho psíquico. Por outro, comprovamos a exaltação do “interno” em detrimento da elucidação do “externo”, o desconhecimento das relações dialéticas entre estes planos e a omissão de uma “análise” integral que aponte a uma Totalidade Totalizante variável que inclua, horizontalmente, as determinações socio- históricas.

Podemos notar o exposto com anterioridade em uma reflexão do Carl Gustav Jung (2000, p. 78):

Na minha opinião é um grande equívoco supor que a alma do recém-nascido seja tabula rasa, como se não houvesse nada dentro dela. Na medida em que a criança vem ao mundo com o cérebro diferenciado, predeterminado pela hereditariedade e, portanto,

¹⁰³ Devemos considerar aqui o valor da Psicologia Analítica ao tempo que caracterizá-la em relação a proposta da Filosofia da diferença. Uma possibilidade está formulada do seguinte modo: “Jung, que renegava a edipianização do inconsciente, vincula-o a uma representação simbólica relacionada com arquétipos, a partir dos quais os fatores atuais se distribuem em cascata e analogicamente” (Rebello, 2007, p. 18).

individualizado, ela responde aos estímulos sensoriais externos, não com quaisquer predisposições, mas sim com predisposições específicas, que condicionam uma seletividade e organização da apercepção que lhe são próprias (individuais). *Tais predisposições são comprovadamente instintos herdados e pré-formações. Estas últimas são as condições apriorísticas e formais da apercepção, baseadas nos instintos. Sua presença imprime no mundo da criança e do sonhador o timbre antropomórfico.* Trata-se dos arquétipos que determinam os rumos da atividade da fantasia, produzindo desse modo nas imagens fantásticas dos sonhos infantis, bem como nos delírios esquizofrênicos, surpreendentes paralelos mitológicos, como os que também encontramos de forma algo atenuada nas pessoas normais e neuróticas. Não se trata, portanto, de ideias herdadas, mas de suas possibilidades. Não se trata também de heranças individuais, mas gerais, como se pode verificar pela ocorrência universal dos arquétipos. (grifo nosso)

Não considerar o bebê como uma “tábula rasa” implica não unicamente uma ruptura, inversão ou subversão suposta do platonismo, senão também a possibilidade de conceber, de diversos modos, a inter e transgeracionalidade, as cadeias de transmissão psíquica, as topologias de constituição subjetiva, novas formulações sobre o estatuto do Narcisismo, dentre variadas possibilidades.

Mas desejamos destacar que parece ser que o “pré-disposicional” e a “herança” atuam como condicionantes dos modos de organizar a “apercepção” a partir de “pré-formações” que se assemelham ao caráter des-historizado, des-socializado, metafísico, das categorias e imperativos categóricos- lei universal de Immanuel Kant (1974). A doutrina instintivista, o “timbre antropomórfico”, os paralelos mitológicos vastos, parecem confirmar os “mono-mitos” que por mais variados que pareçam seguem uma narrativa determinada em todos os tempos e sociedades. Nos remetem a uma parentalidade universalizada por fora das variações materiais

do processo sócio-histórico concreto. Notamos que a consequência de se apoiar em filosofias abstratas define teorias que subordinam a singularidade a um Universal que impõe, deliberadamente ou não, a Totalidade-Uno. Essa Totalidade estática modeliza, formata, recupera idealmente a diferença de cada elemento e, assim, como elimina as contradições materiais que compõem relações dialéticas com outros elementos heterogêneos. A universalidade da “ocorrência dos arquétipos” é ponto de partida e chegada: os arquétipos, assim como seus predecessores denominados “imagos”, determinam o rumo de “tudo”. O assunto, se tratando do “sujeito em situação”, e se tais arquétipos, em sua perspectiva totalizadora e tomando em conta seu caráter relacional, contemplam as multiplicidades-singularidades psíquicas, subjetivas, intersubjetivas, grupais, institucionais, histórico-sociais *concretas* decorrentes do que Enrique Pichon-Rivière destaca como determinantes decorrentes dos “modelos familiares” de um país “dependente” economicamente (Lema, 1993, p. 105), para citar um exemplo.

Não nos interessa entrar em uma polêmica com a denominada “psicologia analítica”, fundamentalmente por reconhecer nela os primórdios do tratamento das denominadas “psicoses” tão difíceis na dimensão clínica e muito entravadas em uma série de considerações ambíguas, na obra de Sigmund Freud (Deleuze, 2017).

Sim, anelamos enfatizar que as epistemologias derivadas do eurocentrismo-euromorfismo antropocêntrico e antropomórfico, a maioria das vezes impostas como absolutas a partir do Idealismo filosófico, desconsideram a perspectiva sócio-histórica trabalhada pela epistemologia convergente. Esta última visibiliza as questões relacionadas às violências derivadas das *diferenças* de classes e, na sua atualização, inclui a urgência de construir

Psicologias que considerem centralmente as multiplicidades-singularidades étnico-raciais e as de gênero contextualizadas¹⁰⁴.

Realizando estas considerações, apontamos que as noções de “fantasia inconsciente” e “imagos” são pinçadas por EPR das obras da Melanie Klein e Susan Isaacs. No que se refere a primeira podemos notar certos elementos vinculados às fantasias primordiais sobre o corpo materno que deflagram “explorações”, não unicamente daquela corporeidade, senão do mundo. Esta atividade, a da pulsão de exploração, é apresentada como parte importante da criação estética e científica ulterior (Klein, 1996). Para Melanie Klein, as fantasias são inatas e ainda se enlaçam aos “instintos” eróticos e agressivos, entretanto, pelo valor da introjeção e a projeção, o bebê transita por fases, ansiedades, objetos definidos e defesas que irão compoer uma “personalidade” como interioridade, mas também resultante da relação interno-externo.

Este processo, em que as “imagos dos objetos” são parte imanente das fantasias, é tratado por Susan Isaacs de outro modo. Nos remetemos ao artigo de Marcella Pereira de Oliveira (2007), pelas articulações que oferece e que, a nosso critério, nos orientam para compreender a escolha de Enrique Pichon-Rivière como uma de suas interlocutoras conceituais:

É possível a distinção entre dois conceitos de fantasia: *phantasy*, com *ph*, a qual corresponde à atividade de fantasia inconsciente; e *fantasy* com *f*, a qual corresponde à atividade fantasmática consciente (Isaacs, 1986). A fantasia pode ser definida como a representante psíquica do instinto e expressa a realidade de sua fonte, interna e subjetiva,

¹⁰⁴ Foi extremamente esclarecedor, novamente, Frantz Fanon (2008). As críticas ao C. Jung são precisas quando propõe o caráter “adquirido” do Inconsciente coletivo. Entretanto, desejamos partilhar um trecho que consideramos crucial para nossos esforços: “Muito se falou da aplicação da psicanálise ao preto. Desconfiando do uso que dela poderia ser feito, preferimos intitular este capítulo: “O preto e a psicopatologia”, uma vez que, nem Freud, nem Adler, nem mesmo o cósmico Jung em suas pesquisas pensaram nos negros” (p.134). A crítica avança por vários planos, mas desejamos ressaltar o modo em que Fanon oferece um argumento que não devemos desconsiderar sob nenhum ponto de vista: “Concluamos. Um antilhano é branco pelo inconsciente coletivo, por grande parte do seu inconsciente pessoal, pela quase totalidade do seu processo de individuação. A cor de sua pele, que Jung não menciona, é negra. Todos os mal-entendidos provêm deste quiproquó.” (p.163)

embora esteja ligada à realidade objetiva. Ela se transforma de acordo com o desenvolvimento, no decorrer das experiências corporais, sendo ampliada e elaborada, influenciando e sendo influenciada pelo ego em maturação. (Pereira de Oliveira, 2007, grifo nosso)

Tal ligação ao mundo externo-realidade objetiva, o caráter transformador inserido em um processo, o destaque das experiências corporais coloca, incipientemente, as bases conceituais que nosso autor irá aprofundando por meio da análise do materialismo histórico e dialético. Este exemplo nos convoca a destacar a relevância que Enrique Pichon-Rivière lhe outorga a “realidade objetiva”, as bases materiais da existência, que, muitas vezes são velados por doutrinas idealistas.

De modo urgente a Psicologia Social da Práxis deve ser reformulada intensificando o horizonte transformador por meio de práticas revolucionárias que produzam epistemologias inventivas não excludentes das emancipações/ liberações da Tirania Genocida de um Império Globalizado. Este último é justificado pela dogmatização de doutrinas teóricas que assujeitam e sufocam aquilo que é multiplicitário ao Uno modelizante. Essa intensificação do ECRO pichoniano, ainda que redundante em certo sentido, poderia ser denominada “Psicologia da Práxis Crítico Revolucionária”.

Em parte, um dos propósitos deste trabalho é contribuir nessa direção não podendo ser restringida a uma fórmula e sim, se nutrir de modo permanente de ações-reflexões que nos ofereçam ferramentas de compreensão não fragmentarias das humanidades.

Dos “individualismos críticos” aos grupos como dispositivos de subjetivações libertárias

A nosso critério em muitas abordagens da psicologia existe, na contemporaneidade líquida (Bauman, 2001) transparente (Han, 2017) necroacadêmica-epistemológica (Mbembe, 2011) e na ampliação do colonialismo que se redefine também na “conquista” de novos “nichos de mercado”, uma tendência de reivindicar a interseccionalidade e subordiná-la ao universal diluindo-a na essencialidade do Uno ou de centrifugar a transeccionalidade na segmentariedade racionalista de dogmas. Propomos refletir nessa reivindicação, explícita e implícita, da morte-mortificação das lógicas que se derivam da axiomática do Capital que, dentre outras questões e talvez secundárias, colocam, por exemplo, a necessidade de “abrir nichos”. Recordamos que problematizar o vetor comunicacional é um dos organizadores da Psicologia Social da Práxis.

Os nichos, também definidos pelo adjetivo “perpétuo”, são espaços físicos nos cemitérios, onde se depositam os ‘restos mortais’. Não é o momento de debater profundamente esses pontos, mas para fins descritivos podemos dizer que eles se dispõem em uma parede, com placas identificatórias e se oferecem como opção em relação aos “túmulos”, “sepulturas”, jazigos, etc. A relação desta série de espaços com a morte, assim como com as ritualísticas relacionados a ela se associam, também, à uma tabulação de preços diferenciais indicando uma relação entre a morte, a necessidade de elaborar as perdas, suas ritualísticas e o valor, dentro de um sistema de correspondências métricas, com o capital e seus modos de circulação e reprodução na recuperação da morte como mercadoria. Não esquecemos que já trabalhamos a utilização da “pirâmide” de Maslow (1954) como índice preocupante daquelas figuras que são escolhidas para “graficar” processos da vida humana. Em outra ocasião (Kazi, 2006), apontamos que as “pirâmides” eram túmulos de faraós ou espaços mortuários de depósito de restos mortais dos corpos que encarnavam a lógica imperial. A questão seria: o que significaria estarmos “inscritos” (diferencialmente) nesse túmulo monumental evocativo do poder onímodo

do Faraó-Império? Quais tipos de relação estabelecemos entre humanos vivos sobre um fundo de ascenso em uma escala que refere a Um poder absoluto balizado rigidamente?

Ao mesmo tempo não devemos esquecer que as pirâmides foram construídas a partir da lógica da escravidão, do extermínio como expressões da retirada de humanidade do outro, do poder definir bestialmente as condições de vida do escravizado e sua morte assim como implementar modos de exploração-dominação absolutas. Em Enrique Pichon-Rivière aparecem reflexões neste sentido que devemos valorar em nossos esforços por recompreender suas propostas:

Existe em nossa sociedade, repito, um aparelho de dominação destinado, em última instância a perpetuar as relações de produção: quer dizer relações de exploração. Dalí emerge, como tenho dito muitas vezes, uma concepção do “saudável” e o “doente”, que legitima um tipo de adaptação a realidade, uma forma de relação consigo mesmo e com o mundo, acrítica, ilusória e alienante. (Lema, 1993, p. 82, tradução e grifo nosso)

Problematizar estas questões, as que inclusive referem a escolha de “modelos” aparentemente geométricos, forma parte da proposta de Enrique Pichon-Rivière, que inclui uma “Crítica a vida cotidiana” e, de modo indiscutível, tal pirâmide se encontra naturalizada, isto é, não criticada, na vida cotidiana de inúmeros profissionais da saúde e das ciências sociais e nos modos de definir os critérios de “saúde e doença” (Pichon-Rivière & Quiroga, 2010.).

É necessário indagar até que ponto a necessidade de “abrir nichos” e, assim, “escalar na pirâmide social” também não determina duas séries de fenômenos que condensam variados processos de alienação:

1) A saída necessária do dogmático, que oferece possibilidades de acúmulo de capital unicamente àqueles que o monopolizam não define novas reivindicações da

individualidade como “fonte de bem-estar e saúde” só que agora na propagação de palavras de ordem esvaziadas de qualquer analítica que realmente de conta dos enunciados, suas realizações e fundamentalmente da relação entre elementos propostos?

2) A formação de discursos emancipatórios se articula às práticas grupais-coletivas e emergem destas ou funcionam ao interior de sistemas de afirmação da individualidade que, abstraída de qualquer perspectiva prática-política-ética vincular, se apresenta como possuidora de um saber sobre as liberações coletivas que se recusam a criar efetivamente?

Nos encontramos em um período em que são operadas banalizações da complexidade, uma rasificação neoliberal do caráter multiplicatório das práxis, uma simplificação mercadológica que dilui os dispositivos que procuram a elucidação de pluralidade de dimensões e planos, constituindo e sendo constituídas por/as Vidas Humanas a fim de propor modelos simples de adaptação ajustada à tirania da alegria e ao rendimento. Nesse sentido, surge uma revolução da leveza centrada no peso insuportável de individualidades que rejeitam os processos conectivos com as alteridades no campo das práticas vinculares. Os motivos destes fenômenos são múltiplos e não podem ser reduzidos a categoria da alienação, embora tal fenômeno também opere.

A subjetividade no contemporâneo será debatida em outro momento deste trabalho. Por enquanto é necessário pontuar certas configurações subjetivas que, mesmo sendo equipamentos de declamação de todo o mais precioso dos processos de transformação coletiva, às anula ou des-pontencializa. As novas formas de individualismo se configuram também na assunção do ser humano relacionado consigo mesmo por meio do papel e função de se compor como empresário de si mesmo (Dardot & Larval, 2016). O sujeito do rendimento contribui com a Agonia de Eros

(Han, 2017; 2018) por meio do orgulho de reproduzir a dimensão pornográfica e espetacular¹⁰⁵, da vulgaridade opulenta do sujeito transparente que, sendo oprimido, procura ativamente “ser visto”, no âmbito acadêmico, como detentor de alguma erudição postada nas redes “sociais”. Este último comentário não pode ser generalizado e muito menos universalizado. Porém, a “sociedade midiaticizada” assim como possibilita a acessibilidade a variadas produções críticas socializadas em variadas plataformas, mas também produz *fake news*, impulsionadas majoritariamente pelas novas configurações fascistas que reformulam os preceitos de Josef Goebbels, por meio de micro-fascismos manifestos e os disfarçados de propostas emancipatórias.

Nesta última direcionalidade encontramos reivindicações de militâncias de quem não milita, declamações do valor da clínica social de quem unicamente exerce a clínica em âmbitos privados, críticas ao sistema Lattes em uma “postagem” de uma página das mídias e uma apresentação de si pela via do Lattes em outra em que é oferecido um curso privado, uma reivindicação revolucionária da luta antimanicomial sem participar ativamente de qualquer movimento/equipamento substitutivo aos manicômios, propostas de “intensificar as linhas de força e estabilizá-las” proferidas por quem exalta a Clínica esquizoanalítica e a definição de “dispositivo” trabalhado seja Gilles Deleuze ou Michel Foucault, quando estes não delimitam seus objetivos em nenhuma “estabilização” e, assim por diante.

O problema reconhece vários níveis. Este último fenômeno descrito brevemente, e que pode ser constatado cotidianamente, é grave uma vez que, os “neo-sujeitos”, geram uma sequência de ambiguidades perversas na medida em que constroem a imagem de serem os detentores de propostas de superação dessa mesma perversão que estão produzindo. Realizada

¹⁰⁵ Nos parece decisivo o trabalho de Debord (1997) para compreender e destrinchar os entretrecidos das relações humanas vetorizadas, reguladas, “mediadas” pela relevância escópica alimentada por cascatas de imagens no contexto de uma sociedade capitalista que articula a acumulação de capital com o acúmulo do que nos denominaríamos um ajuntamento de pictogramas complexos “traduzidos” em imagéticas serializadas.

esta contextualização sintética, a extrapolação da interpretação freudiana ao campo grupal operativo pode responder a uma falta de compreensão da singularidade dessa instância, assim como do dogmatismo extensionista que parte para diversos territórios para reivindicá-los como um “anexo” a algum espaço central dessa “cosmovisão totalizada-Uno” (e não totalidade totalizante). Correlativamente, operam fenômenos de aplainamento da Vida Humana de um sujeito contemporâneo que, em termos de Enrique Pichon-Rivière, é a consumação da estereotipia e da impostura (Pichon-Rivière, 1985) colocadas como “suavidade e leveza em movimento” e “autenticidade transparente”.

Os reducionismos operados sobre a obra pichoniana respondem, pelo menos em parte, a estes processos em que a “ascensão” dado por colonizar rigorosamente espaços e/ou ocupá-los banalmente abre “nichos” de reprodução de capital/prestígio. Os grupos operativos são utilizados como equipamentos de reprodução de capital-eficiência ou como âmbitos onde o espaço grupal é tomado como um território de ampliação da clínica psicanalítica em que é transportada e aplicada mecanicamente sua técnica¹⁰⁶.

O processo complexo da interpretação nasce formulado como recurso clínico no âmbito do tratamento psicanalítico “individual”. A associação livre do “paciente”, que repete em transferência aquilo demarcado pela resistência/repressão, oferece “material clínico” para o terapeuta que, por meio da “escuta fluctuante”, formula uma interpretação. Fica claro que a máxima “fazer consciente o inconsciente” não implica ampliar os domínios da consciência sobre o inconsciente, nem definir a circulação do material inconsciente para o consciente

¹⁰⁶ Remetemos novamente a Ianni Régia Scarcelli pois tal autora analisa profundamente a banalização operada sobre a obra de Pichon Rivière. Acrescento o par “ampliação-transpolação” que é preponderante, no que diz aos grupos operativos, em profissionais ligados a psicanálise. Compreendemos que muitos deles devem efetuar tal movimento pelas proximidades terminológicas da Psicologia Social da Práxis com sua formação. Reforçamos aqui que tal interesse no grupo operativo é muito importante para avançar em sua atualização. Entretanto para que esta siga variados cursos é imprescindível trabalhar como Enrique Pichon-Rivière realiza rupturas e modificações com várias regiões epistêmicas e compreender que métodos de trabalho propõe. A partir dessas duas compreensões é possível avançar no enriquecimento desta proposta assim como seremos enriquecidos por ela. Isso significa indagar as tendências de transpor e aplicar mecanicamente conceitos e métodos.

determinando mudanças de estado. Não se trataria de mudanças de instâncias, nem de variações funcionais. A perspectiva freudiana é a de um inconsciente que se desvenda no processo associativo de “representações de coisa” com as “representações de palavra”. Se trata de gerar o que podemos denominar tramas associativas, laços associativos, conexões associativas entre tipos diferentes de representação que estavam impedidos pela recusa operada pela repressão sobre as “representações de coisa” inconscientes. (1915a; 1915b; 1913; 1914; 1900)¹⁰⁷.

Sinteticamente dito o “fazer explícito o implícito” pichoniano não aponta a esses laços e sim, ao desvendamento de ansiedades que obstaculizam a conexão de redes vinculares internas e externas, tendo como finalidade processos de transformação do sujeito, da realidade e a relação entre estas dimensões.

¹⁰⁷ Na revisão deste trabalho me deparei com um excelente artigo de Geselda Baratto (2009) que desenvolve a perspectiva freudiana de forma clara e consistente. A leitura de seu fértil trabalho esclarece mais ainda os desenvolvimentos freudianos que expus brevemente.

Do fazer explícito o implícito a potência da experiência da prática. Sobre árvores e rizomas

Nos encontramos com a abertura de outro modo de “se compreender” e que é visualizável em outra possibilidade apresentada pelo Enrique Pichon-Rivière que abre outras possibilidades de trabalho grupal.

Há duas direções entrelaçadas que orienta a nossa compreensão da práxis Pichoniana: Assim como propusemos realizar passagens entre o que ela “é” para aceder a experiência de como ela funciona, propomos agora indagar o que que ela se torna e como ela se conecta com outras produções consideradas como agenciamentos teórico-práticos de processos de transformação (Deleuze, 2017; Deleuze & Guattari, 2000)

Nos encontramos com uma obra em movimento contínuo que resiste a tendência de efetuar definições que instituem totalidades fechadas e relações estanques entre os elementos que compõem o Esquema Conceitual, Referencial e Operativo. Temos afirmado que existem diversos objetos, interconectados entre si, da Psicologia Social da Práxis. Estes se co-implicam oferecendo a possibilidade de agenciar “integrações sucessivas” que, por sua vez, se alimentam e consomem em práticas espiraladas que indagam, interrogam, os conceitos que as direcionam. Nessa dimensão o autor, caracterizando a Psicologia Social que está propondo e construindo de modo permanente em oposição ao que ele denomina “Psicologia Social Acadêmica”, afirma:

“Daí irão surgir duas direções: uma chamada psicologia social acadêmica, que, preocupada só com a questão das técnicas ou dos possíveis tipos de mudança, se sente paralisada diante da sua responsabilidade de realizar uma síntese de teoria e prática.”
(Pichon-Rivière, 1985, p. 150)

Esta direção alude aos riscos de reduzir qualquer Psicologia a suas dimensões técnicas e de pretender tabular, em tipificações estanques, modalidades de câmbio, o que a rigor é uma

ambiguidade. Podemos sim, procurar compreender “áreas de atividades” em que se deflagram mudanças que supõem certos tipos de recursos e algumas técnicas aplicadas. Mas, postular que tal mudança é “estética” e tal outra é, por exemplo, “política” ou “subjéitiva” nunca deveria nos abstrair da tarefa de definir uma integração aberta dessas transformações. Nesse exemplo a mudança “estética” é também “política” e subjéitiva, assim como as relações prévias entre estas dimensões também se transforma. Essas mudanças interrelacionadas se visibilizam na multiplicidade de práticas, experiências, ações da “humanidade em situação” que as agenciam. Abstraí-las para compreender suas particularidades não deveria nos desembaraçar de procurar os regimes de relações que praxicamente se criam para compreender, transitoriamente as singularidades que estão sendo criadas de modo permanente. Para atender a estas últimas considerações, Enrique Pichon-Rivière continua com sua caracterização das duas modalidades de entender e praticar a psicologia social da práxis:

A outra direção, a práxis, de onde surge o caráter instrumental e operacional em seu sentido mais real, se desenvolve não em um círculo fechado, mas numa contínua realimentação da teoria, através da sua confrontação com a prática e vice-versa (tese-antítese-síntese). *A experiência da prática*, conceitualizada por uma crítica e uma autocrítica, realimenta e corrige a teoria mediante mecanismos de retificação e ratificação, obtendo uma objetividade crescente. (Pichon-Rivière, 2005, pp. 169, 170, grifo nosso)

Se prestamos atenção iremos notar que o criador da Psicologia Social da Práxis lhe outorga a prática um estatuto fundante. Talvez não se trate unicamente do balizamento dinâmico das origens dos processos de produção transformadores e multidimensionais senão também daquilo que lhes confere originalidade. Desse modo, as origens se relacionam de forma

imane a originalidades que não deveriam ser diluídas nos processos de desenvolvimento de nenhum elemento das vidas-realidades.

Desejamos destacar que aparece um modo de formular a questão que não foi problematizada até este momento e que, com a finalidade de produzir uma nova síntese na espiral dialética do ECRO pichoniano, nos possibilita procurar conexões com a obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari denominada “Esquizoanálise”. O autor não se reduz a um elogio da dimensão das práticas que já constituiria um motivo para compreender sua proposta e se entregar a reformulá-la em realizações críticas. *A proposta é experimentar a prática e praticar a experimentação.* O autor antepõe a palavra “experiência” a uma contração da preposição “de” com o artigo definido “a”. Se trata de compreender a proposição “a experiência da prática” e estabelecer seus alcances, consequências e perspectivas. A etimologia da palavra “experiência” esclarece, parcialmente, a inquietude expressa anteriormente. Se trata de um vocábulo de raiz greco-latina que articula três partículas: *ex* remete a algo que está “fora de”, *perí* alude a limite ou perímetro e *entia* indica a ação de conhecer.

Em um primeiro nível de compreensão, diremos que Pichon-Rivière exalta o desenvolvimento das capacidades do ser sócio-histórico para sustentar as ações que realizam práticas e que produzem conhecimentos fora dos limites do já conhecido. Complementarmente se trata também de criar novos territórios existenciais, novos estares no mundo que redefinam radicalmente a compreensão das relações entre o sujeito, em tanto ser sócio-histórico, e a situação na qual está localizado dinamicamente por meio dos movimentos que emergem do par transformar-se transformar. Esta consideração deve reconhecer que, se tratando de processos dialéticos, os “fora” criados pela experiência se contrapõem e desatam tensões em relação a aquilo que consideremos “dentro”. Tal esclarecimento pode parecer irrelevante, porém nos parece necessário destacar, em diversos platôs explicativos, a importância de compreender as

polaridades entre a positividade e negatividade (dentro-fora) que oferecem as condições de possibilidade de elucidar um duplo movimento da dialética: os elementos que se opõem, constituindo contradições, se encontram, por esse mesmo motivo, interconectados. Por outro lado, as dimensões dentro-fora, assim consideradas, se relacionam em termos de relatividade: uma depende da outra.

A interdependência dos elementos que consideremos formam parte da realidade não fragmentada se estabelecendo unificações transitórias possibilitadas pela conexão dialética entre sujeito-mundo. Entretanto, a palavra experiência e suas realizações experimentais ou de experimentar a experiência, sugerem a necessidade de se desterritorializar, transvasar os limites dos espaços aos que estamos referidos, desbordar os campos do já representado e que aparentemente dominamos, quebrar as limitações consagradas pelos dogmas, fraturar os feudos que nos oferecem a segurança da estereotipia existencial como modo de obter o reconhecimento de quem nos coloniza com conhecimentos mistificadores e universalizantes e acumular “prestígio” sendo colaboradores da destituição das singularidades que emergem de múltiplas raças-gêneros-culturas-contextos não encerradas nas tautologias “tranquilizadoras” e viralizadas pela propagação acelerada do Uno. Em outro lugar¹⁰⁸, apresentei a tese de que a axiomática da racionalidade por mim formulada, articulada as axiomáticas do capital e edipianas (Deleuze & Guattari, 1972), é uma das maneiras de alienar, de recuperar o caráter multiplicatório das vidas para um regime de extermínio das singularidades. A ilusão de “dominar áreas” oferece ferramentas de “domínio” sobre o outro, ou o “objeto” de conhecimento e prática, assim como permite reclamar a soberania de uma reticula privatizada onde exercer o “poder” de não modificar nada. Sem entrar aqui no debate em que muitas vezes

¹⁰⁸ No capítulo “Micropolíticas revolucionárias, insurgências micropolíticas, Devir/Imanência, Ser/dialética” do livro “Psicologia Política Crítica, Insurgências na América latina” (Hur & Lacerda, 2016).

o “dominador” epistêmico algumas vezes é um dominado e, talvez, obtenha um gozo ativo dessa condição de submetido.

Desejamos destacar que, se nós embarcamos nas navegações cartográficas que oferecem o materialismo histórico e dialético e a filosofia da diferença, transitamos regiões práticas que conectam, dinamicamente, saberes discursos e práticas. Se o sujeito se modifica, a realidade se transforma, a relação entre esses elementos se transmuta, é devido a abertura fundante de novos territórios. Territórios criados e percorridos nomadicamente a partir das experiências que abrem novas possibilidades de afirmação existencial. A partir da experiência são criadas composições de existência, agenciadas em espaços opacos, e nesse processo acedemos a possibilidade de construir compreensões inaugurais daquilo que emerge como atual. De modo coexistente podemos construir as ferramentas e instrumentos para operar sobre esse novo campo enquanto os *locus* do novo operam sobre nós e nos afetam. A experimentação e a invenção aparecem destacadas por Enrique Pichon-Rivière na produção de seu programa prático conceitual que, por sua vez também são características decisivas de seu objeto de estudo, e na compreensão dessa interpenetração constatamos o caráter dialético de suas práxis:

O aspecto criativo do grupo não deve ser negligenciado como fator de avaliação, já que o consideramos como o índice mais significativo da operatividade do grupo... O espírito do novo, a aplicação, a descoberta, a invenção como produto da tarefa grupai, a "desocultação" (Heidegger), à qual se soma a instrumentação com o aspecto existencial, operam subsequentemente, provocando novos emergentes, que são retomados em seu aspecto explícito, para assinalar o implícito em forma de interpretação. (Pichon-Rivière, 1985, p. 31, tradução e grifo nosso)

Não se trata de ponderar unicamente a “criatividade grupal”, é necessário, correlativamente, que os Psicólogos sociais tenhamos a capacidade de assumir uma atitude

inventiva permanente na dimensão da experiência das práticas e suas conceptualizações. Os dois aspectos são imanentes e dialéticos entre si.

O autor compreende diferentes obstáculos para o agenciamento de trabalhadores da saúde com a capacidade de pensar-sentir-fazer/experimentar-dizer dialetizados, que não dilacerem os movimentos permanentes que perpassam os territórios fundados e instituintes abertos pelas experiências e inter-ações criadas entre o sujeito, o mundo e a natureza. Dentre esses obstáculos Enrique Pichon Rivière destaca alguns, sendo que realizaremos uma cartografia que destaque as análises pertinentes para este momento do trabalho. O autor manifesta a existência de “simuladores” que realizam “experiências não dinâmicas”, sustentando-uma impostura, ou que expressam discursos “críticos” que não são acompanhados pelas ações (Pichon-Rivière, 1985, pp. 76, 77). Compreendemos a “experiência não dinâmica” como uma operatória produtora do ambíguo: impostar experiências a partir do exercício de reproduções alienadas e alienantes, mistificadoras da abstração que omite as experimentações e práxicas, reificantes de um “si mesmo” que não se entrega as vivências vinculares que nos desterritorializam e fundamentalmente nos afetam enquanto afetamos nos entre¹⁰⁹. Não há como não agir, não temos como não experimentar. Entretanto devemos questionar como funciona a dimensão da experiência e o estatuto da ação: podem ser sufocadas em sua característica criadora se descodificadas e retraídas ao conjunto estereotipado de agires impostados, afeições recuperadas, pensamentos estanques e discursos estratificado-reprodutores dos agenciamentos de enunciação da ordem, que são derivados dos regimes de certezas enraizados na adaptação passiva a realidade. Esta assimilação de novo sobre o já existente pode ser orientada pela posição de classe privilegiada e que há que “preservar”, o

¹⁰⁹ É interessante, pela sua atualidade, citar aqui as preocupações do autor: “Pero deben distinguirse los simuladores; o sea, los que producen experiencias no dinámicas, estereotipadas, que no enfrentan la realidad a fondo, ya que no les interesa o no se animan a ello. Son los que, por ejemplo, teorizan sobre grupos operativos pero no los encaran, son los que critican una concepción jerárquica, elitista, pero nunca hablan a solas con un paciente”. (Pichon-Rivière, 1985)

prestígio narcísico que hoje é permeado pela recategorização deste na sociedade do espetáculo (Debord, 1997), pela funcionalidade de setores da “intelectualidade” na manutenção da hegemonia burguesa¹¹⁰, pela reprodução do par dominador-dominado, dentre outras determinações destacáveis. Acrescentaremos, em nosso propósito de problematizar, atualizar e intensificar o ECRO pichoniano, que essa tração operada sobre novos campos de experiência, para assimila-los e sobrecodifica-los nas coordenadas e ordenamentos definidos pelo prévio, podem ser considerados processos infra-políticos de colonização, partículas atitudinais recuperadas e organizadas sob a égide da conquista de novos territórios existenciais para submete-los a uma lógica de funcionamento imposta por relações de saber-poder que pretendem ser imodificáveis desgarrando e submetendo o diferente-heterogêneo-plural-múltiplo-singular.

O criador da Psicologia Social da Práxis também questiona, em diversos momentos de sua obra, os modos de formação vigentes nesse contexto sócio-histórico que também determinam (e postulamos que determinam) a aparição de psiquiatras, psicólogos e outros agentes de “saúde” que destituem, nos “pacientes”, a possibilidade de viver o experiencial. Dentre outras passagens escolhemos esta pela sua proximidade com o assunto que estamos debatendo e que também caracteriza os limites desse tipo de “terapeuta”:

Pueden establecer, quizás, *una simbiosis* o una situación siamésica, pero nunca un vínculo operativo, mutuamente modificante. En esa jerarquía irreversible establecida entre el "sano" y el "enfermo" —particularmente instaurada en las instituciones asilares, en la que separan también al terapeuta del enfermo diferencias de clase— se produce lo

¹¹⁰ Neste plano é interessante colocar que Enrique Pichon-Rivière articula, em alguns pontos, seu pensamento ao de Antônio Gramsci (Lema, 1993, pp. 99, 100, 101). O autor desse livro, com quem trabalhamos por alguns anos juntos, referia que Pichon Rivière compreendia as culturas, certos aspectos da construção da consciência crítica, e o papel das instituições como parte da reprodução superestrutural da ideologia dominante articulando seu pensamento ao de Antônio Gramsci.

que Laing chama uma devastación de la experiencia, de la cultura y de la identidad del paciente. (Lema, 1993, p. 82, grifo nosso).

Uma breve aclaração se faz necessária pois caracteriza o estilo de Enrique Pichon-Rivière, próximo ao socrático e os peripatéticos: a sua práxis se efetua em movimento e com uma ênfase maior no “devir oral” que no “devir escrito”¹¹¹. Essa estilística nos exige descobrir diálogos subterrâneos que o autor está sustentando quase permanentemente. No caso da citação anterior está “conversando” com R. D. Laing no que se refere a dissociação socio-familiar-institucional da existência e da experiência como totalidade em movimento (Laing, 1960). Podemos ampliar esse diálogo entrando em contato com a concepção de Erving Goffman sobre as “instituições totais”, fundamentalmente com o processo de mortificação do ego-estigmatização e da imposição da classe dirigente sobre os “internos” a partir da destruição dos marcos de referências culturais destes (Goffman, 1987).

A abolição da experiência se impõe em relações hierarquizadas e de exercício do poder do Uno sobre o outro o que implica uma destruição dos vínculos se operando efeitos catastróficos naquele que é coisificado. A execução de tal tipo de relação reconhece operadores da estereotipia cuja formação acadêmica é mistificadora, abstrata e racionalista, exigindo a dissociação das relações das humanidades em situação, a elevação de fragmentos como se fossem totalidades reguladas por axiomas e tautologias-dogmas (Pichon-Rivière, 1985). Assim se dissociam, a partir do autoritarismo e violência, as relações complexas postas em jogo na situação. A dissociação dos vínculos oferece a tais líderes da resistência simuladores a

¹¹¹ Esse estilo é debatido tangencialmente pelo Fernando Taragano, no prólogo do livro “Teoria del Vínculo”. Tal livro foi organizado por esse discípulo de EPR de modo póstumo e sobre a base dos registros das aulas que ministravam na “Primeira Escola Privada de Psiquiatria Dinâmica” entre os anos 1960-1963. O Professor Taragano, caracterizando a estilística pichoniana expressa: “Reconheceria de imediato seu estilo e talvez, unicamente, lhe incomodasse a sequência sóbria e direta que tenho dado ao decurso de seu pensamento, *pois ele gostava de ter a liberdade de ir e vir para onde quisesse a cada momento*, porém sem perder nunca a ideia central condutora de seu pensamento” (Pichon-Rivière, 1980, p.10, tradução e grifo nosso). Essa liberdade de ir e vir nos influenciou profundamente em nossas produções conceituais assim como nos modos de viver.

possibilidade de manter a “harmonia” naturalizada que supostamente regula a sociedade na qual ocupam o papel de disciplinadores dos desvios e adestradores dos dissidentes, amparados desde o academicismo positivista e por justificações científicas de torturas e extermínios (Kazi, 2006). Devemos efetuar uma digressão que esclareça a compreensão pichoniana que se contrapõe aos posicionamentos de reprodução de um modelo de humanidade alienada às concepções hegemônicas sobre a vida. Quando coloca sua postura sobre o que se denominava “higiene mental” conclui que esta deve se ocupar de:

“...os métodos ou estratégias de como mudar a estrutura socioeconômica da qual emerge um doente mental” (Pichon-Rivière, 1985, p. 37. Tradução nossa)

Na sua visão, que também aparece proposta na formulação do grupo operativo, a questão radica em compreender que:

Para mim, e faz mais de vinte anos que o venho fundamentando, o doente mental e o porta-voz da ansiedade e conflitos do grupo imediato, quer dizer do grupo familiar. *E estas ansiedades e conflitos que são assumidos pelo doente são de ordem econômico e acabam por acarrear um sentimento crônico de insegurança, um índice de ambiguidade considerável e sobretudo um índice de incerteza também crônico*, submetido a zigzags de acordo com a situação histórica de cada momento. (Pichon-Rivière, 1985, p. 37, tradução e grifo nossos).

Tal elucidação o leva a entender as determinações sócio-históricas da expressão de sofrimento que são desvendadas na emergência de um membro do grupo familiar que (d)enuncia a violência estrutural de nossas sociedades a partir da sua explicitação “cifrada” nas claves da dor. Avançando na análise do processo, EPR finca sua crítica em como é operada a

exclusão daquilo que repõe aspectos decisivos do que faz emergir as dimensões demolidoras macrossociais suportadas e desveladas pelos padecimentos psíquicos:

O paciente, se o analisamos rigorosamente, está denunciando, é o alcahuete¹¹² da subestrutura da qual ele se fez cargo e que *traz como consequência a implementação de técnicas de marginalização ou segregação (internação no hospital psiquiátrico) onde em um interjogo implícito, obviamente não explícito, o psiquiatra assume o papel de resistência a mudança, quer dizer da cronicidade do paciente.* (Pichon-Rivière, 1985, p. 38, tradução e grifos nossos).

Além dos paradigmas academicistas-positivistas lógicos-racionalistas com os que diferentes trabalhadores da “saúde” se formam (Pichon-Rivière, 1985, pp. 99, 200) nosso autor de referência avança no esclarecimento das causas que determinam, parcialmente, a exclusão social daquele que denuncia como essa sociedade funciona, os sofrimentos que produz e como essa operação é efetuada pelo profissional:

“Ele¹¹³ está inexoravelmente comprometido na situação e desse modo é leal a sua classe social.” (Pichon-Rivière, p. 38, tradução nossa).

Conclui sua concisa reflexão dizendo:

O doente mental, então, é o símbolo e o depositário do aqui e agora de sua estrutura social. Curá-lo é transformá-lo ou adjudicar-lhe um novo papel, o de “agente de mudança social”. Assim estamos em plena militância, todo mundo está comprometido

¹¹² Em espanhol “alcahuete” é que revela um segredo que deveria ser mantido sob sigilo. Neste caso desvenda um segredo que é um segredo murmurado nas adaptações passivas/alienações a realidade estabelecida.

¹¹³ Está se referindo ao psiquiatra, mas poderíamos ampliar esta categorização a variadas “especialidades” que intervinham e hoje intervêm sem negar os avanços quanti-qualitativos agenciados fundamentalmente pelos movimentos de luta antimanicomial. Neste sentido devemos também, mesmo reconhecendo suas contribuições revolucionárias neste sentido, superar a terminologia utilizada por EPR quando caracteriza a experiência de estar singularmente no mundo como “doença mental”.

através de uma ideologia com revestimentos científicos. (Pichon-Rivière, 1985, p. 38, tradução nossa).

Esta afirmação parece entrar em contradição com outra reflexão do criador da Psicologia Social da Práxis:

Enquanto o modo em que se incorporam as crises sociais a situação analítica eu responderia com outra pergunta: Como podem não se incorporar a essa situação? [...] a última pergunta se refere a como a psicanálise colabora com o advento do socialismo. Perante isso gostaria de apontar um mal-entendido que ameaça trazer perigosas consequências: *assim como todo fato humano é um fato político*, a revolução social não se faz desde a psicologia”. (Pichon-Rivière, 1985, p. 204, tradução nossa).

Neste sentido, devemos realizar uma contextualização que Vicente Zito Lema em variadas atividades que partilhamos durante duas décadas se preocupava por esclarecer. Naquele momento de efervescência revolucionária, Enrique Pichon-Rivière compreendia que os processos de transformação concreta, a nível macropolítico, deviam ser agenciados pelos *movimentos insurgentes* da Argentina. Nesse nível de comprometimento revolucionário macro se apresentavam as opções pela luta armada, sendo assim, seria reducionista supor que uma disciplina específica, seja restrita ou interdisciplinar, devesse assumir esse projeto. Entretanto, suponha que o grupo operativo operaria revoluções micropolíticas que se conectariam dialeticamente, ou não, a escala macropolítica. Em nossos estudos (Kazi, 2016b) encontrei um movimento contrário realizado pelo Ernesto Guevara (1988) que propunha a realização de trabalhos voluntários grupais para, após o processo de transformação revolucionária das bases objetivas da sociedade, produzir a mudança das bases subjetivas alienadas ao funcionamento material anterior, estabelecendo assim outra correlação entre as transformações macro e

micropolíticas¹¹⁴. Em outro platô, que não há que dissociar das críticas que Félix Guattari realiza aos grupos (Guattari, 1985), este autor ao se referir a prática da Esquizoanálise expressa:

Os investimentos de interesse podem ser realmente revolucionários, e, no entanto, podem deixar subsistir investimentos inconscientes de desejo não revolucionários, ou até fascistas. Num certo sentido, o que propomos como *esquizoanálise teria por ponto ideal os grupos, e grupos militantes*: pois é aí que se dispõe mais imediatamente de material extrafamiliar, e que aparece o exercício por vezes contraditório dos investimentos (Deleuze, 2017, p. 30, Grifo nosso)

Desejamos sublinhar um viés complexo destas afirmações e que não temos encontrado produções que o apontem como partindo do ECRO pichoniano: a devastação da experiência se ativa na imposição de relações de hierarquia e privilégio, produzidas em uma sociedade classista, racista e heteronormativa, sendo motorizada pelo antagonismo existente entre essas classes contrapostas e a subordinação ao Branco e hétero-falocentrado-proprietário.

Porém, surge uma pergunta: se a hierarquia supõe o poder de um “Uno” sobre aquele definido por ele próprio como algum “outro”, não implicaria uma relação de “diferença”? E se houvesse uma relação de diferenças, como poderíamos postular a existência de “simbioses” ou relações “siamésicas”? Em outro lugar (Kazi, 2006) trabalhamos a propagação da ilusão das diferenças no mesmo ato de eliminá-las a partir da definição cabal, violenta e exterminadora daqueles detentores da “Identidade Uno” sobre os definidos como “diferentes-desviados”. Devemos avançar e explicitar um paradoxo aparente em cuja resolução encontramos direcionalidades instituintes da Psicologia Social. Tal paradoxo, que dissemina ambiguidades,

¹¹⁴ Neste ponto Martín-Baró contribui para esclarecer qual seria para ele uma caracterização do que fazer do psicólogo: “Ao propor que o horizonte primordial da psicologia deve ser a conscientização, se está propondo que o que fazer do psicólogo busque a desalienação das pessoas e grupos, que as ajude a chegar a um saber crítico sobre si próprias e sobre a sua realidade”.

elimina as condições de possibilidade de sustentar a experiência como matriz praxica e dialética da vida e, portanto, da produção teórico-prática crítico-inventiva: a hierarquia aparentemente discrimina claramente um “Eu conquistador” (Grosfoguel, 2016), de um “Ego-conquistado” como base ideológica da brutalidade do primeiro. O “entre” perde sua condição desde o momento em que é plenamente regulado por quem se auto-atribui e lhe é atribuída a função vertical sem horizontalidade nas redes de poder hegemônico¹¹⁵.

A etimologia da palavra experiência¹¹⁶ e seus derivados nos auxilia a levantar outras hipóteses. Citaremos a compreensão etimológica do termo “experiente” oferecida por João Carlos Braga (2017). Devemos esclarecer que o autor referido está compreendendo o estatuto da experiência nas propostas de W. Bion. Não se dedica a problematizar aspectos teórico-práticos que são o objeto deste trabalho. Tomamos unicamente o trabalhoso empenho de compreender a etimologia de “experiente” e avançamos em outras direções que não são as valiosas que são sustentadas no artigo citado:

“A raiz etimológica de "experiente" é ex-perire, aquele que esteve exposto ao perigo e sobreviveu a ele, retornando à sua condição anterior agora de posse de um novo conhecimento.”
(Braga, 2017)

Neste segundo entendimento sobre a categoria de “experiência” se incluem novos elementos que se aproximam a compreensão Pichoniana das ansiedades básicas,

¹¹⁵ Estou seguindo aqui, parcialmente, as ideias trabalhadas por M. Foucault e Publicadas na revista anarquista “Barbárie” (1981-2). Estas, que compreendem as ‘técnicas de individualização do poder’ convergem com as de vários autores. Dentre eles destacamos, pela sua conectividade com o que estamos elaborando neste momento, as de Franco Basaglia, em “A instituição negada: Relato de um hospital psiquiátrico” (1985), quando se refere ao sistema de relações manicomial modulado pela marcação das diferenças entre os que “tem” e “não tem” e derivados, e as de Gregorio Franklin Baremlitt, “Compêndio de análise institucional e outras correntes” (1992) quando define o papel violento e mistificador dos “experts” e “Pele negras, máscaras brancas” (Fanon, 2008), quando desenvolve, no capítulo 5 “A experiência vivida pelo negro” que desenvolveremos parcialmente no corpo do texto.

¹¹⁶ É interessante como as instâncias da leitura do Martin Heidegger, e tentando compreender suas elucubrações sobre a pergunta metafísica sobre a coisa, podemos notar como o autor, no uso do Alemão, deixa claro que não é possível “ter experiência” e sim realizá-la.

fundamentalmente a paranoide, ligada a vivência de “periculosidade” do novo prestes a nos “atacar”. No entanto as antinomias parecem subsistir relativamente inalteradas. O retorno a “condição anterior”, indicada no viés etimológico que estamos tentando problematizar, deve ser indagada pois, a rigor, não existe a possibilidade de retornar as diversas composições existenciais prévias desde que compreendemos a caráter dialético dos “três aspectos do real”, suas relações em transformação e de interpenetração dos seus elementos em movimento. Mas não podemos solapar um campo que devemos tomar em conta nas diversas etapas da espiral dialética: se tratando de qualquer existência oprimida a assunção da experiência supõe riscos reais e não unicamente fantasiados. Experimentar, no sentido de quebrar perímetros fixos, pode abrir o acesso aos territórios de experiência que possibilitem o encontro com as identidades recusadas pelo opressor-colonizador, as conexões com as ancestralidades sepultadas, repor as relações entre pares quebradas pelos sistemas de violências, opressões e explorações. As ansiedades se suscitariam perante a criação do novo que também significa uma recriação do que já existia e foi abolido pelo opressor, ou pelas consequências repressivas sociopolíticas de afirmar identidades dissidentes? Talvez se trate de uma combinação entre ambos os fatores com uma prevalência marcada, a nosso critério, por se perceber como alvo de violências renovadas ao se experimentar como diferente e ser “detectado” como tal.

Há um risco de remeter a situação descrita, em outro capítulo, por Frantz Fanon a um reducionismo: explicar os processos múltiplos e complexos a partir de ansiedades do “sujeito” homologando esta última categoria ao nível de análise particular enquanto totalização. A “condição anterior” não existe mais a não ser que suponhamos que existe uma “essencialidade abstrata” que paradoxalmente não se transforma, mas que pode ser “aprofundada” e ou “enriquecida” pelo que possuímos e que é “nosso” pelos sedimentos da “experiência”. Podemos agregar que no fenômeno da colonização, fundamentada em parte na supressão das alteridades

que se comportam como “identidades-outras”¹¹⁷, também se apoia em uma dilaceração da experiência para erguer em termos de Absoluto os modos de organização desta por parte do detentor da Identidade/Uno. Sustentamos enfaticamente que não tratamos aqui as “ansiedades” do colonizador, inclusive explicitamos que ainda podendo existir não constituem minimamente motivo de nosso interesse. Nos negamos a “compreender” a bestialidade “intra-psíquica” do colonizador, pois, rejeitamos tanto os reducionismos que desde esse ponto se desenvolvem assim como estes são utilizados como marcos de justificação daquilo que é inadmissível. Admitimos sim nossa predisposição a gerar conexões com as propostas de autores e autoras como os que fundamentamos este trabalho possibilitando a abertura de linhas de debate referidas a convergência já colocada entre a Banalidade do Mal (Arendt, 1999), a identificação com o torturador (Bettelheim, 1973), a sequência assimilação, coação, repressão e suposto consenso “geral” (Gramsci, 2000)

A destruição da “experiência da prática” pode ser compreendida para confrontá-la, se opor radicalmente a esta para nunca reduzi-la e muito menos justificá-la. Propomos compreender a colonização, seus desprendimentos e ‘sutilizações’, a partir de uma série de mecanismos, que compõem equipamentos de supressão ontológica variados, sendo que agora incluímos a dimensão daquilo que se remete a dimensão da experiência. Neste sentido, as alteridades que constituem “identidades-alteradas-em-relação-a-mim” podem ser pensadas como elementos divergentes que se combinam em existências outras povoando os “fora do perímetro’ variáveis que questionam onde está-mora meu ser. Essas “identidades outras” rascunham outros perímetros onde afirmam, realizam e consomem suas existências. Entre essas territorialidades emergem entre-territorialidades que instituem “distâncias” que inicialmente são percorridas pela imprecisão da ação como fundamento da experiência produtora do novo e

¹¹⁷ Lélia Gonzalez oferece uma perspectiva muito fecunda quando explica o racismo no Brasil, como estrato dos modos coloniais que se perpetuam a partir de formas de relação a nosso critério perversas e genocidas, a partir de articulação de dois processos: a recusa e a segregação.

agenciamento espacial dos sustentáculos dos vínculos. O “retorno” aos perímetros prévios não é possível, a “condição anterior” que supõe alguma transcendência intransponível indica tanto “adaptações passivas a realidade”, como a reprodução de “imposturas” que podem explicar parcialmente os fenômenos de alienação que descreve Enrique Pichon Rivière se referindo a uma perspectiva classista do funcionamento da sociedade em que vivemos. Mas quem constrói mecanismos complexos de opressão, repressão, violência, mistificação e alternadamente impõe genocídios para “perpetuar” seu “ECRO”, retornando em diferença, uma e outra vez a posição prévia tendo extraído, parasitado, arrancado, desgarrado a experiência do outro, está movido por ansiedades/temores/resistências a mudança?

Podemos dizer que o fundamental deveria ser compreender que destituir as alteridades é primordialmente, em qualquer escala de análise, um ato que condensa o exercício de poder unilateral, estratificado, verticalizado que é vetorizado pela imposição de violências que desimbolizam o “ser” portador de identidade multiplicatória-diferente como tática de compor equipamentos que impedem qualquer devir. Por outro lado, se destacamos as fertilidades de aceder a imanência entre macro e micropolítica, que não anula a experiência da prática como produção de diferenças, é por que também compreendemos que na expulsão das diferenças, na imposição do Igual, são enfatizadas as determinações macropolíticas cindidas das micropolíticas que edificam a compartimentalização entre aquilo que é, pois se ajusta aos “dever ser”, e aquilo que não é por não responder aos funcionamentos exigidos pelo Uno hegemônico. Um Uno universalizado que exige a Universalização do Uno. E essa equação, que emerge inalterada da racionalidade do Uno petrificado como organizador macropolítico do socius (Kazi, 2006), define que aquele “experiente” é quem fagocita a experiência do outro/fora para reafirmar o previamente existente no dentro/Uno. Nessa linha a “acumulação de experiência” do “experiente” funciona como massacre da produção do novo que emerge das alter/ações que se suscitam a partir da inter/ação não supressiva das alteridades.

Por outro lado, podemos reivindicar a acumulação de experiência no seu estatuto dinâmico: bem como assimilação/acomodação-equilíbrio (Piaget, 1967) como rupturas quanti/qualitativas (Lefebvre, 1961), até como desterritorialização “prévia” a uma re-territorialização que re-lança, em diferença, as dimensões processuais que percorriam os modos de trânsito existencial que, como sedimentações e formação de linhas flexíveis e semiflexíveis, geram as imanências entre o ser e os devires emergentes como eventos-acontecimentos (Baremlitt, 2003).

Podemos, desde nossa perspectiva, caracterizar o sujeito “experiente” como aquele que sustenta e elabora as ansiedades que emergem nos vínculos como campos de experiência/experimentação de seres/devires e composições identitárias rebeldes ali onde estas foram devastadas. Nestes percursos e derivas de composição do novo é co-compreendida a necessidade de agir para estabelecer os trânsitos entre o subsistir/morrer aos viver/transformar/lutar que se insurgem perante a lógica genocida do Uno. Experiente neste horizonte pode caracterizar as intensidades que vão compondo a confiança-coragem no agir transformador que produz diferenças/alteridades e rascunha os re(con/m)ornos do ser social em movimentos criadores em tanto localização nômade do devir e realização do intempestivo.

De certo modo, e com finalidades explicativas, podemos afirmar pelas nossas vivências em diversos dispositivos de reinvenção da Psicologia Social da Práxis, o sujeito da experiência confia no agir que lhe permite retornar aonde nunca esteve e que é possível se orientar pelas diversas camadas e superfícies do ECRO que foram produzidas onde nunca estará. Remetemos neste ponto as concepções de u-cronia e u-topia grupal (Romero, 1992). pois considerar os tempos e espaços de um modo não subsidiário ao métrico/cronológico é necessário para compreender os fenômenos grupais e, portanto, os tempos sócio-históricos. A cronologia e o sistema de medições racionalistas que organizam a relação da dicotomia “mundo interno” e

“mundo externo” e o regulam pelo princípio de realidade/secundário (Freud, 1996) universalista. A interpretação do funcionamento intrapsíquico do “indivíduo”, desprovido da ação transformadora sobre o mundo, se revela incapaz de elucidar a variedade de registros temporais e espaciais que perpassam o “sujeito em situação” como objeto de estudo. Como compreender a dimensão do projeto grupal, trabalhada por Enrique Pichon-Rivière, sem realizar o esforço de compreender que a atemporalidade, ou o não cronológico, atribuída por S. Freud ao “princípio primário”, se corresponde a temporalidade “híbrida” que pulsa intensivamente nas Utopias que se ativam nas entre-territorialidades que lampejam, pelas vias da ação, nos vínculos que motorizam o processo grupal como singularidade?

Retomando como Enrique Pichon-Rivière trabalha estes níveis de análise que procuram elucidar modos de existência devemos esclarecer outras linhas conceituais.

A experiência da prática alude aos campos de produção de novidades através da ação. A proposta, que descreve a aplicação do método de análise dialético, aponta a momentos sucessivos: a experiência da prática, sua formalização teórica posterior e suas sínteses em novas práxis orientadas pelos conceitos produzidos a partir do experimentar/praticar/agir. Entretanto, tal proposta destaca tanto as conexões dinâmicas entre agir o que refletimos e refletir em nossas ações como de um nível que muitas vezes perdura inquestionado: as práticas, instrumentadas através de ações sobre o mundo, são simbolizadas por diversas vias, e não unicamente pelos caminhos do mecanicismo racionalista. Este plano de debate encontra distintos obstáculos. Antes de ingressar na argumentação respeito dos obstáculos que encontramos, uma aclaração se impõe como pertinente. Enrique Pichon-Rivière parece indicar que as práticas constituem uma fonte de produção de materialidades que emergem como expressão do novo e, sucessivamente nos percursos da “espiral dialética”, irão sendo enlaçadas na dimensão simbólica pelas vias do dizer, pensar e sentir. O destaque da ação que se deflagra em práticas,

não nos autoriza a supor que devemos gerar uma nova antinomia entre o “fazer” e o “contemplar”.

A correlação permanente entre teoria e prática, em um processo contínuo de mútua transformação, não é um princípio abstrato que indica conceitualmente uma aspiração vaga para quem deseje fazer-pensar na Psicologia Social. Essa correlação constante entre o agir e o refletir está materializada na obra em curso-re-cursos variáveis que quebram as segmentariedades¹¹⁸ rígidas, destacando a necessidade de superar modalidades teóricas que, seguindo a reflexão retilínea, explicam mecanicamente cada segmento conceitual gerando a “ligações” pétreas entre dois pontos. Haveria uma “economia” energética no processo do pensamento racionalista pragmático: “reduzir” o “gasto” de intensidades que animam as reflexões para constatar o pecúlio acumulado ao determinar que as “linhas conceituais” que articulam “dois pontos”, pré-determinados em uma área de produção de conhecimento, é a linha reta. Nessa linha deve caber a potência expressa na capacidade de pensamento destinando-o a impotência. A produção apresentada pelo criador da Psicologia Social da Práxis que se efetua, não exclusiva e exaustivamente, nas consumações das técnicas que oferece a sustentação do dispositivo do grupo operativo, funciona rizomaticamente e não seguindo o modelo filosófico da árvore. O grupo não é uma “boa cópia” dos conceitos que supostamente o definem tautologicamente. As consumações da vida/produção conceitual que seguem o “modelo da árvore” podem ser descritas didaticamente e com finalidades introdutórias como segue (Deleuze & Guattari, 2000). O pensamento ocidental se estrutura rigidamente sob as coordenadas desse modelo: a imagem da árvore ou da raiz reproduzem o “Uno” que legisla os elementos que captura como

¹¹⁸ Seguindo o texto “Micropolítica e segmentariedade” definimos aqui como “segmento” a um re-corte, guiado pela mensura escrupulosa da racionalidade ocidental, de uma “linha conceitual”. Por sua vez esse segmento é encadeado, com as soldas da lógica formal, ao segmento subsequente que, ilusoriamente, “garante” o movimento do pensamento em linha reta e moldado para seguir o modelo da “boa cópia” reprodutora daquilo que se pretende definir como “realidade”. Nesse sentido o grupo, seguindo as contribuições de Enrique Pichon Rivière, é seu processo singular e não uma “boa cópia” dos conceitos que procuram formular seus elementos, funcionamentos, disposições e fenômenos.

seus derivados, subordinando-os as antinomias que se desprendem da lógica binária. A dicotomia universalizada se desprende da necessidade de compor uma unidade coesa/engessada que funcione como análise que governa e determina aquilo considerado como “secundário”. Para organizar esse modo de funcionar foi necessário constituir hierarquias: a raiz, isto é “o profundo-primário”, define e determina o “superficial-secundário”. O definido como “fundamental” conduz os processos e oferece condições de possibilidade a aquilo que foi, supostamente, por ele produzido, sendo que, o “produto” reproduz o exigido pelo primário-originário-Uno-Fundamental e recebe, em um sistema de trocas mecanizado, o necessário para repetir¹¹⁹.

A sequência raiz-tronco-ramas-folhas reflete sistemas de hierarquia e subordinação e traça uma linha composta de pontos binários-antinômicos que se unem a partir do cumprimento de posições e funções fixas de cada segmento delimitados por pontos predefinidos. Assim, é esperado que a árvore, sendo inicialmente semente, cresça de baixo para cima, com os mesmos regimes de visibilidade e invisibilidade, seguindo modos prefigurados de crescimento e respeitando cronologias e medições espaciais. A partir da reivindicação de Pichon-Rivière dos saberes produzidos na vida cotidiana e dos saberes populares (Lema, 1993, p. 80) podemos notar que quando a árvore não se desenvolve como esperado e antecipado pelo modelo Uno, são aplicadas “técnicas” que forçam seu desenvolvimento para que seja reprodutor da imagem-fonte que pré-determina sua adequação a aquilo que deve ser como reprodução/cópia. Essa sorte de ortopedia aplicada sobre aquilo que fuga do Uno não se restringe a botânica e pode ser

¹¹⁹ Em sua procura de quebrar todas as dicotomias, esforço que explicitamente Enrique Pichon-Rivière também assume, Gilles Deleuze afirmou: “E seguindo a fronteira, margeando a superfície, que passamos do corporal ao incorporeal, Paul Valery teve uma expressão profunda: o mais profundo é a pele” (Deleuze, 2009, p. 11). Esta compreensão é retomada na página 106 do mesmo livro quando o autor assevera que é a pele, enquanto ‘superfície topológica de contato’ que se atribuem valores ao “interior e o externo” e mesmo sendo ‘superficial’ possui ‘energia potencial vital’. Essa potência, que nas perspectivas racionalistas se atribuem as profundezas e são assimiladas ao caráter métrico e ordenado do arbóreo-uno, é tratada aqui como percorrendo uma superfície que se realiza e atualiza produzindo multiplicidades: alguns dentro que conectam foras compondo regimes de singularidades não hierarquizáveis.

detectado em variadas tecnologias de controle e disciplinamento orientadas pelos conceitos forjados não unicamente na “psiquiatria manicomial”, em sua manifesta brutalidade e vulgaridade, senão também nas sutilidades de qualquer marco conceitual das “práticas psi” que se apoiam no “modelo do Ser-Uno-Árvore-raiz”. A árvore-raiz e os modos de pensar/viver análogos a esse paradigma, operam como sistema de ordenamento que pretende modular, recuperar, retificar os modos de funcionamento não arbóreos. Gilles Deleuze e Félix Guattari explicam a questão da “Árvore” e da “Raiz”, considerando que tal modelo necessita de uma ‘forte unidade principal’ que determina qualquer produção subsequente. Esta característica limita, pelo que entendemos como o estabelecimento de uma mecânica de subordinações que respeitam uma ordem hierárquica vertical, a compreensão daquilo que se “desvia” como singularidade não redutível, nem “medível” a partir do “ser-Uno”. No capítulo “Introdução: Rizoma” (Deleuze & Guattari, 2017, p. 12) os autores oferecem sua perspectiva sobre este assunto:

A raiz pivotante não compreende a multiplicidade mais do que o conseguido pela raiz dicotômica. Uma opera no objeto, enquanto a outra opera no sujeito. A lógica binária e as relações biunívocas dominam ainda a psicanálise (a árvore do delírio na interpretação freudiana de Schreber), a linguística e o estruturalismo, e até a informática.

Aqui podemos retomar a questão que iniciou este capítulo: quais experiências podem realizar as teorias, práticas e vidas concebidas dentro do modelo de arborização mecânica das existências? Que experiências podem quebrar essa modalidade de ser-estar impostas e ir além dos esperáveis derivados da “natureza” reprodutora das qualidades designadas como “normais” a uma “espécie”? A condição de “ser experiente” significaria a somatória de situações acumuladas e que são corroboráveis quando um ente-elemento reafirma o que previamente se antecipava sobre seu “ser” respondendo ao modelo da árvore?

Segundo nossas compreensões existe no horizonte esquizoanalítico uma crítica ao estruturalismo da Antropologia, da Linguística, da Filosofia e da Psicanálise francesa. Entretanto nos perguntamos se os autores referidos tiveram contato com as construções epistemológicas da América Latina sendo influenciados de algum modo ou outro por estas. Estas epistemologias são encarnadas também por Enrique Pichon-Rivière. Estimamos que práxis do Sul, sobretudo nos seus aspectos mais vibráteis, teriam intensificado a Esquizoanálise assim como essa pragmática vivifica a maranha de linhas múltiplas que compõem a epistemologia convergente da Psicologia Social da Práxis.

Por outro lado, o rizoma se contrapõe ao modelo da árvore-raiz: constitui os modos de realização das multiplicidades cujos elementos são as singularidades e seus modos de relação são os devires que produzem diferenças não relativas a um modelo. Iremos debatendo a relação das definições dos criadores da Esquizoanálise com o funcionamento da Psicologia Social proposta por Enrique Pichon Rivière procurando estabelecer conexões e esclarecer mal-entendidos. Se consideramos, por exemplo, a noção de “vínculo interno” conectado as de “matriz de aprendizado” e ECRO primário veremos que não constituem uma “raiz” que subordina o *suposto* tronco-ramas-folhas que poderiam estar “formados” por vínculos externos-processos de aprendizagem-ECRO Secundário. Tais fenômenos-processos são um sistema multilinear cujos elementos se co-implicam negando, na realidade, as hierarquias dos conceitos que os formalizam e, conseqüentemente, impedem o desprendimento de antinomias.

Ao mesmo tempo a coexistência desses elementos, não ordenada metricamente, possibilita corroer as concepções que definem as topologias e as temporalidades em termos de ajuste a sistemas de medições que definem um “antes” preponderante e decisivo dos “depois”, de origens que definem casuisticamente destinos. Do mesmo modo não é efetuada a proposição de algum “Ali-transcendente” que, espacialmente, definiria os atributos e alcances dos “aqui”.

A insistência pichoniana no “aqui, agora, comigo” enfatiza o atual que não se reduz a um presente cronológico. Defendi a perspectiva da coexistência de elementos singulares em um estatuto horizontal na obra de EPR em outro lugar (Kazi, 2006) propondo que o nascimento do aparelho psíquico vincular e não representacional apresentado pela Psicologia Social da Práxis, enquanto realização e atualização de diferenças, emerge em uma relação dialética e de imanência entre o “mundo interno” e o “mundo externo”.

Não existe, na obra de EPR, a imposição da preponderância de uma dimensão ou da outra desde o momento em que a origem do ser histórico social emerge do vínculo, daquilo que há “entre” dois sujeitos em situação, sendo que o que é produzido nesse “intermédio” não é determinável linearmente pelo que já existe. Sim, podemos afirmar que o criador da Psicologia Social da Práxis compreende que nos (*e por meio de*) encontros de corpos, se agenciam as entre-territorialidades dos vínculos, deflagrando-se a produção do novo. Entretanto, essa criação também será recuperada pelas casuísticas que modulam e organizam, de modo alienado ou não, a vida das humanidades delineando os contornos entre adaptações ativas e passivas a realidade. Pichon-Rivière atende aos processos de desgarro da experiência da prática e sepultamento do funcionamento rizomático que não é nomeado desse modo. A nosso critério EPR engloba o funcionar rizomático nas noções de vínculos-humanidades em situação e na multiplicidade de movimentos que os transversalizam e atravessam. Correlativamente estabelece, a partir do conceito de “esterotipia”, planos de funcionamentos que se estratificam em “árvores” particulares cerceando as produções rizomáticas, sendo as singularidades diluídas, como expressão da diferença não relativa, na individualidade alienada. Para compreender a relação entre o conceito de “rizoma” e a noção de “entre”, e, portanto, de “vínculo”, existe uma definição de Deleuze e Guattari (2017, contra-capá) que nos auxilia nesse propósito:

“Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo.”

Esta consideração é complementada na página 36 do mesmo volume:

Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio. (Deleuze & Guattari, 2017, p. 36)

A rigor, e continuando a busca de aproximações entre as obras em movimento convocadas pelo processo de reflexão, o “perpendicular” descrito por Deleuze e Guattari conecta com a compreensão de Enrique Pichon-Rivière da noção de ECRO e do conceito de “papel”. Estas duas noções incluem os vetores horizontais e verticais e que, em suas correlações, foram compreendidas na Psicologia Social Pichoniana como “perpendiculares”.

O assunto problemático é não interpretar literalmente a noção de “perpendicular” restringindo seu sentido a compreensão das “retas perpendiculares”. Nesse caso obteríamos unicamente o entendimento de como é produzido um “ângulo reto” que poderíamos propô-lo como imagem de “pontos de vista” correspondentes a adaptação passiva a realidade pela restrição de interações que define tal disposição. A questão se torna complexa se acrescentamos o conceito de “plano”. As linhas retas concorrentes com um plano, em um ponto definido serão perpendiculares ao plano se são também perpendiculares a todas as líneas retas desse plano e que também passam por esse ponto. Se o ECRO é:

Esse conjunto estrutural e genético permite-nos a compreensão horizontal (a totalidade comunitária) e vertical (o indivíduo nela inserido) de uma sociedade em permanente situação de mudança e dos problemas de adaptação do indivíduo a seu meio. Como

instrumento, é o que permite planejar um manejo das relações com a natureza e seus conteúdos, nas quais o sujeito se modifica a si mesmo e modifica o mundo, num constante interjogo dialético. (Pichon-Rivière, 1985, p.150)

O “plano” fundante proposto por Enrique Pichon Rivière é o “homem em situação” que é elucidado pelas práxis pulsadas pelo ECRO. Este último, como construção em movimento, estabelece a “linha horizontal” que é percorrida por multiplicidade de linhas que constituem a existência sócio-histórica do ser humano no contexto da materialidade de sua vida cotidiana se encontrando determinada e determinante da existência relacional. Essa linha horizontal se encontra em relação dialética e de imanência com a “linha vertical” por cujos “pontos” se movimentam todas as linhas de relação e direção do “grupo interno” constituído por vínculos internos dispostos em rede e que devem ser compreendidos como sedimentações “internas” decorrentes de “vínculos externos”¹²⁰.

O que pode confundir o entendimento é a noção de “ponto”. Por um lado, a interseção da linha horizontal e da linha vertical estabelece um ponto que expressa um entrecruzamento. Esse ponto definido pela interseção não é unicamente a “posição do sujeito” como pregam as análises embasadas fundamentalmente no idealismo filosófico, que preconiza o primado do individualismo justificados por neo-solipsismos que totalizam as determinações intrapsíquicas. Sim denota a complexidade das relações variáveis entre grupo interno/grupo externo/vínculos/situação sócio-histórica. Entretanto não podemos esquecer que essa interseção é produzida em um plano povoado por multiplicidade de pontos, cada um deles é singular e se encontram, na vida que não se ajusta nem a matemática nem a geometria, em movimento e relação. A verticalidade e horizontalidade são pensadas, muitas vezes, como linhas-vetores

¹²⁰ Desejamos acrescentar que não é nosso propósito desconsiderar as “linhas” que operam “entre” a verticalidade e horizontalidade que são deflagradas pela inter e transgeracionalidade. As contribuições de Maria Inês Assumpção Fernandes, Pierre Benghozi e René Kaës oferecem elucidacões fundamentais sobre o “registro da negatividade” que tratarei quando trabalhe a questão da temporalidade nos processos grupais.

omitindo que podem ser compreendidas como planos. Mesmo efetuando essa redução, havendo assim uma insistência de serem visualizados como vetores sem “volume”, devem ser compreendidos como perpendiculares aos planos múltiplos das temporalidades grupais e aos diversos espaços que os grupos agenciam.

Neste sentido também nos encontramos com o caráter rizomático das práxis pichoniana. O rizoma descrito por Deleuze e Guattari é heterogêneo e qualquer ponto deste pode se conectar com outro¹²¹. O ECRO migra de um ponto a outro, definidos pelo entrecruzamento do horizontal e o vertical e as transversalidades produzidas nas interseções com os planos já apontados. O agenciamento prático do Psicólogo social, como agente de câmbio, lhe exige compreender as relações demarcadas entre os pontos/linhas/vetores/planos e elucidar a pluralidade casuística desse processo multi fenomênico. Por exemplo a “humanidade em situação”, considerada na sua inserção nos processos de produção econômico culturais definidos pelo sistema capitalista (linha horizontal), deve ser compreendida também na sua “linha vertical”. Esta última está composta pelos conceitos, modos de se localizar-referir-ubicar que orientam as ações do sujeito relacional sobre o mundo. A composição de um esquema conceitual, referencial e operativo é construída no grupo familiar, em tanto, sede de criação do ECRO primário desse sujeito.

Os tipos de linhas se encontram sempre relacionadas em planos agenciados entre sujeitos vinculados com o mundo, sendo a família considerada a instância inaugural em que são produzidas esses entrecruzamentos. Esse grupo primário, como “unidade básica de interação”

¹²¹ Outra definição de rizoma que pode ajudar a compreensão desse conceito-funcionamento é: “...diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não se deixa reconduzir nem ao Uno nem ao múltiplo. Ele não é o Uno que se torna dois, nem mesmo que se tornaria diretamente três, quatro ou cinco etc. Ele não é um múltiplo que deriva do Uno, nem ao qual o Uno se acrescentaria (n+1). Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda Deleuze e Guattari (2017).

(Pichon-Rivière, 1985, p.158) e “unidade indispensável toda organização social” (Pichon-Rivière, 1985, p. 57), território de criação do ECRO primário, deve ser pensado em seu duplo caráter de reprodutor do social estruturado e produtor de entre-ações estruturantes de diferenças. As inquietudes do Psicólogo social também indagam se a tensão entre reprodução do uno alienado e o múltiplo desalienado se encontra em relação dialética possibilitando adaptações ativas ou se estão dispostas em termos dilemáticos instalando adaptações passivas a realidade¹²². A ruptura do processo dialético, segundo EPR, enrijece as linhas de conexão definindo cisões internas e externas e, a nosso critério, se produzem “trincamentos” dos espaços-planos que oferecem os “entre” para criar ligações- vínculos. Nesse sentido o impedimento da realização de vínculos é um fator preponderante na emergência do sofrimento. Para nosso autor, as expressões de sofrimento fazem emergir estratificações dos processos que já foram movimentos-entre-ações-experiências. A aparição do sofrimento, a partir do emergente- porta-voz do grupo, aponta para tentativas “falhas” de ligar, de conectar ou re-conectar *assim como de entre-criar os territórios onde estes processos sejam possíveis*. A nosso entender essas explicações são derivadas da compreensão freudiana do caráter restitutivo do delírio (Freud, 1996). Seguindo nessa linha de arguição aparece, em S. Freud (1924) um avanço interessante em nossa perspectiva:

Chamamos um comportamento de ‘normal’ ou ‘sadio’ se ele combina certas características de ambas as reações - se repudia a realidade tão pouco quanto uma neurose, mas se depois se esforça, como faz uma psicose, por efetuar uma alteração dessa realidade.

¹²² Também podemos refletir se não é mais fértil avançar na multilateralidade dos movimentos dialéticos e vislumbrar se não há formações híbridas, “áreas livres” e “áreas estereotipadas”, etc. A noção de “porta-voz” como “emergente familiar” em Pichon Rivière e de “porta-vergonha” ligado ao elidido na trans e intergeracionalidade em Pierre Benghozi, permitem elucidar a expressão do sofrimento em níveis variados e dinâmicos.

Esse viés da expressão do “negativado”, ou do “segredo familiar” em Enrique Pichon Rivière, que se dá por meio de quem expressa o depositado no interjogo de deposição e assunção de papéis, oferece também a possibilidade de dialetizar o dicotômico da estereotipia ou de realizar a remalhagem da “desmalhagem” (Benghozi, 2010) pois há uma potência de alteração que é fundada pela expressão do sofrimento. A intensidade expressa na “doença” é também possibilidade de transformação do estagnamento do sujeito e do grupo pois explicita-denuncia a estereotipia sócio-familiar dando possibilidades de elaborar projetos de mudança. Tal possibilidade se efetua se o grupo se trabalha reconectando o dissociado e redistribuindo em todos os membros aquilo que estava depositado no “doente”.

A pergunta em aberto é porque essa potencialidade é mais “palpável” a partir desse grau de afeições muitas vezes insuportáveis para o grupo. Entretanto também é viável investigar se a emergência que surge no emergente também não expressa a existência de “regiões” e “instrumentos” de reparação-criação já existentes no grupo e que se encontravam escamoteados por motivos que vão desde a necessidade de sobreviver, os traumas nas cadeias inter e transgeracionais ligados aos processos de alienação já destacados. Em primeiro lugar o grupo pode ser pensado como um dispositivo de “ligar” assim como de “desligar” e “re-ligar” agora não unicamente “vínculos internos-externos” senão também conecta-os criativamente em correlações sintetizadoras de temporalidades do processo histórico, em seus mais diversos níveis (Pichon-Rivière, 1985 e Kaës, 2017). Esse trabalho exige a superação do fascínio pelo presente esvaziado no imediato e dos processos de alienação, colonização e violência social-institucional-familiar-vincular.

Estes apontamentos abrem o horizonte de elaboração da possibilidade de intervir sem perder de vista que podemos cartografar também “territórios de produção de vida” infra-micro em todo grupo, incluindo os que transitam situações de sofrimento extremo. Esta reflexão exige

o relato do intercâmbio de ideias com um colega. Na sua singular e potente concepção da temporalidade da inter e transgeracionalidade P. Benghozi (2010) indaga, retomando e se diferenciando de René Kaës, a transmissão do traumático nas cadeias geracionais. Em uma ocasião lhe perguntei como poderia ser transmitido aquilo que não está inscrito, talvez pela ignorância de não ter lido seu último livro. Com paciência me explicou as diferenças entre traço e impressão, sua reformulação da horizontalidade e verticalidade, a noção do “porta-vergonha” e, fundamentalmente as conceitualizações sobre a malhagem-desmalhagem ligadas a uma concepção complexa sobre o trauma. Hoje estou em condições de propor que aquilo que segundo ele se “transmite em oco”, “buraco” produzido pela desmalhagem, pode ser pensado de outro modo.

O Agressor-colonizador arranca e despedaça o esquema de referência do agredido-colonizado. Mas “incrusta” seu próprio esquema de referência no “oco” aberto pela violência sobre a vida da qual se apropria, agride, explora e espolia. O transmitido pelo violentado não é um oco, senão os “preenchimentos” operados pelo exterminador que sim são um “esvaziamento de si”, de sua cultura, modos de sentir, pensar, existir, dizer, se relacionar. É transmitido o impróprio como se fosse próprio e isso pode ser também conceitualizado realizando ligações com as propostas, já debatidas, de Leon Rozitchner. A operação da transmissão estaria atravessada e interferida: se transmite um “oco de si” e também um “cheio do outro”. As linhas, pontos, planos do colonizador se deslocam, de geração em geração, como “preenchimento” operado sobre o colonizado que é tomado como território ocupado pela violência do conquistador em todas suas versões.

Retornemos nossa compreensão das linhas, pontos, perpendiculares e planos nos grupos para avançar mais um pouco. Observamos que, atentos a atualização da obra pichoniana, devemos considerar outras determinações que operam nos entrecruzamentos que demarcam a

correlação do horizontal e do vertical. Esse ponto de encruzilhada não pode ser aplainado e, a nosso critério, seu “volume” é multidimensional. A relação capital-trabalho-força de trabalho-propriedade dos meios de produção-distribuição-intercâmbio-consumo-mais-valia-exploração-dominação-colonização-espoliação-mistificação-repressão-violência-raça-gênero, dentre algumas que consideramos básicas, são parte das linhas que definem o “ponto” que demarca o entrecruzamento do vertical e o horizontal instalando obstáculos para a transversalidade. Os modos de organização do grupo primário, a composição dos vetores do cone nesse processo, a instituição patriarcal, o caráter falocrático das relações de gênero sobrecodificadas nas relações edipianas, a localização familiar no antagonismo de classes que significa, valoriza e define diferencialmente acessibilidades ao necessário a partir dos processos de trabalho, os tipos de sensibilidades, formas de conhecer e dizer que circulam entre os vínculos, por citar alguns componentes, definem parcialmente como se constrói a linha “vertical” que irá a intervir para configurar o ponto produzido pela interseção com a linha “horizontal” pela qual circulam esses elementos-processos.

Se consideramos a vida cotidiana e concreta dessa “humanidade em situação”, produzida e produtora, notaremos uma imensidão de “pontos” distribuídos em movimentos que instituem planos de relação que se interinfluenciam constituindo conexões-relações-vínculos variáveis. Assim como o ECRO é rizomático, maranha de pontos e linhas de todo tipo, que se fossemos metaforizá-lo a partir do modelo têxtil seria um feltro (Deleuze & Guattari, 2008), é também um esquema aberto estruturado/em estruturação. Essa dupla característica reconhece níveis de organização interna-externa que procuram definir, explicar, compreender as determinações sociais do ser humano com o objetivo do desenvolvimento pleno da existência humana (Pichon-Rivière, 1985, p. 150).

Para sustentar tal desenvolvimento devemos elucidar a variedade de obstáculos que dificultam o impedem tal aspiração e, uma vez explicitados, supera-os nos territórios da mútua transformação sujeito-mundo. Nesse último sentido e retomando o modelo têxtil, procurando construir uma imagem aproximativa aos conceitos, o ECRO também funciona como um patchwork, que é criado pela atividade de efetuar entretecidos- suturas de retalhos que se referem a “objetos-vínculos” prévios que adquirem novos sentidos a partir do trabalho de conectá-los com outros “pedaços” provenientes de outras composições relacionais. Nesse horizonte notamos que Enrique Pichon-Rivière se focaliza no “ser em movimento” emergente dos processos grupais implicando uma busca do “ser do Devir” mais que do “Devir do ser” das grupalidades. Há, na sua obra, um reconhecimento tácito da produção intempestiva do Devir-entre e uma preocupação explícita por compreender o ser que se entre/ transforma para interpelar as adaptações passivas a realidade. Retomando o modelo têxtil (Deleuze & Guattari, 2008) notamos três direcionalidades pichonianas: ao feltro como expressão de intensidades não vetorizadas quando trabalha os processos de transformação multilaterais. Por outro lado destacamos uma abordagem metodológica do patchwork existencial do “homem em situação” considerado em sua dialética. Por último é notável sua crítica severa aos modos de formatar a vida seguindo o modelo do tecido industrial: ponto, linha, ponto, retilíneas, antinomias e bi-direcionalidades.

Mas se o objetivo é o “pleno desenvolvimento” das humanidades, inclusive as humanidades porvir e as que já existem e se encontram enterradas nos regimes das invisibilidades ou de serem visibilizadas pelos genocídios/extermínios, não podemos renunciar ao que é produzido a partir do acaso e o indeterminado. E essa é uma das grandes contribuições da Esquizoanálise. Resulta difícil aceitar a convergência entre as determinações dialéticas e o funcionamento ao acaso abraçado pela Filosofia da diferença. Explicitamos nossa dificuldade para avançar na convergência dessas duas propostas pois não nos é possível renunciar a

compreensão das determinações sócio-históricas concretas elucidadas pelo materialismo histórico e dialético. Manteremos essa tensão procurando não instalar incompatibilidades ali onde percebemos diferenças. Propomos indagar as práxis instrumentalizadas a partir das sínteses conectivas constitutivas de “totalidades abertas” que elucidam fenômenos determinados casuisticamente, sem desconhecer as que emergem das indeterminações. Estas surgem, como já foi destacado, daquilo que é produzido pelas “experiências da prática” permitindo interpenetrar os processos advindos das conexões entre singularidade/multiplicidade e o regime das causalidades que se parapeitam nas relações de tensão entre Uno/múltiplo.

Complementarmente expressaremos que o “riacho sem fim” expressa imagetivamente as subjetivações esquizoanalíticas: o rizoma como modo de realizá-las e o processo de Devir como modalidade em que estas se relacionam. Nesse sentido as margens representam o Uno e o outro binarizados definindo “eus” contrapostos excludentes e assentados em regímenes territoriais que tendem a sua consolidação fixa (árvore) e são/vão sendo corroídas partir de “fluxos” que se “medem” por graus de intensidade, durações e velocidades (rizoma). Certamente podem caracterizar diferencialmente aspectos dos processos grupais, por exemplo os processos de criação, as adaptações ativas a realidade, a dimensão do projeto grupal que implicam os “intermezzos” que operam “entre” os elementos e que os “carregam” em regímenes inclusos. Em contraposição, as “fusões primárias”, que re-compreendi nas leituras sobre os “pictogramas de fusão” e “espaço de inclusões recíprocas” de Piera Aulagnier (1989), criei o conceito de “fusões secundárias nos vínculos” (Kazi, 2006). Estas se referem a aspectos do processo grupal que demarcam fenômenos intersubjetivos que se suscitam nos “entre” como pluritopologias de agenciamento dos “nós” e também implicam a atualização de emergentes das desterritorializações do Eu. Nessa ocasião considereirei o “eu” como sede nuclear do

individualismo burguês e derivado das recuperações efetuadas pelos diferentes momentos do narcisismo na constituição psíquica.

Os processos grupais do grupo operativo pichoniano permitem pensar derivas que inauguram outros modos de se subjetivar nos percursos dos processos de experimentação-práxis nômades a partir do agenciamento de territórios de produção de vida divergente criada fora dos perímetros-limites demarcados pela ‘normalidade’ hegemônica.

Experimentar para realizar-realizando-se, nos interjogos do processo vincular- grupal, abre os territórios não antinômicos do exercício da singularidade.

Esta proposta instala diversas composições híbridas que quebram a ênfase de colocar em “objetos antagônicos” a força motriz do processo dialético. Isso nos leva a prestar atenção nas potências, intensidades e forças que percorrem os territórios de relação desses objetos que, de forma preponderante, foram tomados como foco de análise em diversas abordagens psicológicas. Este movimento de passagem dos objetos para as intensidades-territórios que os conectam não implica renunciar a compreender os elementos-objetos e suas distinções. Implica que tais diferenças são também percorridas, por isso também definidas, por fluxos, afetações, intensidades múltiplas, não totalizáveis em alguma concepção que as universalize nem analisáveis a partir de suas objetivações e efeitos. De certo modo, além da insistência pichoniana no “sentir”, encontramos esta preocupação em nosso autor quando formaliza o vetor da “tele” (Pichon-Rivière, 1985) sugerindo a dimensão das intensidades na noção de “clima”. Multiplicar nossa indagação sobre os fluxos-intensidades permitirá outras compreensões sobre o que mobiliza os elementos compondo a particularidade distintiva dos objetos que, diferindo entre si, expressam o caráter contraditório das Vidas em processo de se realizar-ser.

Complementarmente atenderemos a quais são e como funcionam os movimentos que expressam essas intensidades e que, em primeira instância são a “substância” que relaciona os objetos entre si. O assunto não é simples, mas pode ser sintetizado em várias perguntas: Como trabalhar a correlação dialética de vínculos internos e vínculos externos que formam parte do já estruturado sem desconsiderar aquilo que não está estruturado? Como esclarecer as estereotípias do ser em situação sem deixar de agenciar a criação de entre-corpos em devir que abrem novos territórios existenciais? Como intervir nos planos de elaboração, que suscitam modificações relativas, sem desconhecer a criação de transformações absolutas? Como trabalhar as topologias de inscrição e re-inscrição do ser que reproduz sem elidir os novos territórios que abre o ser que está se tornando outro pelas intensidades que pulsam os devires? Pensemos nos “objetos” e “re-presentações” como elementos de recuperação, direcionamento vetorizado dos planos intensivos da Vida Humana. Os “medos básicos” são universais se consideramos essa escala sendo não essencial às existências e sim modalidades hegemônicas de serializar subjetividades, por meio de equipamentos sócio historicamente construídos através da implementação de esquemas de se relacionar replicados nos grupos de origem.

Admitindo as diferenças relativas dos grupos primários, estes foram postulados como universais por responder, majoritariamente, a variados modos de exercício das violências, opressões, humilhações, alienações, mistificações, submetimentos e docilidades exigidas para perpetuar o status quo. Esses medos, medo a perda e medo ao ataque (Pichon-Rivière, 1985, p. 153), que devem ser “analisados”, mas talvez também trabalhados pela via não discursiva e experimental, são analisadores das ansiedades esquizo paranoide e maníaco depressivas trabalhadas pela Melanie Klein e retrabalhadas pelo Enrique Pichon-Rivière. A nosso critério os denominados “medos básicos” referem processos e fenômenos da constituição psíquica, mas devem ser contextualizados como todas as categorias da Psicologia Social da Práxis.

A experiência da prática nos leva a indagar esse medos articulados aos diversos estratos históricos das três áreas dos membros do grupo, o exo grupal em relação ao grupo atual solidificados nas camadas socio históricas que operam no grupo primário e outros grupos de pertencimento, as localizações “geográficas” endo grupais balizadas pelos papéis no grupo e exo grupais decorrentes dos posicionamentos perante o socio histórico, os contornos definidos pela relação com a terra (geografia etc.) e o mundo/mundos e, como já destacado, a composição existencial determinada pela interseccionalidade. Avançar na reatualização e atualização do ECRO pichoniano exige superar os determinismos que parecem subsistir quando aplicamos o método do materialismo histórico e dialético. Este método desvenda uma casuística múltipla e interconectada aos fenômenos já determinados nos oferecendo uma análise minuciosa do Ser que muda. O problema, em seu limite, é que tal mudança, assim como aquilo que a obstaculiza, se subordina a leis gerais que, a nosso critério não contemplam as singularidades-multiplicidades. Esse é um dos motivos para avançar na articulação com a Filosofia da Diferença que fez da experimentação, não submetida a leis de funcionamento prévias, uma de suas bases irrevogáveis.

Como esforço derivado, as reflexões sobre a “experiência da prática” postulada pelo Enrique Pichon-Rivière também implica repensar destes outros ângulos aquilo que compreendemos como “dentro” e como “fora” que também ressignificam os sentidos que trabalhamos anteriormente.

O fora

Como hipótese auxiliar propomos superar a antinomia “dentro”–“fora”/ “interno”/ “externo” articulando as considerações sobre o “fora” realizadas por Peter Pál Pelbart (1989) com o nosso trabalho de compreender os modos de produção de sentido não perimetrados pelas axiomáticas já problematizadas, se destacando, dentre elas, o axioma derivado pela totalização da racionalidade única¹²³.

Este plano de elucidação se torna relevante retomando a compreensão da experiência conquanto a ação que é inventada, experimentada em seu estatuto produtor do novo, quebrando as linhas que definem circuitos inflexíveis ou semiflexíveis de ser-estar-pensar-sentir-dizer no mundo-vida consumados e reprodutores de um modelo de homem que é engrenagem serializado do sistema social hegemônico e vigente. O autor realiza uma síntese do debate que estava desenvolvendo:

Depois desse rápido recorrido podemos concluir o seguinte: enquanto a desrazão é a experiência percebida como inumana, atemporal, imaginária e onipresente, que enuncia, no silêncio ou na desforra, uma verdade do mundo, a loucura remete à experiência temporal de um tipo social excluído, e que exprime, no excesso de suas paixões, a verdade do homem. (Pelbart, p. 61)

Sem desejar realizar uma captura da intensa e revolucionária práxica do autor citado apontaremos como suas reflexões abrem o território para indagar a axiomática da racionalidade

¹²³ Procurando compreender a questão das axiomáticas Edipianas e capitalistas propostas por Deleuze e Guattari (2006) procurei formalizar uma terceira axiomática, a da racionalidade única-livro de psicologia política- que está sendo debatida transversalmente neste trabalho. Estas elaborações também se encontram impulsionadas pela afirmação dos criadores da Esquizoanálise referida ao modo em que a superfície de registro-controle, que procura recuperar a produção desejante-revolucionária, cria novas recuperações axiomáticas: “Acrescentar sempre um axioma para colmatar a brecha precedente, os coronéis fascistas, começam a ler o presidente Mao, nunca mais havemos de nos deixar apanhar”.

formatada mecanicamente na aplicação da lógica formal. Nossas reflexões, neste platô, nasceram da prática em grupos operativos e experimentações esquizodramáticas efetuados em realizações grupais com pessoas internadas no manicômio “José Tiburcio Borda” da cidade de Buenos Aires. Cabe aclarar que tais práticas se inseriam no que compreendíamos como “desinstitucionalização” das vidas manicomializadas procurando contribuir com a luta antimanicomial que tinha sido arrasada pelo Terrorismo de Estado. Um dos precursores da luta antimanicomial tinha sido Enrique Pichon Rivière. É destacável o papel do grupo “Plataforma” (Barembliitt et al., 1987) e “Documento” nesses inícios de tal luta assim como outras linhas abertas pelo Mauricio Goldemberg na denominada “Experiência de Lanus” dentre outras fontes¹²⁴.

Nossa experiência naquele contexto nos levou a compreender, em outras dimensões conectadas às previamente mencionadas, que a imposição do Terrorismo de Estado Argentino se autoprotclamava como “Processo de reorganização Nacional” para efetuar uma distinção grosseira entre a “desordem revolucionária” e a “ordem” brutal do Estado Terrorista que reporia a “harmonia” e a “unidade nacional”. Uma das justificativas manifestas dos genocidas foi atribuir a “loucura” e “irracionalidade” aos movimentos revolucionários (Kazi, 2002) assim como reprimir modos de existência que não se adequassem metricamente ao padrão estatal do “bom cidadão”, chegando a reprimir fugas em relação aos modos estético hegemônicos¹²⁵.

O Terrorismo de Estado pode ser interpretado, *de modo amplo*, como uma modalidade extrema de manicomialização do social e isso explica, em parte, que um dos destinos iniciais

¹²⁴ É recomendável a leitura do livro “El Lanús memoria, política y psicoanálisis en la argentina (1956-1992) (Visacovsky, 2002). Apresentamos esse livro junto seu autor no 2º “Congresso Internacional de salud mental y derechos Humanos” no ano 2002. O livro apresenta variados elementos para compreender diferentes dimensões da luta antimanicomial na argentina.

¹²⁵ Com este apontamento desejo destacar a suposta trivialidade de que, por exemplo, ter cabelo cumprido, barba, vestir certas roupas, caminhar de certos modos era suficiente para ser detido, investigado, violentado. Assim como havia uma aplicação macro de sistemas de medida e desvio, estas não se restringiam a essa escala. Houve também o preparo, nos agentes da repressão, para detectar microscopicamente, em observações micro-panópticas, aquilo que se apresentasse como desregulação de comportamentos “racionais”.

dos detidos por motivos políticos fosse o manicômio como “estação transitória” antes de serem levados, depositados e massacrados nos campos de tortura e extermínio (Baremlitt, Kazi & Luciardo, 2006). Tal reivindicação de uma racionalidade única evidenciada na propagação explícita do Terror, nos levou a estudar a origem de tal formação repressiva e a encontramos nos primórdios da composição da totalização do socius como âmbito de realização da “condição” político-social-racional nos territórios da Polis (Kazi, 2006). Um estudo rigoroso da obra de Hannah Arendt nos levou a detectar que na diferenciação, no âmbito da antiguidade clássica, entre labor, trabalho e ação e das localizações do sujeito no público político e no “dominus-social”, eram operados procedimentos organizados a partir da racionalidade-lógica formal, mas que se fundamentavam na ambiguidade e na recusa do processamento dos polos contraditórios dos fenômenos que ali se suscitavam. As relações, as configurações vinculares afirmavam aparentemente os princípios democráticos enquanto efetivamente os negavam. Um, dentre muitos exemplos que desenvolvemos, era contrastar o enunciado cotidiano da Polis proferido por “cidadãos livres” que diziam “nem governar nem ser governados” reivindicando a “pharresia”, mas quando se deslocavam para o território do “familus-dominus-esfera social” exerciam um governo sobre crianças, mulheres e escravos que incluía a prática de dar morte, violentar, humilhar, submeter etc. Tal operatória foi extensamente justificada filosoficamente (Kazi, 2006) nas bases do racionalismo em formação primária e desatendendo a vastíssima sequência de ambiguidades nas quais se enraizava¹²⁶.

A desrazão a nosso critério não alude a uma anti-racionalidade, ou a um vazio onde não existiria a razão como está instituída. Sim aponta para a existência de planos intensivos onde não existem causalidades e sim relações ao acaso onde a razão não funciona. Tudo isso conduz a admissão de uma dimensão caótica que no seu funcionamento “não ordenado” unicamente

¹²⁶ A redução de índices de ambiguidade propostos na Psicologia Social da Práxis alude, também, a estes fenômenos que perduram em diferença.

produz sem responder a necessidade de reproduzir o produzido. Essa “desrazao”, tal como conseguimos entendê-la se localiza em um “fora” absoluto que não se organiza então modulado limites em relação a algum “dentro”. A “loucura”, seguindo nossa compreensão, acede a esse “fora-absoluto-caos” não se expressando como desrazão, mas sim como suposta irracionalidade que manifesta outras racionalidades não assimiláveis à pobreza da racionalidade hegemônica questionando assim a “realidade-dentro” formatada por esta última. Se conservamos o termo “racionalidade” é por falta de uma palavra mais apropriada é para indicar que esta, pelo menos na faz restitutiva do delírio, se compõe como expressão de outros modos de existir. Esses outros modos de ser-estar-existir inventam outros modos de representar que de fato, não se adaptam (Pichon-Rivière, 1985, p.9) aos perímetros traçados racional-linearmente e que delimitam rigidamente a relação esperável entre dentro/foras relativos um ao outro. A loucura, assim pensada, alude aos processos de desconstrução da racionalidade Uno e como movimento de aceso a planos de experiencia onde a razão nunca fincou seu domínio¹²⁷. Mas não se tratando do modo de existir e funcionar da denominada “loucura”, a quais dentro e foras estamos aludindo desde uma perspectiva Pichoniana?

Nosso autor se dedica a refletir de modo peculiar o “espaço interior” como “reconstrução-criação” do externo desde os primórdios do advir da humanidade em situação:

Esse mundo interno se configura como cenário no qual é possível reconhecer o fato dinâmico da internalização de objetos e relações. Neste cenário interior se tenta reconstruir a realidade exterior, mas os objetos e os vínculos aparecem com modalidades

¹²⁷ Para pensar esta questão em termos de grupos Gilles Deleuze e Félix Guattari parecem encontrar nos “investimentos esquizofrênicos” o aceso a outras determinações familiares “esquartejadas pelas dimensões de um campo social que não se pode fechar nem rebater: família matriz para objetos parciais despersonalizados” que produziriam uma “fenda matriz da esquizofrenia contra a castração paranoica”. Isso, segundo os autores deflagra um “mergulhar nos fluxos torrenciais ou pouco caudalosos de um cosmos histórico, de um caos histórico” (Deleuze & Guattari, 2008, p. 290).

diferentes, pelo fantasiado passagem desde o “fora” para o âmbito intrassubjetivo, o “dentro”. (Pichon-Rivière, 1985, p.10, tradução nossa).

A questão renovadamente não é simples. A tentativa de recriar o fora no dentro parece estar restrito a um sistema de passagens entre tais instancias já existentes. Em outro lugar (Kazi, 2006) propus pensar que o fora absoluto é o que cria “dentros” relativos, parciais. Também podemos dizer que a pretensão hegemônica é a de propor que foras parciais absolutizados reproduzem dentro parciais totalizados-alienados àqueles. Porém, a frase de Enrique Pichon Rivière alude, em um detalhe, a outra possibilidade: que há um fora que produz um dentro que o recria e tal processo é produto da fantasia. Isso deveria nos levar a indagar se o que denominamos “fora absoluto-caos” não perpassa transversalmente os dentros e os foras relativos. Se aceitamos que a psicose nos constitui, seja desde a perspectiva kleniana ou a esquizoanalítica, o que pulsa a constituição originária de algum dentro é a atualização de um fora absoluto que nos produz como singularidade absoluta.

O que denominamos “realidade exterior”, por ser eminentemente uma construção humana, responderia ao mesmo princípio: produzida pelo fora absoluto como “matriz” de atualização de diferenças não relativas. Unicamente pelas “relações de necessidade” postuladas pelo Enrique Pichon Rivière, e que são a fonte de toda fantasia (Pichon-Rivière, 1985) é que apareceria a constituição de perímetros construídos pela via das redes vinculares ou por formas de representar esse campo complexo de conexões rizomáticas. O fora absoluto e intenso não subordinado a nenhuma casuística, estrutura ou lei, mas os limites que o parcializam são emergentes da fantasia-necessidade, construindo paulatinamente a denominada realidade tal como esta pode ser entendida. Não seria esta definição de Enrique Pichon Rivière uma maneira de admitir a imanência entre o dentro e o fora? Esta definição que atribui ao campo da fantasia, sustentada em relações de necessidade, a delimitação de limites e diferenciações relativas, não

anuncia que a preocupação do autor são as alienações racionalistas que estabelecem perímetros e relações duras/fixas? Este modo de limitar e conectar não implica o anúncio das cisões e ambiguidades que nosso autor pretende superar? Se centrado no já instituído de modo alienado não procura elaborar passagens para liberações decorrentes da espiral dialética? Se admitimos que esse é o propósito de EPR significa que o autor abraçaria dicotomias, negando a dimensão da imanência, ou este a reconhece mas se ocupa por repor a multilateralidade da dialética que, na dimensão da realidade constituída, interpela o modo hegemônico de domínio que também se apoia na racionalidade linear?

Os contornos da realidade interna-externa, e seus vínculos, relativizados pelas necessidades e fantasias correlativas, agenciam diferenças parciais, devendo suportar uma indagação efetuada desde a Psicologia Social da Práxis: funcionam de modo móvel ou se estagnam em sistemas fechados?.

Assim como a compreensão dialética pichoniana procura uma “objetividade crescente” e espiralada, implicando racionalidades dialéticas e, por tanto, em modificação contínua quebrando a racionalidade Uno/linear, não é infrequente que essa proposta seja compreendida *unicamente* como composição de agenciamentos que articulam o novo- experimentado com o já experimentado. O perigo é pressupor que a “desrazão” implicada na experiência que cria um “fora” pensado como usina de invenção do novo, possa ser recuperada e sobrecodificada a partir do “já sabido” como decantado-estratificação engessada do já experimentado. A psicologia Social das Práxis é convocada assim a criação contínua de novos conceitos que ofereçam perímetros variáveis sobre aquilo que a experimentação do novo possibilita. Avançando nessa direcionalidade vasta podemos expressar que a desrazão, imanente ao fora, coloca não unicamente uma verdade sobre o mundo senão também a existência autêntica de multiplicidade de mundos povoados de vidas radicalmente diferentes que espremam a veracidade de suas

singularidades. O Fora não pode ser reduzido a ser a expressão de uma “pura negatividade” contraposta a positividade dos “dentros” supostamente evidenciados pelas aplicações do racionalismo pragmático (Assumpção Fernandes, 2005)¹²⁸. Se nossa referência é unicamente a realidade “dialética” deflagrada pelas tensões entre elementos contraditórios que circulam no “real”, não contemplaremos aquilo que não necessariamente esteja “entendido” como “realidade”. Entretanto, se avançamos na interpenetração do materialismo histórico e dialético com a Filosofia da imanência abriremos as condições de possibilidade (de potência) para elucidar conexões entre aquilo determinado e o indeterminado, rompendo a hierarquia, soberania e supremacia do ‘dentro’ sobre o ‘fora’. Sem a ênfase sobre a “experiência da prática” nada desta proposta é realizável pois as antinomias que segmentarizam a vida, e, portanto, nossas práticas, se enraízam em uma ladainha celebrante das abstrações racionais respondidas, corporativamente, pela Academia congregada em rituais que recusam as complexidades que constituímos e nos constituem. A noção do “fora” (Pelbart, 1989) é imprescindível para a compreensão da Psicologia Social da Práxis. Enrique Pichon-Rivière lhe atribui importância dentro de uma perspectiva dialética e tal posição contribui para a elucidação de forças e tensões que conectam contraditoriamente o par interno- externo. Reconhecendo que se trata de dentro- foras relativos um ao outro, em termos processuais e mutuamente determinados e determinantes, podemos vislumbrar que é entre esses termos sintetizados progressiva e continuamente que o vínculo é possível. Assim como, na obra de EPR, não há uma postulação de um “fora absoluto”, sim existe o que podemos denominar “novos foras” contínuos. Quando Pichon-Rivière se encontra debatendo a estereotípiia do processo de criação postula a existência de uma “fobia” perante “o espaço aberto pelo novo ciclo da espiral” (Lema, 1996 p. 139) que funciona como fator decisivo para a imposição de “um círculo fechado”. O espaço aberto pelo processo dialético é um novo território que se comporta com um “fora”,

¹²⁸ Estamos procurando seguir aqui as reflexões de Maria Inês Assumpção Fernandes referidas aos modos não racionalistas de compreender a noção de “negatividade”.

sendo claro nesse momento da reflexão pichoniana, não subsidiário a “exterioridades” anteriores. O decisivo, a nosso critério, é contemplar a possibilidade de quebrar a antinomia dentro/fora nos processos grupais. Em outras palavras: as definições mutuamente determinadas e relativas de “interno/externo” podem nos auxiliar na compreensão dos contornos moveis dos processos e fenômenos grupais, mas isso não significa desconsiderar a existência de um “fora absoluto” que, como intensidade desterritorializante, cria novos “dentros” que são interditados pela exigência de permanência e estabilidade que impõe o já existente.

Para avançar na argumentação precedente é afirmar que ela se encontra também na obra pichoniana, apontamos a insistência do autor na capacidade de agir das humanidades para, a partir da ação, superar dicotomias de forma contínua sem se deter em uma modificação em específico. Nosso autor de referência destaca: “[...] um aspecto fundamental da determinação da ação humana: como modificar a conduta de um grupo em uma situação de mudança, para que ela não recaia ao pouco tempo na pauta anterior já superada” (Pichon-Rivière, 1985, p. 117, tradução nossa).

As relações entre o processo de criação, as mudanças, a multivalência das transformações, os agenciamentos dos movimentos produtores de diferenças podem ser aberturas para repensar as relações dentro-fora buscando superar a relatividade mecanicista, sutil ou não, entre o “externo” e o “interno”.

Errâncias entre o esquizogrupos e o grupo operativo

Realizadas as considerações prévias estamos em condições de problematizar equívocos que surgidos de uma série de contradições veladas que podem nos levar a dilematizar aquilo que é problemático. Essa circunstância nos insta a trabalhar as ligações entre aquilo dissociado em contradições negadas.

O equívoco que devemos evitar consiste em confundir o estatuto originário e original do ser humano que se debate entre o estruturado, o que vai se estruturando, de modo flexível e/ou rígido a partir de relações dialéticas e/ou lineares alienadas, e os planos indeterminados que aludem a produção revolucionária do desejo (Deleuze & Guattari, 2008, p. 39). Nos dedicaremos, neste capítulo, a pivotar entre a Psicologia Social da Práxis e diversos elementos da Esquizoanálise com a finalidade de atualizar as relações entre o grupo operativo e postulações iniciais referidas ao que denominamos esquizogrupos¹²⁹. O primeiro nível alude a como sujeito surge das relações entre as necessidades, que se satisfazem unicamente pela existência de vínculos, e aquilo que se encontra disponível no contexto como materialidade acessível pelos caminhos não lineares que abrem as interações com o meio. O tipo de relação entre estes elementos define as características dos vínculos que se criam e estes, para a Psicologia Social da Práxis, são determinados e determinantes. Isso deriva para o questionamento, por parte da Psicologia Social da Práxis, sobre o tipo de causalidade opera nos regimes de determinação: racionalista-linear-dissociante-circuitos fixos ou dialéticos-espiralado- estruturantes de um sistema aberto ou totalidade totalizante. Tais regimes de

¹²⁹ Embora há diferenças substanciais, entre Hannah Arendt e EPR, desde o ponto de vista filosófico, considere relevante (Kazi, 2006), na tentativa de efetuar novas conexões conceituais que intensificassem o ECRO pichoniano, trabalhar as elaborações sobre a “natalidade” e a “ação” da filósofa com a concepção Pichoniana que compreende a emergência inicial do sujeito em termos vinculares e de inter-ação que podem ser pensados nas tensões horizontais entre o multiplicatório, as singularidades intervenientes e as pluralidades. Nas correlações entre estes elementos o sujeito é compreendido como portador do novo e capaz de protagonizar transformações e assim se inscreve, como singularidade que povoa e opera no caráter multiplicatório das humanidades, como ser das potências que reinauguram pelas vias do dizer-fazer-sentir-pensar a dimensão plural da esfera política.

determinação se encontram configurados, por sua vez, pela interrelação raça-classe-gênero, assim como pela localização do grupo delimitada por tal interseccionalidade que opera diferencialmente em contextos singulares. Isso não implica desconhecer o regime complexo de afeições, sensibilidades, intensidades, disposições corporais determinadas e incorporais não determinadas por ordenamentos apriorísticos, práticas naturalizadas e ações de alteração, modos de conhecer, estéticas heterogêneas, diversos modos de ser-estar na terra/mundos¹³⁰.

A produção determinada por leis e estruturas e compreensíveis desde a aplicação do método dialético não implica renunciar a indagação de: signos assemiológicos, signos assignificantes, codificações, descodificações¹³¹, regimes territoriais, desterritorializações-reterritorializações, programáticas diagramáticas, composição de linhas, criação de cartografias, instrumentação de práticas nômades, criação de dispositivos de acesso ao atual-devires, imanências entre superfícies de produção, registro controle e consumo-consumação, passagens do representacional para as paixões e afetações, a sensibilização para a produção de individuações e subjetivações, a migração do corpo organizado-orgânico para a invenção de corpos sem órgãos, a desconstrução continua de extensões e aceder devir itinerantes de, no e entre intensidades, por nomear algumas das considerações que devemos sustentar para nos adentrar na possibilidade de vivenciar o esquizogrupos. Avançando nessa última possibilidade debateremos diversos conceitos da Filosofia da diferença que podem nos ajudar a ampliar as concepções pichonianas de forma convergente. Estimamos que se para EPR o vetor da

¹³⁰ Neste ponto podemos ir desde o conceito de “espontaneidade” oferecido por D. Winnicott que reconhece as determinações definidas pelas disponibilidades ambientais propícias ou não e ainda assujeitando sua obra as sínteses sobredeterminadas pela existência de certas operações elevadas ao Universal e a uma proposta original mais assentada em temporalidades que definem os desenvolvimentos psíquicos (Winnicott, 1971/1975) até o conceito de “corpo sem órgãos” que efetua uma demolição de todo regime causal (Deleuze & Guattari, 2004).

¹³¹ Ainda tendo realizado alguns apontamentos sobre outras formas de analisar que não as psicanalíticas, colocando outras contraposições, não necessariamente esquizoanalíticas, nos parece pertinente convocar o pensamento de Gilles Deleuze sobre este ponto e que pode contribuir a abrir outros horizontes de compreensão: “A tarefa de uma verdadeira análise, de uma análise antipsicanalítica, é descobrir esses agenciamentos coletivos de enunciação, esses encadeamentos coletivos, esses povos que estão em nós e que nos fazem falar, e a partir dos quais nós produzimos enunciados. *É nesse sentido que opomos todo um campo de experimentação, de experimentação pessoal ou de grupo, às atividades de interpretação psicanalítica.*” (Deleuze, 2004, p. 201, grifo nosso).

comunicação grupal é relevante, se torna necessário o movimento de quebra com alguns limites de seu esquema de referência em esta dimensão. Deleuze e Guattari trabalham a dimensão referida aos signos (Deleuze & Guattari, 2017) ao considerar os denominados regimes de signos afirmando que eles não podem ser restringidos a relação significado-significante-significância¹³².

Existe nessa discussão uma clara contra-argumentação respeito dos “primados-impérios” e, dentre eles, o do significante. Se comunicar, na acepção etimológica que refere ao termo “comunicare” significa também “fazer comunidade” ou “tornar comum”, a perspectiva esquizoanalítica abre outros modos de transmitir o comum como criação de diferença atualizada em devires que só funcionam “entre”. A partir deste ponto efetuaremos bricolagens com “retalhos” da obra pichoniana e “pedaços” das propostas da esquizoanálise. A ação “comunica” afetações entre corpos cuja finalidade não seria estritamente “transmitir” perímetros-circunscrições no sentido estagnado socialmente. Transmitir alude a uma maranha de relação entre termos: “intermittere” (enviar-entre), Transmittere (através, por meio), exmittere (para fora), Obstinare (teimar, persistir, estar, a frente). Assim como o vetor da comunicação alude em EPR a elementos verbais-pré-verbais, podemos acrescentar nele a faz da “transmissão”. A transmissão alude a aquilo que os “signos assignificantes”, o agir, a experiência da prática, fazem circular como aquilo que persiste como diferença irreduzível em devir, que é lançado nos entre (vínculos na faz intensiva), através do encontro daquilo que os corpos podem e que se conduzem para fora tal como o consideramos anteriormente, não se dicotomizando com “dentros”. Por outro lado isto implica migrar da pergunta sobre os significantes-significados para indagar como o agenciamento anteriormente apontado funciona pois, “transmitir”, também

¹³² Para oferecer apoios e complementares a outras reflexões sobre este tópico encontramos pertinente citar a Vieira da Silva, Cíntia. (2007): “Contudo, a diferença entre Deleuze e Guattari e Hjelmslev é que eles, além de suprimirem, na distinção hjelmsleviana, o que ainda resta da noção saussuriana de signo, dão a essa distinção uma operatoriedade mais ampla, encontrando estratos e processos de estratificação por toda parte, não apenas na linguagem”. (p. 53).

alude a: comunicar movimentos através de “polias e engrenagens e correias” (elementos de conexão entre-corporais que se criam/ recriam nas ações), difusão de ondas (intensidades), “contagiar” afeições que elevam ou diminuem a potência dos encontros¹³³. Nos deparamos, desde outro ângulo, com as “máquinas” e as “mecânicas” não mecanicistas. A partir da proposta de pensar “máquinas” os criadores da Esquizoanálise estabelecem que a denominada “máquina abstrata” ou “plano de consistência” gera “contínuos de intensidade”. O “intenso” não é “extenso”, organizado, estruturado. Nessa concepção os “signos assignificantes” funcionam nas moléculas ou “partículas” mais desterritorializadas.

Pretendemos destacar uma inquietação: Essa partículas não são transmitidas em nossa “constituição”? E isso nos leva a indagar: Não continuam nos constituindo de forma contínua/em devir nos processos vinculares que as transmitem? A esquizoanálise é uma filosofia que não considera unicamente o “real” que é compreendido por diversas ontologias sendo a do materialismo histórico a mais consistente a nosso critério, senão que também considera a dimensão do “virtual” ou “pré-ontológica” postulada por H. Bergson e rigorosamente estudada por Gilles Deleuze e Félix Guattari (Deleuze & Guattari, 2010; Deleuze, 1999) . A complementariedade, neste caso e visando o ECRO pichoniano, estaria nas esquinas desenhadas por aquilo que está determinado nos processos subjetivos e aquilo que surge como novidade radical, não determinada pelo já existente, nos processos de subjetivação. Podemos dizer que é fértil procurar áreas de junção entre estas duas filosofias, pois as consideramos complementares na produção de horizontes conceituais que intensifiquem o ECRO pichoniano a partir de relações de vizinhança epistêmicas. A filosofia da diferença é gestada por Gilles Deleuze e Félix Guattari em sua vasta obra e, a nosso critério, é suscetível de ser conectada com

¹³³ Nos parece interessante lembrar caracterizações que Gilles Deleuze realiza sobre outro modo de pensar a produção de enunciados; “De fato, o que produz enunciados em cada um de nós, não se deve a nós enquanto sujeitos, mas a outra coisa, às multiplicidades, às massas, e às matilhas, aos povos e às tribos, aos agenciamentos coletivos que nos atravessam, que nos são interiores e que nós não conhecemos porque fazem parte do nosso próprio inconsciente” (Deleuze, 2004, p. 201).

esboços da obra de EPR a partir dos conceitos de “movimentos”, “transformação”, “processo de criação”, “interciência”, “vínculo”, “dispositivo”, ECRO como sistema aberto. Pode se expressar que “esquema”, “sistema” e “estrutura” como noções teórico-práticas pichonianas, entre outras impugnações possíveis, se contrapõem a proposta dos criadores da Esquizoanálise que também é definida como “pragmática universal”¹³⁴.

Nesse caso o contra-argumento pode parecer verdadeiro. Porém o que guia nossos esforços é demonstrar que a Práxis pichoniana se desloca, em diversos movimentos prático-conceituais, sobre/entre “sistemas abertos” visando todas suas realizações dialéticas em processos de mutação contínua. Este horizonte unicamente pode apresentar obstáculos na convergência epistêmica se consideramos tais sistemas como consumação de uma totalidade que se estereotipia necessariamente ou se, na obra pichoniana, não existisse uma ênfase clara na necessidade de quebrar engessamentos. As leituras reducionistas sobre a proposta pichoniana ocorrem, claramente, por aplicações rasas das suas propostas sendo reduzidas a um “tarefismo” que omite sua complexidade, sendo omitidas a maioria de suas conceptualizações. Segundo nossas percepções não menos frequente, na “aplicação” da Esquizoanálise, pode aparecer a reivindicação banal das “linhas de fuga” e da “desterritorialização” desconsiderando os “buracos negros” (dentre outros fatores) sendo operadas imposturas e transparências. Reivindicação, esta última, que instrumenta uma recusa das considerações críticas ao respeito realizadas por Deleuze e Guattari (1996).

As críticas ao presente esforço, por parte de esquizoanalistas que sustentam na prática o que dizem-fazem-sentem-pensam, são plenamente justificadas em primeira instância. Mas há

¹³⁴ Por exemplo, podemos enfatizar de que o problema consiste em como esse sistema funciona e o que produz: “É preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, da maneira simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre n-1 (é somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele). Subtrair o único da multiplicidade a ser constituída; escrever a n-1. Um tal sistema poderia ser chamado de rizoma.” (Deleuze & Guattari, 2917, grifo nosso). A questão que perdura e se o “sistema aberto” pichoniano propõe “fazer o múltiplo” ou não).

que considerar também que se estamos abraçando a possibilidade de compor uma “pragmática universal”, oferecida pela Esquizoanálise como concepção de “quase tudo” ou das conexões de “tudos parciais” (Baremlitt, 2003), não teríamos como agir nessa pragmática se desconsideramos os modos de composição de realidade que funcionam ao acaso-devir na preponderância da superfície de produção desejante mas que também se agenciam a partir de casuísticas e sínteses diversas que são compostas pelas superfícies de registro controle e a de consumo consumação que lhes são imanentes¹³⁵. Em outras palavras: não haveria pragmática que contemple a denominada “realidade” se unicamente contemplamos o devir “puro”, pois a superfície de produção de produção/desejante e/ou o plano de imanência é puramente intensivo e pré-ontológico. A nosso entender reivindicar o isolado e totalizado é um erro que desconhece a interpenetração de todas as superfícies. Este debate poderia ser dirimido, pelo menos transitoriamente, se aceitamos a afirmação de G. Deleuze (2017, p. 135) sobre M. Foucault e os processos de subjetivação: “Um pouco de possível senão sufoco”, e entendemos que assim como há certas fragilidades em EPR referidas a elucidação das singularidades enquanto emergentes de diferenças absolutas e recuperadas por diversos equipamentos de controle, também há uma consistência surpreendente referida ao “possível” que Deleuze reclama. É também necessário destacar que a questão, para a Esquizoanálise, não é que as coisas são senão como elas funcionam, aquilo que se tornam atualizando novos modos de viver. Preocupação, esta última, partilhada por Enrique Pichon Rivière, por exemplo na noção de “adaptação ativa a realidade” que significa também a produção de estilos e ideologias singulares (Pichon-Rivière, 1985, p. 183) de cada ser que devem e de cada devir que compõe seres em

¹³⁵ É importante aqui lembrar da afirmação de Gilles Deleuze que parece ser omitida muitas vezes: “...Creio que Félix Guattari e eu, talvez de maneiras diferentes, continuamos ambos marxistas...o que nos interessa em Marx é a análise do capitalismo como sistema imanente que não para de expandir seus limites” (Deleuze, 2017, p. 212). Isto não quer dizer que um esquizoanalista rejeite o Marxismo, seja pela noção de “História”, de “determinação”, de “negatividade” ou por todas elas e qualquer outra. Unicamente desejamos indicar que o autor mencionado se considerava *também* marxista.

movimento transitando mutações que, enquanto são, transformam a realidade já constituída, instituída, endurecida.

Outro plano se esboça se consideramos as práxis em movimento e mudança permanente, e suas interconexões complexas, enquanto ênfase do autor de referência para compreender rigorosamente a produção de realidades como campo de conexões quase inesgotáveis entre o real (aquilo que é), o possível (aquilo que pode vir a ser) e o impossível (aquilo que não é nem real nem possível)¹³⁶.

Outro território em comum está oferecido pela referência direta do Heráclito na Esquizoanálise e indireta na psicologia social pichoniana, detectável se a consideramos modulada e intermediada pela aplicação do Materialismo Histórico e dialético. Dos fragmentos do filósofo de Éfeso, Deleuze (1976) e Guattari se inspiram para recriar a filosofia da imanência e como possível fonte do Devir criança que se associa ao “criançando” do pré-socrático. O “criançando” se encontra expresso no fragmento 52 (Heráclito, 1978).

Convocar esta perspectiva nos submerge na complexidade de debater novamente distintos platôs de compreensão sobre tal fragmento. O meticuloso e fundamentado rastreamento de fontes que possibilitam o acesso a diversas interpretações e traduções, realizada por André Pereira leme Lopes (2021, p. 19), nos guia nesta elucidação:

A frase é formada por um sujeito (aiōn), um verbo (esti), um predicativo (país ... paízōn, pesseúōn) e um aposto (paidòs hē basilēíē). As traduções costumam ser bastante consistentes, variando principalmente no que diz respeito ao sujeito. Como esse é, precisamente, objeto da definição expressa no predicativo, as interpretações são bem

¹³⁶ Gregorio Franklin Baremlitt (2003), efetuando uma síntese da Esquizoanálise, nos propõe a divisão do real como sendo configurado pelo real, o possível e o impossível. O autor nos alerta que a seu critério, Gilles Deleuze e Félix Guattari acrescentam, para compor o “complexo realidade/realteridade” a dimensão do virtual criada por Henri Bergson e reelaborada pelos criadores da Esquizoanálise. O problema, em aberto, reside em definir se a suposta exclusão do virtual, na Psicologia Social da Práxis torna estas duas perspectivas incompatíveis,

mais diversificadas. Apesar disso, podemos, sem grandes hesitações, traduzir parcialmente nosso fragmento por: *aión é criança brincando, jogando; da criança o reinado* (grifo nosso)

Nesta explicação a criança é refletida como agente do atual realizado no “brincando” e tal ação abre frestas de aceso e experiencia do Eterno como tempo outro e do qual emergem singularidades, do não cronológico, do agenciamento de devires e afirmações inventivo-produtivo de potencias- intensidades. Neste sentido a conexão com a Psicologia Social da práxis não é inexequível, seja pela proposta de um “inter-jogo” (Pichon-Rivière, 1985, p. 169) contínuo das relações mutáveis entre humanidades-mundo que poderiam ser pensadas tanto como modos de compreensão casuística das relações entre essas dimensões produzidas diferencialmente nos territórios grupais, ou/e como oper/ações do entre-jogar inventivo de novas existências-realidades que se sedimentam, a partir da comunicação e aprendizagem, criando “novos esquemas de referência” (Pichon-Rivière, 1985, p. 118). Até que ponto a noção de “projeto”¹³⁷ (Pichon-Rivière, 1985, p. 159) não alude também a um futuro já presente no “aqui e agora” liquidificando a cronologia métrica em um aion intensivo?

Partindo da noção de “proto-esquema” corporal criativo da temporalidade a partir dos movimentos fundantes, que podem ser pensados como bases pré-ontológicas dos vínculos, , não funcionam também como antecip/ações das mobilidades que dão contorno as diferenças extensivo relativas da criança-corpo-tempo-mundo? Não poderíamos problematizar também a temporalidade aiônica como constitutiva do “apeiron” de Anaximandro (Kirk, Raven &

¹³⁷ EPR compreende que a dimensão do projeto implica a superação do “aqui e agora” se este se encontra regulado por ordenamentos de temporalidades duras ou semiflexíveis. O projeto, é definido como produzido por mecanismos de criação grupal, que inclusive estão destinados, segundo o autor, a superar a situação de “morte e perda” enlaçados a possibilidade de dissolução do grupo após a realização da tarefa. Existem apontamentos sobre diversas temporalidades: a de Kairos como “tempo oportuno” para a realização estratégica do projeto em cada “aqui e agora” relativo e não intempestivo. Também devemos reconhecer, na ênfase pichoniana de articular todos os elementos, se também não haveria um tratamento do cronológico na instrumentação de táticas relacionadas a realizações estratégica das tarefas,

Schofield, 1994) que pulsa “infinitos”¹³⁸ permeando a composição inaugural da corporeidade que EPR postula? A nosso critério os primeiros movimentos pulsados a partir do proto-esquema corporal são intensivos e irão sendo recuperados pelas extensões-perímetros que circulam entre os corpos primordiais contextualizados. Esta consideração, que se debate entre o intenso e o extenso, parte das proposições de EPR sobre os momentos constitucionais das humanidades em situação e pode ser também um plano de conexão com a Filosofia da Diferença. Procurando outras possíveis articulações nos perguntamos se a própria definição de aprendizagem, (Kazi, 2006) que alude aos processos da emergência de “novas qualidades”, não poderia ser percebido, também, como lampejos do aniônico¹³⁹ e, portanto, do devir criança? Nesse caso deveríamos indagar se a designação de atributos prévios a essas “novas qualidades” não obstaculizaria a possibilidade de compreender as distinções radicais de todo processo de transformação. Consideramos estas possibilidades como pontes entre o grupo operativo atualizado e cartografia inicial de compreensão do esquizogrupos que realiza uma ênfase nos processos de devir. Como indica F. Nietzsche (1995) o devir em termos do incessante, deve ser também pensado a partir de um ser originário não definido, não determinado. Tal linha pode ser articulada a uma inquietação pichoniana que se manifesta na consideração que realiza sobre “momentos” em os “limites não funcionam”¹⁴⁰. Esse momento, compreendido maiormente como parte do narcisismo primário, não poderia também aludir a um processo pulsado pela indeterminação?

Isto implicaria, na atualização da Psicologia Social da Práxis a indagação complementar de como o devir é capturado pelas modalidades de composição da superfície de registro controle-segmentariedade-antinomias-adaptações passivas assim como impele a criar novas

¹³⁸ Neste momento a “indiscriminação” apontada em outro momento na alusão a EPR e sua teoria do vínculo pode ser pensada também como potência do caótico aniônico que “posteriormente” se atualiza como diferença absoluta e que é recuperada, sucessivamente, em diferenças relativas criadas pela criança em relação.

¹³⁹ Resulta esclarecedor o modo de definir o aion trabalhado pelo Deleuze e Guattari: “...Aion, que é o tempo indefinido do acontecimento, a linha flutuante que só conhece velocidades, e ao mesmo tempo não pára de dividir o que acontece num já-aí e um ainda não-aí, um tarde-de-mais e um cedo-demais simultâneos, um algo que ao mesmo tempo vai se passar e acaba de se passar.” (Deleuze & Guattari, 1997, p. 42).

¹⁴⁰ Parte destas reflexões formam inspiradas na leitura de Márcio Sales (2010).

conexões que permitam a insurgência de um ser-dialética pulsado pelo Devir-imanência-multiplicidade-singularidade (Kazi, 2016).

Visando um aprofundamento desta linha de reflexão podemos avançar na articulação dos registros temporais a partir de outras derivas oferecidas pela noção de “criançando”:

A eternidade é a criança que permite que o igual seja sempre diferente, uma vez que sendo infante, ela não tem a capacidade de rotular. Mas esse Aion não é apenas uma criança em sentido figurado, ele é a criança sendo criança. A criança brincando, ou seja, “criançando-se” em seu jogar. Paídzon é a brincadeira no sentido daquilo que caracteriza a criança. A criança brincando está “criançando-se”, ou seja, está se fazendo criança. A eternidade é a criança sendo criança em seu brincar e seu jogar, logo em tudo aquilo que envolve o lúdico. Se Khronos está próximo à rotina que o homem moderno desempenha e Kairós ao re-conhecimento do instante como uma oportunidade única, Aion é o tempo do lúdico (Batista, 2010).

A criança é pensada de outro modo pela Esquizoanálise, sendo uma aproximação a afirmação de seus criadores:

As crianças são espinosistas. Quando o pequeno Hans fala de um "faz pipi", não é um órgão nem uma função orgânica; é antes um material, isto é, um conjunto de elementos que varia de acordo com suas conexões, suas relações de movimento e repouso, os diversos agenciamentos individuados onde ele entra.” (Deleuze & Guattari, 1997, p. 35)

Se a Psicologia social da práxis é uma ciência das interações e estas não são compreensíveis senão a partir e através de relações-vínculos, significa que unicamente são elucidáveis a partir da multipolaridade, multivalência e multilateralidade dos movimentos das humanidades em situação. Assim é desejável compreender as diferenças dos elementos e funções das “totalidades abertas”, correlativamente devemos indagar esses elementos e funções

como “materiais” conectáveis e conetivos que possibilitam os agenciamentos de produção de alteridade em diversas dimensões temporais.

Adicionalmente nos perguntamos se esta inquietude não aparece tacitamente na postulação do “Complexo de Nanã” formulado com coragem intelectual pelo Lucas Veiga quando propõe formas outras de se subjetivar decorrentes da negritude. Esta afirmação, a nosso critério, deve ser enfaticamente compreendida na atualização da Psicologia Social da Práxis:

Fazer o deslocamento do Complexo de Édipo para o que chamo Complexo de Nanã não se trata de um exercício meramente teórico de descolonização, mas uma estratégia ética, estética e política para a descolonização dos novos modos de viver, para a promoção de saúde e de saídas. Somos feitos do barro de Nanã, o que significa dizer que somos feitos de uma matéria maleável, moldável. A forma finita que somos enquanto sujeitos é produzida a partir de uma matéria infinita em suas possibilidades de transmutação. (Veiga, 2021, p. 32)

O autor migra da universalização do Complexo de Édipo para a compreensão dos processos de subjetivação que atualizam modos de se compreender a partir de materiais infinitos na sua potência de composição. Dessa potência de agenciamento emergem formas outras de ser-estar-sentir-fazer-pensar-existir que se realizam pelas intensidades afirmativas das trans/mut/ações. Efetuar as derivas das diferentes expressividades da ação pichonianas para esta inteleção, abre horizontes de ligação entre os aterramentos indispensáveis para re-compreender as vincularidades que emergem de cosmovisões dissidentes. Essa elucidação não se restringe aos entre-jogos humanidades-mundos senão que insta a localizá-las dinamicamente na recriação das relações entre humanidades terra/multiplicidade de aterramentos.

Podemos definir, pelas vias das segmentariedades já descritas, as casuísticas que assimilam e recuperam reprodutivamente aquilo que um “indivíduo” é, ajustá-lo e aproximá-lo

quase até a indistinção ao modelo do Uno árvore não sem operar uma série de reducionismos e violências. Porém a sobreimpressão de decalques do Uno sobre o singular resulta quase impossível se deslocamos nosso olhar para o “entre”. Aquilo que se deflagra como acontecimento nesse território nômade, em grande parte, é inespecífico por estar sempre devindo sempre outra coisa. EPR ressalta o “entre” de modo transversal em sua obra: inter-relação, interjogo, intersubjetivas, Inter-sistêmicas, interação, interatuantes, interdisciplinar, interciência, intervir (como entre vir), intervêm (como um entre ver), intervalo (entre duas paredes, ou muros), intergrupais, interdependentes, interferir (de lutar entre, ferindo), intermediárias, interpessoal, intercâmbio, interrogar (de etimologia complexa mas nos inclinamos por: perguntar “entre” demonstrando interesse, se inclinando para esse “entre”) e inter-comunicam, por citar alguns termos utilizados pelo autor e relevantes para nossas elucidções. Se lemos/praticamos criticamente o autor de referência, procurando a endo e exo consistência oferecida pela aplicação do método de análise e prática derivados do materialismo histórico e dialético, notaremos como são compostos movimentos de continuidade e descontinuidade em sua obra. A partir desse processo, deflagrado nas tensões contraditórias entre o dizer-pensar-sentir e fazer, realiza movimentos de zigue-zague (Deleuze & Guattari, 1994) que se entrelaçam produzindo uma rede rizomática e práxica aberta.

A produção de conceitos na Psicologia Social da práxis

A práxis reconhece o coexistente e o sucessivo assim como suas sínteses. Isto nos leva a considerar a complexidade da Práxis Pichoniana em tanto uma efetuação intensiva da proposta de Deleuze e Guattari no que diz respeito a produção conceitual, sendo esta dimensão um dos pilares flexíveis sobre os que se sustenta o programa de gerar a epistemologia convergente como base móvel da Psicologia Social. É uma efetuação intensiva pois não cessa de produzir conceitos novos imanentes à “experiência da prática”. Mas também se estratifica extensivamente a partir da construção de conceitos que a fundamentam. Porém não perceber que tal “solidificação” é transitória a partir da operação de desterritorializações-reterritorializações contínuas que exigem novas sedimentações moveis suscitadas pela invenção de novos conceitos, significa dogmatizar a práxis pichoniana ou subordiná-la a “psicologia social abstrata”. O problema crucial para estabelecer conexões entre estes autores é da ordem do entrecruzamento entre concepções filosóficas e metodológicas. O grande desafio se encontra nessas interseções.

Neste momento da reflexão voltaremos nossos esforços para o discernimento de pontos de encontro entre a Psicologia Social Pichoniana e a Esquizoanálise criada por G. Deleuze e Félix Guattari.

Estes últimos autores (Deleuze & Guattari, 1994) consideram a produção de “conceitos” de um modo diverso as concepções racionalistas e suas conceptualizações descrevem, em grande parte, o estilo de produção teórica tal como a compreende e realiza Enrique Pichon Rivière:

1) Todo conceito e tal, na medida em que nos expede, em processos de remissão, a outros conceitos. Nos encaminha também aos territórios que foram entremeados por esses outros conceitos em diferentes “momentos” históricos assim como nos remete às conexões que se

estabelecem em termos de presente-devir. Por exemplo a noção de “campo” em Enrique Pichon-Rivière remete, em um regime de evidências, a doutrina de Kurt Lewin (Pichon-Rivière, 1985). Mas também nos envia a noção de “situação” do existencialismo (Sartre, 2015) nos desloca para as considerações marxistas da localização do ser histórico social no contexto da luta de classes (Poulantzas, 1977) ou as suas inserções de classe na construção de tipos de consciência que reconhecem dimensões topológicas e de distribuições espaciais articuladas as temporais (Marx & Engels, 2002), nos desloca para a compreensão de A. Gramsci da sociedade civil em tanto locus na composição de “consenso” e lugar de confrontação de programas classistas na busca de afirmação de hegemonia ou agenciamento de “novas hegemonias” (Gramsci, 2000), nos dirige as conceptualizações klenianas de “posição” (1991), entendidas como “paragens” dinâmicas que elucidam os modos de funcionamento do bebe em relação com os objetos, ansiedades e defesas concomitantes e que configuram parcialmente parte dos conflitos intrínsecos ao desenvolvimento psíquico, e assim sucessivamente. Os conceitos que Enrique Pichon Rivière constrói remetem a redes rizomáticas conceituais. Essa modalidade de composição de conceitos supera a “especificidade” das significações teóricas dos conceitos originais e as conexões possíveis a serem feitas permitem compreensões insólitas sobre a experiência da prática, que por sua vez, também exige a produção de novos conceitos e/ou o pinçamento de conceitos de variadas regiões epistemológicas.

2) Os conceitos se formam a partir de componentes que os constituem. Outra característica fundamental dos conceitos é sobejar os limites clivados pela dúvida metódica que distingue e “totaliza” cada partícula daquilo que está sendo pensado a partir de um mecanicismo linear. O conceito adquire sua endoconsistência enquanto máquina a “inseparabilidade” de seus componentes que os considera diversos na sua singularidade e, ao mesmo tempo, indissociáveis. Este assunto aparece assim trabalhado por Deleuze e Guattari (1994, p. 25):

Em segundo lugar, é próprio do conceito tornar os componentes inseparáveis nele: distintos, heterogêneos e, todavia, não separáveis, tal é o estatuto dos componentes, ou o que define a consistência do conceito, sua endo-consistência. É que cada componente distinto apresenta um recobrimento parcial, uma zona de vizinhança ou um limite de indiscernibilidade com um outro: por exemplo, no conceito de outrem, o mundo possível não existe fora do rosto que o exprime, embora se distinga dele como o expressado e a expressão; e o rosto, por sua vez, é a proximidade das palavras de que já é o porta-voz. Os componentes permanecem distintos, mas algo passa de um a outro, algo de indecível entre os dois: há um domínio ao que pertence tanto a a quanto a b, em que a e b "se tornam" indiscerníveis. São estas zonas, limites ou devires, esta inseparabilidade, que definem a consistência interior do conceito. Mas este tem igualmente uma exoconsistência, com outros conceitos, quando sua criação implica a construção de uma ponte sobre o mesmo plano. As zonas e as pontes são as juntas do conceito.

Está relativamente claro que os autores citados estão se sustentando e desenvolvendo uma filosofia da imanência que difere da que nos oferece o materialismo histórico e dialético. Para re-compreender a atualidade da Psicologia Social e a Epistemologia convergente nos parece uma tarefa indispensável procurar tanto a “indiscernibilidade” singular de cada uma destas propostas filosóficas assim como suas “zonas de juntas”.

É interessante aceder as elucidações que colocam estas definições, por exemplo, no conceito de vínculo. Muitas vezes é reduzido a uma definição oferecida por EPR no seu livro póstumo “Teoria del Vínculo” (1998):

“[...] a maneira particular pela qual cada indivíduo se relaciona com outro ou outros, criando uma estrutura particular a cada caso e a cada momento” (Pichon-Rivière, 1998, p. 3).

O destacável desta definição é a insistência Pichoniana na dimensão da particularidade, que destaca a singularidade dinâmica da relação sujeito-mundo/mundo interno-mundo externo, e demarca um campo de interjogos definido pela capacidade de criar modos situacionais e transitórios de estruturar-organizar os vínculos. Há que destacar que a particularização é uma operação que demarca a passagem da produção filosófica para a produção científica que Enrique Pichon Rivière denomina “crescente objetividade” (Pichon-Rivière, 1998, p. 170). Essa procura pichoniana novamente coloca a necessidade de compreendê-la na problematização da realidade entendida nas tensões dialéticas entre o Uno e o múltiplo. Entretanto não desconhece a relação singularidade/multiplicidade desde o momento em que essa “maneira particular” de se relacionar *é outra “a cada caso e a cada momento”*. Vislumbramos assim que o conceito de vínculo define seus componentes conectados (indissolúveis) mas entre eles há algo não suscetível de ser discernido, “decidido” pois o que passa entre eles é diverso em cada ocasião. Neste ponto podemos vislumbrar uma quebra evidente da temporalidade cronológica determinante de casuísticas reprodutivas assim como a proposição dos tempos dos “agora” que se relacionam, de modo direto, a compreensão da intervenção do tempo intempestivo-aiônico. Isso implica, por sua vez, a compreensão do “espaço-entre” dos vínculos como agenciamento a ser produzido e não necessariamente uma “ressignificação” de “espaços” que preexistiam ao encontro vincular. A questão da relação encontro/reencontro deve ser debatida e colocada nas conexões e interpenetrações entre as realidades já produzidas e realidades outras que operam de modo caótico e intensivo, que por tanto, não podem ser remitidas a um “ser” que “já era”. As realidades outras se atualizam nos encontros sendo recuperadas e reproduzidas nos reencontros. O desafio, novamente, é não reduzir as proposições pichonianas a um fragmento de sua obra. Está claramente exposta a dimensão de um criar e não unicamente evidenciadas as operações de recriação dos processos dialéticos. A indagação nas territorialidades, campos, espaços, instancias, dimensões

agenciadas pelos grupos não podem ficar circunscritas ao polo reprodutor das grupalidades. Uma posição consistente do coordenador de grupos estaria definida pela sua abertura perante aquilo que gera perplexidade radical, inquietude perante “emergentes aberrantes” que funcionam como desterritorializações intensivas em relação àquilo que é “esperado” dos grupos quando são pensados como reprodutores de um funcionamento universal. Esta perspectiva inclui o elogio ao não saber perante as novidades radicais. Assim como podemos metrificar posições, ansiedades, defesas, recalques, fantasias, positivities e negatividades que se apresentam como aprioris conceituais e práticos, devemos admitir que há composições pulsadas pelos devires e atualizações que colocam no horizonte a necessidade de produzir novos conceitos ligados a “experiência da prática” uma e outra vez.

Nessa linha novos corpos não podem ser reduzidos ao organismo nem aos mapeamentos incrustados nas corporeidades a partir das vetorizações hegemônicas que as definem como sendo resultado, ponto de chegada e instância de reprodução de assentamentos libidinais universalizados. De forma convergente devemos compreender novos regimes de signos que instituem novas expressividades não necessariamente enlaçadas a lógica significante declarada como “via regia” de compreensão dos processos entre humanidades. Se trata, também de não suprimir novas sensibilidades que não se adequam aos esquemas de referência que os recuperam depositando significações que as remetem a sistematizações estanques das afeições.

Entretanto, a nosso critério, o conceito de vínculo é lançado em diferença uma e outra vez, mas sempre articulado as entre-ações, a uma totalidade totalizante ou totalidade heterogênea (Grosfoguel, 2016), e aos agenciamentos corporais e a “incorporeidade” de uma “floresta vincular” referida no termo “Tripessoal”.

“Todo vínculo, como mecanismo de interacción, debe ser definido como Gestalt, que es al mismo tempo bicorporal y tripersonal. (Gestalt como Gestaltung introduciendo em ella la dimension temporal).” (Pichon-Rivière, 1985, p. 15)

Esta definição se complementa com as observações acrescentadas no capítulo “Estructura de una Escuela destinada a Psicólogos Sociales”:

Entendemos este como una situación bicorporal y tripersonal, ya que como mecanismo de interacción debe ser captado como una Gestalt que incluye um terceiro, el que en la teoría de la comunicación funciona como ruido y en aprendizaje como obstáculo epistemológico. (Pichon-Rivière, 1985, p. 156).

O conceito de vínculo, enquanto estrutura em movimento, que se move em direção de “um ir estruturando” (Scarcelli, 2016, p.84), é povoado pelos componentes “bicorporal” e “tripessoal” que desatam processos a nível da comunicação e da aprendizagem tal como são compreendidas pelo autor. Operar desde a Práxis Pichoniana significa se contrapor a sua aplicação fragmentária e, portanto, alienada e que não procura asir criticamente como esses conceitos se produzem e funcionam. Procurando consolidar bases epistemológicas fundamentadas e que não desconheçam a modalidade de produção conceitual de um autor e as conexões eventuais com outras obras, podemos dizer que os vínculos são imanentes a aquilo que se deflagra na entreterritorialidade criada pelo encontro de dois corpos que são tais por ser criados em termos de atualização de potência-força-movimentos de multiplicidade de corpos. Mas também é desejável compreender como esses processos são recuperados pelas organizações rígidas que nos regulam.

Podemos gerar novos movimentos para avançar em novas compreensões que não dissociem possibilidades gerando novas oposições ilusórias “traduzidas” em novas binaridades epistêmicas. Deleuze, refletindo sobre as proposições de Espinosa, nos instiga a transformar nossas percepções, sensibilidades, práticas e pensamentos sobre os corpos. O filósofo francês clama que não é possível saber o que pode um corpo (Deleuze, 2002). Se consideramos a segunda característica da produção conceitual e a articulamos a teorização pichoniana debatendo o que são os vínculos (e como funcionam) podemos propor que o bi-corporal alude

as “máquinas desejanças”, que produzem a produção de novidades radicais a partir da emissão de fluxos, e que a “vizinhança” com as “ansiedades e medos básicos- resistências” demarca acoples com as “máquinas de corte”, inscritas na superfície de registro controle, que reproduzindo instituídos. A binaridade incluído/excluído, no aspecto recuperado das redes vinculares do grupo primário, se ergue sobre a triangulação imposta pelas operações-cortes da axiomática edipiana e do capital, “justificadas” pelos ordenamentos da totalização da axiomática da racionalidade-Uno. Os “cortes” assim instrumentalizados, além de mistificar o Édipo como “essência” universal do modo hegemônico de compor uma subjetividade, modulam, organizam, regulamentam, reprimem específica e globalmente o que podem os corpos. Se constrói um saber que se imprime e fixa na entre-corporeidade docilizada na inclusão da obediência e exclusão das rebeldias radicais, sendo ingênuo supor que o limite da ‘lei’ unicamente barra a consumação do incesto. As corporeidades são conduzidas pelo triângulo axiomático, através de saberes-práticas construídas, consciente e inconscientemente, para obedecer as prescrições sobre o esses corpos não podem. Pode ser argumentado que saber que não é desejável consumir o incesto é a base da cultura humana. Sem dúvidas. Mas haverá que destacar que junto a esse “saber” se formatam uma série de violências que se desprendem da totalização do terceiro “que transmite a lei” em termos do patriarcado ocidental e sua vasta série de cerceamentos da potência-intensidades entre-corporais (raça, gênero e classe) “cortadas”, moduladas, conduzidas para alimentar a injustiça estrutural de nossa sociedade. Não é nosso propósito efetuar aqui um debate sobre a proibição do incesto. Sem dúvidas não nos é imaginável, ainda reconhecendo a mobilidade da figura proibida em cada cultura (Levi-Strauss, 2012) uma sociedade não organizada por aquela proibição. Sim é nosso propósito destacar como são distribuídos papéis estereotipados nas petrificações da díade saber-poder, e que parecem justificar violências sobre as diferenças singularidades por parte dos “intercessores da lei” monopólicos que modelam, como reflexo de si mesmos, relações e posições definidas pela

sua quietude funcional e reprodutora do estabelecido. O “terceiro”, nesse sentido, não é aquele que sendo um estrangeiro da pressuposta simbiose decorrente do narcisismo primário, “inaugura” a separação de dois elementos indiscriminados em uma aparente amalgama fundacional. Esse terceiro interfere na produção de alteridades entre os “dois primeiros termos com-fundidos” pois sempre foi o representante do “primeiro uno”. O detentor do Uno não funda um “triângulo”, que já é uma figura bastante precária para refletir sobre a emergência das humanidades. Esse proprietário do Uno é uma máquina de impedir qualquer outreidade genuína, autêntica. Outreidade que é emergente da atualização das diferenças que atuam como intensidade de estranhamento radical em relação a aquilo reivindicado como identidade já constituída a ser reproduzida.

O modo de agenciar conceitos em Enrique Pichon Rivière exige o trabalho de compreender que este os constrói de um modo análogo a proposta do G. Deleuze e F. Guattari e essa característica permite fundamentalmente refletir não unicamente em como funcionam os Devires senão como estes são impedidos. Destacar o que podem os corpos nas ações que inventam as entrecorporeidades implica raspar o “terceiro” como “ruído” que impede a invenção radical de novas vidas-mundos. A nosso entender esse horizonte de trabalho se constitui em um derivado direto da proposta pichoniana se conseguimos trabalhar a rede rizomática de conceitos e as relações entre os componentes destes¹⁴¹.

¹⁴¹ Um movimento de abertura a outros territórios práticos pode ser criado se entramos em contato com o artigo “Bons encontros como composições: experiências em um contexto comunitário” de André Luiz Strappazon e Katia Maheirie (2016). “Para Espinosa (2009), “o que constitui a forma de um indivíduo consiste em uma união de corpos” (Strappazon & Maheirie, 2016, p. 64), sendo que o corpo tem dois segmentos, dois planos. De um lado, um corpo é formado por infinitos outros corpos e com eles compõe uma relação de repouso e de movimento, de velocidades e lentidões. Fala-se de velocidade e de lentidão justamente pelo fato de os afetos implicarem em passagens, em mudanças de estados no corpo. De outro lado, o corpo afeta outros corpos e por eles é afetado, sendo que os corpos se definem pelas afecções de que são capazes (Deleuze, 2002). De acordo com Deleuze (1997, p. 158): “[...] as afecções variam segundo as cadeias de associação entre os corpos (o sol endurece a argila e derrete a cera, o cavalo não é o mesmo para o guerreiro e para o camponês)”. Nesse sentido, as afecções possibilitam uma transformação de um estado para o outro, ou, na linguagem de Espinosa, aumento ou diminuição da potência.

No conceito de vínculo não podemos dissociar, separar seus componentes corporais, entre-corporais e a intervenção do terceiro compreendendo que o que migra de um componente para outro define a singularidade dessa relação. Cada um desses componentes não são estáticos, são “decantados” parciais e transitórios decorrentes da ação das temporalidades no processo de desenvolvimento entendido como aberto e permanente. Compreender a entre-corporeidade/bicorporeidade e a intervenção do “terceiro”, requer de uma análise complexa dos múltiplos processos e variedade de fenômenos que os compõem e relacionam. Por outro lado, a redução do vínculo a sua instrumentalidade e eficácia respeito da tarefa manifesta significa omitir a complexidade que já aparece definida na própria composição do conceito de vínculo na qual se interpenetram e diferenciam seus componentes. Em uma análise complementar, podemos avançar expressando que operar reducionismos, neste caso, significa elidir a dimensão dos vínculos internos que se encontram em relação dialética com os externos (Pichon-Rivière, 1985, pp. 42, 62). A conexão entre estes dois conceitos, o reconhecimento de seus componentes e a elucidação de suas vizinhanças, áreas híbridas, sistemas de circulação de elementos e materiais, vislumbrar as suas relações com outros conceitos, indagar os percursos dos conceitos pelos graus de intensidade daquilo que os compõe, fazendo “trabalhar” o esquema de referência teórico e de operações é uma das tarefas básicas de um Psicólogo Social que trabalhe na perspectiva Pichoniana.

O que “migra” de um componente para outro deve ser tomado em conta em cada grupo pois tal sistema de passagens se estabelece em diferença não unicamente pelas características que definem um conceito como invenção que se conecta com as práticas, senão também por estar aberto a seus devires. Há outra circunstância a ser tomada em conta: cada “experiência da prática” cria novos territórios existenciais que exigem reelaborações dos conceitos e seus componentes assim como novas elucidações teóricas que ofereçam novos contornos conceituais

que “conectem” e “funcionem” em relação aos planos de produção de vida que, como novidade relativa e absoluta, emergem de modo incessante.

Nos deparamos assim com uma terceira característica dos conceitos definidas pelo Gilles Deleuze e o Félix Guattari (2010, p.28):

Em terceiro lugar, cada conceito será, pois, considerado como o ponto de coincidência, de condensação ou de acumulação de seus próprios componentes. O ponto conceitual não deixa de percorrer seus componentes, de subir e de descer neles. Cada componente, neste sentido, é um traço intensivo, uma ordenada intensiva que não deve ser apreendida nem como geral nem como particular, mas como uma pura e simples singularidade — “um” mundo possível, “um” rosto, “certas” palavras — que se particulariza ou se generaliza, segundo se lhe atribui valores variáveis ou se lhe designa uma função constante.

Para concluir esta breve digressão sobre o campo da produção conceitual podemos dizer que o conceito acumula e sintetiza seus componentes, os percorre “vibrando” a intensidade que pulsa em cada uma de suas regiões que se singularizam uma e outra vez. No caso da conceptualização dos vínculos, os “corpos” e o “tripessoal” vão adquirindo sentidos outros em cada movimento e em cada conexão com outros conceitos e seus respectivos componentes. Destacamos que quando aludimos a novos sentidos indicamos que se “re-significam” os “sentidos prévios” em uma lógica reprodutiva de variações relativas. Entretanto isso não deve nos levar a omitir que aparecem novas ações, composições corporais e incorporais, sensibilidades, afeições etc. que abrem outros sentidos entendidos como novas direcionalidades. Pensar em Enrique Pichon-Rivière, criador de uma epistemologia convergente fundamentada interdisciplinarmente e como sistema aberto, supõe se abrir para trabalhar conceitos não “congelados”. Para nos aproximar a essa abertura nos resultou relevante entender que quando se “particulariza” e se “generaliza” devemos levar em conta que tanto os

valores variáveis como as funções constantes são transitórias e não redutíveis a um sistema fechado. Compreendemos esta última afirmação se não perdemos de vista que nos fundamentos filosóficos da Psicologia Social da Práxis não existe a equação racionalista que impõe a fórmula realidade + movimento senão que as realidades que compõem os “três aspectos do real” são movimentos (Kazi, 2006).

Algumas considerações sobre as diferenças relativas e absolutas. Trilhas e margens de relação (ou não) com uma possível construção do esquizogrupo.

Quando consideramos o conceito “grupo” podemos dizer que o distintivo e não repetível da experiência que cada grupo exprime, dito de forma parcial pois senão deveríamos enumerar exaustivamente todas as noções teóricas produzidas por Enrique Pichon Rivière, circula por como são vivenciados singularmente os “vínculos”, “grupos internos”, “grupo externos”, “tarefas”, “ansiedades básicas”, “vetores do cone”, etc. Podemos asseverar que a vivência do grupal recria a maranha de realidades que o transversalizam e atravessam e estas se relacionam dialeticamente com os conceitos que o formalizam. Essa série de conceitos que procuram sintetizar transitoriamente as experiências do ser e devir grupal são cartografias modificáveis e funcionam como guia para a ação tanto dos psicólogos sociais pichonianos como para os membros de um grupo operativo. Nos encontramos aqui com uma ênfase do caráter dialético da práxis. Em um platô de análise complementar nos deparamos com outro tipo de “endoconsistência”: os conceitos de uma obra conectam uns com outros, multideterminando e multideterminados em reciprocidade. Compõem, correlativamente, redes de relação com os conceitos de outras obras montando “bricoleurs” transitórios que cartografam, em movimento, o estatuto atual da realidade. Porém também notamos que, ambigualmente, são reivindicados “conceitos isolados”, rasgando a rede/rizoma conceitual derivando em práticas que dissociam aquilo que funciona conectado, fragmentando aquilo que é imanente.

Em nossa cultura, o homem sofre a fragmentação e dispersão do objeto de sua tarefa, criando-se então, para ele, uma situação de privação e anomia que lhe torna impossível manter um vínculo com esse objeto, com o qual conserva uma relação fragmentada, transitória e alienada. (Pichon-Rivière, 1995, p. 17)

Para Enrique Pichon Rivière o grupo é um dispositivo de integração, conexão, unificação, ligação, entrelaçamento, daquilo que, em distintos níveis da organização social da vida, é decomposto e vivenciado como fragmentariedade alienante e transitoriedade fútil. Nesta citação há de fato uma ênfase em um tipo de transitoriedade improdutiva ou alienada que pode desencadear a impressão de que o autor unicamente reivindica aquilo que é permanente. Tal leitura descontextualiza, cinde os conceitos entre e desconhece o método subjacente que os produzem, desintegrando assim a compreensão. Cuidando a proposta Pichoniana de esse tipo de interpretação nos leva a convocar Henri Lefebvre novamente:

“O marxismo escapa, então, das dificuldades com que tropeçam as duas concepções unilaterais da sociedade e da história... *não estabelece outro axioma que o da conexão dos fatos em suas contradições, em suas interações e em seu devir.*” (Lefebvre, 1961, p. 71, tradução e grifo nosso)

A concepção de sujeito em EPR parte da compreensão daquilo que impede e/ou obstaculiza a compreensão dos modos singulares de relação e interação entre todos os elementos-fatos-acontecimentos da denominada realidade. Os modos de conexão crítica e as formas de desconexão alienada demarcam a diferenciação entre o sujeito produtor de agenciamentos ativos e/ou de paralisias reprodutivas. O ponto de partida é o sujeito da alienação (adaptação passiva a realidade) e o horizonte de chegada, a partir do trabalho dos grupos operativos, é o sujeito da transformação tal como este se agencia singularmente nos processos de reconexão-conexão daquilo que o próprio funcionamento hegemônico da sociedade impõe como dissociado. O problema é a alienação e, portanto, as transitoriedades que funcionam como imediatismos fragmentados impelindo a sustentação de relações- interações “despedaçadas” sujeito-mundo que impedem o agenciamento e apreensão crítico-criativa de suas conexões a partir da aprendizagem como processo em espiral dialética (Pichon-Rivière, 1985, pp. 154,

209). Coloquemos esta afirmação a prova. Podemos constatar que, na obra de EPR, até o nível particular de análise referido a sua peculiar psicopatologia, aparece que o que é denominado “oligotimia” emerge de um problema de funcionamento da “máquina psíquica”. “Máquina” que apresenta problemas de “aprendizagem” pois este processo não é sustentado em “forma de espiral” (Lema, 1993, pp. 39, 40). Destacamos que o psíquico é nomeado como “máquina” que alude a aquilo que deflagra processos de produção, que o problema não é o que tal “máquina” é senão como ela funciona, e que seu funcionamento apresenta dificuldades quando não consegue estabelecer suas conexões transformadoras em processos de movimento-interação (aprendizagem-espiral dialética). O curioso é que qualquer crítica a EPR que aponte única ou prevalentemente a uma suposta relação dicotômico- linear da relação sujeito-mundo-objeto desconhece que a crítica deveria conduzir-se, eventualmente, ao regime multilateral de conexões dialéticas, o devir assim compreendido e os modos de interação que são elucidados desse modo. Se tal crítica é realizada não deve omitir que ainda no nível “mais nuclear” (Kazi, 2006), aquele que aponta para uma psicopatologia Pichoniana (Fabris & Galimañes, 2004) o problema é de ordem intensivo, pois se refere primordialmente aos problemas suscitados na dimensão dos afetos ou dos “vínculos afetivos” (Lema, 1993, p. 39).

Por outro lado, notamos que o autor parte de uma relação entre “sujeito” e objeto”, mas localizando a análise nos vínculos e não reduzindo-a a algum de seus polos. Podemos sim reconhecer os limites dessas proposições: subsiste um determinismo, porém se trata de uma casuística em permanente mudança. Transformação tanto do nível das determinações como do determinado em um sistema de mútua incidência. Neste plano de análise nos deparamos novamente com uma característica do autor: é indiscutivelmente um autor que se debate com diferentes níveis da realidade sem incluir as dimensões de elucidação que são provocadas se consideramos o “virtual” (Deleuze & Parnet, 1998) ou a denominado “Realteridade” por Gregorio Barenblitt (2003).

Este assunto, que aparece renovado em diferença uma e outra vez, coloca a tarefa de definir se tal “evidência” define a nosso autor como incluído no determinismo racionalista que estamos criticando ou se abre as possibilidades de situá-lo em territórios epistêmicos que reivindicam a necessidade de produzir racionalidades em termos de multiplicidades. Não se trata de confundir a multiplicidade/singularidade com aquilo que é reproduzido nas relações restritas que se demarcam nas relações entre o Uno/ múltiplo. Este trabalho de des-con-fundir deve ser realizado compreendendo, em nosso esquema de referência, a “crise epistemofílica” de Enrique Pichon-Rivière (1985, prólogo) desencadeada pela sua relação com a psicanálise que auxiliou a difundir. Assim como é fértil reconhecer as contribuições de nosso autor nas aberturas de novos territórios práticos, que nunca desconhecera a psicanálise e sim criticaram seu dogmatismo, não é próprio dos debates éticos nas academias expressar que Pichon Rivière “não foi psicanalista”. Esse modo de ir aplicando a doutrina do Goebbels, em uma realização vulgar das fake News nos campos de suposta “formação”, é outro dos obstáculos que devemos superar sem dúvidas.

Para me opor claramente a essas práticas espúrias reconheço duas circunstâncias por mais que dificultem meu trabalho: Pichon Rivière foi co-fundador da primeira Associação Psicanalítica da América Latina (APA), foi professor e didata dessa associação que inaugura essa abordagem em nosso território e também cria a Psicologia Social que estamos problematizando. Entretanto nunca renunciou a variados conceitos psicanalíticos que fundamentam suas produções. Recusar estes elementos, como parece ser hábito em “intelectuais” funcionais a certa banalização das “comunidades psi”, significa abraçar os modos de “transmissão” da história a partir de mecanismos perversos que operam a desmentida de processos de vida. A vulgaridade proposta como “sofisticação” produz bastantes afeições tristes em aqueles que funcionamos como “neuróticos”. Mas a questão decisiva é que efeitos produz em novas gerações de psicólogos/os submetidos a esses interlocutores que, para “defender

mercado” e interesses políticos majormente ligados a práticas fascistas, são capazes de manipular deliberadamente os processos históricos e de vida. Uma resposta preliminar é que lhes é necessário impedir que as novas gerações componham seus processos, ferramentas, instrumentos etc. em termos de criticidade e criatividade. Não lhes resulta possível “lidar” com uma personagem histórica que praticou a complexidade de seus saberes e práticas a partir da autocrítica-crítica/ ratificação-retificação dialéticas¹⁴². Temos colocado alguns indícios sobre a compreensão pichoniana da multiplicidade, da imanência, de um “agora” que, como tempo do intempestivo, abre a possibilidade de criar vínculos a cada vez, do estatuto da ação radical e dos modos de produzir conceitos em termos de heterogêneses, por destacar certos aspectos majormente negados nas leituras realizadas em relação a práxis de nosso autor de referência. Nesses aspectos encontramos possíveis modos de quebrar a supremacia de um Uno que organiza o múltiplo como derivado determinado de si mesmo. Esta compreensão nos levaria ao reconhecimento de uma montagem tática pichoniana: para aceder a experiência da multiplicidade/singularidade-devires é necessário desmontar o regime de produção em série de adaptações passivas a realidade que os impedem, recuperam e assimilam a “modelos de ser”. E desejável destacar que o que é impedido não são os devires, senão nossa capacidade de perceber-os, experimenta-os, intensifica-os, se entregar aos fluxos que atualizam a produção de produção de diferenças absolutas.

O trabalho emergente do ECRO pichoniano não pode ser proposto como uma fase nas demolições daquilo que nos ancora no campo do ser delimitado por estagnamentos e obstaculiza, em variados graus, nossas derivas inventivas? Procurando aproximações ao

¹⁴² Apoio esta crítica em decorrência da minha passagem e trabalho em uma instituição universitária privada na qual passei por diversas situações trágicas e cômicas se devo referir-las a concepção de Karl Marx sobre os modos de repetição da história. Felizmente não estou inserido atualmente em tal instituição, mas foi nela, e como parte do ataque aos conteúdos que ministrava, que outros professores afirmavam que “Pichon nunca foi psicanalista”. A isso se acrescentou a formulação banal, por parte das autoridades institucionais, de que a Esquizoanálise não oferecia nenhum embasamento “científico”.

esquizogrupos surge outra pergunta: As tarefas “positiva e negativa”, propostas pela Esquizoanálise, podem prescindir do trabalho de erosão, paulatina ou súbita de acordo dos “entre” que lhe são possíveis aos grupos, dos mecanismos de extermínio que a hegemonia impõe sobre movimentos não estereotipados propostos por Pichon-Rivière? Expressar que a práxis pichoniana não contempla o Devir não opera um aplainamento paradoxalmente sofisticado? Se tratará de outra concepção de Devir, diferente a da Esquizoanálise, mas que nos oferece outros modos de intervir sobre as alienações que ambas as abordagens visam superar? A rigor nossa própria alienação aos modelos de normalidade mortificados podem nos levar a prescindir dessas ferramentas- intervenções. Nesse ponto não nos encontraríamos com uma dificuldade derivada de uma exaltação do “puramente” indeterminado dos devires, sem considerar as forças necro-infra/micro/macro-políticas que os estrangulam e estratificam? Os seres homogeneizados e em sofrimento produzido pelas desmentidas tanto de seus fundamentos sócio-histórico (linhas duras e semiflexíveis), das capacidades de transformação relativa (ser em movimento nos campos do possível-impossível) como de seus devires (linhas de fuga, desterritorializações, invenções de diferenças absolutas) unicamente clamam por “devir”?

De certo modo, nas desconsiderações sobre as “realidades”, não haveria paradoxalmente um esboço de um “devir” que reivindica identidades já atomizadas, individualidades que enunciam, interpretam e difundem, dentro dos limites de certa liturgia da de/monstração de “suavidades”, modalidades de afirmar um “eu” que opera reprodutivamente traços, aparências correspondentes, identificações, até esboços de atividades e ações referidas mecanicamente a um existir auto referencial proclamado como “fluxo intensivo”?

Não nos interessa efetuar uma crítica exaustiva a esses novos modos de recuperação da Esquizoanálise neste momento de nosso trabalho, mas sim deixá-los planteados. Assim como deixar registro das recusas e leituras que simplificam a práxis pichoniana. Nos interessa

continuar destacando a imanência entre o ser e o devir, entre o intenso e o extenso, entre o molar (aquilo já constituído) e o molecular (aquilo que funciona ao acaso). A questão renovada é compreender que Enrique Pichon-Rivière lhe outorga especial atenção as diferenças, compreende a importância decisiva das forças e a relação entre estas, navega cartograficamente entre o universal e o singular procurando efetuar quebras com os saberes, discursos e práticas que se instituem unicamente nas tensões entre o geral e o particular. As diferenças, como usina de toda produção de vida, compõem também a base de toda contradição: Pichon-Rivière compreende que é também necessário trabalhar o contraditório pois são realizações de “novos possíveis” que percorrem as totalidades abertas relacionadas, conectadas entre si. A escolha tática de Enrique Pichon-Rivière é a de integrar dialeticamente as contradições nas suas sínteses sucessivas para desmontar as fragmentações das forças/vínculos relações que são realização/atualização das diferenças. Esta questão não é secundária para os propósitos deste trabalho. As diferenças relativas são trabalhadas no contexto grupal a partir da superação das tensões contraditórias nos vínculos. Entretanto, a nosso critério, esse platô é imanente aos processos pulsados pelas singularidades produzidas pelas diferenças absolutas que funcionam como multiplicidade, sendo a invenção/experimentação a força que gera novos territórios de existência/relação.

A proposta de compreender os processos grupais desde propostas aparentemente diversas exige o trabalho de agenciar complementariedades possíveis entre as práxis destas derivadas. EPR destaca o trabalho grupal em que aparecem elementos consumados em diferenças-contradições para compreender as tensões dialéticas entre eles (entre ECROs, entre “sujeitos”, entre as diversas tarefas, entre pré-tarefa, tarefa e projeto etc.). Nos propõe operar na denominada “realidade”, reconhecê-la, elucidar e demolir seus sistemas de dominação, circuitos de captura e recuperação. Exige que nos ocupemos das contradições e dos conflitos multilaterais dos processos que ali se desencadeiam para procurar a elaboração de sínteses

transitórias que funcionem como realização criativa sustentada nas capacidades de afirmação criativa de vínculos não alienados/opressivos. No segundo nível, aquele que alude a maranha intensiva, compreenderemos que, quando temos a possibilidade de visibilizar/dizer/expressar/dramatizar suas emergências, trabalharemos forças sem reduzi-las a “uma natureza” e intensificaremos suas contraposições aleatórias sem submetê-las a uma qualificação orientada pela antinomia positivo/negativo¹⁴³.

Nesta linha podemos indagar se no par dialético adaptação passiva-adaptação ativa, propostas pelo Enrique Pichon-Rivière, não há uma compreensão das relações entre ser/devir, trabalhadas diferencialmente na Esquizoanálise, entretanto convergentes desde o momento em que reconhecemos momentos de nosso trabalho que, sendo agenciados pelos processos grupais como singularidade, colocam a ênfase em um horizonte ou em outro de modo prevalente¹⁴⁴. Esta consideração não significa desconhecer a imanência entre esses horizontes e sim compreender que, maiormente, o “sujeito” se encontra desgarrado dos planos intensivos e fagocitado por organizações binárias. A possibilidade de dialetizar, conectar elementos, produzir sínteses sucessivas, vivenciar a multilateralidade dos movimentos, não sensibiliza o “sujeito” para ir compondo passagens singulares das re-atualizações de diferenças relativas para as atualizações de diferenças absolutas? Em ambos os casos não se trata primordialmente de “reconhecer as diferenças”, senão de produzi-las pela via dos estranhamentos mútuos que irão gerando modos não hegemônicos de produzir representações outras em regimes de mutualidade.

¹⁴³ Esta perspectiva a trabalhei no livro de Psicologia Política de Domenico Hur (2019). Mas de forma extensa encontramos muitas pistas desta possibilidade no livro “As Diferenças em Comum: Deleuze, Marx e o Agora” (Maeso, 2020).

¹⁴⁴ Esta perspectiva aparece colocada, diferencialmente, por Osvaldo Saidón (2002). Realizando este trabalho lembramos dessa produção. Reconhecemos a abertura que o autor realiza para tentar conectar a proposta pichoniana com algumas propostas da Esquizoanálise. Também deixamos registro da discordância relativa aos embasamentos epistemológicos assim como a relacionada aos debates sobre possíveis convergências entre as propostas pichonianas e as de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Se trata de vislumbrar o vínculo como território e potência de desterritorialização do “eu normal” para os “eus aberrantes”, do ser “obediente” para os devires revolucionários e insurgentes, das diferenças reguladas para as diferenças emancipadas das determinações/re-presentações já existentes. Se trata de emancipar a diferença das dicotomias e dos regimes métricos que as encurralam na recusa de sua potência afirmativa de não se adequar ao Uno. Neste ponto, talvez seja necessária outra pergunta referida a práxis pichoniana: Não se trata de uma obra aberta que privilegia as práxis que analisam criticamente e ativam ações de demolição em relação aos regimes de relação já consumados e que são o fundamento dos sofrimentos dos diversos tipos de humanidade já existente? Se a resposta é afirmativa veremos que as objeções referidas a procurar pontos de convergência com a Esquizoanálise podem ir sendo paulatinamente superadas se nos co-movemos pelos esforços para compor psicologias libertárias, revolucionárias, emancipatórias e insurgentes (Kazi, 2007). Por outro lado, devemos reconhecer que esta é uma tentativa dentre muitas outras possíveis. O que é possível “pinçar” dos legados em movimento dos autores das Psicologias libertárias?

Cada arranjo singular, que funcione “catando” retalhos potentes que povoam epistemologias sepultadas pelos movimentos de variados extermínios operados pelo Uno, é uma tentativa de emancipação dos saberes opressivos que esmagam a diferença modelando-a como refração do Igual.

Uma confusão muito difundida na psicanálise define o encarceramento das diferenças a algum Uno que as regula, administra, dispõe, distribui, anula ou incentiva de acordo a seus funcionamentos e expressividades: o sujeito é uma expressão particular de um funcionamento geral que, por sua vez, aspira a recuperar uma essencialidade extraviada. A ruptura com a denominada “Psicologia Social abstrata” não pode ser reduzida as relações que se deflagram entre teoria- prática submetidas a novos determinismos, a delimitações universalistas que

traçam relações estanques entre a emergência dos fenômenos decorrentes dos processos grupais e conceptualizações essencialistas. Assim, também sobre esta perspectiva, não há “essência” grupal que se expressa em cada grupo: toda operação essencialista retrai a singularidade de qualquer fenômeno ao “Uno essencial” que supostamente o determina.

Aclarações sobre o “roubo”, a bricolagem, a inter e transdisciplina

Dando outro passo para o horizonte de intensificação epistemológica da Psicologia Social da Práxis manifestamos nosso acordo com Gregorio Franklin Baremlitt (2003, p. 17) quando afirma que produzir uma práxis em movimento reconhece o “método do pinçamento” e que, além da concepção do “roubo”, Deleuze e Guattari abraçam o “bricoleur-bricolagem” como modalidade de agenciar a Filosofia da Diferença. Sinteticamente podemos dizer que a atitude filosófica e de produção de teoria-prática conectadas em relações de imanência e dialéticas, supõe um distanciamento e uma renúncia a aspiração iluminista de aceso a totalidade-Uno produtora de binarismos. “Pinçar” não significa analisar racional, extensa e exaustivamente uma “parte” da realidade que se relaciona mecanicamente com outras partes que, somadas, nos ofereceriam um acesso a totalidade do real para ser formulado nos conceitos/partes que, adicionados através do positivismo lógico, configurariam a totalidade teórica que se corresponde, como reprodução, a aquilo que foi analisado, constatado e verificado. Pinçar significa “roubar” os aspectos de qualquer produção que sejam considerados potentes em tanto “engrenagem” da máquina práxica na qual funcionam produzindo agenciamentos e conexões “inspiradas”. O movimento de retirar “peças” de certa máquina, localizada e produzindo conexões em certos territórios, e coloca-as em outra máquina que percorre e é percorrida por outros territórios, experimentar como funcionam, que relações novas produzem, é uma das modalidades metodológicas de Deleuze e Guattari (Baremlitt 2003). Devemos apontar que notamos operações de “pinçamento” permanentes em Enrique Pichon Rivière, que transita multiplicidade de campos-territórios na construção da sua proposta de realizar uma Epistemologia convergente. As inter-determinações entre o “o mundo interno” e o “mundo externo”, a vastidão de elementos, processos e fenômenos que são produzidos e são produtores da “humanidades em situação” (Pichon-Rivière, 1985, p. 205) requer o pinçamento de conceitos de distintos campos de conhecimentos e práticas. Correlativamente exige inseri-

los nos territórios e “dispositivos conceituais”, em permanente construção da Psicologia social, constatar como “funcionam” nas práticas, indagar o que possibilitam no agenciamento de instrumentos, quais articulações permitem e submetê-los, na práxis pichoniana, aos mecanismos de “retificação” e “ratificação” como modos de enfatizar a produção do novo-insólito (Pichon-Rivière 1985 p. 169). Por um lado, nos encontramos com a complexidade teórico-prática da Psicologia Social da Práxis. Por outro lado, dentro do mesmo processo, nos deparamos com uma convicção do autor: há múltiplas fragmentações e ambiguidades que produzem sofrimento que é expressão das cisões correlativas a adaptação passiva à realidade. Mas tal fragmentação é resultado dos cortes operados sobre as intensidades-multiplicidades de vidas-mundos e o propósito pichoniano é repor não uma Unidade-Uno e sim reestabelecer a possibilidade de viver as existências em termos da complexidade que produzem e através da que são produzidas.

A fragmentação, segundo Enrique Pichon-Rivière, é uma característica de nossa cultura produzida pelos modos de produção vigentes. Nos atendo ao método do materialismo histórico e dialético tal alienação é produzida pela via da produção de mais-valia e tal fenômeno-processo impede a unificação em espiral da relação entre o sujeito-outros-e os objetos das tarefas na dimensão do trabalho humano. Assim se compreende, inicialmente, que a alienação “individual” é emergente, porta-voz e bode-expiatório da alienação social, iniciando a possibilidade de compreender parte dos processos da relação fragmentada entre as humanidades-mundos.

Outro nível de fragmentação está dado na própria produção de conhecimentos que escotomizam as relações entre sujeitos-sociedade-natureza sendo assim funcionais à manutenção do status quo. Estes níveis interconectados também incidem na produção da ruptura e pulverização das conexões entre o que se diz, se pensa, se faz e se sente, constituindo

um regime de ambiguidades e contradições recusadas e reivindicadas em imposturas que aparecem como “felicidade” reafirmando diversas alienações (Kazi, 2006). Resultou assim necessário “pinçar” conceitos de diversas áreas epistêmicas para constatar como “funcionavam” na construção do ECRO pichoniano que procura analisar e modificar os processos de sofrimento decorrentes desses níveis de fragmentação interconectados.

O autor acrescenta a existência de ideologias de signo contrário, no sujeito, nos vínculos, grupos, instituições e sociedade, que não se dialetizam e perduram dissociadas definindo assim índices de ambiguidade e contradições não explicitadas e, portanto, constituem obstáculos para produzir “adaptações ativas a realidade”, transformações e “invenções” (Pichon-Rivière, 1985, p. 114). Tal antagonismo velado implica a contraposição correlativa entre duas tendências de pensamento que se confrontam em um processo de luta “cultural”:

Estas questões são formuladas do seguinte modo por EPR:

A luta se dá no campo da cultura, luta ideológica, se inscreve entre as manifestações da luta de classes na medida em que surge um pensamento dialético revolucionário que reformule os modelos de pensamento. Estes modelos têm sido até agora dominados por uma lógica formal e dissociante¹⁴⁵. *Essas formas novas de conhecimento tendem a totalizar aquilo cujas interrelações têm sido sistematicamente escamoteadas e obscurecidas pela ideologia dominante: o pensamento, o sentimento e a ação.* (Pichon-Rivière, 1985, p. 203, grifo e tradução nossa)

Foi imperioso para Enrique Pichon-Rivière analisar estas dimensões que aparecem dissociadas nos saberes-discursos e práticas que reproduzem a tríade saber-poder-controle

¹⁴⁵ Mantemos o termo “dissociante” pois EPR se refere a um processo de dissociação e não unicamente a aquilo que já está “dissociado”.

(Foucault, 1999) enlaçadas a um sistema de privilégios, derivados de pertencimentos de classe e aplicações em série do racionalismo mecanizado. A nosso critério, a prática do grupo operativo e das espirais dialéticas da Psicologia Social possibilitam construir as conexões entre os processos e fenômenos antes mencionados. O estilo pichoniano, que surge do pensamento e prática dialéticos, reconhece também operações que não seriam atribuíveis a tal perspectiva metodológica: pinça, relaciona, pratica, pensa, entretanto muitas vezes deixa em aberto o campo explicativo e esboça as coordenadas da experiência da prática para que seja retomada por outras/os.

Tal característica tem nos levado ao trabalho de significar algumas “linhas” abertas mas não elaboradas de forma mais exaustiva, ressignificar outras, atualizar aspectos do ECRO e procurar outros horizontes que consideramos complementares.

Reconhecemos que as propostas iniciais de EPR interpelam o funcionamento inflexível e estereotipado do sujeito, como ser sócio histórico fragmentado e assim recuperável nas reproduções das exigências adaptativas de um sistema social que impõe a aceitação da quietude do invariável e a desmentida do vínculo como território de transformações multilaterais. Nesse sentido a obra Pichoniana, como já colocamos, se trata também de um modo de confrontar o extermínio das humanidades em situação, pois lhe são arrancadas as capacidades de transformar se transformando para assim se incluir nas “virtudes” de um mundo totalizado nos totalitarismos do Império Globalizado. Retomamos este ponto pois haveria uma contradição nesta questão: os fragmentos não seriam um modo de resistir ao Uno? A contradição é aparente. A fragmentação denunciada por Enrique Pichon Rivière é decorrente da coisificação do sujeito e as violências que é submetido para desgarra-lo de seus processos de subjetivação. Os fragmentos produtivos do insólito emergem dos vínculos agenciados pelas experiências das práticas que produzem territórios existenciais não vetorizados e modulados pelas axiomáticas hegemônicas. Esses

últimos fragmentos funcionam como linhas de fuga respeito de qualquer totalização prévia e podem ser considerados “pré-partículas” que estranham, como nova intensidade, aos seres “adaptados” e impulsionam os sujeitos do acontecimento. Tais fragmentos, que temos formalizado como “pulsares” (Kazi, Scalon & Carvalho, no prelo) se inauguram na ruptura dos pares binários e implicam a quebra radical das estabilidades que sustentam as pseudo simetrias da relação Eu-outro reguladas pelos sistemas de hierarquia. As diferenças não relativas não funcionam como um Uno e sim como fragmento estranho radicalmente que interpela aquilo que já está assimilado em qualquer estrutura. Pelo contrário, nas fragmentações impostas pelos sistemas da violência, cada fragmento é recuperado pela totalidade Uno e conduzido a reafirmar o já existente. É esse tipo de fragmentação que será objeto das críticas severas do Enrique Pichon-Rivière.

O autor, reconhecendo as dificuldades intrínsecas e extrínsecas de seu projeto também questiona severamente como se definem “critérios de saúde” que decalcam o modelo de homem adaptado acriticamente na visão de mundo da hegemonia (Lema, 1993, p. 78, tradução nossa):

O critério de saúde, a norma que avalia a forma de adaptação a realidade, é funcional no sistema de relações sociais, como é a norma jurídica. [...] O critério de saúde vigente, critério de competência social, como condensação de ideias, é condensação de ideias da classe dominante, funcional com seus interesses objetivos. E como condensação de ideias da ideologia dominante terá o caráter ocultante e mistificador que lhe confere a essa ideologia seu papel na luta de classes.

Considerando a complexidade dos níveis que serão problematizados na Psicologia Social da Práxis, que se encontram desarticulados na maioria das Psicologias, sendo tal circunstância manifestamente debatida pelo autor, devemos conseqüentemente esperar uma obra complexa, articulada e inter-multi e trans conectada como outras obras e regiões

epistêmicas. Ianni R. Scarcelli (2016) efetua uma contribuição fundamental nesta perspectiva ao avançar nas tentativas de definir a interdisciplinaridade pichoniana como uma construção “entre” e no “trans”, demarcando possibilidades de articulação da epistemologia convergente com a produção de autores dissimiles que, por esse caráter, exigem o trabalho de elucidar potenciais zonas de encontro “fora” da especificidade de cada obra. A correlação do interdisciplinar com o transdisciplinar exige que a autora citada se apoie em autores como Jean Piaget, Eric Jantsch, Edgar Morin e assim avança no pinçamento do multidisciplinar colocando Basarab Nicolescu como referência conceitual. Nesse viés da sua potente discussão Scarcelli formula que o transdisciplinar:

[...] foi inventado para traduzir uma necessidade quase regozijante de transgredir as fronteiras entre as disciplinas”. Atualmente, muito tem-se discutido sobre *transdisciplinaridade, pensamento complexo, paradigma da complexidade*. Discussão que leva a esquemas conceituais, metodologias e epistemologias diversos; que tratam, a sua maneira, *de buscar diálogo entre manifestações culturais e campos problemáticos distintos, até mesmo aqueles considerados inconciliáveis*. São modos transgressores¹⁴⁶ de desenvolver o pensamento, como fez Pichon ao ultrapassar as normas que impediam a descoberta; ao associar o dissociado; ao valorizar o contraste, o heterogêneo, o diferente; ao buscar nexos e relações onde aparentemente eles não existem e se esforçar

¹⁴⁶ Eduardo Pavlovsky (1991) debateu a diferença entre “transgressor” e “revolucionário” na caracterização de Enrique Pichon-Rivière. A diferença, para um dos discípulos diretos de Pichon, seria que o transgressor acaba reafirmando aquilo que pretende modificar. Por sua vez, o revolucionário, efetua uma quebra radical em relação aos instituídos que organizam o status quo e produz uma transformação profunda nas relações entre si, os outros e o mundo. A partir dessa distinção, “Tato” Pavlovsky inscrevia o criador da Psicologia Social da Práxis nessa segunda perspectiva. Minha posição se localiza entre a afirmação de Ianni Régia Scarcelli e a do Eduardo Pavlovsky. Meu critério pode ser resumido assim: O criador da Psicologia Social da Práxis agenciava transgressões como táticas que pretendiam sustentar processos estratégicos revolucionários. Tenho a opinião, que quando alguém procura a “redução do índice de ambiguidade” como no caso de Pichon-Rivière, podemos encontrar ações transgressivas que permitam o “devir imperceptível” (Deleuze & Guattari, 1997) das criações revolucionárias. Em Enrique Pichon Rivière podemos encontrar essa atitude nos seus trabalhos no Hospício de las Mercedes, na experiência de Rosario e na localização que constrói perante o grupo Plataforma nas suas confrontações internas na Associação Psicanalítica Argentina.

na construção de uma epistemologia convergente, a partir de seu objetivo de superar antinomias científicas e a fragmentação nas práticas e ações do ser humano. (Scarcelli, 2016 p. 57 e 58, grifo nosso).

A inter, multi e transdisciplina, horizontes a serem construídos processualmente na Psicologia Social da Práxis, se sustentam parcialmente no “pinçar”-“roubar” favorecendo o deslocamento prático de uma “área” do conhecimento e prática para outra, para assim conectá-las rompendo os feudos- latifúndios do saber que pretendem totalizar a parcialidade de seus domínios e pontificar o saber ascético de seus supostos proprietários. Podemos afirmar também que nesse sistema de passagens característicos do “inter/multi/trans” se instituem regiões híbridas sendo improcedente reclamar a soberania desse território que, na verdade, inaugura “territórios livres” onde os mais diversos agentes podem compor novos modos consistentes de ser, devir, pensar, dizer, praticar e sentir. Em outras palavras, a operação do pinçar favorece o emergir não unicamente da compreensão científica do caráter convergente e rizomático da Psicologia Social pichoniana que pretendemos intensificar. Senão, e decisivamente, incentiva o encorpamento de Psicólogos sociais rizomáticos e convergentes.

Entretanto, para continuar compreendendo a epistemologia convergente e contribuir com a necessidade de recriá-la de modo contínuo para elucidar, em cada situação/momento sócio-histórico/modos de organização social, as localizações múltiplas das “humanidades em situações”, é imprescindível efetuar trabalhos teóricos, que parecem repetitivos. Mas neste caso, entendendo as múltiplas camadas da Psicologia Social da práxis, se trata de “fazer passar” os mesmos planos conceituais pelos distintos ciclos da espiral dialética. Esse trabalho, efetuado entre reatualizações e atualizações, supõe produzir diferenças. Nas palavras de Deleuze (2018, p. 33):

O interior da repetição é sempre afetado por uma ordem de diferença; na medida em que algo está relacionado a uma repetição de ordem diferente da sua, a repetição, por sua vez, aparece como exterior e nua, e este próprio algo como submetido às categorias da generalidade.

Colocamos esta consideração pois indica a impossibilidade de repetir o Igual e dá um passo além de compreensões lineares ao postular que há uma incidência, em termos de afetação, da diferença no próprio interior de “cada” repetição. Convocaremos outro aspecto trabalhado pelo mesmo autor quando demarca as distinções entre as diferenças relativas da dialética e as singularidades absolutas das atualizações se valendo de duas “regiões”: a da Ideia e a da estética:

“A Ideia dialética é duplamente determinada: na variedade das relações diferenciais e na distribuição das singularidades correlativas (diferençação). A atualização estética é duplamente determinada: na especificação e na composição (diferenciação).” (Deleuze & Guattari, 2018, p. 208)

Temos tentado, e continuaremos transitando esses caminhos, produzir diferença compreendendo justamente as diversidades de “relações diferenciais” e como se distribuem “singularidades correlativas”. Tal empenho se hibrida com a expectativa de produzir atuais que funcionem como fulgurações que componham estéticas/políticas cuja “especificação” unicamente seja possível pelo agenciamento de vidas que gestem diferenciações plenas.

A labor proposta efetivamente exige repetir conceitos em variados platôs para produzir diferença.

Isso pressupõe encontrar novas conexões gradativas desses planos com outros e essas relações se compõem a partir das *práticas* que sustentemos. Estas incluem, como já dizemos a inter-pluri-trans disciplina, articuladas a inter e trans seccionalidade. Se nosso “objeto de estudo”

tem multiplicidade de “camadas” só podemos aspirar a uma Psicologia Social crítica, inventiva e transformadora a partir de agenciamentos teórico-práticos que procurem contribuir com o “paradigma da complexidade” (Scarcelli, 2016). As “mono-abordagens”, ligadas a dogmas estereotipados referenciados no modelo de “homem” hegemônico, implicam arquitetar edifícios conceituais onde as humanidades multiplicárias são recusadas. Nossa postura, nas práticas de vida, nos leva a afirmar que esta última “posição” imóvel e estéril tem um objetivo estratégico. Para não deixar de retrabalhar um autor que já abordamos (Kazi, 2006) podemos dizer que se trata de perpetuar o “homem unidimensional” criticado pelo Herbert Marcuse (1982) de modo parcial, mas eloquente¹⁴⁷.

Na obra desse autor é criticada uma humanidade que poda e rasura as humanidades. A procura pichoniana embeste contra essa humanidade rasa-unidimensional e se propõe superá-la desde muitas linhas de intervenção apoiado na noção de “totalidade totalizante”. A nosso critério, tal “totalidade totalizante” não totaliza os fragmentos senão que permite sua articulação singular em cada grupo.

A primeira referência que aparece sobre o conceito de totalidade aparece no prologo do livro “O processo grupal” (Pichon-Rivière 1985, p. 9):

As primeiras aproximações a psiquiatria clínica me abriram o caminho para um enfoque dinâmico, aquele que me levaria, a partir da observação dos aspectos fenomênicos da conduta desviada, ao descobrimento de aspectos genéticos, evolutivos e estruturais que enriqueceram minha compreensão da conduta como uma totalidade em evolução dialética.

¹⁴⁷ A citação do Herbert Marcuse responde a necessidade de ir compondo um palimpsesto no qual esse autor, já “raspado”, dá lugar a outros autores/as em um plano de produção conceitual/ prático. Isso não significa que não se produzam ressonâncias não evidentes entre este autor e os/as outras, compondo um dispositivo de enunciação coletiva crítico dos diversos modos de alienação permitindo enriquecer nossa compreensão das diversas determinações do sofrimento.

Na sua escrita inaugural sobre o processo de construção da Psicologia Social da Práxis já aparece a definição da “conduta” como totalidade dialética e não alude a um fenômeno estático, essencial, fixo e isolado, senão a diversidades fenomênicas multideterminadas por variados níveis convergentes e materiais que “evoluem” impulsionados pelos processos dialéticos. O polêmico nesta asseveração inicial de Enrique Pichon Rivière, autor autobiográfico (Scarcelli, 2016)¹⁴⁸ que efetua uma análise da própria implicação (Baremblyt, 2002), é a consideração do genético nos fatores disposicionais da “conduta desviada”. A colocação da categoria de “desviado” deve ser também debatida e problematizada de maneira permanente. A noção de “desvio”, definitivamente, instala um sistema de medições que demarca o desenquadramento de um ser humano respeito daquilo que é considerado “normal”. Este assunto precisa ser debatido, inclusive procurando sua demolição, porque é funcional a variadas violências mistificadoras de um modelo de ser-estar-existir reprodutor de uma norma ideal de exercício e suposta realização da vida. O assunto fundamental é que essa vida “ideal” exige a abolição das bases que a fundamentam: os movimentos, as diferenças, as multiplicidades, as singularidades, as variações, a composição das chamadas “linhas de fuga” (Deleuze & Guattari, 2017). Este é um tema irrenunciável na obra de Enrique Pichon-Rivière e, portanto, do presente trabalho. Por esses motivos é e será retomado, em diferença, nas diversas dimensões que trabalhemos.

A noção de “totalidade”, na dimensão da clínica grupal tratada em todos os âmbitos de realização prática do grupo operativo, também pode ser associada a noção de Operatividade

¹⁴⁸ Não nos resta dúvida que o esclarecimento realizado pela autora é de suma importância. A diferença que ela realiza respeito a outras considerações nesse sentido, radica em compreender a relação dialética entre o autobiográfico e o coletivo, entendimento que já aparece nos agradecimentos de sua produção. Nesse sentido a obra Pichoniana é: emergente da sua particularidade como sujeito em situação, conectado com a singularidade da interrelação de seus “grupos internos/grupos externos” localizados em campos institucionais, relacionados, por sua vez e de forma reversível e recíproca, com a generalidade daquele contexto sócio-histórico.

como forma de “alterar” as estereotípias e assim agenciar a saúde como singularidade decorrente dos processos grupais:

“Na medida em que a operatividade de cada um deles aumentava, regrediam os sintomas de alteração desses pacientes, configurando um critério de normalidade (adaptação ativa à realidade) e *uma nova Gestalt*” (Pichon-Rivière, 1985, p. 130)

A composição de uma Gestalt dinâmica, não rígida e fechada sobre si, depende das conexões moveis de todos os vetores do cone que se mobilizam nos vínculos internos-externos e, portanto, nas conexões entre endogrupo e exogrupo. A operatividade está ligada a adaptação ativa a realidade e com a aprendizagem, processos a serem criados no decorrer do grupo como um tornar-se. Vir a ser possibilitado a partir dos movimentos dialéticos desatados entre o interjogo de papéis, a verticalidade e horizontalidade, as relações com as tarefas e as resoluções de conflitos e contradições. Fica claro, na obra de Pichon-Rivière que para acessar essas passagens é necessário elaborar ansiedades que, a nosso critério, são intensidades recuperadas por fragmentos isolados entre si. A procura da “totalidade totalizante” se apresenta como superação do caráter fragmentado da vida que caracteriza a “adaptação passiva a realidade”. Em certo sentido haveria duas totalidades: a da adaptação ativa que articula sinteticamente o fragmentado e a da adaptação passiva que totaliza fragmentos desvinculados. Esta sequência pode ser compreendida na seguinte afirmação de EPR e deve ser ligada ao conceito de “totalidade aberta” que opera como base de compreensão da Psicologia Social da Práxis:

A adaptação à realidade e a aprendizagem estão indissolivelmente ligadas. O sujeito sadio, à medida que apreende e o transforma, também modifica a si mesmo, num interjogo dialético, não qual uma *síntese* que *resolva uma situação dilemática* se transforma no ponto inicial ou a tese de outra antinomia, que deverá ser resolvida nesse processo contínuo em espiral. *A saúde mental consiste nesse processo, em que se realiza*

uma aprendizagem da realidade através do confronto, manejo e solução integradora dos conflitos. (Pichon-Rivière, 1985, p. 15, tradução e grifo nossos)

O autor entende que a comunicação muda em reajustes contínuos e aponta que se trata de transitar este processo como “itinerário” que novamente nos remete a trânsitos, movimentos ou atitudes itinerantes que cada grupo deve assumir a partir de seu processo singular.

Uma das bases moveis que sustentam a obra Pichoniana, como obra aberta em que cada fechamento implica de modo imanente a re-abertura/abertura de um(s) novo(s) ciclo(s) da(s) espiral-espirais dialética (s), é partir da convicção sobre o estatuto contraditório das humanidades em situação/sujeito multi-vincular. Tal condição, determinada e determinante materialmente, implica necessariamente a postulação da relação sujeito-mundo em termos de movimento permanente. Nesse sentido, assim como tentaremos indagar este platô da produção de conhecimento em outros momentos referidos a distintos circuitos conceituais inter e trans conectados, devemos questionar uma primeira proposição Pichoniana: as humanidades em situação, que definem e são definidas pela correlação dialética de vínculos internos e externos, são protagonistas e protagonizadas, transformadoras e transformadas de e pelo processo dinâmico sócio-histórico. A validade desta proposição se apoia na definição de saúde de Enrique Pichon Rivière: a adaptação ativa a realidade é agenciada pelo processo vincular-grupal que se re-dinamizam operativa e instrumentalmente nas entre/ações que não suprimem as diferenças-contradições produzindo, assim, *sínteses*. Para aprofundar possíveis interfaces com a Esquizoanálise, nos remetemos renovadamente a Hélio Rebello:

Os problemas básicos das sínteses são o estatuto filosófico da “divergência” (quais os elementos em divergência?) e a consistência dessas sínteses (quais as relações na divergência?) para o funcionamento do inconsciente-multiplicidade. Ambos são problemas de ordem lógica correlacionados à pesquisa ontológica contida no conceito

de multiplicidade e catalisadores da imanência no pensamento das multiplicidades. (Rebello, 2007, p, 22)

Há trechos onde claramente a mudança é sinônimo de “aprendizagem” (Pichon-Rivière, 1985, p. 45) e ambas seriam a “tarefa fundamental do grupo” (Pichon-Rivière, 1985, p. 71). A mudança a partir da aprendizagem é possível se, na relação com as tarefas, o grupo produz “totalidades totalizantes” resultantes da produção de sínteses transitórias. Ali aparecem outros sentidos atribuídos a noção de totalidade pois sua configuração, como “sistema aberto”, é possível se há uma relação dinâmica entre diferenciar-se e produzir uma identidade que é dialética, onde a comunicação se vincula à aprendizagem:

“Uma família é então uma Gestalt-Gestaltung, um “estruturando” que funciona como totalidade. Seu equilíbrio é logrado quando a comunicação é aberta e funciona em múltiplas direções, configurando uma espiral de realimentação”. (Pichon-Rivière, 1985, p. 71)

A noção de totalidade aberta obtém outros sentidos se visamos a atualização da Psicologia Social da Práxis confrontada a diversos modos de colonização. Trata-se de reconhecer outros modos de compor tais totalidades e senti-las construindo a adaptação ativa restabelecendo o valor infundável daquilo que foi e é destruído pelo colonialismo. Isso implica, necessariamente, restituir o valor coletivo da vida humana realizada na cosmovisão dos Povos Originários e os da África. Lucas Veiga, em um curso de introdução a Esquizoanálise que partilhamos socializou uma cartografia delicada e potente sobre os estares e existires dos povos Bantos que deveríamos tomar em conta decisivamente:

A primeira questão é experimentar a vida em termos de mudança não evolutiva que emerge do “tempo espiralado” do “ethos negro” cuja “velocidade” está pulsada por um “chegar devagar” respeitando incondicionalmente o outro. O “eu” é construído pelo agenciamento de coletividade onde “sou” porque “somos”, partilhando o criado-vivido

a partir da liberdade sendo assim possível “criar o comum na diferença radical. (Kazi & Amorim, 2022¹⁴⁹)

A composição de totalidades abertas a partir do “não evolutivo-linear”, que se desliza na temporalidade em espiral da negritude, reivindica a intensidade de velocidades desaceleradas que permitem a vivência de respeito pela outreidade não “atropelada” pelo Uno. Fica destacada que a experiência da liberdade, da coletividade criada na relação sou- somos, o respeito pela alteridade, constroem esquemas de referência onde o partilhado oferece lugar a dissidências radicais que se sublevam perante o homogêneo¹⁵⁰. Isso nos levaria a considerar a importância de totalidades totalizantes “diferenciantes”.

A questão das proposições, iniludíveis para o processo de construção de conhecimentos, deve ser rigorosamente considerada. As proposições do criador da Psicologia Social da Práxis se compõem através da elucidação do indivíduo como um decantado móvel entre o transformar e se transformar. A nosso critério isto implica a proposição de um sujeito “transformante”. Na escrita do capítulo sobre o esquizodrama como Devir-acontecimento, já citado, em parceria com Ettore Scalon e Carolina Rocha, refletimos sobre o que são as proposições. Nas proposições esquizoanalíticas o ser não se torna predicado assim como o predicado não é um atributo definitivo. Ele se transforma e se desloca para ser sujeito. Isso implicaria as passagens da proposição “o ser é transformador” para “o ser transformante”. Isto implica realizar proposições nas itinerâncias conetivas entre algum ser, algum estar e algum devir. Esse

¹⁴⁹ Curso de formação sobre o Anti-édipo. Coordenado por Gregorio Kazi e Margarete Amorim. Instituto Gregorio Barenblitt, Belo Horizonte, Maio 2022.

¹⁵⁰ De forma complementar Amadou Hampaté Bâ (1981), nos oferece outros horizontes para intensificar nossas compreensões sobre outras formas de composição existencial. O autor mencionado elucidando quais termos são utilizados para designar a categoria de “pessoa”, nas etnias Fula e Bambara, nos oferece uma perspectiva que sustenta nossa concepção sobre o sujeito como multiplicidade-singularidade. O autor nos explica: “Os Fula e os Bambara possuem dois termos próprios para designar a pessoa. São eles: a) neddo e neddaaku. b) maa et maaya. A primeira palavra de cada um desses quatro termos acima significa “pessoa” e a segunda “as pessoas da pessoa”. Por que “as pessoas”? A tradição ensina, com efeito, que há primeiro maa: pessoa receptáculo, e maaya: diversos aspectos de maa contidos na maa receptáculo. A expressão de língua bambara “maa ka maaya ka ca a yere kono” significa: “As pessoas da pessoa são múltiplas na pessoa”.

processo alude a localizações em movimento que quebram os assentamentos do império do estático-imutável. Nos referindo a atualização do grupo operativo nos parece recomendável agenciar proposições nesse horizonte que migra do ser-uno para a produção de mutações que surgem do caráter móvel desse ser, de seus devires e estares.

Henri Lefebvre, tomado por Enrique Pichon Rivière como uma de suas referências conceituais fundamentais, trilha os caminhos que permitem outorgar outros volumes ao asseverado até este momento:

O materialismo dialético mostra assim de que modo une a dialética (estudo dos conflitos e das contradições na relação interna dos termos considerados) e o materialismo. Os une indissolúvelmente e os volta a encontrar nos fatos, no desenvolvimento do homem, desenvolvimento cujo caráter é material (condições orgânicas técnicas, econômicas) e dialético (conflitos múltiplos) *e se revela a toda pesquisa que evite isolar os fatos entre si ou separados da totalidade do processo.* (Lefebvre, 1961, p. 68, tradução e grifo nossos).

A questão da racionalidade, como via de acesso a tal totalidade, renovadamente discutida por EPR, é pensada pelo Lefebvre do seguinte modo, o que não significa, para nós, desistir de nossas críticas ao Império da racionalidade Única axiomatizada:

O materialismo dialético continua o antigo racionalismo, mas superando-o, eliminando seus aspectos limitativos e negativos. Abandona a concepção estreita da razão universal como interior ao indivíduo e a apresenta em sua universalidade concreta, como razão humana, conquista histórica e social do homem. Cessa de separar a razão da natureza, da prática, da vida”. (Lefebvre, 1961, p. 68).

Este ponto de partida, efetivamente superador da racionalidade abstrata totalizada, pode ser atualizada gerando possíveis interfaces, como já temos sugerido, com as noções de

singularidade contextual derivada da consideração das relações entre raça-classe e gênero obtendo assim “totalidades singulares”.

Como produzir conceitos, relacionados com as práticas, que procurem formalizar os movimentos-conflitos-contradições sem congelá-los?

Definir um conceito significa estabelecer uma sedimentação/estratificação dos elementos em movimento das realidades que a formalização pretende “quietificar”. Isso não significa que os movimentos não continuem se deflagrando-pulsando nas realidades e isso implica que *quanto maior movimento desate o conceito*, pela via das conexões que suscita com outros conceitos/realidades-práticas/experiências, maior seu valor na composição de uma obra que pretende funcionar como a vida funciona. A questão, comparada a uma produção fílmica, é que os “fotogramas-conceitos” só adquirem o sentido processual que oferece a possibilidade de compreensão do caráter móvel da vida, a partir da velocidade que os conecta a outros “fotogramas conceitos”. O “fotograma” congelado e isolado, que evoca a disseção da realidade proposta por René Descartes (2001), pode suscitar uma série de inferências. Porém, estas últimas, estarão circunscritas a uma “cena em si” pretendendo dar conta, *ilusoriamente*, dos regimes de conexão diacrônicos deflagrados em cenas-fotogramas prévios e posteriores que, por sua vez, remetem a imagética secreta de outras histórias esboçadas, fragmentadas, caleidoscópicas que pulsam nas narrativas que construímos¹⁵¹ e assim abrem outras geografias epistêmicas as quais não temos acesso pela via da quietude. Na psicologia social da práxis, assumindo uma atitude de itinerância, que oferece a vivência-experiência de movimento,

¹⁵¹ A possibilidade de pensar nossa prática a partir da relação caleidoscópico-narrativas está apoiada na fértil produção de Thomas Josué Silva. O vínculo com esse antropólogo, a nosso critério fundamental nas suas contribuições na Reforma Psiquiátrica, nos facilitou a compreensão do valor dos “fragmentos”, as articulações destes no processo de criação e sua relação com a composição de narrativas existenciais nos grupos-vínculos (Silva, 2013).

transitamos as correlações tensas que percorrem os tempos e espaços (métricos e intensivos) nos exigindo o trabalho de entretecer regimes de conexão dinâmicos.

Como modo de contribuição a epistemologia convergente, e ainda assujeitados a filosofia de ocidente e suas bases epistemológicas, podemos propor a compreensão da práxis pichoniana como resolução transitória do paradoxo de Plutarco (Plutarco, 2008). Qual é o barco do Teseu? Aquele que está no porto de Atenas que foi sendo construído retirando do barco original, cada peça e cada pedaço sendo finalmente substituídas todas suas partes ou todos os pedaços, assim retirados, que se encontravam apilhados em um galpão? Não deixamos de notar que tal paradoxo permite refletir sobre a memória-rememoração, os modos de procurar a transmissão da história macro e micropoliticamente, o valor distintivo das épicas em cada segmento da interseccionalidade e suas conexões contextuais, as relações entre as narrativas e seus apoios no par evocação coletiva-recompreensão do presente, dentre muitas possibilidades. Desde uma perspectiva Pichoniana podemos dizer que o “verdadeiro” barco do Teseu é aquele que é recriado *entre* o porto e o galpão como território de conexão multiplicatória de práticas, discursos, afetos e conhecimentos e que tal território intermediário, funcionando em diversos registros temporais, permite re-enlaçar o passado, o presente e o futuro em um agora intensivo. A questão colocada pelo filósofo, ainda com subsídios platônicos e aristotélicos, lança a possibilidade de refletir sobre as tensões paradoxais entre o ser e o devir, entre a permanência e a mudança, entre a identidade em movimento e a identidade ‘imutável’, entre o mito, as crenças, os imaginários, os relatos e narrativas sociais, a chamada realidade, as modalidades de conexão entre o presente e o passado, as formas de passagem e transcrição do mito ao logos, o estatuto fundacional de totalidades fechadas e suas vicissitudes lineares. Como já foi planteado em outro lugar (Kazi, 2006), debati e critiquei as modalidades de construção da racionalidade Uno que impõe o processo de eliminação da *vivência* dos mitos e sua descodificação e recuperação pelo logos-ratio. Essa elaboração me possibilitou ir gerando a elucidação das

relações entre a supremacia da racionalidade totalizada a construção de variados sistemas de medições da vida, a imposição de modelos de ser ajustados a axiomas e, como consequência, a disposição de práticas de “retificação” ou eliminação daquilo que era tipificado como um “desvio” de um equilíbrio ideal.

Recentemente entrei em contato com a obra de Yuval Noah Harari (2015) que me permitiu abrir novas perspectivas, a partir das que é possível avançar na crítica da racionalidade Única como axioma. O autor, incluindo estudos genéticos, históricos, arqueológicos, geográficos e antropológicos, levanta uma hipótese que problematiza a compreensão da desaparecimento dos neandertais da faz da terra:

Mas se neandertais, denisovanos e outras espécies humanas não simplesmente se miscigenaram com os sapiens, por que desapareceram? *Uma possibilidade é que o Homo sapiens as levou à extinção...* Outra possibilidade é que a competição por recursos tenha irrompido em violência e genocídio. A tolerância não é uma marca registrada dos sapiens. Nos tempos modernos, uma pequena diferença em cor de pele, dialeto ou religião tem sido suficiente para levar um grupo de sapiens a tentar exterminar outro grupo. Os sapiens antigos teriam sido mais tolerantes para com uma espécie humana totalmente *diferente*? É bem possível que, quando os *sapiens encontraram os neandertais, o resultado tenha sido a primeira e mais significativa campanha de limpeza étnica na história.* (Harari, 2015, p. 23, grifo nosso)

Esta hipótese parece subsidiar as reflexões críticas que realizei sobre os modos e procedimentos de imposição violenta da racionalidade absoluta na antiguidade clássica. Entretanto a questão se amplifica se colocamos na origem da aparição do “sapiens” (que inicia a composição da racionalidade como “grande” atributo humano) a marca do genocídio como forma de sobrevivência do Igual que extermina as diferenças.

Nesta linha adquirem novas perspectivas as proposições de Deleuze quando afirma que pensar é pensar sempre de outro modo se conseguimos conceber que o pensamento é um ato de experimentação e criação:

O que é primeiro no pensamento é o arrombamento, a violência, é o inimigo, e nada supõe a Filosofia; tudo parte de uma misosofia... *As condições de uma verdadeira crítica e de uma verdadeira criação são as mesmas: destruição da imagem de um pensamento que pressupõe a si próprio, gênese do ato de pensar no próprio pensamento.* (Deleuze, 2009, p. 203, grifo nosso)

O ato de pensar no próprio pensamento encontra sua condição na “destruição da imagem de um pensamento que pressupõe a si próprio” sendo este último procedimento construído por um sistema fechado de autorreferências que o congelam na sua possibilidade de aceder a aquilo que tempos discutido como “fora”. *O problema, obviamente, não é pensar, senão pensar sempre do mesmo modo.* Esse pensar em termos do idêntico se baseia em antinomias onde um polo procura eliminar o outro orientando práticas de supressão das diferenças. Desse modo as diferenças, paradoxalmente homogeneizadas, se adequam a um pensamento congelado e homogêneo. A heterogênese-multi-gênese do pensar está proposta por EPR, dentre outras formulações, na proposição do ECRO:

Tenho caracterizado essa tarefa *como um aprender a pensar*, o que é compreendido como a construção de um ECRO (Esquema Conceitual, Referencial e Operativo). Localizados em uma práxis há uma configuração mútua, dialética, entre instrumento e objeto de conhecimento. E defino o ECRO como um conjunto organizado de conceitos gerais, teóricos, referidos a um setor do real, a um determinado universo de discurso, que permitam uma aproximação instrumental ao objeto particular (concreto). O método dialético fundamenta este ECRO e sua particular dialética. (Lema, 1993, p. 106, tradução nossa)

Esquema como configuração de uma estrutura estruturante/ Totalidade totalizante vai se construindo de modo aberto, a partir da ligação de elementos distintos, relacionados em termos de flexibilidade. Os esquemas nos localizam singularmente em determinadas regiões da realidade demarcando posições que também se referem, interconectados a outros territórios, entrelaçados a modos de enunciar-significar-praticar-sentir. Nessa meada operamos experiências-capacidades de agir que nos aproximam a “objetos particulares” a partir da criação de vínculos. Neste trajeto do trabalho aprender a pensar significa que tal esquema, que liga elementos em termos de não ambiguidade, permite ir conhecendo-sentido-dizendo-fazendo-experimentando. Tais capacidades emergem, sucessivamente e em diferença, a partir da aptidão de ir inventando vínculos criativos entre os elementos da experiência compondo pensares não estereotipados. Isto quer dizer que cada ato de pensar difere do anterior e as conexões entre estes, se são moveis e dinâmicas, além de “integrar sucessivamente” em termos “formais” ou de “objetividade crescente”, são fundamentalmente ações de criação diversas que relacionam aquilo que não está evidentemente vinculado.

Aprender a pensar em grupos operativos implicaria também a produção de pensamentos que não se pressupõem a si próprios em outro sentido. O pensamento que se “pressupõe a si próprio” implica um sujeito que, no ato de pensar, se centra estereotipadamente em si mesmo como unidade de medida e modelo do mundo e, a partir desse procedimento tende a anular as diferenças. Por isso adquire valor ético-político afirmar a caracterização do processo de formação de Psicólogos sociais sobre a base do modelo do grupo operativo:

A técnica operativa do grupo, sejam quais fossem os objetivos que no grupo se proponham (diagnóstico institucional, aprendizagem, criação artística, planificação, etc), tem como finalidade que seus integrantes *aprendam a pensar numa co-participação do objeto de conhecimento*, entendendo que pensamento e conhecimento não são fatos individuais, *mas produções sociais*. O conjunto de integrantes, como a

totalidade, aborda as dificuldades que se apresentam em cada momento da tarefa logrando as situações de esclarecimento, *mobilizando estruturas estereotipadas* que operam como obstáculo para a comunicação e a aprendizagem y que se geram como técnica de controle da ansiedade perante a mudança. (Pichon-Rivière, 1985, p. 212, tradução e grifo nosso)

Tal proposta é ético política desde o instante em que a proposição do pensar é ubicada nos processos de co-participação/co-operação (e co-afetações) sendo assim não individuais senão produções sociais e produtoras de sociabilidades adaptadas ativa e não passivamente às realidades. A relação com as tarefas implica a des-rigidização dos ECROS e tal operação não é possível sem se descentrar, perceber e respeitar as diferenças e continuar a produzi-las, não coagular os movimentos-contradições que as produzem e fluidificar a relação entre a verticalidade-horizontalidade do grupo e de todas as outras linhas que o transversalizam gerando sínteses transitórias. Tal pensamento não é o do “Sapiens” e seus herdeiros e sim o decorrente de um pensamento dialético que não sufoca os devires minoritários e inclusive os intensifica fazendo fugir as reflexões para outros circuitos não mecanizados-estriados.

As reflexões pichonianas estarão também circunscritas pelo trabalho de um modelo de pensamento, o racional, em certo limite: superar o paradoxo, pelo menos aparente, construído sob as tensões instaladas pelas métricas duras que orientam o pensamento ocidental. A Psicologia Social da Práxis procura superar esse paradoxo, o estabelecido pelo modo de pensar que reafirma o Uno, a partir da construção de racionalidades dialéticas. Por outro lado, com a epistemologia convergente, criada por Enrique Pichon-Rivière, é criada uma nova compreensão das relações sujeito-realidade-contexto.

O plano que o criador do Grupo operativo abre, para ser percorrido e povoado de modos múltiplos por ações, afeições, signos, discursos, reflexões/criações conceituais, é:

O método dialético, através do qual se desenvolve a espiral do conhecimento, implica um tipo de análise que a partir dos fatos fundamentais, das relações cotidianas - desvenda os princípios opostos, as tendências contraditórias, fontes configuradoras da dinâmica dos processos. Esse método é o que permite a produção do conhecimento das leis que regem a natureza, a sociedade, o pensamento: três aspectos do real comprometido naquilo que denominamos "homem em situação". (Pichon-Rivière, 1985, p. 205, tradução nossa)

Neste sentido o objeto da Psicologia Social Pichoniana é a humanidade em situação significando a postulação de um ser que é protagonista e construtor dos contextos que habita na sua vida cotidiana assim como é determinado por estes. O sujeito é sujeito das relações que agencia e, ao mesmo tempo, é produzido por estas. As relações que cria e o criam se estabelecem em situações materialmente definidas, territórios existenciais que emergem dos movimentos conflitivos e contraditórios da dimensão sócio-histórica. Há uma clara contraposição Pichoniana às concepções idealistas que abstraem o sujeito, o mundo e os vínculos entre eles, omitindo a intervenção do concreto que é usina de determinações dos "três aspectos do real". As humanidades assim compreendidas, produtoras e produzidas, que definem e são definidas, se efetuam pelas suas localizações dinâmicas na realidade sócio-histórica. Assim o sujeito como ser histórico e dialético, ser dos vínculos que percorrem e instituem territórios existenciais, inventa instâncias de afirmação de vida através de processos contínuos de conexão de diferenças para intensificá-las. Por esse motivos é concebido destacando suas capacidades de transformar o mundo se transformando. Deste modo, o ser sócio-histórico é um ser em movimento, que se encontra em um processo contínuo de advir-tornar-se. Tal caracterização implica, correlativamente, indagar os processos que cerceiam a realização do sujeito da transformação e impõem a estereotipia vivenciada como modo de consumação "normal" da existência humana. Ainda estabelecendo esse antagonismo para ser dialetizado e

não negado na instituição de novas antinomias, Enrique Pichon-Rivière reconhece como característica primordial do sujeito em situação as suas capacidades de criação nos vínculos estabelecidos entre o ser, seus devires e o mundo em movimento.

“Aprender é realizar uma leitura da realidade, leitura coerente, *não uma aceitação acrítica de normas e valores*. Pelo contrário apontamos a uma leitura que implique a capacidade de *avaliação e criatividade (transformação do real)*” (Pichon-Rivière, 1985, p. 209, tradução nossa)

Esse aspecto primordial do sujeito que transmuta a realidade se modificando é fundamental na obra de Enrique Pichon-Rivière. Entretanto devemos compreender o caráter situacional de tal processo complexo, os elementos múltiplos que intervêm em variedade de dimensões e as conexões diversas *entre* os termos apontados.

Para superar qualquer leitura acrítica não nos pode resultar indiferente o fato de que, historicamente, também se deflagra uma disputa sobre a noção de “totalidade”. Essa polemica confronta filosofias abstratas e filosofias materialistas.

Subjaz assim outra esfera correlativa: assim como o ser sócio-histórico “é” transformador, em seu caráter de sujeito do vínculo e do contexto, o problema se renova se indagamos como ele se torna modificado e modificante, quais devires emergem nos diversos tempos e espaços que se agenciam *entre* todos os elementos implicados na relação humanidades-situações. Inicialmente esta indagação nos remete a algumas considerações básicas algumas vezes omitidas que trataremos de modo diferente as já efetuadas anteriormente:

- 1) Enrique Pichon Rivière efetua uma passagem da concepção do aparelho psíquico representacional, fundado na relação sujeito/falta e organizado a partir do desenvolvimento libidinal considerando as correlações entre pulsões e seus destinos (Freud, 1915) e pelos modos de passagens pelo Narcisismo/complexo de Édipo, para postular um aparelho psíquico que

reconhece as contribuições klenianas referidas as “fases”, “ansiedades”, “objetos”, “posições” e “defesas”. Nosso autor postula um dispositivo psíquico cuja “particularidade” é definida pela singularidade do interjogo entre “vínculos internos” e “vínculos externos”. Essa passagem aponta a um circuito amplo de deslocamentos teóricos e práticos.

2) A) O modelo Freudiano supõe o advir fundante do aparelho psíquico a partir da omissão da ação do ser humano sobre o mundo (Rozitchner, 2013). Esse modelo parte do suposto que existindo uma crescente tensão de necessidade, após a experiência primária de prazer, as múltiplas intensidades orgânicas, que invadem o “proto” aparelho psíquico do/a bebê, efetuam um movimento regressivo e investem a única experiência previa “inscrita” e disponível. Essa regressão, que implica a proposição da recuperação do intensivo naquilo já inscrito configurando a “satisfação alucinatória do desejo”, demarca que o fundante do psíquico é a reanimação do “objeto” que, de certa maneira desdobra os primórdios de um “outro dentro” no “dentro orgânico”, subtraindo ao “organismo em situação” de sua ação no mundo. Essa primeira omissão da relação sujeito-mundo impregna a proposta freudiana do enaltecimento da relação do sujeito e suas representações psíquicas. Suas intensidades orgânicas “traduzidas” em libido, a organização corporal progressiva em “zonas erógenas”, as distribuições e organizações libidinais se subordinam as inscrições representacionais sendo a relação com o mundo compreendida também como uma procura incessante de re-vivenciar a “experiência mítica de prazer” destinada ao fracasso/frustração. Se trataria então da montagem de uma totalidade abstrata que se subtrai da relação dialética das totalidades parciais dentro-fora e que produz totalidades abertas, heterogêneas e transitórias material-subjetivamente.

B) Essa frustração, vinculada ao registro da “falta”, emerge da diferença entre a experiência primeva de prazer, a satisfação alucinatória de desejo e a segunda experiência com o peito materno. Esta descrição demarca que a dimensão da ação e “experiência” sobre o mundo não unicamente são secundárias pela omissão fundante já apontada, senão também porque cada

contato com a realidade é base da reprodução daquilo já inscrito no aparelho psíquico, seja naquilo que “há” mais decisivamente em relação a aquilo que falta. Estas características levaram a Leon Rozitchner (2013) a debater o aparelho psíquico freudiano esclarecendo que *este elimina as distancias entre o sujeito e a realidade*. O autor esclarece que Sigmund Freud, ao propor uma dimensão fundante do aparelho psíquico a partir da recuperação alucinatória do inscrito como objeto primário absoluto, sugere que a marca constitutiva do humano é a reprodução que omite a ação que procura percorrer a distância dentro-fora. O filósofo argentino expressa que S. Freud supõe um aparelho psíquico que emerge pela supressão da distância existente entre o sujeito e os objetos do mundo configurando um regime de co/incidências intrapsíquicas, mais impossíveis, definindo uma totalidade que emerge da inação¹⁵². Também é considerado o “surgimento do sujeito” através de ações subordinadas ao estatuto faltoso de um ser que, de uma maneira ou outra e mesmo como recursos para lidar com a ‘frustração’, é levam a considerar sua ação em termos de alguma impossibilidade-carência que o remete a uma “totalidade extraviada” dentro de si e ausente na “realidade”. A valiosa contribuição de Rozitchner se aproxima a proposta Pichoniana por considerar relevante uma crítica a noção de “totalidade” fechada sobre si mesma, não dialética, que por sobreposição elimina as distancias e tensões entre o “dentro” e o “fora” sendo assim um esquema conceitual subsidiário do idealismo filosófico. De modo complementar há um viés decisivo que problematiza a psicanálise freudiana: a proposição do sujeito que emerge como tal desvinculado da ação e da produção de totalidades abertas dialéticas é um ser que não se constitui, fundamental e de modo estrito, a partir das inter-ações. A resposta habitual perante este debate é que esta “totalidade coincidente”, des-dialetizada, formaria parte de uma “experiência mítica” extraviada na

¹⁵² Devo lembrar que Leon Rozitchner, como me foi relatado por ele mesmo, participava das reuniões periódicas organizadas por José Bleger, grupo “das quartas feiras”, nas que também se debatiam as propostas do Enrique Pichon-Rivière e mais precisamente pontos de “quebra” com o dogmatismo psicanalítico e a concepção freudiana de “sujeito”. Estes intercâmbios também incluíam o esforço do José Bleger por retomar o projeto de George Politzer de construir uma Psicologia Concreta fundamentada no materialismo histórico e dialético. As polêmicas introduzidas por Leon Rozitchner incluíam perspectivas teóricas de Louis Althusser e Maurice Merleau-Ponty.

estrutura ou configuraria o “núcleo inacessível do inconsciente” que é compreendido nas expressões fenomênicas que se manifestam “a posteriori”.

Retomaremos, aqui, para distinguir diversas compreensões sobre a “totalidade”, a questão do corporal demarcadas por diferentes óticas sobre o assunto.

Há outra linha que é instaurada por Sigmund Freud e retomada em diferença por Jacques Lacan sobre como é pensada a dimensão do corporal. A corporeidade é inicialmente concebida, pelo Sigmund Freud, como fonte endógena de estímulos que submergem o/a bebê em um estado de excitação excessiva que se manifesta como dor. O “outro experiente” (seguindo a Françoise Vila [2008]) oferece uma “ajuda estrangeira” apoiada em sua experiência, a partir dela compõe a função de sustentação que “apazigua” a dor primordial do endógeno corporal do/a bebê. Instala-se outro tipo de excitação “que cava, entre a dor e o indivíduo uma distância na qual poderá nascer *uma concepção interpretativa da experiência dolorosa*: uma vida psíquica nasce da experiência sensível ao desprender-se dela por apoio sobre um outro humano”.

É destacável que, partindo dessas reflexões sólidas, a dimensão do corporal é compreendida como fonte de intensidades endógenas não imanentes às exógenas. A distância se estabelece na diferenciação de dois “dentros”, relacionados sim, entretanto emergentes de um desprendimento da experiência sensível da corporeidade/carne a partir da intervenção de um “estrangeiro” que é portador de experiência (que “tem experiência” e nunca sabemos se “faz experiência” pois está recortado por aquilo que também supostamente constitui o/a bebê) mas que a rigor não funciona como outreidade pois o infans se encontra recuperado ora no narcisismo primário, ora na “alienação imaginária” do estágio do espelho. A duplicação dos “dentros” é um esquema conceitual interessante e encontra um maior nível de complexidade com a noção de “pulsão” como “conceito” limite-limítrofe “entre o psíquico e o somático” (Freud, 1915). Tal montagem teórica é monumental, oferece aberturas para o processo de pensamento em termos de uma complexidade inusitada desde sua aparição até hoje. Entretanto

devemos indagar dois tópicos. O primeiro remete a diferença entre os “estímulos internos” e “estímulos externos” e os paralelismos entre o psíquico e o orgânico que o criador da Psicanálise nos propõe. Por um lado, encontramos a ousadia intelectual de Sigmund Freud no agenciamento de caminhos que lhe permitem comparar para demarcar diferenças¹⁵³. Esta modalidade de estabelecer diferenças e correlações é fundante na construção da Psicanálise. Destacamos a fecundidade da proposta seja pela produção de uma obra que procura efetuar quebras com os paradigmas hegemônicos, voltados para as premissas organicistas, assim como também pelas repercussões evidentes na instrumentação de práticas-técnicas-métodos de pesquisa que se localizam em claras confrontações com a sistema institucional da psiquiatria clássica e o regime manicomial da época. Essas novas dimensões procuram romper com a dicotomia mente-corpo de modo indiscutível. Isso não significa que a correlação entre o psíquico e o somático que Freud propõe, ainda procurando não gerar novos reducionismos, não impliquem modos de recuperar essa complexidade ao serviço de modelos subjetivos restringidos a outros aspectos do que podemos nomear como “subjetividade hegemônica” com pretensões de universalização.

Podemos pontuar algumas direcionalidades teóricas neste sentido que colocam tensões entre rupturas e continuidades na composição de uma subjetividade-aparelho psíquico/corpo elevados a um universal que, ainda superando a dicotomia universalizada previa, reinstitui enquadramentos que não contemplam a multiplicidade de composições das vidas humanas. A ausência do método dialético pode ser um dos motivos do fenômeno que estamos tentando apontar. Já no texto “Algunas consideraciones con miras a un estudio comparativo de las parálisis motrices orgánicas e históricas” (Freud, 1981a) nos deparamos com que, certas patologias, a histeria neste caso, se caracterizam a partir de sua expressão sintomática derivada

¹⁵³ Tal modo perspicaz de compreender o psíquico a partir da elucidação do somático e a partir desse ponto estabelecer as diferenças de funcionamento já aparece no texto Freud, S. (1981a) “Algunas consideraciones con miras a un estudio comparativo de las parálisis motrices orgánicas e históricas”.

da concepção de corpo que as/os pacientes construíram. Essa “concepção” do corpo não contempla os vínculos a partir dos que este emerge em tanto agenciamento sócio-histórico. A ênfase nas “reminiscências”, na base da proposta Freudiana, inaugura o horizonte da remissão do processo do “sujeito” para a dimensão dos traumas pretéritos e aos “afetos” retidos que se reproduzem no plano semiológico. Não desestimamos a doutrina do trauma e os distintos tempos deste que S. Freud irá elucidando, possibilitando dessa maneira refletir em uma temporalidade outra que permitirá, por sua vez, o trabalho conceitual que nos leva, posteriormente, a compreender a temporalidade que rege o princípio primário. O que desejamos destacar é que junto ao campo de possibilidades que se abrem com estas propostas se erguem novos obstáculos: a primazia das representações, a prevalência do polo regressivo do psíquico definida por uma tendência de funcionamento essencial e não socio historicamente produzida, a omissão das redes de relação em que esse aparelho psíquico se insere, a ausência-insuficiência da descarga/ação como fonte de sofrimento “tratáveis” exclusivamente por diversas técnicas onde os enunciados “substituem a ação” (Carone, 2012). Segundo compreendemos a inação é sim substituída pelos enunciados discursivos-representacionais no tratamento, mas não implicam um trabalho sobre às ações inventivas que esse “corpo adoecido” pode. Sim aparece a preocupação lícita, mas insuficiente, sobre um “repetir” que se repete nas relações da dimensão intrapsíquica deflagradas entre repressão- transferência e repetição no “playground” do enquadre psicanalítico clássico. (Freud, 1980)¹⁵⁴.

Entretanto, a posteriori, a insuficiência de descarga-satisfação e a omissão da ação como determinante da produção de vida perdura na proposição da primeira tópica freudiana (Freud, 1900). Sigmund Freud constrói os percursos conceituais para amarrar a dimensão

¹⁵⁴ É celebre a frase Freudiana: “o paciente não recorda coisa alguma do que esqueceu ou reprimiu, mas expressa-o pela atuação ou atua-o. Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; repete-o, sem, naturalmente saber o que está repetindo” (Freud, 1980, p.196)”. Nessa máxima encontramos uma ilustração do tratamento freudiano sobre a ação retraída ao “ato” como repetição do que não “sabemos”, mas que já se encontra inscrito no inconsciente.

multiplicatória do funcionamento psíquico a procedimentos universais que, eventualmente oferecem “destinos” pulsionais pré-definidos. Estes últimos são relativos a uma corporeidade constituída pelas vicissitudes libidinais-pulsionais-objetais-representacionais que, sedentarizadas em 3 regiões “princeps” (as zonas erógenas) se “suturam” orientadas pela aspiração de compor uma “particularidade” como “versão diferente” do universal. Nesses cruzamentos é construído um “dentro” dividido e relacionado em suas “partes” conectadas, por sua vez, com um “fora” de modo “secundário”. Inclusive o “fora” é “tratável”, quando falamos dos ‘estímulos externos’ que dali emergem, a partir da ação eficaz de “fuga” que seria um “afastamento” da fonte de estímulo externo ou de “aproximação” se procuramos “analisar” os sub-rogados externos que oferecem a possibilidade de satisfazer, parcialmente, o movimento desiderativo.

É iniludível (e inefável) a produção incessante dos “estímulos internos” que exigem o trabalho de ligação psíquica. Essa hierarquização que pontifica a supremacia do “dentro”, até como concatenação sofisticada e sutil elaborada pelo S Freud, nos obstaculiza substancialmente a compreensão das imanências do dentro- fora/ fora- dentro. A dialética das tensões intensivas entre totalidades abertas, que circulam no *entre* não é contemplada horizontalmente porque o psíquico e o corporal são tratados em uma preponderância individual delimitada por uma proposta econômico libidinal que empobrece a possibilidade de compreender aquilo que não é extenso da Vida Humana. A lógica extensa, a proposição de algum tipo de métrica-regularidades-modulações pode nos orientar no aspecto repetitivo da existência, mas é cega no que diz respeito aos processos contínuos de transformação radical/relativa que se atualizam nos Devires das Humanidades.

- 3) A concepção pichoniana oferece uma ruptura evidente em relação a estas construções conceituais pois as corporeidades se constituem em relação com o outro e o mundo contemplando as distâncias internas-externas. Estas são percorridas pelas ações singulares que

se entretecem nas inter-ações-movimentos *entre*, criando matrizes singulares de produção de vínculos. Por outro lado, as entre-corporeidades compõem a corporeidade como sedimentação em movimento, com suas possíveis estratificações, que opera ações ligadas a malhagens vinculares internas e externas configurando uma totalidade aberta que, por ser tal, se encontra em movimento contínuo “situada e sitiada” (Adamson, 2000) em e pelo contexto concreto do sócio-histórico.

Nas palavras de Enrique Pichon- Rivière:

Desde un enfoque totalizador defino la conducta como estructura, como sistema dialéctico y significativo, en permanente interacción, intentando resolver, desde esa perspectiva, las antinomias mente-cuerpo, individuo-sociedad, organismo-medio. Y la inclusión de la dialéctica nos conduce a ampliar la definición de conducta, entendiéndola no sólo como estructura, sino como estructuradora de una unidad múltiple o sistema de interacción; así se introducen el concepto de interacción dialéctica, la noción de modificación mutua, de interrelación intersistemica, el mundo interno del sujeto y la relación del mundo interno del sujeto con el mundo externo. (Lema, 1993, pp. 87, 88).

A “conduta” é definida como uma “estrutura em movimento” (Kazi, 2006) e não como decalque de uma totalidade derivada de concepções essencialistas. Epistemologicamente há que situar a Enrique Pichon-Rivière nas perspectivas até aqui mencionadas e avançar para sua inclusão no paradigma da complexidade (Scarcelli, 2016) onde o decisivo é a compreensão de quais ações/ práticas/ experiencias produzem a recriação de elementos dessa estrutura assim como quais são os que produzem novas “Gestalt” em termos de agenciamento de devires que compõem novos territórios de afirmação de vidas multiplicárias emergentes da interseccionalidade que é força de atualização-intensificação do ECRO pichoniano.

No trecho de EPR citado anteriormente há um detalhe que demarca um deslocamento em relação as definições dogmáticas de estrutura, assim como uma conexão com a Gestalt-

Theorie: a conduta como estrutura é estruturada (determinada pela relação dialética sujeito-contexto) mas também é estruturante de um sistema de inter-ações e inter-relações onde o fundamental é o agenciamento de conexões entre sistemas de funcionamento. Ser-estar-existir-pensar-dizer-fazer-sentir são possíveis unicamente nos entre. Insistiremos neste último ponto assim como destacaremos que não se trata de uma “estrutura” trans-histórica, abstrata, ideal e sim uma estrutura- sistema aberto com potencialidade de ser produzida e produtora de modificações concretas e simbólicas: o sujeito contextual, ser de vínculos não sustenta suas condutas para afirmar uma identidade pétrea, ou com uma prevalência das invariabilidades que impõem a quimera de um sujeito idêntico a si mesmo. As inter-ações/entre-ações, guiadas pela experiência da prática cotidiana de uma vida dialética, permitem a compreensão dos elementos que povoam as situações e, fundamentalmente, quais relações os conectam integralmente de forma dinâmica. Essa integralidade da compreensão emergente dos entre-agir e das formalizações conceituais que funcionam como camadas simbólicas dos processos das vidas, implica a superação das contradições previamente negadas e que são base da construção de antinomias. Enrique Pichon Rivière convoca a aplicação científica do método inerente ao materialismo Histórico e dialético, porém, correlativamente, propõe viver a vida dialeticamente.

A aprendizagem da realidade, que supõe a criação de outros pensares de modo permanente, se caracteriza como decantado dinâmico dos processos de mutua transformação sujeito-vínculo-realidade sendo essa mutação permanente aquela que permite a satisfação social das necessidades, a desconstrução de mistificações, processos de alienação, exploração, violência, a criação de um novo esquema conceitual referencial e operativo que supere as antinomias, ambiguidades e estereotípias que constituem os pilares da adaptação passiva a realidade e portanto do sofrimento do sujeito considerado como ser sócio-histórico. Destacamos que adaptação não significa sustentar um desempenho otimizado favorecendo que o sujeito

seja “competente” se adequando aos padrões definidos pela estrutura social vigente e a superestrutura que reproduz a cultura dominante. Nem significa que deva se submeter a aquilo considerado “modernização” pelos setores de poder concentrado que ditam “modelos de conduta” e como “melhorar a qualidade de vida” com consequentes receitas para aprofundar a “autoestima” evitando questionar e mudar a variedade de processos que determinam o sofrimento próprio da sociedade em que vivemos¹⁵⁵.

Retornando as características da produção conceitual de Enrique Pichon-Rivière, seu funcionamento em rede assim como sua necessária relação dialética com a experiência da prática podemos enfatizar, destacando que este aspecto não é secundário e sim decisivo, sua oposição a aquilo que produza qualquer alienação a “adaptação passiva a realidade” colocada como modelo padronizado de “saúde”.

¹⁵⁵ Consideramos de muito valor as considerações a este respeito realizadas por Jindrich Filipiec (1987) assim como a variedade de horizontes nos que crítica a noção de “qualidade de vida” no contexto do capitalismo. Suas contribuições podem, pela nossa experiência em grupos operativos implementados em múltiplas intervenções, enriquecer o ECRO pichoniano no que diz respeito a produção de uma crítica da vida cotidiana e, portanto, da produção de pseudo bem estares funcionais à tolerância respeito daquilo que nos produz sofrimento.

Atualizações sobre as grupalidades e as invocações de transformações que reafirmam o estabelecido

A obra de Enrique Pichon Rivièr e sua epistemologia convergente funcionam como “unidade operacional” que se modifica pela incidência de movimentos dialéticos. Esta insistência reconhece um objetivo básico: o sistema aberto do ECRO pichoniano e o sujeito que lhe é imanente, pelas características de amplitude e abertura que dispõem, sua conectividade interna e externa, parece autorizar simplificações e banalizações (Scarcelli, 2016, pp. 41, 120) que são operadas a partir de cisões teóricas que expressam fragmentações internas do objeto que aparentemente se procura “compreender” e, portanto, efetua dissociações nas práticas dispendo-as em compartimentos estanques.

O fundador da Psicologia Social da Práxis aponta que a ausência de confrontação é um dos problemas a serem resolvidos para superar a estereotipia de grupos homogêneos que obstaculizam a heterogeneidade:

A heterogeneidade aponta basicamente a ruptura dos estereótipos na modalidade de aproximação ao objeto de conhecimento, *estereótipos que, por carência de confrontação, amiúde podem se potencializar em grupos homogêneos.* (Pichon-Rivièr, 1985, p. 208, tradução e grifo nosso)

Outra linha a ser considerada é o silenciamento das diferenças na contemporaneidade (Han, 2017) que coloca obstáculos para sustentar polemicas, debates e confrontações que, ainda sendo necessárias, são interpretadas como ataques. A homogeneização das trocas acadêmicas, em nome de alguma assepsia que se constrói como artifício de uma “civilidade” homogênea, a rigor reafirma a violência civilizatória de ocidente que não cessa de produzir e reproduzir modos de silenciamento e propagação do Igual como modalidade de diluição das diferenças.

Um emergente da situação que nos preocupa, a de afirmar e aplicar conceitos direcionando-os pela via de sua abstração e desarticulação, a nosso critério se associa a ausência de espaços de intercâmbio crítico-criativo. Notamos reducionismos da obra pichoniana que pretendem lograr consumação de “objetivos” que recusam propostas básicas, concretas e articuladas desse autor. Essa circunstância se constrói sobre uma ambiguidade: o autor é reconhecido como orientador daquilo que o desconhece na sua “unidade dialética”¹⁵⁶. É possível, como temos insistido ao longo deste trabalho, efetuar pinçamentos, realizar transmutações múltiplas, bricolagens, cartografias etc. Perante a flexibilidade metodológica surge uma questão: até que ponto podemos manter inalterado o sistema de referências que nos remete a um autor, enunciar que alguma prática se inscreve em sua perspectiva teórica-prática mas que nega seus propósitos básicos? Obviamente podemos tomar conceitos e colocá-los em relação com outras abordagens, por exemplo grupais e suas relações com outras geografias epistêmicas, mas até qual ponto podemos retornar e inscrever nossas práxis nos sistemas de referência iniciais como se não tivéssemos modificado nada neles?

Os questionamentos da Ianni Régia Scarcelli são profundos e indagam fundamentalmente os motivos pelos quais a Psicologia Social pichoniana é reduzida, por exemplo, a uma “técnica”. Há outros reducionismos, assim como uma série de mal-entendidos, que podem estar sendo produzidos por variados fatores. Um deles pode estar construído pela incompreensão do apontamento Pichoniano que nos orienta a pensar-fazer a partir da dialética para elucidar a conflitividade da realidade constituída e constitutiva das contradições:

¹⁵⁶ Desejamos esclarecer que, pela nossa experiência, esta situação não se restringe, em modo algum, a obra pichoniana. Um excelente exemplo sobre como pode ser operado este tipo de “atitude intelectual” é oferecido por Andrew Culp no livro “Dark Deleuze” (2016). O autor demonstra como a proposta revolucionária da Esquizoanálise se torna parte da aparelhagem práxica dos yuppies do Vale do Silício.

“Nos últimos anos, ao uso instrumental da lógica formal acrescentou-se a lógica dialética e o da noção de conflito, em que os termos não se excluem, mas estabelecem uma continuidade genética com base em sínteses sucessivas.” (Pichon-Rivière, 1985).

O que nos interessa debater pode estar ilustrado em um trabalho encontrado durante uma pesquisa bibliográfica que temos realizado. O artigo “Projeto arte na instituição: Uso de grupo operativo e teatro na gestão de Recursos Humanos” de Tania Laura Garcia, Sérgio Roberto Vergílio e Maria Silvia Teixeira Giacomazo Vergílio (2008), nos oferece material para efetuar discussões necessárias que relancem as preocupações expressas pela Ianni Régia Scarcelli. Acrescentamos que há circunstâncias que podem vir a ser consideradas nesta situação devendo ser tomadas em conta como possíveis variáveis intervenientes nos fenômenos de composição de reducionismos no contemporâneo. Estes tópicos não são objeto de nosso trabalho, entretanto, desejamos deixá-los planteados para futuras reflexões e debates fraternos. Quais são os critérios de “adaptação” e “desenvolvimento” nos processos de formação e de inserção na vida acadêmica? Quais são os “parâmetros” de medição de prestígio intelectual na contemporaneidade? Quais os modos de realização dos programas de formação? Quais políticas afirmativas e inclusivas podem ser intensificadas e quais deveríamos criar e implementar coletivamente? Quais as condições de acessibilidade e vida dos estudantes, professores e que vínculos-interações-trocas, tais determinações permitem? O que parece ter plena atualidade e pode vir a esclarecer parcialmente tal situação, é como se organizam os processos prevalentes de formação acadêmica nos âmbitos hegemônico-mercantilizados e sob quais organizadores se estrutura o pensamento sob a égide da produtividade científica em termos de quantidade como escala de medição da eficácia profissional. A resposta às perguntas prévias também não é imediata, assim como a injustiça estrutural de nossas sociedades que as impulsionam. Porém parece notável que o desempenho e o rendimento atravessam e obstaculizam a produção de vida em termos de criatividade e criticidade em termos gerais e tal circunstância também se reproduz

singularmente na dimensão de produção de conhecimento. Provavelmente o pensamento pichoniano contribua na visualização de alguns obstáculos:

“Enfrentamos assim uma sociedade cindida constituída por indivíduos cindidos” (Pichon-Rivière, 1985, p. 339)¹⁵⁷

E se referindo a aqueles que assumem o papel da resistência a mudança, escreve:

[...] representam a resistência á mudança com a finalidade de manter a estrutura existente e impedir a modificação. Os agentes da mudança ou líderes da mudança assumem a tarefa de planificar o câmbio, *o qual é permanentemente obstaculizado por estruturas, institucionalizadas ou não*, como são certos grupos de pressão que se adjudicam a missão de manter o status quo: neles se personaliza a resistência. Estes grupos representam as formas explícitas da reação que obedecem, por sua vez, a grupos maiores com ramificações internacionais, cujo objetivo é impedir a modificação e manter a situação dada como um estereotipo...grupos majoritários que tem por tarefa o controle da economia”. (Pichon-Rivière, 1985, pp. 339, 340)

Assim como aparece o apontamento da noção de “líderes da resistência”, articulada a uma análise psicodinâmica e socioinstitucional-comunitária, que se reitera na obra de EPR, também se trata de evidenciar certos processos que são tratados como “explícitos”. Cabe a todos nós indagar quais processos imperceptíveis-implícitos nos recuperam, em uma dimensão ou outra, em uma magnitude ou outra, no papel de sermos “líderes da resistência” mesmo não pertencendo formalmente aos grupos “majoritários” que nosso autor denuncia e critica.

¹⁵⁷ Encontramos que o pensamento de G. Deleuze também conecta com o pichoniano neste ponto: “Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços tempos mesmo de superfície ou volume reduzidos” (Deleuze, 2017, p. 218). Assim como manifestamos nossa proximidade com o expresso pelo autor continuamos sugerindo que o problema é “acreditar” em *um* mundo assim como a própria esquizoanálise afirma criticamente. Se trata, a nosso critério, de um modo de expressão coloquial pois, o G. Deleuze se encontrava em uma entrevista. Por outro lado, insistiremos que o termo “terra” e as relações práticas do bom viver ligadas a ela, são mais próximas a nossos propósitos.

O trabalho das/do profissionais do CAISM/Unicamp pode ser tomado como analisador de uma situação frequente quando encontramos artigos e bibliografia que supostamente procuram “demostrar” certos modos de “aplicação” da obra pichoniana. *Reiteramos que o problema básico, a nosso critério, é desgarrar a multiplicidade de regimes de conexão entre conceitos e suas instrumentações pela experiência da prática.* É necessária uma aclaração referida ao artigo que procuraremos debater de forma não linear exigindo-nos intercalar definições conceituais do EPR. No trabalho referido encontramos dois níveis claramente definidos: O primeiro descreve o grupo operativo e alguns conceitos propostos por Enrique Pichon Rivière. Nessa dimensão há definições precisas e articulações teóricas enriquecedoras. Entretanto parece haver um tipo de lacuna no que diz respeito aos objetivos da Psicologia Social Pichoniana já expressos no presente trabalho, a compreensão da humanidade em situação, a determinação social hegemônica do sofrimento emergente nos seres sócio-históricos, a concepção ecológica da Psicologia Social da práxis e o posicionamento da coordenação no grupo operativo. Talvez o problema seja abstrair o grupo operativo, omitindo diversos aspectos do método dialético que permitiriam a compreensão dos múltiplos processos materialmente contraditórios que atravessam/transversalizam todos os platôs que compõem a Psicologia Social Pichoniana tendo no grupo operativo seu âmbito de realização fundamental. Tais áreas omitidas, em outro sentido, nos incitaram a pensar em conexões com outras obras que nos ajudaram a compreender a necessidade de aprofundar o ECRO pichoniano, procurar relações teórico práticas que o enriqueçam tal como propõe seu autor. Atualizar a obra de Enrique Pichon-Rivière implica superar seus limites, indagar os próprios e perceber novos limites que oferecem outros contornos de possibilidade prático-conceitual¹⁵⁸. Nessa direção procurar aprofundamentos implica “brincar” com os perímetros e “tatear” até onde nos levam com a

¹⁵⁸ Seguimos aqui a proposta de Veiga (2021) quando fundamentando sua compreensão da ética propõe: “A ética enquanto atitude sobre o limite/limitação segue a dimensão estética da clínica que reside na capacidade de transmutação em formas outras de ser e estar, reside na criação de novos modos de viver.” (p.23)

maleabilidade que possuam. Porém nada disso é possível se não mantemos uma relação de alteridade com o autor, procurando compreender os sentidos que seus esforços produziram e, sobretudo, se não fragmentamos-cindimos sua obra-conceitos.

Nessas linhas podemos agenciar planos de convergência consistentes entre as propostas pichonianas e as de F. Guattari (1985; 2004) compreendendo a proposição das diferenças entre grupo sujeito/grupo assujeitado articuladas com as noções de aprendizagem/adaptação ativa-adaptação passiva/plasticidade-estereotipia, as de R. Lourau (1996) de instituinte/instituído que dialogam com as de processo de criação/operatividade-círculo viçoso/totalidade fechada, as diversas posições dos “experts” (Baremlitt, 1992) e a correlação do “expert aliado-autoanálise e autogestão” com a de coordenador de grupos operativos. Por nossa experiência essas ligações permitem reafirmar os objetivos da Psicologia Social da Práxis, compreender limites e contradições na formulação de conceitos decorrentes de nossas práticas, procurar métodos complementares e visualizar novas contradições. O problema não é ousar produzindo novas conexões, pelo contrário. O assunto, nas consumações práticas do grupo operativo, é desconectar o integrado na Psicologia Social da Práxis e omitir a multiplicidade de contradições que ela pretende trabalhar criticamente. Lembramos da contribuição de Armando Bauleo (1987), considerado um dos mais destacados discípulos de Enrique Pichon Rivière que é recomendável tomar em conta:

El dispositivo grupal funciona como un detector de contradicciones: lo que no ha sido hablado, las informaciones que fueron parcializadas, los sentimientos contrastados, lo no elaborado, los “duelos enquistados”, que pertenecen a niveles individuales o institucionales pero que se entrecruzan en verticalidades y horizontalidades vertiginosas, se convierten bruscamente en los puntos candentes del discurso grupal. El grupo se ha convertido en una máquina demolidora de máscaras que los individuos o la

institución habían creado por suponer algún asunto “vergonzoso”, *o porque el poder necesitaba manipular alguna situación.* (Bauleo, 1987, p.35, grifo nosso)

As articulações conceituais do Armando Bauleo apontam para a clivagem que notamos no artigo no qual estamos nos referindo assim como a suas possíveis causas. Os diversos autores que acabamos de citar enriquecem nossa compreensão da Psicologia Social da Práxis e sua invocação não pressupõe que o artigo com o qual nos encontramos polemizando deveria incluí-los. O que acabamos de enunciar demonstra que o debate nos enriquece, pois, os supostos limites do artigo citado ressoam nos próprios obstáculos e tal afetação nos levou a realizar conexões críticas que nos oferecessem pontos de partida para plantear discordâncias fundamentadas em um “aquecimento”. Devemos aclarar que a confrontação teórica que sustentaremos terá como referência organizadora de nossos argumentos a obra do Enrique Pichon-Rivière.

O segundo nível, que pode confundir este debate, é que parece existir uma posição contraditória, e não dialetizada, pelo próprio Enrique Pichon Rivière no que diz respeito ao trabalho do psicólogo social com grupos operativos no âmbito institucional. Uma causa potencial das interpretações dissociantes e aplicações da obra de Pichon Rivière na perspectiva de se “adequar” passivamente, pode ser encontrada em trechos como o que segue:

Isso se dá na tarefa, na qual os sentimentos básicos de pertença, cooperação e pertinência, que operam em todo grupo humano, podem se conjugar *harmoniosamente na obtenção de uma grande produtividade*. E: 1) Uma adaptação ativa à realidade. 2) Possibilidade de assumir novos papéis. 3) *Poder assumir maior responsabilidade*. 4) Perda de papéis anteriores inadequados à situação no aqui-agora-comigo e na tarefa. 5) *Os sentimentos básicos de pertença, cooperação e pertinência, que operam em todo grupo humano, ao fazê-lo agora de forma harmoniosa, dão ao grupo grande produtividade*” (Pichon-Rivière, 1971, tradução e grifos nossos).

No fragmento citado encontramos uma justaposição de planos que pode suscitar compreensões ambíguas da proposta pichoniana. Essa circunstância parece responder a um duplo estatuto: a desconexão de conceitos/linhas, realizada pelos profissionais, trabalhadores, técnicos, experts aliados, no que denominamos “rizoma prático-conceitual” ou “totalidade aberta” tal como a definiu o autor de referência. Mas há que acrescentar um segundo “nível” que aponta a certos momentos em que o programa pichoniano parece diluir-se entre o reformista e o revolucionário. O próprio EPR aporta modos sucessivos para não ser recuperado por esse dilema, mas isto requer o trabalho de efetuar as conexões de diversos platôs práticos, ou pelo menos não dissociá-los tomando em conta as relações dialéticas entre micro e macro-política:

O termo higiene está viciado de um materialismo ingênuo, e os grupos de trabalho, repetimos, devem estar centrados nos fatores que condicionam *um certo modo de saúde mental...* Do que se trata é de quantidades de saúde mental que, através de saltos dialéticos transformam a quantidade em qualidade *visto que a saúde mental se mede em termos de comportamento social, e as causas de sua manutenção ou deterioro estão relacionadas com situações sociais como os fatores socioeconômicos, estrutura de uma família em estado de mudança, e sobretudo no índice de incerteza e que perturba o comportamento social [...]* (Pichon-Rivière, 1971, p. 68, tradução e grifo nossos)

O materialismo ingênuo opera também mal-entendidos: se centra na “doença” e não na “saúde mental” e opera a partir de universais abstratos tentando dar conta de imediatismos concretos que reduzem a capacidade de asir o campo complexo de relações entre variados fenômenos e suas múltiplas determinações. O relevante aqui é notar como a saúde mental, como processo e não como estado, é também definida por situações como a socioeconômica-

mudanças do grupo familiar e as incertezas trabalhadas também pela Ianni Régia Scarcelli (2016). Mas tais incertezas emergem do contexto socioeconômico e suas determinações “veladas” que produzem ambiguidades e contradições não processadas pela sociedade-indivíduos cindidos. Isto quer dizer que estas devem ser analisadas e não atribuir a elas o “bem-estar” do membro-grupo ou que aceitá-las produza alguma “adaptação ativa a realidade”.

O autor continua sua reflexão:

[...] o que se quer lograr é uma adaptação ativa a realidade onde o sujeito, na medida que muda, muda a sociedade que, por sua vez atua sobre ele em um interjogo dialético em forma de espiral na medida em que se realimenta em cada passagem realimenta também a sociedade a qual pertence. *Aqui está o erro mais frequente ao considerar que um paciente está “curado” quando é capaz de apenas cuidar de seu asseio pessoal, adotar boas maneiras y sobretudo não dar mostras de rebeldia. Este último sujeito, desde já, com sua conduta passiva y parasitária, segue afiliado a alienação.* (Pichon-Rivière, 1971, p. 68, tradução e grifo nosso).

Aqui também aparece, indiretamente, uma crítica a naturalização da “qualidade de vida” que não questiona os modos concretos e integrais de vida e relação de uma pessoa-grupo. Mas também é explicitado que deve existir uma espiral dialética de mútua modificação sujeito-mundo e esse circuito supõe também problematizar o regime de produção socioeconômico e não velá-lo (inclusive por se encontrar “naturalizado e dissociado”). A postura crítica de EPR se faz evidente ao interpelar as “boas maneiras” e a “ausência de rebeldia” como critérios de saúde que claramente se reivindicam em diversos alinhamentos ao instituído como se isso formasse parte, por exemplo, do processo criador que nosso autor reivindica (Pichon-Rivière, 1971, pág105). Porém consideramos decisivo entender, que na integralidade da obra que apoia a Psicologia Social da Práxis, também há uma confrontação a modos de continuar “afiliados à alienação” mesmo quando há reivindicações, como o autor ilustra, de “saúde”. Estes

argumentos podem ser rebatidos dizendo que nos fragmentos referidos o autor está se referindo a “psicóticos”, ou a aplicações do grupo operativo na “área” clínica ou de realização de psicoterapias familiares e inclusive apontando a certas possibilidades de embasar práticas antimanicomiais¹⁵⁹. Os contra-argumentos estariam sendo realizados desde uma nova cisão do rizoma e/ou desmalhagem das relações conceituais que a obra pichoniana propõe e desconsideraria que, para o autor há diferenças e denominadores comuns respeito aos variados âmbitos de aplicação dos grupos operativos. EPR é claro quando define aquilo que há em comum nas diversas “aplicações do grupo operativo”, seja na psicoterapia grupal ou grupos de aprendizagem: “Os grupos operativos ou comunidades do mesmo tipo, tem sua atividade centrada na mobilização de estruturas estereotipadas, dificuldades da aprendizagem, e comunicação provocadas pelo monto de ansiedade que aparece perante toda mudança.” (Pichon-Rivière, 1985, p. 85).

Estas reflexões nos levam a tomar em conta que em qualquer uma das aplicações desta proposta é indesejável incompreender que a dimensão terapêutica, a de aplicação em grupos de aprendizado, institucionais ou comunitários, necessariamente se orientam para a produção de aprendizagem, para os agenciamentos dialéticos das humanidades em situação, para a desalienação, para as operações de transformação conetivas do “agente de mudança”, para a crítica da vida cotidiana, para a diminuição das ansiedades suscitadas pelas relações sujeito-contexto considerando seus aspectos “morbígenos” etc. Mencionando estas noções, e não podemos omitir que estão trabalhadas em uma perspectiva transformadora das relações múltiplas sujeito-mundo e, ao mesmo tempo não se materializam “isoladas” em um grupo, senão, interconectadas com o contexto. Para dirimir este tópico, desde um horizonte pichoniano,

¹⁵⁹ Esta linha de reflexão também pode ser consultada na página 65 do livro “El Proceso Grupal” (1985) de Pichon-Rivière.

tomaremos em conta dois apontamentos do autor. O primeiro alude a formação do Psicólogo Social que começa pela sua inserção em grupos operativos:

Isto lhe permite viver uma experiência de campo que lhe oferece, progressivamente, de ferramentas teóricas para compreender sua própria inserção, as características do campo para operar sobre ele. Esta inserção no campo grupal e a instrumentação técnica, devem ser paulatinamente estendidas a outros campos da operação da Psicologia Social (institucional ou comunitária). (Pichon-Rivière, 1985, p. 209)

A formação em grupos é determinante e futuramente, na atualização da Psicologia Social da Práxis, devemos debater como nos sustentar na posição de coordenadores grupais quando os processos de formação hegemônicos são individualistas¹⁶⁰.

O relevante é compreender que “paulatinamente” aquilo que está formulado como funcionamento e objetivos de um grupo operativo deve se “estender”, diferencialmente, sobre o “comunitário” e o “institucional”. Criar nossas ferramentas técnicas (Kazi, 2006) nas intervenções em diversos campos não significa negar o instrumento fundamental que EPR criou e formalizou no ECRO. Pode ser sim modificado, transformado, atualizado, mas se o reivindicamos “pichoniano” não pode negar aspectos fundamentais da sua proposta. Outro apontamento se refere ao pensamento pichoniano sobre o grupo operativo caracterizado como âmbito de instrumentação do sujeito:

¹⁶⁰ A partir de minha experiência como professor universitário de uma instituição privada indaguei reiteradamente como era possível que existissem supervisores de diversas áreas de estágio que nunca tinham praticado aquilo que “supervisionavam”. Tal situação não me levava a desconhecer seu conhecimento teórico- abstrato sobre esse “domínio”. A nosso critério deveríamos debater a proliferação atual de “supervisores” que nunca foram, ou foram por curtos períodos, “supervisados”. A palavra mesma de supervisão está sendo debatida, sendo a noção de “copensor” de EPR uma possibilidade fértil, mas provavelmente superada por “covição” e “intervisão”, que mesmo mantendo uma ênfase na dimensão “ótica” apontam para o registro da horizontalidade possível entre papéis diferenciados. As mesmas inquietudes aparecem perante uma pergunta: como coordenar grupos operativos sem ter passado por essa experiência de modo mais ou menos planejado?

“A terapia não é o objetivo principal do grupo operativo de aprendizagem, entretanto algumas de suas consequências podem ser consideradas terapêuticas, *na medida em que instrumentam o sujeito para operar na realidade*” (Pichon-Rivière, 1971, tradução e grifos nossos)

Essa possibilidade se efetua em um grupo pichoniano se não desestimamos a intencionalidade básica não literal, mas sim respeitando um horizonte amplo, de que é “aprendizagem”, “operar-agir” e “realidade” para o autor.

O ECRO, como instrumento básico da Psicologia Social, também deve ser compreendido, inclusive por que não é possível enriquecê-lo ou atualiza-lo se não o praticamos basicamente:

No grupo operativo nos propomos construir um ECRO comum já que há uma unidade do ensinar e o aprender. O ECRO como instrumento único, unidade operativa está orientado para a aprendizagem e a tarefa. *O ECRO nos permite uma compreensão horizontal (as relações sociais, a organização, e o sistema social) e vertical (o indivíduo inserido nesse sistema) em uma sociedade em permanente mudança e os problemas de adaptação o de relação do indivíduo com seu meio.* (Pichon-Rivière, 1977, tradução e grifo nossos)

Enrique Pichon Rivière caracterizou criticamente a sociedade estabelecida, isso não quer dizer que os instituídos não mudem, nem os procedimentos de produção de alienação e sofrimento. Definitivamente se trata de compreender essas “mudanças” dos equipamentos de fragmentação-produção de adaptação passiva para transformar seus efeitos nas humanidades em situação para assim sustentar dispositivos de emergência do “agente de mudança”.

Se tomamos a adaptação ativa a realidade como modo singular de produção de transformações nas relações em movimento *entre* ser histórico social-mundo, “demostrada” na “enumeração” de “conquistas” no e do trabalho em grupos operativos, estaríamos inclinados a

compreender um sistema dinâmico de alterações mútuas agenciadas dentro- fora do sujeito se destacando as formas inovadoras dos “entre”, mas talvez nos fixando a aquilo que se sedimenta-estratifica em/nos “vínculos”. Reaparece o limite imposto das transformações relativas ligadas a diferenças que reproduzem aquilo que já existia previamente. Esse obstáculo se constrói por uma assunção absolutizada da dialética em termos de contradição de elementos já constituídos na “realidade objetiva” circunscrita unicamente no sujeito endo-grupal. Esse nível está relacionado ao contexto institucional e social não sendo meramente um “agregado”. Em muitas ocasiões se realiza uma lateralização do contexto sendo enfatizadas as “crônicas internas/vínculos internos/ECRO primário” dos membros. Tal preponderância, quase exclusiva, leva a um mecanicismo “condensado” nos movimentos de mutação dialética no interior do grupo, se assentando a “medição do processo” naquilo que é “logrado” em termos de uma produtividade adaptada às exigências de rendimento alienado socioinstitucional.

Nesse horizonte é que estamos procurando gerar articulações com a Filosofia da Diferença com o objetivo de superar este limite decorrente da subsistência sutil de ancoragens pichonianas nas ideologias que pressupõem o sujeito esgotado nos influxos reprodutivos da existência. Este platô constitui o desafio mais difícil do presente trabalho, mas que também parece estar plenamente justificado pelos apontamentos de Ianni Régia Scarcelli que partilhamos integralmente. Notamos que entre a atitude difundida de efetuar cisões nas obras de autores e os limites desses mesmos autores nas suas bases epistemológicas, aparecem “práxis” que afirmam aspectos técnicos e recortes de alguns conceitos que, estranhamente, desconhecem os objetivos enunciados dessa mesma proposta assim como a concepção dinâmica de sujeito-mundo e suas relações.

No artigo citado (Garcia et al, 2008) nos deparamos com a seguintes caracterizações que, supostamente, encontrariam suas condições de possibilidade práticas na aplicação do grupo operativo pichoniano:

O estudo do comportamento humano decorrente das relações no trabalho nas instituições faz parte do foco de interesse do psicólogo organizacional, que em conjunto com uma equipe interdisciplinar, têm por objetivo a compreensão destas relações para atuar de forma mais efetiva nas interações, buscando o seu desenvolvimento. Este trabalho de desenvolvimento de pessoal deve estar *afinado* com a missão, objetivos, valores, cultura e estrutura institucional, para se obter uma *harmonia* entre os interesses institucionais e profissionais; desse modo, pretende-se chegar aos resultados institucionais desejados com uma boa qualidade de vida no trabalho (pp.175, 176 o grifo é nosso)

Aqui nos encontramos com um problema evidente. Na articulação entre os objetivos do psicólogo organizacional e a proposta pichoniana se institui uma tensão entre diversas compreensões sobre o objeto e metodologia de diversas Psicologias sem mediar uma elucidação crítica sobre as condições de possibilidade de potenciais interseções. Há um a priori que parece regular a intervenção dos coordenadores do grupo: estar “afinados” com a estrutura institucional, sua cultura, missões, objetivos e valores e tal posição de alinhamento parece ser condição da “harmonia” que EPR também pretende. Essa localização não problematizada elide a leitura crítica das causas dos obstáculos que podem estar produzindo sofrimento/adaptações passivas, dos possíveis modos de reprodução institucional das determinações sociais e históricas que podem estar definindo diversas expressões das estereotípias. Colocar, como ponto de partida, esse “equilíbrio”, entre modos instituídos de funcionar da estrutura organizacional e as intervenções dos coordenadores, escamoteia potenciais elementos/emergentes singulares do grupo que podem vir a questionar, em variados graus, esse “afinamento”. Se tal adequação fosse um “ponto de chegada” deveríamos nos deparar com uma série de transformações dos níveis institucionais citados, pois a mudança, proposta por Enrique Pichon-Rivière, é multilateral, isto é, dialética. Também deveríamos colocar esse suposto

equilíbrio como “destino” do processo grupal como uma entre múltiplas possibilidades pois, de outro modo e além das questões já apontadas, tal “harmonia” operaria uma exigência/mandato dos coordenadores que obstaculizaria a autonomia grupal visibilizando a negação de trabalhar as relações transferenciais/contratransferenciais que operam nos vínculos compostos entre grupo/coordenação/contexto. Se o “projeto” é um plano de constatação da operatividade criativa grupal, devemos ter em conta alguns princípios básicos apontados por Enrique Pichon-Rivière:

“Elaborar um projeto significa elaborar um futuro adequado de um modo dinâmico, por meio de uma adaptação ativa a realidade, *com um estilo próprio, ideologias próprias de vida* y uma concepção da própria morte.” (Pichon-Rivière, 1985, p. 124, tradução e grifo nossos)

Se nosso propósito da coordenação é estar alinhado a uma cultura institucional e as produções do grupo são, em alguns pontos decisivos, ajustadas às necessidades desse “conjunto de ideias”, será possível que o grupo agencie esse “estilo/ideologias” singulares e que correspondem ao seu processo não antecipável?

Não encontramos referência alguma das mudanças da cultura institucional correlativa as mudanças do grupo mencionado. Poderíamos conjecturar que a mudança da cultura institucional está tácita no agenciamento de grupos operativos na gestão de Recursos Humanos, assim como pelas produções grupais que circulam pelos campos institucionais. Mas o “afinamento” em relação a um conjunto de ideias prévias, que formam parte da dimensão ideológica, abre uma série de interrogantes sobre como são pensadas as mudanças. Para Enrique Pichon-Rivière as ideologias são:

Pensamentos, mais ou menos conscientes, com uma grande carga emocional que são considerados por seus portadores como resultado do raciocínio. Sua análise constitui um dos passos da tarefa grupal. Isto nos conduz à análise semântica ou de sua formulação e

ao análise sistêmico que aborda a estrutura interna da ideologia y sua ambiguidade que se manifesta sob a forma da contradição. (Pichon-Rivière, 1971, p. 319, tradução e grifo nosso)

Os processos contraditórios, a multiplicidade de forças, que percorrem distintas dimensões nas relações e inter-ações estabelecidas entre sujeito-realidade, aparecem circunscritos e retraídos a capacidade de um grupo de agenciar uma “boa qualidade de vida no trabalho” sendo desconsiderada a implicação da “instituição” nesse campo que consideramos problemático. Estar “afinado”, como proposta de início dos coordenadores, os coloca estabelecendo cursos predefinidos do acontecer grupal. Não se trata de estar afinado ou desafinado, porém isto não signifique aspirar a alguma “neutralidade”. Se trata de compreender que qualquer elemento que defina “áreas” que são obstaculizadas em sua indagação/trabalho grupal, pela “adesão” dos coordenadores a uma idiosincrasia institucional, constitui um tipo de grupalidade não operativa, ao menos nos termos propostos por Enrique Pichon Rivière.

O que é compreendido como “produtividade” e “qualidade de vida” no contexto em que operamos e quais contradições operam entre os membros do grupo-coordenadores-instituição sociedade?

Notemos que em uma das definições oferecidas por nosso autor, encontramos apontado que o papel do coordenador é operar no nível das dificuldades, das conflitividades sendo estas manifestas e latentes. Se o ponto de início é estar “afinado” com parte fundamental do contexto institucional significa colocar esse platô em uma “região”, tácita ou evidenciada, que fica “naturalizada” ou não indagada como potencial parte da problemática do grupo. A definição do papel do coordenador parece bastante clara em variados trechos da obra pichoniana:

“Opera no campo das dificuldades da tarefa e a rede de comunicações. Seu instrumento é o apontamento das situações manifestas *e a interpretação da causalidade subjacente*” (Pichon-Rivière, 1985, p. 153, tradução e grifo nosso)

Novamente nos encontramos com a necessidade de problematizar algumas questões. No nível da denominada “realidade” e suas causalidades, já trabalhadas anteriormente neste trabalho, Enrique Pichon-Rivière destaca a necessidade operar nas dificuldades, nos conflitos, nos obstáculos que se expressam em pluralidades fenomênicas¹⁶¹ que expressam multicausalidades. As relações entre ambos os níveis são complexas e para aceder a possibilidade de realizar algum “apontamento” ou “interpretação” não nos resulta recomendável supor que as institucionalidades não se encontram formando parte da “causalidade subjacente”. O fato que as instituições “aceitem” o grupo operativo como instrumento e técnica, provavelmente desconsiderando-o como dispositivo de transformação que a implica, é porque este é apresentado como um âmbito que não questionará substancialmente o contexto no qual está inserido.

Uma dúvida aparece em nossas inquietudes: será que o enxerto de fragmentos da lógica Aristotélica (Pichon-Rivière, 1971, p. 296) e de aspectos do método socrático da maiêutica (Pichon-Rivière, 1971, p. 293) geram alguma confusão instalando estranhamente a segmentariedade e ambiguidade destes dois autores clássicos?¹⁶²

¹⁶¹ Não nos é alheia a necessidade de debater a noção de “pluralidade” que, de fato, colide conceitualmente com a de “multiplicidade”. Reiteraremos que a ora Pichoniana efetua uma ênfase na dimensão daquilo que existe ajustado a materialidade das relações sujeito-dimensão sócio-histórica e unicamente esboça, por exemplo pela via da ‘experiência da prática’, as possibilidades de trabalhar as conexões entre multiplicidade-singularidade.

¹⁶² Trabalhei exaustivamente (Kazi, 2006) uma crítica epistemológica e política a ambiguidade fatal que fundamenta a obra de Aristóteles e Platão e, transitivamente, a aquilo que sabemos de modo regulado e vetorizado por este último do programa filosófico socrático. Retomando algumas considerações de Hannah Arendt fui vislumbrando, nessas obras, a coexistência ambígua entre a definição do “humano” e suas “liberdades” a condição de negar humanidade a mulheres, crianças e escravos e assim justificar variedade de violências sobre as vidas assim coisificadas.

A noção acrítica de “equilíbrio”, “harmonia” estaria determinada por essas citações pichonianas? Estas citações sugerem tacitamente uma suposta adesão do autor às postulações de “justa medida”, os “splittings” artificialmente resolvidos a través da racionalidade clássica que dilui as tensões entre o “público”, o “privado” e o “político”?

Reconhecemos a fragilidade argumental de Enrique Pichon Rivière neste ponto. Essa fragilidade é definida por não desenvolver como essas referências se articulam inventivamente ao ECRO. Mas não podemos deixar de assinalar que não se trata de “citações” lineares que possam induzir aquilo que consideramos equívocos práticos nas intervenções que invocam a Psicologia Social da Práxis. Há um trabalho não explicitado pelo criador dos grupos operativos, mas que efetivamente está realizado tacitamente no caráter rizomático da sua obra: não há literalidade nestas citações e há uma “corrosão” criativa (Baremblytt, 2003) que fundamenta este aspecto de sua proposta. No caso das referências a Sócrates há conexões e disjunções evidentes: 1) a resolução de antinomias, que significa a passagem do dilemático/antinômico ao campo problemático e não “harmônico” que *advém quando são agenciadas as relações entre tudo aquilo que se encontrava dissociado*: por exemplo as relações entre sujeito-grupo-instituição-sociedade. Este primeiro nível supõe também o trabalho da infraestrutura das fantasias inconscientes que se compõem entre as tensões emergentes das relações entre necessidades-satisfações que não são “individuais” e sempre, na proposta pichoniana, implicam intercâmbios de “matéria” com o mundo (Quiroga, 1996) dialetizando-imantetizando as relações/conexões dentro/fora.

Pichon-Rivière, na sua alusão a Sócrates realiza um “pinçamento”: coloca a trabalhar o caráter dialógico da maiêutica ao interior de redes de contradições sob uma compreensão marxista realizando um destaque manifesto das sínteses ligadas ao agenciamento de uma consciência crítica que funciona como sedimento da compreensão que integra aquilo previamente dissociado. Enfatiza o respeito irrestrito das alteridades (que não encontramos nos

filósofos clássicos) e as retira da dimensão da “positividade” que é associada a “transparência/impostura-falso self”. Mas há um elemento que também parece omitido com relativa frequência: Pichon destaca um “ir e vir” *entre* o abstrato e o concreto caracterizado como movimento permanente e sustentáculo dos processos de transformação. Esse movimento contínuo não é linear, pois se encontra referido a figura da espiral dialética, alude aos processamentos integralizados, abertos e transitórios, das relações entre o material e o imaterial, sendo que os trânsitos e sistemas de passagem *entre* um platô e o outro, em seu caráter mutável e se tratando de agenciar aprendizagens/adaptações ativas a realidade, não pode excluir e cindir nenhum elemento e, muito menos, naturalizar algum tipo de funcionamento “harmônico” senão como transitoriedade. Portanto, efetuando uma leitura que contemple como a relação com Sócrates é sustentada pelo criador dos grupos operativos devemos destacar que se trata daquilo que descrevemos como “patchwork” (Deleuze, 1997) conceitual proposto como método da Filosofia da Diferença: “roubar” conceitos e torna-os não reconhecíveis para o autor que os “criou”. Entretanto, após esse árduo trabalho não podemos atribuir os conceitos já transformados ao autor-fonte sobre quem se realizou o “roubo”, mas sim reconhecemos aquilo que “roubamos”. Isso não desconhece outro fenômeno: enquanto produzimos conceitualmente se filtram outras produções teóricas das quais não somos conscientes nesse momento, mas uma vez que as reconhecemos como previamente produzidas por outros/as efetuamos tal reconhecimento e demarcamos superposições-complementariedades-semelhanças e diferenças. Tal o caso da relação do Enrique Pichon Rivière com Sócrates: intensifica as interações dialéticas, destaca as relações de alteridade, não supõe que as contradições serão erradicadas senão que irão advir outras contradições o que supõe a tentativa de superar axiomas, a propedêutica está sujeita desde o início a ratificações/retificações pela via da experiência da prática e não nos é sugerida a indução como proposta metodológica. Não haveria muita margem para compreender a citação de Enrique Pichon-Rivière dessa referência da filosofia clássica que

nos justifique a supor preexistentes “verdadeiros” a serem “paridos”, operação que supostamente nos “harmonizaria” na atitude de contemplação de “essências”.

Na procura de elementos frágeis da obra de Pichon, que poderiam abrir uma série de ambiguidades não nos parece que sua alusão a filosofia socrática explique a postulação de alguma harmonia que deveria regular o trabalho de um coordenador de grupos operativos. Eventualmente se trataria de uma paradoxal “harmonia” onde a constância suposta a esta é a transformação permanente¹⁶³.

Nas maranhas conceituais podemos, como já proposto, cartografar territórios e procurar como funcionam certas linhas em regiões que não lhes eram “próprias”. Outro exemplo disto é como resulta extremadamente complexo transmutar as “recordações” necessárias no ato de conhecer/se-conhecer, atribuídas a Sócrates, na proposta de “esquecimento ativo” proposta por F. Nietzsche (2009, p. 43) que se aproxima-distância da compreensão pichoniana da transferência grupal que oferece acesso aos modos de agenciamento das relações entre a verticalidade e horizontalidade que agenciam os papéis como localizações dos membros-grupo-contexto. Vemos a complexidade que se configura se nos confrontamos com a composição de rizomas conceituais. Mas reiteraremos que ainda visualizando estas dificuldades nenhuma justificaria a omissão de determinações/fenômenos ou reproduções do idealismo conceitual se tratando de trabalhos referidos a práxis pichoniana.

Talvez a referência a Aristóteles resulte mais problemática pois esse autor representa mais claramente, e de modo muito notório, o “racionalismo” e a aplicação indiscriminada da

¹⁶³ Devemos aclarar algumas questões. Em primeiro lugar reafirmamos nossas considerações sobre a construção/imposição de um “Uno essencial”, não sendo menor o papel desse processo nos filósofos da antiguidade clássica. Nossas críticas a Sócrates/Platão e Aristóteles reconhecem uma leitura direta de suas obras assim como conexões estabelecidas com o “primeiro Nietzsche”, fundamentalmente as propostas que encontramos em “A origem da tragédia” (Nietzsche, 1973, p. 114) e “Crepúsculo de los ídolos” (Nietzsche, 1996). Nos perguntamos se na escolha de Pichon Rivière não haverá uma aproximação a outras leituras Nietzscheanas que caracterizam o Sócrates já não como o “inimigo” da imanência e de Dionísio, senão como alguém que se inscreve, numa linha que seria inaugurada pelo Tales, na dimensão das extravagâncias, mistérios, ironias e que se retira do lugar de um saber preestabelecido (Nietzsche, 1992).

Lógica formal que Enrique Pichon-Rivière se empenha em criticar sem aparentes concessões. O autor trabalha a preponderância temporal e espacial do “aqui-agora comigo”, que alude a dimensão do “agora” compreendida também como um presente intempestivo. Nesta linha o autor de referência parece encontrar algum apoio conceitual no filósofo grego. Não se trata de um “agora” referido a um presente como aquilo que se localiza entre o “antes” e o “depois”, seguindo assim a cronologia métrica. É um agora que se diferencia radicalmente do “antes” e possibilita um presente propício para as transformações atuais e futuras. É um agora que não se ajusta aos espaços de “antes” que deslocados sobre os territórios do atual exigiriam reproduções e estereotípias e, portanto, a aceitação acrítica inerente às adaptações passivas à realidade. É notável como esta referência a Aristóteles, sem colocá-la nas conexões com o resto da obra, pode produzir alguma interpretação que efetue algum tipo de elogio ao imediatismo e a transparência auto-evidente daquilo que possa ter sido naturalizado e aceito sem criticidade a partir de isolar aquilo que coexiste e se determina mutuamente em regimes complexos de contradições e movimentos. A obra pichoniana se distancia do imediatismo produtivista de um grupo transparentado na sua eficácia presentificada em um agora do rendimento, adequação prescrita e adaptação passiva ao exigido pelo “externo”

Reconhecendo que nosso autor de referência está desenvolvendo uma crítica ao funcionamento manicomial¹⁶⁴ há uma clara posição a respeito de uma contraposição que se

¹⁶⁴ Seguindo as considerações de Michel Foucault (1987) e de Erving Goffman (1987) realizei uma série de apreciações e afirmações que definiam que os manicômios, inclusive os campos de concentração e extermínio, são expressão intensificada de mecanismos de produção de morte, alienação, dominação, exploração e mistificação que *são constantes* no funcionamento da estrutura econômica e cultural do capitalismo. Partia da premissa que existiam instituições manifestamente repressivas em períodos “democráticos” como modos de manter a regulação da “ordem social” justificadas por variedade de paradigmas “científicos”. Como já referimos em períodos de “guerra”, “estados de exceção” e “terrorismos de estado” se evidenciava, em outras magnitudes e pretendendo alguma clandestinidade, o massacre das dissidências como característica da aplicação de projetos político-econômicos hegemônicos que supõem modos de relação baseados na obediência dos sujeitos. Em síntese a proposta era apontar as continuidades qualitativas e descontinuidades quantitativas das redes institucionais na sua função reprodutora do status quo imposto pela hegemonia, os múltiplos procedimentos de normatização institucionais sem desconsiderar os aspectos instituintes em tensão dialética com os instituídos. De modo complementar e transitório podemos afirmar, que ainda na suposta “invisibilidade” dos horrores manicomialmente declarados ‘intra-muros’ podemos vislumbrar mecanismos de exclusão social generalizados institucionalmente em variadas escalas e expressões.

estabelece entre os polos conflitivos demarcados por posições reformistas e agenciamentos transformadores:

Volviendo al problema de la experiencia, su utilidad y manera de adquirirla por un psiquiatra o *por cualquier otro investigador de las ciencias del hombre*, ese problema, planteado a fondo, tal como usted lo ha hecho, nos remite, obligadamente, como otros problemas de este campo, cosa que ya he dicho, *a la elaboración de un criterio de salud que es*, a mi juicio, el único punto de partida posible para **la caracterización y evaluación de estructuras asistenciales, situaciones institucionales**, y puntos de urgencia en el desarrollo teórico-técnico, en la formación debida de los agentes de la salud. El objetivo es su instrumentación para una praxis transformadora de sí mismos, de los pacientes y del medio. Es decir, de ***todo lo que constituye el texto y contexto de su operación***. (Lema, 1993, p. 77)

Como apontado, não encontramos no mencionado artigo que estamos debatendo, nenhuma definição daquilo que Pichon-Rivière caracteriza como “critérios de saúde” assim como carece de qualquer “leitura” do “contexto” delimitado pelas “estruturas assistenciais” e “situações institucionais”. Sim é destacado o avanço na formação dos trabalhadores para seu desempenho eficaz na caracterizada “qualidade de vida” no mundo cotidiano do trabalho. A “transformação” do meio, dos con-textos aludidos pelas autoras/o citadas/o, parecem esgotar-se, no trabalho mencionado, na melhora comunicacional, na capacidade de dramatizar dos grupos as problemáticas prescritas e não as definidas pelos membros do grupo decorrentes de sua relação singular com as tarefas que possibilitariam a resolução das dificuldades próprias do desempenho das funções dos trabalhadores. Encontramos sim um desenvolvimento de habilidades, instrumentos operativos em relação a afirmação das tarefas de cada membro no campo institucional definido e mediado pelas relações de trabalho o que determina uma série de processos de interação definidos, basicamente, pela relação capital-trabalho-forças

produtivas e relações sociais de produção. Esses termos definem, para o criador da Psicologia Social da Práxis, multiplicidade de causas-fenômenos que são fundamentais para compreender a sociedade instituída e seu papel na produção de sofrimento-alienação do ser histórico social:

“Sim, esse fator mórbido é a sociedade.” (Lema, 1993, p. 89, tradução nossa)

Encontramos uma reflexão importante, neste sentido, no apontamento de Jorge Bichuetti (2000) quando relaciona a existência de manicômios ao modo de recusa dos questionamentos que a “loucura” instala em relação a essa sociedade mórbida que EPR denuncia. Caracterizando inicialmente a função do manicômio-lógica manicomial o autor afirma:

“Ele é útil, porque protege da sociedade os emergentes que funcionam questionando a lógica do status quo: o mundo do mercado dos vendedores e vencedores, do pensamento da racionalidade matemática” (Bichuetti, 2000, p.19)

Há muitos modos de “proteger” a racionalidade matemática, como este autor elucida em sua fértil obra, sendo o manicômio reconfigurado na prática de vidas manicomializadas e destacadas como “conduta adaptada” por seguir os imperativos que resguardam o estabelecido.

Essa sociedade não é uma entelúquia abstrata assim como as instituições em seu duplo caráter instituído-reprodutor/instituente criador. Naturalizar a “ordem social” e a “ordem institucional” não se encontra em nenhum aspecto da obra Pichoniana e, como procuramos estabelecer, qualquer fragilidade inicial em algum ponto da obra de Enrique Pichon Rivière, nos exige o trabalho de procurar conexões que não se encontram em um regime de “evidências”. A possibilidade de “desocultar” (Pichon-Rivière, 1971, p. 290), desmistificar, problematizar, compor sínteses abertas está dada também pela compreensão do criador do grupo operativo que analisa a cotidianidade como âmbito potencial de construção de “adaptações ativas a

realidade”¹⁶⁵. Devemos reiterar que essa adaptação ativa a realidade não se ajusta a algum critério de “competência social” em termos de incremento do desempenho alienado, nem a nenhum modo de promoção da ausência de criticidade decorrente da supressão da relação dialética entre saberes, sentires, discursos e práticas contextualizadas. Essa relação dialética, há que insistir também neste ponto, não é possível eliminando dos processos práxicos algum elemento que intervém em regímenes complexos de fenômenos-causas perpassados por variáveis/supostas constantes que se relacionam como co-determinantes e co-determinadas. Como definido por Scarcelli:

Essa valorização do cotidiano, como evidente e inquestionável tem origem e fundamento em um sistema social de representações ou ideologias que encobre distorce o cotidiano, que mistifica o cotidiano enquanto oculta sua essência segundo os interesses dos setores hegemônicos da sociedade, ou seja, oculta seu caráter de manifestação concreta das relações sociais, de organização social das entre necessidades dos homens e recursos disponíveis. [...] “Esse encobrimento e essa distorção se dão através de um mecanismo peculiar, característico da ideologia dominante, pelo qual se ‘naturaliza’ o social, universaliza-se o particular e se a temporaliza o que é histórico” (PICHON-RIVIÈRE & QUIROGA, 2010, p.14, tradução nossa). (Scarcelli, 2016, p. 56)

Essa perspectiva, claramente expressa pelo inventor do grupo operativo e problematizados intensamente pela autora citada, aparece tratada no artigo que nos encontramos debatendo, como uma naturalização de processos socioeconômicos que formam parte das causalidades que, em tantos fundamentos das adaptações passivas a realidade e estereotípias, são confrontadas pela Psicologia Social da Práxis. É manifesta a ambiguidade

¹⁶⁵ É interessante que tal concepção pichoniana, assim como partes de sua concepção do processo de criação, podem se encontrar com uma apreciação de G. Deleuze sobre “Isto porque não há outro problema estético a não ser o da inserção da arte na vida cotidiana. Quanto mais nossa vida cotidiana aparece estandardizada, estereotipada, submetida a uma reprodução acelerada de objetos de consumo, mais deve a arte ligar-se a ela e dela arrancar esta pequena diferença”. (Deleuze, 2009, p. 275).

como estatuto dilemático: por um lado os membros são convocados a debater o ‘cotidiano institucional’ (Garcia et al, 2008, p.178) entretanto a coordenação do projeto se encontra alinhada com conquistas institucionais pretendidas, talvez, através dos objetivos manifestos¹⁶⁶ da instituição, mas não analisando, por exemplo, os denominados “objetivos latentes”.

As autoras e autor do artigo citado, que debatemos neste capítulo, afirmam:

As grandes mudanças ocorridas na nossa sociedade nas últimas décadas em decorrência de um cenário político, social, econômico instável marcam a necessidade de rápidas transformações para atender às demandas atuais (Chiavenato, 2000). Nesse sentido, a adequação e modernização constante têm ajudado a superar velhos modelos de gestão arraigados fortemente na cultura de muitas *empresas e substituí-los lentamente por idéias inovadoras que possibilitem um maior crescimento econômico, dinamização do trabalho, flexibilização e, como consequência, investimento no seu capital humano buscando a saúde do trabalhador, seu crescimento pessoal e profissional.* (Garcia, Vergílio & Vergílio, 2008, p.176, grifo nosso)

A “grande mudança” está definida pelo fenômeno da globalização como modo de organização planetária do capitalismo em sua “faz superior”. O bojo da questão se condensa em algumas palavras que funcionam como pilares de sustentação da ideologia neoliberal e a nova razão do mundo. Devemos lembrar que trata-se de desvendar as multiplicidades de processos determinantes dos fenômenos que procuramos compreender, contextualizados, relacionados em sistemas de co-implicação. Seguindo a Pedro Pompeo Pistelli Ferreira (2016) quando reflexiona sobre as propostas de Dardot e Larval referidas a essa “nova razão” do mundo, propõe:

¹⁶⁶ As contribuições de Robert Castel para compreender as consequências da negação de um dos polos da contradição são indispensáveis seja para construir ferramentas teórico práticas que contribuam a nossas práticas no âmbito da Reforma Psiquiátrica, assim como também para aprofundar nossas elucidações da análise institucional articulada a socioanálise. (Castel, 1981).

Se, por um lado, são incapazes de focalizar a condição da dependência; por outro, explicitam com muita propriedade o caráter *pervasivo* e *criador* da racionalidade neoliberal. *Em outras palavras, não estamos diante de um processo meramente destruidor de direitos e de espaços estatais; ele também é produtor de “certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades.* (Ferreira, 2016, p. 16, grifo nosso).

Portanto, trata-se mais de um processo de reestruturação do Estado e dos direitos à dinâmica da concorrência e da eficiência do que sua mera supressão.

Isso implica tecnologias para formatar tais modos de se relacionar ‘socialmente’, modos de compreender a vida sob certos termos e não outros e se subjetivar aceitando os termos precedentes.

Em outro momento de sua resenha, Ferreira (2016) aponta:

[...] em suma, os autores chegam à conclusão de que a *nova razão do mundo* é global em dois sentidos: por um lado, expande-se para todo o globo terrestre e, por outro, “longe de limitar-se à esfera econômica, *tende à totalização*, isto é, a ‘**fazer o mundo por seu poder de integração de todas as dimensões da existência humana**” (p. 16). Logo, o neoliberalismo é uma racionalidade marcada pela generalização da concorrência (como norma de conduta) **e da empresa (como modelo de subjetivação) a todas as esferas da vida.** (p. 17, grifo nosso)

O crescimento econômico ligado a “dinamização do trabalho”, flexibilização e a consideração das pessoas como parte do “capital” da empresa/instituição se inserem nessa lógica de reformatar a racionalidade única em termos de sua globalização neoliberal. O “interjogo” dialético sujeito-mundo não pode partir nem de harmonias como tampouco da naturalização dos supostos benefícios do neoliberalismo que, rigorosamente falando, é uma

sofisticação do mundo que Enrique Pichon Rivière critica solidamente em vários trechos de sua obra.

Essa mutação da racionalidade pode ser compreendida a través de diversos autores que debatem os efeitos catastróficos na produção de subjetividade que foram sendo definidos por este modo de organização que podemos definir como “gigapolítico” ou “megapolítico” que é vetorizado particularmente em cada “localidade” na modulação, registro e controle de processos macro-micro e infrapolíticos. Há uma convergência de postulados de Boaventura Santos (1997) e a compreensão Pichoniana da noção de “diferença”. O autor português coloca uma perspectiva de extrema consistência no seu debate sobre a globalização e que se articula com as proposições de Pichon Rivière sobre as noções de “hierarquia” e “diferença”. Ao avançar para uma concepção multicultural dos Direitos Humanos no contexto sócio-histórico da globalização, e realizando uma crítica aos modos de supressão das diferenças nesse contexto, o Professor da Universidade de Coimbra afirma:

Uma vez que todas as culturas tendem a distribuir grupos e pessoas com dois princípios de concorrentes de pertença hierárquica, e, portanto, de concepções concorrentes de igualdade e diferença, *as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza* [...] (Santos, 1997, p. 30)

Compreendendo que se trata de saberes disciplinares distintos entre si, mas aceitando a construção permanente de uma epistemologia convergente, as considerações de Boaventura Santos permitem novas leituras sobre as tensões local-global/global-local que demarcam novas possibilidades, sempre presentes na Psicologia Social da Práxis, de análise e intervenção sobre os fenômenos e determinações que percorrem as relações entre o geral, o singular e o particular.

As diferenças de classe-raças-gêneros se aprofundam na ilusória propagação globalizada do “Igual” e as diferenças demarcadas pelas relações verticais são organizadas pela sua inscrição em termos de “superior” e “inferior”, seja nas escalas de medição dos rendimentos ou nas caracterizações “desenvolvido” e “sub-desenvolvido”, por citar exemplos claros, sendo que tal inferiorização se instrumenta também na sua inscrição nas relações organizadas pelo par dominador-dominado (Lema, 1993, p. 82). A pergunta por como se particularizam estes processos e fenômenos universalizados, pela via da totalização fechada sobre si mesma, deve orientar as indagações de alguém que trabalha sob a perspectiva pichoniana e, sob nenhum ponto de vista elogia-as sem nenhuma análise decorrente dos emergentes grupais a respeito desta dimensão. Tendo realizado trabalhos diversos com grupos que problematizaram a questão, sem nossa interferência, podemos dizer que os emergentes eram claramente vinculados aos medos, angústias, ansiedades, obstáculos ligados, por sua vez a precarização, a delegação de uma ‘administração de si mesmo’ que dista da experiência de autonomia e se aproxima a reprodução de desamparos e a fantasias recorrentes de poder perder o trabalho (Scarcelli, 2016), fonte de subsistência, pelo paradoxo de trabalhar “a mais” se inscrevendo, nas vivências, um “a menos”¹⁶⁷.

Fábio Luis Franco (2020), desde uma perspectiva Lacaniana atualizada, trabalha esta dimensão como formando parte da “uberização” dos processos de trabalho de plataforma que não nos impede, pelo contrário, refletir sobre uma “uberização generalizada” que se dissemina com as práticas cotidianas do neoliberalismo em variados modos de organização das relações laborais. É interessante, embora não atribuamos os mesmos sentidos teóricos a certos operadores conceituais, sua proposta crítica neste platô determinante da Vida Humana resulta

¹⁶⁷ Recomendamos o artigo de Fabio Luis Franco “Uberização, aceleração frenética e pulsão de morte” (2020), disponível: <https://www.insurgencia.org/blog/uberizacao-aceleracao-frenetica-e-pulsao-de-morte>

enriquecedor para refletir sobre as relações institucionais/de trabalho desde a perspectiva pichoniana:

A incessante jaculatória dos imperativos sociais de autonomia, flexibilidade, autodeterminação, rezada pelo acórdão dos juízes do TST, implica uma economia libidinal que não esteja prioritariamente baseada no cálculo neurótico dos impasses entre satisfação de moções pulsionais e normas sociais, mas que seja mobilizada permanentemente pela realização de um “a mais”. Trabalhar a mais para pegar tarefas a mais para ganhar a mais para receber pontos a mais nas avaliações para trabalhar a mais. No fim do dia, esse a mais se escreve como um a menos nos orçamentos da maioria dos trabalhadores: dinheiro a menos, prazeres a menos, saúde a menos. Faz-se sempre a mais com a esperança de saldar o que está a menos, mas o resultado é menos, ainda menos. (Franco, 2020)

Já desde Deleuze e Guattari encontramos, assim como nas conexões destes autores com G. F. Baremlitt, uma clara posição para problematizar a globalização desenvolvendo a categorização teórica sobre a composição da “axiomática do Capital”, do capitalismo mundial integrado ou em vias de integração (Baremlitt, 1992). Estes percursos práticos e conceituais estabelecem de forma contundente, dito transitoriamente, como a “Aldeia Global” pressupõe a recuperação das multiplicidades das vidas nas “Identidades Uno” demolindo os processos de produção de diferença. As proposições destes autores são convergentes as postulações de Enrique Pichon Rivière, sendo que neste ponto em particular unicamente encontramos diferenças de compreensão sobre os processos dialéticos. Mas as “regiões em comum” (Boaventura Santos, 1997) das argumentações prevalecem sobre as diversas maneiras de entender o método característico do materialismo histórico e dialético.

As “transformações” aludidas no artigo que estamos debatendo “atendem” sim os interesses particulares das hegemonias, as modalidades de retrair sobre o sujeito aquilo que

pertence a determinações sociais e históricas. Desde as perspectivas neoliberais são gerados, sob a aparência de sustentar grupos operativos, fenômenos de individualização ligados a um sujeito que se desenvolve adquirindo certas habilidades que o instalem no papel de reproduzir as operações materiais e simbólicas que melhorem a “qualidade de vida” no mundo de trabalho sem indagar, em nenhum momento como esta é construída e se, efetivamente, permite o “pleno desenvolvimento” das humanidades em situação. Quando Pichon Rivière se encontra debatendo a relação entre o ECRO e o método dialético conclui e define outro nível do objetivo de sua proposta de construir a Psicologia Social da Práxis, que se efetua no grupo operativo:

“[...] para que pueda realizarse el cambio espiralado que consiste *en el desarrollo pleno de la existencia humana* a través de la modificación del hombre y la naturaleza.” (Lema, 1993, p. 106, grifo nosso)

Temos a convicção que o debate é fundamental para produzir o processo de aprendizagem apontado e desenvolvido pelo fundador da Psicologia Social da Práxis. Assim como o artigo com o qual estamos debatendo apresenta, a nosso critério, uma série de problemas teóricos, práticos e metodológicos também nos insta a compreender, estudar novamente, intensificar conexões de diversos planos e assim gerar trocas consistentes que re-inaugurem processos espiralados em nossas vidas como trabalhadores da Saúde nos âmbitos da Psicologia Social. As polemicas são pontos de partida intensos que motorizam as aprendizagens como processos dinâmicos: é necessário romper os ritos ascéticos de parte da Academia, superar as barreiras dogmáticas, quebrar o princípio de autoridade, e, decisivamente, se opor ativamente a mal entendidos instalados sobre qualquer proposta práxica. Este último assunto, no caso da obra de Enrique Pichon Rivière, pode estar configurado por variados motivos que incluem as referidas articulações conceituais do autor. Tais conexões efetuadas como “de passagem” exigem uma leitura cuidadosa procurando entender como elas são interpretadas pelo autor, como funcionam em circuitos de relação com outros conceitos e também contextualizados nos

âmbitos de intervenção que o autor enumera. Por exemplo, quando propõe a “didática”, a “empresa”, a “publicidade”, a “terapêutica” (Pichon-Rivière, 1985) também aparece a proposta de trabalhar as ansiedades ligadas a *todo* processo de mudança. Entretanto o “objetivo”, articulado aos outros níveis que já fomos debatendo, *é produzir um novo esquema de referência*. A questão, neste plano do debate, é: Como produzir um novo esquema de referência se as condições do enquadre do grupo o “ajustam” a objetivos institucionais e o referem a considerações ideológicas que exaltam aquilo que pode vir a ser uma das linhas determinantes de adaptações passivas a realidade?. O debate deve permanecer aberto indagando se a obra pichoniana forma parte das propostas de retroalimentação do status quo ou se se inscreve nas Psicologias da emancipação coletiva.

Para avançar mais um pouco devemos introduzir outro aspecto que é desejável debater: alguns dos âmbitos de potencial intervenção com grupos operativos podem estar localizados em instituições determinadas prevalentemente pelas complexas redes de relações dos diversos níveis de conexão entre capital/trabalho, mas tal assentamento supõe o desentendimento dos objetivos da Psicologia Social da Práxis?

No artigo citado (Garcia, Vergílio & Vergílio, 2008) parece haver uma superposição entre as tarefas grupais e o trabalho dos membros. Essa superposição está dada pelo imperativo velado que procura uma “harmonia” ajustada a missão, estrutura e cultura institucional e por partir do pressuposto que a sustentação das tarefas grupais deveria “melhorar” as condições de vida no contexto em que os membros/trabalhadores estão inseridos objetiva e subjetivamente. Toda esta série de superposições, que também aludem ao papel do coordenador de um grupo operativo e seu manejo de uma caixa de ferramentas, nos adverte sobre o indesejável de atuar este nível confusional. Este risco pode vir a ficar de manifesto a partir das leituras críticas efetuadas por Ianni Régia Scarcelli (2016) quando debate sobre como é tratada a “questão social”, as diversas reflexões sobre o par “inclusão/exclusão”, as análises do contexto complexo

e variável definido pelo sistema de produção econômico cultural do capitalismo e as relações de todas estas dimensões com a proposta pichoniana. Há uma citação realizada pela autora que define com precisão a diferença entre tarefa grupal e trabalho e que permite desocultar a superposição que temos destacado no artigo que estamos debatendo.

‘Tarefa’ é um conceito que compreende, na perspectiva disciplinar da psicologia social, da psicossociologia e da psicologia, um traço relevante das condutas individuais e coletivas. Seu sentido é diagnosticar situações práticas que permitem avaliar a significação de um segmento da vida social em um contexto determinado. (...). A noção de ‘trabalho’, por sua vez, refere-se a um aspecto determinante da organização social, em seu conjunto; embora o conceito de trabalho possa ser utilizado pela psicologia, pela psicologia social ou pela ciência política, as implicações mais determinantes dessa noção são abordadas principalmente pela antropologia, pela sociologia e, muitas vezes de modo reducionista, pela economia.

‘Tarefa’ remete a uma atividade baseada na satisfação de necessidades humanas. *O ‘trabalho’, mesmo que também suponha a satisfação de necessidades humanas, remete igualmente a uma reprodução social que, em cada ciclo do capital, afirma e em geral aprofunda a desigualdade social que a fundamenta.* A tarefa supõe resultados que não são de todo predeterminados ou predetermináveis, pois, os objetivos que ela busca admitem reconfigurações nas quais os sujeitos podem intervir ativamente. No trabalho, no entanto, os resultados são basicamente predeterminados e, em geral, condicionados por elementos externos: os objetivos devem ser cumpridos e são escassamente vinculados às decisões dos sujeitos.

A tarefa é por *definição* saudável, seu cumprimento reforça a identidade dos sujeitos. Ela permite a satisfação das necessidades de reconhecimento e aquelas de desenvolvimento e realização individual e social. Quando isso não ocorre, pode-se

pensar que não se trata de uma verdadeira tarefa. *Já o trabalho pode ser saudável ou não. Ele pode reforçar a identidade ou deteriorá-la.* O reconhecimento, quando existe, ocorre sob *um aspecto* do sujeito ou do grupo (reforçando a unilateralidade das imagens e sua conseqüente alienação). *Somente para uma pequena parte da população o trabalho constitui um espaço de desenvolvimento e realização pessoal e social, e não um simples meio de subsistência.* (Fabris, 2014, pp. 114-115 apud Scarcelli, 2016, p. 99, grifo nosso)

A partir destas apreciações compreendemos, com a finalidade restringida a este aspecto de debate crítico, que “tarefa” e “trabalho” são categorias diferentes de modo substancial. Isto não significa que a tarefa manifesta de um grupo não possa estar definida pelos intercâmbios/interações deflagradas a partir da problematização do mundo do trabalho. Mas sim significa que superpor um nível ao outro constitui um equívoco que não é secundário nem irrelevante. Partir de pressupostos que definem os objetivos institucionais, reprodutores de características centrais do trabalho no neoliberalismo, como operadores que balizam a tarefa grupal significa anular não unicamente a liberdade e a autonomia do grupo, senão também retirar do grupo operativo seus princípios fundamentais. Inclusive como “melhorar”, seguindo um ímpeto reformista, a “qualidade de vida” no mundo do trabalho, deveria surgir dos emergentes grupais sem estar atravessados pelas concepções das/o coordenadoras/o sobre as bondades do trabalho que, por sua vez, constitui aquilo que o grupo pretende “trabalhar” com seus estilos, suas diferenças, seus movimentos. Sobre este atravessamento encontramos mais elementos que indicam certas modalidades de incompreender a proposta pichoniana ou aplicá-la com finalidades contrapostas a aquelas definidas pelo fundador da Psicologia Social da práxis. Citando a referido artigo (Garcia, Vergílio & Vergílio, 2008) notamos estes problemas renovadamente:

O grupo criou uma identidade própria, sendo proposto para os integrantes a tarefa de sugerir um nome e um logotipo que o identificasse nas suas apresentações. Foi escolhido “Trabalhadores do CAISM”, sugerido pela enfermeira xxx, e o logotipo foi criado pelos coordenadores. Nesse período de quatro anos, já foram realizadas cinco montagens com temáticas diversas, cujos textos são criados ou adaptados segundo as necessidades e expectativas da Instituição. (p. 180, grifo nosso. Retiramos o nome da membro do grupo)

Este fragmento novamente nos alerta sobre um regime de imprecisões e ambiguidades. Por um lado o grupo cria uma identidade própria, mas esta configuração grupal representa os textos que são “criados”/”adaptados” condensando ou sintetizando aquilo que se corresponde as necessidades e expectativas da Instituição e não as do grupo que, não necessariamente deveriam estar enquadradas ao horizonte esperado pela “organização”.

Formando parte da enumeração dos objetivos específicos do grupo operativo do artigo aqui debatido nos encontramos com:

“Incentivar os participantes para que sejam agentes multiplicadores, na sua unidade de trabalho, dos resultados desenvolvidos pelo grupo operativo” (Garcia, Vergílio & Vergílio, 2008, pág181)

Os membros do grupo, enquanto “multiplicadores” são, pelo discutido até este ponto, regulados, direta ou indiretamente, por prescrições institucionais¹⁶⁸. A rigor o logro seria o de

¹⁶⁸ A noção de “multiplicação”, que articula a relação entre os grupos e o modelo dramático, foi incipientemente trabalhado por Enrique Pichon Rivière e Ana Pampliega de Quiroga (Pichon-Rivière, 1985) onde estabelecem as convergências com diversas regiões epistémicas. Também é relevante consultar as contribuições de H. Kesselman, Eduardo Pavlovsky e Luis Frydlewski (1978), *re-trabalhadas posteriormente pelos dois primeiros autores com os que tivemos diversos intercâmbios práticos* (Kesselman & Pavlovsky, 1989). Em outras perspectivas Gregorio Franklin Baremlitt (2002) com a invenção do Esquizodrama inaugura passagens da multiplicação pensada e praticada em termos de linhas flexíveis e semiflexíveis para a multiplicação da multiplicidade de modo radicalizado fazendo uma celebração prática das insurgências moleculares. Em qualquer um dos casos multiplicar se associa diretamente ao trabalho de elaboração grupal na sua singularidade contemplando a valor da espontaneidade, a criatividade, as relações de ressonância e improvisação e a capacidade de atualizar a partir da dramatização.

“difundir” o produzido pelo grupo, o que não significa “multiplicar” e, muito menos gerar multiplicidades.

Enrique Pichon Rivière compreende a situação grupal motorizada pela espontaneidade o que não implica que não contemple que também pode ser “regulada” para “aumentar a produtividade”. Novamente nos deparamos com um entrecruzamento que suscita alguns problemas se são dissociadas certas áreas conceituais de outras negando assim o valor da epistemologia convergente. Desde o momento em que é formulado um enquadre de trabalho compreendemos que EPR¹⁶⁹ propõe a compreensão dialética e singular que se estabelece entre processo grupal-variáveis/invariáveis em localizações territoriais com certos contornos que podem ser denominadas molduras-recipientes-continentes. As variáveis emergem dos processos grupais e se correlacionam dialeticamente com as invariáveis que ofereceriam a possibilidade de suportar/elaborar certos tipos de ansiedades, analisar contradições, oferecendo um âmbito constante e inaparente onde depositar fantasias primordiais e gerar as condições para investigar um fenômeno. Enrique Pichon Rivière, com aproximações evidentes ao trabalhado por J. Bleger, explicita a noção de enquadre:

O grupo operativo é a primeira instância de ancoragem do cotidiano. As relações cotidianas, os vínculos que põem em jogos modelos internos tendem a reproduzir-se nele. O enquadramento ou a técnica operativa de grupo (conjunto de constantes metodológicas que permite a compreensão de um processo), através da confrontação de modelos internos numa nova situação de interação, e na análise de suas condições de produção, facilitam a compreensão dos modelos sociais internalizados que geram e organizam como formas observáveis de interação. (Pichon-Rivière, 1985, p. 211).

¹⁶⁹ Neste ponto não resulta estéril efetuar outras ligações entre a compreensão do enquadre de Pichon Rivière (1985) e as regiões de vizinhança com as postulações de Jose Bleger sendo que trabalhavam cotidiana e estreitamente. Bleger (1968, 1963).

Desde este ponto de vista a noção de enquadre é definida como regime de constâncias que permitem a elucidação de “pluralidades fenomênicas e múltiplas determinações” que definem, ao menos parcialmente, um processo dinâmico. O enquadre permite indagar se o que se “reproduz” são modelos estereotipados, e eventualmente, interrogar se essas condutas derivadas da adaptação passiva a realidade não se relacionam, por exemplo, a essa “cultura institucional”. Entretanto, nesse platô, essa cultura estima como transformadoras as modalidades de trabalho e considerações sobre a subjetividade inerentes ao neoliberalismo. Será possível trabalharmos estes fenômenos e relações se nos encontramos alinhados a processos e procedimentos que também os produzem? São analisadas as “condições de produção” dessas formas de se relacionar/interagir ou se procura a resolução de problemas evidentes sem desvendar causas sociais, econômicas e institucionais que também determinam tais “tarefas manifestas” a serem superadas? O enquadre, que inclui a coordenação, nos localiza em posições a partir das quais interpretamos/assinálamos a partir de compreensões predefinidas que instam a reforçar modos de relação contextualizados em uma cultura, não problematizada pelo grupo, que delimita as significações/fantacias/imaginários/ansiedades nesse contexto? Sim, o grupo “fala” do cotidiano institucional, entretanto o projeto pretende reforçar os princípios que o regulam e melhorar certas condições de vida que ali se desenvolvem. Mas a proposta Pichoniana não está estruturada nesse horizonte, e parece esclarecedor o trabalho por Fernando Fabris (2017):

La técnica de grupo operativo supone un análisis sistemático de las contradicciones que operan en los niveles manifiestos y latentes de la tarea así como en su texto y contexto. Este análisis, que se pone en juego a través de intervenciones que explicitaremos más adelante, permite desplegar al máximo, en extensión, la participación de los integrantes, lo cual tiende a conjugarse con el despliegue en profundidad del abordaje grupal. La técnica de grupo operativo tiende a evitar el sesgo

en las participaciones de los integrantes que se produce cuando se instalan mecanismos de *chivato grupal y dilemas y disociaciones que provienen, muchas veces, de la vida social institucionalizada*.

As interfaces entre o grupo operativo e o campo institucional não podem ser naturalizadas nem subtraí-las como território de indagação. Aceita-o como se fosse um campo de verdades que garantem a adaptação ativa a realidade por se adequar aos modos hegemônicos de produção econômico cultural vigentes e instituídas constituem os “pontos cegos” já citados. Desse modo diversos obstáculos que não contribuem para a efetuação de condições fundamentais da técnica do grupo operativo permanecem inalterados. O apontamento de Fabris, citado com anterioridade, é colocado a partir de sua vasta experiência, e se direciona para elucidar a necessidade de compreender que, em muitas ocasiões, os obstáculos que devemos superar provem da “vida social institucionalizada”. Se esta perdura inquestionada, e reivindicada como “verdade”, não disporemos das condições básicas de trabalho daquilo que a técnica do grupo operativo pretende analisar, elaborar e superar. Resulta enriquecedor convocar as reflexões do Domenico Hur que, nas suas férteis conexões entre Esquizoanálise, grupos e Psicologia Política, propõe:

Além das linhas duras das disciplinas institucionais, também há a estratificação de movimentos quase imperceptíveis, como a do hábito cotidiano do indivíduo que repete sua rotina indefinidamente em práticas instituídas. Figura emblemática desse comportamento é a do “homem na caixa”, que sempre segue os mesmos trajetos na clausura de seus hábitos e de sua espacialidade estriada (Hur, 2019, p. 17).

Neste sentido a cotidianidade, e as possibilidades de agenciar inventividades nesse território como também já proposto pelo Enrique Pichon Rivière, significa se atentar e trabalhar a habitualidade, o familiarizado das “práticas instituídas”, pois a “estratificação” (que seria estereotipia se seguimos a obra do EPR) é “quase imperceptível” e pode também se manifestar,

agora sob nossa compreensão, em propostas que são “inventivas” se não modificam séries de determinação que nos colocam “na caixa”. Tal inventividade condicionada pelo próprio enquadre não se aproxima ao processo de criação proposto pela Psicologia Social da Práxis “clássica” nem a alguma atualização que inclua as propostas de base pichonianas modificadas contextualmente.

A “profundidade” da abordagem decorrente da participação dos membros do grupo se dilematiza com aquilo que aparece inquestionado por parte da coordenação e, ao mesmo tempo, isto pode vir a produzir situações que vão do mal-estar por exclusão de elementos da própria vida de todos os implicados, ou pelo “aplainamento” dos “objetivos” de um grupo operativo. O entusiasmo que pode ser correlativo as potências que emergem do trabalho de grupos operativos deve se corresponder com a compreensão dos objetivos básicos da proposta Pichoniana. Lembramos aqui a sentença de A. Gramsci, surgida de seu debate com os anarquistas italianos, que afirma “o pessimismo da razão e o otimismo da vontade” (Gramsci, 1982). Partindo de nossas considerações que propõem multiplicidade de racionalidades e a vontade de potência pulsadas pelas “experiências da prática”, compreendemos que os otimismo das vontades e os pessimismos da razão podem ser também emergentes da racionalidade que duplica a lógica do Uno. Não deveríamos problematizar os otimismo? A partir de nossa experiência com grupos operativos nos perguntamos: Não aparece no grupo a tensão emergente da vivência de sermos recuperados pelo pessimismo da racionalidade neoliberal que também se organiza ambigualmente instando a suportar os esgotamentos existenciais, mas festejando a “qualidade de vida” oferecida por um mundo regulado pelos equipamentos que vetorizam uma vida absolutizada pelo desempenho-rendimento?

Não podemos negar que a vontade que se orienta para a realização de transformações pode estar recuperada pelo otimismo intelectual infundamentado que postula discursivamente mudanças colocando-as ao serviço do processo de aceleração do sistema capitalista e da ilusão

de mudanças. Por nossa parte, optamos pelo pessimismo que se afasta da racionalidade pragmática e imediatista, pelas vontades que atualizam potências nos entre/vínculos e não se restringem a uma concepção da vontade regulada pelas prerrogativas da ordem. O “otimismo intelectual” ao qual nos referimos criticamente parece ser produzido por uma exaltação de “eficácias” que não se apoiam nas teorias que supostamente o possibilitaram e sim em ideologias que assimilam as possíveis mudanças a miragens de câmbios que materializam reformas parciais de manutenção do estabelecido. Essa “eficácia” de certo modo alegre e otimista, resulta compreensível desvendando as penetrações ideológicas que a exigem, sendo que este processo traz como consequência indagar se as próprias afeições poderiam estar reguladas por aquilo que nos aliena. A experiência relatada e refletida no artigo com o qual nos encontramos polemizando pode ter produzido alegria, bem-estar, bons encontros, elaborações e melhorias, mas desejamos colocar, humildemente, que tais afeições podem estar recuperadas por circuitos de dominação aclarando que não atribuímos tal intencionalidade às autoras/autor do trabalho. Sim desejamos estabelecer que na contemporaneidade todas essas afeições podem funcionar em uma perspectiva libertadora-dialética que contempla totalidades totalizantes assim como também podem funcionar ao interior de esquemas fragmentados.

Avançando mais um pouco, com a finalidade de explicitar a necessidade de trabalhar criticamente a proposta pichoniana, Fernando Fabris (2017) nos auxilia no plano no qual nos debruçamos:

Esto revela, evidentemente, la implicación emocional que puede tener lugar en el dispositivo grupal. La instalación del grupo operativo como “artificio” no “artificioso” requiere una intervención realizada por un profesional que introduce a través de la consigna, un corte en los modos y ritmos habituales de la vida cotidiana. La cotidianidad es por lo general un espacio de significaciones restringidas, mutiladas por

limitaciones institucionales, y viciados de estereotipias, omisiones y lugares comunes.(Frabris, 2017)

Neste momento de sua exposição conceitual o autor se encontra debatendo a relação do grupo operativo e a pesquisa. Desejámos reforçar que o processo de des-alienação exige um “corte” com a imediatez da vida cotidiana, a criação de uma distância mínima que permita a instrumentação dos recursos de produzir mediações simbólicas com o concreto e a elaboração da estrutura fantasmática, de ansiedades e matrizes de aprendizado mecanizadas, congeladas que funcionam como regime de continuidades que facilitam as estereotipias. Distância que não é métrica e sim produzida por uma estrutura de demora que não é cronológica. Essa distância, esse corte não podem ser produzidos efetivamente se o que orienta as intervenções da coordenação parte da falta de interrupção transitória com a “cultura” do contexto imediato institucional. As “culturas” dos membros do grupo, pela estruturação da proposta que estamos debatendo, fica deslocada como “centro” do processo e é colocada como “fundo” a ser “alinhado” a idiossincrasia que se apresenta como aquilo que, explicita ou tacitamente, não está submetido ao processo de “crítica da vida cotidiana”. O papel do coordenador é possibilitar as interações livres e autônomas que permitam a composição singular dos vetores do cone por parte dos membros do grupo, sendo o de aprendizagem decisivo segundo nossas elucidações (Kazi, 2006). Se omitimos as “mutilações”, maiormente impostas pelas “limitações institucionais” e mantemos uma adesão mistificadora ao contexto organizacional, cercearemos a proposta básica da Psicologia Social da Práxis¹⁷⁰.

¹⁷⁰ Os blogs e páginas da internet cumprem diversas funções e desencadeiam múltiplos processos. No aspecto “molecular”, de produção de “linhas de fuga”, “literaturas menores”, muito apreciadas por Deleuze e Guattari, nos encontramos com produções necessárias e acessíveis sem que por esse motivo, necessariamente, percam endo e exo consistência. Tal como podemos entender este ponto da vida cotidiana achamos uma reflexão clara e potente em: <https://elcachorrodemamadomitila.wordpress.com/2018/05/30/la-psicologia-de-la-vida-cotidiana-de-pichon-riviere-es-una-critica-del-sistema-social-de-opresion/> escrito por Ernesto Flores Sierra (2028): “Esta vida cotidiana es una experiencia en acción, y esta acción muchas veces pasa por autoevidente e incuestionable, sin embargo es claro que en esa vida cotidiana podemos encontrar elementos de crítica al orden social de dominación. La cotidianidad del sujeto se encuentra naturalizada, aparece la perspectiva de que el vivir actual es el mismo a lo largo de la historia y que se ha mantenido sin modificación. La ideología dominante impone estas nociones

Para concluir este ponto devemos interrogar sob outro ângulo a tarefa do coordenador. Além de apontar que assim como as lideranças grupais podem ser democráticas, autocráticas/demagógicas e laissez-faire (Pichon-Rivière, 1985, p. 137) Enrique Pichon Rivière adverte estes mesmos papéis para a coordenação. Aqui notamos, sem ter elementos para poder definir o tipo de coordenação sustentada pelos obstáculos analisados no artigo que debatemos, que há dois novos elementos que talvez nos auxiliem para compreender como é proposta a coordenação por Pichon-Rivière.

Fernando Fabris, na produção já citada, propõe que o coordenador de “des- desenho” o que se corresponde a noção de “descentramento” que, como processo a ser construído, significa que a equipe não funcione como “figura” e sim como “fundo”. Essa distância também é necessária para a emergência e produção de alteridades. Em termos de Pichon-Rivière (1985) “A alteridade aproxima-se de um ponto ótimo (distância ótima)” que funciona a nosso critério como “greta” nas relações simbióticas e composições narcisistas e nesses interstícios emergem as diferenças. Essa distância não pode ser unicamente formal senão também ser agenciada na renúncia, por parte da coordenação, a estender suas concepções de mundo e esta operação tem como objetivo não promover identificações, idealizações, imitações, mimeses que induzidas, conscientemente ou não, instalam a eliminação das distancias que acolhem as diferenças a serem efetuadas e, no caso de práxis pichoniana, entrar em processo dialético.

O tratamento “superficial” da obra de Enrique Pichon Rivière responde, em nosso entendimento e como já apontamos, a variadas questões. Retomando, após o debate precedente, os modos de formação instituídos e aceitando que podem ser um motivo determinante é *desejável debater os modos de funcionamento social onde esses processos se inserem* (Scarcelli, 2016). Além do modelo individualista e a “ampliação” da dimensão clínica de forma

respecto al acontecer cotidiano, y esta lleva a la resignación y la inmovilidad del sujeto frente a las mismas. La distorsión de la historicidad de las relaciones termina velando la posibilidad de modificar las condiciones de opresión e injusticia que caracterizan la opresión de las personas bajo el capitalismo.”

descontextualizada, a autora referida se debruça na análise crítica de causas possíveis de este fenômeno. Ali, além e aquém da perspectiva pichoniana, a autora realiza uma bricolagem de alta complexidade pinçando de forma perspicaz diversos autores que se fundamentam teoricamente em suas práticas e vice-versa. O transversal dessas produções variadas é o tratamento integralizador das obras, compreender como funcionam os conceitos nos seus “territórios de origem” *tanto quanto nas suas derivas*. Assim como no que diz respeito a totalidade do ECRO pichoniano, vamos descobrindo como a autora vai debatendo os platôs fundamentais que o compõem gerando, em outro movimento complementar, contribuições que geram novas possibilidades prático conceituais intensificando os pontos de partida que escolhe. É claro como inicia o debate sobre as instituições tal como são compreendidas por Enrique Pichon Rivière, seus alcances e limites, assim como a superação dos obstáculos apresentados pelo autor a partir de concepções teóricas convergentes e que “alimentam” a “totalidade aberta” proposta na psicologia Social da Práxis.

As conexões entre Fernandes (1989), Kaës (1991), Guirado (1987), Bauleo (1988) e Bleger (1988) são bases iniludíveis dos esforços da autora. No livro “Psicologia Social e Políticas Públicas: Pontes e interfaces no campo da saúde” de Scarcelli (2016), são abertas variadas possibilidades de elucidação da Psicologia Social pichoniana sobre as instituições. A professora do IP-USP argumenta, coloca potenciais articulações, indaga limites sem desistir dos objetivos básicos do programa prático-conceitual que escolhe como referência. Esse estilo de trabalho, além de quebrar com os dogmatismos, exige trabalhar conceitos e suas conexões de “fonte” assim como as produzidas cartografando regímenes de “ligação”. Fundamentalmente implica a delicadeza para compreender as direções oferecidas pelos autores com os que trabalhamos. Nesse ponto, além de apontar distintos obstáculos e supera-os com “pulos qualitativos” (Pichon-Rivière, 1985) a autora realiza uma escolha que define sua compreensão profunda da proposta pichoniana. Após de dialogar com distintos marcos teóricos “retorna” ao

“simples” de uma definição de José Bleger que é imanente a compreensão pichoniana: “Não há dúvida nenhuma de que as estruturas individuais criadas pelas instituições ajudam a conservar essas mesmas instituições” (Bleger, 1988, p. 313, apud Scarcelli, 2016).

Sem dúvidas há múltiplas camadas de definição sobre as instituições. Porém encontramos a omissão, em muitas propostas que se auto referem como pichonianas, das características reprodutivas, mistificadoras, alienantes, repressoras das instituições se efetuando uma totalização fechada daquilo que as instituições, supostamente, possibilitam.

Há diversos termos que podem vir a funcionar como pontos de apoio aos movimentos de fazer funcionar a práxis pichoniana em direções opostas a aquelas definidas pelo próprio autor. Mas como já comprovamos previamente há certas interpretações que omitem os horizontes de uma práxis pelo isolamento de certos conceitos, sua relação com outros e, inclusive por depositar sobre eles nosso entendimento desconsiderando aquilo que está sendo expresso por um autor. Não há literalidade possível, claro. Mas a “polivalência” do significante, inclusive seu império, não nos autoriza a designar “significação-significado” a qualquer expressão de um outro ignorando o “sentido” lançado por aquele que funciona como alteridade em relação a nossa posição nas vidas/mundos-terra. Um dos termos que abrem mal-entendidos, estranhamente pois está claramente definido seu sentido e direções por Enrique Pichon-Rivière, é o de “produtividade”.

Em nenhum momento estamos vedando os caminhos da reinvenção, “ressignificação”, ainda com as considerações que temos realizado sobre a ênfase reprodutiva desses processos. Resignificar não implica delegar significações que demarcam sentidos irreconciliáveis com nossos interlocutores. Para dar algum contorno a esta polemica com uma produção que é a nosso critério “emergente teórico e dinâmico” de uma vasta produção nessa linha, citaremos a

Enrique Pichon Rivière enquanto define a produtividade/ ascenso social. O Ascenso social¹⁷¹ (Pichon-Rivière, 1971, p. 292) é trabalhado como conquista da saúde e ela se baseia na adaptação ativa a realidade. Isso significa estar “instrumentado”, que por sua vez é possível na sustentação de vínculos que construam o campo da ação, os sujeitos capazes de operar dialeticamente nele criando, singularmente, seus instrumentos/ ferramentas. Nessa linha a “produtividade” se vincula a uma solidariedade que é “crescente” e se encontra acompanhada pela experiência de “liberdade interior”. Essa “liberdade interior”, pelos próprios fundamentos do sujeito em tanto ser histórico social, implica o intercâmbio de matéria com o mundo/satisfação de necessidades que não são dialéticas se, basicamente, operam antinomias e a destituição das diferenças como base de qualquer vínculo. Para o autor estes processos/produções permitem uma diminuição da incertidão, operação decisiva que emerge do trabalho das ansiedades básicas e ambiguidades decorrentes das relações estereotipadas sujeito-contexto. As sedimentações destes aspectos do processo se constatam em um decréscimo da submissão e as dependências. Nesse capítulo, o criador da psicologia Social da Práxis, inclui certas considerações sobre o “doente mental” e a sua colaboração em “obras coletivas”.

A generalização abstrata destas proposições significaria supor que, por exemplo, seria possível equiparar uma multinacional a projetos de economia solidaria no contexto da reforma psiquiátrica. Feita esta observação, que exige nossa cautela, podemos insistir que se não conectamos esta dimensão de análise com a imediatamente colocada no parágrafo seguinte, corremos o risco de gerar novos reducionismos. Nessa superfície de trabalho é considerada a “configuração da organização” que supõe, no nível econômico, analisar as empresas e a produtividade e, inclusive, a rentabilidade. Nesse contexto, o da denominada “ressocialização”,

¹⁷¹ Estamos problematizando estas noções teóricas segundo estritamente as postulações de Pichon-Rivière. Desejamos esclarecer que assim como estão definidas nesta citação podemos encontrar definições análogas e diversos trechos da sua obra.

aparecem essas considerações e são articuladas ao processo grupal, a saúde mental, a produtividade e a adaptação ativa a realidade. Desses processos surgem “estilos de vida” inerentes a singularidade dos agenciamentos emergentes dos processos grupais sem ser submetidos a uma noção generalizada, como já vimos, de “qualidade de vida”.

Há que insistir que esses ‘estilos’ são emergentes operados pela aparição de diferenças, funcionam como “não harmonia”, isto é, como algo disruptivo respeito aos modos universalizados de ser/estar/existir. Talvez seja necessário interrogar se a “qualidade de vida” não funciona, na maioria das ocasiões, como conjunto pré-formatado de processos, modos existenciais, condutas, etc., que inserem os sujeitos em formas serializadas de “ser”. A produtividade, em Pichon, é indissociável ao novo, a já destacada “desocultação”, a espontaneidade genuína do grupo que supera contradições ocultas. Essa característica pode ser limitada as reformas imediatas de qualquer dimensão que funcione como contexto? Um “agente de mudança social” é aquele que resolve os obstáculos do mundo do trabalho sem indagar, compreender, criticar (Pichon-Rivière & Quiroga, 2010), desvendar contradições veladas que são colocadas por determinações sociais-históricas e institucionais? Produtividade se equipara a adaptação normativa, incremento do rendimento e eficácia no mundo instituído de trabalho? A produtividade pichoniana significaria algum tipo de assunção não problematizada das expectativas institucionais alienando as necessidades do sujeito grupal a “pertencer” ao mundo de trabalho para sobreviver?

A análise das ideologias é retraída unicamente sobre os membros e não sobre a equipe de coordenação e os que determinam a ‘cultura institucional? Não temos uma resposta nos atendo ao texto que debatemos neste capítulo, mas sustentar estas perguntas talvez possa ir respondendo parcialmente, em processos de trabalho com grupos operativos, as dúvidas inteiramente válidas que a Ianni Régia Scarcelli sobre os reducionismos operados sobre a práxis Pichoniana.

Deambular multiplicidades vinculares devindo humanidades não uno

As críticas de Enrique Pichon-Rivière ao racionalismo e sua invocação radicalizada da noção de conflito a partir da “lógica dialética” nos exigem compreender diversos modos de elucidar a temporalidade e a espacialidade: os modos hegemônicos de significar e instituir estes dois registros, os modos impostos e naturalizados de vivencia-os, geram a abolição de serem eventuais planos de transformação, sejam estes relativos e/ou absolutos. A destruição dessas possibilidades, as oferecidas por tempos/espços não extensos/métricos, pode ser analisada a partir da compreensão daquilo que acontece com as diferenças, as alteridades e as mudanças atravessadas e arrasadas pela contemporaneidade hegemônica.

A atualidade e valor dos grupos operativos adquire novas relevâncias se efetuamos leituras críticas em relação àquilo que pode ser chamado como Tirania da Alienação narcisista celebrada como emancipação coletiva. Esse paradoxo, que é uma estratificação de variadas modalidades de alienação, é problematizado nos grupos desde o momento que neles é colocada a necessidade de agenciar “mútuas representações-mútuos estranhamentos-co-afetações” como base ineludível dos vínculos. em tanto unidade de análise, como território de experiência do encontro com o outro e instancia multivalente dos grupos. Se o modelo imposto e exigido como “funcionamento adaptado” é individualista, autocentrado, acrítico e recusante da alteridade do outro, os vínculos e os grupos levantam resistências pois, básica e de forma evidente, se oferecem como tempos e espaços de recriação da origem e o devir sócio-histórico do sujeito em seus aspectos transformadores.

Outro problema para pensar e fazer grupos radica, então, nas resistências que se levantam contra a prerrogativa hegemônica de abolir a assunção de nosso caráter básico de sermos sujeitos vinculares. Somos, a nosso critério, agentes ativos de nossa existência relacional e conetiva (arbórea e rizomática), capazes de indagar a potência de nossos corpos co-

entre/afeiçoados e instituintes de novos territórios de vidas singulares e multiplicárias. Todos esses fenômenos e processos não são possíveis sem uma relação não supressiva, não violenta, não colonizadora, não opressora, não dominadora, não exploradora, não mistificadora/alienante dos outros/alteridades/diferenças. A relação intensiva e desejante com os outros/alteridades/diferenças significa, basicamente, a capacidade de criar/recriar vínculos e tal aptidão, que se produz continuamente nos entres, nos remete ao denominado “estranho”.

É indesejável retrain o estranho ao Eu, regula-o como se fosse uma “prolongação” do Ego-Uno, sendo isto mais habitual que o admitido e não unicamente pelas condições de funcionamento do Narcisismo-Ameba freudianos e suas consequências nos restritos modos universais de se constituir “humano” que tal autor e seguidores dogmáticos nos oferecem. Devemos compreender que esse modo de se compor “sujeito”, debatido entre dois complexos essenciais mediados por operadores métricos espaciais e extensos temporais possibilitados pelo Fort-Da (Rodulfo & Rodulfo, 1986), delimita o ser que se centra e organiza com uma preponderância do “seu dentro”. E esse modo replicado de existir reconhece um deslocamento dos “foras” para os “entres” e estes se subordinam à uma supremacia inquestionável do “dentro”. A existência desde esta perspectiva é ambigualmente, não se corresponde a uma essência¹⁷² mas sim a uma universalidade dos processos que a possibilitam remetendo a uma essência intangível.

Os vínculos e os grupos são trabalhados por Enrique Pichon-Rivière como instâncias de transformação, sendo o primordial seu caráter conflitivo que, a partir da experiência dialética, permitem a criação/recriação de um sujeito que é e devém das relações dinâmicas com os outros/mundos. Nos percursos de este capítulo procuraremos contribuir com outras determinações sobre o caráter conflitivo dos vínculos que não suprimem os definidos por

¹⁷² Há um detalhe interessante que é desejável explicitar. Mesmo tomado como referência complexa e trabalhado em termos de encontros e polêmicas, Frantz Fanon dialoga/debate com J. Paul Sartre.

Enrique Pichon Rivière. Para sustentar tal propósito realizaremos uma ênfase na capacidade de criação das humanidades em relação assim como nos processos que obstaculizam tal processo.

Como primeiro movimento iremos destacar a relação de imanência entre o sujeito-vínculo-processos de criação e como essa maranha se relaciona estritamente com a noção e experiência do estranho. Cabe destacar que não se trata da redundância de atribuir ao Inconsciente o estatuto do “estranho em mim” reconhecendo o valor que tal descoberta freudiana trouxe para a humanidade. Assim como o criador é objeto de ataques e resistências a mudança (Pichon-Rivière, 1971, p. 105) os vínculos/grupos também são assediados de variados modos. Se o criador na dimensão estética, segundo EPR (Pichon-Rivière, 1971), é porta-voz dos “não ditos” de seu tempo e sociedade, se antecipando aos processos instituídos por oferecer perspectivas outras de mundo, sendo assim objeto de “conspirações organizadas contra a mudança” (Pichon-Rivière, 1971, p. 105), os grupos operativos produzem, diferencialmente, os mesmos fenômenos e sofrem ataques análogos. Propomos repensar esta questão nos horizontes da criação e atualização do novo.

O processo de criação é imanente aos grupos operativos e vice-versa. O vínculo, como unidade de análise da Psicologia Social Pichoniana, permite, segundo o autor, a unificação dialética daquilo que se encontrava cindido tanto em si como nas redes de relações internas/externas com outros objetos/ vínculos internos e vínculos externos (Pichon-Rivière, 1971, p. 106) seguindo em diferença e em outros territórios os processos de criação. Esta linha de análise e trabalho remete também a noção de “reparação” (Klein, 1929) o que significa compreender o estatuto originário do advir de um aparelho psíquico e suas vicissitudes, os caminhos do desenvolvimento em tantos percursos e trânsitos entre posições/objetos e ansiedades (Scarcelli, 2016). Isto implica, basicamente, que a fragmentação interna/externa atual reproduz, em diferença, divisões pretéritas e constitucionais.

Enrique Pichon-Rivière encontra no processo de criação, e na invenção do “objeto estético”, uma série de ações reparatórias que possibilitam entretecer relações entre fractais “internos”, previamente inexistentes, que pulsam a produção de unificações dialéticas endógenas/exógenas. Esta sequência práxica deriva em duas instancias básicas: por um lado o sujeito, no “campo interno” re-entretetece e realiza costuras, suturas singulares nos e dos fragmentos de objetos-vínculos internos/vínculos externos, que se encontram em tal condição pela estereotipia das relações que circulam no grupo primário. Por outro lado na construção do “objeto estético”, o agente de mudança/criador realiza conexões na materialidade do mundo que se encontrava desgarrado como correlato das “rachaduras” inscritas no aparelho psíquico vincular, considerado aqui como “crônica interna” das interações com o mundo¹⁷³.

O criador¹⁷⁴ e o sujeito grupal partilham um processo: para transformar/se transformando agenciam articulações moveis entre aquilo previamente dissociado, localizados na interseção do psicossocial e o sócio-dinâmico. Ocupam papéis variáveis, que oscilam entre o porta voz-bode expiatório e líder da tarefa, nos territórios do socio histórico que transitam. Para se sustentar nesse trabalho interno-externo, gestando relações-vínculos transformadores, o sujeito assume variadas operações/processos:

¹⁷³ Devemos apontar, neste ponto que as contribuições de R. Kaës podem contribuir a gerar novas problemáticas para enriquecer este tópico. Seus aportes para compreender as crises, a implicação psicossocial na sua produção e potencial solução, as noções de ruptura-continuidade-elaboração grupal-criatividade e pulsão de morte, avançam em uma lógica da negatividade que pretendemos indagar em nosso trabalho. Entretanto o rigor por procurar intervenções e aparelhagens conceituais multilineares devem ser reconhecidas como produção consistente na elucidação de novas concepções de aparelho psíquico, novas doutrinas do recalque, dos vínculos, dos grupos, e, decisivamente das topologias a partir das quais compreendemos o “sujeito” (Kaës, 1979).

¹⁷⁴ As relações entre arte e vida aparece já no livro “El nacimiento de la tragedia” de F. Nietzsche (1973). Nos interessa destacar a perplexidade de M. Foucault sobre o afastamento da arte da vida e das pessoas. A partir dali se pergunta: “Mas a vida de todo indivíduo não poderia ser uma obra de arte?” Foucault (1984, p. 331). As contribuições do Gilles Deleuze são incisivas: “O grande erro, o único erro, seria acreditar que uma linha de fuga consiste em fugir da vida; a fuga para o imaginário ou para a arte. Fugir, porém, ao contrário, *é produzir algo real, criar vida, encontrar uma arma*. Em geral, é em um mesmo falso movimento que a vida é reduzida a alguma coisa de pessoal e que a obra deve encontrar seu fim em si mesma, seja como obra total, seja como obra em andamento, e que remete sempre a uma escritura da escritura”. (Deleuze, 2007, p. 40).

- A) Fazer explícito o implícito, o que não significa que seja um processo mecânico nem que seja efetuado de um modo idêntico no processo grupal e o processo de criação estética.
- B) Para fazer implícito e o explícito olham/ sentem aquilo considerado como o “oculto”, “o não desvendado”, “o escuro” nos termos de Giorgio Agamben (2009), gerando novas conexões entre os “pedaços” dos “objetos” que não se integraram. Essa “não integração” não é tão facilmente atribuível, na obra de Enrique Pichon Rivière, ao funcionamento da família estritamente. Sim requer a elucidação das relações entre os modos hegemônicos de funcionamento giga e macro histórico social¹⁷⁵ e as micro e infrapolíticas familiares/grupais recuperadas pelos processos cristalizados e disseminados, por múltiplos equipamentos, que serializam a subjetividade e a sobre-codificam como “interioridade”. Devemos considerar aqui que as dissociações do sujeito se correspondem, em diferença, aos modos dissociados de dizer, pensar, sentir e dizer impostos como “normalidade” sobre o indivíduo alienado ao status quo da sociedade instituída. O “desocular” alude não unicamente a geração de “regimes de visibilidade”, que podem ser confundidos com uma proposta neo-iluminista. Aponta as múltiplas expressividades da capacidade inventiva de associar, conectar, articular aquilo cindido e recusado. Se trata de gerar, nos entre, as pontes que foram demolidas pela exigência de se tornar um sujeito que se afirma negando seu fundamento social, vincular, relacional, situacional e contextual que exige a construção estereotipada de antinomias, ambiguidades e, por tanto, de cisões diversas.
- C) O vínculo, tal como desenvolvido por Enrique Pichon- Rivière, re-clama o trabalho de se re-inventar contemplando o vetor de constituição psíquica pois significaria estabelecer/restabelecer o trabalho de re-associar/associar aquilo que se encontra disgregado “dentro”, “fora” e, portanto, “entre” desde os primórdios da vida. Neste sentido não haveria uma constituição psíquica totalizada em uma origem a ser repetida de modo inexorável.

¹⁷⁵ Propomos, para o funcionamento decorrente da Globalização e seu sedimento Imperialista a denominação de giga político sendo a macro política a dimensão reprodutiva, em pseudo diferenças, na escala regional.

Existiriam processos de ir se constituindo nos campos/espacos/tempos/territorios agenciados nos entre que emergem dos vinculos. O psiquico considerado “crônica interna” das interações com o mundo funciona como sedimentação e narrativa, mais ou menos dinâmica, dos processos de constituição subjetiva e movimentos de subjetivação. Desde esta visão a constituição de subjetividade se inclina para a recuperação do inédito nas redes do já inscrito. O já registrado é, prevalentemente, regulado pelas modalidades de relação estabelecidas sócio-historicamente a partir das modalidades hegemônicas de modulação e vetorização do sujeito. Já os processos de subjetivação são força de alisamento das molaridades (Deleuze & Guattari, 1997) e engessamentos incrustados dentro/fora. Advertimos que estes dois processos se correspondem a funcionamentos diversos que se co-implicam: dialéticos e imanentes. O interjogo constituição subjetiva/processos de subjetivação é impensável sem considerar os “três aspectos do real” e as “três áreas da conduta” interligadas pela vincularidade multilateral de todos os elementos que povoam esses territórios. Esses elementos se encontram em transformação-criação-recriação permanente não sendo estáticos nem imutáveis. A consequência direta destas características nos levam a compreender que postular qualquer psicologia em termos de “individualidade”, significa totalizar o Uno, reivindicando como absoluto o caráter restritivo do polo “reprodutor” desse “indivíduo” impotente se de criar novos radicais se trata. O ser humano é produzido e produtor e nesse sentido é co-criador de si e do mundo sendo imprescindível elucidar as modalidades de alienação dessa capacidade instituinte.

Por sua vez assim como o sujeito que assume suas aptidões de transformação/criação, é um sujeito que habita e é habitado pelos vinculos de modo dinâmico, também devemos advertir que toda a parafernália de laceração que recai sobre as humanidades revolucionárias se direciona, primariamente, aos “entre” nós que as mudanças são produzidas. Sem o agenciamento de vinculos, e, portanto, das entreterritorialidades que estes inauguram, a mudança/criação não é possível. As recuperações pensadas como infra e micro colonizações

operam, fundamentalmente, na estereotipia dos vínculos que se “interiorizam” como Egos parasitários da outreidade e se “encarnam” como corpos doces. Neste ponto também encontramos convergências entre os postulados do Enrique Pichon-Rivière e Félix Guattari:

“O capitalismo se apodera dos seres humanos por dentro” (Guattari, 1977, p. 205)

Se o capitalismo é primariamente a imposição de modos de relação (Kazi, 2006) devemos atender que os fenômenos e processos que lhes atribuímos são emergentes dessas modalidades sendo que estas, pelos caminhos da individualização e coisificação, necessariamente destroem as vincularidades propostas pela Psicologia Social da Práxis. O objetivo mais tangível das hegemonias, que compõem os estratos de poder detentores da administração da vida e da morte (Mbembe, 2011), é suprimir as instâncias em que o sujeito se experimenta como ser dos vínculos, impedindo assim, a recriação/criação do caráter multiplicatório, singular e trans/formador da vidas-humanidades e perpetuando as “cisões”.

Os grupos e a contemporaneidade de Byung Chul-Han e Giorgio Agamben

As linhas trabalhadas anteriormente nos instam a refletir diversos horizontes. Já no prólogo do livro “O processo Grupal”, Enrique Pichon Rivière, seguindo uma ontologia materialista, define que os vínculos são relações intersubjetivas que se constroem e se sustentam nas necessidades. Aqui caberia pontuar, na intensificação da epistemologia convergente, que as necessidades também estão reguladas artificialmente pelo sistema de produção econômico cultural do capitalismo (Baremlitt, 1992). A multiplicação de experts que conduzem condutas, modula corpos, gestos, modos de agir, pensar, sentir, dizer e correlacionam cada uma de essas formatações serializadas a objetos “necessários-inecessários” que se oferecem de “apoio” material que garantiria uma existência plena, por ajustada a um modelo Uno, é um analisador para interrogar as modalidades de esvaziamento dos vínculos no contemporâneo.

O grupo operativo que mobiliza as estruturas vinculares interiorizadas do ECRO primário, abre os processos de mudança e composição de ECROs secundários grupais, críticos e inventivos, questiona a assimilação das necessidades aos procedimentos de mistificação e alienações que retiram a vivência básica de compreensão do necessário não unicamente para sobreviver, senão e fundamentalmente, para viver como ser sócio-histórico. Tal migração, de um esquema para outro, implica existir como “agente de mudança-criador” que, por sua vez e de modo coexistente, muda continuamente. O argumento neste ponto é básico assinalando a imanência entre os conceitos que são trabalhados na obra Pichoniana. Não é possível uma Psicologia Social da Práxis sem a vivência da relevância decisiva e necessária do outro na “própria vida” se compreendemos a vida como criação que nunca é “individual”. Não se trata, unicamente, do registro do outro como entidade diferente do “eu”. Se trata de experimentar que se as necessidades implicam diretamente o intercâmbio de matéria com o meio/contexto, percebendo que esse processo é mediado e humanizado criando singularmente vínculos com

outros. Ratificar a “individualidade-identidade uno” é uma negação da satisfação do necessário dado que aliena as necessidades sempre vinculares para o estatuto do Eu-sem-outro. A abolição da diferença do outro e a edificação do individualismo extremo não se constroem no “vácuo”, são processos produzidos socio-historicamente e, por isso, devemos indagá-los.

Sinteticamente, as prerrogativas do neoliberalismo, podem ser transcritas na proposição rasa: “a diferença permite confirmar o idêntico”. O encontro com o outro, como alteridade, significa experimentar a produção de diferenças e esse processo alude, na dimensão dialética, a abertura de distâncias entre eu-outro-realidade-contexto assim como frestas no Eu alienado ao Uno. Essa distância, como vetor espacial, alude a dimensão topológica emergente da entre-criação neo-territorial de “cada encontro” não se reduzindo a um espaço que “já” estava aí. Neste ponto devemos destacar que na atualização da Psicologia Social da Práxis, nos empenhamos em territorializá-la em termos de Amefrica-ladiniz-ação mas também ampliamos nossas alianças conceituais com autores dos países da Europa que, habitando essa região da terra, efetuam a nosso critério, uma “guerra de guerrilhas” nas entranhas do Império. Pelo que compreendemos, além dos já convocados a povoar este trabalho de maneira mais “extensa”, Byung-Chul Han e Giorgio Agamben formam parte desses “focos” contra hegemônicos. Pelo trabalhado até este momento notaremos o valor da intensificação do ECRO pichoniano se procuramos suscitar encontros com estes dois autores nas esquinas que permitam convergências enriquecedoras para elucidar aquilo que impede a assunção das capacidades criativo-transformadoras das humanidades.

Na sua análise sobre o que denomina “sociedade positiva” (Han, 2017) o filósofo coreano realiza, em termos de Enrique Pichon Rivière, uma “leitura de emergentes” que indicam a composição da “sociedade da transparência”. Inicia o debate enumerando e definindo a transparência em diversos níveis. Tais elucidações, a nosso critério, permitem compreender

os motivos pelos que o grupo, os vínculos, as humanidades transformantes, são um obstáculo a ser disciplinado ou eliminados na imposição do neoliberalismo. Efetuaremos uma cartografia de algumas proposições de Byung-Chul Han que criticam as configurações sociais hegemônicas procurando visualizar suas conexões com a obra pichoniana.

- 1) As coisas (objetos em nossa leitura), sendo despojadas de qualquer negatividade, se tornam “rasas e planas” e se adequam de forma direta, sem mediações, ao “*curso raso do capital, da comunicação e da informação*” (Han, 2017, pp. 9, 10). Seguindo com sua análise assevera que “o dinheiro iguala tudo com tudo” produzindo-se uma homogeneidade das denominadas “coisas”.

O grupo é um dispositivo de elaboração e superação da “transparência-impostura” assim como suscita uma interconexão dos elementos cindidos que são afirmados como a plenitude de totalidades fechadas pelo capitalismo. Tal propósito é logrado considerando a informação e comunicação grupal como processo dialético que oferecem, pela via dos saltos qualitativos, ferramentas da análise crítica e criativa das relações sujeito-objeto (contexto). A comunicação e informação “naturalizadas” são problematizadas de modo contínuo no dispositivo grupal. A “igualação de tudo com tudo”, que retira as diferenças de cada elemento da vida, é questionada transversalmente pelo grupo operativo seja na vivência da dialética dos vínculos assim como na compreensão da recusa do diverso produzida pelos regimes de alienação inerentes ao “socioeconômico” onde o dinheiro funciona também como aplainamento das heterogeneidades.

- 2) As ações se tornam “operacionais” quando se ajustam as prerrogativas da métrica, do “controle”, do que compreendemos como racionalidade pragmática. O estatuto da ação, nas grupalidades, é trabalhado em variadíssimos planos. Aqui é destacável que a operatividade da ação pichoniana desconstrói a racionalidade extensiva e se oferece como afirmação dos processos de transformação. Estes produzem o novo que, na obra pichoniana, agencia “uma

nova tese” referida a uma nova realidade, nunca é “transparente” e, pelo contrário, apresenta novos obstáculos que não são controláveis pela “racionalidade prévia” nem pelos denominados “acúmulos de experiência”. A mudança funciona como parcialidade que não recupera a “experiência da prática” possibilitada, por sua vez, pelas ações tais como fomos definindo-a no transcurso deste trabalho. A operatividade pichoniana não se orienta a afirmar o estabelecido nem se destina a construir modos de controle sobre as ações humanas e submetê-las a equipamentos de reprodução de “atos” cuja “visibilidade” possa ser esgotada na racionalidade.

- 3) A transparência da temporalidade implica a vivência de um tempo raso significando o futuro como presente “disponível” em termos de otimização, rendimento (Han, 2017a), se trata de um tempo “sem evento e sem destino”.

Como debatido a temporalidade emergente dos processos grupais operativos são múltiplos e interconectados dialeticamente e possibilitam o acesso a uma “temporalidade outra”. Isso não implica reduzir positivamente o futuro como consolidação festejante da alienação a um presente regulado por um “cronos” que mede eficácias e eficiências adaptadas ao modelo de “êxito hegemônico”. Os tempos do grupo suscitam eventos-acontecimentos como emergência de tempos intempestivos da criação até daquilo significado como “inútil” pela sociedade do rendimento, mas que potencializam, em regimes de produção que não sempre são “explicáveis” (controláveis), a operatividade grupal. Os processos de criação fazem emergir, a nosso critério, “operatividades aberrantes” ou “operatividades alteradas” pulsadas pelos desvios criativos do processo grupal. Esses desvios “maquinam” novas temporalidades suscitadas em espaços inventados que localizam modos de se vincular inéditos. O grupo delimita um “destino” como horizonte amplo no qual irão se rascunhando os contornos do projeto. Os vínculos que se deflagram nos movimentos de criação supõem uma temporalidade que elucida o presente do “aqui e agora” como opacidade a ser trabalhada de forma não “iluminista”. O presente do grupo operativo funciona como usina enigmática que produz recursos inventivos de realização do

projeto (futuro) se o grupo não “transparenta” a singularidade dos tempos do agora de seu processo.

- 4) A transparência recupera as imagens retirando o suporte de toda dramaturgia, “coreografia e cenografia”, suprime a “profundidade hermenêutica” e tal processo de saqueio “pornográfico” instala uma continuidade ininterrupta entre o “imagem e olho”.

O grupo operativo trabalha o “modelo dramático” (Pichon-Rivière, 1985, p. 141) como “fábrica” de territórios-cenas que permitem “descobrir situações de crises”, trabalhar as ansiedades e obstáculos, elaborando o duplo estatuto do interjogo máscara-transparência (Pichon-Rivière, 1985, p. 145) que as experimentações dramáticas intensificam permitindo sua análise (com a singular hermenêutica da Psicologia Social da Práxis). A práxis dos movimentos dramáticos¹⁷⁶ produzem diferenças não ‘evidentes’ para os esquemas de relação prévios assim como suscita coreografias corporais e incorporais que se produzem nos processos opalescentes do grupo. Por outro lado a prática do grupo operativo exige criar “distâncias óptimas” possibilitando as pausas necessárias para interromper a propagação de um “continuum” de imagéticas rasas emanadas pelos processos de aceleração do capitalismo.

Byung-Chul Han avança e afirma enfaticamente: “Portanto a sociedade da transparência é um abismo infernal do Igual”. A Categoria do Igual, como totalidade fechada, foi interpelada desde o começo deste trabalho se acrescentando agora que ela é base da disseminação alienada da Transparência exigida como banalidade necessária para a perpetuação da sociedade da violência (sobre as diferenças) praticada pela ideologia neoliberal (patriarcal-racista-sexista-classista). Tal imposição do Igual-Infinito que se consolida, em um ilusório Uno-imutável, é

¹⁷⁶ Neste plano de debate é imprescindível consultar os novos horizontes traçados por Gregorio Franklin Baremlitt para fundamentar sua invenção radical: o esquizodrama (Baremlitt, 2022). Para intensificar a compreensão dessa perspectiva resulta necessário avançar na leitura do livro “Esquizodrama: teoria, métodos, técnicas-clínicas” (Baremlitt, Amorim & Hur, 2020).

operada pela “coação por transparência” que dispara uma “reação em cadeia do igual” pois a “negatividade da alteridade e do que é alheio” retarda, pausa, abre intervalos respeito a aceleração do mesmo.

Perante este obstáculo, que a outreidade coloca “freando” o Igual, é imposta a coação e violência sobre as diferenças para acelerar os processos de uniformização transparente. Nesse procedimento de coação/coerção se *elimina* a negatividade e a ambiguidade da linguagem. Pretende-se evitar a superação dialética das contradições a partir da iluminação pretensamente absoluta do comunicacional, totalização forjada para impedir a fluidificação dos intercâmbios possíveis pelo encontro de sujeitos opacos-diferentes. O encontro existe se aceitamos e não suprimimos a dimensão do incompreensível que irá sendo “desocultado “parcialmente em processos dialéticos e complexos que abrirão novos territórios de opacidade não transponível automaticamente na positividade da transparência. No grupo operativo se “retarda” o imediatismo desde o momento em que, seja pelo mútuo estranhamento-mutas outras representações, é sustentada a “atopia do outro” (Han, 2021, p. 9) implicando a renúncia de consumir a alteridade. O grupo corrói o sujeito narcísico, que “vagueia aleatoriamente pelas sombras de si mesmo até que se afoga em si mesmo”, oferecendo a presença do outro como distância, diferença e opacidade.

No grupo operativo a “atopia” do outro funciona como a presença de um outro que está localizado em outro território-estrangeiro em relação aos territórios existenciais reconhecidos. As potências que se suscitam no encontro entre dois territórios, atópicos entre si, desterritorializam o sujeito adaptado passivamente nos espaços sedentarizados de modo transparente enquanto entona cantigas fúnebres ao Eros-Vidas paralisadas no Uno-Revelado. A não eliminação grupal da atopia da alteridade significa também vivenciar e não sacrificar a perplexidade que emerge do estranhamento perante o estilo comunicacional que se transmite

como gagueira-línguas menores-dialetos-signos assignificantes-negatividades significantes.

Avançando no seu pensamento Han assevera:

A coação da transparência falta precisamente esse “tato de finura” (Zahretheit), que nada mais é do que o tato do respeito pela alteridade...frente ao páthos da transparência que domina a sociedade atual, seria necessário exercitar um páthos da distância. (Han, 2017, p. 15).

O grupo operativo se baseia, justamente, no “respeito às diferenças” que não devem ser “negligenciadas”. E tais diferenças só podem ser produzidas pelas paixões que se suscitam “entre” implicando a criação de proximidades fundadas numa distância, de continuidades intercaladas com descontinuidades. Esta afirmação do filósofo coreano é constatável em vários elementos do ECRO pichoniano: positividade-negatividade da relação com a tarefa manifesta que se tensa nas conexões e desconexões com a negatividade das tarefas implícitas que irão se “positivando” sucessivamente desencadeando, assim, outras negatividades a serem “esclarecidas” parcialmente no processo vincular-grupal. A suplementariedade, ou não complementariedade, é claramente outro modelo da perda de distância-opalescência que deve ser trabalhada nos processos grupais, que por ser singulares, se distanciam de qualquer universalidade absolutizada.

As relações transparentes, que Byung-Chul Han considera intrínsecas a contemporaneidade hegemônica, implica que as relações-vínculos que dela emergem sejam caracterizadas como:

“Além do mais, uma relação transparente é uma relação morta, a qual falta toda e qualquer atração, toda e qualquer vivacidade, totalmente transparente é apenas morto” (Han, 2017b, p. 6)

A destruição da autonomia e a deposição da liberdade também provoca a impossibilidade de aceitar a indiscernibilidade da alteridade em termos de opacidade. Han cita Richard Sennet:

“Em vez de uma igualdade da compreensão, de uma igualdade transparente, autonomia significa que aceitamos o que não se compreende no outro-uma igualdade opaca” (Sennet apud Han, 2017 p. 16).

Há outro viés do pensamento do filósofo que estamos trabalhando que também aponta a perda da distância agora sob a ótica da massacre de Eros. Trabalhando as relações entre o erótico-amoroso compreende que a homogeneização do tempo, como tempo do igual, funciona como destruição do encontro. O consumo do outro nas relações da transparência se abstrai do que o autor denomina “cupidez do amor”. Esse processo pode ser conferido na intolerância perante a distância do outro na dimensão das intimidades como analisadoras do “ser contemporâneo”. A retirada do outro como continuidade absolutamente disponível do eu, resulta insuportável para o sujeito narcísico-transparente o impulsionando a outra supressão das distâncias:

“Levinas interpreta tanto as carícias quanto figuras da cupidez erótica. A negatividade da ausência é essencial para ambos. As carícias são “um jogo para algo que se retrai”. (Han, 2017b, p. 33).

A “eliminação da cupidez” seria outro emergente da imposição do Uno sem outro-diferença-alteridade-estranheza-vínculos, enfatizando renovadamente a necessidade de agenciar práticas grupais.

A carícia como nuance da amorosidade-ternura oferece um modelo que espremeremos pelas compreensões que isso pode produzir. Será suportável o arrepiado pelo encontro

de duas peles? A distância ínfima da pele é tolerada pelo sujeito transparente alienado ao seu narcisismo hipertrofiado? A situação inicial da ação de acariciar supõe o encontro de duas peles alisadas: o sujeito do vínculo dialético compreende o liso como delimitação entre-corpos e como superfície de intercâmbios intensivos. O sujeito cansado de si pelo rendimento e positivado aceleradamente pode perceber o alisamento da pele da outra pessoa como superfície de continuidade sobre a qual estender seus domínios. O apontamento de Byung-Chul Han, citando E. Levinas, dá por sentado alguns fenômenos e assim omite explicações necessárias. Mas certamente não poderíamos realizá-las sem as conexões que o filósofo citado constrói. O sujeito dialético-vincular suporta o arrepio deflagrado pela carícia pois esta estabelece pontos de contato entre peles, assim como distanciamento delas. A proximidade negada pela distância permite novos agenciamentos criando proximidades unicamente perceptíveis pelas distâncias do que se retrai.

As distâncias são vividas através das proximidades e vice-versa, esboçam em regimes de contraposição de diferenças que podem vir a ser convergentes, não eliminando as singularidades e seus contornos em atos de “conquista”. O ser da transparência procurará recusar a vivência do arrepio do outro seja porque o humaniza e o retira da condição de coisa, seja porque a alteridade continuará sendo uma extensão de si na abolição das diferenças. Por outro lado a alteridade oferece, como retirada da continuidade ininterrupta de peles que se fagocitam, resistência ontológica “epidérmica”. As diferenças colocam opacidades que ora são eliminadas para reafirmar o caráter alienado-transparente da existência, ora suscitam o processo, possível nos grupos, de elaboração da própria multiplicidade-singularidade esmeriladas pelo aplainamento das vidas.

Desse modo podemos compreender novos sentidos da necessidade de trabalhar a bi corporeidade como base do vínculo, a construção e reinvenção dos esquemas corporais a partir

de movimentos (que delimitam proximidades-distâncias duras-métricas e moleculares-intensivas), os agenciamentos entre-corporeidades cujas “fusões secundárias” são possíveis por distâncias mínimas mas que não as pulverizam, a pele considerada como “profundidade”, a descolonização dos corpos-subjetividades, as racializações e composições de gênero multiplicatórias como afirmação de potência e singularidades. Correlativamente notamos a relevância de “apapachar” como ação do Bom Viver que “entre-arrepiam” almas parindo novos corpos gestados e gestando ancestralidades que nos dignificam honrando nossa terra.

Neste sentido o grupo operativo pichoniano também funciona como dispositivo de desconstrução da transparência: a relação com as tarefas e a interação-interjogo de papéis exige uma complementariedade que unicamente é possível pela diferenciação dos membros e a definição de suas identidades (não estáticas) que esboça contornos-limites¹⁷⁷ (Pichon-Rivière, 1985, p. 132) quebrando-se as relações “siamésicas” já trabalhadas anteriormente. Para o fundador da Psicologia Social da Práxis a recriação-criação de limites, que possibilitam as distâncias ótimas dos entre-vínculos, permitem a invenção coletiva sobre a base do encontro de alteridades (Pichon-Rivière, 1985, p.133). Isso se multiplica em “ascenso social” não medido em termos de reprodução capitalista e sim de produção de “liberdade interior”, solidariedade, diminuição da dependência e resistência ao submetimento. Tais linhas do processo do grupo operativo não supõem “compreender totalmente ao outro” e sim requerem sustentar entre-perplexidades que nos movam a criar espaços de encontro onde as compreensões são mutuamente parciais no processo da espiral dialética.

A proposta Pichoniana é francamente anti-transparente-contrapositiva, pois Byung-Chul Han declara qual é a renúncia fundamental deste tipo de sociedade:

¹⁷⁷ Esses limites-contornos funcionam como opacidades “adquiridas” assim como as heterogeneidades suscitadas em e pelo processo do grupo.

“A sociedade positiva se despede tanto da dialética quanto da hermenêutica, sendo que a dialética, repousa na negatividade” (Han, 2017, p. 18).

Se detendo, estabelecendo pausas concisas, o professor da Universidade de Berlim prossegue denunciando o neo-iluminismo da sociedade da transparência na qual pensar se reduz a “calcular” (o pensamento racional extensivo e o racionalismo/lógica formal que denuncia EPR). Assim como na sociedade positiva não se admitem “sentimentos negativos” também se produzem teorias que subtraem do processo da teorização sua característica básica: a manifestação da negatividade. A omissão do sentir está amplamente trabalhada pelo Enrique Pichon Rivière e o início de todo grupo operativo exige o trabalho de “ansiedades-medos-crises” o que nos oferece outra pista para conectar o ECRO pichoniano com esta proposta filosófica¹⁷⁸.

Outra motivação para destruir os vínculos-modos de se agenciar sujeito social-grupal-transformador, que reiteradamente aponta para o valor das práticas grupais com abordagem na sua complexidade, também é apontada pelo prolífico filósofo coreano:

A coerção por transparência estabiliza o sistema existente de maneira bastante eficiente. Dentro dela não se encontra qualquer negatividade que pudesse colocar em questão sistema político econômico vigente; ela está cega em relação ao lado exterior do sistema; simplesmente confirma e otimiza o que já existe. (Han, 2017, p. 24)

Nesse sentido efetuamos um extenso debate referido a alinhamentos e ao critério de “melhorar as condições de vida” que reafirmam, pela via da otimização, aquilo que já existe. Assim como enfatizamos as críticas a dimensão socioeconômica e considerações críticas na

¹⁷⁸ Temos em conta que nossa base conceitual sobre a opalescência reconhece seu primeiro, e talvez mais importante, platô nas discussões ao respeito elaboradas por E. Gilssant. As propostas de Byung Chul Han são para nós complementares e aludem a modos de funcionamento social esclarecidos de outro modo mas que não se excluem mutuamente.

dimensão política, realizadas em distintas direções pelo EPR. Acrescentamos que o debate sobre o “fora” deve incluir também a positividade decretada como “felicidade” dos “dentros” transparentados.

As contribuições de Han não se esgotam naquilo que temos pinçado até aqui. Realizaremos uma breve cartografia de outras linhas conceituais por ele oferecidas procurando seus encontros com a obra de EPR.

No livro *Sociedade do Cansaço* (Han, 2020) o autor diferencia diversos modos de funcionamento social e questiona sua vigência. Para tal propósito distingue dois modelos de funcionamento: o imunológico e o neuronal. No primeiro, que se corresponde a sociedade panóptica de M. Foucault (1999; 2008) encontramos que o “estranho é eliminado em virtude de sua alteridade” (Han, 2020, p. 9), vislumbramos muros, cercos, alambradas que supostamente não suportariam a globalização que encontra nessas diferenciações “topológicas” um obstáculo. Para manter os compartimentos estanques se nega a negatividade do outro suprimindo, novamente, a dialética e a alteridade. A violência, neste caso, provém preponderantemente do Igual e do positivo não relativizado pelo negativo.

Na segunda, a neurológica, como paradigma que vai sendo construído, notamos uma desapareição da alteridade e da estranheza e uma aparição destacada da diferença, mas despossuída do “agulhão da estranheza” (Han, 2020, p. 11). Em outras palavras existiria uma diferença formal, admitida pela racionalidade única-instrumental-imediatista, mas saqueada da alteridade-estranheza da existência singular da qual emerge¹⁷⁹. As reações não “imunológicas”

¹⁷⁹ A radicalidade do embate de Byung-Chul Han com a sociedade da transparência-cansaço, centrando suas críticas também a uma vetorização dos vínculos pelo caminho totalizado dos “likes” que eliminam a possibilidade de expressar o que desagrade - o levam a dizer que “o estranho cede lugar ao exótico. O *tourist* viaja para visitá-lo” (Han, 2020, p. 11). Isto sugere, a nosso entender, uma nova colonização do estranho, que com a eliminação das alteridades, promove o consumo- parasita das diferenças “exóticas”.

respondem a um “excesso do igual, um exagero de positividade” gerando uma violência mais velada, imperceptível e imanente ao sistema¹⁸⁰ (Han, 2020, p. 19).

O que nos interessa agora é destacar que aparece descrito como, seguindo Han, é fabricada uma diferença lhe arrebatando sua inscrição e relação com a alteridade e a estranheza. Essa fabricação funciona como base do processo complexo de sujeitos que estão em guerra consigo mesmos (Han, 2020, p. 29) se exigindo o incremento ininterrupto do desempenho e de uma “qualidade de vida” esvaziada de negatividade em sentido estrito e amplo. Novamente as práticas grupais grupo se oferecem como dispositivo de entrelaçamento alteridade-diferença-estranhamento deflagrando fluxos contrários aos esvaziamentos hegemônicos das diferenças. A nosso critério esse é um dos motivos que explicam a resistência e banalização operada sobre as práticas com grupos: são contra hegemônicas e contraculturais.

Considerando outra compreensão sobre a contemporaneidade, migraremos para postulações de Giorgio Agamben sobre esse período-evento da humanidade, supondo que nossa itinerância irá produzir outras conexões para atualizar a Epistemologia Convergente. A partir de nossas reflexões sobre parte da obra de Byung-Chul Han buscamos re-contextualizar a Psicologia Social da Práxis em horizontes enriquecedores relacionados a aqueles que debatemos no começo deste trabalho. Concomitantemente apontamos para a potência do grupo operativo na contemporaneidade transparente e do cansaço desde o momento que repõe a dialética, em variadíssimos planos, inscrevendo as tensões negativo-positivo não traduzíveis em termos do “neo-iluminismo”. As características da contemporaneidade transparente elucidam, pelo menos parcialmente, o movimento de destituição do caráter sócio-histórico das humanidades assim como esclarece a rejeição operada sobre as práticas grupais críticas. O

¹⁸⁰ Nesse plano de reflexão, quando Byung-Chul Han afirma que na sociedade neuronal haveria um “Terror da imanência”, pela imanência da transparência-positivação-desempenho no sistema capitalista. Não nos resulta claro como o autor pensa e define o conceito de “imanente”. A nosso critério, nesta fase de sua produção filosófica parte da concepção que homologa imanência a “essencial”.

filósofo italiano será convocado agora para corroborar se a Psicologia Social da Práxis é contemporânea.

A definição do contemporâneo apresentada pelo Giorgio Agamben (2009) abre novos caminhos para entender a proposta Pichoniana e sua atualidade:

A contemporaneidade, por tanto, é uma *singular* relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a estas aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, precisamente por isso, não conseguem vê-la, não conseguem manter o olhar fixo sobre ela. (Agamben, 2009, p. 59).

Novamente aparece a distância como fundamento de uma relação, neste caso com o tempo denominado “contemporaneidade”. Algumas esclarecimentos se fazem necessárias: o anacronismo neste autor alude ao “tempo intempestivo” do F. Nietzsche e não a uma viscosidade posicional referido a um passado glorificado. No contexto da obra deste filósofo, a “dissociação” não implicam as cisões que temos criticado, senão que apontam para uma quebra do imediatismo que liquidifica as distâncias que possibilitam compreender os registros temporais da existência diferenciados-relacionados inventivamente com uma ênfase no agora. A partir da ruptura do ininterrupto e daquilo que idealiza o pretérito o filósofo elucida os fenômenos-causas que emergem como acontecimentos intempestivos. A nosso critério as proposições de Giorgio Agamben podem ser relacionadas com a noção de “distância ótima” desenvolvidas pelo José Bleger (1984) e com a postulação do enquadre relacionado as atividades das psicologias. A teorização do enquadre realizado por J. Bleger é aquele que orienta Enrique Pichon Rivière para plantear o enquadre do grupo operativo. Tal distância ótima,

produzida pela dissociação instrumental, permite, segundo Bleger (1984, p. 48), se identificar com os eventos e pessoas, mas mantendo “uma certa distância”.

Estas relações conceituais podem avançar para outros horizontes de elucidação interligados.

O filósofo italiano analisa inventivamente o poema “O século” de Osip Mandelstam (1891-1938) para avançar na sua caracterização do contemporâneo¹⁸¹.

Segundo Agamben o poeta russo no processo de criação, vivendo o tempo de passagem entre dois séculos localizando sua posição singular no contemporâneo, realiza “quebras” e “suturas”¹⁸². Para realizar seu trabalho de criação como sujeito do contemporâneo sustenta ações que o definem como sujeito desse tempo-lugar:

[...] contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são, para quem deles *experimenta* contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente. (Agamben, 2009, pp. 62, 63)

No grupo operativo se trata, a partir da posição da coordenação e processualmente como localização do grupo, de “olhar” para o velado desvendando o oculto que opera na luminosidade

¹⁸¹ Em variadas atividades que partilhamos com Vicente Zito Lema (1942-2022), durante mais de 25 anos, me relatou que para Enrique Pichon Rivière os denominados “poetas malditos” em geral e os surrealistas em particular, eram suas referências para refletir os processos de criação. Isidoro Ducasse, Arthur Rimbaud, Antonin Artaud se destacavam em seu esquema de referência. Dentre estes quem parece se aproximar ao tratamento do tempo que trabalha G. Agamben e ao trabalhado por EPR é Arthur Rimbaud. Este poeta se apresenta como “ladrão de fogo”, referindo, a nosso critério, que criando acede ao virtual. Por outro lado o criador francês se antecipa ao seu tempo, “dando forma ao informe”, produzindo novas conexões que lhe permitem dizer “Eu sou outro”, indicando talvez, processos de “adaptação ativa a realidade”.

¹⁸² Nos remetemos novamente aos postulados de René Kaës sobre as noções de “ruptura” e “sutura” já aludidas.

do manifesto. Por outro lado, tal como o compreendemos, a obra de EPR é escrita submergindo seus instrumentos de escrita em aspectos não manifestos de seus tempos.

Giorgio Agamben propõe um tipo de olhar caracterizado como “fixo”. Esse atributo pode denotar a quietude que temos criticado renovadamente, entretanto compreendemos que o autor está descrevendo uma “pausa” contraposta à velocidade das “luzes” do capitalismo/neo-iluminismo transparente. As pausas-intervalos quebram os holofotes onde o sujeito do desempenho brilha executando suas opacidades que o determinariam como ser social/contemporâneo não positivo¹⁸³.

O filósofo nascido em Roma, utilizando noções da ótica e da astrofísica, avança para explicitar que essa posição fixa não é de “passividade”. Postula um olhar fixo que exige a capacidade, por parte do sujeito do contemporâneo de não se encegecer pelas luzes para “entrever nessas a parte da sombra, a sua íntima obscuridade”.

Tomando em conta essas caracterizações o grupo seria, como plano intermediário (e não unicamente “estrutura intermediária”), uma superfície de penumbras e, nesse sentido, uma instância de conexão multilateral do “explícito-implícito”. Na atualização do grupo operativo o explícito não se equipara a “luz”. O trabalho na Psicologia Social da Práxis nos insta a “morder” as luzes convidando para nos entrever nas suas obscuridades, questão que já aparece formulada na concepção de “vida cotidiana” de EPR e sistematizada com Ana Pampliega de Quiroga. A

¹⁸³ Não notamos uma incidência do racismo na caracterização do “escuro”, mas preferimos “velado”, “oculto”. Aproveitamos para dizer, que a nosso critério, há que modificar enfaticamente a definição, influenciada pelas reflexões Aristotélicas sobre a tragédia, da noção de “drama” e suas conexões com os grupos. Em um ponto, claramente desafortunado por se inscrever em expressões racistas, Pichon Rivière distingue dois subgrupos: o “branco” e o “negro”. O “grupo negro” da tragédia grega é aquele que monta “armadilhas” ao “grupo branco” que representa muitas vezes “o amor”. EPR diz que estes grupos, como nas tragédias da Antiguidade seguem “peripécias” que levam a “entre-mesclas” e “ensombrecimentos” até que se “esclarecem”. Esta sequência não leva em conta o que seria esse “amor branco” dos gregos e que montar armadilhas a esse modelo provavelmente seja o caminho de transformar as relações de “amor” derivadas da branquitude. Por mais que entendemos o sentido do “esclarecer” em geral, particularmente neste contexto traz consequências na esfera do pensamento crítico que não aceitamos. Continuaremos tendo em amor enegrecido pela obra de EPR.

explicitação do implícito reestabelece a composição luzes-sombras que, manifestadas em suas conexões complexas, nos levam a outro ciclo da espiral dialética que não deve suscitar um apaixonamento pelo que aparentemente se “iluminou”.

Se adentrando no modo de experimentar o tempo por parte do sujeito contemporâneo, o diretor de “Quarta prosa” propõe:

A contemporaneidade se no presente assinalando-o antes de tudo como arcaico, e somente quem percebe no mais moderno e recente os índices e assinaturas do arcaico pode ser contemporâneo. Arcaico significa: próximo de arké, isto é da origem. Mas a origem não está situada apenas num passado cronológico: ela é contemporânea ao devir histórico e não cessa de operar neste, como o embrião continua a agir nos tecidos do organismo maduro e a criança na vida psíquica do adulto. (Nietzsche, 2003, p. 69)

O grupo como dispositivo de agenciamento do sujeito contemporâneo, não empresário de si mesmo, considera a temporalidade que propõe G. Agamben como fundamento da Psicologia Social da Práxis. O “devir histórico”, que também funciona como lampejos do atual e não unicamente como relação com as origens, nos insta a relacionar as pulsações nos corpos presentes dos “proto-esquemas” corporais que nos constituem. O devir aludido deste modo, nos convida a enlaçar grupalmente (entre-estrato-vincularidade) as correlações possíveis entre vínculos internos-externos em todas as camadas do dispositivo psíquico relacional que ressoa nos aqui-agora. Podemos efetuar essas relações do presente-arcaico com todas as categorias de EPR assim como ele se propõe, mas também procurando encontrar novas direções prático-conceituais. Em outro platô, o sujeito grupal atende a aquilo não vivido no vivido a partir da conexão do cindido e inventando experiências da prática e da ação. Isso se entretetece, segundo Agamben, com outra operação do sujeito do contemporâneo: “introduzir no tempo uma essencial desomogeneidade” (Agamben, 2009, p. 71) para assim aceder ao “tempo do agora”:

[...] é também aquele que dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e colocá-lo em relação a outros tempos, de nele ler de modo inédito a história...e como se aquela invisível luz, que é o escuro do presente, projetasse sua sombra para o passado, e este tocado por esse facho de sombra, adquirisse a capacidade de responder as trevas do agora. (Agamben, 2009, p. 72).

Esse modo de “dividir e interpolar” a temporalidade em termos não homogêneos proposto pelo filósofo, é criado em variadas operações que se agenciam nas relações grupo-enquadre-coordenação. Isso implica produzir distâncias em relação ao imediato, criando novas relações entre aquilo que compreendemos-re-compreendemos de nossos processos como humanidades em situação. EPR descreve essa possibilidade ao propor a recriação da temporalidade de modo não alienado nas relações transferência-contratransferência nos âmbitos grupais. Nessa descrição aparece o termo “iluminar” que, a nosso critério, revela os pontos sutis de continuidade da doutrina freudiana neste na obra pichoniana:

Interpretar é iluminar o caráter transferencial dos conteúdos que se manifestam como condutas inadequadas¹⁸⁴. É confrontar dois tempos: o arcaico das fantasias e o aqui e agora, o presente da situação do grupo. Essa confrontação temporal e a desocultação do “como se” transferencial, acompanhada pelo apontamento das ansiedades básicas operantes permitem, a partir do insight *a modificação da atitude reprodutora pela criativa da aprendizagem, da leitura operativa da realidade*” (Pichon-Rivière, 1985, p. 195, Tradução e grifo nosso)

O trabalho de interpretar exige uma “arqueologia” que deve reconhecer os “estratos” assim como os territórios- geografias de aqui-ali que operam de diversos modos no “agora”.

¹⁸⁴ O “inadequado” aqui alude a obstáculos-resistências que aparecem no papel do “líder da resistência” e no que obstaculiza a pertinência e, assim, manifestando “impertinência” em relação a tarefa.

Nesse sentido, além das noções arqueológicas do EPR propomos articular a do Giorgio Agamben que instam a praticar uma arqueologia que “não regrida, no entanto, a um passado remoto”, senão que permita elucidar aquilo que no presente “não podemos viver”.

O criador da Psicologia Social da Práxis indaga:

O que seria o arcaico no grupo? Unicamente podemos responder a estas perguntas analisando a relação dialética de indivíduo-grupo, que como oposição dilemática tem constituído um verdadeiro obstáculo epistemológico na construção das teorias grupais... nos interessa apontar, entretanto, que o conhecimento das forças que operam no grupo, das gênesis de muitas delas, unicamente pode ser lograda por uma “tarefa arqueológica”.

(Pichon-Rivière, 1985, p. 195, tradução nossa)

Esses “arcaicos” exigem dirigir a atenção para o aqui e agora motorizado também pelas sombras refratadas do “arkê” que se atualiza como tempo intempestivo e, para EPR, manifesta as ancoragens fixas em um passado que, contrastadas com a mobilidade do que irrompe como novidade suscita “ansiedades”. Os obstáculos e resistências a mudança, no esquema dinâmico da epistemologia convergente, irão sendo superadas pelo processo dialético sujeitos-vínculos-grupo-tarefas agenciando outra posição perante as histórias e, portanto, outro modo de intervir de forma transformadora nelas.

Os grupos praticados sob perspectivas críticas são resistidos, segundo entendemos, por ser “anti contemporaneidade transparente-positiva” e se apresentar como dispositivos de criação de vínculos que agenciem contemporaneidades opalescentes. Este tipo de grupos criam entre-olhares, entre-peles, entre-experiências que, atendendo as sombras, produzem distâncias que possibilitam outras proximidades, quebras que inventam outras conexões, tarefas que não são traduzíveis ao desempenho- rendimento, experiências sobre o não vivido, “agoras” que não

são continuidade da “realidade iluminada” e do “eu neo-iluminista”, renuncias ao cálculo racionalista e rabiscos de bricolagens existenciais que não são assimiláveis a nenhuma “numerificação”.

O grupo como naufrágio da individualidade neoliberal. Considerações intermediárias

As argumentações efetuadas até aqui exigem realizar outras reflexões sobre a sociedade contemporânea. Esta exigência permite visualizar o valor da Psicologia Social da Práxis, a necessidade de atualizar alguns de seus princípios conceituais, a relevância de praticar os grupos operativos renovando a possibilidade de elucidar dispositivos de recriação-criação do estatuto histórico-social das humanidades. Se o sujeito é eminentemente social (Pichon-Rivière, 1985) compreender o funcionamento dessa sociedade, visando a crítica ao individualismo neoliberal, esboça os contornos problemáticos em que a obra pichoniana se debate hoje. Se trata de considerações intermediárias pois ressignificam a trabalhado até aqui e abrem novas possibilidades de trabalho futuros.

A aderência absoluta ao próprio tempo, ao presente como o imediato se corresponde, como compreendemos, a aceleração dos processos do capitalismo¹⁸⁵. A expansão deste sistema sem interrupções, que recupera de forma imediata os novos territórios/linhas/processos/agenciamentos/movimentos/sensibilidades sob as prerrogativas de sua axiomática, obstaculiza substancialmente a experiência do “agora” como atualização do novo radical. Neste sentido é muito auspiciosa a contribuição do Benito Eduardo Araújo Maeso (2020) quando, no capítulo “A bolha: o ativismo de si e da mercadoria”, coloca asseverações inquietantes que nos impulsionam a procurar mais elementos para destacar a relevância dos processos grupais:

“[...] a lógica da autorreferencialidade do sujeito neoliberal...também é visível na própria contestação ao sistema” (Maeso, 2020, p. 182)

¹⁸⁵ No seu livro “Lembranças da loucura” Jorge Bichueti (1999, p. 50) o autor realiza uma afirmação substancial que sintetiza uma característica fundamental da obra pichoniana e que talvez elucide porque esta é tão resistida: “Com Pichon, o individualismo psicológico é assassinado”. Esse individualismo psicológico é para nós a base da “Psicologia transparente” justificadora de todo aquilo que criticamos neste trabalho.

Tal “autorreferencialidade” implica primariamente a supressão das distancias com os outros- mundos e assim o sujeito engessa as distancias que reconhece como as únicas: as que lhe permitem um voltar- voltar-se para si.

A denominada ascensão da subjetividade neoliberal, descrita pelo autor, não é dissociável do fenômeno da aceleração desse sistema de produção econômico cultural. Sendo assim a fetichização, característica daquele funcionamento, não deixa de recuperar a sociedade-subjetividade sob formas alarmantes: “a mercadoria ativista” assim como o “ativismo da mercadoria” são modos de assimilação das multiplicidades-singularidades.

Em ambos os polos dessa caracterização o imediatismo é algo a ser considerado de forma especial visando que as “mediações” se restringem ao campo reprodutivo das representações. Isso nos leva a indagar que reproduzem as representações submetidas a lógica da aceleração do imediato. Sem defender o caráter reprodutivo das representações parece que, neste momento histórico, estivéssemos chamados a reivindicá-las. Inclusive para que reproduzam algo que não seja o vácuo como imediato. Não consideramos que devemos efetuar um elogio linear as representações pois temos sustentado críticas sobre certos modos de concebê-las. Entretanto, perante a demolição macro e micro fascista da dimensão simbólica atrelada a uma retirada de “volume” sobre o que as representações representam, um arrasamento dos modos de processar mediações que nos retirem da concretude do imediato, intensificamos nossa concordância com EPR na necessidade de criar “mútuas representações”. Unicamente insistiremos que estas últimas geram, a nosso critério, conectadas ao mútuo estranhamento, a coexistência opaca/não imediata de alteridades.

Enrique Pichon Rivière compreende a realidade multifacetada e variável definindo, a partir de relações dinâmicas, os territórios vibráteis que referem o “sujeito em situação” (Pichon-Rivière, 1985, p.205) a regimes de não imediatez.

No atual contexto sócio-político e histórico de nossos cotidianos o tempo e o espaço se tornam cada vez mais impactantes em nossas vidas pessoais, sociais, profissionais, acadêmicas e também na vida psíquica. O impacto dos acontecimentos que movem o mundo contemporâneo de hoje afeta diretamente, quase sem mediações, nossa vida. Esse regime de afetações e afeições da contemporaneidade se compõe de um modo singular respeito a outros modos de estabelecimento das relações entre as determinações complexas do processo saúde-doença e os modos de existir que foram sendo consumados em outros momentos da história e distintos modos de organização social. São colocados vários problemas para a Psicologia Social da Práxis que reclamam o trabalho sobre novos funcionamentos sociais, compreendê-los e inventar práticas-discursos-fazerem para elucidar os processos de agenciamento de vidas libertárias assim como as determinações que produzem sofrimento. Se a psicopatologia, segundo EPR, deve ser entendida a partir de critérios de saúde (Pichon-Rivière, 1985), também é necessário debater como ela é definida, compreendida e vivida.

No contemporâneo o sujeito deve (e supostamente pode) procurar freneticamente sua “saúde” como imperativo derivado da tirania da alegria e da satisfação perante um rendimento que o exaure. São postuladas assim neo-adaptações passivas como modo de ser “saudável” e “eficaz” ao mesmo tempo. A nosso critério há um mandato para se harmonizar na transparência, para render cada vez mais, para esgotar a criatividade no desempenho e realizações estéticas homogêneas, para ingressar na dimensão erótica como objeto consumível ou consumidor de um outro positivado. A cilada é supor que se Pichon se desloca dos critérios psicopatológicos centrados na “doença” e parte para uma concepção centrada na saúde, devemos abraçar alienadamente a proposta de saúde hegemônica como mercadoria consumível pelo sujeito neo-liberal. A pergunta, como apontamos em várias dimensões, é de indagar de que saúde se trata, como funciona, qual sujeito é proposto, como as relações humanidades-sociedades são pensadas.

Analisar e elucidar as características distintivas das determinações sócio-históricas dos modos de sofrer na atualidade vem se constituindo como campo epistêmico a ser problematizado por psicólogos, médicos, antropólogos, sociólogos, economistas, filósofos que compreendem sua função procurando construir um papel crítico respeito daqueles que funcionam reproduzindo e mistificando os interesses da hegemonia. Se trata de desvendar criticamente o emaranhado de diagramas, programas, equipamentos, instituições, procedimentos, fatos, processos, posições, disposições, localizações e fenômenos que funcionam como multideterminações da pluralidade fenomênica que institui e naturaliza sociedades que se organizam sob os fundamentos do mal-estar e o extermínio das classes subalternas, renovando a eliminação dos tipificados como diferentes-dissidentes. A psicologia Social da Práxis, como todos os esforços por agenciar dispositivos de relação de conhecimentos- práticas grupais críticas, se enfrentam a novos desafios a serem problematizados pelos caminhos das experiências das práticas e suas conexões com a produção de conceitos.

Byung-Chul Han (2020), como temos discutido, estabelece um debate que aponta para duas direções: a superação da “sociedade imunológica” para uma “sociedade neuronal” ou a coexistência de ambos paradigmas mas com uma clara ênfase do segundo. Sofrimentos como a depressão, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), dentre outras expressões de mal-estar, são constados em textos institucionais das organizações médicas e de saúde como o CID-10 e DSM-V, tomam conta do que Han chama de paisagem patológica. Os sofrimentos psíquicos que afetam o sujeito são produzidos *também* por uma violência quase imperceptível e de uma forma mais intensa. Podemos atribuir esses sofrimentos de ordem psíquica ao cenário de violência cotidiana e institucionalizada que é reivindicada como “natural” pela economia neoliberal produzindo mal-estar e afetando ‘estruturalmente” os modos de vida dos sujeitos coletivos. O motivo é simples: esse modo de produção econômica

destitui, produz abolições da condição sócio-histórica “oferecendo” a “afirmação ontológica” de ser um amo de si mesmo que, na sua liberdade isolada, se exige o máximo desempenho despossuído de seus vínculos como definidos pelo EPR.

Para compreender o deslocamento da sociedade imunológica para uma sociedade neuronal, Han sustenta seus argumentos analisando variados fenômenos interconectados que podemos sintetizar como: a desapareição da negatividade em favor da positividade totalizada, a destituição da alteridade na reificação do mesmo/império do Igual, a agonia desastrosa do Eros, a constituição de uma sociedade do cansaço com um sujeito que se comporta como empresário de si mesmo, a aparente superação da sociedade do controle a favor de uma sociedade do rendimento, a aparição de um Neo Iluminismo racionalista que reduz a vida a uma pragmática rasa. Não menos relevante são suas considerações sobre a destituição das possibilidades que se criam quando a negatividade se expressa por ela própria. O filósofo sul coreano elucida os processos de pulverização dos vínculos provocadas pelo arrasamento do opaco onde residem as autonomias, denuncia a carbonização das almas que já não agenciam um ponto de contato consigo mesmas além da uma exposição absoluta formatada como felicidade contínua, oca e sem intervalos, uma espécie de overdose da positividade e da transparência.

Byung-Chul Han estabelece categorias de análise macro e micro-políticas, as conecta a partir da proposição de novos conceitos que explicam as causalidades de fenômenos complexos da contemporaneidade, porém não trabalha a dimensão dos movimentos sócio históricos em sua materialidade dialética.

Trabalharemos a possibilidade de problematizar as dimensões macro e micropolíticas, que esse autor analisa de modo potente, incluindo a relação dialético material entre estas. O interjogo dialético concreto, que se estabelece de modo dinâmico entre os planos aludidos, definem também os territórios, contextos e situações em que e quando o ser histórico social se depara com seus processos de constituição e desenvolvimento. A relevância deste debate pode

ser visualizada como uma tentativa de repor a singularidade dos processos psicossociais e sócio-dinâmicos em mútua retroalimentação.

As reflexões sobre estes assuntos muitas vezes são simplificadas pela institucionalização de antinomias que totalizam determinados elementos que são propostos como fonte de explicações axiomáticas pretendendo esgotar as análises sobre os devires das humanidades. Uma das questões que organizam esta possibilidade, complementar a do Byung-Chul Han, se sintetiza na demarcação de um fenômeno que necessariamente deve ser elucidado: desde a década de 90, nas interseções colocadas pela filosofia pós moderna e a imposição planetária das práticas político econômicas neoliberais, aparecem as enunciações, relativamente articuladas nas práticas hegemônicas, que anunciam a morte das ideologias, o fim da história, do trabalho, dos relatos sociais, das “grandes utopias”, a necessidade de privatizar o Estado conjuntamente a proposição de uma nova ordem mundial cuja territorialidade supostamente suporta e se retrai a uma “aldeia global”.

A complexidade a qual nos referimos encontra nesses organizadores pontos de redução, ambiguidade, rasificação, banalização que se comportam como novos fundamentos que instituem neo arcaísmos: a proliferação veloz, central e capilar, a vertiginosidade de erguer certezas que se baseiam na disseminação da ambiguidade como horizonte de produção de subjetividade serializada. Uma nova ordem mundial a partir de seus modos totalizados de composição declamando a transparência das liberdades democráticas dos seres humanos. Essa declamação se funde indiscriminadamente à reivindicação das diferenças a partir de ações de supressão e extermínio das heterogeneidades. “Nascem” as guerras “preventivas” e as imposições de um único regime de produção econômico cultural: o Capitalismo Mundial Integrado (Deleuze & Guattari, 1972) e o sujeito asujeitado e adaptado passivamente ao modelo de individualidade que o reproduz afirmando sua eficácia e eficiência sobre si eliminando o outro no “mercado” a traves da competência extrema.

Nos deparamos com uma das bases do sofrimento: se no sujeito não há nada fora do sócio histórico (Pichon-Rivière, 1985) o ataque ao seu fundamento, através da violência generalizada sobre as diferenças/alteridades/singularidades/vínculos, reverte a multiplicidade dos entre e suas potências sobre o sujeito isolado que desgarras as conexões com aquilo que o constitui. É arrasada a base constitutiva do sujeito que o estrutura como ser humano social para referi-lo a uma condição “igualdade” que anula a diferença como multiplicidade. Essa composição de individualidade totalizada determina Rivalidades cruéis (Barembiltt, Kazi & Luciardo, 2006) onde o sujeito começa a ser “empresário de si mesmo”, compondo a afirmação de seu ego na relação com as coisas transparentes, a morte de eros e o cansaço como consumação da vitalidade. A passagem do “tu deves” ao “tu podes” (Han, 2017b) são prerrogativas da Nova Ordem Mundial que se autoafirma na individualidade sem outro, na re-imposição ambígua de um Uno que supostamente acolhe de modo centrífugo as variações, heterogeneidades e diferenças. Esse movimento de institucionalização universal do Igualnarcisista não supõe a superação da sociedade do controle, e sim sua transformação: assim como o sistema panóptico implica uma economia no exercício do controle e disciplina respeito dos equipamentos de tortura e punição prévios, atualmente o sistema econômico cultural neoliberal configura uma nova composição e conexão dos elementos que configuram os novos modos de vigilância-controle-punição-homogeneização. Han (2020) propõe que o que o imperativo do desempenho implica que:

A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo não. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade do desempenho, ao contrário produz depressivos e fracassados.... Para elevar a produtividade, o paradigma da disciplina é substituído pelo paradigma do desempenho ou pelo esquema positivo do poder. A positividade do poder é bem mais eficiente que a negatividade do dever... o sujeito do desempenho é mais rápido e mais produtivo que o sujeito da obediência. (Han, 2020, pp. 24, 25)

A relação dialética, de tensão contraditória entre controlador-controlado, se dilui em processos em que a subjetividade do torturado se comporta como extensão da subjetividade do torturador. Se constrói um novo processo em que se instrumentam neo-escravidades nas que o horizonte da liberdade e autonomia são substituídos pela conservação empobrecida da vida que depende da participação ativa do condenado nos suplícios que lhe aplicam. Os castigo se perpetuam no nascimento de uma nova estratégia psíquico-subjetiva: configurar modalidades de automutilação de si que se correspondem com as tecnologias de controle “sutis” da pós-modernidade. No seu trabalho sobre B. de Espinosa, Deleuze abre possibilidades para problematizar a adesão do sujeito a sua própria escravidão:

“As principais interrogações do Tratado Teológico Político são: por que o povo é profundamente irracional? Por que ele se orgulha de sua própria escravidão? Por que os homens lutam por sua escravidão como se fosse sua liberdade?” (Deleuze, 2002). Desde a imposição globalizada do neoliberalismo foram se reconfigurando e reformulando os registros e equipamentos de controle, diluição, desconhecimento e extermínios dos desvios do Uno. Sobre essa base foram se construindo equipamentos de imposição da quietude do sujeito. Paradoxalmente a imobilidade dos fluxos inventivo se correspondem a um sujeito massacrado em sua condição socio histórica, mas que deve-pode sustentar os movimentos ultra velozes do neoliberalismo que lhe exigem uma liquidez existencial que o fixa instituídos impostos (Kazi, 2016).

Perante a ductilidade do apagamento das diferenças e a instalação da impostura do heterogêneo (Pichon-Rivière, 1985) nos deparamos com novas encruzilhadas para a Psicologia Social Histórica da Práxis. Como produzir novas questões (Scarcelli, 2016) localizados diante da constante reformulação de estratégias de homogeneizar quando é declamada, de modo abstrato, a defesa do diverso? Um dos obstáculos se inscreve na macro política: esta vem se constituindo, na era da pós verdade, a partir da afirmação permanente de enunciados abstratos,

que se pretendem universais, inquestionáveis nas suas transitoriedades pretensiosamente imutáveis.

Esses enunciados se apoiam na invocação contínua de uma “racionalidade” e ‘valores’ únicos e inquestionáveis¹⁸⁶ que fincam suas raízes no ambíguo: afirmar vínculos desconhecendo o outro, sustentar a “paz social” a partir do uso estatal da violência, montar narrativas triunfalistas onde os jovens são o futuro exterminando, no mesmo instante, seu presente transparentado nos mandatos de sucessos esvaziados de vida- agenciamentos com e entre outros. Encontramos necessária a indagação dos macro e micro contextos, as elucidações entre os regimes de conexão entre macro e micropolítica pois, a Psicologia Social da Práxis, encontra seus fundamentos nas elucidações que emergem a partir da problematização das relações *entre* os elementos que aparecem cindidos na Psicologia Social Abstrata (Pichon-Rivière, 1985; Scarcelli, 2016; Kazi, 2006).

Antes de continuar devemos assinalar que a dimensão sócio-histórica se configura como expressão de processos dinâmicos e de alta complexidade. Indagar aquilo que define, aparentemente, as atualidades na denominada contemporaneidade, implica desvendar a desmentida das densidades opalescentes dos processos temporais e espaciais, dos agenciamentos de equipamentos e dispositivos não evidentes, que de modos não lineares organizam, modulam, atravessam e possibilitam a emergência de certas subjetividades-subjetivações e impedem outras. A atualidade é significada comportando-se como um turbilhão de fatos imediatos que emergem da temporalidade, as coisas, os vínculos transparentes. O

¹⁸⁶ A nosso critério, como resultado dessa montagem perversa, apareceram no Brasil (a partir do dia 30/10/2022) novos emergentes sociais que evidenciam o que estamos debatendo. Perante a derrota eleitoral do candidato oficialista, derrota que se inscreve no processo democrático, milhares de pessoas tomaram a rua. Exclamando o imperativo de “defender a democracia” demandavam um golpe militar. Defendendo “a unidade do Brasil” clamaram para que todos os que votaram no candidato eleito fossem morar “todos juntos” na região do Nordeste. O desprezo pelas diferenças aplaina o pensamento ao ponto de defender que forma parte da Democracia a eliminação violenta do adversário político (exigir um golpe de estado) ou “criar” um “novo” tipo de campo de concentração em uma região do país identificada como território retrasado-desviado. A banalização da história e a recusa sobre as diferenças parecem ser dois fenômenos centrais dos neofascismos.

contemporâneo é reduzido a uma somatória de atualidades por parte de sujeitos que essa “equação” como presente plenamente revelado na imediatez de sobre exposições narcísicas.

A nosso critério é reproduzida uma temporalidade esvaziada que se encadeia a eventos prévios em oco (Han, 2017). A subtração do trabalho inter, intra e transsubjetivos, que estabelece laboriosamente uma disjunção entre os registros temporais e espaciais (Agamben, 2014), povoados de eventos polivalentes e territórios moveis, possibilitando a criação de uma distância mínima que possibilite o trabalho de historizar, foi sendo substituído pela imediatez de fatos decorrentes da distorção contínua da história coletiva. Aparece uma reconfiguração da racionalidade única que destitui a outreidade que é banalizada e violentada a partir de um desprezo pela historicidade emergente da relação entre alteridades¹⁸⁷. Em nosso entendimento é fabricado em série um presente raso e “autónomo” de qualquer determinação existencial que gere resistência a visibilização “plena” decorrente das narrativas transparentes de um Eu sem outro como alteridade (Han, 2017).

Nesse sentido devemos compreender que o nascimento do neoliberalismo reconhece sua implementação nos Terrorismos de Estado na América latina. As narrativas e práticas de eliminação das diferenças de ali e então são repetidas em diferença no presente. Existem “fatores comuns”: narrativas centradas na morte e pulverização do estatuto sócio-histórico da vida, acompanhados da destruição dos âmbitos públicos políticos, intensificados também pela modificação desconstrutiva dos direitos sociais, políticos e laborais. A criminalização dos movimentos sociais é intensificada ao extremo durante os Terrorismos de Estado que arrasaram nossas terras sendo que essa “estigmatização” foi e é possível pelo ataque a diversos modos de organização grupal-vincular inventivos. A reivindicação que temos realizado da obra

¹⁸⁷ Sobre as críticas a essa racionalidade aparece a contundência da Agnes Heller. Nos remetemos a uma entrevista em que a filósofa húngara expressa: “Não, não confio mais na razão porque os totalitarismos nos ensinaram que os maus instintos podem matar milhares, dezenas de milhares, mas só a razão pode matar milhões de pessoas, porque a ideologia baseada no pensamento racional estabelece que matar é certo. A maldade pode matar alguns, mas é a persuasão, o apelo à razão, que pode levar a fazer as coisas muito mais terríveis”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/02/eps/1504379180_260851.html

pichoniana, sua reatualização-atualização, responde a necessidade de limitar os diversos modos de extermínio que se “ressignificam” desde a chegada dos colonizadores aos nossos territórios.

As narrativas hegemônicas impõem que os Terrorismos de Estado se “justifiquem” perante a “ameaça comunista” que supostamente assediava o “bem-estar” das consumações diferenciais das democracias procedimentais da América Latina determinadas pela “Doutrina Monroe”. O imperialismo-neoliberalismo serializou modos de funcionar que se comportassem como provedores extra territoriais do necessário para reconfirmar a sonho americano em um mundo bipolar. Retomaremos em diferença um plano doloroso já trabalhado anteriormente, apoiados nos novos elementos conceituais que estamos desenvolvendo.

A “ameaça” nunca foi a vitória objetiva dos movimentos revolucionários no plano militar/guerrilha e sim a aparição de subjetivações não reprodutivas do sujeito individualista, fratricida, que renuncia a seu estatuto sócio-histórico, relacional, contextual, protagonista do sócio político, com capacidade de transformar- transformando-se (Kazi, 2006).

Os campos de extermínio das ditaduras, a repressão massiva e planejada, a articulação de um plano continental genocida, as torturas e desaparecimentos formaram parte das “táticas hegemônicas” de desaparecimento dos sujeitos que ofereciam linhas de resistência a aplicação do modelo neoliberal que precisou, no seu movimento “fundante”, desaparecer os dissidentes do modelo subjetivo e reprodutor das prerrogativas de funcionamento do Império do Uno. Para reafirmar o Uno infundiram, sistematicamente, terror sobre as composições e processos que promovessem subjetivações que agenciassem modos de vida onde o vínculo, o outro, a alteridade são organizadores iniludíveis (Kazi, 2006). Instituir o terror sobre a capacidade de transformar, de transitar as territorialidades vinculares e experimentar as lógicas coletivas, funda as bases da segunda etapa da instauração do neoliberalismo. Intensifica-se a liquidez dos processos de vida, as transparências que permutam o interjogo entre positivities e negatividades dos vínculos pela sobre exposição do sujeito reduzido em si mesmo, ficando

encarcerado nos mandatos de ser uma imagem totalmente revelada e narrada nas tramas dos relatos sustentados pela pós verdade.

Para avançar em nossa argumentação nos resulta necessário pontuar que a “sociedade do risco” é imanente a sociedade do controle e do desempenho/cansaço. Desde a perspectiva do “inconsciente social” (Han, 2020, p. 24) não podemos eludir os efeitos do Terrorismo de Estado inscrito nessa dimensão que afeta até hoje os corpos, produzindo e reproduzindo seu isolamento. Já explicitado que esse modo de organização estatal, correlativo a imposição do neoliberalismo, extermina o sujeito com capacidade de se exercer na sua dimensão sócio-histórico coletiva/instituinte, precisamos avançar em outra perspectiva que explicita algumas causas dos modos de sofrer atuais. Se implementa um anátema não simbolizado até o presente pela naturalização da impunidade: o ser com capacidade de devir permanentemente sujeito social-coletivo com capacidade de transformação é identificado (controle), tipificado como perigoso (estigma-pré-conceito), excluído, moralizado, adestrado, punido, trancafiado, humilhado sendo possível seu “reingresso” e “readaptação” a partir do rendimento que supõe a renúncia a seus agenciamentos vinculares/críticos. O risco latente e generalizado é ser exterminado.

Um teórico que orienta até hoje a formação das forças repressivas do Estado, que no passado ofereceu um paradigma teórico para os genocidas das ditaduras da América Latina, Carl Phillip Gottlieb Von Clausewitz (2010), afirmou que “A guerra é a continuação da política por outros meios”. A partir dessa definição podemos dizer que a política do Estado Burguês reconhece um fundamento latente de guerra-extermínio em outras intensidades, territórios, disposições, localizações, equipamentos de morte-mortificação e táticas de disciplinamento. Correlativamente a vida se torna uma mercadoria no marco da escravidão pós-moderna, ela se torna moldável com os mecanismos de morte e da crueldade implementada pelas técnicas de

tortura ensinada pelos equipamentos de regimes de terror que funcionam como restos de terror evocados silenciosamente, como paralisia e submissão.

O corpo se torna mercadoria industrial nas fábricas-empresas que comandam linhas de produção velozes que alimentam os grupos financeiros transnacionais baseados na perversidade, a escravidão, e a degradação supra-sumária de corpos mecanizados e dessensibilizados. A continuação da guerra na política procedimental da democracia indireta e representativa instala um viés que não trabalhamos quando analisamos as práticas da tortura: O torturador tortura o ser do sujeito histórico social-coletivo revolucionário com capacidade de transformar o mundo-mudando-o. Como já debatemos, se instrumenta uma outra linha que constitui uma máquina de impedir processos intersubjetivos-de subjetivação não evidentes: o torturador não só violenta de modo extremo o ser do torturado. Esse ser, produto de processos altamente emaranhados¹⁸⁸, já representou um perigo crucial para o modelo de sujeito adaptado passivamente ao isolamento individualista. Mas aparece uma perspectiva que resulta inadmissível para a perpetuação da ordem estabelecida: não se trata unicamente o que é esse sujeito socializado senão o que que ele é capaz de tornar-se em termos de devires revolucionários.

A tortura se deflagra sobre esse corpo-ser para anular sua potência de agenciamentos de relação criativa-inventiva já ocorridos e, no mesmo movimento, arquitetar uma máquina de impedir seus potenciais devires insurgentes. Essa é uma ameaça que perdura até hoje sobre todo sujeito que se descentre dos programas decorrentes da lógica hegemônica. Esta última lógica exige que o ser se coagule em sua distintiva e irredutível individualidade alimentada pela recusa do outro como alteridade para evitar que o estranhamento de si mesmo. As alteridades

¹⁸⁸ Temos utilizado em diversas ocasiões o termo “emaranhado”. Desejamos explicitar que parte de nossa inspiração, além das já mencionadas, provém do denominado “paradoxo EPR” formulado por A. Einstein, B. Podolsky e N. Rosen (1935). O denominado “estado emaranhado” era um modo de avançar na elucidação da mecânica quântica de uma realidade convizinha a uma partícula. Tal tentativa de compreensão aponta para a existência do “entrelaçamento quântico” que alude a modos de ligação, “aberrantes” segundo nosso critério, que foram nomeados pelo físico suíço-alemão como “ações fantasmagóricas a distância”.

vinculantes implicam um descentramento do sujeito do neoliberalismo. O combate ao outro é o retorno ao narcisismo para sobre codificar-se nos funcionamentos que afirmam o sujeito em ser “empresário de si mesmo”.

Os grupos são a proposição do sujeito antagônico a respeito daquele que é “normal” por estar adaptado passivamente a aquilo que amputa sua sociabilidade transformadora.

Imanente à tortura e ao empresário de si mesmo está sendo operada uma espécie de neo-colonização sobre o inconsciente em seu aspecto produtor de fluxos de criatividade. Essa operatória é instrumentada em todos os territórios existenciais, engessando os vínculos e impondo modos de relação parasitários que petrificam auto centramentos compondo superfícies, não dialéticas, de registro controle do outro, sedimentando-se um eu hipertrofiado. Estas demarcações procuram colocar o contexto no qual se debatem os fenômenos de sofrimento da contemporaneidade. O fator da alteridade é um gerador de diferenças que promovem multiplicidades e permitem que os devires surjam e se intensifiquem no sujeito produtor de vida (o sujeito revolucionário perante as lógicas de extermínio e tortura do capital).

Encontramos em Pichon Rivière, um autor decisivo nesta linha de elaboração. Em sua proposta da Psicologia social da Práxis, são colocados conceitos conectados as práticas grupais e sociais que convergem na compreensão dos fenômenos das humanidades emergentes de processos multideterminados pelos processos conflitivos e dialéticos possibilitados pela existência das diferenças. A supressão das diferenças é fundamento da reprodução de estereotípias e adaptações passivas à realidade produzindo os processos de sofrimento, seja no campo da clínica, da vida cotidiana ou nos processos de formação acadêmica.

Compreendemos a imanência macro-micro e infrapolítica. Nessa elucidação prévia encontramos o plano geral para abordar a temática que nos ocupa.

Para compreender o sofrimento psíquico precisamos falar brevemente de outros aspectos sociais que acontecem no mundo globalizado e que podem levar ao adoecimento

psíquico vindo de uma ordem sócio-política-econômica. Até este ponto avançamos em uma cartografia que pinça, parcialmente, as determinações sócio-históricas que formam definindo modos de individualização que, progressivamente, impuseram o modelo do sujeito Uno sem outro. Continuaremos efetuando uma bricolagem que procure elucidar as efetuações do neo-sujeito des-socializado.

A uma doutrina sócio-econômica-cultural-política de cunho neoliberal nas suas expressões atuais e imediatas, com suas “neo” políticas de estado que difundem terror e segregacionismos tanto sociais quanto institucionais, procura derivar as violências reservadas as instituições repressivas para as micropolíticas cotidianas.

As violências de nossa sociedade, os assassinatos sobre qualquer invenção de gênero não binário-heteronormativo e o feminicídio, o extermínio das etnias nativas e negros e negras, a destruição de terras de povos originários e das ecologias não foge da maquinaria de reprodução e morte proposta banalmente como “ordem e progresso”. Governos autoritários e neofascistas, nacionalistas em pleno século XXI formatam um neo-sujeito que é impelido a repetir o ataque às diferenças nos vínculos e grupos a partir da ambiguidade extrema: “defende” seu país, os grupos (fundamentalmente o familiar), enquanto recusa, humilha, desqualifica e ataca as diferenças que interpelem as certezas aplainadas com as que hoje se organizam a sociedade, as instituições, os grupos, os vínculos e o aparelho psíquico. Esses fenômenos são também emergentes dos processos que estamos debatendo e devem ser parte da análise da Psicologia Social da Práxis atualizada que retoma, em diferença, as críticas já formuladas por EPR.

Outras quebras e esquinas: a perversão neoliberal como destruição das éticas grupais

Um cotidiano regido pelo tempo que se desencaixa do espaço por via de uma economia capitalista (“*Tempo é dinheiro*”) desperta nas pessoas talvez não o desejo, mas, a obrigação e o dever do trabalho para sua manutenção na sociedade. Esse dever é produzido pelos equipamentos de controle e serialização do sujeito. A nosso critério tal objetivo não é logrado unicamente pela “violência neuronal” e sim pela sua articulação com os equipamentos de disciplina que enfatizam violências alternadas de acordo aos momentos e necessidades de reorganização do capitalismo-neoliberalismo.

O dever imperativo se associa ao “tu podes” onde o tempo se esvazia em termos de projeto, pois a temporalidade foi reduzida a um “agora-presente-métrico” que tem “valor” de acordo aos incrementos dos desempenhos de sujeitos que se “encontram em guerra consigo mesmos” para melhorar exponencialmente sua produtividade relacionada aos processos de produção dos outros (Han, 2017). As cisões vinculares proliferam crescendo assim, ao infinito não limitado de um Uno imutável e inatingível, um sujeito que “depende de si mesmo”. Nesse sentido a juventude é colocada na encruzilhada do dever reproduzir o capital a traves de variadas vias¹⁸⁹. Outro fenômeno urge para a Psicologia Social da Práxis e nos foi possível delimitá-la pela nossa passagem por uma Universidade privada: a formação acadêmica dos jovens.

Por um lado, é exigida a reprodução de conteúdo, sistemas representacionais estereotipados, relações de saber-poder-hierarquias, processos individuais-individualizantes e disciplinares, formações específicas, fragmentadas, abstratas, desvinculações da teoria e a prática. O jovem, nessa perspectiva, deve se formar e deve render: sistemas de avaliação quantitativas, não grupais, cindidas do contexto sócio histórico, dissociado o âmbito

¹⁸⁹ O professor Angel Fiasché, em um livro (“*Psicopatologia de la pobreza*”, 2003) de sua autoria que editei dirigindo uma Editora em Buenos Aires, expressava que a juventude é o setor social que produz contraculturas. As táticas de extermínio da juventude, a seu critério, assim como a imposição de modos de adaptação alienada, se conduziam a regular e anular um foco decisivo da produção de divergências na sociedade.

universitário dos eventos sócio históricos funcionando como ilhas, programas a serem cumpridos e controlados numericamente a traves de avaliações que muitas vezes se estruturam com o objetivo de cumprir acriticamente as exigências das medições estatais¹⁹⁰. Esta base constitui um plano que dispara uma série de ambiguidades que se articulam as previamente enunciadas: Dever render para se formar e se preparar para um mercado que prega o trabalho em “equipe”, porém é regido por uma competência predatória do outro que exige a “aquisição” de “habilidades e competências” individualistas.

Neste sentido, a Universidade instala contradições não evidentes: por um lado se autopropõe como “instituição social” que facilita os processos de relação e interação crítica entre pares e por outro lado exige a reificação do Eu. Um Ego que desconhece o outro pois a criação do vínculo ameaça o êxito prometido nesse mercado fratricida, porém devastado pelo desemprego e precarizações laborais. Este tipo de Universidades mercantilistas são, a nosso critério, equipamentos de cerceamento da relação crítica com o outro pois o vínculo contém o “germe” da subversão.

Dunker (2014) elabora um diagnóstico da sociedade, somos avaliados e diagnosticados o tempo inteiro, no trabalho, nas relações escolares ou acadêmicas, nos relacionamentos amorosos e na maioria dos aspectos da nossa vida cotidiana. Todo esse excesso de diagnósticos em que é imperativo se reconhecer são de cunho institucional, considerando também a sociedade como uma instituição. Diagnósticos para maximizar o rendimento, oferecer supostos decalques científicos da vida em termos de métrica que antecipa a perpetuação da tirania da alegria e “garante” o excesso de positividade. Os jovens, “donos” de um futuro ilusório que finca suas raízes na promessa hegemônica de se tornar um senhor feudal nos latifúndios do Eu-

¹⁹⁰ Ainda concordando com a necessidade da participação ativa do Estado no processo educativo o ENADE muitas vezes é descodificado institucionalmente como unidade alienada do suposto prestígio que detém e procura manter para “atrair” novos “clientes” sobre a base de uma quantidade de “estrelas”. Tal processo avaliativo muitas vezes desconsidera a relação entre o mesmo e a formação qualitativa dos estudantes.

sem outro, são diagnosticados como inúteis e revoltados e, ao mesmo tempo, lhes é exigido o dever de serem dóceis se ajustando às prerrogativas das pragmáticas institucionais. O “ganho” de se adaptar aos conhecimentos estanques administrados lhes asseguram, supostamente, o ingresso a terra prometida dos experts da manutenção do existente.

O autor previamente citado, ao enxergar o sofrimento e mal-estar como categorias, pode nos facilitar ao falar de aspectos internos das instituições com mais precisão. O sofrimento é uma categoria política de um viés social, pensada primeiramente por vários sociólogos e o mal-estar é uma categoria existencial e filosófica que diz respeito à nossa condição na crosta terrestre. Porém podemos dizer que o sofrimento emerge de condições concretas e simbólicas de existência no contexto sócio-histórico, determinando o mal-estar da contemporaneidade: estar exiliado em si mesmo para reproduzir o sujeito do Eros mortificado (Han, 2017b) que se desvincula da outreidade do estranho, daquilo que desestabiliza o ser do auto rendimento. Não nos resulta fértil refletir sobre a relação sofrimento/mal-estar desde embasamentos em ontologias do ser abstrato. O sofrimento e o mal-estar são categorias de diversa ordem, porém pretendem demarcar e explicar em conceitos os fenômenos e experiências concretas do sujeito nas vicissitudes da sua existência.

O sofrer é definido pela dimensão política que se perverte na serialização de indivíduos esvaziados dos vínculos e com excesso de si mesmos (Han, 2020, p. 27): o sujeito político se efetua na supressão da Polis como espaço de produção de conflitos, relações, interações, contradições, sociabilidades, diferenças, alteridades se produzindo novos “ideon”. O social como sedimentação do processo de homogeneização reproduz seres referidos a sua existência desvinculada do outro, processo que reconhece a malhagem da institucionalidade disseminando o controle a partir de um regime de individualização que define o outro como impedimento da autoafirmação (Han, 2020, p. 12). A punição se dissemina e sutaliza: o castigo se estrutura como exigência externa a configurada como renúncia da singularidade que nos define como diferentes

do outro portadores de afeições negativas e ações que não reproduzam o rendimento. A reprodução de reprodução subjetiva da base objetiva da sociedade pode ser constatada na massa de estudantes onde lhes é reconhecido seu “estar” a partir da positividade de sua performance acadêmica traduzida linearmente em números constituídos por avaliações que se articulam a procedimentos estanques que constata burocraticamente processos de mimese do pensamento. A “eficácia” institucional na “fabricação” de docilidades reconhece a encenação de grupalidades que reproduzam os ritos da adaptação passiva e a sustentação de variadas imposturas.

As instituições produzem uma variedade de pequenas cenas e atos sociais nos quais vivenciamos todos os dias cenários urbanos, nos âmbitos de estabelecimentos institucionais se reproduzem as lógicas da cidade, afetando os indivíduos no intersubjetivo, seus processos de subjetivâncias e a experiência das corporeidades. De modo complementar Harvey (2014) propõe compreender como as mutações das cidades são determinadas pela necessidade do sistema capitalista de gerar territórios de distribuição e consumo dos excedentes da produção neo toyotista. Todos esses processos implicam relações-interações mecanizadas entre pessoas, sob as condições do capitalismo. A alteridade fica recuperada no “auto desempenho” e como instância sobre a qual depositar o “peso” ou “não leveza” das existências. A diferença é assimilada para um extrativismo predatório que afirma o hedonismo narcisista que devora e digere a negatividade em um Ego-Uno que só reconhece a diferença como “estorvo” a ser eliminado nas cloacas da individualidade iluminada.

Esta reflexão nos leva a indagar se nos centros de formação acadêmica, em seus aspectos reprodutivos de cenas e atos sociais, não se constituem “baldios” onde os estudantes consomem os excedentes da produtividade academicista que os considera receptores passivos e lhes exige a repetição homogeneizada, acrítica e mecanizada. Será que as novas gerações são “narcisistas” ou este é o modelo coercitivamente imposto para “sobreviver” e “triunfar”? Essa eventual

operação promove o excesso de si mesmo pois não implica a construção coletiva e qualitativa do conhecer-fazer transformador.

É constatável, em nossa experiência, como nas salas impera o silêncio, a falta de debate, participação, articulação, interações entre os presentes. Estes emergentes correlacionam a exigência de ser receptáculos do conhecimento mistificado das Academias científicas abstratas com o requerimento de afirmar a sociabilidade a partir de ser reconhecido em algum meio-espço: perante o desencontro no espaço social-concreto a hiperconectividade virtual oferece a miragem de se encontrar nos extravios da proliferação de selfies repetitivas de gestos. Na adjudicação do papel de ser depósito de saberes que de certo modo refletem os equipamentos do consumo imediato “intelectual” aparece a bifurcação que escapa da relação esvaziada na sala de aula para o Narcisismo Primário Tecnológico (Celulares, notebooks, tablets e cyber eletrônicos).

Quando falamos de âmbitos institucionais, falamos do que acontece entre muros, em escolas, conventos, manicômios e prisões. E hoje podemos dizer que esses acontecimentos abrangem também a instituição universitária e até mesmo as famílias. A generalização do homogêneo permeia, diferencialmente, a singularidade de cada agrupamento. De modo correlativo foram se erguendo “muros invisíveis” (Arendt, 2007) que demarcam novos modos de impedir a circulação criativa e autônoma pelos territórios de potencial produção de vida. Em termos de (Goffman, 1987) podemos indicar a existência de processos de mortificação não tanto do Eu e sim da sociabilidade- subjetividade a partir de processos de formação bancária (Freire, 2013) imediatista, elitista, eurocêntrica, branca, vetorizada pela heteronormatividade, (Han, 2017a, p. 23) despolitizada, alienada que visa a exaltação do Ser Uno. Assim como a des-culturação é um organizador das relações estereotipadas do âmbito universitário: o estudante deve se adequar a marcos epistêmicos universalistas que com sua lógica de certezas inquestionáveis e irredutíveis não contemplam as singularidades que compõem a

multiculturalidade nem a multiplicidade de culturas-raças-gêneros e extrações de classe social que convergem na instituição. Também se implementam membranas seletivas que desconhecem a particularidade das vidas concretas e simbólicas dos estudantes em termos das diferenças decorrentes da localização que é definida pelas relações emergentes de estudos interseccionais.

Qual é o sujeito do estudante universitário? Será ele o produto de uma fábrica de um sujeito neoliberal, um neo-sujeito?

Dardot e Laval (2016) falam sobre a fábrica do sujeito neoliberal, um sujeito que se enquadra nos mecanismos criados pelas dinâmicas neoliberais. Primariamente o sujeito neoliberal é o sujeito da competição, que se imerge na própria competição.

No curso da construção desse neo-sujeito de Dardot e Laval ocorre um movimento de heterogeneidade relativizada das instituições, que culminam em dois impulsos paralelos, que dividem o sujeito moderno em dois, a humanidade de direitos alienáveis e a humanidade econômica guiada por interesses, reduzida a sua instrumentalidade. Essa divisão pode ser uma espécie de marco na história da exploração das relações de trabalho durante todo o século XX, que compõe a atual humanidade neoliberal e suas relações de poder em busca do lucro financeiro e da dominação dos mercados e espaços econômicos.

Um sujeito ‘plural’ que ocupa esferas separadas, passando por instaurações dos modos de governo e de pensamentos modernos, tendo seus equipamentos psíquicos penetrados pela mão de novos modelos de poder como aquele definido pelo panóptico de Bentham. Tal pluralidade é ilusória: cada inserção é uma localidade de reprodução de capital e seus modos estereotipados de relação com a alteridade.

O neo-sujeito vem de uma construção histórica das ideias liberais desde o século XVII e chega num outro patamar em uma sociedade moldada pelo modo de funcionamento da

empresa. São impostas formas homogêneas de discursos em torno da empresa, diferente da pluralidade subjetiva que a democracia liberal permitia inaugurando-se um sujeito unificado através da homogeneização do ser.

Dardot e Laval descrevem disciplinas antigas vindas da sociedade disciplinar postulada por Foucault e também do adestramento dos corpos e da subjetividade. Enfim entra o sujeito unificado, o sujeito da fábrica neoliberal como neo-sujeito.

O neo-usjeito é o sujeito que se envolve de si mesmo em realizações pessoais, projetos de vida, o sujeito no qual podemos reconhecer nele parte irreduzível do desejo voltada para si. Esta composição do ser se engendra numa nova era de uma sociedade não só regida mais por mecanismos disciplinares, mas, sim pelo desempenho, por novas relações de trabalho e pelo cansaço.

Byung-Chul Han faz uma importante reflexão que cabe quando formos pensar no modo de funcionamento de uma universidade e outras instituições no século XXI.

Na análise que efetua descreve que irrompem em cena instituições como a academia fitness, prédios *office*, shopping centers centros de estética etc. A nosso critério o autor, por momentos, binariza opositivamente controle-desempenho. Por nosso lado pensamos que os dois tipos de organização social são imanentes entre si. O personal trainer, a entidade anônima do mercado em relação ao profissional liberal, as câmeras que proliferam por cada interstício social, a esteticista, as mídias sociais, funcionam como olhares infra políticos de controle que exigem o rendimento que ajusta o sujeito ao império do Igual. Aqui o olhar e o reconhecimento raso do outro funcionam como minimização do panóptico: o semelhante nos exige o “tu deves render-ser saudável” que se descodifica, nas “redes” comunicacionais hegemônicas como “eu posso me desempenhar mais e ser sadio” como novos imperativos.

A sociedade disciplinar se torna um paradoxal imperativo gentil que modela o ser da sociedade do desempenho: a obediência imposta é vivenciada ilusoriamente como conquista autônoma do sujeito alienado aos rendimentos- saúde métrica que lhe expropriam sua singularidade. Podemos problematizar este autor dizendo que são impostas uma série de ambiguidades: é construído um “excesso de si mesmo”, porém é constituído um sujeito massificado que perde cabalmente suas distinções e, portanto, aquilo que define seu ser. O “si mesmo” aparece como extensão de um Uno essencial que deve ser reproduzido parasitando o sujeito que advém como diferente em relação a um outro. O “si mesmo” é obediente ao Uno a partir de sua igualação na eficácia e desempenho. Enquanto a sociedade do controle gerava normais e anormais, esta sociedade positiva do desempenho gera o depressivo, o frustrado, o decepcionado, o esgotado, o cansado, gera o sofrimento psíquico e o mal-estar. No entanto, procurando superar as antinomias já referidas, o fracassado é apresentado como um anormal em relação a um mundo tiranizado pela felicidade e êxito.

Na instituição universitária como analisador da malhagem de equipamentos da disciplina-obediência-desempenho, o estudante vive numa competição esgotadora consigo mesmo para alcançar valores acadêmicos acima de sua média, numa vida que é regida por uma espécie de condomínio comandado por um síndico que na sala de aula é o docente e no campus o reitor ou todo o sistema perito descrito por Giddens (2002) que rege o espaço institucional.

O controle alimenta a voracidade do rendimento.

A universidade inserida nesta sociedade, reproduzida por esses mecanismos de controle que convergem no desempenho postulado por Byung-Chul Han, pode colocar os sujeitos em constante pressão por uma busca desenfreada por altos resultados, culminando num desgaste que pode ser expressado por burnout até suicídios.

Buscando cumprir o que deve ser reproduzido, o estudante, desgasta seu corpo no isolamento de horas de estudo, movimento entre estágios, aulas, realização de trabalhos

repetitivos que geram um desencaixe de espaço-tempo citado por Giddens (2002). Tal desensamblagem causa esgotamento, cansaço, a partir deslocamento espaço-temporal fragmentado, mecanizado e alienado. A fragmentação dos organizadores da vida psíquica expropria o sujeito de ir constituindo mediadores da experiência e compor sentidos singulares que possibilitem a construção de um projeto de vida referida a si mesmo e aos outros. Estas cisões podem vir a remeter o sujeito mais ainda a um “si mesmo” pulverizado sem conseguir criar semelhanças como sínteses das diferenças com outros.

Dentro da universidade ainda na graduação os estudantes, traçam metas, objetivos, desejos, aspirações e construções ideais sobre seu futuro e o futuro profissional desejado. Isso o impele a um trabalho interno de imenso esforço que no final não produz um desejo concreto ligado a aspirações transformadoras-contraculturais dado que as perspectivas incrustadas nos corpos-subjetividades são as da manutenção do exigido pelo “mercado de trabalho” neoliberal. Isso nos traz à luz o sujeito psicanalítico da falta e não de um ser que produz e que consegue ter momentos, vivências de bem-estar e afirmação da vontade de potência.

Nas esferas da vida cotidiana dos estudantes existem outros fatores além dos colocados estritamente “intramuros” e que contribuem para essa dinâmica das experiências do sofrimento psíquico dos jovens. Fenômenos sociais do fora adentram o dentro da universidade, afetam o corpo, afetam o aparelho psíquico de um ser que está inserido em uma sociedade que exige a definição do estudante como empresário de si mesmo que deve controlar-se, sendo controlado. A família é uma esfera que apresenta, aspira, projeta desejos internos sobre seus membros, um desejo de hereditariedade “existencial”, paterna ou materna, que atinge o jovem na escolha e na tomada de suas decisões. Muitos dos ingressos nos cursos e carreiras oferecidas pelos equipamentos universitários, estão presentes nas salas de aula não por conta de um desejo seu, mas sim pelo desejo familiar que a projeta como o profissional que sonha no filho. A

sobre codificação da relação alienação-controle-rendimento coloca na perspectiva do debate as novas configurações familiares na dimensão dos processos de reprodução social.

Um plano que precisamos abordar além da família-universidade em relação ao sofrimento dentro de uma sociedade-controle-desempenho são as relações raciais atravessam estruturalmente nossa sociedade. Discursos que perduram desde os meados do século XX, desafiam a permanência de negros e indígenas na universidade, além do questionamento de seus direitos e benefícios. Isso nos remete à períodos históricos no Brasil e em outros países em que a solução de problemas sociais e de saúde é branquear a sociedade e hoje, a partir de nossa prática concreta, na universidade essa cena não é diferente. Nos deparamos com outro platô da abolição das diferenças, do cancelamento das alteridades, da colonização das variedades da homogeneização decorrente de controles, exclusões que “garantem” que cada segmento social reproduza as quietudes que perpetuam a ordem estabelecida.

O debate das cotas para negros e outras etnias na universidade tem se prolongado até os dias hoje, provocando espaços de discriminação e violência com a juventude negra-indígena universitária. Suspeitamos que além de todas as violências que temos problematizado se acrescenta outra que é operada neste “segmento”: A presença de negras e negros, indígenas e composições de gênero não binárias supõe o advento de produção de heterogeneidades que o Uno não suporta, execra: pensamentos, sensibilidades, agires, discursos e dialetos, estares, agenciamentos estéticos, movimentações, gestualidades que “alteram” as mesmas dimensões, mas estas, para os poderes instituídos devem ser quietas ou se submeter a regulação de movimentos estabelecidos. A dialetização que potencialmente oferecem os grupos operativos aparece, novamente, como um obstáculo para a naturalização da eliminação das diferenças sendo, a nosso critério, mais um motivo para evitar sua implementação real nas Universidades.

O pensamento neoliberal ocupa espaços lógicos de homogeneização e higienização do comportamento e de subjetivações violentando os corpo, anulando suas possibilidades como

potência de produção de novidades. O discurso do neosujeito é um discurso de exclusão, de não humanidade, raso e sem alteridade e está presente no espaço e na subjetividade do “ser universitário” hegemônico. O tipo de subjetividade que surge no processo de constituição do Capitalismo Mundial Integrado, na reindustrialização dos polos capitalistas e socialistas provocando movimentos anti-produtivos, enaltecendo o tempo de trabalho como uma espécie de aniquilação do ser, não é problematizado pelo projeto hegemônico “educativo”. A aprendizagem pichoniana é uma proposta de emancipação, motivo pelo qual, a nosso critério, é barrada de instituições retrogradadas cujo objetivo é a reconfiguração contínua de diversos modos de dominação.

Ao longo deste texto argumentamos dimensões, aspectos, situações do sofrimento psíquico. Há um ponto final a ser debatido, a sociedade de controle está mesmo substituída pela sociedade do desempenho, ou ambas são imanentes na era do sujeito como “empresário de si mesmo”? O que produz o sofrimento? Não podemos pensar que o Desempenho e seu excesso de positividade estão compondo equipamentos de homogeneização híbridos junto a tecnologias e sistemas de controle do viver? Os grupos operativos não seriam “fábricas” de desconstrução desse sujeito do contemporâneo e espaços de invenção de sujeitos opacos-singulares multiplicitários que não “rendem” e sim produzem às vidas como alteração criativa?

Também expressamos uma dúvida: o racismo-colonização não foram já formas de expressão diferencial da sociedade positiva-transparente? Byung-Chul Han consegue elucidar uma unificação totalizada de todos os aspectos da sociedade transparente no contemporâneo: Não deveríamos considerar a positivação da negritude-indígenas como decalques da brancura sendo essa operação brutal o começo do estabelecimento das relações entre extermínio-disciplina-obediência-rendimento construídas também (não unicamente) pelo par transparência-aumento de desempenho?

O atual dos grupos: possibilidades de raspar o imediato-transparente. Conclusões finais que geram novas aberturas

Enrique Pichon-Rivière expressava que os “emergentes de abertura” de um processo são retomados, em diferença, pelos “emergentes de fechamento”. Estes últimos, por sua vez, abrem novas linhas processuais a serem retomadas em novos encontros¹⁹¹. Em cada capítulo temos procurado realizar “micro-fechamentos” que inauguravam novas linhas de reflexão que iniciavam a elaboração de um novo capítulo. Indefectivamente o prévio, seguindo a práxis pichoniana, reaparecia modificado no “novo”. Nossa divergência, a respeito dessa proposta consistente, foi efetuar uma tentativa de atualização da Psicologia Social da Práxis implicando prestar atenção aos emergentes conceituais que “fugissem” radicalmente do processo conceitual prévio. Desse modo estas “considerações finais” se remetem às já operadas transitoriamente durante os percursos deste trabalho e, como emergentes de um processo de produção, “fecham” alguns aspectos trabalhados anteriormente e abrem outros para serem trabalhados no porvir de outros encontros.

Cada atualização de territórios oferece novos processos de intercambio dialético assim como novas possibilidades de satisfazer as necessidades de acordo ao registro daquilo que se imanentiza a partir das afeições/intensidades que se deflagram. Nas relações casuísticas dialéticas, privilegiadas pelo Enrique Pichon Rivière, e que aludem a entre-realidades que emergem de entre-movimentos vinculares, podemos vislumbrar a capacidade de recriar o fundamento sócio-histórico com uma ênfase nos novos possíveis que são suportados por possíveis anteriores e que constituem o marco de referência (como matriz de aprendizado que emerge da base do ECRO dinâmico) oferecido pelo acúmulo de vivências (e não de experiências). Mas já temos debatido que a experiência prévia se corresponde, desde a aplicação

¹⁹¹ Vicente Zito Lema (1939-2022) me relatou como EPR estava atento a tal “dialética dos emergentes”. Essa leitura implica considerar que cada “fechamento” implica, na espiral dialética, uma reabertura.

do método dialético, a “foras do perímetro” anteriores e que, no presente em movimento, demarcam certos “dentros” que, por sua vez, se conectam opacamente com novos “fora” não “iluminados”. Propomos que este processo seja denominado “vivências a serem sintetizadas nos vínculos internos-externos”.

A entre-cri/ação, como processo, implica a co-gestação de territórios onde a presença do outro interroga, in-quieta a ilusão de “individualidade” a-histórica e supostamente localizada além do social. Em outro registro re-inaugura a perspectiva de efetuar as “costuras” do cindido nas conexões multiplicárias que são possíveis nos dentro/fora singulares dos encontros, o que deriva, em potenciais reduções do índice de ambiguidade apontados continuamente por Enrique Pichon Rivière. A “mútua representação” não deveria ser remetida mecanicamente a representações anteriores, senão, como um dos eventos iniciais de um vínculo, ou como micro acontecimento que outorga condições de possibilidade iniciais para a composição dos vetores do cone invertido.

Assim concebidas, as representações funcionam como uma co-escrita de existências: o outro em mim/eu no outro-existências inventivas-entre-nós. Destronar as representações assentadas unicamente no “aparelho psíquico individual” e colocá-las no vínculo constitui, a nosso critério, um passo inicial para avançar em Psicologias Sociais críticas. Por outro lado, esse deslocamento elucida as representações emergindo como “efeitos” derivados de pluralidade de “causas-determinações” dos processos de composição de vida relacional-social não sendo reduzidas ao individual. As representações, na Psicologia Social da Práxis, implicam o processo dialético entre vínculos internos e externos, chamando nossa atenção para as sínteses de fenômenos dinâmicos: intra, inter e trans subjetivos. Nesse sentido nosso foco é conduzido para a mutualidade de todos os elementos da vida, abrindo outras possibilidades de

compreensão sobre os platôs-dimensões povoados desses elementos. Há dois planos que devem ser indagados de modo contínuo.

O “outro-nós-entremim” (Kazi, 2006) requerem que seja colocado a trabalhar o registro fundante do ser sócio-histórico: a outreidade como singularidade é potência que pulsa, nos regimes de afetação, novas intensidades sobre os circuitos dos afetos (Safatle, 2015) já determinados. Os circuitos instituídos são também representacionais se os contemplamos como estratificações das axiomáticas do capital, da racionalidade e do familiarismo edipiano. Neste viés o outro é indefectivelmente recuperado pelo Uno e seus operadores, seja pela “falta-a-ser” (Lacan, 1958/1998), ou pelos destinos da pulsão (Freud, 1914/2006), a dinâmica do recalque (Freud, 1915/1996) pela preponderância da pulsão de morte/compulsão a repetir (Freud, 1920/1996; 1914/1996), ou pelos modelos de escolha anaclíticos e/ou narcísicos (Freud, 1856/1939). O outro funciona decisivamente, nesses programas prático e conceituais, como alteridade restringida e modulada pelo intrapsíquico.

O debate precedente sobre a contemporaneidade nos abre uma série de caminhos para problematizar, mais ainda este tópico.

Aderir completamente ao contemporâneo seria, em termos de Enrique Pichon Rivière, expressão de processos de alienação que se sedimentam pelos mecanismos da adaptação passiva a realidade e se estratificam em estereotípias. Essa adiposidade ao que se faz presente como pura positividade, desvendada pela racionalidade resplandecente, funcional aos processos de aceleração e proliferação de objetos ejetados e impostos pela maquinária neoliberal¹⁹², destitui

¹⁹² Trabalhamos, em uma série de encontros organizados pela coordenação de Saúde da Cidade de São Paulo no ano 1993, a relação neoliberalismo-coisificação-individualismo-morte do sujeito coletivo, junto a Nacile Daúd Junior e Ianni Régia Scarcelli, sendo apresentada no Instituto de Saúde de São Paulo no contexto de debates com Guillermo Barrientos, naquele momento coordenador de Saúde mental da Cuba.

o que aparece como negatividade que funda o agenciamento de produção de diferenças e, portanto, base de qualquer processo dialético-vincular.

O estancamento dos movimentos dialéticos, as recusas das diferenças/contradições, são instrumentadas de variados modos em diferentes momentos históricos e formas de organização/produção econômico cultural. As égides construídas como procedimentos subjetivos de rejeição das diferenças instituem formas de aparente sobrevivência na reivindicação banal de uma individualidade que triunfa na desmentida do outro. A abolição do outro não funciona unicamente como expressão da lógica fraticida de mercado (Kazi, 2006) sendo este processo uma alienação reprodutora e infrapolítica da necropolítica (Mbembe, 2011). Esta camada se sobre imprime na constituição de um sujeito que é e sobrevive na autorreferência aplainada do narcisismo da qual se emana, em parte, a ilusão de ser “empresário de si mesmo” (Dardot & Laval, 2016).

O outro primordialmente deflagra a afirmação polivalente de si portador, por sua vez, dos registros de negatividade que lhe são imanentes. A outreidade se apresenta como o reconhecido parcialmente percorrido, nos seus reversos, por fluxos, elementos, intensidades, traços, semblantes, disposições, movimentos, sensibilidades, expressividades portadoras de mistério, de incógnitas que interpelam o que “sabemos” tanto de nós quanto do outro. Os grupos operativos, sem dúvidas para nós assim como outras composições aportadas pelo esquizodrama e o esquizogrupo, restabelecem um processo básico entretanto fundamental: a produção de diferenças não ajustadas ao Uno.

Quando nos referimos a alguma possibilidade de re-conhecimento partimos da base práxica Pichoniana que supõe que os encontros supõem um reencontro (transferência e contratransferência na situação grupal.) (Pichon-Rivière, 1985, p. 205). O criador do grupo operativo compreende o fenômeno do reencontro enquanto um dispositivo de mudança radical.

Para afirmar essa característica irrenunciável problematiza a relação eu-outro sendo a dialética das diferenças o que primordialmente nos desterritorializa de sedentarizar-nos na totalização do Uno-Eu. No processo grupal se desencadeia a dinâmica múltipla e entrelaçada dos fenômenos transferenciais e contratransferenciais: O encontro com o outro no aqui e agora do grupo reanima o grupo-crônica interna produzidos ali-até então-com outros. A reedição do grupo interno constituído no grupo primário e que possibilitou o desenvolvimento de matrizes de aprendizagem enquanto pedra angular do ECRO primário, nos permite visualizar duas fases em um mesmo plano de movimento.

A primeira se atendo a regressões topológico temporais destacaria as qualidades reprodutoras que impregnam as situações que povoam as vivências do ser social. O risco de esgotar os modos de funcionamento do sujeito nos seus aspectos repetitivos finca suas raízes em diversas versões do ser funcional ao individualismo alienado ao modelo de homem-mulher exigidos para a perpetuação da hegemonia genocida das singularidades-multiplicidades. Ora o sujeito compreende e interpreta o encontro com o outro como tentativa falha de recuperar a experiência-objeto mítico e primevo de prazer, ora vivência o encontro, desvendando-o a partir de seus “vínculos internos”. O perigo, parcialmente, estaria dado por esclarecer, iluminar, desvendar os vínculos atuais a partir do esquema que o sujeito constituiu nas suas relações-grupo primário. Criticamos os elogios a re-conhecer o outro pois implicaria depositar sobre a alteridade aquilo que conhecemos, nos refere e que nos faz agir a partir da idiosincrasia que nos insere nos circuitos de pertencimento de nosso grupo familiar que, maiormente, reproduz a visão de mundo da classe proprietária. Neste ponto destacamos como a cosmovisão dominante se apoia e impõe no familiarismo patriarcal, heteronormativo e branco assentados nos territórios aparentemente fixos demarcados pelas axiomáticas do capital e edipianas (Deleuze & Guattari, 1976).

Re-conhecer, neste sentido e possibilitado pela pulverização do outro como operador de negatividade que interpela os próprios não-conhecidos, funciona também como infrapolítica subjetiva do funcionamento da infraestrutura do capitalismo: o outro é objeto de extração de potência e lhe é assignada a função de oferecer substitutos da reificação macropolítica. E esse funcionar constrói, em cotidianos estereotipados, a materialidade infra estrutural da dimensão infrapolítica da coisificação do outro como objeto que confirma a mesmice de si. Essa confirmação de si implica, maiormente, a extração de potência dos processos-agenciamentos do outro-do-vínculo para acumular poder de inercia nos confins do “ECRO” primário do qual somos “proprietários” sendo, ambigualmente, expropriados de nossa singularidade. Se institui uma série de parasitismos das intensidades que circulam inicialmente no entre-encontro que se transmuta, pelas recuperações da alteridade no Uno, em um reencontro circular com a própria “unicidade” seja esta “original” ou “secundária”.

A negação do outro como negatividade forma parte do processo linear que positiva a ilusão de ser uma totalidade-Uno. Esse “si mesmo” é base do desencontro impostado como encontro, constitui um elo primário nas cadeias de gozos perversos de absolutizar a particularidade das “crônicas internas” que assim unicamente afirmam o “romance familiar” edipiano ou as “narrativas” narcisistas (Freud, 2015). A rigidez idealizada das crônicas internas, que surgem como cor(relato) da dinâmica das inter-ações entre os vínculos internos e externos, implica a proliferação monótona dos solilóquios auto centrados que quebram brutalmente a produção permanente de entre-narrativas entrelaçadas a novos regimes de signos, sensibilidades, corpos, ações e pensamentos. A sacralização das coagulações narcísicas e a preponderância nas “fixações” aos papéis desempenhados em grupos primários identificados ao ideal de sujeito “social” caricaturizado pela hegemonia é trabalhado de múltiplos modos pelo Pichon Rivière. Por último e retomando a categoria do estranho sendo inicialmente, definido por S. Freud como:

“Direi, de imediato, que ambos os rumos conduzem ao mesmo resultado: o estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar.” (Freud, 1917/2015)

Neste momento do labor conceitual nos limitaremos a apontar que em nosso critério o estranho, o estrangeiro que a outreidade apresenta respeito do Ego se tornou ameaçadora a partir da imposição de relações de poder concentrados em setores sociais hegemônicos que submeteram o diferente/as diferenças a procedimentos que vão da exploração ao extermínio. A diferença que introduz a presença do outro (interno e externo) foi domesticada também impondo um terror tácito que confunde a hegemonia do Uno com a insurgência das diferenças. O dominador/opressor/genocida que se apresenta como “diferente”, enquanto extermina as diferenças, encarna a impostura do heterogêneo disseminando o Igual a partir do arrasamento do singular-multiplicitário (Kazi, 2006).

Não poderíamos, independentemente dos debates sobre a proposta freudiana, construir outros horizontes conceituais onde trabalhar outras perspectivas sobre o que funciona como “sinistro”?

Não será “assustador” a familiaridade com que nossa condição sócio-histórica, produtora de alteridade-diferenças-variações-heterogeneidades se torna estranha no Igual? O grupo não seria também um lugar de se desfamiliarizar da familiaridade do Uno que rejeita o outro dentro e fora de nós? Esse outro dentro de nós é unicamente outra instância diversa-recalcada ou também funciona como atualização de multiplicidades recusadas pelos binarismos instituídos? A reprodução de terror que supostamente desconhecemos não se relaciona com a totalização estereotipada do que sabemos, inclusive de nós mesmos? Não nos resulta “conhecido-velho-familiar” toda a maquinária de destruição dos vínculos que os grupos propõem como usinas de produção de diferenças?

O estranho não será também nos “reconhecer” indivíduos soberanos de nossa ilusória individualidade sem outro, refugiados no sinistro que se constrói na repulsa sobre os laços sociais, pois as nossas socialidades repugnam as hegemonias cuja “familiaridade assustadora” tem sido naturalizada e essencializada, como “modelo de existência” enquanto destrói as Vidas e a terra impondo um mundo devastado e devastador? Os grupos propostos pela Psicologia Social da Práxis são dispositivos de produção do estranho radical, das diferenças relativas e absolutas, das existências aberrantes, dos vínculos insurgentes, das opalescências irreduzíveis e do sujeito coletivizado. Essas possibilidades, decisivas na composição de vidas livres em suas divergências já aparecem nas propostas de Enrique Pichon-Rivière. Assim como reconhecemos essa base móvel também destacamos a necessidade de atualizar sua práxis superando os limites ideológicos-epistemológicos que atravessam parcialmente sua obra. Temos debatido esses obstáculos procurando intensificar os fundamentos da Psicologia social da práxis em dois níveis. O primeiro aponta a reatualizar o método do materialismo histórico e dialético e as interfaces da epistemologia convergente com diversas áreas do conhecimento. O segundo visa atualizar as práticas grupais pichonianas apoiadas na interseccionalidade, migrações iniciais para sua amefrica-ladinização e criar de forma incipiente conexões entre o grupo operativo atualizado e aquilo que denominamos esquizogrupo.

Referências

- Actualidade Psicológica (2017). Entrevista E. Pichon Rivière. *Revista Actualidad Psicológica: Enrique Pichon Rivière* nº 464, jul. Buenos Aires.
- Adamson Gladys. (2000). O ECRO de Pichon Rivière. *Interpsic*. Disponível em <http://www.interpsic.com.br/saladeleitura/textos/EcroPichon.html>
- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. tradutor Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: ARGOS.
- Agamben, G. (2014). *Nudez*. Belo Horizonte: Autêntica
- Althusser, L. (1980) *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Presença/Martins Fontes.
- Anzieu, D. (1993). *O Grupo e o Inconsciente: o imaginário grupal*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém*. Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arendt, H. (2007). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Aulagnier, P. (1989). *O Aprendiz de Historiador e o Mestre Feiticeiro*. São Paulo: Escuta.
- Baptista, M. R. (2010). O tempo e a criança: comentários ao fragmento 52 de Heráclito de Éfeso. *Revista da UEMG Mal-Estar e Sociedade*. Ano III, n. 4, Barbacena, p. 85-100.
- Bâ, A. H. (1981). A noção de pessoa na África Negra. Tradução Luiza Silva Porto Ramos e Kelvlin. Paris: CNRS.
- Baratto, G. (2009). A descoberta do inconsciente e o percurso histórico de sua elaboração. *Psicologia: ciência e profissão*, 29(1), 74-87. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000100007&lng=pt&tlng=pt

- Barbieri, T. D. (1993). Sobre la categoría género: una introducción teórico-metodológica. *Debates En Sociología*, (18), 145-169. Disponible em: <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/debatesensociologia/article/view/6680>
- Baremlitt, G. & Langer, M. (1987). *Cuestionamos: 1971, plataforma, documento, ruptura con la APA*. Buenos Aires: Editorial Búsqueda.
- Baremlitt, G. (1992/2002). *Compêndio de análise institucional e outras correntes*. Belo Horizonte: Editora do Instituto Félix Guattari.
- Baremlitt, G. (2003). *Introdução a esquizoanálise*. Belo Horizonte: Fundação Gregorio Baremlitt/Instituto Félix Guattari.
- Baremlitt, G. (2022). *Esquizodrama, 10 proposições descartáveis*. Belo Horizonte: Editora IGB.
- Baremlitt, G.; Amorim, M, & Hur, D. U. (2020). *Esquizodrama: teoria, métodos, técnicas - clínicas*. Belo Horizonte: Editora Instituto Gregorio Baremlitt.
- Baremlitt, G; Kazi, G; Luciaro, A (2006) *De las quietudes del Terror y las inquietudes de la Revolución*. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo.
- Basaglia, F. (1985). *A instituição negada: Relato de um hospital psiquiátrico*. Rio de Janeiro: Graal.
- Bateson, G. (1986). *Mente e Natureza*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A.
- Bateson, G. (2000). *Steps to an ecology of mind*. Chicago: University of Chicago Press.
- Batista, M. R. (2010) *Mal-Estar e Sociedade*. Ano III. n. 4 – Barbacena, p. 85-100

- Bauleo A. (1987) *Notas de psicología y psiquiatría social*. ATUEL S.A. Madrid, printed in Argentina
- Bauleo, A. (1989). *Contrainstitución y Grupos*. Masdril: Editorial Atuel. Impresso na Argentina
- Bauleo, A. (1990). *Revista Desbordar*, número 1, Buenos Aires.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Benavides de Barros, R. (2007). *Grupo: a firmação de um simulacro*. Porto Alegre: UFRGS Editora.
- Benghozi, P. (2010). *Malhagem, filiação e afiliação*. Psicanálise dos vínculos: Casal, família, grupo, instituição e campo social, Trad. E. D. Galery. São Paulo: Vetor.
- Bettelheim, B. (1973). *Psicologia del torturador*. Buenos Aires: Rodolfo Alonso Editor.
- Bichuetti, J. (1999). *Lembranças da loucura*. Belo Horizonte: Biblioteca do Instituto Felix Guattari.
- Bichuetti, J. (2000). *Crisevida, outras lembranças*. Coleção Esquizoanálise e Esquizodrama Vol. III. Belo Horizonte: Biblioteca do Instituto Félix Guattari.
- Bleger, J (1968). *Psicanálise do Enquadramento Psicanalítico*. In J. Bleger, J. *Simbiose e Ambiguidade*. Rio, Francisco Alves.
- Bleger, J. (1963). *Psicologia de la Conduto*. Buenos Aires: Paidos.
- Bleger, J. (1984). *Psico-higiene e Psicologia Institucional*. Trad. Emilia de O. Diehl. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bleger, J. (2007). *Temas de Psicologia: entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes.

- Braga, J. C. (2017). O legado de Bion: um novo paradigma para pensar a psicanálise. *Jornal de Psicanálise*, 50(92), 180-193. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352017000100014&lng=pt&tlng=pt.
- Buñuel, L. (2009). *Meu Último Suspiro*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Cosac Naify.
- Cardoso Junior, H. R. (2007). Teoria das multiplicidades e conceito de inconsciente no pensamento de Gilles Deleuze. In: *Inconsciente-multiplicidade: conceito, problemas e práticas segundo Deleuze e Guattari*. São Paulo: Editora UNESP.
- Carone, A. M. (2012). A Comunicação Preliminar entre Breuer e Freud: uma tradução comentada. *Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, v. 15, n. 20, p. 176-193, 2012. DOI: 10.1590/S1982-88372012000200010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/pg/article/view/53631>. Acesso em: 22 out. 2022.
- Castel, R. (1981). *Los crímenes de la paz*. México: Editorial Siglo XXI.
- Churchman, C. W. (2010). *Introdução à teoria dos sistemas: aulas publicadas por Javier Torres Nafarrate*. Trad. de Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Vozes.
- Clausewitz, C. V. (2010). *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes.
- Costa, E. S. (2015). Racismo como metaenquadre. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil*, n. 62, p. 146–163.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum.
- Culp, A. (2016). *Dark Deleuze*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*.

São Paulo: Boitempo.

Dardot, P; Laval, C. (2016) *A nova razão do mundo, ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São

Paulo: Boitempo

David, Harvey. (2014) *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo:

Martins Fontes

Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*.

Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto.

Deleuze & Guattari, F. (1972/2010) *O Anti-Édipo*. São Paulo: Editora 34.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1972). *O Anti- Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa, Portugal:

Assírio & Alvim.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). *Mil platôs*. São Paulo: Editora34. v.3.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34, v.4.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1999). *Ano zero-rostidade*, In: *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34.

vol. 3.

Deleuze, G. & Guattari, F. (2008). *Mil Platôs*. São Paulo: Ed. 34, v. 5.

Deleuze, G. & Guattari, F. (2010). *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34.

Deleuze, G. & Guattari, F. (2017). *Mil platôs*. São Paulo: Editora 32, v.1.

Deleuze, G. & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo:

Escuta.

Deleuze, G. (1976). *Nietzsche e a filosofia*. Tradução de Edmundo Fernandes Dias e Ruth

Joffily Dias. Rio de Janeiro: Semeion.

- Deleuze, G. (1990). *¿Que és un dispositivo?* In: *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa.
- Deleuze, G. (1997). *Crítica e Clínica*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. (2002). *Espinosa: Filosofia prática*. São Paulo: Editora Escuta.
- Deleuze, G. (2004). *A ilha deserta e outros textos*. São Paulo: Iluminuras.
- Deleuze, G. (2009). *Lógica do sentido*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Deleuze, G. (2017). *Conversações*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. (2018). *Diferença e repetição*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Graal.
- Deleuze, G. e Guattari, F. (1994). *Que es la filosofia?* Barcelona: Anagrama.
- Deleuze, G. (2009). *Diferença e repetição*. São Paulo: Graal.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1976). *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2004). Como criar para si um corpo sem órgãos (1980). In: *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto et al Rio de Janeiro: Editora 34, 2004. v. 3.
- Deleuze, G; & Guattari, F. (1997a) *Mil Platôs*. São Paulo: Editora34, v.4.
- Deleuze, G; & Guattari, F. (1997b) *Mil Platôs*. São Paulo: Editora34, v.5.
- Deleuze, G; & Guattari, F. (1995) *Mil Platôs*. São Paulo: Editora34, v.2.
- Deleuze, G; & Guattari, F. (1996) *Mil Platôs*. São Paulo: Editora34, v.3.
- Deleuze, G. (1999). *Bergsonismo*. Tr. Luiz Orlandi. São Paulo: Ed. 34.

Della Torre, B., Constazo, D. & Meucci, I. (2022). Por que o Marxismo precisa ser feminista.

Revista Cult, junho, Edição 282.

Descartes, R. (2001). *Discurso do Método*. São Paulo: Martins Fontes.

Dinker, C. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. São Paulo: Boitempo

Dolto, F. (1984). *La imagen inconsciente del cuerpo*. Barcelona: Editorial Paidós.

Dreyfus, H. & Rabinow, P. (1984). *Michel Foucault, un parcours philosophique. Au-delà de l'objectivité et de la subjectivité*. Paris: Gallimard.

Duahade, E. (2013). *El Estado Terrorista Argentino*. Buenos Aires: Colihue.

Duahalde, E. (2013). *El Estado Terrorista argentino*. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colihue.

Dunker, C. I. L. (2014). Questões entre a psicanálise e o DSM. *Jornal de Psicanálise*, 47(87), 79-107. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352014000200006&lng=pt&tlng=pt.

Einstein, A. (2015). *A Teoria da Relatividade: sobre a teoria da relatividade restrita e geral*. L&PM Pocket.

Einstein, A.; Podolsky, B. & Rosen, N. (1935). Can quantum-mechanical description of physical reality be considered complete? *Phys. Rev.* 47 777.

Engels, F. (1888). *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica*. Estugarda pp. 69-72.

Engels, F. (2015). *Anti-Dühring*. São Paulo: Editora Boitempo

Espinosa, B. (2009). *Ética*. Tradução J. de Carvalho. 3a ed. São Paulo: Abril Cultural.

- Fabris, F. & Galimañes, M. D. (2004). *Psicología Clínica Pichoniana: una perspectiva vincular, social y operativa de la subjetividad*. Buenos Aires: Ediciones 5.
- Fabris, F. (2017). El grupo operativo de investigación. *Subjetividad Colectiva*. Disponível: <http://subjetividad.com.ar/?p=152>
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. UFBA.
- Faustino, D. M. (2013). A emoção é negra, a razão é helênica? Considerações fanonianas sobre a (des)universalização do “Ser” negro. *Tecnologia e Sociedade*, vol. 9, núm. 18, 2013 Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.
- Faustino, D. M. (2015). “Por que Fanon? Por que agora?”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil (Tese) *São Carlos: UFSCar*.
- Fernandes, M. I. A. & Hur, D. H. (2022). Psicanálise, grupo e teoria da técnica: conselhos ao jovem coordenador de grupos. *Psicologia USP*, 33. (Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190078>)
- Fernandes, M. I. A. (2005). *Negatividade e vínculo: a mestiçagem como ideologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Fiasché, A. (2003). *Psicopatologia de la pobreza*. Buenos Aires: Editorial Madres de Plaza de Mayo.
- Filipec, J. (1985). *El modo de vida en la lucha ideológica contemporânea*. Traduzido do russo por Jorge A. Pomar Montalvo, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e Punir*. O nascimento da prisão Petrópolis: Editora Vozes.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.

- Foucault, M. (1981-2). Revista anarquista “*Barbarie*”, Nº 4 y 5. Bahía, Brasil.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. São Paulo: Editora Vozes.
- Foucault, M. (2004). *Por uma vida não-fascista*. Coletânea Michel Foucault Sabotagem. Organizador Coletivo Sabotagem.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2011). *Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade*. Entrevista com B. Gallagher e A. Wilson. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Revista Verve, Nº20.
- Franco, F. L. (2020). *Uberização, aceleração frenética e pulsão de morte*. Blog Insurgência. disponível: <https://www.insurgencia.org/blog/uberizacao-aceleracao-frenetica-e-pulsao-de-morte>
- Freire, P. (2013). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e terra.
- Freud, F. (1994/1916-17) *22a Conferencia de introducción al psicoanálisis. Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Freud, S. (1913). *Totem e Tabu*. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1924). *A perda da realidade na neurose e na psicose (1924)*. Obras completas de Sigmund Freud, vol. XIX, Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1980). A interpretação dos sonhos. In S. Freud, *Obras completas (Vol. 6)*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900)

- Freud, S. (1980). Artigos sobre a metapsicologia. O inconsciente. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 14). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915a)
- Freud, S. (1980). Artigos sobre a metapsicologia. Repressão. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 14). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915b).
- Freud, S. (1980). Artigos sobre a técnica. Recordar, repetir e elaborar. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 12). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914^a)
- Freud, S. (1980). Artigos sobre a técnica. Sobre o início do tratamento. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 12). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913).
- Freud, S. (1980/1914). Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise II). In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 191-203). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1981). *Algunas consideraciones con miras a un estudio comparativo de las parálisis motrices orgánicas e histéricas*. Sigmund Freud, *Obras Completas*. Volume 1 (pp. 191-210). Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Freud, S. (1994/1916-17). 22^a Conferencia de introducción al psicoanálisis”. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Freud, S. (1995/1915). Pulsiones y destinos de pulsión. *Obras Completas*, Vol. XIV, Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1996). Repressão, 1915. In: *A história do movimento psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 145-162. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996/1900) *A Interpretação dos Sonhos*. Vol. IV *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago.

- Freud, S. (1996/1914). Recordar, repetir e elaborar. In J. Strachey, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 12). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1914).
- Freud, S. (1996/1915). A pulsão e seus destinos. In J. Strachey, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 14). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1915)
- Freud, S. (1996/1920). Além do princípio do prazer. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 18). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1920)
- Freud, S. (2006). Os instintos e suas vicissitudes. In: *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos (1914–1916)*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do Eu. In S. Freud. *Obras completas* (P. C. de Souza, trad., vol. 15, pp. 13-113). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921)
- Freud, S. (2016). 1856-1939. Obras completas, volume 6: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905). tradução Paulo César de Souza. — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras.
- Freud, S. (2019/1900). *Obras completas Volume 4: Interpretação dos Sonhos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FREUD, S. O Caso de Schreber, Artigos sobre Técnica e outros trabalhos. ESB Vol. XII, pp. 163-171. Rio de Janeiro: Imago.

- Freud, S. (1913). Totem e Tabu. In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Imago: São Paulo.
- Garcia, T. L.; Vergílio, S. R. & Vergílio, M. S. T. G. (2008). Projeto arte na Instituição: uso de grupo operativo e teatro na gestão de recursos humanos. In: Vilarta, R. & Gutierrez, G.L. (Org.). *Qualidade de vida no Ambiente Corporativo*. 1ªed, 175-185. Campinas: IPES Editora.
- Giddens, A. (2002). Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Glissant, E. (2011). Poética da Relação: "A barca aberta" e "A errância, o exílio" de Édouard Glissant. In *Poética da Relação*. Sextante Editora.
- Glissant, É.; Costa, K. P., & Groke, H. T. (2008). Pela opacidade. *Revista Criação & Crítica*, (1), 53-55. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v0i1p53-55>
- Glissant, Édouard, Costa, K. P., & Groke, H. de T. (2008). Pela opacidade. *Revista Criação & Crítica*, (1), 53-55. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v0i1p53-55>
- Goffman, E (1987). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Gonçalves, B. S. (2016). *A Dupla Consciência Latino-Americana: contribuições para uma psicologia descolonizada*. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 16, n. 37, p. 397-413. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000300011&lng=pt&nrm=iso
- Gonzalez, L. (1988). *A categoria político-cultural de amefricanidade*. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.), p. 69-82
- Gorsfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro epistemicídios do longo século XVI. *Dossiê:*

Decolonialidade E Perspectiva Negra • Soc. estado. 31 (1) • Jan-Apr. disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?lang=pt>

Gramsci, A (2000) *Cadernos do Cárcere*. RJ: Civilização Brasileira, Volume 3. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho, condição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. RJ: Civilização Brasileira.

Gramsci, A. (1982) *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Grande, A. (1996). *El Edipo después del Edipo*. Del Psicoanálisis aplicado al psicoanálisis implicado. Buenos Aires: Editorial Topia.

Grosfoguel R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro epistemicídios do longo século XVI. *Dossiê: Decolonialidade E Perspectiva Negra, Soc. estado.* 31 (1).

Guattari, F. (1985). *A revolução molecular*. São Paulo: Brasiliense.

Guattari, F. (2004). *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida: Ideias e Letras.

Guattari, F. (2006). *Caosmose*. São Paulo: Editora 34.

Guevara, E. (1988). *El Socialismo y el Hombre en Cuba*. Cidade Habana: Editora Política.

H. Kesselman; Pavlovsky, E. & Frydlewski, L. (1978). La Multiplicación Dramática: Un camino hacia la Psicoterapia Profunda. *Revista Clínica & Análisis Grupal* N° 9, Madrid, marzo/abril.

Han, B. (2015). *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes

Han, B. (2017). *A agonia de Eros*. Petrópolis: Vozes.

- Han, B. (2017). *Sociedade da transparência* Petrópolis: Vozes.
- Han, B. C. (2018). *Sociedade do Cansaço*. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- Han, B-C. (2019). *A salvação do Belo*. Petrópolis: Vozes.
- Han, B-C (2020). *No enxame: Perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes
- Harari, Y. N. (2015). *Uma breve história da Humanidade*. Sapiens. Porto Alegre: LPM.
- Heráclito. (1978). Doxografia e fragmentos. In: Souza, J.C.(Supervisão). *Os pré-socráticos: fragmentos, doxografias e comentários*. São Paulo: Abril Cultural.
- Hjelmslev, L. (2019). *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Hur, D. U. (2016). *Psicologia Política Crítica, Insurgências na América latina*. Campinas: Alínea.
- Hur, D. U. (2019). *Psicologia, Política e Esquizoanálise*. Campinas: Editorial Alínea.
- Hur, Domenico Uhng. (2012). *O dispositivo de grupo na Esquizoanálise: tetralência e esquizodrama*. *Vínculo*, 9(1), 18-26. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902012000100004&lng=pt&tlng=pt.
- Jung, C. G. (2000). *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Jung, C.G. (1911-12/2001). Psychology of the Unconscious: a study of the transformation and symbolism of the libido. In: *Collected Work of C. G. Jung*. (Vol. Sup. B) Princeton: Princeton University Press.
- Jung, Carl Gustav. (1911-12, 1952). *Psychology of the unconscious*. A study of the transformation and symbolism of the libido. A contribution to the history of the evolution of the thought. *Coll. works*, Vol. 5, London: Routledge & Kegan Paul.

- Kaës, R. (1979). Crisis ruptura y superación. *Colección Texto y Contexto*. Buenos Aires: Ediciones 5.
- Kaes, R. (2017). *O aparelho psíquico grupal*. São Paulo: Ideias & Letras.
- Kant, I. (1974). *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Abril Cultural.
- Kazi, G. & Pellegrini, P. (2003). Subjetividad y aparato psíquico: Acerca de quietudes e inquietudes. *Psicol. USP* 14 (2).
- Kazi, G. (1991). Manicomios, aniquilación del sujeto. Buenos Aires: *Revista No Hay Derecho*. N° 4.
- Kazi, G. (2002). Congresso Internacional de Salud Mental y Derechos Humanos. Buenos Aires: *Univesidad Popular Madres de Plaza de Mayo*.
- Kazi, G. (2006). *Hacia una Psicología Social Histórica, cartografías críticas*. Buenos Aires: Editorial de las Madres.
- Kazi, G. (2006). La Salud Mental del Imperialismo: Los Mengele de Guantánamo. In: *Salud Mental: entre insurgências y rebeldías. Práxis Crítica y debate*?. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo.
- Kazi, G. (2007). *Subjetivaciones, clinica, insurgencia: 30 años de lucha/ Paulo Amarante; Fernando O. Ulloa; Armando Bauleo; coordinado por Gregorio Kazi - 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo*.
- Kazi, G. (2007). Desmanicomializar: Pasado y presente de los manicômios. *Revista Topia*, Buenos Aires.
- Kazi, G. (2016). Micropolíticas revolucionárias e insurgências macropolíticas: devir imanência/ser dialética. In: Hur, D. & Lacerda Júnior, F. *Psicologia política crítica*. Campinas: Alínea, 2016. p. 121-136.

- Kesselman, H. & Pavlovsky, E. (1989). *La Multiplicación Dramática*. Buenos Aires: Ediciones Búsqueda.
- Kirk, G.; Raven, J. & Schofield, M. (1994). *Os Filósofos Pré-socráticos: História Crítica com Seleção de Textos: As fontes da Filosofia Pré-socrática*. Tradução de Carlos Alberto Louro Fonseca. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- Klein, M. (1929). *Situaciones infantiles de angústia reflejadas en una obra de arte y en el impulso creador*. Biblioteca Melanie Klein: Obras Completas.
- Klein, M. (1991) *Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)*. Volume III das obras completas de Melanie Klein. Rio de Janeiro: Imago.
- Klein, M. (1996). *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921–1945)*. Rio de Janeiro: Imago.
- Kordon, D., Lagos, D. & Kersner, A. (2005). *Efectos Psicológicos de Terrorismo de Estado*. Buenos Aires: Editorial de Las Madres.
- Korybko, A. (2018). *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. Ed. Expressão Popular.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lacan, Jaques. (1958/1998). *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Publicado originalmente em 1958.
- Lagache, D. (1949). *L'unité de la psychologie: psychologie expérimentale et psychologie clinique*. Collection Bibliothèque de Philosophie Contemporaine. Paris: presses universitaires de France

- Laing, R. D. (1960). *The divided self: an existential study in sanity and madness*. London: Penguin Books.
- Lancetti, A. (2008). *Clínica Peripatética*. São Paulo: Hucitec.
- Langer, M. (1989). *Mujer, psicoanálisis y marxismo*. Buenos Aires: Editorial Contrapunto.
- Lapoujade, D. (2015). *Deleuze, os movimentos aberrantes*. Trad. de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: n-1 edições.
- Lapoujade, D. (2017). *As Existências mínimas*. São Paulo: n -1.
- Lefebvre, H. (1961). *El Marxismo*. Buenos Aires: Editorial Eudeba
- Lema, V. Z. (1993). *Conversaciones con Enrique Pichon Rivière sobre el arte y la locura*. Buenos Aires: Ediciones Cinco.
- Lenin (2020). *O Que fazer?* São Paulo: Boitempo Editora.
- Lévi-Strauss, C. (2012). *As estruturas elementares do parentesco*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lewin, K. (1978). *Problemas de dinâmica de grupo*. São Paulo: Cultrix.
- Lopes, A. P. M. (2021). Heráclito, B 52 DK: contribuição à semântica do jogo. *Trans/Form/Ação* 44 (1) • Jan-Mar. <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2021.v44n1.02.p17>
- Lourau, R. (1996). A análise institucional. Petrópolis: Vozes. [Texto original publicado em 1970].
- Luhmann, N. (1995). *Social systems*. Stanford: Stanford University Press.
- Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Editorial Boitempo.
- Maeso, B. E. A. (2020). *As diferenças em comum: Deleuze, Marx e o agora.*, Curitiba: Appris.

- Marcusse H. (1982). *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar.
- Martin-Baró, I. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de psicologia*, 2(1), 7-27. Pág 15
doi:10.1590/S1413-294X1997000100002. (Obra original publicada em 1985)
- Marx, K. & Engels, F. (2002). *A Ideologia Alemã*. Trad. Castro e Costa, L. C.. São Paulo: Martins Fontes.
- Marx, K. & Engels, F. (2017). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Editora Sundermann
- Marx, K. (1994). *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Marx, K. (2008). *Contribuição a crítica da economia política*. Tradução Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Maslow, A. H. (1954). *Motivation and personality*. New York, NY: Harper.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo, São Paulo: n-1 edições.
- Nafarrate, J. T. (2010). *Introdução à teoria dos sistemas: aulas publicadas por Javier Torres Nafarrate*. Trad. de Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Vozes.
- Nardi, P. M. & Schneider, B. E. (Eds.) (1993). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader* (pp. 306-311). Londres: Routledge.
- Nietzsche, F. (1995). *A filosofia na idade trágica dos gregos*. Tradução Maria Inês Madeira de Andrade. Lisboa, Edições 70.
- Nietzsche, F. (1973). *El nacimiento de la tragedia*. Madrid: Ed. Alianza.
- Nietzsche, F. (1992). *Além do bem e do mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.

- Nietzsche, F. (2001). *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nietzsche, F. (2003). *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Editora Martin Claret. (Coleção A obra-prima de cada autor, v. 22)
- Nietzsche, F. (2009). *Genealogia da Moral*. São Paulo: Companhia de Bolso.
- Nietzsche, F. (1996). *Crepúsculo de los ídolos*. Madrid: Ed. Alianza.
- Patto, M. H. S. (2009). De gestores e cães de guarda: sobre psicologia e violência. *Temas em Psicologia*, 17(2), 405-415. (disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000200012&lng=pt&tlng=pt)
- Pavlovsky, E. (1991). Revista Desbordar Número 3. Buenos Aires.
- Pelbart, P. (1989). *Da clausura do fora ao fora da clausura loucura e desrazão*. Editora brasiliense.
- Pereira de Oliveira, M. (2007). Melanie Klein e as fantasias inconscientes. *Winnicott e-prints*, 2(2), 1-19.
- Piaget, J. (1967). *Seis estudos de psicologia*. Trad. Maria A.M. D'Amorim; Paulo S.L. Silva. Rio de Janeiro: Forense.
- Pichon-Rivière, E. & Quiroga, Ana P. (1985). *Psicología de la vida cotidiana*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Pichon-Rivière, E. (1971). *Del Psiconálisis a la Psicología Social*. Tomo II, Editorial Galerna: Buenos Aires.
- Pichon-Rivière, E. (1977). Aula número 1 do 1 ano da Escola de Psicologia Social-1970, ditada pelo Doutor Enrique Pichon RivIére. *Revista Temas da Psicologia Social*, Ano 1, Número

1 disponível em: https://www.ucipfg.com/Repositorio/MSCG/MSCG-04/BLOQUE_ACADEMICO/Unidad-4/Tres_Cap%C3%ADtulos_Finales.pdf

Pichon-Rivière, E. (1980). *Teoria del Vínculo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision.

Pichon-Rivière, E. (1985). *El Proceso Grupal: del psicoanálisis a la psicología social*. Vol 1. Buenos Aires: Nueva Visión.

Pichon-Rivière, E. (1992). *Psicanálise do Conde de Lautremont*. PICHON, R. Buenos Aires: Editorial Argonauta.

Pichon-Rivière, E. (1998). *Teoria do Vínculo*. São Paulo: Martins Fontes.

Pichon-Rivière, E. (1999). *O processo de criação*. São Paulo: Martins Fontes.

Pichon-Rivière, E. (1999). *O processo de criação*. São Paulo: Martins Fontes.

Pichon-Rivière, E. (2005). *O Processo Grupal*. São Paulo: Martins Fontes.

Plutarco (2008). *Vidas paralelas, Teseu e Rómulo*. Introdução e notas: Delfim F. Leão e Maria do Céu Fialho. Editor: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. 1ª Edição. Coimbra.

Politzer, G. (2004). *Princípios Elementais da Filosofia*. Madrid: AKAL.

Poulantzas, N. (1977). A nova pequena burguesia. In: Poulantzas, N. & Hunt, A. *Classes e estrutura das classes*. Lisboa: Edições 70.

Puget, J., Kaes, R. (1988). *Violencia de Estado y Psicoanálisis*. Buenos Aires: Grupo Editorial Lumen.

Quijano, A. (1992). Colonialidad y Modernidad-Racionalidade. In: Bonilla, H. *Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Bogotá: Tercer Mundo.

Quijano, A. (2010). *Colonialidade do poder e classificação social*. In: Santos, B. S. & Meneses, M. P. (Orgs). *Epistemologias do Sul*. 2ªed. Coimbra: Alameda.

- Quiroga, A. (2014). *Matrices de Aprendizaje*. Construcción del sujeto em el processo de conocimiento. Buenos Aires: Ediciones 5.
- Quiroga, A. P. (1996). *Matrices de aprendizaje: Constitución del sujeto em el proceso de conocimiento*. Buenos Aires : Cinco, ed. Colección: Apuntes.
- Rodulfo, M. P., Rodulfo, R. (1986). *Clinica psicanalítica com niños y adolescentes*. Editorial: Lugar Editorial. Psicología Profunda.
- Romero, R. (1992). *Grupo, objeto y teoría*. Vol. 1. Cap 3. Buenos Aires.: Lugar Editorial. 1 edição 6ª reimpressão
- Rozitchner, L. (1987). *Freud y el problema del poder* México, DF: Plaza e Janes.
- Rozitchner, L. (2013). *Freud y los limites del individualismo burguês*. Buenos Aires: Biblioteca nacional.
- Rubin, G. (1975). The Traffic in Women. Notes on the "Political Economy" of Sex. In: Reiter, R. (ed.) *Toward an Anthropology of Women*. New York, Monthly Review Press.
- Safatle, V. P. (2020). *O circuito dos afetos*. Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Grupo Autêntica.
- Saidón, O. (2002). *Clínica y Sociedad*. Buenos Aires: Grupo Editorial Lumen.
- Sales, M. (2010). *O devir-criança em três tempos: Heráclito, Nietzsche e Deleuze*. In: V Colóquio Internacional de Filosofia da Educação. Rio de Janeiro: V Colóquio Internacional de Filosofia da Educação.
- Santos, B. S. (1997). Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, nº 48 (jun), 1997, p. 11-32.

- Santos, M. V. O. (2018). *Precariedade e insegurança ontológica: destinos do desamparo na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Sartre, J. (1970). *L'Existentialisme est un Humanisme*. Paris: Les Éditions Nagel.
- Sartre, J. (2015a). *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Tradução de Paulo Perdigão, (24 ed.). Petrópolis, RJ: Vozes (Originalmente publicado em 1943)
- Scarcelli, I. R. & Alencar, S. L. S. (2009). Saúde Mental e Saúde Coletiva: Intersetorialidade e Participação em debate. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*.v.1, nº1. (Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/1001>)
- Scarcelli, I. R. (2016). Psicologia social e políticas públicas: Pontes e interfaces no campo da saúde. (Livre-Docência). *Departamento de Psicologia Social e do Trabalho*. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.
- Scarcelli, I. R. (2017). *Psicologia Social e políticas públicas: Pontes e interfaces no campo da saúde*”. São Paulo: Ed. Zagodioni.
- Sennett, R. (2004). *Respekt im Zeitalter der Ungleichheit*. Berlin, BvT Verlag.
- Sierra, E. F. (2018). *La psicología de la vida cotidiana de Pichon- Rivière es una crítica del sistema social de opresión*. Blog elcachorrodemamadomitila. Disponível: <https://elcachorrodemamadomitila.wordpress.com/2018/05/30/la-psicologia-de-la-vida-cotidiana-de-pichon-riviere-es-una-critica-del-sistema-social-de-opresion/>
- Silva, C. V. (2007). A estratificação como organização da terra. In: Rebello, H. *Inconsciente-multiplicidade: conceito, problemas e práticas segundo Deleuze e Guattari*. São Paulo: Editora UNESP.

- Silva, T. J. (2013). Caleidoscópios narrativos: Experiencias, expresión artística y etnografía em el escenario psicossocial. In: *Evidencias y narrativas en la atención sanitaria*. Coord. Angel Martinez-Hernández, Lina Masana, Susan M. URV: DiGiacomo. Publicaciones.
- Souza, N. S. (1990). *Tornar-se Negro*. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- Strappazzon, A. L. & Maheirie, K. (2016). Bons encontros como composições: experiências em um contexto comunitário. *Arq. bras. psicol.* vol.68 no.2 Rio de Janeiro.
- Suaya, D. (2013). Historia Vital Del Trabajo. In: *Trabajo, actividad y subjetividad*. Debates abiertos. Andrea Pujol y Constanza Dall'Asta (comp.) Córdoba, E-book.
- Szasz, T. S. (1977). O mito da doença mental. In: *Ideologia e doença mental: ensaios sobre a desumanização psiquiátrica do homem*. Thomas S. Szasz. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- TseTung, M. (1975). *Obras Escolhidas de Mao Tsetung*, Tomo I. Pequim.
- Vasconcelos Oliveira, A., & Del Papa, M. (2020). Da queda do pai à ascensão do canalha. *Revista De Psicanálise Stylus*, (39), pp. 75-81.
<https://doi.org/10.31683/stylus.vi39.475>
- Veiga, L. (2019). Decolonizando a Psicologia: notas para uma psicologia preta. *Fractal, Rev. Psicol.* 31 (spe). Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/fractal/a/NTf4hsLfg85J6s5kYw93GkF/?lang=pt>
- Veiga, L. (2021). *Clínica do impossível*. Linhas de fuga e de cura. Rio de Janeiro: Editora Telha.
- Vidarte, P. (2019). *Ética Bixa*. São Paulo: n-1 Edições.
- Videla, M. (2019). Hacia una "psicología andina" para la liberación. *Revista de Psicología*, 18(1), 3-25. doi: 10.24215/2422572Xe02
- Villa, F. (2008). Primeira transferência: afastar a sugestão do somático. *Ágora* (Rio J.) 11 (2).

Visacovsky, S. (2002). *El lanús memoria*, política y psicoanálisis en la argentina (1956-1992).

Buenos Aires: Editorial Alianza.

Von Clausewitz, C. (2005) *Da Guerra*. São Paulo: Tahyu.

Von Salis, T. (2009). Contribuciones de Armando Bauleo al concepto de grupo. Área 3,

Cuadernos de Temas Grupales e Institucionales, nº 13.

Winnicott, D. (1967). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Ed. Imago.

Winnicott, D. W. (1971/1975). *O brincar e a realidade*. Trad. José Octavio de Aguiar Abreu e

Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago.

Glossário

EPR – Enrique Pichon-Rivière.

ECRO – Esquema Conceitual, Referencial e Operativo.

3D – Esquema criado por EPR para explicar a dinâmica do Depositante, Depositário e Depositado.